


**ATA 2/2022**

*Aprovado por unanimidade*



--- Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, na quarta sessão ordinária do mandato 2021-2025, na sede do Centro Recreativo Sócio Cultural Campos Casais e Póvoas, localizada em Casais de Monte Bom, Santo Isidoro, com a seguinte ordem de trabalhos: **1)** Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira, incluindo Relatório e Contas do Ano de 2021 das Empresas e Associações e, ainda, da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA - Norma de Controlo Interno e Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas - Revisão; **2)** Proposta de delimitação das Zonas de Pressão Urbanística, para o Concelho de Mafra; **3)** Auditoria à GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA - Homologação de relatório - Resposta da Câmara Municipal de Mafra/ GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA; **4)** Mapa de Pessoal - Alteração; **5)** Alienação da Participação do Matadouro Regional de Mafra, SA; **6)** Estratégia Local de Habitação de Mafra - Alteração; **7)** Revisão Orçamental - Alteração Orçamental Modificativa; **8)** Prestação de Contas do ano de 2021: **8.1.)** Da Câmara Municipal; **8.2.)** Dos SMAS de Mafra - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra. -----

--- Quando passavam cinco minutos das vinte e uma horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Alves Bizarro Duarte, deu por iniciada a sessão. De seguida, passou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Senhor José António Petulante Parente, que procedeu à chamada, tendo respondido à mesma os seguintes membros: José Alves Bizarro Duarte (Presidente da Assembleia Municipal); Ana Margarida Franco Bastos Alves dos Santos, em substituição de António Álvaro da Silva dos Santos e Silva; Ana Micaela das Neves Daniel Luís; Ana Rita Guerreiro Pinto; Ana Teresa Antunes Ivo da Silva; Andreia Filipa Lourenço Duarte (Presidente da Freguesia da Carvoeira); Armando Mota Machado Gonçalves (Presidente da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário); Artur Marques de Almeida Claudino; Belandina Maria Rocha Vaz; Carla dos Anjos Ferreira Jorge Galvão (Presidente da União das Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça); Carlos Alberto dos Reis; Carlos Manuel Antunes Póvoa (Presidente da Freguesia da Encarnação); Cecília Maria Miranda Duarte (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro); David Soares Sardinha Alves; Domingos Joaquim Filipe dos Santos; Duarte Nuno Mota Carmo Gonçalves Machado, em substituição de Maria Alexandra Monteiro dos Santos; Edgar José Montez Gomes Boneco, em substituição de Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo; Fernando César de Almeida Ferreira Franco, em substituição de Cristina Lucília Gonçalves Loureiro; Jorge Bruno da Costa Ventura, em substituição de Maria João Alves Moreira; Helder Manuel da Cruz Anastácio, em substituição de Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado; Guilherme Martins Reis; Joaquim Filipe Abreu do Santos (Presidente da Freguesia da Ericeira); José António de Oliveira da Costa (Presidente da Freguesia da Mafra); José Faustino Carreira (Presidente da Freguesia do Milharado); Lella Isabel Inácio Alexandre; Márcio Manuel Marchante Pedroso Timóteo; Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol; Maria Inês Costa Inácio (Presidente da União das Freguesias de Azeira e Sobral da Abelheira); Miguel Alexandre da Silva Samora; Miguel Ângelo da Silva Correia; Paulo Alexandre de Almelda Paula; Pedro Miguel de Sousa Pereira; Ricardo Martins Vicente; Rubina José da Silva e Freitas, em substituição de Jorge Manuel Zeferino Lourenço (Presidente da União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés); Sérgio Alberto Marques dos Santos; Susana de Jesus Machado Franco; Tiago Manuel Ferreira Alves (Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros); e, por último, José António Petulante Parente. -----

--- Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Senhor Presidente, Hélder António Guerra de Sousa Silva, a Vice-Presidente, Senhora Dona Aldevina Maria Machado Rodrigues, e os Senhores Vereadores Hugo Manuel Moreira Luís, José

*ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS*

António Paulo Felgueiras, Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho, Pedro António do Carmo Silva, Marta Dutschmann de Jesus da Silva Gomes, Renato Alves dos Santos e José Manuel Antunes Graça. -----

**--- PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA": -----**

--- Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mafra, depois de cumprimentar todos os presentes, endereçou agradecimentos à coletividade de Casais de Monte Bom, que acolhe esta sessão descentralizada, convidando, de imediato, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro a tomar a palavra. -----

--- A Senhora Presidente da Freguesia de Santo Isidoro, Dona Cecília Maria Miranda Duarte, depois de tecer os devidos cumprimentos, começou por dar as boas-vindas à Freguesia de Santo Isidoro, mais precisamente a Casais de Monte Bom. Enquanto Presidente de Junta, declarou que é com grande satisfação que Santo Isidoro volta a receber uma sessão descentralizada daquele que é, por definição, o fórum de debate político local. Endereçou, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, um agradecimento pela oportunidade desta iniciativa que contribui para a proximidade entre eleitos e eleitores. Acrescentou que os agradecimentos eram extensíveis à direção do Centro Recreativo pela disponibilidade de cedência daquelas instalações. Apresentou a Freguesia de Santo Isidoro como um território em que o campo e o mar convivem harmoniosamente, onde os cidadãos nacionais e estrangeiros reconhecem a riqueza da paisagem que, cada vez mais, é escolhida para local de residência, férias e, até, de investimento. Tal situação acarreta para os autarcas uma responsabilidade acrescida nas respostas às diferentes necessidades e expectativas. Em tempos mais recentes, mencionou que as prioridades autárquicas têm estado centradas na melhoria das condições de mobilidade, na manutenção do património e no apoio à comunidade. Destacou, no âmbito da mobilidade, as obras promovidas pela Câmara Municipal de Mafra, nomeadamente na construção do passeio entre Campos e Monte Bom e, brevemente, na construção do passeio entre Ribamar e Marvão. Da parte da Junta de Freguesia, salientou a intervenção naquela localidade, quer na zona envolvente, quer na parte da Igreja, quer nos fontanários, para servir a comunidade. Disse considerar a dinâmica de interação com a comunidade uma parceria muito virtuosa que deve ser cultivada. Terminou, dirigindo votos de bom trabalho e um convite para voltarem sempre à Freguesia de Santo Isidoro. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, seguidamente, introduziu o "Período antes da Ordem do Dia". -----

**--- ATA NÚMERO SETE DE DOIS MIL E VINTE E UM: -----**

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a ata número sete de dois mil e vinte e um, questionando se algum membro pretendia intervir. --

--- Não se registando nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a ata supra identificada, a qual foi aprovada por unanimidade. Os membros da Assembleia Municipal que não estiveram presentes na referida sessão não participaram na aprovação da ata, nos termos do disposto no número três do artigo trinta e quatro do anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de sete de janeiro. -----

**--- ATA NÚMERO UM DE DOIS MIL E VINTE E DOIS: -----**

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a ata número um de dois mil e vinte e dois, questionando se algum membro pretendia intervir. ---

--- Não se registando nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a ata supra identificada, a qual foi aprovada por unanimidade. Os membros da Assembleia Municipal que não estiveram presentes na referida sessão não participaram na aprovação da ata, nos termos do disposto no número três do artigo trinta e quatro do anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de sete de janeiro. -----

**--- INTERVENÇÕES: -----**

--- No período destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu aos partidos CDU, CHEGA, BE, Iniciativa Liberal e PPD/PSD por terem feito chegar à mesa,

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

antecipadamente, as moções. Agradeceu, ainda, ao PS que, no decorrer da sessão, deu nota de que também iria apresentar três moções. -----

--- Conforme prática habitual, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou os partidos a apresentar as suas moções, tendo em conta a ordem com que as mesmas chegaram à mesa, dando nota que as moções se encontravam à votação a partir do momento que fossem apresentadas. Apelou, ainda, à eficiência na gestão do tempo, de forma a cumprir o novo Regimento que já se encontrava em vigor. ---

--- Deu a palavra ao Senhor Paulo Alexandre de Almeida Paula, tendo o mesmo procedido à leitura de duas moções, a primeira intitulada "*25 de Abril é Mais Futuro e 1.º de Maio é a Luta dos Trabalhadores*" e a segunda intitulada "*Moção sobre os combustíveis para os bombeiros*", nos termos dos documentos anexos, os quais fazem parte integrante da presente ata (anexos I e II). O Senhor Paulo Paula aproveitou o momento para tecer um comentário sobre uma moção sobre a Ucrânia que iria ser apresentada pelo Bloco de Esquerda, começando por declarar que a CDU concordava com quase tudo o que estava escrito na mesma. Considerava a invasão da Federação Russa à Ucrânia uma clara violação à Carta das Nações Unidas e dos Acordos de Helsínquia. Reiterou que era urgente encontrar uma solução diplomática e pacífica para o fim imediato da guerra e impedir, a todo o custo, a escalada do conflito que, se acontecer, terá consequências avassaladoras para toda a humanidade. No entanto, referiu que ignorar tudo o que se passou na Ucrânia até ao dia 24 de fevereiro de 2022 é uma forma de legitimação de atrocidades, limitação democrática, censura e ilegalizações de partidos políticos, perseguição e assassinatos de sindicalistas, perseguição a uma parte da população ucraniana pela sua origem étnica e afinidade política e regional. Declarou que o que aconteceu até fevereiro não legitima a invasão, mas ignorar em Portugal tudo o que aconteceu até então é legitimar uma atitude política persecutória que não pode ter lugar em lado nenhum do mundo. Continuar a aplaudir de pé quem utiliza o 25 de Abril para legitimar a continuação da guerra, aumentar a corrida ao armamento, ilegalizar partidos políticos e perseguir sindicalistas é dar voz, em Portugal, a forças políticas que não hesitariam em fazer o mesmo, caso tenham força suficiente. Alertou de que é preciso ter cuidado. Terminou, dizendo que a solidariedade da CDU vai para com todo o povo ucraniano que sofre com esta guerra, sem qualquer discriminação e que, pelas razões invocadas, a CDU se iria abster. -----

--- Seguidamente, interveio o Senhor Duarte Nuno Mota Carmo Gonçalves Machado, que procedeu à leitura de uma moção sobre a mobilidade pedonal e rodoviária, documento esse que se anexa, fazendo o mesmo parte integrante da presente ata (anexo III). -----

--- Posteriormente, interveio a Senhora Dona Susana de Jesus Machado Franco, procedendo à leitura de uma moção sobre segurança nas escolas, documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (anexo IV). -----

--- Tomou a palavra a Senhora Dona Belandina Maria Rocha Vaz, que apresentou as moções intituladas "*Pesar pelas vítimas da invasão da Ucrânia pelo exército russo e apelo ao cessar fogo, à criação de condições para paz na região e ao apoio aos refugiados e perseguidos do conflito*" e "*Moção pela disponibilização de alojamento a professores/as deslocados/as e colocados/as no concelho de Mafra*", bem como um "*Voto de saudação ao 1.º de Maio*", documentos esses que se encontram anexos à presente ata, fazendo dela parte integrante (anexos V, VI e VII). A Senhora Dona Belandina Maria Rocha Vaz, relativamente à intervenção feita, anteriormente, pelo Senhor Paulo Paula, salientou que o Bloco de Esquerda é completamente contra a invasão de qualquer território, sendo que nada justifica a invasão e as mortes que têm acontecido. -----

--- Interveio, de seguida, o Senhor Edgar José Montez Gomes Boneco, que leu a declaração que se encontra anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo VIII). Passou, por último, à leitura de uma moção sobre redes de saneamento básico, cujo documento se encontra anexo à presente ata, fazendo dela parte integrante (anexo IX). -----

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Edgar José Montez Gomes Boneco, convidando-o a que, nas próximas moções, contextualizasse um pouco mais as suas afirmações, na medida em que, quando mencionou "*impedimento burocrático central*", a entidade ali a ser mencionada seria a Águas do Tejo Atlântico. -----

--- No uso da palavra, a Senhora Dona Carla dos Anjos Ferreira Jorge Galrão procedeu à leitura do documento intitulado "*Moção pela execução de investimento nas obras de modernização da Linha do Oeste*", estando o mesmo anexado à presente ata, fazendo dela parte integrante (anexo X). -----

--- Seguidamente, interveio o Senhor Sérgio Alberto Marques dos Santos, apresentando a moção "*Solidariedade com a Ucrânia e o Povo Ucrâniano*", cujo documento se anexa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (anexo XI).

--- A intervenção seguinte foi efetuada pelo Senhor Miguel Alexandre da Silva Samora que iniciou a leitura de um voto de saudação intitulado "*25 de Abril - Dia da Liberdade*", encontrando-se em anexo à presente ata, fazendo dela parte integrante (anexo XII). Aproveitou para, uma vez mais, incentivar a Câmara a comemorar condignamente o 25 de Abril, lembrando que, daqui a dois anos, seriam celebrados os 50 anos da revolução, com muitas atividades a nível nacional, de todos os quadrantes políticos. -----

--- Logo de seguida, tomou a palavra a Senhora Dona Ana Rita Guerreiro Pinto que procedeu à leitura de um voto de saudação, com o título "*1.º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador*", documento que se encontra anexo a esta ata e que dela faz parte integrante (anexo XIII). -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a apresentação das moções, passando a palavra, de imediato, ao Senhor Ricardo Martins Vicente. -----

--- Depois de cumprimentar todos os presentes, o Senhor Ricardo Martins Vicente passou à leitura da uma declaração sobre o 25 de Abril, cujo documento se anexa à presente ata, fazendo da mesma parte integrante (anexo XIV). -----

--- O Senhor Márcio Manuel Marchante Pedroso Timóteo tomou, de seguida, a palavra, de modo a fazer uma declaração sobre o 25 de Abril, consoante documento em anexo à presente ata, fazendo da mesma parte integrante (anexo XV). -----

--- Seguiu-se a intervenção da Senhora Dona Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol, que contextualizou que, em dezembro do ano que passou, fora eleita para representar aquela Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra (CPCJ). Nesse sentido, informou a Assembleia de que já tinha sido enviado, para os órgãos competentes, o relatório de 2021. Aproveitou, ainda, para endereçar um convite, uma vez que abril é o mês da prevenção dos maus tratos na infância, para um concerto protagonizado pela Orquestra Sinfónica de Jovens da Freguesia de Santo Isidoro, a decorrer no dia vinte e nove de abril, pelas vinte e uma horas, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de seguida, a palavra à Senhora Dona Ana Teresa Ivo da Silva. -----

--- Na sua intervenção, a Senhora Dona Ana Teresa Ivo da Silva apresentou uma recomendação, com o título "*Segurança na EN 9 - Troço Igreja Nova/ Cheleiros/ Montelavar*", cujo documento se encontra anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (anexo XVI). -----

--- A intervenção seguinte foi feita pelo Senhor Artur Marques de Almeida Claudino, de forma a dar nota da posição do PPD/PSD relativamente às diferentes moções que tinham sido apresentadas. No que diz respeito às moções apresentadas pela CDU, afirmou que o PPD/PSD considerou correta a moção sobre os combustíveis para os bombeiros, pelo que iriam votar favoravelmente; relativamente à moção sobre o 25 de Abril e o 1.º de Maio, embora não se revejam totalmente na linguagem nem nos pressupostos da moção, sendo que a CDU pretendeu dar a entender que nunca esteve ligada aos Governos que trouxeram o país até este momento, não poderiam deixar de se associar à evocação destas duas datas e, por isso, o PPD/PSD iria abster-se. Quanto às moções apresentadas pelo CHEGA, mencionou que talvez o referido partido não estivesse em Mafra há tempo suficiente, dado o explanado na moção

acerca da construção e pavimentação de estradas em passeios, pois se existe concelho que tem fortemente investido em estradas, pavimentações, passeios e reordenamento do espaço público é o concelho de Mafra, desde sempre. Assim sendo, e porque não corresponde à realidade, informou que o PPD/PSD iria votar contra essa mesma moção. No que concerne à moção acerca da segurança nas escolas, referiu que o CHEGA descreveu um cenário que não existe no concelho, discordando com as suas "fórmulas de respeitinho", mais concretamente com os seminários propostos, com o objetivo de dar a conhecer a GNR. Recordou o CHEGA de que existiam forças de segurança, escolas, sociedade civil, membros daquela assembleia, agentes da educação e que, até, existe um órgão chamado Conselho Municipal de Segurança, onde regularmente se expõem problemas dessa matéria, se fazem relatórios e atas, existindo a ligação que o CHEGA reclama. Por essas razões, o PPD/PSD iria votar contra a moção. Quanto às moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, o PPD/PSD iria votar favoravelmente a moção sobre o 1.º de Maio, assim como a moção sobre a Ucrânia; no entanto, no que diz respeito à moção acerca do alojamento para professores, essa é uma questão que compete ao Governo resolver, por ser um problema com alguns anos. Referiu, ainda, que aquilo que se paga hoje aos professores ou na função pública, só acontece num país pobre, tendo sido o Governo dos últimos vinte anos que trouxe o país a essa situação. Mencionou que a Câmara Municipal tem uma estratégia para a habitação, que até iria ser votada naquela sessão, mas com um foco prioritário nas famílias que vivem em condição indigna. Assim, apontou que iriam votar contra aquela moção por não se tratar de uma competência da autarquia. Relativamente às moções do PS, iriam votar todas de forma favorável. No que à moção da Iniciativa Liberal diz respeito, foi mencionada, no documento, uma entidade estranha, da qual não se sabe o nome, que não fez bem o seu trabalho, tendo sido a Câmara a fazê-lo. Informou que iriam votar contra a referida moção, pela sua inutilidade, na medida em que a entidade mencionada pela Iniciativa Liberal é a Águas do Tejo Atlântico, sendo uma empresa pública. Aproveitou, ainda, para esclarecer de que é competência da Câmara e dos SMAS fazer a receção do saneamento em baixa, ou seja, junto dos utilizadores, tendo o Estado a competência de fazer a receção do saneamento em alta, através da Águas do Tejo Atlântico. Esclareceu que, quando as obras são realizadas, obviamente que os planeamentos estão coordenados; se uns falham, a Câmara não tem culpa. -----

--- Seguiu-se a intervenção do Senhor Sérgio Alberto Marques dos Santos, cujo objetivo seria informar o sentido de voto do PS. Mas, antes, esclareceu o Senhor Artur Marques de Almeida Claudino que o povo não era esperto quando votava PPD/PSD para a Câmara e menos esperto quando votava PS para o Governo, sendo que as eleições para o Governo tinham sido há três meses, onde o PS obteve uma maioria absoluta. Em relação à intervenção feita pelo Senhor Márcio Manuel Marchante Pedroso Timóteo acerca do 25 de Abril, mencionou que seria importante referir que existia uma força de direita, o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), que matava e cometia ataques bombistas. Em relação às moções, informou que o PS iria votar a favor das duas moções apresentadas pela CDU; que iria votar favoravelmente as moções do Bloco de Esquerda sobre a Ucrânia e sobre o 1.º de Maio, mas iria abster-se relativamente à disponibilização de alojamentos para os professores. Relativamente à moção do PPD/PSD, iria abster-se por ter sido esquecido um ditado popular muito importante, "faz o que eu digo, não faças o que eu faço", bastando observar empreitadas municipais como a requalificação do Largo da Feira da Malveira, verificando-se uma derrapagem financeira de 14,3% do valor da obra, ou o Parque Urbano da Póvoa da Galega, onde iniciaram as obras, mas depois se ficou à espera, durante seis meses, de um documento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pararam durante mais cinco meses com falta de material; por estes motivos, o PS irá abster-se. Em relação à moção apresentada pela Iniciativa Liberal, o PS também se irá abster. Por fim, no que diz respeito às moções apresentadas pelo CHEGA, informou que o PS irá votar contra a moção com a temática da mobilidade, pois o PS, em determinado momento no último mandato, apresentou uma proposta idêntica e, tanto quanto sabiam, foi-lhes informado pelo

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

Senhor Presidente que estavam a ser feitos esforços e que esse levantamento estava a ser feito. Por ser algo que já estava a acontecer, não faz sentido votar a favor da moção. Relativamente à moção acerca da segurança nas escolas, expressou que gostava que o CHEGA tivesse sido um pouco mais criativo porque, segundo a notícia publicada no "Notícias ao Minuto", no dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e dois, a "GNR desenvolve ação de formação contra a violência nas escolas", sendo esse o princípio que vem expresso na moção apresentada do CHEGA. Por não ser nada de novo e ser um programa que já existe, o PS iria votar contra. -----

--- O Senhor Duarte Nuno Mota Carmo Gonçalves Machado, após solicitar a palavra, confessou que não entendia por que razão o PS tinha, anteriormente, apresentado uma moção acerca da mobilidade e, depois, iria votar contra a moção do CHEGA. Disse também não compreender porque é dito que a moção do CHEGA não faz sentido, quando o PS disse exatamente a mesma coisa acerca da falta de segurança nas estradas e nos passeios. Terminou, deixando uma saudação à bancada da Iniciativa Liberal e do PPD/PSD por terem apresentado a verdadeira versão da história sobre 25 de Abril e por terem realmente feito, pela primeira vez, uma menção ao 25 de Novembro na Assembleia Municipal. -----

--- De seguida, tomou a palavra o Senhor Miguel Ângelo da Silva Correia, começando por esclarecer que, desde mil novecentos e noventa e um, altura em que foi pela primeira vez eleito membro da Assembleia Municipal de Mafra, se identifica como tal sempre que está presente em eventos, não precisando da autorização do Presidente da Assembleia ou da Assembleia para o fazer, porque é assim que a lei o dita, pelo que não admite que tal seja colocado em causa. Seguidamente, recordou que, em anteriores sessões deste órgão, haviam sido apresentados temas do âmbito da política internacional que, na sua opinião, não faziam sentido no âmbito local, mas sustentou que a questão da Ucrânia é diferente, na medida em que, enquanto questão humanitária, a própria população do concelho também se envolveu, sem qualquer influência dos partidos. Relembrou que as pessoas, por iniciativa própria, foram de carro até à Ucrânia, à Polónia e à Roménia buscar deslocados de guerra. Assim, a título pessoal, referiu que iria votar as moções acerca da Ucrânia de forma favorável. Relativamente às questões do 25 de Novembro, e fazendo menção ao que foi dito pelo Senhor Duarte Nuno Mota Carmo Gonçalves Machado, lembrou que este tema já foi abordado em anteriores sessões. Sobre a moção do CHEGA, em complemento ao explanado pelo Senhor Sérgio Alberto Marques dos Santos em relação às iniciativas das forças de segurança, lembrou que a Câmara Municipal de Mafra tem disponibilizado viaturas à GNR para o programa Escola Segura, que contempla a vertente da sensibilização, sendo que a referida força policial também marca presença em eventos municipais como a Feira das Profissões ou a comemoração do Dia Mundial da Criança. -----

--- De seguida, o Senhor Sérgio Alberto Marques dos Santos interveio, com o objetivo de esclarecer a primeira parte da intervenção do Senhor Miguel Ângelo da Silva Correia, pois este tinha feito um *post* no *Facebook* onde indicava que tinha estado presente em determinado local como membro da Assembleia Municipal e, nessa sequência, questionou o Senhor Presidente da Assembleia, na reunião preparatória daquela sessão, com toda a legitimidade, se tinham sido feitos convites. Relativamente à questão da Ucrânia, agradeceu, em nome do PS, o envolvimento da população do concelho, nomeadamente na cedência de habitações. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não tendo registo de mais nenhuma intervenção, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que o mesmo tivesse a oportunidade de se dirigir aos membros da Assembleia. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os presentes, com ênfase especial aos corpos sociais do Centro Recreativo Sociocultural de Campos, Casais e Póvoas, na pessoa da sua Presidente, bem como à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro, pela sua gentileza na preparação daquela Assembleia. Relativamente às intervenções anteriores, disse ter registado uma questão, pela Senhora Dona Ana Teresa Ivo da Silva, acerca das intervenções da IP - Infraestruturas de Portugal na Estrada Nacional 9, na localidade de Cheleiros.

Informou que a IP se encontrava, naquele momento, a intervir na Carapinheira e em Cheleiros. Aproveitou, também, para dar nota pública que, depois de muitas insistências e petições, por parte da Câmara e da Assembleia, junto da IP e do Ministério, relativamente a algumas intervenções, é necessário salientar as que foram feitas entre o Barril da Encarnação e a Ericeira, na Estrada Nacional 247. Lamentou, apenas, que as obras não tivessem continuado desde a Ericeira até ao Pobral. Referiu que existem zonas que estão em muito mau estado como, por exemplo, as curvas junto ao Centro Associativo da Carvoeira, as quais carecem de intervenção há muitos meses. Saudou, ainda, a intervenção feita na Venda do Pinheiro, particularmente para resolução de dois deslizamentos, ainda que a mesma tenha sido tardia. Lembrou, ainda, a necessidade de obras na estrada da Encarnação para Mafra, esperando que seja em breve contemplada, assim como na freguesia do Milharado, mais concretamente entre a Póvoa da Galega e o Cabeço de Montachique. -----

--- **MOÇÃO: "25 DE ABRIL É MAIS FUTURO E 1.º DE MAIO É A LUTA DOS TRABALHADORES":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da parte final da Moção apresentada pela CDU: "A CDU propõe que a Assembleia Municipal reunida a 28 de Abril delibere: saudar o 48.º aniversário da Revolução de Abril; saudar a União de Resistentes Antifascistas Portugueses; saudar a comemoração do 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador." -----

--- **A proposta de Moção foi aprovada, por maioria, com oito votos a favor (6 PS, 1 CDU e 1 BE), três votos contra (2 CH e 1 IL) e vinte e sete abstenções (26 PPD/PSD e 1 PAN).** -----

--- **MOÇÃO: "SOBRE OS COMBUSTÍVEIS PARA OS BOMBEIROS":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à leitura dos três pontos base da Moção apresentada pela CDU: "A Assembleia Municipal de Mafra delibera: Expressar a sua solidariedade à(s) AHBV do concelho, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses; apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que legislem, rapidamente, para que os Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao gásóleo verde; recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transportes de Doentes." -----

--- **A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e seis votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN e 1 IL) e dois votos contra do CH.** -----

--- **MOÇÃO: "MOBILIDADE PEDONAL E RODOVIÁRIA":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler parte da proposta apresentada pelo CHEGA: "Levantamento e devida construção dos passeios em todo o município; levantamento e devida construção de estradas que ainda se encontram em terra batida e muitas vezes inacessíveis para carros". -----

--- **A proposta foi rejeitada, com trinta e quatro votos contra (26 PPD/PSD, 6 PS, 1 CDU e 1 BE), três votos a favor (2 CH e 1 IL) e uma abstenção do PAN.** -----

--- **MOÇÃO: "SEGURANÇA NAS ESCOLAS":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal enumerou os vários pontos da proposta de Moção do CHEGA: "Garantir a segurança interna e a ordem pública; defender os direitos fundamentais dos cidadãos; garantir o cumprir da legalidade; esclarecer os jovens que a polícia não é uma ameaça; esclarecer os mais jovens que a polícia tem o dever de intervir quando é praticado um crime e elucidá-las para as consequências que têm determinados atos; promover a cidadania, a paz e a ordem dentro da comunidade escolar." -----

--- **A proposta foi rejeitada, com trinta e cinco votos contra (26 PPD/PSD, 6 PS, 1 CDU, 1 BE e 1 PAN), dois votos a favor do CH e uma abstenção da IL.** -

--- **MOÇÃO: "PESAR PELAS VÍTIMAS DA INVASÃO DA UCRÂNIA PELO EXÉRCITO RUSSO E APELO AO CESSAR FOGO, À CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA PAZ NA REGIÃO E AO APOIO AOS REFUGIADOS E PERSEGUIDOS DO CONFLITO":** -----

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu, de seguida, parte da Moção apresentada pelo BE: "A Assembleia Municipal delibera: condenar a ocupação militar em curso na Ucrânia; manifestar a sua total solidariedade com todas as vítimas do conflito e prestar homenagem àqueles e àqueles que perderam a vida, rendendo-lhes 1 minuto de silêncio; instar a Câmara Municipal de Mafra a continuar e reforçar os esforços que já vem desenvolvendo; apelar aos governos da Rússia e da Ucrânia, bem como ao governo português e aos representantes da União Europeia e das Nações Unidas, que desenvolvam todos os esforços para que seja alcançado um acordo que permita aliviar a tensão que hoje se vive; instar ao Governo e Estados Membros da União Europeia a prosseguirem os seus esforços para travar esta guerra por meios diplomáticos e económicos." -----

--- **A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e sete votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 2 CH, 1 BE, 1 PAN e 1 IL) e uma abstenção da CDU.** -----

--- **MOÇÃO: "PELA DISPONIBILIZAÇÃO DE ALOJAMENTO A PROFESSORES/AS DESLOCADOS/AS E COLOCADOS/AS NO CONCELHO DE MAFRA":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da parte final da Moção apresentada pelo BE: "O Bloco de Esquerda tem a honra de propor que a Assembleia Municipal de Mafra delibere instar o Governo a: disponibilizar alojamento a preço acessível, que não exceda os 30% do rendimento, às e aos docentes que residam fora da área metropolitana de Lisboa e sejam colocados em estabelecimentos da área do Município de Mafra; que o Ministério da Educação efetue as diligências necessárias, em articulação com a Câmara Municipal de Mafra, tendentes à resolução desta questão." -----

--- **A proposta foi rejeitada, com vinte e nove votos contra (26 PPD/PSD, 2 CH e 1 IL), três votos a favor (1 BE, 1 CDU e 1 PAN) e seis abstenções do PS.**

--- **MOÇÃO: "VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta de Moção do BE: "O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal: faça uma saudação ao 1.º de Maio e aclamar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público". -----

--- **A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e cinco votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 1 BE, 1 PAN e 1 CDU) e três votos contra (2 CH e 1 IL).** -----

--- **MOÇÃO: "SANEAMENTO BÁSICO NOS CASAIS DE SÃO LOURENÇO":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o último parágrafo da moção apresentada pela IL: "A Iniciativa Liberal, sensível ao bem-estar das populações, mas também ciente, neste caso, do trabalho levado a cabo pelo Executivo Municipal, propõe que esta Assembleia recomende ao Senhor Presidente de Câmara, como responsável pelo órgão executivo municipal, que use todos os mecanismos ao seu alcance para que seja aprovada centralmente a obra referida, reforçado com o voto favorável dos representantes dos municípios no órgão deliberativo, por forma a melhorar a qualidade de vida, o bem-estar e o ambiente no Concelho." -----

--- **A proposta foi rejeitada, com vinte e oito votos contra (26 PPD/PSD, 1 BE e 1 CDU), três votos a favor (2 CH e 1 IL) e sete abstenções (6 PS e 1 PAN).** -----

--- **MOÇÃO: "PELA EXECUÇÃO DE INVESTIMENTO NAS OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu parte da Moção do PPD/PSD: "A Assembleia Municipal de Mafra delibera: apelar ao Governo que mandate imediatamente a Infraestruturas de Portugal a executar todas as obras de requalificação, com carácter de urgência, com a suficiente dotação financeira, planeamento e operacionalização, e que informe a Câmara e a Assembleia Municipal de Mafra da calendarização prevista para estas intervenções; enviar esta Moção ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, apelando para que seja prioridade do Governo a requalificação integral da Linha do Oeste." -----



--- **A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e dois votos a favor (26 PPD/PSD, 2 CH, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN e 1 IL) e seis abstenções do PS.** -----

--- **MOÇÃO: "SOLIDARIEDADE COM A UCRÂNIA E O POVO UCRANIANO":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de seguida, à leitura do último parágrafo da Moção do PS: "*Saudamos vivamente a atitude de todos na mobilização e apoio de todos os munícipes, comerciantes, instituições que cooperam dinamicamente com as associações e comunidades ucranianas, assim como outras múltiplas associações, coletividades e ações cívicas da população no lançamento e construção de iniciativas e programas de apoio humanitário, assim como na disponibilização de recursos e meios essenciais para a integração plena de refugiados vindos da Ucrânia, a nível social, habitacional, educativo ou na identificação de oportunidades de emprego, adequado às respetivas qualificações e experiência.*" ---

--- **A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e seis votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 2 CH, 1 BE e 1 PAN) e duas abstenções (1 CDU e 1 IL).** -----

--- **MOÇÃO: "VOTO DE SAUDAÇÃO: 25 DE ABRIL – DIA DA LIBERDADE":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou os quatro pontos propostos na Moção do PS: "*O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Mafra delibere: saudar os "Capitães de Abril" e todos os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas; render homenagem à memória de todos os cidadãos Portugueses, dos vários quadrantes políticos e ideológicos, que se bateram pelos valores da Liberdade e do Direito, durante as décadas da "noite e do silêncio" do regime fascista; reafirmar o valor inestimável da nova geração dos Direitos Humanos que o 25 de Abril nos trouxe e pugnar pelo seu respeito junto das novas gerações; saudar todos os que responderam ao apelo para participar, em Lisboa e no país, nos eventos e festividades comemorativas deste "Dia da Liberdade".*" -----

--- **A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e quatro votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 1 BE e 1 PAN), um voto contra do CH e duas abstenções (1 IL e 1 CDU).** -----

--- **MOÇÃO: "VOTO DE SAUDAÇÃO: 1.º DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR":** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura de parte da Moção apresentada pelo PS: "*O Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Mafra, reunida no dia 28 de abril de 2022, delibere saudar todos os trabalhadores portugueses e lembrar as suas lutas e conquistas.*" -----

--- **A proposta foi aprovada com a maioria dos votos.** -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu início ao pedido feito pelo Bloco de Esquerda, aquando da homenagem às vítimas do conflito na Ucrânia, rendendo-lhes um minuto de silêncio. -----

--- **PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO":** -----

--- Cumprido o minuto de silêncio, o Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **Período de "Intervenção do Público"**, anunciando que foram registados três pedidos de intervenção. Assim, convidou a primeira munícipe a intervir, a Senhora Dona Maria dos Anjos Ferreira, moradora em Casais de Monte Bom. -----

--- A Senhora Dona Maria dos Anjos Ferreira começou por mencionar o crescimento da aldeia dos Casais de Monte Bom, acrescentando que, com esse aumento, surgiam também problemas de saneamento. Assim sendo, questionou quais eram os projetos da Câmara e o que é que seria possível concretizar nos tempos mais próximos, na medida em que a estrada se encontrava a ser intervencionada e isso implicava, depois, outros trabalhos. Relativamente ao saneamento, disse que existem situações que causam transtornos aos habitantes, porque as fossas não apresentam capacidade suficiente, vazando para a via pública e causando um cheiro desagradável para as pessoas que vivem nos arredores. Solicitou que aqueles pedidos fossem tomados em consideração e que fossem verificadas as possibilidades de os resolver. Mencionou, ainda, a questão da sinalização de trânsito, que se encontra um pouco deficitária, dando nota da existência de uma lomba que obstrui a visão de quem se desloca de carro de Santo Isidoro para Mafra e vice-versa. Aos sábados, a rua fica

*ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS*

mais movimentada, principalmente por crianças, devido à catequese e à missa, pelo que teme que aconteça um acidente. Terminou a intervenção, agradecendo a oportunidade da presente sessão descentralizada. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal atribuiu, de seguida, a palavra ao Senhor Eugénio Ruivo, da Venda do Valador. -----

--- O Senhor Eugénio Ruivo tomou a palavra, passando a ler o documento que se encontra em anexo à presente ata, sendo parte integrante da mesma (anexo XVII).

--- Depois de agradecer a intervenção do Senhor Eugénio Ruivo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu as boas-vindas à interveniente seguinte, a Senhora Dona Maria Helena Santos, moradora em Casais de Monte Bom. -----

--- A Senhora Dona Maria Helena Santos começou por dar as boas-vindas aos Casais de Monte Bom, cumprimentando todos os presentes. Deu nota de algumas melhorias que podiam ser feitas naquela aldeia, sendo uma delas a questão do saneamento. Apelou, também, ao melhoria do pavimento da Rua Nossa Senhora de Fátima, bem como à iluminação da mesma. Mencionou, também, a quebrada que se deu na Rua do Valinho, numa extensão de oito metros, que tornou a rua demasiado estreita para os tratores e máquinas pesadas que lá passam regularmente. Aditou que a situação ocorreu há cerca de dois anos, foi feito um pedido na Junta de Freguesia e, sensivelmente, dois meses depois, a Câmara deslocou-se ao local. Contudo, continua na mesma. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da munícipe anterior, passando, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

--- O Senhor Presidente da Câmara informou que, neste momento, o Município tem uma taxa de cobertura de 88% na rede pública de saneamento, mas que este é um investimento complexo, dada a dispersão territorial. No caso dos Casais de Monte Bom, informou que já existe um projeto a ser desenvolvido e que, em breve, espera que o mesmo esteja concluído para ser avaliado qual o momento certo para realizar a intervenção. Deu nota que, dentro de poucos dias, iriam começar as obras de saneamento nos Junqueiros, na Freguesia de Santo Isidoro. Relativamente à questão da sinalética, a mesma já tinha sido referenciada, informando que tal seria solucionado na sequência da intervenção de alargamento da estrada e de construção dos passeios, tal como aconteceu nas Póvoas. De seguida, referiu-se à questão da quebrada, dizendo que a situação iria ser analisada novamente pelos serviços e, se se comprovar a existência de perigo, naturalmente que será feita a devida intervenção, sendo também necessário verificar se esta quebrada não se localiza em terreno da responsabilidade de privados. Em relação à pavimentação e iluminação, informou que também iriam analisar a situação. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o **Período de "Intervenção do Público"**, introduzindo, assim, o período da **Ordem do Dia**. ----

--- **PERÍODO DA "ORDEM DO DIA":** -----

--- **1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA, INCLUINDO O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2021 DAS EMPRESAS E ASSOCIAÇÕES E, AINDA, DA GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, EM, SA – NORMA DE CONTROLO INTERNO E PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS - REVISÃO:** -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal apresentou o **ponto um**, questionando se existia alguma intervenção sobre os elementos que foram distribuídos, que se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo XVIII). -----

--- Não havendo pedidos de intervenção, a **Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e situação financeira, atento o disposto no n.º 4 do artigo 35.º e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, incluindo o Relatório e Contas do ano de 2021 das empresas e associações: A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia; AMIUC – Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas; AMTRES –**

**Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos; GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA; Matadouro Regional de Mafra, SA; Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; Tapada Nacional de Mafra, CIPRL; Tratolixo - Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM - Empresa Intermunicipal, SA. e, ainda, da GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA - Norma de Controlo Interno e Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas - Revisão. -----**

**--- 2. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ZONAS DE PRESSÃO URBANÍSTICA, PARA O CONCELHO DE MAFRA: -----**

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **ponto dois da Ordem do Dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e dela fazem parte integrante (anexo XIX). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara tomou, de seguida, a palavra e convidou a Dirigente da Unidade de Reabilitação Urbana, Sara Martins, para partilhar, através de uma apresentação de *PowerPoint*, a proposta formalizada pelos serviços da Câmara, a quem aproveitou para agradecer o empenho. -----

--- A Dirigente da Unidade de Reabilitação Urbana iniciou a sua intervenção, baseando-se na apresentação de *PowerPoint* anexada à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XX). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara congratulou a Dirigente Sara Martins por ter feito uma apresentação completa, referindo que, se existirem questões, estariam disponíveis para as esclarecer. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia saudou, também, a objetividade e a precisão da apresentação feita e, não havendo pedidos de intervenção, colocou o **ponto dois da Ordem do Dia** à votação. -----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 2 CH, 1 PAN, 1 CDU e 1 BE) e um voto contra da IL, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21 de maio, aprovar a proposta de delimitação das Zonas de Pressão Urbanística de Mafra, nos termos dos documentos apresentados e em anexo.** -----

--- A Senhora Dona Leila Isabel Inácio Alexandre passou à leitura da declaração de voto que se encontra anexada à presente ata, fazendo dela parte integrante (anexo XXI). -----

--- O Senhor Edgar José Montez Gomes Boneco apresentou, também, uma declaração de voto verbal, declarando que, embora o documento esteja bem elaborado, discorda da parte final, nomeadamente com a atribuição de penalizações, quando é importante é incentivar a reabilitação dos fogos, ou seja, ter uma atitude positiva. -----

**--- 3. AUDITORIA À GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, EM, SA - HOMOLOGAÇÃO DE RELATÓRIO - RESPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA/ GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, EM, SA: -----**

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **ponto três da Ordem do Dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo XXII). Questionou, de seguida, se algum membro da Assembleia desejava intervir. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Sérgio Alberto Marques dos Santos leu o documento que se encontra em anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (anexo XXIII). -----

--- De seguida, a palavra foi atribuída ao Senhor Paulo Alexandre de Almeida Paula, que começou por afirmar que o Município de Mafra se encontrava a financiar ilegalmente a atividade da GIATUL, desde 2001, financiamento ilegal caracterizado por adjudicações *in house*, acima do valor do mercado; com fracionamento artificial

*ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS*

de fornecimentos e sempre para os mesmos fornecedores; e celebração de contratos no valor de um milhão, setecentos e setenta e cinco mil euros não reduzidos a escrito. Relembrou que este procedimento acontecia de forma sistemática e reiteradamente, não sendo estas as palavras da CDU, mas vindas diretamente do relatório. Informou que o Município deve respeitar as decisões da IGF. Salientou, ainda, que a Câmara Municipal reconhecia o prejuízo de assumir uma PPP - Parceria Público-Privada para o fornecimento de infraestruturas educativas e desportivas, quando deveria ser a própria a fornecer. Esse reconhecimento é feito na carta enviada à Caixa Geral de Depósitos, em que a Câmara Municipal afirmou que o *spread* podia ser mais baixo se fosse a entidade municipal a fornecer as infraestruturas e não a Mafreduca. Constatou-se, na prática, as intervenções que a CDU tem feito ao longo dos anos, isto é, que a GIATUL era uma forma de furtao ao controlo da Assembleia Municipal contratações que, no mínimo, devia ser dado conhecimento e que este ato de gestão acaba por defraudar os munícipes. Por fim, disse não perceber como é que se pode submeter à votação um ofício que foi enviado no dia dezanove de abril, votado pelo executivo no dia vinte e dois do mesmo mês e que já foi homologado pelas Secretarias de Estado, concluindo que se estava a votar algo que não teria qualquer consequência. -----

--- Não se tendo registado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de este responder às questões colocadas acerca do ponto em discussão. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, em resposta à pergunta sobre se a Câmara iria cumprir as recomendações da IGF, começou por declarar que todas já tinham sido cumpridas, à exceção daquela que se relacionava com a internalização da Mafreduca. Explicou que a mesma não tinha sido cumprida porque o quadro legal não o tinha permitido. No entanto, informou que este assunto tem estado a ser diligenciado, junto do Governo, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de modo a assegurar a criação de um quadro legal aplicável aos municípios que detêm participações minoritárias em empresas como a Mafreduca, como é o caso de mais uma vintena de municípios a nível nacional, de diferentes partidos, por forma a que estes possam adquirir a participação total e internalizar ativos e passivos. Disse esperar que o Orçamento de Estado possa acomodar a alteração legislativa. -----

--- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o **ponto três da Ordem do Dia** à votação. -----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tomou conhecimento do Relatório de auditoria n.º 81/2020 da IGF – Autoridade de Auditoria à GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA, e deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor (26 PPD/PSD e 2 CH), 1 voto contra da IL e nove abstenções (6 PS, 1 PAN, 1 IL e 1 CDU), concordar com as respostas prestadas pela Câmara Municipal e pela GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA.** -----

--- O Senhor Miguel Ângelo da Silva Correia apresentou declaração de voto verbal, referindo que este é um tema muito complexo e que os membros da Assembleia, como é evidente, não dominam matérias jurídicas. Mas, a partir do momento em que o assunto é analisado pelos serviços jurídicos da Câmara, e foi sujeito a reunião de Câmara, os membros da Assembleia votam de boa fé. -----

--- O Senhor Sérgio Alberto Marques dos Santos apresentou declaração de voto verbal, mencionando que o Partido Socialista não coloca em causa os serviços jurídicos da Câmara, apenas fez um voto político em relação ao relatório presente nesta Assembleia. -----

--- **4. MAPA DE PESSOAL – ALTERAÇÃO:** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **ponto quatro da Ordem do Dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo XXIV), dando, de imediato, a

palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de aditar alguma informação referente ao ponto em análise. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, quando foi assumida a delegação de competências na área da educação, no dia um de janeiro do ano corrente, existia uma listagem de pessoal a transferir para a Câmara, verificando-se posteriormente que havia um Assistente Técnico e nove Assistentes Operacionais que não foram contabilizados em dezembro, com os dados que tinham sido fornecidos pela DGEstE.

--- Não se registando nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o **ponto quatro da Ordem do Dia** à votação. -----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, com trinta e oito votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 2 CH, 1 PAN, 1 CDU, 1 BE e 1 IL), nos termos das disposições conjugadas no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, e da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal de 2022 do Município de Mafra, conforme documento em anexo, o qual se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.** -----

--- **5. ALIENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.:** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **ponto cinco da Ordem do Dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo XXV), pedindo ao Senhor Presidente da Câmara para proceder ao enquadramento do tema. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, começou por afirmar que, no mandato anterior, foi desenvolvido idêntico procedimento, adiantando, contudo, que não tinha interesse em alienar a participação no Matadouro, porque é uma empresa relevante para o setor primário do Concelho e que tem apresentado sempre resultados positivos, mas que o faz no estrito cumprimento da lei, a qual estipula que as Câmaras devem alienar as participações que detêm em empresas. Lembrou que a Câmara detém 93,33% da empresa e que já tentaram aliená-la no passado, no entanto, a hasta pública ficou deserta. -----

--- O Senhor Sérgio Alberto Marques dos Santos afirmou que o Partido Socialista iria votar favoravelmente, mas muito contrariado, pois considera que a lei é errada. Acrescentou que o Matadouro é uma unidade que faz falta ao Concelho, é bem gerida pela Câmara e, como tal, apoia pequenos e médios criadores de gado. Terminou, dizendo que apenas votariam a favor porque era imperativo da lei, concordando com as declarações do Senhor Presidente da Câmara. -----

--- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o **ponto 5 da Ordem do Dia** à votação. -----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 1 CDU, 1 IL, 1 PAN e 1 BE) e dois votos contra do CH, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o estabelecido no artigo 61.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, autorizar a alienação da totalidade do capital social que o Município detém na empresa Matadouro Regional de Mafra, S.A., pelo valor nominal de € 24,15 (vinte e quatro euros e quinze cêntimos) por ação detida pelo Município, representado por sete títulos de 20.000 (vinte mil) ações cada um.** -----

--- **6. ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE MAFRA - ALTERAÇÃO:** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **ponto 6 da Ordem do Dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo XXVI), convidando, de seguida, o Senhor Presidente da Câmara a intervir acerca do referido ponto. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que, no mandato anterior, a Assembleia Municipal aprovara a Estratégia Local de Habitação de Mafra, sendo uma das primeiras a ser aprovada a nível nacional, tendo-se apresentado, entretanto, o Plano

*ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS*

de Recuperação e Resiliência (PRR), no qual se contempla financiamento para habitação jovem e habitação social. Nesse sentido, depois de uma reunião com a Senhora Secretária de Estado da Habitação, foi recomendado ampliar o nível de ambição relativamente à proposta inicial, que foi concebida tendo em conta, na altura, o dinheiro disponível. Convidou, de seguida, a Chefe de Divisão de Intervenção Social, Saúde, Emprego, Habitação, Paula Ribeiro, a intervir. -----

--- A Chefe de Divisão de Intervenção Social, Saúde, Emprego, Habitação deu início à partilha da proposta elaborada pelos serviços, nos termos da apresentação *PowerPoint* que se encontra anexada à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XXVII). -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum dos Senhores Membros da Assembleia desejava intervir. Não havendo qualquer manifestação, colocou o **ponto seis da Ordem do Dia** à votação. -----

--- **A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 2 CH, 1 PAN, 1 CDU, 1 BE) e uma abstenção da IL, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a alteração à Estratégia Local de Habitação de Mafra, conforme documento anexo, o qual se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.** -----

--- A Senhora Dona Leila Isabel Inácio Alexandre apresentou uma declaração de voto, nos termos do documento em anexo à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XXVIII). -----

--- A Senhora Dona Susana de Jesus Machado Franco apresentou uma declaração de voto, nos termos do documento em anexo à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XXIX). -----

**7. REVISÃO ORÇAMENTAL – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA:** -

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **ponto sete da Ordem do Dia**, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (anexo XXX), passando, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de aditar informação. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara aditou que aquela alteração orçamental modificativa ocorre devido a várias razões, principalmente ao aumento de preços em setores como a energia e os combustíveis. Assim sendo, todo o planeamento efetuado e aprovado em Assembleia Municipal, face às circunstâncias da atualidade, estava condicionado. Nesse sentido, explicou que a alteração consistia em transferir as verbas que estavam alinhadas para investimento para a despesa corrente. Deu, ainda, nota de que foram abertas rubricas nas áreas contratualizadas com o Governo, como sejam, as Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas, o Museu Nacional da Música, as requalificações de janelas e fachadas do Palácio Nacional de Mafra e a candidatura aos Bairros Comerciais Digitais. -----

--- O Senhor Miguel Alexandre da Silva Samora teceu uma rápida consideração acerca do que fora dito pelo PPD/PSD, aquando da moção sobre a Linha do Oeste, dizendo que, na sequência do explicado, se verifica que o impacto do aumento dos preços das matérias-primas se aplica não só no Município de Mafra, mas no país inteiro, na União Europeia e na Europa. Portanto, quando se critica o Governo, ou as empresas de âmbito nacional porque suspendem uma obra, é bom não esquecer que o mesmo acontece em Mafra. Referiu que, obviamente, se encontravam solidários e que sentiam o peso do aumento do custo de vida, mas também sabiam e esperavam que medidas, como a regulação do preço gás natural dentro da União Europeia, pudessem ajudar a estancar o aumento dos preços. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara mencionou que não retirava uma vírgula da intervenção do Senhor Miguel Alexandre da Silva Samora, reafirmando que aquela não era uma questão de Mafra, mas sim de todos os Municípios. -----

--- Não se registando mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **ponto sete da Ordem do Dia**. -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor (26 PPD/PSD e 2 CH), um voto contra da CDU e nove abstenções (6 PS, 1 BE, 1 IL e 1 PAN), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a 2.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2022 – Revisão Orçamental, apresentando o Orçamento da Receita “inscrições/reforços” no valor de € 5,00 (cinco euros); o Orçamento da Despesa apresenta “inscrições/reforços” no valor de € 2.703.995,00 (dois milhões, setecentos e três mil, novecentos e noventa e cinco euros) e “diminuições/anulações” no valor de € 2.703.990,00 (dois milhões, setecentos e três mil, novecentos e noventa euros); o Plano Plurianual de Investimentos apresenta “inscrições/reforços” no valor de € 402.275,00 (quatrocentos e dois mil, duzentos e setenta e cinco euros) e “diminuições/anulações” no valor de € 2.503.990,00 (dois milhões, quinhentos e três mil, novecentos e noventa euros); o Plano de Atividades Municipais apresenta “inscrições/reforços” no valor de € 745.280,00 (setecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta euros). -----

--- **8. 8.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021 – DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

--- **8.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021 – DOS SMAS DE MAFRA – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA:** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu, em simultâneo, os subpontos incorporados no ponto oito da Ordem do Dia, oito ponto um e oito ponto dois, nos termos dos documentos apresentados, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante (respetivamente, anexos XXXI e XXXII), passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de aditar informação relevante acerca dos pontos em discussão. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara informou que se registou, de forma positiva, uma execução da receita global em 105% e uma execução da despesa em 90,1%, sendo tradução da boa gestão. Aproveitou para agradecer aos autarcas, tanto aos colegas do Executivo, como aos membros da Assembleia e aos autarcas de Freguesia, que trabalharam em conjunto durante o ano. Agradeceu, também, a todos os trabalhadores da Câmara, dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Município de Mafra (SMAS), da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA e do Matadouro Regional de Mafra, SA, força motriz da concretização do plano de atividades que fora aprovado em Assembleia Municipal, bem como aos empresários e, por último, aos munícipes que contribuíram para o dinamismo do Concelho. Terminando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara introduziu a Diretora do Departamento Financeiro da Câmara Municipal, Joana Lucena, e a Diretora Delegada dos SMAS de Mafra, Susana Reis, que iriam conduzir, cada uma, uma apresentação acerca dos pontos em discussão. -----

--- A Diretora do Departamento Financeiro interveio, com base numa apresentação de *powerpoint* que se anexa à ata e que dela faz parte integrante (anexo XXXIII). --

--- De seguida, tomou a palavra a Diretora Delegada apresentou o Relatório e Contas dos SMAS, baseando-se numa apresentação *powerpoint*, a qual se encontra anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XXXIV). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para intervenção do Senhor Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, a fim de sublinhar mais alguns pontos. O Vereador manifestou a sua satisfação face aos resultados apresentados, os quais traduzem que as estruturas municipais têm conseguido responder e adequar o seu serviço. Destacou, ainda, dois grandes números, nomeadamente ao nível dos SMAS de Mafra, onde a capacidade de investimento fora de quatro milhões de euros em dois mil e vinte e um, representando 26% do volume de negócios; e o saldo de gerência, no final do ano, que rondava os dois vírgula sete milhões de euros, representando 18% do volume de negócios. Ao nível da prestação de contas do Município, foi obtida uma poupança corrente na ordem dos dezassete milhões de euros, representando 25% das receitas correntes, de forma estruturada e em linha

*ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS*

com aqueles que foram os orçamentos apresentados. Aproveitou para agradecer todo o esforço e empenho da Diretora Delegada dos SMAS de Mafra e da Diretora do Departamento Financeiro da Câmara Municipal, bem como aos serviços envolvidos.

--- De seguida, o Senhor Paulo Alexandre de Almeida Paula pronunciou-se relativamente à prestação de contas da Câmara Municipal, declarando que a mesma reflete a gestão do PPD/PSD, do orçamento com o qual a CDU não concordou. No que diz respeito à prestação de contas dos SMAS de Mafra, as mesmas evidenciam que as contas de água e saneamento providenciaram cerca de três milhões de euros sobre a fatura dos consumidores de água e saneamento. Por essas razões, terminou dizendo que a CDU votaria contra. -----

--- O pedido de intervenção seguinte foi feito pelo Senhor Sérgio Alberto Marques dos Santos, com o objetivo de fazer uma pergunta acerca da Certificação Legal de Contas, mais concretamente sobre a Mafreduca e a GIATUL. Começou por mencionar que o Revisor Oficial de Contas escreve, em determinado momento, que, conforme referida na Nota n.º 6 do Anexo às Demonstrações Financeiras, existe uma participação financeira na empresa Mafreduca em 49% do seu capital social, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte; que a Mafreduca apresentou capitais próprios negativos em cerca de vinte e dois milhões de euros; que a GIATUL tem reconhecida a participação financeira por valor nulo de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da empresa que desta participação não resultarão quaisquer obrigações construtivas ou legais; que, relativamente à participação da Mafreduca, se chama a atenção para o facto de que, segundo o artigo 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até seis meses após a entrada em vigor da referida lei. Referiu que há conhecimento de que a administração da GIATUL continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na lei, e questionou o que é que estava a ser feito. -----

--- O Senhor Edgar José Montez Gomes Boneco interveio, de seguida, de forma a agradecer o trabalho realizado pelas duas técnicas nas apresentações feitas relativamente aos relatórios de contas. -----

--- Seguidamente, interveio o Senhor Jorge Bruno da Costa Ventura, que procedeu à leitura do documento que se encontra em anexo à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XXXV). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, face à intervenção feita pelo Senhor Sérgio Alberto Marques dos Santos, explicou que o esforço que estava a ser feito ia no sentido de tentar que o Governo alterasse o quadro legal para que o Município pudesse adquirir a totalidade da participação da Mafreduca, extingui-la e integrar os ativos e os passivos na Câmara. -----

--- Não surgindo mais nenhum pedido de Intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à votação, de forma separada, dos pontos **oito ponto um e oito ponto dois da Ordem do Dia**. -----

**--- 8. 8.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021 - DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou os documentos de prestação de contas do ano económico de 2021, bem como a proposta de aplicação do resultado positivo no montante de **C 6.089.857,84** (seis milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e oitenta e quatro cêntimos), que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais. Na sequência da referida apreciação, a Assembleia Municipal votou, por maioria, com trinta e seis votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 2 CH, 1 BE e 1 IL), um voto contra da CDU e uma abstenção do PAN, os referidos documentos, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----



--- A Senhora Dona Ana Teresa Ivo da Silva apresentou uma declaração de voto, documento que se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XXXVI). -----

--- **8. 8.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021 – DOS SMAS DE MAFRA – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA:** -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra e da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 2 do artigo 27.º, ambos do Anexo I, Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apreciou o Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS) de Mafra de 2021, instruídos com o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, bem como deliberou aprovar, por maioria, com trinta e cinco votos a favor (26 PPD/PSD, 6 PS, 1 IL e 2 CH), um voto contra da CDU e duas abstenções (1 PAN e 1 BE), conforme documentos apresentados e espelhados nos mapas, os quais se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, os factos mais importantes que a seguir se discriminam: Balanço: Total do ativo: € 72.056.779,00; Património Líquido: € 48.296.336,00; Total Passivo: € 23.760.443,00; Demonstração dos Resultados por natureza (DR): Resultado líquido do período: € 982.932,99; Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): Caixa e seus equivalentes no início do período: € 1.591.068,00; Caixa e seus equivalentes no fim do período: € 2.657.554,00; Demonstração do Desempenho Orçamental (DDO): Receita cobrada líquida: € 18.263.535,00; Despesa paga líquida de reposições: € 16.222.573,00; Saldo para a gerência seguinte: € 2.657.554,00; Saldo inicial operações orçamentais: € 1.210.093,00; Saldo inicial operações de tesouraria: € 380.975,00; Saldo final operações orçamentais: € 2.040.962,00; Saldo final operações de tesouraria: € 616.592,00 e, ainda, que o resultado líquido positivo do período no montante de € 982.931,76 (novecentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e um euros e setenta e seis cêntimos) tenha a seguinte aplicação: A) Que sejam constituídas Reservas Legais no montante de € 49.146,59 (quarenta e nove mil, cento e quarenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos), correspondentes a 5% do resultado líquido do período; B) Que o valor remanescente no montante de € 933.785,17 (novecentos e trinta e três mil, setecentos e oitenta e cinco euros e dezassete cêntimos) seja transferido para os resultados transitados. -----

--- **APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do número quatro do artigo quarenta e três do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações em minuta, assinadas pelo Presidente e Secretário, a qual foi aceite e deliberada, por unanimidade, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

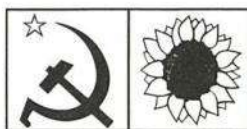
--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram duas horas, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser lida e que, depois de aprovada, irá ser assinada por mim, que a lavrei, José António Petulante Parente, Primeiro Secretário da Mesa, e pelo Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

-----  
-----  
-----



## CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA



**25 de Abril é Mais Futuro e 1º de Maio é a Luta dos Trabalhadores**

Assembleia Municipal, 28 de Abril de 2022

Comemorou-se, na última segunda-feira a 25 de Abril, o 48.º aniversário da Revolução de Abril. Como habitualmente, as comemorações populares do aniversário da Revolução de Abril foram um importante momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia, contra a ditadura fascista e, simultaneamente, de exigência de uma política e de um rumo que responda aos problemas do País e às aspirações dos trabalhadores, dos jovens e do povo português.

A Revolução de Abril foi uma revolução libertadora, com profundas transformações na vida nacional traduzidas em inapagáveis avanços e conquistas que hoje perduram como valores e referências para a construção de um Portugal democrático, desenvolvido e soberano. Uma revolução que enfrenta um longo percurso contra-revolucionário e a permanente tentativa de falsificação daquilo que representa e representou.

A Revolução de Abril foi uma ruptura com o regime fascista, determinada pela acção dos militares do MFA a que se seguiu a acção das massas populares que eliminou a estrutura sócio-económica em que assentava a ditadura fascista.

Quando se salienta que passam já mais anos desde o 25 de Abril de 1974 do que o tempo que durou o regime fascista, assinala-se hoje uma realidade que se contrapõe aos tempos negros do fascismo. Mas importa sublinhar que se a realidade de Portugal hoje continua a ter a marca da Revolução de Abril e de muitas das suas conquistas, que o grande capital ainda não conseguiu destruir, tem também a marca do processo contra-revolucionário e dos graves problemas que esse processo gerou.

A situação que vivemos interpela os trabalhadores e povo português. Convocou-os para as comemorações de Abril, mobilizando para que se apliquem na vida os direitos inscritos na Constituição da República Portuguesa, exigindo que se cumpra o seu projecto, e colocando a necessidade dos valores de Abril como elemento central do futuro que Portugal precisa.

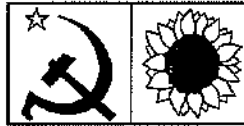
Numa situação em que estão presentes elementos de intensificação de exploração, de empobrecimento, de ataque a direitos e a serviços públicos, de desigualdades, injustiças e discriminações, de branqueamento do fascismo, de promoção de concepções retrógradas e

Paulo Paulo

Aprovado com os votos e fechos  
6 PS; 1 CDU; 1 BE, com os votos  
abstenção 26 PSD; 1 PAN; P  
com os votos contra 2 CH; 1 IL.

Paulo Paulo

## CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA



reaccionárias, de condicionamento das liberdades e ameaças à paz, as comemorações foram uma vibrante afirmação dos valores de Abril e de exigência de um Portugal desenvolvido e soberano, num mundo de paz, cooperação e amizade entre os povos.

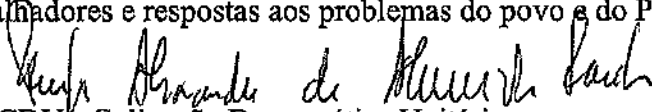
Salientar ainda que, na última terça-feira, dia 26 de Abril, no Jardim da Travessa da Carmeleira em Mafra, a União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) assinalou, de forma simbólica, a queda da ditadura fascista, homenageando os 140 antifascistas nascidos, residentes ou estrangeiros que, no concelho de Mafra, foram presos pelas polícias políticas PVDE/PIDE/DGS durante o período da ditadura. Manter a memória viva dificulta a repetição dos erros, enganos e atrocidades do passado.

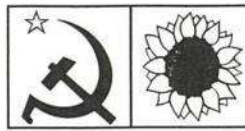
Assim, a CDU propõe que a Assembleia Municipal reunida a 28 de Abril delibere:

- Saudar o 48.º aniversário da Revolução de Abril, momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia, como muitos milhares de manifestantes que saíram à rua, pelo país todo, para marcar e manter viva a necessidade de se cumprir Abril;

- Saudar a União de Resistentes Antifascistas Portugueses que no dia 26 de Abril homenagearam os 140 antifascistas nascidos, residentes ou estrangeiros que foram presos pelas PVDE/PIDE/DGS no concelho de Mafra durante o período da ditadura fascista;

- Saudar a comemoração do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e apelar à participação de todos na jornada de luta do 1º de Maio como valorização do trabalho e dos trabalhadores e respostas aos problemas do povo e do País.

  
CDU - Coligação Democrática Unitária



*Paul Paul*  
*Aprovado com os votos a favor*  
*26 PSD; 6 PS; 1 CDU; 1 PAN; 1 IL; 1 BE*  
*com os votos contra 2 CH.*

**Moção sobre os combustíveis para os bombeiros**

Assembleia Municipal, 28 de Abril de 2022

Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional: Prevenção, Vigilância e Combate a incêndios, Emergência Pré-Hospitalar, Socorro e Acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, Transporte de Doentes, Abastecimento de Água, e muitas outras missões de socorro e apoio às populações, fazem dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal, no geral e no nosso Concelho em particular.

As AHBV, em consequência do enquadramento legal do financiamento e das sucessivas sub-orçamentações nos Orçamentos de Estado, e das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas.

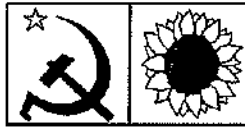
Os aumentos dos preços dos combustíveis, para muitas AHBV já está a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações e o mesmo poderá acontecer a outras. O Governo anunciou que vai apoiar com 1500 euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém do que os bombeiros necessitam e merecem.

Entre as medidas que se impõem implementar num justo regime de financiamento das associações, conta-se a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado gasóleo verde.

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 28 de Abril de 2022, delibera:

1. Expressar a sua solidariedade à(s) AHBV do concelho, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses.
2. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que legislem, rapidamente, para que os Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao gasóleo verde,

## CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA



3. Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transporte de Doentes.

*Vitor Manuel de Almeida Paiva*  
CDU - Coligação Democrática Unitária



Partido Chega Mafra  
Duarte

Assunto: Proposta (N.º 2/2022)

Rejeitada com os votos contra 26 PSD; 6 PS; 1 CDU; 1 BE;  
com os votos abstenção 1 PAN; e com os votos a favor 2 CH;  
1 IL.

Exmo. Sr. Dr. José Alves Bizarro

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Mafra

Senhor presidente da assembleia Municipal; Senhores membros da mesa; Senhoras e senhores deputados;

Enquanto representante nesta assembleia pelo partido Chega, venho propor a seguinte proposta a ser discutida e votada com vista a promover o incentivo à população na criação de soluções na mobilidade pedonal e rodoviária.

A situação em todo o município, no que diz respeito à mobilidade dos seus habitantes, tem-se apresentado muito rudimentar e estagnado nos últimos anos de forma que as vias de circulação, tanto pedonal como rodoviária, não têm servido os seus utentes.

Proponho então a esta Assembleia a discussão e votação desta proposta de:

- Levantamento e devida construção dos passeios em todo o município;
- Levantamento e devida construção de estradas que ainda se encontram em terra batida e muitas vezes inacessíveis para carros;

Considero de extrema necessidade o levantamento dos passeios e estradas não alcatroadas em todo o município, uma vez que algumas das vias demonstram essa necessidade pelo facto de que são locais habitualmente frequentados por peões que saem diretamente a porta de casa para a rodovia, sem a existência de um espaço entre a estrada onde circulam os carros e a porta de casa de alguns habitantes.

Toda esta ausência de passeios por todo o município colocam em perigo a segurança dos pedestres sendo para o Chega uma prioridade em toda a região de Mafra.

27 de Abril de 2022





Rejeitado com os votos contra 26 PSD; 6 PS; 1 CDU;  
1 PAN; 1 BE; com os votos abstenção 1 IL; e com  
os votos a favor 2 CH.

À Assembleia Municipal de Mafra

Partido CHEGA Mafra

Exmo. Sr. Dr. José Alves Bizarro Duarte

Assunto: Proposta (N.º 3/2022)

Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Mafra

O fenómeno da violência escolar e do desrespeito dos mais jovens para com a autoridade dos agentes de polícia tem vindo a verificar-se e a aumentar nas preocupações centrais da sociedade portuguesa.

Temos assistido que o programa “Escola Segura”, que foi uma iniciativa conjunta das áreas governativas da Administração Interna e da Educação em Agosto de 1992 e que visa garantir a segurança no meio escolar e no meio envolvente, através da prevenção de comportamentos de risco como ofensas à integridade física, injúrias e furto, não tem sido suficiente na realidade prática. A violência dentro das escolas e nas suas imediações tem vindo a aumentar no nosso País e o Município de Mafra não é excepção, segundo os relatos que ouvimos de vários encarregados de educação. A par com a prática de crimes em contexto escolar, temos também vindo progressivamente a assistir à escala nacional a um completo desrespeito perpetuado por indivíduos através de ameaças à integridade física contra as nossas forças de segurança, o que resulta de uma profunda ignorância sobre o funcionamento do Estado de Direito.

Assim sendo, a bancada do CHEGA vem a esta Assembleia propor a criação de um programa municipal, promovido pelo Município em parceria com a GNR, de ações de sensibilização nos vários agrupamentos escolares do Concelho, levadas a cabo por agentes da GNR, com o intuito de ensinar aos nossos jovens qual é o verdadeiro papel da polícia nos termos que lhe são conferidos pela legislação vigente. Em um Estado de Direito Democrático é função da polícia:

- Garantir a segurança interna e a ordem pública;
- Defender os direitos fundamentais dos cidadãos;
- Garantir o cumprir da legalidade.

As ações de sensibilização nas escolas pretendem:

- Esclarecer os jovens que a polícia não é uma ameaça, desfazendo o mito de que os agentes da autoridade são agressores legitimados pelo Estado que abusam da força para os punir, mas sim a polícia apenas exerce a força para garantir a segurança, a ordem interna e o respeito dos cidadãos pela lei e pelo seu próximo;
- Esclarecer os mais jovens que a polícia tem o dever de intervir quando é praticado um crime e elucidá-las para as consequências que têm determinados atos praticados em sociedade como a agressão física, psicológica e sexual e o furto;
- Promover a cidadania, a paz e a ordem dentro da comunidade escolar.

A ser aprovada, a presente proposta deve ser remetida a:

Presidente da Câmara Municipal e respetivos vereadores.



Aos vários Agrupamentos Escolares do Concelho de Mafra  
Aos vários postos territoriais da GNR do Concelho de Mafra  
Ao Ministério da Administração Interna

Mafra, 28 de Abril de 2022

As eleitas do CHEGA à Assembleia Municipal de Mafra

Susana Franco

Maria Alexandra Santos



*ma*  
Aprovado com os votos a favor 26 PSD;  
6 PS; 1 PAN; 2 CH; 1 BE; 1 IL  
& com os votos abstenção 1 CDV.

*Abreu* *JB*

### MOÇÃO

Pesar pelas vítimas da invasão da Ucrânia pelo exército russo e apelo ao cessar fogo, à criação de condições para paz na região e ao apoio aos refugiados e perseguidos do conflito

No passado dia 24 de fevereiro, tropas da Federação Russa invadiram a Ucrânia, uma agressão militar que viola o direito internacional, a Carta das Nações Unidas e o acordo de paz firmado entre os dois países em 2014 na cidade de Minsk, merecendo, por tudo isto e pelo sofrimento que está a causar, uma condenação sem reservas.

Ao longo das últimas semanas, a escalada do conflito e o avanço das tropas ocupantes trouxeram destruição e medo ao interior da Ucrânia, deixando um rasto de milhares de mortos e feridos e levando à fuga de milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, o povo ucraniano levantou-se para defender a sua soberania e liberdade, estando a fazer frente às forças ocupantes e, de forma corajosa, a procurar dificultar o avanço de um dos exércitos mais poderosos do planeta.

Por todo o mundo, são muitas as vozes que se levantam contra esta agressão, exigindo um cessar-fogo e retirada imediata das tropas russas de território ucraniano e a urgência de um processo negocial para estabelecer condições para uma paz sólida e duradoura.

Mesmo no interior da Rússia tem sido possível ouvir vozes de oposição à política expansionista de Putin, em protestos considerados ilegais pelo regime e que resultaram na perseguição política e prisão de milhares de mulheres e homens, bem como no agravamento das restrições à liberdade de expressão.

Também em Mafra, terra de tolerância e pacífica convivência de cidadãos e cidadãs de todo o mundo, onde as comunidades russas e ucranianas vivem em harmonia e onde tantas pessoas

que fugiram de outras guerras injustas encontraram o seu lugar para viver, muitas vezes se levantaram contra a escalada militar e a guerra, em favor da paz e pela liberdade. Há uma onda de solidariedade que se eleva e procura juntar forças e recursos para prestar apoio e alívio aos e às que sofrem.

A escalada do conflito conduzirá a um desastre humano e ambiental sem precedentes, que afetará não só as populações hoje diretamente envolvidas, como todos os povos da Europa e do mundo, com consequências nefastas para todo o planeta.

Perante o agravar da situação de conflito militar na Ucrânia, o crescimento do fluxo de deslocados e refugiados e face aos riscos que a agressão russa representa para toda a região e para o mundo, é tempo de exigir a paz e convocar toda a solidariedade para com o povo ucraniano e para com todas as pessoas afetadas por este conflito, bem como para com os cidadãos e cidadãs que, no interior da Federação Russa, são reprimidos por se oporem a mais uma guerra injusta e sanguinária. Assim, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 28 de março de 2022, delibera:

- Condenar a ocupação militar em curso na Ucrânia, apelando ao imediato cessar-fogo, à retirada do exército Russo e a conversações que permitam estabelecer um quadro de paz sólido e duradouro para a região.
- Manifestar a sua total solidariedade com todas as vítimas do conflito e prestar homenagem àqueles e àquelas que perderam a vida, rendendo-lhes 1 minuto de silêncio.
- Instar a Câmara Municipal de Mafra a continuar e reforçar os esforços que já vem desenvolvendo para, em conjunto com autoridades e entidades nacionais e internacionais e a sociedade civil, providenciar auxílio de emergência e apoio no resgate e acolhimento de refugiados.
- Apelar aos governos da Rússia e da Ucrânia, bem como ao governo português e aos representantes da União Europeia e das Nações Unidas, que desenvolvam todos os esforços para que seja alcançado um acordo que permita aliviar a tensão que hoje se vive e dar esperança aos povos do mundo no alcançar da paz.

- Instar ao Governo e Estados Membros da União Europeia a prosseguirem os seus esforços para travar esta guerra por meios diplomáticos e económicos.

Se aprovada, esta moção deverá ser enviada ao governo português, ao senhor presidente da República e às representações diplomáticas da UE, da Ucrânia e da Rússia em Portugal.

Mafra, 28 de abril de 2022

A eleita do Bloco de Esquerda,

Belandina Vaz



Rejeitada com os votos contra 26 PSD; 2 CH; 1 IL; com os votos  
abstenção 6 PS; e com os votos a favor 1 PAN; 1 BE;  
1 CDV.



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

## MOÇÃO

### **Pela disponibilização de alojamento a professores/as deslocados/as e colocados/as no concelho de Mafra**

Considerando que:

1. De acordo com a FENPROF, 30 mil alunos e alunas estão sem professores pelo menos a uma disciplina;
2. É obrigação do Estado garantir educação gratuita de qualidade a todas as crianças até aos 18 anos ou 12º ano de escolaridade, promovendo a igualdade de oportunidades;
3. O Governo tem tentado colmatar o problema com o aumento das horas extraordinárias, o que pode resultar num aumento das baixas por doença ou *burnout*;
4. Atendendo ao facto que o preço médio de arrendamento habitacional subiu nos últimos anos e de forma generalizada, em toda a Área Metropolitana de Lisboa;
5. Os professores e professoras, fruto da política educativa dos últimos anos usufruem de remunerações baixas e, os que têm horários parciais, menos recebem, pelo que não conseguem pagar os preços do mercado de arrendamento e a juntar a isso o custo das deslocações;
6. Apesar das reivindicações das organizações representativas dos professores e das professoras, o governo não tem avançado com qualquer complemento para colmatar as despesas extraordinárias com habitação;

7. A existência de um número tão elevado de horas de aulas sem professor resulta em grave prejuízo para as alunas e os alunos, que se veem privados do direito a uma educação de qualidade, consagrado na Constituição da República;

Assim, perante o exposto, o Bloco de Esquerda tem a honra de propor que a Câmara Municipal de Mafra delibere **instar o Governo a:**

**1- Disponibilizar alojamento a preço acessível, que não exceda os 30% do rendimento, às e aos docentes que residam fora da área metropolitana de Lisboa e sejam colocados em estabelecimentos da área do Município de Mafra;**

**2- Que o Ministério da Educação efetue as diligências necessárias, em articulação com a Câmara Municipal de Mafra, tendentes à resolução desta questão.**

Mafra, 28 de abril de 2022

A eleita do Bloco de Esquerda,

Belandina Vaz





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

*MT*  
*Aprovado com os votos a favor*  
*26 PSD; 6 PS; 1 CDU; 1 BE; 1 PAN;*  
*e com os votos contra 2 CH; 1 IL*

*Flávio* *AB*

### VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo *slogan* que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais.

Por isso, assinalar o 1º de maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública (congelados há mais de 10 anos) como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos.

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido lembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

Os abusos laborais são perpetuados diariamente pelas empresas de *outsourcing* que, obrigam as trabalhadoras e os trabalhadores a desempenhar as suas funções além da carga semanal, sem qualquer remuneração e/ou com valores/hora muito abaixo do que está previsto na legislação laboral. A Covid-19 agravou a situação de vulnerabilidade destas trabalhadoras e destes trabalhadores da linha da frente, as empresas que subcontratam os serviços escusaram-se das suas responsabilidades, deixando que estes não fossem abrangidos por um subsídio de risco.

**Assim, o Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal:**

1. Faça uma saudação ao 1º de Maio e aclamar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.

Mafra, 28 de abril de 2022

A eleita do Bloco de Esquerda,

Belandina Vaz





**Senhor Presidente da Assembleia Municipal**

**Senhor Presidente de Câmara e restante Executivo Municipal**

**Senhores Deputados Municipais**

**Senhores Representantes dos órgãos de Comunicação Social**

**Caros Munícipes**

Celebrámos, no passado dia 25 de abril, 48 anos do início da Democracia em Portugal, o começo daquilo que todos desejaram vir a ser o motor da transformação de um país que se encontrava acorrentado socialmente e refém de uma ideologia única e castradora, que limitava e obstruía a Liberdade individual e a possibilidade de cada um escolher o seu futuro.

Os tempos seguintes ao 25 de abril de 1974 vieram, no entanto, revelar interesses pouco alinhados com a Liberdade tão desejada e motivações claras para uma substituição do regime então vigente, por outro de cariz socialista.

O período conturbado de guerrilha, entre as diferentes fações pós 25 de abril, apenas culminou com a Liberdade para todos os portugueses no dia 25 de novembro de 1975, data em que mais uma vez as forças militares intervieram para finalizar a revolução que se iniciou a 25 de abril de 1974 e entregar o poder ao povo e aos seus representantes.

Estas datas que todos celebramos, ainda que a última seja desvalorizada, por ideologias ainda vigentes e de enorme ressentimento para com o passado inglório que deixaram ao nosso país, cabendo-lhes bem a máxima do Estado Novo “Orgulhosamente sós!”, devem encher-nos de coragem e espírito de missão, para defender e auxiliar com todo o empenho a Ucrânia e o seu povo.

Deveremos todos nós, mostrar que somos fiéis à revolução da Democracia e da Liberdade e que defendemos essas conquistas para Portugal e para todo o mundo, e que não será por fraqueza física ou intelectual dos portugueses, que país algum seja subjugado por um outro que não reconheça e honre esses mesmos direitos para si e para terceiros.

As palavras que todos os dias ouvimos deverão ser convertidas em atos e devemos condenar veementemente a Rússia e os seus aliados, nesta barbárie que levam a cabo numa nação soberana e livre.

Viva a Democracia!

Viva a Liberdade!

Viva Portugal!

Maфра, 28 de Abril de 2022

O Representante da Iniciativa Liberal

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente de Câmara e restante Executivo Municipal

Senhores Deputados Municipais

Senhores representantes dos órgãos de Comunicação Social

Rejeitada com os votos a favor 26 PSD; 1 CDU;  
1 BE; com os votos abstenção 1 PAN; 1 PS;  
com os votos a favor 1 IL; 2 CH.  
Fluente

### Caros Municípes

O direito a uma rede de saneamento básico, público, encontra-se, no nosso entendimento, incluído no direito à saúde, bem como no direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, previstos na Constituição.

A Câmara Municipal tem levado a efeito, ao longo dos anos, um trabalho meritório de alargamento da rede pública de saneamento básico, estando já coberta a maior parte do Concelho.

De entre as obras realizadas contam-se também as levadas a efeito nos **Casais de S. Lourenço** que, talvez com algum excesso de voluntarismo, se executaram sem a total aprovação por parte das entidades centrais responsáveis.

Os trabalhos que competiam ao município foram realizados.

No entanto, devido a algum impedimento burocrático central, a rede pública não pode ainda funcionar, para prejuízo dos actuais residentes, bem como com prejuízo de todos os que pretendem construir nesta povoação, já que todos os projectos de construção naquele local, têm que prever a existência de saneamento próprio.

Foram já despendidas algumas centenas de milhares de euros na construção desta obra, que se mantém, ainda assim, inoperacional.

A Iniciativa Liberal, sensível ao bem-estar das populações, mas também ciente, neste caso, do trabalho levado a cabo pelo Executivo Municipal, propõe que esta Assembleia recomende ao Senhor Presidente de Câmara, como responsável pelo órgão executivo municipal, que use todos os mecanismos ao seu alcance para que seja aprovada centralmente a obra referida, reforçado com o voto favorável dos representantes dos municípes no órgão deliberativo, por forma a melhorar a qualidade de vida, o bem-estar e o ambiente no Concelho.

Mafra, 28 de abril de 2022  
O Representante da Iniciativa Liberal

## MOÇÃO

O Grupo Municipal do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Mafra, submete à votação da Digníssima Assembleia a seguinte moção:

### “PELA EXECUÇÃO DE INVESTIMENTO NAS OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE”

Considerando que:

1. O consórcio responsável pelas obras de modernização da linha do Oeste, retirou do terreno metade das máquinas e do pessoal que ali operava depois de detetar que a execução do projeto poderá obrigar a trabalhos a mais, na ordem dos 10 milhões de euros.
2. As obras da 2ª fase começaram no início de 2021 e recentemente o empreiteiro terá detetado que havia desconformidades e, havendo necessidade da retificação do traçado da via férrea ou construir via dupla, implica que os aterros e escavações a fazer são muito superiores aos que constam no projeto inicial;
3. Embora estas situações de desvio financeiro (obras a mais!) possam acontecer, os montantes costumam ser de pouca expressão, mas, nesta obra da Linha do Oeste, atingem já os 16%;
4. As obras da linha do Oeste deveriam estar concluídas em junho de 2020 (e os trabalhos só começaram em novembro de 2020);
5. Segundo informação da fiscalização da obra, 30% da empreitada está executada;
6. Apenas houve intervenção na modernização de metade do troço proposto (Meleças – Torres Vedras) sendo que o seguinte (Torres Vedras – Caldas da Rainha), alvo de outro concurso público, não tem sequer obras no terreno;
7. A requalificação em causa tarda em acontecer e é visível – ou invisível! – aos olhos de todos;
8. O Governo não cumprindo as promessas feitas, torna evidente que não programa as obras que ostenta e apregoa fazer;
9. A modernização da linha do Oeste é estratégica para o concelho de Mafra;
10. A tardia requalificação integral da Linha do Oeste, implica atrasos na melhoria das acessibilidades aos centros económicos do país e em articulação com a rede de transportes públicos, tornando a ferrovia cada menos competitiva na circulação de pessoas e bens;

Assim, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida em sessão ordinária de 28 de abril de 2022, delibera:

1. Apelar ao Governo que mandate imediatamente a Infraestruturas de Portugal a executar todas as obras de requalificação, com caráter de urgência, com a suficiente dotação financeira, planeamento e operacionalização, e que informe a Câmara e a Assembleia Municipal de Mafra da calendarização prevista para estas intervenções;
2. Enviar esta Moção ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, apelando para que seja prioridade do Governo a requalificação integral da Linha do Oeste.

A presente moção é enviada a Suas Excelências o Primeiro-Ministro e o Ministro das Infraestruturas e da Habitação, com conhecimento a todas as forças políticas representadas na Assembleia da República.

Assembleia Municipal de Mafra, 29 de abril de 2021

O Grupo Municipal do PPD/PSD





Aprovada com os votos a favor: 26 PSD;  
2 CH; 6 PC; 1 PAN; 1 BE; ~~11~~ e com  
os votos abstenção 1 PSD; 11/2  
Florento

## MOÇÃO

# SOLIDARIEDADE COM A UCRÂNIA E O POVO UCRANIANO



“Quanto mais cedo a guerra terminar, melhor — pelo bem da Ucrânia, da Rússia e do mundo”

“Guerra no século XXI é um absurdo”

António Guterres  
Secretario Geral das Nações Unidas

A Assembleia Municipal de Mafra condena a invasão cruel e violadora da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, que a Federação Russa moveu contra a Ucrânia, desrespeitando por completo os Direitos Humanos e a Independência do Estado da República Ucraina.

Esta ilegítima invasão e agressão russa ao território e povo ucraniano não encontra amparo possível à luz do direito dos povos, constituindo uma bárbara ofensa não só face à integridade da Ucrânia, enquanto nação e Estado soberano e democrático, mas também contra a comunidade internacional e contra a paz e segurança de todo o continente europeu, e do mundo, em pleno século XXI.

O singular exemplo de resistência do povo ucraniano, assim como dos seus dirigentes políticos e das suas Forças Armadas merecem o mais elevado respeito e solidariedade, por agirem sob os princípios do direito de resistência e de defesa do seu próprio país e das instituições democráticas que os regem, contra a agressão externa.



Todas as vítimas mortais, e feridos civis e militares, assim como os milhões de cidadãos ucranianos deslocados e refugiados, provocam-nos profunda tristeza e exaltam a mais firme repulsa aos actos militares criminosos praticados pelas forças militares da Federação Russa desde o dia 24 de fevereiro até hoje.

Saudamos vivamente a atitude de Todos na mobilização e apoio de todos os munícipes, comerciantes, instituições que cooperam dinamicamente com as associações e comunidades ucranianas, assim como outras múltiplas associações, coletividades e ações cívicas da população no lançamento e construção de iniciativas e programas de apoio humanitário, assim como na disponibilização de recursos e meios essenciais para a integração plena de refugiados vindos da Ucrânia, a nível social, **habitacional**, educativo ou na identificação de oportunidades de emprego, adequado ás respetivas qualificações e experiência.



O Grupo do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Mafra, reunida no dia 28 de abril de 2022, que delibere:

- 1) Apelar à Paz e à retirada imediata das forças militares da Federação Russa de todo o território sem exceção;
- 2) Considerar, desde já, a vila e concelho de Mafra como local de acolhimento e integração de refugiados e vítimas da guerra da Ucrânia, a bem da solidariedade internacional, do socorro e auxílio que esta causa humanitária nos exige e em nome da dignidade e dos Direitos Humanos;
- 3) Enviar esta Moção à Embaixada da Ucrânia, à Embaixada da Federação Russa, ao Senhor Presidente da República Portuguesa, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro.

Os eleitos do Partido Socialista de Mafra

Sérgio Santos

---

28-04-2022



Aprovada com os votos a favor: 26 PSD;  
6 PS; 1 PAU; 1 BE e com os votos  
abstenção 1 IL; 1 CDV e os com  
os votos contra 2 CH.

## VOTO DE SAUDAÇÃO

25 de Abril – Dia da Liberdade

“Esta é Vitória da Liberdade”  
Mário Soares

O nosso País celebra, a cada 25 de Abril, mais um aniversário da Revolução dos Cravos que um grupo de militares levou a cabo em 1974, com elevada mestria estratégica e sem derrame de sangue nas ruas, derrubando um regime totalitário e ditatorial que governou Portugal durante 48 anos.

Foi a Revolução de 25 de Abril que permitiu o fim da guerra colonial que ceifava a vida a jovens inocentes e que reabriu as portas à Liberdade, à Democracia e aos Direitos Humanos que hoje nos são tão naturais como o ar que respiramos.

48 anos passados, todos e cada um de nós continuamos a usufruir e a disfrutar de um Estado de Direito, de uma normal convivência democrática, de um vigoroso sistema eleitoral pluripartidário e de um consolidado Poder Local. Habitamos saudavelmente numa sociedade cada vez mais moderna e desenvolvida que continua a assentar constitucionalmente nos pilares da Liberdade, da Igualdade, da Justiça e da Solidariedade.





Vivemos tempos difíceis, muito difíceis.

A palavra “guerra”, que até há uns meses estava afastada do discurso político, é agora um dado adquirido e assumido, competindo a todos os cidadãos, instituições civis, religiosas, militares e políticas uma luta intransigente pela Paz e pela Liberdade.

**Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Mafra, reunida no dia 28 de abril de 2022, delibere:**

1. Saudar os “Capitães de Abril” e todos os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas;
2. Render homenagem à memória de todos os cidadãos Portugueses, dos vários quadrantes políticos e ideológicos, que se bateram pelos valores da Liberdade e do Direito, durante as décadas da “noite e do silêncio” do regime fascista;
3. Reafirmar o valor inestimável da nova geração dos Direitos Humanos que o 25 de Abril nos trouxe e pugnar pelo seu respeito junto das novas gerações;
4. Saudar todos os que responderam ao apelo para participar, em Lisboa e no país, nos eventos e festividades comemorativas deste “Dia da Liberdade”.

*Os eleitos do Partido Socialista de Mafra*

**Miguel Samora**



Aprovado por maioria  
[Handwritten signatures]

## VOTO DE SAUDAÇÃO

### 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador

O 1.º de maio marca o Dia do Trabalhador. A prova do reconhecimento desta data é o facto da mesma ser assinalada enquanto feriado nacional representando a luta por melhores condições de trabalho visando uma sociedade cada vez mais justa e solidária.

Importa recordar que esta luta iniciou-se a 1 de Maio de 1886 quando cerca de quinhentos mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago manifestando-se e reclamando por melhores condições, como o direito à limitação a oito horas de trabalho por jorna. Foram muitas as dificuldades sentidas, no entanto, quatro dias volvidos, a luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores regressou às ruas desta cidade.

Um ano mais tarde, no congresso da Segunda Internacional Socialista, foi reconhecida a luta destas pessoas tendo sido proclamado, o dia 1 de Maio, como o Dia do Trabalhador.

Em Portugal, desde 1974, logo após a Revolução dos Cravos, que se comemora livremente o *Primeiro de Maio*. À data foram muitas as pessoas que de forma livre saíram à rua comemorando aquela que é considerada a 1ª manifestação livre em 50 anos.



Como tal, em pleno século XXI, importa celebrar o 1º de Maio como sendo a marca da permanente luta dos trabalhadores por melhores e mais justas condições, reafirmando assim, o plural direito ao trabalho, o direito à igualdade, a luta contra o trabalho infantil e a precariedade laboral. Que este dia seja sempre celebrado.

**O Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Mafra , reunida no dia 28 de abril de 2022, delibere saudar todos os trabalhadores portugueses e lembrar as suas lutas e conquistas.**

“Grande é a dignidade do trabalho, pois honra os trabalhadores”

Frase judaica

Os eleitos do Partido Socialista de Mafra

Rita Pinto

*Rita Pinto*      *[Signature]*      *[Signature]*  
*[Signature]*      *[Signature]*      *[Signature]*  
*Ante a Presença de Altes dos Sintos*

28-04-2022

*Handwritten signature/initials in blue ink.*



Começaria por cumprimentar o

Senhor Presidente da Assembleia Municipal *e respetiva mesa*

Senhor Presidente de Câmara Municipal e restante Executivo

Os Deputados e Deputadas Municipais

Representantes dos órgãos de Comunicação Social

Car@s Múncipes aqui presentes

No 25 de abril celebramos a liberdade, num mundo que já deveria ter aprendido - com os regimes que nos privam da liberdade - a importância de podermos obedecer à nossa consciência. Num mundo onde países soberanos são invadidos e submetidos a atrocidades que julgávamos já não serem possíveis. Num mundo onde regimes democraticamente eleitos não respeitam os valores fundamentais da carta dos direitos do homem.

Portugal evoluiu muito desde 1974 nem sempre bem, é verdade, mas hoje é inegável que temos uma democracia, que não sendo perfeita, permite-nos a todos, por exemplo, estar aqui hoje e falar livremente.

Portugal é hoje um país onde já se concretizou tanto no papel mas onde faltam meios para passar do papel à prática; onde temos um longo caminho para a necessária e eficaz supervisão e fiscalização das leis aprovadas, da fiscalização do poder político, para que possamos continuar a construir um Portugal mais justo e onde todos sintam que o seu projeto de vida pode concretizar-se.

Este é também um país:

- onde as pessoas com deficiência continuam a aguardar por melhores condições de vida e de acesso ao emprego.
- onde as pessoas LGBTI+ continuam à espera que os planos saiam da gaveta para poderem ter uma vida plena de direitos fundamentais.
- onde 2 milhões de pessoas vivem em pobreza energética e continuam a morrer de frio ou de calor.
- um país onde se continua a normalizar a violência da tauromaquia.

**Pessoas – Animais - Natureza**

Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra

[ammafra@pan.com.pt](mailto:ammafra@pan.com.pt)

*ANEXO XIV*



- um país onde os impactes ambientais são ignorados e camuflados com bandeiras verdes, bandeiras que continuam a destruir solos férteis, coberto florestal e biodiversidade.
- um país onde os poderes instalados ignoram a voz dos cidadãos.
- Um país onde, segundo o INE, mais de 1,6 milhões de portugueses vivem abaixo do limiar da pobreza, ou seja, com menos de 540 euros por mês, uma realidade que afeta famílias numerosas, mas também quem vive sozinho, idosos, crianças, estudantes e trabalhadores.

É este país que leva a um aumento da revolta social, muitas vezes silenciosa, e que se traduz no emergir de forças populistas e de extrema-direita e que a todos deve preocupar.

É este país que perpetua a desigualdade de género no que se refere a diferenças salariais, ao assédio sexual e moral, no acesso ao emprego, na conciliação entre a vida pessoal e o trabalho, o lazer e a família.

Não se vive em plena liberdade quando se continua a usar as pessoas como mão-de-obra descartável.

Não se vive em plena liberdade quando falta uma verdadeira política económica, social e ambiental que nos permita viver em harmonia com o Planeta e com os recursos que este nos disponibiliza.

Não se vive em plena liberdade quando se despreza a vida animal e a biodiversidade.

Não se vive em plena liberdade quando não se proporcionam as condições necessárias a uma vivência com dignidade de todos os cidadãos com particular destaque para aqueles que depois de uma vida de trabalho vivem com grandes dificuldades na sua reforma.

Não se vive em plena liberdade quando não conseguimos construir o amanhã para os nossos filhos.



Viver-se-á em plena liberdade apostando na educação, sensibilização e consciencialização para a tomada de perspectiva do outro e para a promoção da empatia e dos valores fundamentais da vida.

Viver-se-á em plena liberdade quando se garantir a dignidade a todas as pessoas, a justiça intergeracional, a soberania alimentar e energética, a liberdade de todos os seres... humanos e não humanos.

Viver-se-á em plena liberdade quando preservarmos o bem comum, quando rompermos com todos os preconceitos que aprisionam, quando cada criança e jovem tiver a oportunidade de ser feliz, quando cada animal for tratado com respeito.

No 25 de abril, homenageamos todos aqueles que estiveram e têm estado na luta pela liberdade.

No 25 de abril, a memória da opressão é lembrada para que valorizemos a liberdade.

No 25 de abril, lutamos pela liberdade que falta conquistar, lutamos pela promoção da consciência ecocêntrica, pois isso significará o Bem Comum.

~~Viva o 25 de abril!~~

Obrigado!!

Mafra, 28 abril de 2022  
A representação do  
Pessoas – Animais – Natureza,  
Ricardo Vicente

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Restantes Membros da mesa

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Restantes membros do Executivo

Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro

Caros membros da Assembleia municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores

Muito boa noite

Assinalou-se mais um aniversário do 25 de abril, desta feita o 48º.

Não podemos ignorar o que sempre tem vindo a ser esquecido por várias forças políticas, aqui também representadas, que a liberdade e a democracia não têm donos, tratando-se de um património que é de todos e que foi conquistado pela maioria dos portugueses.

Nas últimas eleições legislativas, os portugueses deixaram bem claro a sua preferência por democracias ocidentais e pela solidariedade entre as Nações que perfilham este modelo de democracia.

Pois bem, eu não vos venho dizer onde é que estava no 25 de abril de 74, dado que sou, como a maioria dos que estão nesta sala, um “filho da madrugada”, como bem cantava o Zeca.

No entanto é um dever de rigor histórico marcar aqui que os movimentos do 25 de Abril de 1974, de facto, derrubaram o regime vigente, mas só foi possível instaurar uma democracia com o movimento do 25 de Novembro de 1975. A História não pode ser ignorada e não podemos permitir que forças anti-democráticas persistam em querer instalar regimes autocráticos, como tentaram fazer à época no chamado PREC, protagonizado pelo COPCON, pelos terroristas das FP25 e por aqueles que queriam instalar uma ditadura no nosso país, apesar de usarem a palavra democracia de forma tão ágil quanto demagógica nos seus discursos.

No momento que atravessamos, em que uma nação livre e independente é invadida, em plena Europa, por um regime autocrático e sanguinário, defendidos pelas mesmas forças políticas que nos quiseram roubar a democracia, não podemos ignorar os milhões de refugiados, centenas de

milhares de mortos e feridos, crianças , mulheres, idosos, que não se puderam defender e que viram destruídos os seus bens e estruturas essenciais à vida. O PSD, neste ponto, aproveita para saudar todas as instituições do concelho que se uniram e levaram, num enorme gesto de solidariedade, o apoio de Mafra à Ucrânia.

A celebração do 25 de abril deve ser tão livre, quanto cada um de nós quiser, ou seja, nenhuma autoridade ou órgão público deve impor a celebração de uma data, pois nesse caso já não estamos perante uma celebração democrática na sua plenitude.

E assim aconteceu, mais uma vez, todos os munícipes deste concelho foram livres de celebrar este dia, com inúmeras actividades, conforme se verificou por todo o concelho. Contudo, sem necessitar da organização pública dessas actividades, demonstrando assim, a solidez da nossa democracia.

Que saibamos utilizar os bons exemplos do passado, para projetar o futuro, e consigamos desenvolver o nosso bem-estar, enquanto comunidade, tendo, como exemplo, o trabalho desenvolvido pelo PSD no nosso concelho desde que assumiu os destinos do Município.

Termino, Senhor Presidente, citando Miguel Torga:

“ .....E os passos que deres,

Nesse caminho duro Do futuro

Dá-os em liberdade.

Enquanto não alcances Não descanses.

De nenhum fruto queiras só metade “

Disse;





## Recomendação

### Segurança na EN 9 – Troço Igreja Nova/Cheleiros/Montelavar

Esta Assembleia tem sido palco de reiteradas chamadas de atenção focadas na necessidade urgente de intervenção na Estrada Nacional 9, nomeadamente na localidade de Cheleiros.

Muitos têm sido os acidentes cujos resultados trágicos culminam inclusivé na perda de vidas.

É com bastante pesar que no dia 28 de fevereiro, deste ano, ocorreu um novo sinistro, tendo este culminado em mais uma vítima mortal.

Ora, para que o perigo iminente nesta estrada, presente no dia-a-dia de tantas pessoas, nunca seja minorizado e muito menos esquecido, a bancada do Partido Socialista vem por este meio questionar este executivo se já obteve algum feedback e, ao mesmo tempo, reiterar a necessidade de reforçar junto da IP - Infraestruturas de Portugal, SA o pedido de intervenção urgente neste troço para que finalmente as pessoas que nele circulam passem a fazê-lo em segurança.

Mafra, 28 de abril de 2022

Pl' O Grupo do Partido Socialista

ANA IVO DA SILVA

**Os Eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mafra.**

*Eugénio Ruivo*

**Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra**  
**Exmos. Srs. Representantes da Assembleia Municipal de Mafra**  
**Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia do Concelho de Mafra**  
**Representantes dos partidos políticos**  
**Estimado Público**

### **Intervenção de Eugénio Ruivo (URAP-Mafra)**

Como ex. preso político libertado pelo MFA da cadeia do Forte de Caxias pelas 0:00 horas do dia 27 de Abril de 1974, e como representante da URAP-Mafra, paxsados que são 3 dias após as Comemorações do 25 Abril, e com a conquista da Liberdade, dizemos:

#### **Mafra não escapou à violência da ditadura fascista.**

Antes da Revolução de Abril de 1974, durante o período da ditadura, muitos naturais do concelho de Mafra, assim como residentes, incluindo alguns estrangeiros, foram presos e torturados pela polícia política da ditadura (PVDE/PIDE/DGS).

Segundo o levantamento da URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses), junto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foram privados da liberdade, em várias freguesias do concelho de Mafra, 140 cidadãos antifascistas, civis e militares, portugueses e estrangeiros.

A URAP-Mafra, apoiada por outros democratas, levou a cabo um acto de inteira justiça, homenageando todos os presos políticos antifascistas, colocando, simbolicamente, **48 cravos**, relativos aos 48 anos de vivência democrática, junto da lápide que se encontra no Jardim das Camélias, em frente ao Jardim do Cerco, em Mafra.

Muitas são as histórias das prisões efectuadas pela PIDE, no concelho de Mafra.

Lembramos que em Março de 1948, foram aqui presos no concelho de Mafra os seguintes cidadãos: **Afonso Esteves de Medeiros, Adelino de Figueiredo, António Joaquim dos Reis, António Pedro Miranda, António Silvestre Quintas, Carlos Cardosa, Carlos Moreira Vidal, Cipriano Sousa, Cassiano Ferreira, Francisco Maria Balão, João Gabriel Nunes, Herlander Leonardo Mota, Hélder Nunes Mota, Jaime da Cruz Correia, José Borges da Silva, Mauro Pena, Manuel dos Santos, e Sanches de Brito.**

As prisões foram realizadas por informação prestada à PIDE pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra, informação essa obtida por denúncia feita por terceiros à Polícia de Segurança Pública, da vila. Foram acusados de serem responsáveis por terem aparecido, “escritas a letras grandes, frases contra a Situação: **Abaixo o Tarrafal, Amnistia, Viva a Democracia Portuguesa**”, em muros da Quinta da Mouguetta e da Tapada de Mafra.

Foi salientado, que parte dos antifascistas presos cumpriram o périplo habitual das cadeias políticas (**Caxias, Aljube, Directoria da António Maria Cardoso, Peniche e o Campo de Concentração do Tarrafal**), alguns dos quais com Medidas de Segurança. Foram incriminados de fazerem “propaganda subversiva” e de estarem ligados ao **Movimento de Unidade Democrática (MUD)**, composto por democratas de diversas tendências políticas.

**Afonso Esteves de Medeiros**, proprietário da Farmácia Medeiros, em Mafra, que tinha sido condenado a 22 meses de prisão, esteve **preso durante três anos**, por estar sujeito ao acréscimo de **1 ano de medidas de segurança**. Em 1951 foi libertado em regime de liberdade condicional, por 5 anos. Durante oito anos, teve grandes restrições à sua liberdade devido à prisão e à liberdade condicional a que foi sujeito.

Na impossibilidade de nomear todos os presos antifascistas, **lembramos os nomes de: Carlos Simões, António Franco Trindade, José Filipe Teixeira, Ismael Nabais Gonçalves, Hélia Correia e Pinkus Israelski. e Mário Caracol.**

Não foi esquecido o papel dos militares e dos civis que no dia 25 de Abril de 1974 contribuíram para o derrube da ditadura, nomeadamente com a participação da coluna militar da Escola Prática de Infantaria de Mafra (EPI), integrada no Movimento das Forças Armadas, que se deslocou para Lisboa, onde ocupou o Aeroporto.

Como passados 48 anos da conquista da liberdade, não se assistiu a qualquer acto oficial de reconhecimento a todos quantos, no concelho, lutaram pela liberdade e pela democracia, foi lançado um apelo da URAP-Mafra, para que no âmbito das comemorações do 50º Aniversário do 25 Abril, se faça justiça a todos os 140 presos antifascistas, instalando um “**Memorial**”, num espaço nobre, com todos os seus nomes.

Deste modo não cria deixar de lembrar as figuras de José João Lopes da Costa, autarca que prestigiou em vida a função de autarca do poder local, assim como Carla Simões filha do preso político Carlos Simões, a quem com as posturas cívicas de ambos prestigiaram o nosso concelho, defendendo os valores de Abril.

Por último proponho a realização de um minuto de silêncio aos que no concelho de Mafra foram privados da Liberdade.

Declamar **o poema** da Sophia Melo Breyner Andersen

**“ O Nome das Coisas”  
Esta é a Madrugada que eu Esperava  
O dia Inicial Inteiro e limpo  
Onde Emergimos da Noite e do Silêncio  
E Livres Habitamos a Substância do Tempo.**

Eugénio Manuel Pacheco da Costa Ruivo      CC:02358960    28-04-2022

*Eugénio da Costa Ruivo*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DESPACHO

*Autorizado.*

*22,04,22*

Presidente da Câmara

*[Handwritten Signature]*  
(Hélder Sousa Silva)

### INFORMAÇÃO Interno/2022/5798

Exmo. Senhor Presidente

Em cumprimento do disposto no n.º4 do artigo 35.º e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que determina que deve ser presente, em cada sessão ordinária da Assembleia Municipal, informação escrita do Presidente da Câmara Municipal designadamente, e, entre outras, sobre as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, proponho que seja enviada a informação anexa, a qual traduz a evolução que os referidos processos sentiu, identificando os que sofreram alterações.

A Diretora do Departamento de Administração Geral

*[Handwritten Signature]*

(Ana Viana)

21/04/2022




Departamento de Administração Geral  
Divisão de Assuntos Jurídicos  
Contencioso e Contraordenações

Listagem de Recursos/Ações

N.º de Processo	Tipo de Ação	Autor	Processo Tribunal	Fase
9.2.5/2008/1	Ação administrativa especial intentada no TAC LX, referente à intenção de indeferir a construção levada a efeito sem licença, em REN, no âmbito do processo OP-69/2007	Carlos Manuel dos Santos Marques e Isabel Maria e Silva Figueiredo Parreira	214/08.5BELSB	Por Sentença do TCA Sul de 17/02/2022, o Município foi condenado a apreciação a susceptibilidade de legalização do edificado em REN
9.2.15/2021/1	Ação Administrativa sobre sobre proibição do exercício da atividade sindical em representação do STAL	António Manuel Rodrigues Magalhães	2158/20.3BELSB	Por Sentença do TAC LX de 4/4/2022 o Município foi absolvido da instância.
9.2.15/2022/2	Ação administrativa intentada no TAC Lx, com vista à anulação do despacho que determinou a ordem de demolição da construção de uma moradia sem licença, no âmbito do processo OP-237/2020	Alfred Charlhes Brabec	436/22.6BELSB	Apresentada contestação em 11/04/2022
9.2.2/2014/2	Processo de contra-ordenação instaurado pela ASAE, sobre Parque de Jogo e Recreio do Parque Desportivo Municipal Eng. Ministro dos Santos	6 infrações por violação do DL 119/2009, de 19/5 (sendo 2 com coima graduada de 3.500 a 30.000 e 4 com coima graduada de 500 a 5.000)	004044/17.7ECLSB	A ASAE determinou o arquivamento do proceso por prescrição em 30/03/2021, comunicado 6/04/2022 - data da prescrição 21/1/2019

T.º  
A Assembleia Municipal

  
21.04.22.



## **RELATÓRIO FINANCEIRO**

**Para os efeitos no disposto da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º e  
n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**



---

## ÍNDICE

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	2
1.1. RECEITA .....	2
1.2. DESPESA .....	5
2. RELAÇÃO ENTRE RECEITA COBRADA LÍQUIDA E DESPESA PAGA....	7
3. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO A LONGO PRAZO.....	7
4. DÍVIDA TOTAL .....	8
5. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL .....	9



## 1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 1.1. RECEITA

(Valores em Euros)

Tipo de Receita	Dotação Atual	Receita Cobrada Bruta Exec, à Data 31/03/2022	Receita Cobrada Líquida Exec, a 31/03/2022	Receita Cobrada Líquida % Exec, s/ Dotação	% Exec, em Função do Total da Receita
<b>Receitas Correntes</b>	<b>69 474 735</b>	<b>15 871 342</b>	<b>15 783 075</b>	<b>22,7%</b>	<b>55,1%</b>
Impostos Diretos	36 825 160	6 798 730	6 713 489	18,2%	23,6%
Impostos Indiretos	10	0	0	0,0%	0,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	7 258 950	2 140 105	2 139 341	29,5%	7,4%
Rendimentos de Propriedade	119 445	73 176	73 176	61,3%	0,3%
Transferências Correntes	19 987 315	5 247 813	5 247 813	26,3%	18,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4 866 990	1 539 561	1 537 695	31,6%	5,3%
Outras Receitas Correntes	416 865	71 957	71 561	17,2%	0,3%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>3 381 302</b>	<b>677 060</b>	<b>677 060</b>	<b>20,0%</b>	<b>2,3%</b>
Venda de Bens de Investimento	1 011 015	0	0	0,0%	0,0%
Transferências de Capital	1 195 282	380 719	380 719	31,9%	1,3%
Ativos Financeiros	5	0	0	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital	1 175 000	296 341	296 341	25,2%	1,0%
<b>Outras Receitas</b>	<b>12 282 921</b>	<b>12 282 956</b>	<b>12 282 956</b>	<b>100,0%</b>	<b>42,6%</b>
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	5	41	41	813,0%	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	12 282 916	12 282 916	12 282 916	100,0%	42,6%
<b>Total da Receita</b>	<b>85 138 958</b>	<b>28 831 358</b>	<b>28 743 092</b>	<b>33,8%</b>	<b>100,0%</b>

O Município de Mafra, em 31 de março de 2022, apresenta uma execução da receita de 34%, relativamente ao valor orçamentado, o que corresponde a:

- Receitas Correntes: 23%;
- Receitas de Capital: 20%.





No que concerne às Receitas Correntes destacam-se:

(Valores em Euros)		
Designação	% Exec. em Função do Total da Receita	Valor
<b>Impostos Diretos</b>	<b>23,6%</b>	
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)		5 646 028
Imposto Único de Circulação		634 905
Imposto Municipal de Imóveis (IMI)		447 216
Derrama		70 581
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>7,4%</b>	
Tarifa de Resíduos Sólidos		967 786
Loteamentos e Obras		704 211
Taxa de Gestão de Resíduos		227 052
<b>Rendimentos de Propriedade</b>	<b>0,3%</b>	
Terrenos		73 176
<b>Transferências Correntes</b>	<b>18,2%</b>	
Outros (sendo o mais relevante as Transferências de Competências para o Município na Área da Educação)		1 801 599
Participação Fixa no IRS		1 353 255
FSUE-Fundo de Solidariedade da União Europeia (Candidatura): Apoio aos custos públicos decorrentes do combate à pandemia da doença COVID-19		697 828
Fundo de Equilíbrio Financeiro		486 171
Transferência de competências - Lei 50/2018 - Educação		427 824
Fundo Social Municipal		241 806
Participação do IVA		97 311
<b>Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>5,3%</b>	
Serviços Específicos das Autarquias (sendo o mais relevante a componente de apoio à família)		578 046
Exploração de Energia		408 174
Serviços Desportivos		358 419
Diversos (Rendas/Alugueres)		77 442
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>0,3%</b>	
Diversas (sendo o mais relevante a devolução por parte dos SMAS do valor dos juros e outros encargos do empréstimo contraído, as indemnizações por sinistros ocorridos)		52 366

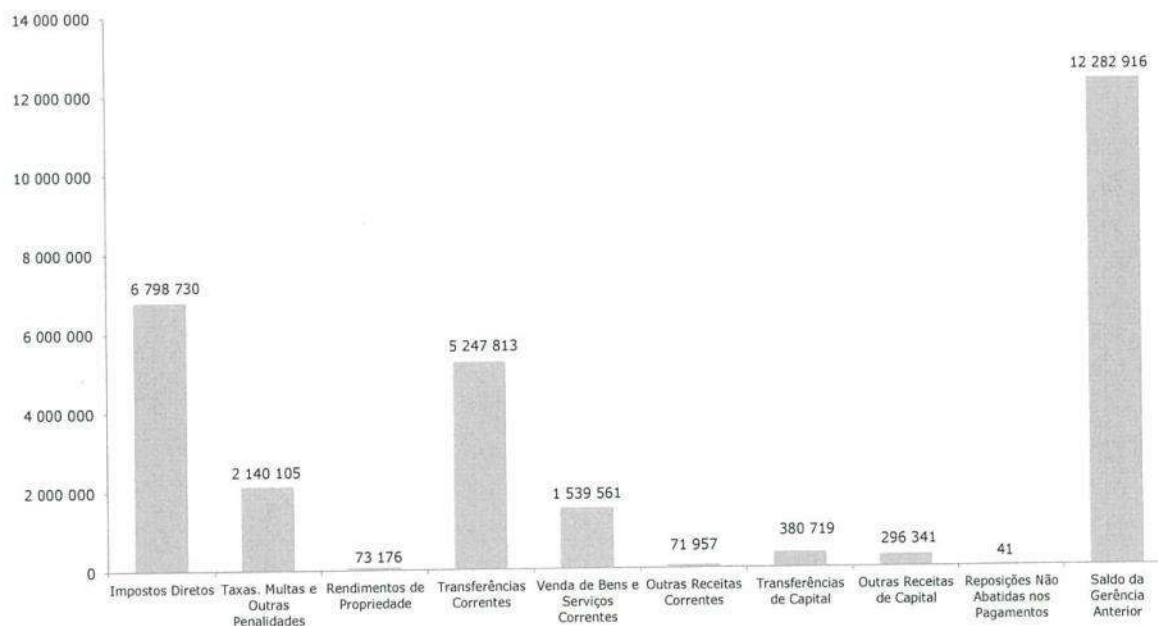


Relativamente às Receitas de Capital destacam-se:

(Valores em Euros)

Designação	% Exec. em Função do Total da Receita	Valor
<b>Transferências de Capital</b>	<b>1,3%</b>	
Privadas		195 305
FEDER (Candidatura): - ValorRio - Valorização e Proteção do Património Natural e Paisagístico de Linhas de Água		100 701
Fundo de Equilíbrio Financeiro		54 018
Outras - Fundo Ambiental (Candidatura): - Reserva Mundial de Surf da Ericeira - Sensibilizar para Preservar		30 000
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>1,0%</b>	
Diversas (devolução por parte dos SMAS do valor das amortizações do empréstimo contraído)		296 341

No gráfico que se segue, apresenta-se a estrutura da receita total cobrada bruta concernente ao período em análise:





## 1.2. DESPESA

(Valores em Euros)

Tipo de Despesa	Dotação Atual	Exec. à Data 31/03/2022	% Execução sobre Dotação	% Execução em função do Total da Despesa
<b>Despesas Correntes</b>	<b>65 260 208</b>	<b>12 855 926</b>	<b>19,7%</b>	<b>82,1%</b>
Despesas com o Pessoal	22 863 107	4 686 310	20,5%	29,9%
Aquisição de Bens e Serviços	32 542 671	5 390 373	16,6%	34,4%
Juros e outros Encargos	186 585	58 940	31,6%	0,4%
Transferências Correntes	7 938 605	2 203 081	27,8%	14,1%
Subsídios	300 000	150 000	50,0%	1,0%
Outras Despesas Correntes	1 429 240	367 223	25,7%	2,3%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>19 878 750</b>	<b>2 796 970</b>	<b>14,1%</b>	<b>17,9%</b>
Aquisição de Bens de Capital	17 899 980	2 223 508	12,4%	14,2%
Transferências de Capital	576 615	232 170	40,3%	1,5%
Ativos Financeiros	5	0	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros	1 402 140	341 292	24,3%	2,2%
Outras Despesas de Capital	10	0	0,0%	0,0%
<b>Total da Despesa</b>	<b>85 138 958</b>	<b>15 652 896</b>	<b>18,4%</b>	<b>100,0%</b>

O Município de Mafra, em 31 de março de 2022, apresenta uma execução da despesa de 18%, relativamente ao valor orçamentado, o que corresponde a:

- Despesas Correntes: 20%;
- Despesas de Capital: 14%.

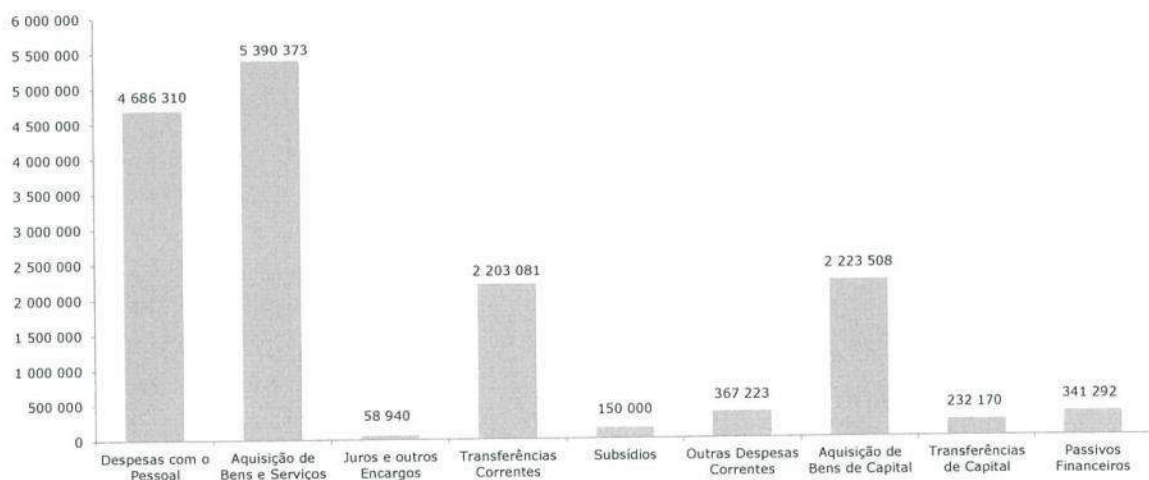
Na estrutura da despesa evidenciam-se:

Designação	(Valores em Euros)
Aquisição de Bens e Serviços	5 390 373
Despesas com o Pessoal	4 686 310
Transferências Correntes	2 203 081



- O valor executado na rubrica de *Aquisição de Bens e Serviços* refere-se essencialmente à recolha de resíduos sólidos urbanos; consumos de energia (elétrica e gás); prestação de serviço de preparação, disponibilização e distribuição de refeições; rendas e transportes escolares.
- Ao nível das Despesas de Capital a rubrica que mais contribuiu para a sua execução foi a *Aquisição de Bens de Capital*, a qual engloba, nomeadamente: a construção, reparação e beneficiação em viadutos, arruamentos e obras complementares; a requalificação urbana do Largo da Feira na Malveira; a construção do Parque Urbano da Póvoa da Galega; a aquisição de terrenos; a aquisição de *software* informático; o Projeto de Arquitetura e os Projetos das Especialidades correspondentes à Instalação do Museu Nacional da Música no Palácio Nacional de Mafra.

No gráfico que se segue, apresenta-se a estrutura da despesa total relativa ao período em análise:





## 2. RELAÇÃO ENTRE RECEITA COBRADA LÍQUIDA E DESPESA PAGA

Receita	(Valores em Euros)	Despesa	(Valores em Euros)
Receitas Correntes	15 783 075	Despesas Correntes	12 855 926
Receitas de Capital	677 060	Despesas de Capital	2 796 970
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	41		
Saldo da Gerência Anterior	12 282 916		
<b>Total Receita</b>	<b>28 743 092</b>	<b>Total Despesa (Paga)</b>	<b>15 652 896</b>

## 3. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO A LONGO PRAZO

O stock da dívida, em 31 de março de 2022, de empréstimos de médio e longo prazo é o seguinte:

(Valores em Euros)		
Capital em Dívida a 01/01/2022	Amortizações do Exercício	Capital em Dívida a 31/03/2022
22 966 921	341 292	22 625 628



## 4. DÍVIDA TOTAL

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida total do Município de Mafra, em 31 de março de 2022, é apresentada conforme o quadro infra:

Anexo I  
Município de Mafra

Apuramento da Capacidade de Endividamento  
(artº 52º e 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)

(valores em euros)

Apuramento do limite da "Dívida Total"	01/01/2022		31/03/2022	
<b>Total receita cobrada nos 3 últimos anos</b>		<b>223 073 318</b>		<b>223 073 318</b>
Receita corrente cobrada em 2019 (Inclui receita dos SMAS)	68 935 987		68 935 987	
Receita corrente cobrada em 2020 (Inclui receita dos SMAS)	74 250 961		74 250 961	
Receita corrente cobrada em 2021 (Inclui receita dos SMAS)	79 886 370		79 886 370	
Média da receita		74 357 773		74 357 773
<b>1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos</b>		<b>111 536 659</b>		<b>111 536 659</b> (*)
<b>Apuramento da Dívida Total</b>				
<b>Dívida total operações orçamentais do Município (1+2-3)</b>		<b>26 918 394</b>		<b>26 061 233</b>
<b>Médio e Longo Prazo (1)</b>	<b>36 708 638</b>		<b>36 708 638</b>	
<b>Curto Prazo (2)</b>	<b>8 011 085</b>		<b>6 880 258</b>	
<b>Exclusões (3)</b>	<b>17 801 329</b>		<b>17 527 663</b>	
<b>Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total</b>		<b>31 554 636</b>		<b>31 554 636</b> (**)
<b>Dívida Total excluindo operações extraorçamentais</b>		<b>58 473 030</b>		<b>57 615 869</b>
<b>Capacidade de endividamento</b>				
Limite da dívida total da Autarquia calculado		111 536 659		111 536 659
Montante da dívida total (excluindo operações extraorçamentais)		58 473 030		57 615 869
<b>Margem Absoluta</b>		<b>53 063 629</b>		<b>53 920 790</b>
Margem utilizável (20% - alínea b) do nº 3 do artº 52º)		10 612 726		10 784 158

\*Valor calculado pelo Município de Mafra em conformidade com os dados remetidos à DGAL. Aguarda-se publicação oficial do Limite da Dívida para 2022 por parte da referida entidade

\*\*Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total-Dados à data de 31/12/2021

Em cumprimento do previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informa-se que, do valor da dívida total apresentado, o valor correspondente ao saldo das dívidas a fornecedores, em 31 de março de 2022, é 3.192.315€.

Mais se informa que, não obstante o valor apresentado neste âmbito, o mesmo reporta-se a "contas a pagar" na medida em que correspondem ao subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis, não se configurando como "pagamentos em atraso".<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Cfr. Alínea e), artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação (LCPA)



## 5. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

De acordo com o artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, para existir *Equilíbrio Orçamental* a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Importa realçar que o cumprimento da regra do equilíbrio deverá ser garantido a todo o momento, desde a elaboração dos documentos previsionais até à elaboração dos documentos de prestação de contas, incluindo, assim, as alterações orçamentais que o Município realize ao longo do exercício.

De acordo com a informação constante no quadro *infra*, afere-se que o Município de Mafra mantém o cumprimento desta premissa.

(Valores em Euros)		
Designação	Previsão Corrigida	Execução a 31/03/2022
(1) Receitas Correntes	69 474 735	15 783 075
(2) Despesas Correntes	65 260 208	12 855 926
(3) Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	1 391 634	341 292 A)
(1) - (2) - (3) Saldo	2 822 893	2 585 857

A) Amortizações executadas à data de 31/03/2022

Mafra, 21 de abril de 2022

A Diretora do Departamento Financeiro

(Joana Vilas Boas Lucena)



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES SMAS DE MAFRA

Mar 2022



## Índice

<b>1. Atividades Realizadas</b> .....	3
1.1 Contabilidade.....	3
1.2 Gestão de Clientes.....	6
1.3 Operação e conservação de Infraestruturas.....	7
1.4 Investimentos em infraestruturas.....	11
1.5 Outros Planos e Projetos.....	14
1.6 Recursos Humanos.....	15
1.7 Segurança e Saúde no Trabalho.....	16
1.8 Sistemas de Gestão.....	17
1.9 Contratação Pública.....	19
1.10 Apoio Jurídico.....	19
<b>2 Principais Indicadores</b> .....	21

## 1. Atividades Realizadas

### 1.1 Contabilidade

Para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida os valores referentes a:

#### 1.1.1 Desempenho Orçamental

A despesa dos SMAS de Mafra teve uma execução orçamental, acumulada a 31 de março de 2022, de 11,03%, relativamente ao valor orçamentado corrigido, conforme quadro abaixo:

Valores em €

TIPO DE DESPESA	DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	DESPESA PAGA	TX EXEC (%)
<b>Despesa Corrente</b>	<b>14.419.404,29</b>	<b>7.784.576,05</b>	<b>1.741.338,37</b>	<b>12,08</b>
Pessoal	2.894.988,00	651.970,97	500.306,88	17,28
Aq de Bens e Serviços	10.659.061,29	6.795.285,13	1.162.997,70	10,91
Out Despesas Correntes	865.355,00	337.319,95	78.033,79	9,02
<b>Despesas de Capital</b>	<b>3.490.088,00</b>	<b>1.268.087,55</b>	<b>81.446,91</b>	<b>2,33</b>
<b>Despesas c/P.Financeiros</b>	<b>1.298.980,00</b>	<b>1.198.784,58</b>	<b>296.341,30</b>	<b>22,81</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>19.208.472,29</b>	<b>10.251.448,18</b>	<b>2.119.126,58</b>	<b>11,03</b>

A receita dos SMAS de Mafra teve uma execução orçamental, acumulada a 31 de março de 2022, de 31,11%, relativamente ao valor orçamentado corrigido, conforme quadro abaixo:

Valores em €

TIPO DE RECEITA	PREV CORRIGIDA	PER ANTERIORES	LIQUIDADO	COBRADO	TX EXEC (%)
<b>Receita Corrente</b>	<b>17.167.440,00</b>	<b>1.533.712,79</b>	<b>3.809.686,71</b>	<b>3.908.119,92</b>	<b>22,76</b>
Taxas, multas e out.	339.823,00	31.223,29	77.586,15	81.195,66	23,89
Venda bens, prest serv.	16.827.562,00	1.479.754,64	3.730.184,17	3.824.917,02	22,73
Outras Receitas corrent	55,00	22.734,86	1.916,39	2.007,24	3649,5
Receitas capital	50,00	9.717,00	17.080,05	26.797,05	3281,5
Rep n/abatidas pagam	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Gerencia Ant	2.040.962,29	0,00	2.040.962,29	2.040.962,29	100,00
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>19.208.472,29</b>	<b>1.543.429,79</b>	<b>5.867.729,05</b>	<b>5.975.879,26</b>	<b>31,11</b>

## RESUMO DA RECEITA E DESPESA

RECEITA	VALOR (€)
Receita Corrente	3.908.119,92
Outras Receitas	2.067.759,34
<b>TOTAL</b>	<b>5.975.879,26</b>

DESPESA	VALOR (€)
Despesa corrente	1.741.338,37
Despesa capital	377.788,21
<b>TOTAL</b>	<b>2.119.126,58</b>

## DÍVIDA TOTAL A 31 DE MARÇO

DÍVIDA TOTAL	VALOR (€)
Fornecedores c/c (< 60Dias)	1.030.808,74
Fornecedores Inv. (< 60dias)	676.652,30
Empréstimo M/L Prazo	21.210.044,26

### 1.1.2 Equilíbrio Orçamental

De acordo com o artigo 40º da lei nº73/2013, de 3 de setembro, para existir Equilíbrio Orçamental, a receita corrente bruta cobrada deve ser, pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Valores em €

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO A 31/03/2022
<b>(1) Receitas Correntes</b>	17.167.440,00	3.908.119,92
<b>(2) Despesas Correntes</b>	14.419.404,29	1.741.338,37
<b>(3) Amortização M.Emp</b>	1.298.910,00	296.341,30
<b>(1) – (2) – (3) Saldo</b>	<b>1.449.125,71</b>	<b>1.870.440,25</b>

### 1.1.3 Demonstração Financeira

Os SMAS de Mafra têm, provisoriamente, registado à data de 28 de fevereiro de 2022, um resultado líquido de € 139.172,17.

Valores em €

Demonstração de Resultados	28-02-2022	28-02-2021
<b>Proveitos Operacionais</b>		
Impostos, contr e taxas	50.514,52	45.248,23
Vendas	989.916,07	904.552,12
Prestação de serviços	1.412.428,27	1.326.428,72
Trabalhos para P. Entidade	0,00	0,00
Outros rendimentos	17.489,23	6.232,99
<b>Total</b>	<b>2.470.348,09</b>	<b>2.282.462,06</b>
<b>Custos Operacionais</b>		
CMVMC	661.297,87	574.819,64
FSE	507.174,44	486.905,02
Custos de Pessoal	359.174,59	343.106,72
Imparidades	20.553,70	0,00
Amortizações do Exercício	715.051,19	686.045,33
Outros Gastos	56.991,86	54.872,49
<b>Total</b>	<b>2.320.243,65</b>	<b>2.145.749,20</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>150.104,44</b>	<b>136.712,86</b>
Juros Suportados	10.932,27	13.240,00
Juros Obtidos	0,00	0,00
<b>Resultado Líquido</b>	<b>139.172,17</b>	<b>123.472,86</b>

## 1.2 Gestão de Clientes

### 1.2.1 Evolução

Ao longo do primeiro trimestre de 2022 verificou-se um crescimento de 210 utilizadores do sistema de abastecimento de água e de 128 utilizadores do sistema de recolha de águas residuais, encontrando-se estes valores ligeiramente acima do esperado.

O volume de água faturado no primeiro trimestre foi de 1.212.026 m<sup>3</sup>, enquanto o de águas residuais foi de 799.525 m<sup>3</sup>. Ambos os valores se encontram acima do esperado.

### 1.2.2 Atendimento

Durante o primeiro trimestre de 2022 foram realizados 4.686 atendimentos, tendo o tempo médio de espera sido de 4m32s.

No que concerne ao atendimento telefónico, foram atendidas 7.753 chamadas. O número médio diário de chamadas atendidas foi de 121 chamadas, tendo sido registado o máximo diário de 186 chamadas. O tempo médio de espera foi de 47s e o tempo médio de duração das chamadas foi de 3m25s.

Foram ainda recebidos, tratados e respondidos 5.037 contactos via e-mail (1.679/mês), bem como 90 contactos via balcão digital e site.

### 1.2.3 Gestão da Dívida

Durante o ano de 2022 foram enviadas 5.938 notificações para pagamento de dívida, das quais 2.297 foram liquidadas voluntariamente, 31 passaram para processo de acordo de pagamento e 530 foram enviadas para processo de execução fiscal, as restantes aguardam ainda o decorrer do respetivo prazo.

Ao longo do primeiro trimestre do ano foram extraídas 1.777 certidões de dívida para instauração de processo de execução fiscal. Durante o mesmo período foram recebidos 28.079,69€ referentes a processos de execução em curso.

Ainda no âmbito da gestão da dívida, em 2022 registaram-se 64 acordos de pagamento.

#### 1.2.4 Satisfação do Cliente

No primeiro trimestre de 2022 foram registadas 75 reclamações, maioritariamente relacionadas com “Leitura, faturação e Cobrança” (56%) e “Qualidade de Serviço” (36%). Das 75 reclamações, apenas 12% foram resolvidas a favor do cliente, tendo as restantes sido resolvidas através da prestação de esclarecimentos (44%) ou resolvidas a favor da entidade gestora (44%).

#### 1.2.5 Emissão de pareceres a processos camarários

Entre janeiro e março de 2022 foram prestados 419 pareceres relativamente aos projetos de arquitetura e especialidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais de processos camarários, tendo o tempo médio de resposta sido de 1 dia.

#### 1.2.6 Respostas a pedidos de ligações às redes

Durante o período em análise, na sequência de pedidos de ligação às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais efetuados por municípios, foram elaboradas e enviadas um total de 164 respostas, com as seguintes tipologias:

TIPO DE RESPOSTA	ÂMBITO		TOTAL
	Rede de abastecimento de água	Rede de drenagem de águas residuais	
Execução de ramais/ampliações de rede	132	25	157
Outros serviços	6	1	7

#### 1.2.7 Execução de ramais domiciliários

Entre o início de janeiro e o final de março de 2022, foram executados 82 ramais de abastecimento de água e 16 ramais de drenagem de águas residuais.

### 1.3 Operação e conservação de Infraestruturas

#### 1.3.1 Conservação de infraestruturas verticais

Entende-se por infraestruturas verticais as instalações, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias, câmaras de perda de carga no caso do SAA (sistema de abastecimento de água) e estações de tratamento, estações elevatórias e fossas sépticas coletivas no caso do SAR (sistema de águas residuais).

#### *1.3.1.1 Infraestruturas verticais do Sistema de Abastecimento de Água*

O plano anual de limpeza e desinfecção de reservatórios relativo ao ano de 2022, incluindo câmaras de perda de carga, está a ser cumprido de acordo com o previsto. A primeira fase teve início a 31 de Março e está previsto terminar no próximo dia 12 de Maio. A segunda fase está prevista ter início no próximo mês de Outubro de 2022.

#### *1.3.1.2 Infraestruturas verticais de Sistema de Águas Residuais*

Até 31 de Março de 2022 foram retirados 260 m<sup>3</sup> de lamas em excesso das ETAR, resultantes do processo de tratamento das águas residuais.

#### *1.3.2 Conservação de infraestruturas horizontais*

Entende-se por infraestruturas horizontais as redes e ramais do SAA (Sistema de Abastecimento de Água) e do SAR (Sistema de Águas Residuais).

##### *1.3.2.1 Infraestruturas horizontais do Sistema de Abastecimento de Água*

Até 31 de Março de 2022, foram executadas 265 intervenções de reparação e conservação na rede de abastecimento de água.

Neste primeiro trimestre, foram realizadas 211 reparações de avarias, das quais 75 apresentavam perda de água (42 na rede e 33 nos ramais). As restantes avarias dizem respeito a reparações em acessórios e eletromecânicas (sem perda de água).

As demais intervenções dizem respeito a ações de conservação e ampliação de rede, conservação e alteração de ramais e prestação de serviços diversos a terceiros.

##### *1.3.2.2 Infraestruturas horizontais do Sistema de Águas Residuais*

Até 31 de Março de 2022, foram executadas 65 obras de conservação no sistema de recolha de águas residuais.

Neste primeiro trimestre, foram realizadas 142 intervenções de desobstrução no sistema público de recolha de águas residuais, 91 foram motivadas por obstruções na rede e 51 em ramais. Foram, igualmente, efetuadas 42 desobstruções em redes prediais por solicitação dos respetivos proprietários.

Ainda neste período foram executados 450 esvaziamentos de fossas sépticas de utilizadores deste serviço.

### 1.3.3 Manutenção Eletromecânica

#### 1.3.3.1 Equipamentos do Sistema de Abastecimento de Água

Encontram-se realizadas todas as 190 intervenções previstas até 31 de março de 2022.

INDICADORES DE DESEMPENHO PLANO MANUTENÇÃO ÁGUA	META	Valor acumulado
Taxa de cumprimento do plano anual de manutenção preventiva de equipamentos	100%	100%
N.º equipamentos críticos com indisponibilidade de funcionamento > 1 dia	Zero	0
N.º equipamentos não críticos com indisponibilidade de funcionamento > 45 dias	Zero	0

#### 1.3.3.2 Equipamentos do Sistema de Águas Residuais

Encontram-se realizadas todas as 58 intervenções previstas até 31 de março de 2022.

INDICADORES DE DESEMPENHO PLANO MANUTENÇÃO SANEAMENTO	META	Valor acumulado
Taxa de cumprimento do plano anual de manutenção preventiva de equipamentos	100%	100%
N.º equipamentos críticos com indisponibilidade de funcionamento > 1 dia	Zero	0
N.º equipamentos não críticos com indisponibilidade de funcionamento > 45 dias	Zero	0

### 1.3.4 Controlo de Perdas de Água

No primeiro trimestre de 2022 foram detetadas, pelo serviço de controlo de perdas de água, 219 avarias no sistema público de abastecimento e foram detetadas 47 avarias.

#### 1.3.5 Controlo de Afluências Indevidas

Durante o ano de 2022, até ao momento, o comprimento de rede inspecionada através de CCTV foi de cerca de 6 km. As filmagens foram, na sua maioria, executadas por solicitação dos serviços de exploração para resolver problemas de operação, verificar a necessidade de obras ou para receção definitiva de redes, bem como para identificar possíveis ligações indevidas.

Com o intuito de melhorar o cadastro da rede de águas residuais continua-se a realizar o levantamento dos locais exatos das caixas de visita e das caixas de ramal de ligação, através de GPS.



De forma a determinar a existência de aflúncias indevidas na rede de águas residuais, são analisados diariamente os dados referentes aos caudais elevados por 22 estações elevatórias de água residual (EES) e os dados medidos por 8 medidores de nível instalados em locais chave da rede.

Em relação ao despiste de aflúncias indevidas através da realização de testes de fumo foram realizadas em 2022, até ao momento, 41 vistorias de ramais de águas residuais para obtenção de licença de habitação, com recurso a este meio de deteção. Foi também inspecionada a totalidade das redes de águas residuais da EES da Barreiralva (Pedras Amarelas), cerca de 3,5 km de rede e 107 ramais, tendo sido identificadas 6 anomalias por captação direta.

Através das inspeções CCTV e dos testes de fumo foram identificadas em 2022, até ao momento, 11 irregularidades nas redes de drenagem de águas residuais, quer sejam descargas ilegais ou aflúncias indevidas por captação direta ou por infiltração.

### 1.3.6 Qualidade de Águas

#### 1.3.6.1 Água de consumo humano

No âmbito do Plano do Controlo da Qualidade da Água (PCQA) de 2022 realizaram-se até 31 de março todos os controlos previstos (controlos de rotina 1, controlos de rotina 2 e controlos de inspeção) e nas datas previstas. Deste modo, efetuaram-se 493 determinações regulamentares da qualidade da água. Não se registou qualquer incumprimento no abastecimento em “alta” tendo-se verificado um incumprimento ao parâmetro Bactérias Coliformes (8 N/100 mL, sendo o valor paramétrico 0 N/100mL) no abastecimento em “baixa”. Na sequência da investigação das causas e das análises de verificação, cujos resultados se apresentaram conforme a legislação em vigor, embora não tenha sido possível concluir quanto às causas do incumprimento, este teve, provavelmente, origem na rede predial particular. O incumprimento foi tratado de acordo com o estabelecido na legislação e comunicado à Entidade Reguladora e à Autoridade de Saúde.

Apesar deste incumprimento, verificou-se desde o início do ano uma percentagem de cumprimento de 99,7 % da qualidade da água distribuída no Concelho de Mafra e às entidades gestoras de Loures, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos.

No Plano de Controlo Operacional (PCO) efetuaram-se as ações previstas de monitorização da qualidade da água, nomeadamente em reservatórios, rede de abastecimento e pontos de entrega em “baixa” e em “alta” Realizaram-se assim, até 31 de março, um total de 1.410 determinações

analíticas da qualidade da água englobando as efetuadas em laboratório e as realizadas internamente.

### 1.3.6.2 Águas residuais

No 1.º trimestre de 2022 realizaram-se 275 determinações regulamentares à qualidade do efluente das estações de tratamento de águas residuais (ETAR), tendo-se verificado uma taxa de cumprimento dos Valores Limites de Emissão de 94,9%.

Em complemento às determinações regulamentares, e de forma a recolher mais elementos que permitam uma melhor gestão do funcionamento das ETAR, realizaram-se, em controlo operacional, 471 determinações abrangendo o controlo analítico de afluente, efluente e tanque de arejamento.

## 1.4 Investimentos em infraestruturas

Foram preparados alguns projetos de execução e lançados os respetivos procedimentos de contratação de empreitadas, estando também em curso as empreitadas que transitaram do ano anterior.

No quadro que se segue é apresentado o ponto de situação sobre o desenvolvimento das empreitadas de obras e fornecimento de bens e/ou serviços, sendo as mais importantes descritas posteriormente:

EMPREITADA	ADJUDICATÁRIO	VALOR DA EMPREITADA	DATA ADJ.	SITUAÇÃO ATUAL
<b>INTERVENÇÕES EM ÁGUA E SANEAMENTO</b>				
Aquisição de Serviços vários a executar nas redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Município de Mafra (parte PPI)	GIATUL, E.M.	150 000 €	14/01/2022	Empreitada em curso
Execução de ramais domiciliários e anulações de ramais no concelho de Mafra (2022)	MAFRÁGUA	390 993 €	17/02/2022	Empreitada em curso
Ampliação das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas na Sobreira	NADRUCIVIL	182 345 €	08/07/2021	Empreitada concluída
<b>INTERVENÇÕES EM ÁGUA</b>				
Remodelação de condutas distribuidoras na Estrada da Senhora do Ó, Carvoeira	MAFRAGUA	151 658 €	25/02/2022	Empreitada em fase de contratação
Reposição de camada de desgaste na EN116, entre o km 20+400 e o km 20+805 - Casais da Serra	ESPACEAR	16 592 €	07/02/2022	Empreitada em fase de contratação
Ampliação da rede de abastecimento de água na Rua do Olival, Quinta das Pêgas	VITAPRUDENTE	11 000 €	25/02/2022	Empreitada concluída

EMPREITADA	ADJUDICATÁRIO	VALOR DA EMPREITADA	DATA ADJ.	SITUAÇÃO ATUAL
<b>INTERVENÇÕES EM SANEAMENTO</b>				
Ampliação da Rede de Saneamento em Fonte Boa da Brincosa	LUSOSICÓ	129 700 €	03/11/2021	Empreitada em curso
Prolongamento da rede de saneamento na Rua do Pinhal (Casa Nova / Romeirão)	AECI	68 897 €	25/02/2022	Empreitada em fase de contratação

#### 1.4.1 Intervenções na rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais

- **Ampliação das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas na Sobreira**

A Câmara Municipal de Mafra irá lançar em 2022 uma empreitada de pavimentação de vários arruamentos na Sobreira, freguesia do Milharado.

Entre a Semineira e Sobreira apenas existe rede pública de saneamento na Rua da Liberdade. Verifica-se a existência de um aglomerado a nascente do referido arruamento, com cerca de 40 edificações, que não é servido de rede pública. Por outro lado, parte da Rua do Abrunhal e Rua Casal do Abrunhal são igualmente desprovidas de rede de abastecimento de água, onde se encontram edificadas 5 habitações.

Desta forma, considerou-se pertinente conciliar a intervenção da Câmara Municipal com a ampliação das redes municipais existentes. Para isso, foi ainda iniciada em 2021 uma empreitada que preconiza a instalação de cerca de 280 m de condutas de abastecimento de água 1.900 m de coletores de saneamento.

A empreitada foi concluída e rececionada a 15 de março de 2022.

##### 1.4.1.1 Intervenções na rede de abastecimento de água

- **Remodelação de condutas distribuidoras na Estrada da Senhora do Ó, Carvoeira**

A Câmara Municipal de Mafra lançará brevemente uma empreitada de pavimentação da Estrada da Senhora do Ó, freguesia de Carvoeira.

Neste arruamento encontram-se instaladas diversas condutas em fibrocimento datadas da década de 70, que apresentam um grau de deterioração elevado que se tem manifestado na ocorrência de

um elevado número de avarias e, conseqüentemente, de interrupções no abastecimento de água à população.

Face ao exposto, foi lançado o concurso para a remodelação de cerca de 1.510 metros de rede em PEAD de diversos diâmetros nominais, variáveis entre os 63 e os 200 mm.

A consignação da empreitada está prevista para o próximo dia 11 de abril.

- **Ampliação da rede de abastecimento de água na Rua do Olival, Quinta das Pêgas**

Na localidade de Quinta das Pêgas, mais concretamente na Rua do Olival, existem 2 edificações que não se encontravam servidas por rede pública de abastecimento de água, sendo o abastecimento de água assegurado através de captações próprias.

Face ao exposto, foi contratada a instalação de cerca de 170 metros de condutas em PEAD DN90 mm.

A empreitada foi iniciada a 7 de março de 2022 e concluída no dia 28 do mesmo mês.

#### *1.4.1.2 Intervenções na rede de drenagem de águas residuais*

- **Ampliação da rede de drenagem de águas residuais domésticas de Fonte Boa da Brincosa**

A localidade de Fonte Boa da Brincosa encontra-se praticamente toda infraestruturada por rede pública de drenagem de águas residuais. A maior parte do efluente recolhido pela rede municipal é transportado até ao Subsistema em “alta” da Ericeira, sob gestão da AdTA, cujo destino de tratamento se constitui na ETAR de Ribeira d’Ilhas.

Contudo, existe uma pequena bacia que abrange a Rua do Rossio, Rua da Mina, Rua das Arroteias e Rua dos Poços, que serve 12 utentes e que drena para uma fossa séptica coletiva municipal localizada em domínio privado. Esta fossa séptica apresenta problemas de funcionamento, tendo inclusivamente gerado reclamações dos munícipes residentes.

Por forma a resolver o problema existente, preconizou-se a instalação de cerca de 500 m de coletores em PVC-U DN200 mm e 1 sistema elevatório, que irá garantir o transporte do efluente até ao Subsistema da Ericeira. Esta solução permitirá não só desativar a fossa existente, como também servir 10 novos utentes com rede pública.

A empreitada encontra-se em curso.

- **Prolongamento da rede de saneamento na Rua Pinhal (Casa Nova/Romeirão)**

A zona de Casa Nova e Romeirão encontra-se praticamente toda infraestruturada com rede de drenagem de águas residuais, exceto a Rua do Pinhal que não dispõe ainda de rede pública.

Desta forma, preconiza-se a instalação de um coletor principal em PVC-U DN200 mm com cerca de 460 metros de extensão ao longo desta rua e na berma da EN116, que posteriormente liga à rede existente na Rua das Orquídeas. A nova rede a executar permitirá servir 15 novos utentes com rede pública.

A consignação da empreitada está prevista para o próximo dia 6 de abril.

#### *1.4.1.3 Fornecimentos de bens e/ou serviços*

- **Sistema de Telemetria Domiciliária em (2) Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC) da Rede Pública de Abastecimento de Água (Projeto-Piloto)**

A título de experiência-piloto, os SMAS de Mafra procederam à contratação de um sistema de telemetria para leitura remota de consumos em 2 (duas) das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC) da Rede Pública de Abastecimento do Concelho (ZMC da Malveira–Zona Alta e ZMC de Santo Estevão–Santa Eulália).

Este sistema que foi dimensionado inicialmente para servir cerca de 600 utentes – mas que, pelas suas características de escalabilidade, se necessário, é suscetível de ampliação sem especiais dificuldades – envolveu não só a necessária instalação dos módulos de telemetria/teleleitura, mas também a substituição da totalidade dos contadores de água existentes para melhor garantia da fiabilidade das medições dos consumos.

O sistema de telemetria está instalado e operacionalmente em pleno funcionamento.

## **1.5 Outros Planos e Projetos**

### *1.5.1 Ativação e Revisão do Plano de Contingência para Situações de Seca*

Em fevereiro deste ano, foi ativado o Plano de Contingência para Situações de Seca dos SMAS de Mafra, tendo em consideração a situação de seca em Portugal continental e, nomeadamente, na região onde se insere a bacia hidrográfica que contribui para a reserva de água principal para abastecimento ao Concelho de Mafra (Barragem de Castelo de Bode), com significativo agravamento da situação de seca meteorológica registado pelo IPMA a 28 fevereiro em todo o território com um

aumento da área nas classes de seca mais graves, severa e extrema. A 28 de fevereiro mais de 60% do território estava em seca extrema, nomeadamente todo o distrito de Lisboa. A prever o agravamento da situação, reuniu a equipa responsável pelo Plano no dia 21 de fevereiro, com o objetivo de avaliar a situação e delinear a estratégia de atuação no que respeita à aplicação de medidas previstas no Plano e/ou propor outras medidas a aplicar em função do nível de alerta atual. Desta reunião resultaram algumas conclusões, nomeadamente, a necessidade de adaptar o Plano existente à atual realidade climatológica, tendo em consideração os efeitos das alterações climáticas, que tornarão, previsivelmente, mais frequentes estes episódios de períodos de seca extrema no nosso território. Resultou também como conclusão, a necessidade de articulação com as entidades gestoras “em Alta”, de modo a adequarmos os níveis de alerta e as medidas de atuação ao preconizado por essas entidades. Aproveitou-se a ocasião para realizar uma revisão ao referido Plano.

## 1.6 Recursos Humanos

Em 31 de março de 2022, prestavam serviço nos SMAS de Mafra 99 trabalhadores: 49 com contrato de trabalho em funções públicas e 50 em cedência de interesse público (trabalhadores pertencentes ao quadro da concessionária até 31 de agosto de 2019 e que transitaram para os SMAS a 1 de setembro).

Em 2022, há a registar, relativamente a movimento de pessoal:

- Admissão de 1 Assistente Operacional.
- Cessação de funções de 2 trabalhadores: 1 Assistente Técnico por iniciativa do trabalhador e 1 Assistente Operacional por ter transitado para outro organismo na sequência de procedimento concursal para a carreira de Técnico Superior.

Neste âmbito, foram iniciados dois concursos externos de ingresso, um para a carreira de Especialista de Informática, grau 1 nível 2 (estagiário) e o outro para a carreira de Técnico de Informática, grau 1, nível 1 (estagiário), não tendo o primeiro obtido candidaturas.

Encontra-se ainda em curso um procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento de Assistente Operacional para as áreas de atuação da Divisão Técnica.

### 1.6.1 Formação

Até 31 de março realizaram-se 8 ações de formação, num total de 73 horas e 36 frequências, incidindo sobre as seguintes áreas e temas:

- Contratação ao abrigo do Acordo Quadro de Manutenção de AVAC;
- SIADAP;
- Jornadas de Integração em Segurança e Saúde no Trabalho (novos trabalhadores).

## 1.7 Segurança e Saúde no Trabalho

Em 2022, até ao momento, foi realizado o processo de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Vestuário de Trabalho (VT), de modo a garantir que os trabalhadores tenham à sua disposição todos os equipamentos de proteção necessários para desempenhar as suas tarefas em segurança e o respetivo fardamento.

A operacionalização de todas as medidas de prevenção do contágio do COVID-19 continua a ser realizada com grande afinco devido à sua elevada relevância. No âmbito da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) continua a realizar-se ações de acompanhamento das equipas de exterior, de modo a sensibilizar os trabalhadores, em contexto real de trabalho, para reforço de alguns temas mais sensíveis, nomeadamente, a adequada utilização de EPI e EPC. Ainda neste âmbito, foram realizadas vistorias a várias instalações de água e saneamento dos SMAS de Mafra de modo a verificar as condições de conservação e de segurança.

Em 2022, até ao fim do mês de março, foram registados 3 AT (acidente de trabalho) que resultaram em 119 dias de ITA (incapacidade temporária absoluta). Na tabela seguinte, apresentam-se os valores para o índice de frequência e o índice de gravidade. Estes índices de sinistralidade laboral definem-se como:

- Índice de Frequência (IF) =  $(n.º \text{ de acidentes} / n.º \text{ de horas trabalhadas}) \times 1.000.000$
- Índice de Gravidade (IG) =  $(n.º \text{ de dias perdidos} / n.º \text{ de horas trabalhadas}) \times 1.000$

Data	N.º de trabalhadores	N.º de acidentes	Horas trabalhadas	Dias de ausência	Índice de frequência (IF)	Índice de gravidade (IG)	Meta
Fev. 2022	99	2	24770	88	80,7	3,55	IF < 40 IG < 1

Nota: Os índices de sinistralidade reportam até ao fim do mês de fevereiro devido a ainda não estarem disponíveis os dados de março.

## 1.8 Sistemas de Gestão

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho dos SMAS de Mafra foram aprovados os processos, o Manual do Sistema assim como a Missão, Visão e a Política do Sistema de Gestão Integrado dos SMAS de Mafra em reunião do Conselho de Administração a 23 de Fevereiro de 2022.

Reproduz-se abaixo a Missão, Visão e a Política aprovadas:

### **Missão**

*Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra têm como missão desenvolver e gerir, nos termos das suas atribuições e competências, o sistema de abastecimento de água e o sistema de saneamento de águas residuais numa perspetiva de sustentabilidade económico-financeira, ambiental, social e técnica, com vista à melhoria contínua e à satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas.*

### **Visão**

*SMAS Mafra, uma entidade gestora que presta serviços de excelência, de forma sustentável, reconhecida pela população servida e pelo sector das águas.*

Os SMAS de Mafra regem-se pelos seguintes valores:

- *Integridade*
- *Audácia*
- *Entusiasmo*
- *Eficácia*
- *Excelência*
- *Proximidade*
- *Transparência*
- *Sustentabilidade*
- *Orientação para o cliente*
- *Promoção de locais de trabalho saudáveis*

### **Política do Sistema de Gestão Integrado**

*Focados no compromisso assumido de garantir um serviço público de qualidade, os SMAS de Mafra orientados pelas suas atribuições, Missão e Visão definem a sua Política de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no trabalho assente nos seguintes compromissos:*



- i. *Garantir o abastecimento de água para consumo humano com qualidade e disponibilidade à população do concelho de Mafra;*
- ii. *Assegurar a eficaz recolha, drenagem e tratamento das águas residuais no concelho de Mafra, garantindo a qualidade de efluentes rejeitados no meio hídrico;*
- iii. *Definir e rever periodicamente os princípios, objetivos e metas dos processos, tendo em conta os impactes ambientais da atividade, os riscos laborais mais significativos e as expectativas das partes interessadas;*
- iv. *Incentivar o desenvolvimento das competências e valorização dos seus trabalhadores, e adequar os recursos às necessidades;*
- v. *Promover a segurança, a saúde, o bem-estar e a satisfação dos trabalhadores dos SMAS de Mafra em todos os aspetos profissionais e humanos;*
- vi. *Envolver ativamente, através de consulta e participação, todas as partes interessadas, com especial enfoque nos seus trabalhadores, no Sistema de Gestão Integrado;*
- vii. *Cumprir os requisitos normativos, bem como, os requisitos legais aplicáveis e outros que a organização subscreva;*
- viii. *Assegurar a melhoria contínua da eficácia do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho;*
- ix. *Prevenir a poluição e racionalizar a utilização de recursos naturais, no sentido de minimizar os impactes ambientais, decorrentes da sua atividade;*
- x. *Promover a educação ambiental e o envolvimento da comunidade na proteção do ambiente.*

*Esta política é comunicada a todos os trabalhadores dos SMAS de Mafra e a todos os que trabalham em seu nome de forma clara e adequada ao seu entendimento, estando ainda publicamente disponível a todas as partes interessadas.*

Foi lançado procedimento de aquisição para a contratação de empresa para realização de auditoria interna ao SGI, que se prevê ocorrer até final de Maio de 2022, com vista à respetiva certificação no decorrer de ano de 2022.

- **Plano de Prevenção Contra a Corrupção e Infrações Conexas**

Por deliberação do Conselho de Administração, datada de 13 de Janeiro de 2021, foi criado o Grupo de Trabalho / Auditoria Interna para a Prevenção Contra a Corrupção e Infrações Conexas. Tendo sido o Plano aprovado e em vigor desde Junho de 2021 foi decidido pelo Grupo de Trabalho a realização de acompanhamento de carácter intercalar com vista a analisar e avaliar em que medida

está o Plano está a ser implementado e aferir da efetividade, utilidade e eficácia das medidas propostas no mesmo.

### 1.9 Contratação Pública

Até 31 de março 2022 foram realizados 178 procedimentos no âmbito da contratação pública de serviços e empreitadas, conforme se discrimina na seguinte tabela:

Tipo procedimento	Tipo Objeto (Descrição)	N.º de Contratos
Ajuste direto simplificado	Aquisição de serviços	77
	Aquisição de bens móveis	75
Ajuste direto regime geral	Aquisição de bens móveis	3
	Aquisição de serviços	2
	Empreitadas	2
Concurso público	Aquisição de bens móveis	1
	Aquisição de serviços	3
	Empreitadas	3
Consulta Prévia	Aquisição de serviços	9
	Aquisição de bens móveis	3

### 1.10 Apoio Jurídico

Durante o ano de 2022 foram prestados 30 pareceres jurídicos, com a seguinte tipificação:

TIPO DE PARECERES	QUANTIDADE
Reclamações - Processos indemnização	6
Informações/Deliberações ao CA	8
Pareceres Jurídicos	9
Prescrições de Dívida	2
Respostas à ERSAR	0
Apoio à Contratação Pública	3
Elaboração de Contratos	0
Divulgação Legislação Relevante	1
Defesa em Auto Contraordenação	0
Processo de Inquérito	1

Nota: Na quantificação acima não foi contabilizado o apoio jurídico prestado telefonicamente e a participação em processos e reuniões específicas, designadamente na análise da Recomendação Tarifária nº1/2022 da ERSAR, na auditoria de monitorização do Plano de Prevenção contra a Corrupção e Infrações Conexas e na validação da documentação e processos enviados para deliberação do Conselho de Administração.”

## 2 Principais Indicadores

Principais indicadores relativos às atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2022.

Abastecimento de Água	
Indicador	mar - 2022
Número de utilizadores	44.212 un
Volume de água adquirida	1.520.275 m <sup>3</sup>
Volume de água faturada	1.212.026 m <sup>3</sup>
Comprimento da rede	988 Km
Novos ramais	82 un
Avarias na rede	42 un
Avarias em ramais	33 un
Nº Colheitas p/ aferição Qualidade da Água	58
Nº de determinações da Qualidade da Água	493
Taxa de cumprimento	99,7%
Recolha de Águas Residuais	
Indicador	mar - 2022
Número de utilizadores	36.734 un
Comprimento da rede	453 Km
Novos ramais	16 un
Nº de esvaziamentos de fossas particulares	450 un
Tempo médio de resposta para esvaziamento de fossas	8 Dias
Nº de desobstruções da rede	91 un
Nº de desobstruções de ramais	51 un
Nº Colheitas para aferição da Qualidade das Águas Residuais	41
Nº de determinações da Qualidade das Águas Residuais	275
Taxa de cumprimento dos Valores Limites de Emissão	94,9%



23

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo, proponho que o assunto seja encaminhado à reunião D.º Executivo

2022, 04, 18

*[Handwritten signature]*

O Vereador,

Concordo com a presente informação e considerações Superiores.

18, 04, 2022

A Diretora de Departamento,

*[Handwritten signature]*

Concordo com a presente informação submetida à consideração Superior.

18, 04, 2022

A Chefe de Divisão,

*[Handwritten signature]*

DESPACHO

À reunião

7

18, 04, 22

O Presidente da Câmara,

*[Handwritten signature]*  
(Helder Sousa Silva)

### INFORMAÇÃO Interno/2022/5474

**ASSUNTO:** Relatórios e Contas do Ano de 2021 - Empresas e Associações

No âmbito das suas atividades, as seguintes entidades detidas pelo Município de Mafra apresentaram os seus Relatórios e Contas do ano de 2021:

- A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia;
- AMIUC – Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas;
- AMTRES – Associação de Município de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos;
- Giatul – E.M.S.A.;
- Matadouro Regional de Mafra, S.A.;
- Municípiã, E.M.S.A.;
- Tapada Nacional de Mafra, CIPRL;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- TratoLixo, EIM, S.A..

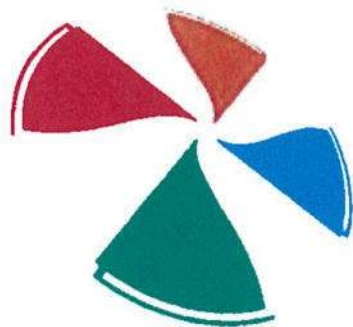
Face ao exposto e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que se submetam os referidos relatórios, para conhecimento do Órgão Executivo e Deliberativo.

À Consideração Superior

A Dirigente da Unidade de Estudos e Planeamento

*Cândida Jacinto*  
(Cândida Jacinto)





**A2S**

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

*Handwritten notes:*  
M  
cel  
M  
ff

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2021

---

Mafra, 21 de março de 2022



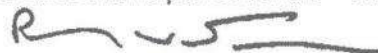
**Aprovado pela Direção, em reunião do dia 21 de março de 2022**

Presidente - Câmara Municipal de Mafra – António Felgueiras



Secretário (Vice-Presidente) - Câmara Municipal de Loures – Nelson Batista

Tesoureiro - Câmara Municipal de Sintra – Pedro Ventura

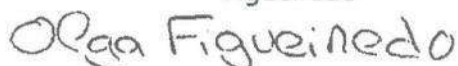


Vogal - Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa – Francisco Rico



Vogal - Associação Empresarial do Concelho de Sintra – Joaquim Camilo / Olga

Figueiredo



Vogal - Associação de Agricultores do Concelho de Mafra - David Sardinha



Vogal – Centro Social e Paroquial de S. João das Lampas - José Parente



**Aprovado pela Assembleia-Geral, em reunião do dia 31 de março de 2022**

Presidente – CENINTEL- Rui Ribeiro

Secretário - Frutoeste - Cooperativa Agrícola de Horto fruticultores do Oeste, CRL –

Pedro Bernardes

2º Secretário - Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de

Loures e Odivelas – Mário Saramago



# ÍNDICE

---

NOTA DE ABERTURA .....	4
SIGLAS E GLOSSÁRIO .....	6
RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021 .....	9
1 ASSEGURAR A ORGANIZAÇÃO INTERNA E A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA .....	10
2 DISPONIBILIZAR FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS .....	11
3. PROMOVER A ANIMAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	13
4. IMPLEMENTAR AS EDL RURAL E COSTEIRA – GERIR O CICLO DE VIDA DOS PROJETOS .....	15
5. ACOMPANHAR E MONITORIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS EDL.....	18
6. DINAMIZAR PROJETOS DE COOPERAÇÃO.....	19
7. PARTICIPAR EM REDES, <i>FORA</i> , PLATAFORMAS E GRUPOS DE TRABALHO .....	22
8. GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PRÓPRIOS.....	24
9. PROMOVER, PARTICIPAR E ORGANIZAR EVENTOS .....	27

# NOTA DE ABERTURA

---

Devido à pandemia COVID-19, o ano de 2021 foi mais um ano atípico e que contou com os mesmos constrangimentos do ano de 2020. Foi necessário continuar o trabalho de implementação das EDL recorrendo a novas dinâmicas de funcionamento, como o teletrabalho e o recurso às novas tecnologias de informação mantendo os compromissos e as obrigações junto dos associados, dos beneficiários e dos restantes atores relevantes no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária.

Em 2021 a A2S continuou a destacar-se como umas das associações com melhor desempenho a nível nacional no que diz respeito às taxas de compromisso e execução, o que só foi possível graças à capacidade de execução evidenciadas pelos promotores do território e a um trabalho persistente de animação territorial e de monitorização dos projetos aprovados.

No caso do PDR2020, a performance da A2S constituiu mesmo a melhor a nível nacional, o que lhe permitiu ter acesso ao regime de transição (Next Generation EU) e reforçar a dotação da EDL rural.

No quadro do Mar2020, foi possível a abertura de um aviso-convite dirigido ao município de Cascais, que vai permitir resgatar as verbas subtraídas pela AG e comprometer a totalidade da verba da EDL costeira.

A execução dos Fundos FEDER e FSE foi potenciada pela abertura de avisos ao PAPN e pelos incentivos +CO3SO. Apesar da elevada procura por este tipo de apoio foram verificadas diversas dificuldades na execução destes projetos, o que deve merecer preocupação e acompanhamento permanente de forma a garantir que todas as verbas da EDL são aplicadas.

No ano transato foram concluídos ou praticamente concluídos os projetos da Rede Rural Nacional em que a A2S está envolvida.

Ao nível dos projetos de cooperação, mesmo com os atrasos na avaliação por parte das AG, foi possível ultrapassar as condicionantes burocráticas associadas para que estes sejam executados, como planeado em 2022.

Em 2021 assinalaram-se os 30 anos do programa LEADER – Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural em Portugal. Esta efeméride foi aproveitada para afirmar a importância desta metodologia, projetando o seu futuro no Próximo Período de Programação.

A A2S, nos diferentes grupos e fóruns em que participa, continuou a bater-se por um LEADER/DLBC o mais próximo possível da sua génese e dos seus princípios fundadores

e que vá ao encontro das necessidades atuais e emergentes dos territórios, numa lógica de proximidade.

No que diz respeito ao funcionamento da associação, salientam-se as alterações dos representantes dos municípios de Loures e Sintra, motivadas pelos resultados das eleições autárquicas.

Contrariamente ao previsto não houve condições para a realização de eleições para os Órgãos Sociais no final do ano que, por isso, foram proteladas para 2022.

A não realização de eleições explica-se, em parte, pela dificuldade que se tem verificado na retenção de associados e pela existência de quotas em atraso que impossibilitam que os sócios possam integrar listas candidatas aos órgãos sociais.

A associação deve ser capaz de encontrar uma solução para este problema, sem, contudo, comprometer a receita proveniente das quotas, que é vital para o seu funcionamento regular.

Só uma parceria forte, representativa dos principais grupos de interesses, será capaz de captar novos fundos no futuro período de programação que permitam continuar a apoiar o desenvolvimento local liderado pelas comunidades na região salaia.

Os bons resultados alcançados até à data encontrarão certamente eco na capacidade da região se organizar em torno da A2S, com vista ao desenvolvimento e afirmação da região salaia.

## SIGLAS E GLOSSÁRIO

---

**+CO350 Emprego - Sistema de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo** - visa conferir apoios à criação de emprego e ao empreendedorismo, incluindo empreendedorismo social, previstos nos Programas Operacionais Regionais, mediante cofinanciamento do Fundo Social Europeu (FSE)

**AG - Autoridade de Gestão** - Autoridade pública nacional, regional ou local, ou um organismo público ou privado, designada pelo Estado-Membro, responsável pela gestão e execução do programa em conformidade com o princípio da boa gestão financeira e de acordo com as regras nacionais e comunitárias.

**AproximaR - Produzir e Consumir Localmente** – projeto desenvolvido no quadro da Rede Rural Nacional que tem por objetivo contribuir para a boa aplicação, acompanhamento e avaliação das Políticas de Desenvolvimento Rural, no que respeita ao conhecimento e dinamização dos CCA.

Para concretizar estes objetivos a parceria do projeto tem como principais atividades o mapeamento das iniciativas de circuitos curtos desenvolvidas em Portugal, nas modalidades cabazes, mercados locais, restauração coletiva e vendas na exploração, bem como a elaboração de guias e o desenvolvimento projetos piloto.

Parceria: CONFAGRI (líder), AZS, DAGDR, CNA, ISA, Escola Superior Agrária de Coimbra.

**CCA** – Cadeias Curtas Agroalimentares

**CCDR-LVT** - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

**DLBC** - Desenvolvimento Local de Base Comunitária - do inglês *CLLD Community Led Local Development* (Desenvolvimento Local Liderado pelas Comunidades), abordagem de desenvolvimento que:

- Incide em zonas sub-regionais específicas;
- É dirigido por grupos de ação local compostos por representantes dos interesses socioeconómicos locais, públicos e privados, nos casos em que, aos níveis de decisão, as autoridades públicas tal como definidas de acordo com as regras nacionais, ou qualquer grupo de interesses individual não representem mais de 49 % dos direitos de voto;
- É impulsionado através de estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local;
- É planeado tendo em conta as necessidades e potencialidades locais, incluindo as características inovadoras no contexto local, a ligação em rede e, se for caso disso, as formas de cooperação;

**EDL - Estratégia de desenvolvimento local (EDL)** - o modelo de desenvolvimento para um território de intervenção, sustentado na participação dos agentes locais, com vista a dar resposta às suas necessidades através da valorização dos recursos endógenos, assente num conjunto de prioridades e objetivos fixados a partir de um diagnóstico, privilegiando uma abordagem integrada, inovadora e com efeitos multiplicadores.

**ELARD - *European LEADER Association for Rural Development*** – Associação Europeia Leader para o Desenvolvimento Rural - Associação internacional sem fins lucrativos criada para melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais e manter a sua população através de um desenvolvimento local sustentável e integrado. A ELARD promove a difusão da filosofia do método LEADER tanto a nível local como a nível institucional. A ELARD acredita que um melhor desenvolvimento rural sustentável em toda a Europa é mais bem alcançado pela metodologia *bottom up*.

**EG - Entidade Gestora** - Responsável administrativo e financeiro, selecionado pelos membros da parceria, capaz de administrar fundos públicos e garantir o seu funcionamento.

**ETL - Equipa Técnica Local** - Equipa de apoio na dependência hierárquica do órgão de gestão do GAL, gerida por um coordenador, devendo a sua composição ser multidisciplinar, com dominância de formação nas áreas relacionadas com as linhas prioritárias da estratégia de desenvolvimento de cada território, não podendo os membros da ETL pertencer, em simultâneo, ao órgão de gestão do GAL;

**FARNET – European Fishery Areas Network** - Comunidade empenhada no desenvolvimento promovido pelas comunidades locais no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Esta rede reúne grupos de ação local, autoridades de gestão, cidadãos e peritos da UE.

**FEADER** - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

**FEAMP** - Fundo Europeu Assuntos Marítimos e das Pescas

**FEDER** – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

**FMT - Federação Minha Terra** - Entidade privada de interesse público e sem fins lucrativos, constituída no ano 2000, por iniciativa de um grupo alargado de Associações de Desenvolvimento Local (ADL), institucionalizando uma rede, sob o denominador comum da convergência de objetivos, do diálogo, da partilha e de um vasto trabalho conjunto no desenho e implementação de soluções e intervenções em prol do desenvolvimento dos espaços rurais nacionais.

**FSE** – Fundo Social Europeu

**GAL – Grupo de Ação Local** - Parceria formada por representantes locais dos setores público e privado de um determinado território de intervenção, representativa das

atividades socioeconómicas e com uma estratégia de desenvolvimento própria, denominada EDL, reconhecida para a vertente desenvolvimento local de base comunitária rural, no âmbito de prévio procedimento concursal.

**IB** – Identificação do Beneficiário

**IFAP** - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P

**PO MAR 2020** – Programa Operacional do Mar

**OG – Órgão de Gestão** – Órgão executivo da(s) EDL(s), nomeado e exonerado pela(s) Assembleia de Parceiros, competindo-lhe executar a(s) EDL(s) e informar os parceiros do GAL e a população local sobre o impacto da implementação da EDL no território de intervenção, bem como garantir todas as interações necessárias com a(s) AG(s).

**OPP** – Orçamento Participativo de Portugal

**PDR 2020** – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

**Rede Rural Nacional** - Plataforma de divulgação e partilha de informação, de experiência e de conhecimento que pressupõe uma atuação que desenvolva a partilha e a cooperação em torno das ações a concretizar com o objetivo de melhorar a aplicação dos programas e medidas de política de desenvolvimento rural e a qualificação da intervenção dos agentes implicados no desenvolvimento rural.

**Rede Rural Europeia** - A Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (ENRD) é a estrutura que reúne todas as partes interessadas com o objetivo de alcançar melhores resultados de desenvolvimento rural na UE. A rede funciona como um centro para a partilha de informações sobre políticas, programas, projetos e outras iniciativas de desenvolvimento rural.

**Robust** - (Rural Urban | (rural-urban.eu)) projeto promovido pela CCDR-LVT e IST que tem como objetivo central melhorar a compreensão das interações e dependências entre as áreas rurais, periurbanas e urbanas, pretendendo gerar impactos tanto sobre a componente de decisão (política) como sobre a dimensão prática (como fazer), explorando, analisando e melhorando os mecanismos de governação, e criando condições para o surgimento e reforço de sinergias rurais-urbanas.

**SIZE – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego** – Sistema orientado para projetos empresariais que estimulem o surgimento de pequenos negócios e a concretização de oportunidades de criação de valor ancoradas nos recursos e ativos endógenos.

**VFL** – Verificação Física no Local

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

---

Considerando o previsto no Plano de Atividades de 2021, as atividades do relatório apresentam-se divididas em 9 objetivos principais:



## 1. ASSEGURAR A ORGANIZAÇÃO INTERNA E A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A gestão administrativa e financeira da A2S foi garantida pelos seus órgãos sociais e pela equipa técnica. Todas as reuniões ordinárias dos órgãos sociais foram realizadas e foi ainda assegurada a realização das reuniões de gestão e as consultas escritas no âmbito das competências delegadas pelas autoridades de Gestão do PDR2020 e do MAR 2020.

Também a gestão financeira da Associação decorreu com normalidade sendo que se salvaguardou sempre a existência de tesouraria para fazer face às despesas correntes através da submissão e reembolso dos pedidos de pagamento relativos aos contratos estabelecidos para o funcionamento e custos operacionais do GAL rural e do GAL pescas.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Reuniões de Direção A2S	Nº de reuniões	2 reuniões de Direção (fevereiro e maio) 11 consultas escritas (março (1), abril (2); agosto (1), setembro (1), outubro (2), novembro (1), dezembro (3))
Assembleias Gerais A2S	Nº de reuniões	2 assembleias gerais ordinárias (junho e dezembro)
Conselho Fiscal	Nº de reuniões	2 reuniões ordinária (maio, dezembro)
Submissão de Pedidos de Pagamento (despesas de funcionamento dos GAL)	Nº de Pedidos de Pagamento submetidos	5 Pedidos de Pagamento Funcionamento GAL Rural (janeiro, março, junho, agosto e setembro) 3 Pedidos de Pagamento Funcionamento GAL Pescas (março, junho e setembro) 1 Pedido de Pagamento Projeto 7 GAL (maio) 1 Pedido de Pagamento Projeto Aproximar (abril)



## 2. DISPONIBILIZAR FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Os elementos da equipa técnica participaram em diversas atividades de capacitação promovidas várias entidades, entre as quais as Autoridades de Gestão e os Organismos Pagadores. Todos os elementos da equipa técnica da A2S participaram nas sessões organizadas pelas AGs tendo ainda a equipa da A2S promovido uma sessão de capacitação com a DRAP-LVT no âmbito dos controlos *in loco*.

Também foi possível participar em *webminares*, conferências e seminários sobre temáticas relevantes para o desempenho das funções dos GAL e sobre áreas diversificadas que vão desde temas específicos relacionados com a alimentação até sessões promovidas pela Agência de Coesão e Desenvolvimento sobre custos simplificados.

No âmbito da formação profissional, foram realizadas quatro formações específicas tanto na área dos contratos públicos como na área dos sistemas geográficos. Estas sessões revelaram-se da maior importância para dar cumprimento às obrigações da A2S enquanto entidade adjudicante bem como para a realização das análises e verificações físicas no local dos projetos financiados.

ACÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Ações de formação e iniciativas promovidas pelas AGs, por outros GAL, Rede Rural, Federação Minha Terra e outras organizações nacionais e internacionais relevantes	Participação de 1 elemento da ET em 100% dos eventos realizados	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 Ação de Formação IFAP - Novo Módulo Notificações (MM JD-RV-CV)</li> <li>1 Sessão de Capacitação sobre CCP (FMT-GAL) (MM JD RV-CV)</li> <li>1 sessão de esclarecimentos sobre controlos In Loco DRAP-LVT (MM-JD-RV-CV)</li> <li>2 sessões de capacitação sobre análise de CAD AG MAR (MM-JD-RV-CV)</li> <li>1 Sessão de capacitação sobre a NP44 IFAP - (MM JD RV-CV);</li> <li>1 sessão de capacitação AG MAR-IFAP-OI (MM JD RV CV)</li> <li>1 sessão de capacitação SIMAR AG MAR2020 (MM JD RV CV)</li> <li>11 reuniões técnicas IFAP - GAL (MM-JD-RV CV)</li> <li>1 capacitação em GPS (MM-JD-RV-CV)</li> <li>1 capacitação ATA - Aldeias de Portugal (RV CV)</li> </ul>
Organizar ou participar em ações de capacitação dirigidas aos atores locais, membros da parceria ou dos OG dos GAL	Participação em pelo menos 1 ação de capacitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação na ação Território e Gastronomia – Tagus Valley / Terr'ius (MM)</li> <li>Participação no Webminar In Loco: Sistemas Alimentares em Perspetiva</li> <li>Participação no Webminar Combate ao Desperdício Alimentar – IAPMEI</li> <li>Participação no Webminar AdC Fundos Europeus</li> </ul>

Possibilitar à equipa técnica a participação noutras atividades de formação profissional consideradas relevantes para o desempenho das respetivas funções

Participação em pelo menos 1 ação de formação profissional

Participação no Webminar Leader: Desenvolvimento Rural Integrado para a Coesão Territorial

Participação na Conferência Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade (21 e 22)

Participação na Conferência Avaliação do impacto macroeconómico do Portugal 2020

Participação no Seminário parque da Várzea e Costeiros de Loures

Participação na Apresentação - Regime de fruta escolar in Loco

Participação na sessão AdC - OCS 2023)

Participação sessão Avaliação da aplicação de custos simplificados

1 Formação sobre Fatura Eletrónica - 3h (RV)

1 Formação CCP - Alterações ao CCP - 7h (RV)

1 Formação CCP - Elaboração das Peças de Procedimento /h - (RV)

1 Cartografia avançada e DAVIZ com QGIS (24h), outubro (ZD)

### 3. PROMOVER A ANIMAÇÃO DO TERRITÓRIO

A A2S continuou a promover as EDL, a sua atividade e a disponibilizar informação relativa à apresentação de candidaturas para os apoios disponibilizados para o território.

Para este efeito recorreu aos seus meios de comunicação (*site*, *newsletter* e redes sociais), e dos associados e dos contactos com órgãos de comunicação social.



Figura 1 Notícias sobre a A2S na comunicação social



Figura 2 Entrevista da Diretora Executiva à Saloia TV

Promoveu também sessões de divulgação específicas relativas a todos os avisos para a apresentação de candidaturas e mais de centena e meia de atendimentos a potenciais promotores.

Devido aos constrangimentos impostos pela pandemia, quase todas as iniciativas de promoção e animações do território decorreram no formato videoconferência, porém, no final do ano foi possível realizar algumas ações presenciais.

Entre as mais relevantes, destacam-se duas aulas para alunos do 11º ano sobre Desenvolvimento Local ministradas pela equipa técnica a convite do Agrupamento de Escolas Professor Armando de Lucena da Malveira e participação no 3º Meeting

*Agricultura Biológica em Loures - Reconversão para o modo de produção biológico promovido pelo município de Loures.*



Figura 3 – Participação no 3º Meeting agricultura biológica Loures.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Disponibilizar informação através do site da A2S, <i>newsletter</i> e <i>Facebook</i>	<p>Criação de 12 notícias</p> <p>Envio de 12 <i>newsletters</i></p> <p>Criação de 52 <i>posts</i> no <i>Facebook</i></p>	<p>16 notícias publicadas no site da A2S</p> <p>13 <i>newsletters</i> enviadas</p> <p>83 <i>posts</i> no <i>Facebook</i></p> <p>30 publicações no <i>Instagram</i></p> <p>15 notícias na comunicação social local, nacional e internacional</p>
Realizar sessões de divulgação da abertura de avisos	Organização de 1 sessão de trabalho por concelho	<p>1 Sessão Divulgação PAPN (fevereiro)</p> <p>1 Sessão Divulgação PAPN 2 (fevereiro)</p> <p>1 Videoconferência Divulgação PDR2020 (novembro)</p> <p>1 Sessão Divulgação PDR2020 – AESINTRA (novembro)</p>
Realizar reuniões bilaterais com potenciais promotores	Realização de 24 reuniões	153 atendimentos
Participar em iniciativas com vista à divulgação da A2S e das EDL a convite de outras entidades	Participação em 4 iniciativas	<p>2 Aulas sobre Desenvolvimento Local - Apresentação A2S, 2 turmas do 11º ano, Malveira (novembro)</p> <p>1 apresentação na Reunião Agricultura Biológica (dezembro)</p>

#### **4. IMPLEMENTAR AS EDL RURAL E COSTEIRA – GERIR O CICLO DE VIDA DOS PROJETOS**

Na sequência da implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local, importa referir que no âmbito do FEADER – PDR 2020, em outubro de 2021, realizou-se a aplicação dos critérios de atribuição das verbas do regime de transição aos Grupos de Ação Local, sendo que o valor de despesa pública atribuído à Ação 10.2 «Implementação das EDL», do GAL A2S foi de 534 644,01€ (Despesa Pública), sendo que o total da verba afeta à EDL passou a ser 3 356 745,82€ (Despesa Pública). A atribuição desta verba possibilitou a abertura de novos avisos às diferentes medidas do PDR 2020.

Já no quadro do FEAMP – MAR 2020, foi possível manter o valor da dotação inicialmente contratada o que contribuiu para a abertura de um aviso convite no final do ano de 2021.

No que respeita ao FEDER-FSE – PO LISBOA e considerando a sub execução dos projetos SIZ2 foi possível abrir avisos ao Programa Nacional à Produção Nacional tanto no GAL rural como no GAL costeiro.

Assim, foram abertos 10 avisos à apresentação de candidaturas sendo que todos foram publicitados tanto a nível interno na página da Associação, na comunicação social local e ainda nas páginas dos associados.

Considerando a abertura dos avisos, foram analisadas 45 candidaturas (PAPN e PDR 2020) que foram decididas quer por consulta escrita quer em reuniões dos Órgãos de Gestão.

A A2S possui delegação de funções do Organismo Pagador, IFAP, para a realização da análise de pedidos de pagamento no âmbito do FEADER e do FEAMP. Já no domínio do FEDER e do FSE a análise dos pedidos de reembolso é uma função exclusiva da Autoridade de Gestão. Porém, em todos os fundos a A2S tem responsabilidades ao nível da monitorização dos projetos aprovados.

Complementarmente à abertura de avisos, a equipa realizou reuniões gerais de monitorização de modo a apoiar os beneficiários na execução dos projetos e reuniões bilaterais de apoio à elaboração de pedidos de pagamento/reembolso.

A análise dos pedidos de pagamento, incluindo a realização de Verificações Físicas no Local (VFL), continuou a ser uma prioridade, numa tentativa de proporcionar o reembolso célere dos beneficiários. Foi monitorizada a execução dos projetos e procedeu-se ao controlo administrativo de 87 pedidos de pagamento.

Paralelamente, e com o objetivo de encerrar operações foram realizadas 27 verificações físicas no local onde houve oportunidade de validar a realização das despesas apoiadas e de verificar a sua conformidade.

No âmbito das funções delegadas pelo IFAP para a criação e alteração de IB (Identificação do Beneficiário) a equipa técnica criou / alterou 17 IB de beneficiários dos GAL rural / pescas.

Todas estas iniciativas, a par da capacidade de execução dos investimentos evidenciada pelos promotores, permitiram posicionar a A2S como o GAL com as taxas de compromisso e execução mais elevadas a nível nacional na EDL Rural e um dos melhores posicionados na EDL Costeira.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Submeter à aprovação as propostas dos anúncios de abertura de concursos referentes às operações cuja gestão foi delegada ao GAL	Submissão de 100% de propostas de anúncios de forma a cumprir a metas definidas 2023 1 concurso FEADER 2 concursos FEDER 1 concurso FEAMP	1 Aviso PAPAN GAL RURAL – FEDER - (fevereiro) 1 Aviso PAPAN GAL COSTEIRO – FEDER - (fevereiro) 2 Avisos PDR 2020   10211 e 10212 – FEADER - (março) 1 Aviso PAPAN COSTEIRO – FEDER - (abril) 4 Avisos PDR 2020   10211-9   10212-8   10214-8   10216-3   FEADER - (novembro) 1 Aviso Convite MAR 2020 – CM Cascais - FEAMP (dezembro)
Publicitar os anúncios de abertura de candidaturas (PDR2020 e MAR 2020)	Publicitação de 100% dos anúncios na comunicação social local dos territórios de intervenção	3 publicações sobre abertura de anúncios 10211 e 10212 (março) - Notícias de Loures, Carrilhão e Jornal de Sintra Online 3 publicações sobre abertura de anúncios PDR 2020   10211-9   10212-8   10214-8   10216-3   - FEADER - (novembro) - Jornal de Sintra; Site da CM Mafra; Site da UF Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
Publicitar os anúncios de abertura de candidaturas (PDR2020 e MAR 2020, FEDER e FSE)	Publicitação 100% dos anúncios na página da A2S	Todos os avisos foram publicados através de notícias e <i>newsletter</i> na página da A2S
Analisar e emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nos regulamentos aplicáveis e com os critérios de seleção definidos nos respetivos anúncios	Análise e decisão de 100% dos pedidos de apoio recebidos dentro dos prazos estabelecidos dos regulamentos	Análise de 100% das candidaturas recebidas 37 análises PDR2020 8 análises PAPAN rural 5 análises PAPAN costeiro
Decidir em sede dos OG sobre os projetos analisados	GAL Rural  GAL Pescas	1 reunião OG (fevereiro) 38 consultas escritas (janeiro (3), fevereiro (4), março (3), abril (2), maio (2), junho (2), julho (4), agosto (6), setembro (6), outubro (4), novembro (2)) 11 consultas escritas (janeiro (2), fevereiro (1), abril (2), maio (1), julho (1), outubro (1), novembro (2), dezembro (1))
Realizar sessões de apoio à apresentação de pedidos de pagamento	Organização de 2 <i>workshops</i>  Reuniões bilaterais de monitorização de projetos	2 Reuniões de monitorização +CO3SO (PP) (janeiro, maio) 40 reuniões bilaterais de apoio à submissão de Pedidos de Pagamento/Pedido de Reembolso

Analisar os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários dos pedidos de apoio aprovados	Análise e decisão de 100% dos pedidos de pagamento recebidos dentro dos prazos estabelecidos dos regulamentos	87 Pedidos de Pagamento analisados (80 PDR2020 e 7 MAR2020)
Realizar visitas de monitorização in situ aos promotores selecionados	Realização de 5 visita in situ/projeto	25 Visitas de verificação física no local (VFL PDR) 2 Visita de verificação física no Local (VFL MAR)
Criação/alteração de Identificação do Beneficiário no sistema de informação do IFAP (digital)	Nº de IB	17 Identificações do Beneficiário

## 5. ACOMPANHAR E MONITORIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS EDL

Num contínuo e permanente esforço de mitigação de erros e de aumento das taxas de compromisso e execução, a A2S disponibilizou um apoio efetivo aos potenciais candidatos e aos beneficiários efetivos durante o ciclo de vida dos projetos (da abertura do aviso ao encerramento das operações).

Foi disponibilizada informação de apoio aos promotores, e efetuado guião de apoio, nomeadamente ao nível dos pedidos de reembolso no âmbito dos projetos +CO3SO.

Procurou-se acompanhar de perto os promotores desde a submissão de pedidos de reembolso, pedidos de alteração físico-financeira, apoio no cumprimento de condicionantes ou na obtenção de licenciamentos obrigatórios, inclusivamente no âmbito dos fundos FSE e FEDER.

A implementação dos projetos foi alvo de monitorização constante e sistemática, de forma a facilitar a sua execução, mas também a libertação de verbas e a anulação de projetos sem viabilidade, reaproveitando recursos financeiros para a abertura de novos avisos para a apresentação de candidaturas, sempre que possível.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Disponibilizar apoio telefónico, presencial, por correio e eletrónico e por ofício	Apoio e resposta a 100% dos pedidos	Todas as solicitações telefónicas e por correio eletrónico foram respondidas.
Atualizar e disponibilizar documentos de apoio para os promotores	Criar 1 documentos de apoio e atualizar os documentos que precisem de atualização	Elaboração de um guião de apoio
Observar e recolher regularmente informação sobre os indicadores definidos nas EDL	Elaboração de 1 relatório semestral/fundo	As taxas de execução e compromisso foram alvo de observação permanente, sendo divulgadas junto do OG, Assembleias Gerais e apresentações públicas.
Elaborar um relatório anual de avaliação de resultados	Elaboração de 1 relatório anual/fundo	1 relatório anual IFAP (janeiro) 1 relatório anual PDR2020 (junho)



## 6. DINAMIZAR PROJETOS DE COOPERAÇÃO

A execução dos projetos de cooperação foi fortemente afetada quer pelos efeitos da pandemia COVID 19, quer pelos atrasos verificados ao nível do processo de análise e decisão das candidaturas.

Foi, contudo, possível reunir as condições para que todos os projetos de cooperação em que a A2S possam ser implementados em 2022.

### PDR2020-10.3-FEADER-064722 - SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS

O projeto de cooperação transnacional promovido por 7 territórios portugueses, entre os quais a região saloia e São Tomé e Príncipe destina-se à realização de atividades com vista à criação de Sistemas Alimentares Locais foi submetido em 30 de julho de 2020.

A decisão final da AG foi comunicada em 5 de maio e o termo de aceitação foi assinado em 16 de junho de 2021.

A parceria do projeto reuniu em outubro, tendo concluído ser necessária a criação de um Agrupamento de Entidades Adjudicantes, com vista execução das despesas comuns do projeto cumprindo com o Código da Contratação Pública.

### PDR2020-103-064862 – INCOMUM - INOVAÇÃO E CONHECIMENTO NO MUNDO RURAL

No âmbito deste projeto de cooperação, submetido a 31 de julho de 2020, apenas foi possível ter a sua decisão a 20 de outubro de 2021, tendo sido assinado o termo de aceitação em novembro.

Apesar dos atrasos na análise e decisão do projeto por parte da Autoridade de Gestão, foi possível realizar para além de reuniões com os parceiros, uma sessão digital de arranque de projeto a 23 de fevereiro - *Webinar* "A digitalização nas Comunidades Locais - Desafios do Rural".



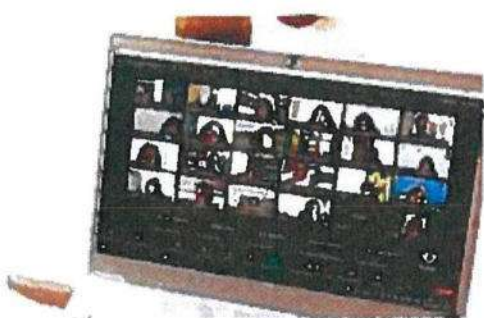
Figura 4 – Webinar "A digitalização das comunidades locais"

### **PDR2020-10.3-FEADER-053977 - ALDEIAS DE PORTUGAL**

Este projeto de cooperação decorre desde 2019, com muitos atrasos ao nível da execução decorrentes dos procedimentos morosos da contratação pública. No entanto, neste ano, detetaram-se avanços significativos no projeto.

Foi apresentada a candidatura de Almoçageme à ATA Associação Turismo de Portugal, para classificação da aldeia.

Foi constituído o grupo de trabalho da aldeia e foram realizadas reuniões para elaboração do plano de valorização da aldeia.



### **PDR2020-103-FEADER – 062054 – LUGARES DO VINHO**

Este projeto de cooperação transnacional entre a Região Saloia e Serra Gaúcha (BR) para a promoção do enoturismo foi submetido para apreciação por parte da Autoridade de Gestão do PDR2020 em 3 de fevereiro de 2020.

O processo de análise estendeu-se até 23 de junho de 2021, data em que foi apresentada uma proposta de decisão favorável, mas com uma redução de 46% das despesas elegíveis, o que motivou a apresentação de pronúncia por parte da A2S.

Após a apresentação das alegações da A2S, dentro dos prazos legalmente fixados, foi retomada a análise da AG.

Em 28 de dezembro de 2021, a AG proferiu a decisão final de aprovação, acolhendo parte pouco relevante da contestação, que permitiu reverter cerca de 4% das despesas consideradas não elegíveis.

Face ao exposto não foi possível desenvolver quaisquer das ações previstas no âmbito do projeto em 2021.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Desenvolver as ações previstas nos projetos de cooperação aprovados	Cumprimento 100% das atividades previstas para o ano 2021	PDR2020-10.3-FEADER-064661 - SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS 1 Reunião de projeto, via zoom (outubro)
		PDR2020-103-064862 - INCOMUN 4 reuniões de Projeto INCOMUN, via zoom (janeiro, fevereiro, julho, setembro) 1 Evento INCOMUN - A digitalização nas comunidades rurais (fevereiro) - via digital 1 Reunião Projeto INCOMUN - Helena Freitas, via zoom (setembro) Assinatura Termo de Aceitação INCOMUN (novembro)
		POR2020-10.3-FEADER 053977 Aldeias de Portugal 1 Reunião preliminar Aldeias de Portugal, via zoom (maio) 4 Reuniões do Grupo de Trabalho Aldeias de Portugal (junho, julho, agosto, novembro) 1 Visita com estudantes universitários A2S - JFC (novembro) 1 Reunião via teams, com estudantes universitários - professores - A2S - ATA (novembro) 4 Reuniões de Parceria Aldeias de Portugal, via zoom (janeiro, outubro, novembro, dezembro)

## **7. PARTICIPAR EM REDES, FORA, PLATAFORMAS E GRUPOS DE TRABALHO**

A A2S, enquanto associação de desenvolvimento local assenta o seu trabalho nos sete princípios LEADER (abordagem ascendente, estratégia integrada e multisetorial, território, parceria, redes, cooperação, inovação) sendo de destacar o trabalho em rede.

Neste âmbito, a A2S enquanto associado e membro da Direção da FMT, participou em todas as reuniões organizadas tanto ao nível dos órgãos sociais, como ao nível de sessões de capacitação como ao nível dos grupos de trabalho temáticos.

Enquanto o membro da Rede Rural Nacional, a A2S participa nos Grupos de Trabalho Temáticos Circuitos Curtos Agroalimentares e GTT LEADER.

O GAL Ericeira Cascais é membro da Comissão de Acompanhamento do PO MAR 2020 tendo garantido a sua presença na respetiva reunião anual.

Com vista à preparação do futuro, e não havendo uma estrutura agregadora dos GAL Pescas constituiu-se uma plataforma dos GAL para debater assuntos de interesse comum, nomeadamente, o acordo de Parceria e o novo programa FEAMPA.

Ao nível internacional, a A2S enquanto GAL rural teve oportunidade de participar na celebração dos 30 anos do LEADER, iniciativa realizada na Suécia pela Associação Europeia Leader de Desenvolvimento Rural.

No âmbito do GAL pescas, foi possível participar em 2 iniciativas virtuais promovidas pela FARNET bem como na exposição viva de projetos em Ferrara (Itália).

A A2S integra ainda o Grupo de Trabalho da Dieta Mediterrânica, constituído pela DRAP-LVT tendo participado em 10 reuniões de trabalho bem como no Lançamento do Plano da Dieta Mediterrânica.

A A2S, tendo sido eleita para a Direção da ATA – Associação de Turismo de Aldeia tem participado em todas as atividades da Associação, nomeadamente, Assembleias-Gerais e Reuniões de Direção mensais.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Participar nas Assembleias Gerais, Reuniões de Direção, Reuniões de Coordenadores e grupos de trabalho promovidos pela Federação Minha Terra	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das iniciativas da FMT	3 Assembleias-Geral da FMT (janeiro, junho, dezembro) 4 Sessões DLBC - Reuniões de Coordenadores FMT (fevereiro, março, junho, outubro) 9 Reuniões do Grupo de trabalho da FMT - Futuro DLBC (março, abril, maio, junho, julho)
Participar nas iniciativas e Grupos de Trabalho promovidos pela Rede Rural Nacional	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das iniciativas da RRN	Participação no GTT / CCA Participação no GTT / LEADER
Participar nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do MAR2020	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das iniciativas da CA	1 Reunião Comissão de Acompanhamento MAR 2020 (maio)
Participar nas reuniões da plataforma dos GAL pesca	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% reuniões	3 Reuniões de trabalho GAL Pescas nacionais (2 julho, setembro)
Participar nas iniciativas da Rede Rural Europeia, ELARD consideradas adequadas	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das atividades	Participação nos 30 anos LEADER Suécia (dezembro)
Participar nas iniciativas promovidas pela FARNET	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das atividades	1 Seminário FARNET on line (abril) 1 Seminário FARNET on line "Fit for the future: Atlantic and North Sea FLAG Seminar" (maio) 1 Exposição FARNET Ferrara (novembro)
Participar noutros Grupos de Trabalho considerados pertinentes	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das ações de outros GT	10 Reuniões do Grupo de Trabalho da Dieta Mediterrânica (fevereiro, março, abril, junho, julho, setembro, outubro, novembro) 1 Reunião de Lançamento do Plano da Dieta Mediterrânica para a Região LVT (outubro)
Participar Assembleias-Gerais, Reuniões de Direção da ATA (Associação de Turismo de Aldeia)	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das iniciativas da FMT	1 Assembleia-Geral da ATA (setembro) 8 Reuniões de Direção da ATA (fevereiro (2), março, abril, junho, setembro, outubro, novembro (2))

## 8. GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PRÓPRIOS

Os projetos da Rede Rural Nacional em que a A2S está envolvida ficaram concluídos ou praticamente concluídos em 2021.

No quadro dos 30 anos do LEADER, a A2S participou na sessão comemorativa que decorreu em Ponte de Lima, em outubro e que constituiu a última atividade do projeto o PDR2020-2022-032985- Parceria FMT e GAL - LEADER 2020.



Figura 5 – Evento comemorativo dos 30 anos LEADER. Ponte de Lima.

Também inserido nas atividades de celebração do 30.º aniversário da criação do programa LEADER de desenvolvimento rural, a ELARD – Associação Europeia LEADER de Desenvolvimento Rural organizou um evento comemorativo que se realizou entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro, em Halmstad, na Suécia, em que a A2S participou no âmbito do projeto PDR2020-2022-046671-FMT+7GAL.

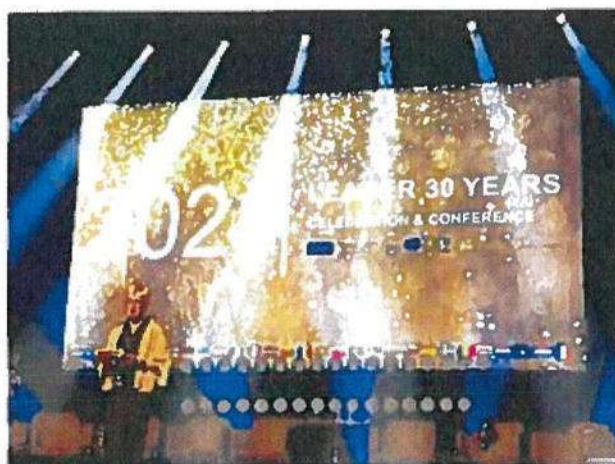


Figura 6 – Evento comemorativo dos 30 anos LEADER. Halmstad, Suécia

No quadro deste projeto foi ainda encetado o processo de contratação de serviços para a elaboração de um vídeo promocional do DLBC em Portugal que será exibido na TV generalista em horário nobre em 2022.

A parceria do projeto AproximaR - Produzir e Consumir localmente (PDR2020-2023-045863), concluiu todos os conteúdos para o site <https://aproximar.rederural.gov.pt/>, incluindo os Guias de apoio à criação de circuitos curtos agroalimentares: Guia Geral, Cabazes, Mercados Locais de Produtores, Restauração Coletiva, Venda na Exploração, e regras de comercialização.

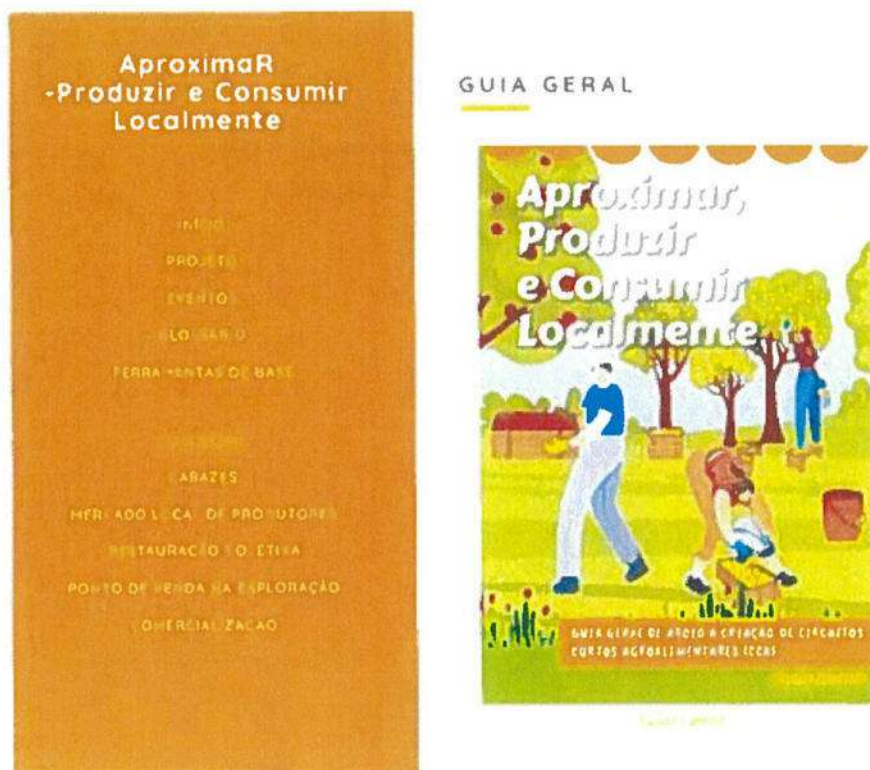


Figura 7 – Site do projeto “Aproximar” <https://aproximar.rederural.gov.pt/>.

Foi também iniciado o processo de contratação pública para a aquisição de materiais de comunicação para a promoção do Mercado da Estefânia, em Sintra.

Ao contrário do inicialmente previsto, os responsáveis da Associação Cantinho da Pequeneda, em Frielas, rejeitaram ser promovidos através das ferramentas de comunicação a ceder pela A25, pelo que as respetivas despesas não foram executadas.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Executar o projeto PDR2020-2022-046671 FMT+7GAL	Cumprimento 100% das atividades previstas	1 Reunião de Projeto 7 GAL FMT Vídeos (RRN) 1 participação Eventos da ELARD 30 anos LEADER, Halmstad (10 novembro 2 dezembro)

<p>Executar o PDR2020-2022-032985 Parceria FMT e GAL LEADER 2020</p>	<p>Cumprimento 100% das atividades previstas</p>	<p>1 participação no evento comemorativo dos 30 anos do LEADER. Ponte de Lima (outubro)</p>
<p>Executar o projeto PDR2020 2023-045863 – Aprox maR</p>	<p>Cumprimento 100% das atividades previstas</p>	<p>6 reuniões do Projeto Aproximar (RRN) 6 guias de apoio à criação de CCA 1 site informativo</p>



## 9. PROMOVER, PARTICIPAR E ORGANIZAR EVENTOS

De forma a iniciar a discussão com os atores locais sobre a Estratégia de Desenvolvimento Local da Região Saloia para o próximo período de programação, realizou-se, com a colaboração dos municípios de Cascais, Loures, Mafra e Sintra o **fórum LEADERar o futuro**.

Numa abordagem ascendente e participativa com cerca de 80 representantes dos principais grupos de interesses, públicos e privados foram identificadas necessidades e desafios do território e apresentadas propostas de soluções nas seguintes áreas de atuação

### Áreas específicas

- Agricultura e agroindústria
- Pescas e economia do mar
- Património, cultura e tradições
- Turismo e lazer
- Indústria, comércio e serviços
- Setor social

### Áreas transversais

- Recursos endógenos;
- Ambiente e sustentabilidade;
- Emprego e competitividade;
- Educação, capacitação, formação;
- Inovação e desenvolvimento;
- Digitalização;
- Cidadania (igualdade de género, jovens, idosos, mulheres, etc.)



As conclusões da reunião foram posteriormente devolvidas aos participantes para validação através de questionário.

A A2S colaborou novamente na organização do Festival da Maçã Reineta, que se realizou em Fontanelas, em outubro.

Para além da participação com *stand* institucional, a A2S foi também responsável pela dinamização de um concurso gastronómico com maçã reineta e por uma sessão de *Show cooking*.



Figura 8 - Sessão de *showcooking* com a chef Patricia Borges no Festival da Maçã Reineta. Fontanelas

À semelhança de anos anteriores a A2S colaborou com organização do Festival do Mel, que se realizou em outubro, no parque Adão Barata, em Loures.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Organizar conferência temática	Organização de 1 conferência temática	Fórum LEADERar o futuro (maio)
Participar em iniciativas relevantes no âmbito das atribuições da A2S (seminários, colóquios, feiras, exposições, conferências)	Participação em pelo menos 1 iniciativa	Festival do Mel (outubro) Festival da Maçã Reineta (outubro)

# RELATÓRIO DE CONTAS 2021

---

O relatório de contas foi elaborado pela empresa de contabilidade e, em anexo, encontram-se os seguintes documentos:

1. -Balanco
2. -Demonstração de resultados
3. -Demonstração de alterações de fundos patrimoniais
4. -Mapa demonstrativo dos ativos da associação e respectivas depreciações
5. -Balancete Dezembro de 2021
6. -Balancete Final de 2021

# ANEXOS

---

→ *col*

*M W*  
*fl*  
*D)*

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente	4	15.649,72	11.918,72
Ativos fixos tangíveis	8	5.288,62	4.343,62
Outros créditos e ativos não correntes		<b>20.938,34</b>	<b>16.262,34</b>
Ativo corrente	8	45.431,89	1.200,00
Créditos a receber	8	488,41	812,60
Diferimentos	13	24.386,21	65.646,61
Caixa e depósitos bancários		<b>70.306,51</b>	<b>67.659,21</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>91.244,85</b>	<b>83.921,55</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais	8	14.400,00	14.400,00
Fundos	8	46.417,56	44.801,03
Resultados transitados			
Resultado líquido do período	8	4.067,87	1.616,53
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>64.885,43</b>	<b>60.817,56</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	8	473,80	221,40
Estado e outros entes públicos	12	4.815,08	5.083,09
Outros passivos correntes	8,9	21.070,54	17.799,50
		<b>26.359,42</b>	<b>23.103,99</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>26.359,42</b>	<b>23.103,99</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>91.244,85</b>	<b>83.921,55</b>

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	6	10.200,00	10.200,00
Subsídios, doações e legados à exploração	7	169.883,57	179.396,24
Fornecimentos e serviços externos	6	(15.672,62)	(35.291,89)
Gastos com o pessoal	9	(156.683,82)	(149.887,44)
Outros rendimentos	6	0,03	281,68
Outros gastos	6	(3.087,79)	(2.867,94)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4.639,37</b>	<b>1.830,65</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(574,00)	(214,12)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4.065,37</b>	<b>1.616,53</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	6	2,50	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4.067,87</b>	<b>1.616,53</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4.067,87</b>	<b>1.616,53</b>

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2021**  
(montantes em euros)

**A2S-ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIÃO SALOIA**

*CP*

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	14.400,00			44.801,03			1.616,53	60.817,56		60.817,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					1.616,53			1.616,53			
7					1.616,53			(1.616,53)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							4.067,87	4.067,87		4.067,87
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							4.067,87	4.067,87		4.067,87
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6+7+8+10	14.400,00			46.417,56			4.067,87	64.885,43		64.885,43

*3/1*  
*CP*

cop

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2021**  
(montantes em euros)

**A2S-ASSOCIACAO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA**

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020 1		14.400,00			42.519,70			2.281,33	59.201,03		59.201,03
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					2.281,33			2.281,33			
2					2.281,33			(2.281,33)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								1.616,53	1.616,53		1.616,53
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								1.616,53	1.616,53		1.616,53
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
5											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020 6=1+2+3+5		14.400,00			44.801,03			1.616,53	60.817,56		60.817,56





CP

Balancete Contabilístico ( 13 / 2022 )

[Valores em EUR]

Plano 001 - Plano Fiscal de Depreciação

Conta/Ficha	Valor Contabilístico	Taxa	Depreciação			Imparidade			
			Período	Exercício	Acumulada	Período	Exercício	Acumulada	Quantia Escriturada
43 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	23.617,91	0,00	0,00	0,00	18.829,19	0,00	0,00	0,00	24.788,72
434 - Equipamento de Transporte	23.837,44	0,00	0,00	0,00	11.918,72	0,00	0,00	0,00	21.918,72
4343 - Equip. Transporte - Igeridas	23.837,44	0,00	0,00	0,00	11.918,72	0,00	0,00	0,00	21.918,72
43433 - Eq. Transp. Ig. M/Reprod.	23.837,44	0,00	0,00	0,00	11.918,72	0,00	0,00	0,00	21.918,72
434331 - Eq. Transporte Igeridas M Nacional	23.837,44	0,00	0,00	0,00	11.918,72	0,00	0,00	0,00	21.918,72
4343319 - Eq. Transp. Ig. MN F/iva	23.837,44	0,00	0,00	0,00	11.918,72	0,00	0,00	0,00	21.918,72
43433192 - Eq. Transp. Ig. MN F/iva Tri Autonomia	23.837,44	0,00	0,00	0,00	11.918,72	0,00	0,00	0,00	21.918,72
434331921 - Eq. Transp. Ig. Minusm. ate 24.999,99	23.837,44	0,00	0,00	0,00	11.918,72	0,00	0,00	0,00	21.918,72
2016_0006 - VBAT 38 AP 40 MAZDA CX 2.5 4KG PASS.	23.837,44	0,00	0,00	0,00	11.918,72	0,00	0,00	0,00	21.918,72
437 - Equipamentos Administrativos	5.475,47	0,00	0,00	0,00	5.475,47	0,00	0,00	0,00	0,00
4353 - Máquinas Escritório	5.475,47	0,00	0,00	0,00	5.475,47	0,00	0,00	0,00	0,00
43531 - Máq. Escritório M/Reprod. e/ou	5.475,47	0,00	0,00	0,00	5.475,47	0,00	0,00	0,00	0,00
435311 - Máquinas Escritório M Nacional	5.475,47	0,00	0,00	0,00	5.475,47	0,00	0,00	0,00	0,00
4353119 - Máq. Escritório MN F/iva	5.475,47	0,00	0,00	0,00	5.475,47	0,00	0,00	0,00	0,00
2016_0001 - TOSHIBA PORT REPLICATOR DYNADOCK V3 0	462,48	0,00	0,00	0,00	462,48	0,00	0,00	0,00	0,00
2016_0002 - ASUS MONITOR 60.2a + TE LADO RBT	698,15	0,00	0,00	0,00	698,15	0,00	0,00	0,00	0,00
2016_0003 - AS - MOBILEBOOK ZENBOOK UX3015UA INTEL I7	1.926,34	0,00	0,00	0,00	1.926,34	0,00	0,00	0,00	0,00
2016_0004 - ASUS NOTEBOOK ZENBOOK UX303UB INTEL I7	1.227,54	0,00	0,00	0,00	1.227,54	0,00	0,00	0,00	0,00
2016_0005 - ASUS NOTEBOOK ZENBOOK UX305UB INTEL I5	958,17	0,00	0,00	0,00	958,17	0,00	0,00	0,00	0,00
2016_0007 - AMULET LINEDES CANON MAXIFY MB 515D	112,79	0,00	0,00	0,00	210,79	0,00	0,00	0,00	0,00
437 - Outros Ativos Fixos Tangíveis	4.305,00	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	0,00	0,00	2.870,00
4371 - Equipamentos Diversos	4.305,00	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	0,00	0,00	2.870,00
43711 - Equipamentos Diversos M/Reprod. e/ou	4.305,00	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	0,00	0,00	2.870,00
437111 - Eq. Diversos M. Nacional	4.305,00	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	0,00	0,00	2.870,00
4371119 - Equipamentos Diversos MN F/iva	4.305,00	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	0,00	0,00	2.870,00
43711191 - Equipamentos Diversos MN F/iva Normal	4.305,00	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	0,00	0,00	2.870,00
2021_001 - GPS PROXIM 5P20 C/SOFT MOBILE ASAPPLR FIELD	4.305,00	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	0,00	0,00	2.870,00
44 - ATIVOS INTANGÍVEIS	2.294,32	0,00	0,00	0,00	2.294,32	0,00	0,00	0,00	0,00
443 - Programas de Computador	2.294,32	0,00	0,00	0,00	2.294,32	0,00	0,00	0,00	0,00
4431 - Progr. Computador M/Reprod.	2.294,32	0,00	0,00	0,00	2.294,32	0,00	0,00	0,00	0,00
44311 - Progr. Computador M Nacional	2.294,32	0,00	0,00	0,00	2.294,32	0,00	0,00	0,00	0,00
443119 - Progr. Computador MN F/iva	2.294,32	0,00	0,00	0,00	2.294,32	0,00	0,00	0,00	0,00
2016_0008 - OFFICE 365 5 per	159,78	0,00	0,00	0,00	159,78	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signatures and arrows at the bottom right of the page.



## Balancete Contabilístico ( 13 / 2022 )

(Valores em EUR)

Plano. 001 - Plano Fiscal de Depreciação

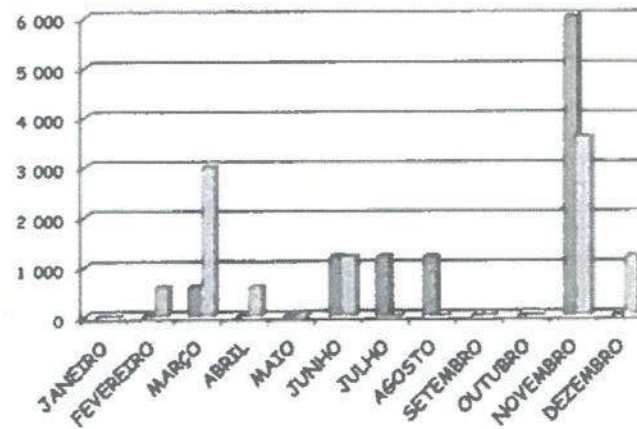
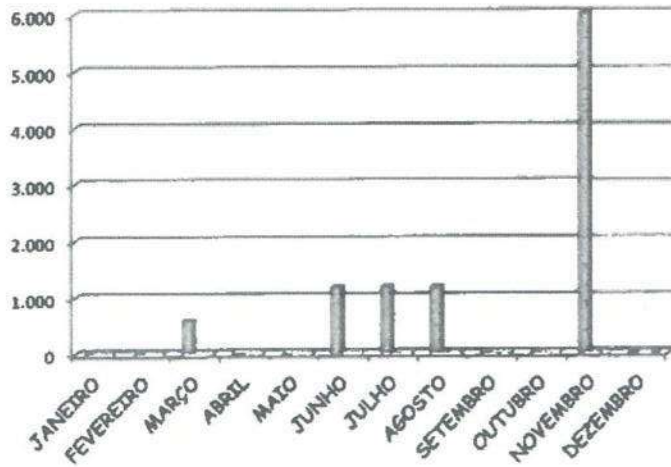
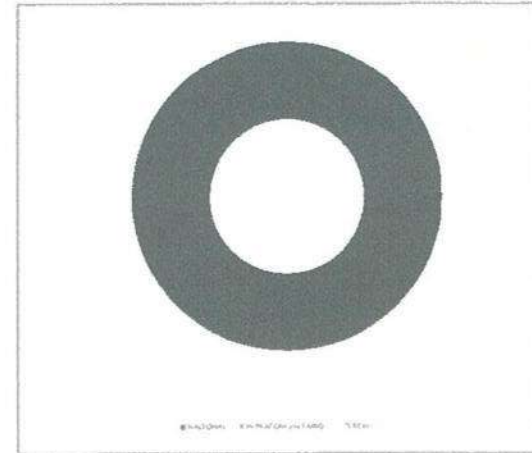
Conta/Ficha	Valor Contabilístico	Taxa	Depreciação			Imparidade			Quantia Escriturada
			Periodo	Exercício	Acumulada	Periodo	Exercício	Acumulada	
2017_0009 - CONSTRUCAO E ALOJAMENTO PLATAFORMA ELECT.DIGITAL	1.619,91	0,00	0,00	0,00	1.619,91	0,00	0,00	0,00	0,00
2018_0003 - MICROSOFT OFFICE 365	514,63	0,00	0,00	0,00	514,63	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>35.932,29</b>		<b>0,00</b>	<b>861,00</b>	<b>21.123,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.788,72</b>



cef

VOLUME DE NEGÓCIOS  
EXERCÍCIOS N e N-1

MERCADO NACIONAL	MERCADO INTRACOMUNITÁRIO		PAISES TERCEIROS	TOTAIS		EVOLUÇÃO COMPARATIVA ENTRE N e N-1
				2021	2020	
JANEIRO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
FEVEREIRO	0	0	0	0	0	600 ▼ -100,00%
MARÇO	600	0	0	600	3.000 ▼ -80,00%	
ABRIL	0	0	0	0	600 ▼ -100,00%	
MAIO	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%	
JUNHO	1.200	0	0	1.200	1.200 ◀ 0,00%	
JULHO	1.200	0	0	1.200	0 #DIV/0!	
AGOSTO	1.200	0	0	1.200	0 #DIV/0!	
SETEMBRO	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%	
OUTUBRO	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%	
NOVEMBRO	6.000	0	0	6.000	3.600 ▲ 66,67%	
DEZEMBRO	0	0	0	0	1.200 ▼ -100,00%	
VALOR TOTAL	10.200	0	0	10.200	10.200 ◀ 0,00%	



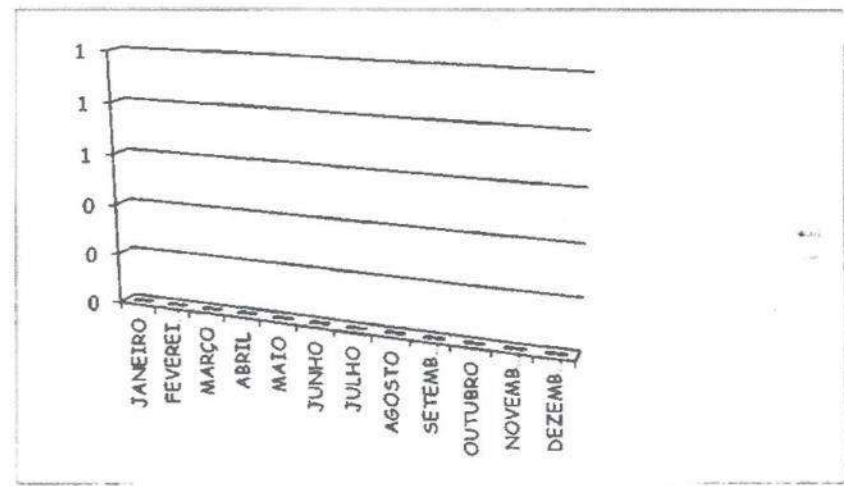
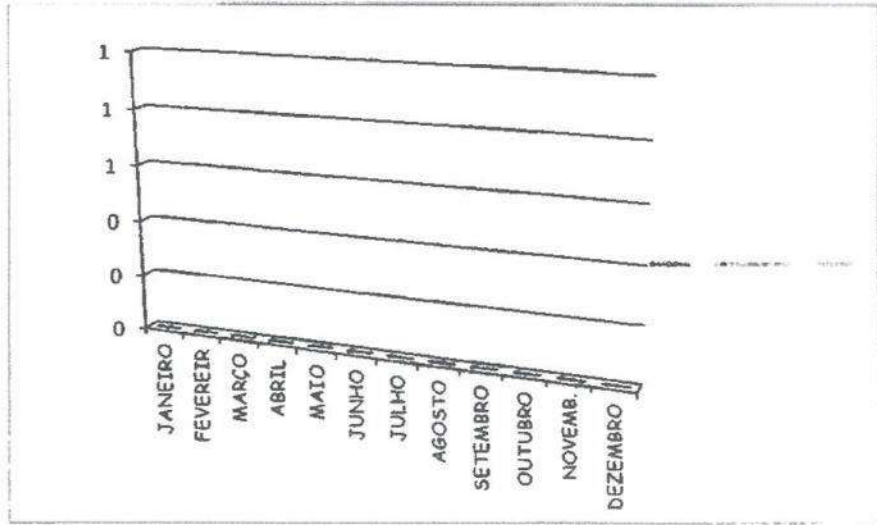
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

*Handwritten signature*

VOLUME DE VENDAS

EXERCÍCIOS N e N-1

	MERCADO			TOTAIS		EVOLUÇÃO COMPARATIVA ENTRE N e N-1
	NACIONAL	INTRACOMUNITÁRIO	PAISES TERCEIROS	2021	2020	
	JANEIRO	0	0	0	0	
FEVEREIRO	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
MARÇO	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
ABRIL	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
MAIO	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
JUNHO	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
JULHO	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
AGOSTO	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
SETEMBRO	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
OUTUBRO	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
NOVEMBRO	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
DEZEMBRO	0	0	0	0	0	▲ 0,00%
VALOR TOTAL	0	0	0	0	0	▲ 0,00%

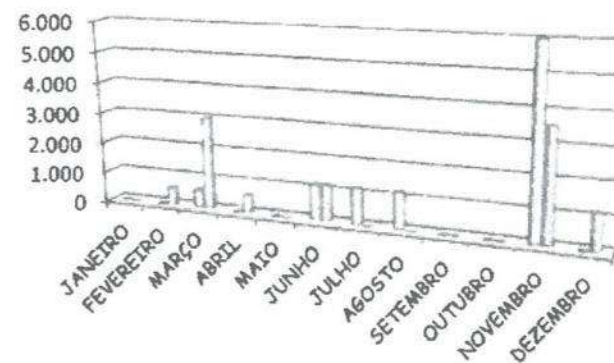
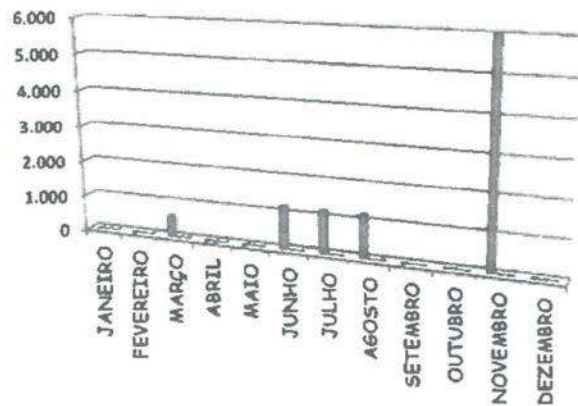
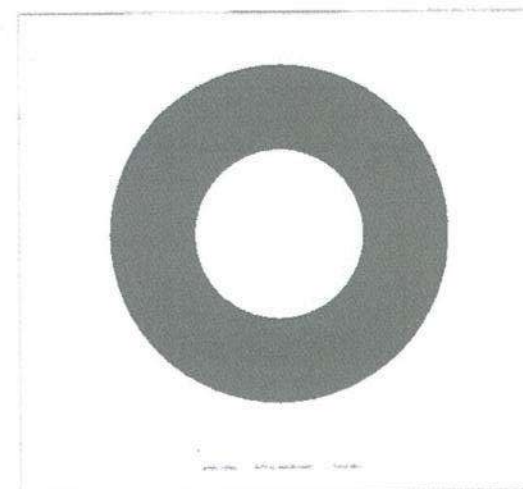


*Handwritten notes and signatures:*  
 W  
 A  
 (1)

CP

VOLUME DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS  
EXERCÍCIOS N e N-1

	MERCADO			TOTAIS		EVOLUÇÃO COMPARATIVA ENTRE N e N-1
	NACIONAL	INTRACOMUNITÁRIO	PAISES TERCEIROS	2021	2020	
JANEIRO		0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
FEVEREIRO		0	0	0	0	600 ▼ -100,00%
MARÇO	600	0	0	600	3.000 ▼ -80,00%	
ABRIL	0	0	0	0	600 ▼ -100,00%	
MAIO	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%	
JUNHO	1.200	0	0	1.200	1.200 ◀ 0,00%	
JULHO	1.200	0	0	1.200	0 #DIV/0!	
AGOSTO	1.200	0	0	1.200	0 #DIV/0!	
SETEMBRO	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%	
OUTUBRO	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%	
NOVEMBRO	6.000	0	0	6.000	3.600 ▲ 66,67%	
DEZEMBRO	0	0	0	0	1.200 ▼ -100,00%	
VALOR TOTAL	10.200	0	0	10.200	10.200 ◀ 0,00%	



W A

CP

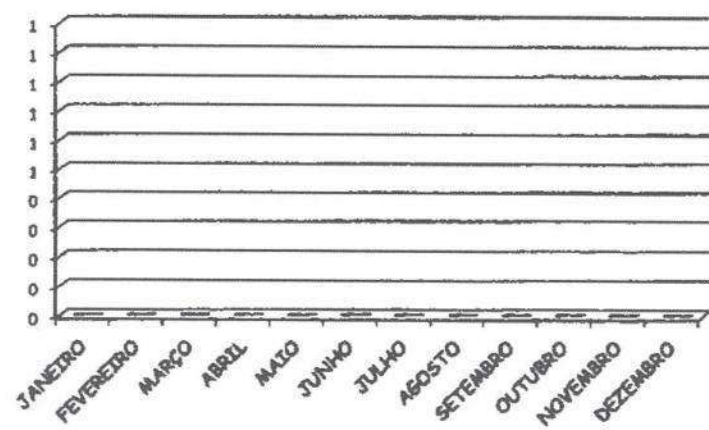
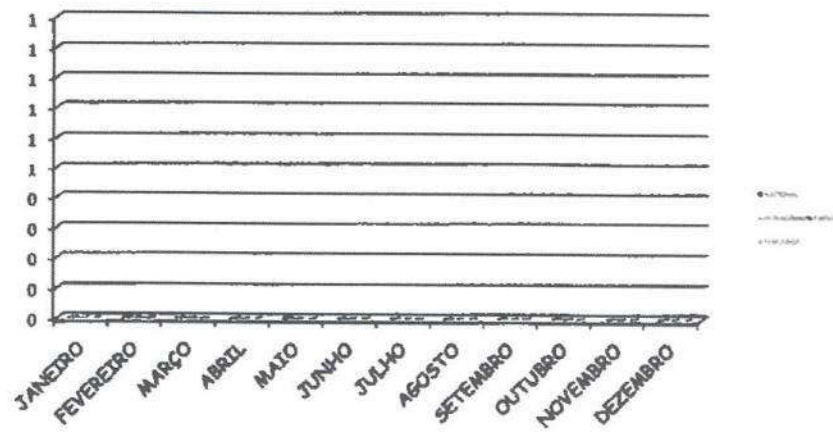
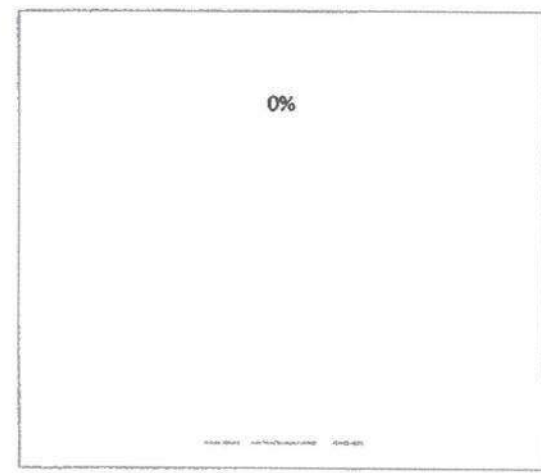
cef



550209-A2S-ASSOC.P/O DESENV.SUSTENT.DA REG.SALOIA

VOLUME DE COMPRAS  
EXERCÍCIOS N e N-1

	MERCADO	MERCADO	PAISES	TOTAIS		EVOLUÇÃO COMPARATIVA ENTRE N e N-1
	NACIONAL	INTRACOMUNITÁRIO	TERCEIROS	2021	2020	
JANEIRO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
FEVEREIRO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
MARÇO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
ABRIL	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
MAIO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
JUNHO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
JULHO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
AGOSTO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
SETEMBRO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
OUTUBRO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
NOVEMBRO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
DEZEMBRO	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%
VALOR TOTAL	0	0	0	0	0	0 ◀ 0,00%



Handwritten notes and signatures, including a large arrow pointing down and some illegible scribbles.

cop

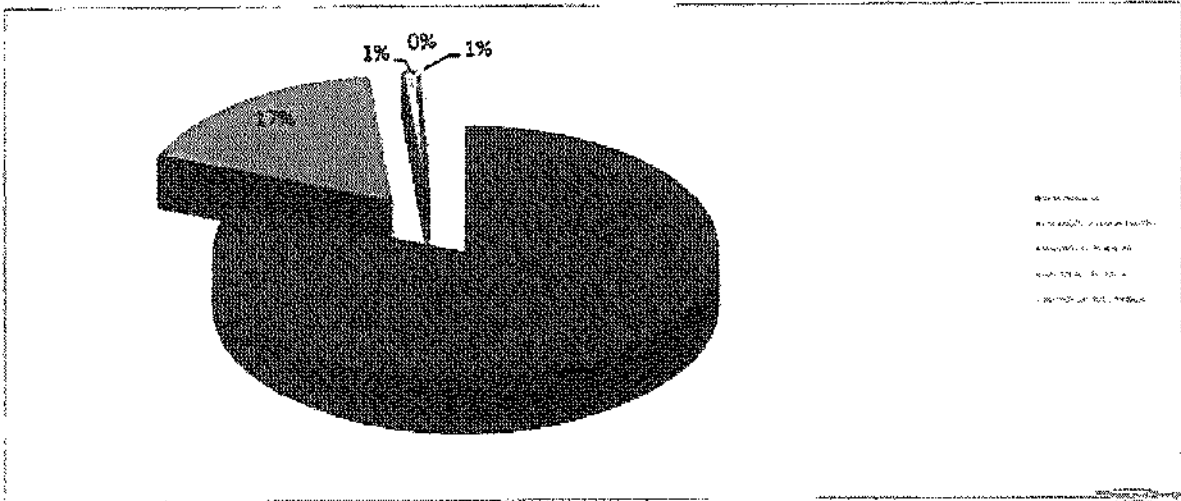
550209-A2S-ASSOC.P/O DESENV.SUSTENT.DA REG.SALOIA

L %gesteclo

CUSTOS COM O PESSOAL  
EXERCÍCIOS N e N-1

	REMUNERAÇÕES	ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES	SEGUROS AC TRABALHO	GASTOS AÇÃO SOCIAL	OUTROS GASTOS C/PESSOAL	TOTAIS		EVOLUÇÃO COMPARATIVA ENTRE N e N-1
						2021	2020	
JANEIRO	8.888	1.905	0	0	68	10.861	12.000	▼ -9,51%
FEBREIRO	8.871	1.905	0	0	0	10.776	10.823	▼ -0,43%
MARÇO	8.892	1.905	0	0	0	10.797	10.912	▼ -0,50%
ABRIL	8.909	1.905	1.345	0	32	12.192	12.229	▼ -0,31%
MAI	8.917	1.905	0	0	0	10.822	10.781	▲ 0,35%
JUNHO	17.436	3.803	0	0	320	21.560	21.359	▲ 0,94%
JULHO	8.879	1.905	0	0	0	10.784	10.776	▲ 0,07%
AGOSTO	8.819	1.905	0	0	0	10.723	10.743	▼ -0,18%
SETEMBRO	8.845	1.905	0	0	320	11.070	10.746	▲ 3,21%
OUTUBRO	8.855	1.905	0	0	235	10.995	10.819	▲ 1,63%
NOVEMBRO	11.968	2.533	0	0	0	14.501	21.221	▲ 1,46%
DEZEMBRO	11.968	2.533	0	0	0	14.500	7.481	▲ 93,82%
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>127.081</b>	<b>27.283</b>	<b>1.345</b>	<b>0</b>	<b>974</b>	<b>156.684</b>	<b>149.887</b>	<b>▲ 4,53%</b>

Gastos com o PESSOAL	
Gastos com o PESSOAL	156.683,62
Subsid. Férias	8.613,35
Outros s/ 14 meses	0,00
Ajudas de custo	929,34
<b>Gastos a considerar</b>	<b>157.340,33</b>



Handwritten marks and arrows pointing to the pie chart and table.

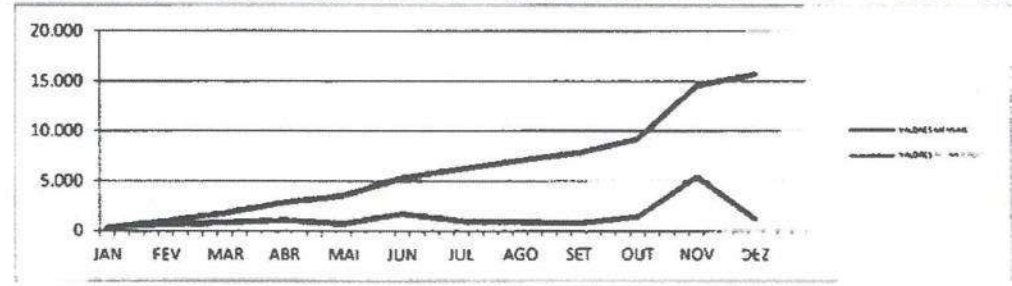
col

L %gestecla

550209-A2S-ASSOC.P/O DESENV.SUSTENT.DA REG.SALOIA

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

CONTA	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS												TOTALS				
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	2021	2020			
621	Subcontratos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
6221	Trabalhos Especializados	203	314	203	203	203	203	203	203	203	203	203	203	2546	6.061	▼	-57,99%	
6222	Publicidade e Propaganda	0	0	277	25	0	0	0	0	0	0	0	0	332	6.880	▼	-95,17%	
6223	Vigilância e Segurança	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6224	Honorários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6225	Comissões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6226	Manutenção e Reparações	0	0	12	0	0	0	0	229	0	0	0	57	300	1.119	▼	-73,16%	
6228	Serviços Especializados-Qt	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6231	Ferramentas/Utilidades De	0	0	0	0	176	0	0	0	0	50	0	34	262	0	#DIV/0!		
6232	Livros e Documentação Tec	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6233	Material de Escritório	0	0	0	0	0	592	207	0	0	0	0	85	890	339	▲	164,27%	
6234	Artigos para Oferta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	6	11.157	▼	-99,95%	
6238	Materiais - Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6241	Electricidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6242	Combustíveis	0	59	58	0	60	10	70	115	155	262	205	191	1.347	1.263	▲	6,63%	
6243	Água	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6248	Energia e Fluidos-Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6251	Deslocamentos e Estadas	101	79	41	73	63	121	226	269	53	317	1.521	204	3.070	3.684	▼	-16,66%	
6252	Transportes de Passado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6253	Transportes de Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6258	Deslocac.Estadas, Transport	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6261	Rendas e Aluguéis	0	207	222	409	210	434	223	8	280	494	123	319	2.930	2.978	▼	-1,60%	
6262	Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	13	38	▼	-59,43%	
6263	Seguros	0	0	0	317	0	262	0	0	0	0	0	0	578	659	▼	-12,28%	
6264	Royalties	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6265	Contencioso e Notariado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	690	▼	-100,00%	
6266	Despesas de Representação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
6267	Limpeza, Higiene e Confort	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	424	▼	-100,00%	
6268	Outros Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	307	32	338	0	#DIV/0!		
629	Conta não existente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	▲	0,00%	
<b>VALOR MENSAL</b>		<b>306</b>	<b>668</b>	<b>814</b>	<b>1.057</b>	<b>714</b>	<b>1.723</b>	<b>932</b>	<b>822</b>	<b>731</b>	<b>1.356</b>	<b>5.410</b>	<b>1.139</b>	<b>15.673</b>	<b>35.292</b>		<b>-55,59%</b>	
<b>VALOR ACUMULADO</b>		<b>306</b>	<b>975</b>	<b>1.788</b>	<b>2.845</b>	<b>3.559</b>	<b>5.282</b>	<b>6.214</b>	<b>7.036</b>	<b>7.767</b>	<b>9.124</b>	<b>14.533</b>	<b>15.673</b>		<b>35.292</b>			



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'B', 'W', and 'A'.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

SIMULAÇÃO

PREVISÃO DE IMPOSTO A PAGAR

SIMULAÇÃO

CONTAS	DESCRIÇÃO	2021	2020
--------	-----------	------	------

1-APURAMENTO DA MATÉRIA COLECTÁVEL	2021
------------------------------------	------

RENDIMENTOS E GASTOS

75	Subsídios à exploração	169.884	179.396	-5%
73	Variação nos inventários de produção	0	0	0%
41	Custo das mercadorias vendidas e dos materiais consumidos	0	0	0%
63	Ganhos com o pessoal	156.684	149.857	5%
851, 7621	Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversíveis)	0	0	0%
453, 657, 658, 7623, 7627	Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis	0	0	0%
78, 791, 798(Exc.785, 791)	Outros rendimentos e ganhos	0	282	-200%
6918, 6928, 6988(Exc.6915)	Juros e rendimentos similares obtidos	-3.088	-2.868	8%
454, 655, 656, 7624, 7625	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	4.639	1.857	253%
7915	Juros e rendimentos similares obtidos	-97	-214	56%
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.065	1.637	151%
	Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0%
		4.065	1.637	152%

A- PREJUÍZO CONTABILÍSTICO	0,00
B- LUCRO CONTABILÍSTICO	4.067,87
C- PREJUÍZO FISCAL	0,00
D- LUCRO TRIBUTÁVEL	3.202,37
E- PREJUÍZOS REPORTADOS DEDUTÍVEIS:	
2014	0,00
2015	0,00
2016	0,00
2017	0,00
2018	0,00
2019	0,00
2020	0,00
F- PREJUÍZOS FISCAIS DEDUZIDOS	0,00
G- MATÉRIA COLECTÁVEL	3.202,37

2-CÁLCULO DO IMPOSTO

A- COLECTA (Imposto às taxas aplicáveis)	0,00
B- PFC (Pagamento Especial p/Conta)	0,00
C- IRL (LIQUIDADO)	0,00
Retenções na Fonte	0,00
Pagamento por Conta	0,00
D- IMPOSTO A PAGAR	0,00
E- IMPOSTO A RECUPERAR	0,00
F- TOTAL A PAGAR	0,00
G- TOTAL A RECUPERAR	0,00

ANÁLISE DA MARGEM	2021	2020
Aluguel e serviços prestados	10.200	10.200
Variação nos inventários de produção	0	0
Custo das mercadorias vendidas e dos materiais consumidos	0,0%	0
Produção	100,0%	10.200
Margem Bruta	100,0%	10.200

EXISTÊNCIAS FINAIS	0,00
PRODUTOS FINAIS	0,00

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including a large '13' and a signature.

cep



**ANEXO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**A2S-ASSOCIACAO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA  
REGIÃO SALOIA**

**ANO : 2021**

13  
14  
15  
16

ÍNDICE

- 1 - **Identificação da entidade**
  - 1.1 Dados de identificação
- 2 - **Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras**
  - 2 Referencial contábilístico utilizado
- 3 - **Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros**
  - 3.1 Principais políticas contábilísticas
- 4 - **Ativos fixos tangíveis**
  - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
  - 4.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte
  - 4.2 Outras divulgações
- 5 - **Ativos Intangíveis**
  - 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis
  - 5.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte
  - 5.2 Outras divulgações
- 6 - **Rendimentos e gastos**
  - 6.1 Quantia de cada categoria significativa de reddito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte
  - 6.2 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 7 - **Subsídios e outros apoios das entidades públicas**
  - 7.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
  - 7.2 Principais doadores - fontes de fundos
- 8 - **Instrumentos financeiros**
  - 8.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte
  - 8.2 Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor
  - 8.2.1 Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte
  - 8.2.2 Discriminação das dívidas de -obrança duvidosa
  - 8.3 Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte
- 9 - **Benefícios dos empregados**
  - 9.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas
  - 9.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 10 - **Acontecimentos após a data do balanço**
  - 10.1 Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

cf

A  
A  
A

cep  
+

- 11 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
  - 11.1 Informação por mercado geográfico
  - 11.2 Outras divulgações exigidas por diplomas legais
- 12 - Impostos e contribuições**
  - 12.1 Divulgação das seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento
  - 12.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições
- 13 - Fluxos de caixa**
  - 13.1 Desagregação dos valores existentes na rubrica de caixa e em depósitos bancários

63  
[Handwritten signature]  
[Handwritten initials]



cef

## Notas às Demonstrações Financeiras

→  
A  
B  
M

cef

## 1 - Identificação da entidade

### 1.1 Dados de identificação

Designação da entidade: AZS-ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA  
Número de identificação de pessoa coletiva: 513351353  
Lugar da sede social: RUA JUNTA DE FREGUESIA, EDIFÍCIO DA JUNTA

## 2 - Referencial contabilístico da preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

**Pressuposto da continuidade:**  
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**Regime da periodização económica (acréscimos):**  
A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são geridos, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimentos". Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".

**Materialidade e agregação:**  
As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

**Compensação:**  
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum ganho por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

**Comparabilidade:**  
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

## 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

#### Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### Moeda de apresentação

Handwritten signatures and initials, including a large 'B' and several scribbles.

cep

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

#### Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

#### - Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gastos do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas após o início de utilização pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

#### - Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideramos estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da entidade investida, influência significativa), são registados pelo método do custo.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the letters 'M', 'A', and 'F'.

cep

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo. Provisões para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) no que a atividade estatutária diz respeito. E a taxa é de 17% sobre a matéria coletável até 25 000 euros, e a taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia nas atividades comerciais extra estatutária.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal, diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são o lido na rubrica "Financiamentos obtidos" expresso no passivo corrente. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

01  
M  
A



cep  
7

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

#### - Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente os juros incorridos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

#### - Rêdito e regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rêdito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rêdito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rêdito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se períodos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

#### - Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

103  
M  
A

CP

**4 - Ativos fixos tangíveis**

**4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis**

**4.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Ativo Fixo Tangível	Ativo Fixo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível
Saldo em 01/01/2021										
Variação do período										
<b>Total em 31/12/2021</b>										

**Quadro comparativo**

Descrição	Ativo Fixo Tangível	Ativo Fixo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível
Saldo em 01/01/2021										
Variação do período										
<b>Total em 31/12/2021</b>										

**4.2 - Outras divulgações**

Não existem Ativos Fixos Tangíveis dados como garantias de Passivos

**5 - Ativos intangíveis**

**5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis**

**5.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:**

Handwritten signatures and initials.



col

Descrição	Valor Período	1º Período Anterior
Previdência complementar	10.200,00	10.200,00
Aluguel	2,50	5,43
<b>Total</b>	<b>10.202,50</b>	<b>10.205,43</b>

6.2 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	1º Período Anterior
<b>Serviços terceirizados</b>	<b>1.178,54</b>	<b>4.440,32</b>
Manutenção de equipamentos	2.540,00	6.200,00
Atividades de consultoria	350,00	6.800,00
Manutenção de instalações	100,00	1.100,00
<b>Diárias</b>	<b>1.154,91</b>	<b>11.870,42</b>
Manutenção de veículos particulares	700,00	-
Manutenção de telefonia	250,00	-
Manutenção de internet	100,00	-
Energia e Água	1.340,00	7.240,00
Outros	4.140,00	-
<b>Deslocamentos, retiros e transportes</b>	<b>3.720,00</b>	<b>3.680,00</b>
Transporte	3.720,00	3.680,00
<b>Manutenção de veículos</b>	<b>3.912,00</b>	<b>4.700,00</b>
Manutenção de veículos	3.912,00	4.700,00
Manutenção de equipamentos	-	100,00
Manutenção de instalações	-	100,00
Manutenção de telefonia	-	100,00
Manutenção de internet	-	100,00
<b>Total</b>	<b>13.075,00</b>	<b>27.270,00</b>

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Valor Período	1º Período Anterior
<b>Subsídios em desenvolvimento</b>		
Para obras e obras em andamento		
Para obras em andamento		
Outros		
<b>Subsídios e outros apoios</b>		
Valor dos subsídios recebidos até o período	100,00	100,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Handwritten signatures and initials, including a large 'M' and 'A' with arrows pointing to specific areas of the document.

col  
f

Quadro comparativo

Descrição	Dois (2) anos Valor Ativo R\$ Mil	Dois (2) anos Valor Passivo R\$ Mil	Dois (2) anos Valor Impugnado R\$ Mil	Dois (2) anos Valor Ativo R\$ Mil	Dois (2) anos Valor Passivo R\$ Mil	Dois (2) anos Valor Impugnado R\$ Mil	Dois (2) anos Valor Ativo R\$ Mil	Dois (2) anos Valor Passivo R\$ Mil	Dois (2) anos Valor Impugnado R\$ Mil
<b>Ativo</b>									
<b>Ativo não circulante</b>									
Imobilizado									
Investimentos									
Ativo circulante									
Disponibilidades									
Débitos a receber									
Débitos a pagar									
Ativo a receber									
Ativo a pagar									
<b>Total</b>									
<b>Passivo</b>									
<b>Passivo não circulante</b>									
Capital									
Reserva									
<b>Passivo circulante</b>									
Débitos a receber									
Débitos a pagar									
Ativo a receber									
Ativo a pagar									
<b>Total</b>									

7.2. Principais doadores / fontes de fundos

As verbas recebidas são provenientes IFAP Instituto de Financiamento de Agricultura e Pesca

8 - Instrumentos financeiros

8.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A alteração de Capitais (resultados) e consequência do resultado líquido de 2019

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	14.400,00			14.400,00
Resultados transferidos	44.801,01		1.618,53	46.419,54
<b>Total</b>	<b>59.201,01</b>		<b>1.618,53</b>	<b>60.819,54</b>

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	14.400,00			14.400,00
Resultados transferidos	42.119,70		2.281,31	44.401,01
<b>Total</b>	<b>56.519,70</b>		<b>2.281,31</b>	<b>58.801,01</b>

8.2. Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

8.2.1 Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

col  
f  
A

Descrição	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo						
Passivo						

**Quadro comparativo**

Descrição	2021	2020
Ativo		
Passivo		
<b>Total</b>	<b>1.100,00</b>	<b>1.100,00</b>

**8.2.2 Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:**

Descrição	Valor
<b>Relativos a processos de execução e recuperação</b>	
<b>Requeridas judicialmente</b>	
Letras	839,00
Outras	
<b>Total</b>	<b>839,00</b>

**8.3 Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:**

**2021**  
**Outros Créditos e Ativos Não Correntes - € 5.288,62**  
 Fundo de Compensação de Trabalho - € 5.288,62

**Créditos a Receber - € 45.431,89**  
 Rendimentos antecipados-valores a receber - € 43.631,89  
 Caução CMM - € 200,00

**Diferimentos - € 488,41**  
 Rendas - € 200,00  
 Gastos a reconhecer-seguros- € 288,41

**Fornecedores - € 473,80**  
 Gestora - € 202,95  
 Município Matra - € 200,00

cef

OCC - € 36,90  
Brico Depot - € 33,95

**Outros passivos Correntes- € 21.070,54**  
acrescimos gastos - € 21.070,54  
(especialização dos exercícios contabilísticos referente a fenas e subsídio de fenas)

2020

**Outros Créditos e Ativos Não Correntes-€ 4.343,62**  
Fundo de Compensação de Trabalho - € 4.343,62

**Créditos a Receber - € 1.200,00**  
Adiantamentos a Ana Lucio - € 1.000,00  
Caução CMM - € 200,00

**Diferimentos- € 812,60**  
Gastos a reconhecer seguros 812,60

**Fornecedores - € 221,40**  
Gestecl - € 184,50  
OCC - € 36,90

**Outros passivos Correntes- € 17.799,50**  
acrescimos gastos - € 17.799,50  
(especialização dos exercícios contabilísticos referente a fenas e subsídio de fenas)

Descrição	Mensurados ao custo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Impandade acumulada	Reconhecimen to Inicial
<b>Ativos financeiros</b>			<b>45.421,89</b>		
Clientes e bancos			500,00		
Adiantamentos a fornecedores			1.000,00		
Outros créditos a receber			1.200,00		
<b>Passivos financeiros</b>			<b>21.846,34</b>		
Fornecedores			184,50		
Diferimentos a pagar			812,60		
<b>Ganhos e perdas líquidas</b>					
<b>Bonifícios e gastos de juros</b>					

Quadro - comparativo

Handwritten initials and a signature in blue ink.

cef

Gestão	Montantes ao custo de valor	Montantes ao custo amortizado	Montantes aproxim.	Impedidos Acumulados	Reconhecimen- to anual
<b>Ativos Intangíveis:</b>			<b>9.000,00</b>		
Atendimento e Espiritismo			7.000,00		
Outros direitos a receber			2.000,00		
<b>Passivos Intangíveis:</b>			<b>14.400,00</b>		
Responsabilidades			1.000,00		
Outros direitos a pagar			13.400,00		
<b>Outros e passivos líquidos:</b>					
<b>Resultados e ganhos de juros:</b>					

9 - Benefícios dos empregados

9.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº de Pessoas Permanentes	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per Anterior
<b>Pessoal ao serviço da empresa:</b>	<b>4,00</b>	<b>7.412,00</b>	<b>4,00</b>	<b>7.427,00</b>
Pessoal remunerado:	3,7	6.977,00	3,8	6.977,00
Pessoal não remunerado:	0,3	435,00	0,2	450,00
<b>Pessoal ao serviço da empresa ao título temporário:</b>	<b>4,00</b>	<b>7.412,00</b>	<b>4,00</b>	<b>7.427,00</b>
Pessoal a tempo completo:	1,7	3.477,00	1,8	3.477,00
dos quais pessoas remuneradas:	1,5	3.000,00	1,5	3.000,00
Pessoal a tempo parcial:	2,3	3.935,00	2,2	3.950,00
dos quais pessoas remuneradas:	2,0	3.477,00	2,0	3.477,00
<b>Pessoal ao serviço da empresa por taxa:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outros:	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal ao serviço da empresa vítimas e IGD	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Provisões de sempre:</b>				
Provisões calculadas por agências de trabalho temporária				

9.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	2021 (R\$ mil)	2020 (R\$ mil)
<b>Salários e passivos</b>	<b>141.000,07</b>	<b>140.007,04</b>
Contribuições dos empregados	62,25	61,85
Contribuições do pessoal	127.910,37	127.910,35
Encargos sobre as remunerações	27.244,94	26.977,40
Encargos de acidentes no trabalho e doença profissional	1.545,10	1.491,10
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	974,45	742,60
<b>TOTAL</b>	<b>207.822,23</b>	<b>207.280,34</b>

Handwritten signatures and initials.

10 - Acontecimentos após a data do balanço



CP

**10.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

**11 - Divulgações exigidas por diplomas legais**

**11.1. Informação por mercado geográfico**

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	11.483,00			11.483,00
Fornecimento e serviços externos	11.472,40			11.472,40
Adições de ativos fixos tangíveis	4.805,00			4.805,00
Rendimentos supratributáveis				

**Quadro comparativo**

Descrição	2020 Mercado Interno	2020 Comunitário	2020 Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	11.228,24			11.228,24
Fornecimento e serviços externos	11.218,00			11.218,00
Rendimentos supratributáveis				

**11.2. Outras divulgações exigidas por diplomas legais**

A Direção informa que a A25 não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da A25 perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

**12 - Impostos e contribuições**

**12.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:**

Descrição	Valor (Montante)	Em Euros (Montante)
<b>Resultado antes de impostos do período</b>		1.816,52
Imposto corporativo		
Imposto de selo		
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	4.947,87	
Tribuições autárquicas		
<b>Taxa efetiva de imposto</b>		

CP  
CP  
CP

**12.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições**

cep

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Reserva sobre o investimento				
Reserva de empréstimos sobre investimentos		1.895,00		2.161,00
Contribuições para a Simpatia Social		2.834,95		2.834,95
Outras reservas		85,13		85,13
<b>Total</b>		<b>4.815,08</b>		<b>5.081,08</b>

13 - Fluxos de caixa

13.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Ativo Financeiro	Débitos	Créditos	Total Final
Caixa				
Depósitos e ordens	25.948,01	25.948,01	25.948,01	25.948,01
Outros depósitos bancários				
<b>Total</b>	<b>25.948,01</b>	<b>25.948,01</b>	<b>25.948,01</b>	<b>25.948,01</b>

Quadro comparativo:

Descrição	Ativo Financeiro	Débitos	Créditos	Total Final
Caixa	112		112	
Depósitos e ordens	48.336,29	258.211,39	260.896,01	61.541,21
Outros depósitos bancários				
<b>Total</b>	<b>48.336,41</b>	<b>258.211,39</b>	<b>260.896,19</b>	<b>61.541,21</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Handwritten notes and signatures: "A", "M", "Cof", and a signature.

Balancete Geral ( Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2021

Data Contab: 31-12-2021

Lançamentos: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
12	DEPOSITOS A ORDEM	1.800,00	17.143,06	15.343,06 C	201.500,79	177.114,58	24.386,21 D
1252	Cx Cred Agricola de Mxira	1.800,00	17.143,06	15.343,06 C	201.500,79	177.114,58	24.386,21 D
12521	CCAM - 13218 001	1.800,00	17.143,06	15.343,06 C	201.500,79	177.114,58	24.386,21 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>1.800,00</b>	<b>17.143,06</b>	<b>15.343,06 C</b>	<b>201.500,79</b>	<b>177.114,58</b>	<b>24.386,21 D</b>
21	CLIENTES E DEBITORES	0,00	1.800,00	1.800,00 C	18.550,00	17.950,00	600,00 D
211	Clientes e Debitores C/C	0,00	1.800,00	1.800,00 C	18.550,00	9.600,00	8.950,00 D
2111	Clientes Gerais	0,00	1.800,00	1.800,00 C	18.550,00	9.600,00	8.950,00 D
21111	Clientes C/C-Movim Geral	0,00	1.800,00	1.800,00 C	10.200,00	9.600,00	600,00 D
211111	Clientes C/C-Nacionais	0,00	1.800,00	1.800,00 C	10.200,00	9.600,00	600,00 D
211111500008280	ADEGA COOP AZUEIRA, CRE	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	600,00 D
211111500051062	MUNICIPIO SINTRA	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
21111150009329	AECOSLO ASSOC EMP COM SER	0,00	600,00	600,00 C	600,00	600,00	0,00
211111500093000	Caixa de Crédito Agrícola	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
2111115000968110	ADEGA REGIONAL de COLARES	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
2111115000968357	AESINTRA-ASSOCIAÇÃO EMPRE	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
211111501081570	ASSOC DE BENEFIC DE LOURE	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
211111501294996	MUNICIPIO DE LOURES	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
211111502177000	MUNICIPIO DE MATRA	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
211111503157562	MARL MERC ABAST R LISBOA	0,00	600,00	600,00 C	600,00	600,00	0,00
211111504031410	COMISSÃO VITIVINICOLA DA	0,00	600,00	600,00 C	600,00	600,00	0,00
211111507261682	CENITEL CENTRO DE INTELI	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
211111508021509	ENTIDADE REG. TUR. REG. LI	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
21112	Clientes C/C-Cobr. Dúvidas	0,00	0,00	0,00	8.350,00	0,00	8.350,00 D
211121	Clientes C/C-Cobr. Dúvidas	0,00	0,00	0,00	8.350,00	0,00	8.350,00 D
211121500099533	ASSOC DO COM INO E SERV B	0,00	0,00	0,00	2.400,00	0,00	2.400,00 D
211121501632404	AGROBIO ASSOC PORTUGUESA	0,00	0,00	0,00	2.400,00	0,00	2.400,00 D
211121501683755	CENTRO S P SAO PEDRO DE L	0,00	0,00	0,00	550,00	0,00	550,00 D
211121503035306	ASSOC AGRICULTORES DO CON	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	1.800,00 D
211121504276719	AGROCOL-ASSOC PROD DE FRU	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00 D
219	Perdas por Impunidade Ace	0,00	0,00	0,00	0,00	8.350,00	8.350,00 C
21901	Dúvidas de Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	8.350,00	8.350,00 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>1.800,00</b>	<b>1.800,00 C</b>	<b>18.550,00</b>	<b>17.950,00</b>	<b>600,00 D</b>
22	FORNEDORES	987,83	1.406,28	418,45 C	22.338,11	21.811,91	526,20 D
221	Fornecedores C/C	987,83	1.406,28	418,45 C	22.338,11	21.811,91	526,20 C
2211	Fornecedores Gerais	987,83	1.406,28	418,45 C	22.338,11	21.811,91	526,20 C
22111	Fornecedores C/C Nacionais	987,83	1.406,28	418,45 C	22.338,11	21.811,91	526,20 C
22111500077560	CTT CORREIOS DE PORTUGAL	13,00	13,00	0,00	13,00	13,00	0,00
22111500297177	VIAGENS AGRU SA	0,00	0,00	0,00	142,00	142,00	0,00
22111500357350	GESTECLA GAB TECNOL CON	202,95	387,45	184,50 C	2.804,45	2.804,45	202,95 C
22111500918880	PIDICIDADE - COMPANHIA DE	0,00	0,00	0,00	549,93	549,93	0,00
22111501187036	Tipografia Medina SA	0,00	0,00	0,00	184,50	184,50	0,00
22111501192940	AUTOMAFRA PNEUS ACESSORIO	65,43	65,43	0,00	130,43	130,43	0,00
22111501268766	XANA JTC COMER. LOJAS FILI	0,00	0,00	0,00	228,94	228,94	0,00
22111501356339	O CARRILHAO	0,00	0,00	0,00	55,35	55,35	0,00
2211150159119	Continente Hipermercados	0,00	0,00	0,00	9,79	9,79	0,00
22111502177000	MUNICIP O DE MAFRA	200,00	400,00	200,00 C	2.200,00	2.400,00	200,00 C
22111502569514	DATAEME ACESSORIOS PARA C	142,04	142,04	0,00	731,80	731,80	0,00
22111102607921	AUCHAN PORTUGAL SA	0,00	0,00	0,00	9,99	9,99	0,00
22111503187711	ANHO SISTEMAS INFORMÁTICA	0,00	0,00	0,00	707,25	707,25	0,00
22111503681124	ESTRELA DA IGANHA HOTELAR	55,00	55,00	0,00	55,00	55,00	0,00
22111503692310	ORDENADOS CONTABILISTAS C	0,00	0,00	0,00	0,00	36,90	36,90 C
22111503769959	GESPOST GESTÃO E ADMN	0,00	0,00	0,00	561,92	561,92	0,00
22111504395319	ATA ASSOCIAÇÃO DO TURIS	0,00	0,00	0,00	2.700,00	2.700,00	0,00
22111504547441	OSTRIDANHA - SUPERMERCAD	60,00	60,00	0,00	60,00	60,00	0,00
22111504656767	V A VERDE PORTUGAL GEST	119,40	119,40	0,00	530,15	530,15	0,00
22111504774271	MINHA TERRA	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
22111505279271	FKUCDES MEDIA-COM ,CONTEU	0,00	0,00	0,00	92,25	92,25	0,00
22111506060600	RUI MEGA AUTO COMERCIO DE	0,00	0,00	0,00	12,00	12,00	0,00
22111507119941	FREGUESIA DE PEREÍRES	0,00	0,00	0,00	67,30	67,30	0,00
22111507360023	TERRAGES, NOVAS TECNOLOGI	0,00	0,00	0,00	4.483,35	4.483,35	0,00
22111507603251	PMPR UNIPESSOAL LDA	0,00	0,00	0,00	145,54	145,54	0,00

*Handwritten notes and signatures:*  
 R  
 B  
 M  
 B  
 [Signature]

**Balancete Geral ( Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2021**

Valores em EUR

Data Contab 31-12-2021

Lançamento <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
22111507872525	PRIO ENERGY SA	0,00	0,00	0,00	58,02	58,02	0,00
22111508174953	SPRA - REVITALIZAÇÃO PAT	64,00	64,00	0,00	114,00	114,00	0,00
22111508780349	POSIÇÃO & VELOCIDADE LD	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00
22111508799589	SEQUEIRA PINTO - COMERCIO	66,01	66,01	0,00	206,01	206,01	0,00
22111508912032	NATURAL GIS, LDA	0,00	0,00	0,00	235,00	235,00	0,00
22111509444431	OMEGACS SOCIEDADE UNIPES	0,00	0,00	0,00	110,70	110,70	0,00
22111509980422	Binary Subject SA	0,00	0,00	0,00	207,13	207,13	0,00
22111510359612	BRICO DEPOT PORTUGAL S A	0,00	33,95	33,95 C	0,00	33,95	33,95 C
22111510391346	PETROFAST1 LDA	0,00	0,00	0,00	57,81	57,81	0,00
22111513637729	HOTEL IMPERIO DO NORTE U	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00
22111514098970	SEQUENCIA DINAMICA LDA	0,00	0,00	0,00	2,50	2,50	0,00
22111514326891	Patricia Santos Borges So	0,00	0,00	0,00	565,00	565,00	0,00
22111514391200	TRAVE SQUARE AGÊNCIA DE	0,00	0,00	0,00	1.150,00	1.150,00	0,00
228	Adiantamentos a Fornecado	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00 D
2281	Adiant a Fornecedores-For	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00 D
22811	Adiant a Fornecedores-Nac	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00 D
228113	Adiant a Fornec.-Naciona	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00 D
2281130001	Ana Cristina Cruz Lucio	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>987,83</b>	<b>1.406,28</b>	<b>418,45 C</b>	<b>22.338,11</b>	<b>21.811,91</b>	<b>526,20 D</b>
23	PESSOAL	6.642,21	6.642,21	0,00	86.157,61	86.157,61	0,00
231	Remuneracoes a Pagar	6.642,21	6.642,21	0,00	86.157,61	86.157,61	0,00
2312	Remun. A Pagar Ao PESSOAL	6.642,21	6.642,21	0,00	86.157,61	86.157,61	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>6.642,21</b>	<b>6.642,21</b>	<b>0,00</b>	<b>86.157,61</b>	<b>86.157,61</b>	<b>0,00</b>
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUB	9.545,05	4.815,08	4.729,97 D	67.508,87	72.323,95	4.815,08 C
242	Retencao Impostos Sobre R	3.790,00	1.895,00	1.895,00 D	26.798,00	28.693,00	1.895,00 C
2421	Trabalho Dependente	3.790,00	1.895,00	1.895,00 D	26.569,00	28.464,00	1.895,00 C
2421101	Trabalho Dependente	3.790,00	1.895,00	1.895,00 D	26.569,00	28.464,00	1.895,00 C
2422	Trabalho Independente	0,00	0,00	0,00	229,00	229,00	0,00
2422102	Empresariais e Profissio	0,00	0,00	0,00	229,00	229,00	0,00
245	Contribuicoes p/ a Segura	5.669,92	2.834,95	2.834,97 D	39.689,31	42.524,26	2.834,95 C
247	Fundos Compens Garantia T	85,13	85,13	0,00	1.021,56	1.106,69	85,13 C
2471	Fundo Compensacao do Trab	78,75	78,75	0,00	945,00	1.023,75	78,75 C
2472	Fundo Garantia e Compens.	6,38	6,38	0,00	76,56	82,94	6,38 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>9.545,05</b>	<b>4.815,08</b>	<b>4.729,97 D</b>	<b>67.508,87</b>	<b>72.323,95</b>	<b>4.815,08 C</b>
27	OUTR.CONTAS A RECEBER E A	61.431,39	21.070,54	40.360,85 D	61.631,39	38.870,04	22.761,35 D
272	Deved/Credor.p/Acrescimos	61.431,39	21.070,54	40.360,85 D	61.431,39	38.870,04	22.561,35 D
2721	Devedores p/Acrescimos Re	43.631,89	0,00	43.631,89 D	43.631,89	0,00	43.631,89 D
27211	Reditos Antecipados	43.631,89	0,00	43.631,89 D	43.631,89	0,00	43.631,89 D
2721109	Outros Reditos Antecipado	43.631,89	0,00	43.631,89 D	43.631,89	0,00	43.631,89 D
272110999	IFAP - 10 24	43.631,89	0,00	43.631,89 D	43.631,89	0,00	43.631,89 D
2722	Credores por Acrescimos d	17.799,50	21.070,54	3.271,04 C	17.799,50	38.870,04	21.070,54 C
272202	Remuneracoes a Liquidar	17.799,50	21.070,54	3.271,04 C	17.799,50	38.870,04	21.070,54 C
2722023	Fer.S.Ferias-Producao/N-1	11.740,18	11.740,18	0,00	11.740,18	21.480,36	11.740,18 C
2722024	Enc.C/Ferias-Producao/N-1	2.788,29	2.788,29	0,00	2.788,29	5.576,58	2.788,29 C
2722025	Fer.S.Ferias-Out.Sect./N-	2.643,26	5.286,52	2.643,26 C	2.643,26	7.929,78	5.286,52 C
2722026	Enc.C/Ferias-Out.Sect./N	627,77	1.255,55	627,78 C	627,77	1.883,32	1.255,55 C
278	Outros Devedores e Credor	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00 D
2781	Devedores Diversas	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00 D
27811	Deved P/Valores em Caucao	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00 D
278110001	Municipio Mafra Caucao	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>61.431,39</b>	<b>21.070,54</b>	<b>40.360,85 D</b>	<b>61.631,39</b>	<b>38.870,04</b>	<b>22.761,35 D</b>
28	DIFERIMENTOS	200,00	0,00	200,00 D	1.301,01	812,60	488,41 D
281	Gastos a Reconhecer	200,00	0,00	200,00 D	1.301,01	812,60	488,41 D
2814	Gastos a Reconhecer-F/iva	200,00	0,00	200,00 D	1.301,01	812,60	488,41 D
28146131	Rendas Terrenos e Edífics	200,00	0,00	200,00 D	400,00	200,00	200,00 D
281463013	Seguros-Automovel-Outros	0,00	0,00	0,00	580,25	291,84	288,41 D
28146305	Seguros-Multirriscos	0,00	0,00	0,00	24,75	24,75	0,00
2814636	Seguros Ac.Trabalho e Doe	0,00	0,00	0,00	296,01	296,01	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200,00 D</b>	<b>1.301,01</b>	<b>812,60</b>	<b>488,41 D</b>
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	78,75	0,00	78,75 D	5.288,62	0,00	5.288,62 D

## Balancete Geral ( Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2021

Data Contab : 31-12-2021

Lançamento : 100005

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov Débito	Mov Crédito	Saldo	Mov Débito	Mov Crédito	Saldo
415	Outros Investimentos Fina	78,75	0,00	78,75 D	5.288,62	0,00	5.288,62 D
4158	Outros	78,75	0,00	78,75 D	5.288,62	0,00	5.288,62 D
41584	Fundos	78,75	0,00	78,75 D	5.288,62	0,00	5.288,62 D
41584E	Fundo Compensação do Trab	78,75	0,00	78,75 D	5.288,62	0,00	5.288,62 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>78,75</b>	<b>0,00</b>	<b>78,75 D</b>	<b>5.288,62</b>	<b>0,00</b>	<b>5.288,62 D</b>
42	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	71,75	71,75 C	23.837,44	17.968,19	15.649,72 D
434	Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00	23.837,44	0,00	23.837,44 D
4341	Equip Transporte Leves	0,00	0,00	0,00	23.837,44	0,00	23.837,44 D
43411	Equip Transp Lig N/Reaval	0,00	0,00	0,00	23.837,44	0,00	23.837,44 D
434111	Eq Transporte Leves-M	0,00	0,00	0,00	23.837,44	0,00	23.837,44 D
4341119	Eq Transp Lig M/M-F/iva	0,00	0,00	0,00	23.837,44	0,00	23.837,44 D
43411191	Eq Transp Lig M/M-F/iva- No	0,00	0,00	0,00	23.837,44	0,00	23.837,44 D
435	Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	5.475,47	0,00	5.475,47 D
4353	Máquinas Escritório	0,00	0,00	0,00	5.475,47	0,00	5.475,47 D
43531	Maq Escritório-N/Reavalia	0,00	0,00	0,00	5.475,47	0,00	5.475,47 D
35311	Máquinas Escritório-M Mac	0,00	0,00	0,00	5.475,47	0,00	5.475,47 D
4353119	Maq Escritório M/M-F/iva	0,00	0,00	0,00	5.475,47	0,00	5.475,47 D
437	Outros Activos Fixos Tang	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	4.305,00 D
4371	Equipamentos Diversos	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	4.305,00 D
43711	Equipamentos Diversos-N/R	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	4.305,00 D
437111	Eq Diversos M Nacional	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	4.305,00 D
4371111	Eq Diversos M-N-C/iva	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	4.305,00 D
438	Depreciações Acumuladas	0,00	71,75	71,75 C	0,00	17.968,19	17.968,19 C
4384	Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	11.918,72	11.918,72 C
43841	Equipam Transp Leves	0,00	0,00	0,00	0,00	11.918,72	11.918,72 C
438411	Equipam Transp Leves-n	0,00	0,00	0,00	0,00	11.918,72	11.918,72 C
438411E	Equip Transp Lig n/Reav	0,00	0,00	0,00	0,00	11.918,72	11.918,72 C
4385	Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	5.475,47	5.475,47 C
43853	Máquinas de Escritório	0,00	0,00	0,00	0,00	5.475,47	5.475,47 C
438531	Máquinas de Escritório-M	0,00	0,00	0,00	0,00	5.475,47	5.475,47 C
4387	Outros Activos Fixos Tang	0,00	71,75	71,75 C	0,00	574,00	574,00 C
43871	Equipamentos Diversos	0,00	71,75	71,75 C	0,00	574,00	574,00 C
438711	Equipamentos Diversos n/R	0,00	71,75	71,75 C	0,00	574,00	574,00 C
4387111	Equipamentos D n/R/Reaval	0,00	71,75	71,75 C	0,00	574,00	574,00 C
	<b>Soma Equilida</b>	<b>0,00</b>	<b>71,75</b>	<b>71,75 C</b>	<b>33.617,91</b>	<b>27.968,19</b>	<b>15.649,72 D</b>
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	2.294,32	2.294,32	0,00
443	Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	2.294,32	0,00	2.294,32 D
4431	Progr Computador N/Reaval	0,00	0,00	0,00	2.294,32	0,00	2.294,32 D
44311	Progr Computador M Nacional	0,00	0,00	0,00	2.294,32	0,00	2.294,32 D
443119	Progr Computador M/N-F/iva	0,00	0,00	0,00	2.294,32	0,00	2.294,32 D
448	Amortizações Acumuladas I	0,00	0,00	0,00	0,00	2.294,32	2.294,32 C
4481	Amortiz Acumul Progr Compu	0,00	0,00	0,00	0,00	2.294,32	2.294,32 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.294,32</b>	<b>2.294,32</b>	<b>0,00</b>
51	FUNDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	14.400,00	14.400,00 C
511	FUNDOS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	14.400,00	14.400,00 C
5111	ENTIDADES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	3.600,00 C
5111018	MUNICIPIO DE LOURES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00 C
5111019	MUNICIPIO DE MAFRA	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00 C
5111020	MUNICIPIO DE SINTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00 C
5117	ENTIDADES OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	10.800,00	10.800,00 C
511201	ADega COOP AZUEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511202	ADega AEG DE COLARES	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511203	ASS AGRICULT COOP MAFRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511204	ASS BENEF DE LOURES	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511205	ACISM ASS COMIND COL MAFRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511206	AGROCOL	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511207	AGROCELO	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511208	AGSINTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511209	CCAM LOURES SINTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511210	CCAM MAFRA CR	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511211	CENITEL	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C

## Balancete Geral ( Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2021

Data Contab: 31-12-2021

Lançamento: 10005

Conta	Descrição	Dezembro		Saldo	Acumulado		Saldo
		Mov. Débito	Mov. Crédito		Mov. Débito	Mov. Crédito	
511212	CENTRO S P S JOAO LAMPAS	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511213	CENTRO S P S SAO PEDRO LOUIS	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511214	COMISSAO VITIVI REG LISBO	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511215	COOP AGRIC DE LOURES CRL	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511216	FRUTOESTE COOP AGRIC	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511217	MARL	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511221	SANTA C.M MAFRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.400,00</b>	<b>14.400,00 C</b>
55	RESERVAS	1.616,53	0,00	1.616,53 D	1.616,53	1.616,53	0,00
551	Reservas Legais	1.616,53	0,00	1.616,53 D	1.616,53	1.616,53	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>1.616,53</b>	<b>0,00</b>	<b>1.616,53 D</b>	<b>1.616,53</b>	<b>1.616,53</b>	<b>0,00</b>
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	1.616,53	1.616,53 C	0,00	46.417,56	46.417,56 C
561	Resultados Transitados	0,00	1.616,53	1.616,53 C	0,00	46.417,56	46.417,56 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>1.616,53</b>	<b>1.616,53 C</b>	<b>0,00</b>	<b>46.417,56</b>	<b>46.417,56 C</b>
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	1.171,18	32,00	1.139,18 D	15.704,62	32,00	15.672,62 D
622	Serviços Especializados	259,85	0,00	259,85 D	3.178,54	0,00	3.178,54 D
6221	Trabalhos Especializados	202,95	0,00	202,95 D	2.546,10	0,00	2.546,10 D
62211	Trabalhos Especializados	0,00	0,00	0,00	110,70	0,00	110,70 D
622119	Trab Especializ.-A Recias	0,00	0,00	0,00	110,70	0,00	110,70 D
62212	Trab Especializ.-GESTECLA	202,95	0,00	202,95 D	2.435,40	0,00	2.435,40 D
622121	Serv.GESTECLA C/iva	202,95	0,00	202,95 D	2.435,40	0,00	2.435,40 D
6222	Publicidade e Propaganda	0,00	0,00	0,00	332,10	0,00	332,10 D
62229	Publicid.Propag. s/Ded	0,00	0,00	0,00	332,10	0,00	332,10 D
6226	Conservação e Reparação	56,90	0,00	56,90 D	300,34	0,00	300,34 D
62261	Conservação e Reparação	56,90	0,00	56,90 D	300,34	0,00	300,34 D
622617	Conserv.Reparac.s/Ded	56,90	0,00	56,90 D	300,34	0,00	300,34 D
623	Materiais	119,09	0,00	119,09 D	1.164,11	0,00	1.164,11 D
6231	Ferramentas/Utensílios De	33,95	0,00	33,95 D	262,30	0,00	262,30 D
62311	Ferram.Utensílios-C/iva	0,00	0,00	0,00	178,35	0,00	178,35 D
62319	Ferram.Utensí. s/Ded	33,95	0,00	33,95 D	83,95	0,00	83,95 D
6233	Material de Escritório	85,14	0,00	85,14 D	895,81	0,00	895,81 D
62339	Mat.Escritório s/Ded	85,14	0,00	85,14 D	895,81	0,00	895,81 D
6234	Artigos para Oferta	0,00	0,00	0,00	6,00	0,00	6,00 D
62349	Artigos p/Oferta s/Ded	0,00	0,00	0,00	6,00	0,00	6,00 D
624	Energia e Fluidos	191,44	0,00	191,44 D	1.347,03	0,00	1.347,03 D
6242	Combustíveis	191,44	0,00	191,44 D	1.347,03	0,00	1.347,03 D
62421	Combustíveis-Transportes	191,44	0,00	191,44 D	1.347,03	0,00	1.347,03 D
624219	Combustiv-Transp. s/Ded	191,44	0,00	191,44 D	1.347,03	0,00	1.347,03 D
625	Deslocações, Estadas e Tr	204,40	0,00	204,40 D	3.070,08	0,00	3.070,08 D
6251	Deslocações e Estadas	204,40	0,00	204,40 D	3.070,08	0,00	3.070,08 D
62512	Deslocações,Estadas-Art21	204,40	0,00	204,40 D	2.770,08	0,00	2.770,08 D
625121	Desloc.Estadas-Art21-Norm	55,00	0,00	55,00 D	1.347,00	0,00	1.347,00 D
625122	Dif.Viat Pr Art21-Base Tr	149,40	0,00	149,40 D	1.423,08	0,00	1.423,08 D
62514	Deslocações e Estadas-UE	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	300,00 D
625142	Desloc.Estadas-UE-Total	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	300,00 D
626	Serviços Diversos	319,40	32,00	364,40 D	6.944,86	32,00	6.912,86 D
6261	Rendas e Aluguers	319,40	0,00	319,40 D	2.930,15	0,00	2.930,15 D
62613	Outras Rendas	319,40	0,00	319,40 D	2.930,15	0,00	2.930,15 D
626131	Rendas Terrenos e Edifici	200,00	0,00	200,00 D	2.400,00	0,00	2.400,00 D
6261316	Rendas Terr Edif.ise Arto	200,00	0,00	200,00 D	2.400,00	0,00	2.400,00 D
626132	Portagens e Parqueamentos	119,40	0,00	119,40 D	530,15	0,00	530,15 D
6261328	Portag.Parqueam.S/Deducao	119,40	0,00	119,40 D	530,15	0,00	530,15 D
6262	Comunicação	13,00	0,00	13,00 D	15,60	0,00	15,60 D
62621	Correio	13,00	0,00	13,00 D	15,60	0,00	15,60 D
626216	Correio Isento Arto.9o.	13,00	0,00	13,00 D	15,60	0,00	15,60 D
6263	Seguros	0,00	0,00	0,00	578,11	0,00	578,11 D
626301	Seguros Automovel	0,00	0,00	0,00	553,36	0,00	553,36 D
6263011	Seguros-Automovel-Outros	0,00	0,00	0,00	553,36	0,00	553,36 D
626305	Seguros-Multiterricos	0,00	0,00	0,00	24,75	0,00	24,75 D
6268	Outros Serviços	64,00	32,00	32,00 D	3.421,00	32,00	3.389,00 D
62683	Festas e Exposicoes	64,00	32,00	32,00 D	721,00	32,00	689,00 D

## Balancete Geral ( Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2021

Data Contab 31-12-2021

Lançamento &lt;TODOS&gt;

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
626839	Feiras e Exposicoes-s/Ded	64,00	32,00	32,00 D	721,00	32,00	689,00 D
62686	Disp Promocao Comerc	0,00	0,00	0,00	2.700,00	0,00	2.700,00 D
626869	Disp Prom.Comerc S/Ded	0,00	0,00	0,00	2.700,00	0,00	2.700,00 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>1.174,18</b>	<b>32,00</b>	<b>1.139,18 D</b>	<b>15.704,62</b>	<b>32,00</b>	<b>15.672,62 D</b>
63	GASTOS COM O PESSOAL	12.299,68	17.799,50	14.500,18 D	174.483,32	17.799,50	156.683,82 D
631	Remuneracoes dos Orgaos S	0,00	0,00	0,00	62,75	0,00	62,75 D
6311	Remuneracoes Gerencia	0,00	0,00	0,00	62,75	0,00	62,75 D
631104	Ajudas de Custo	0,00	0,00	0,00	62,75	0,00	62,75 D
6311041	Ajudas Custo-TribAutonoma	0,00	0,00	0,00	62,75	0,00	62,75 D
632	Remuneracoes do Pessoal	26.350,98	14.383,44	11.967,54 D	141.401,81	14.383,44	127.018,37 D
6321	Escritorio	8.502,21	2.643,26	5.858,95 D	44.008,60	2.643,26	41.365,34 D
632101	Remuneracoes Normais-Escr	2.643,26	0,00	2.643,26 D	31.719,12	0,00	31.719,12 D
632102	Subsidios Férias-Escrit	0,00	0,00	0,00	2.643,26	0,00	2.643,26 D
632103	Subsidios Natal-Escrit	0,00	0,00	0,00	2.643,26	0,00	2.643,26 D
632104	Ajudas de Custo-Escrit	515,19	0,00	515,19 D	690,89	0,00	690,89 D
6321041	Ajudas Custo-Escrit-TribA	515,19	0,00	515,19 D	690,89	0,00	690,89 D
632106	Subsid Alimentacao-Escrit	57,24	0,00	57,24 D	1.025,55	0,00	1.025,55 D
632120	Fer.Sub.Fer-Reg.Aum.Cust	5.286,52	2.643,26	2.643,26 D	5.286,52	2.643,26	2.643,26 D
6322	Producao	17.848,77	11.740,18	6.108,59 D	97.393,21	11.740,18	85.653,03 D
632201	Remuneracoes Normais-Prod	5.870,09	0,00	5.870,09 D	70.441,08	0,00	70.441,08 D
632202	Subsidios Férias-Produc	0,00	0,00	0,00	5.870,09	0,00	5.870,09 D
632203	Subsidios Natal-Produc	0,00	0,00	0,00	5.870,09	0,00	5.870,09 D
632204	Ajudas de Custo-Produc	0,00	0,00	0,00	175,70	0,00	175,70 D
6322041	Ajudas Custo-Produc-TribA	0,00	0,00	0,00	175,70	0,00	175,70 D
632206	Subsid Alimentacao-Produc	238,50	0,00	238,50 D	3.296,07	0,00	3.296,07 D
632220	Fer.Sub.Fer-Reg.Aum.Cust	11.740,18	11.740,18	0,00	11.740,18	11.740,18	0,00
635	Encargos s/Remuneracoes	5.948,70	3.416,06	2.532,64 D	30.699,12	3.416,06	27.283,06 D
6352	Pessoal	5.948,70	3.416,06	2.532,64 D	30.699,12	3.416,06	27.283,06 D
63521	Escritorio	1.846,98	627,77	1.219,21 D	10.474,91	627,77	9.847,14 D
635211	Taxa Social Unica-Escrit	589,45	0,00	589,45 D	9.201,54	0,00	9.201,54 D
635217	Fundos Compens Garantia T	1,98	0,00	1,98 D	17,82	0,00	17,82 D
6352172	Fundo Garantia Compens Tr	1,98	0,00	1,98 D	17,82	0,00	17,82 D
635219	Enc.C/Fer-Reg.Aum.Custo.E	1.255,55	627,77	627,78 D	1.255,55	627,77	627,78 D
63522	Producao	4.101,72	2.788,29	1.313,43 D	20.224,21	2.788,29	17.435,92 D
635221	Taxa Social Unica-Produc	1.309,03	0,00	1.309,03 D	17.377,18	0,00	17.377,18 D
635227	Fundos Compens Garantia T	4,40	0,00	4,40 D	58,74	0,00	58,74 D
6352272	Fundo Garantia Compens Tr	4,40	0,00	4,40 D	58,74	0,00	58,74 D
635229	Enc.C/Fer-Reg.Aum.Custo.P	2.788,29	2.788,29	0,00	2.788,29	2.788,29	0,00
636	Seguros Ac.Trabalho Doen;	0,00	0,00	0,00	1.345,19	0,00	1.345,19 D
6362	Pessoal	0,00	0,00	0,00	1.345,19	0,00	1.345,19 D
63622	Producao	0,00	0,00	0,00	1.345,19	0,00	1.345,19 D
636221	Seguro Ac.Trabalho Produc	0,00	0,00	0,00	1.345,19	0,00	1.345,19 D
638	Outros Gastos com o Pesso	0,00	0,00	0,00	974,45	0,00	974,45 D
6382	Pessoal	0,00	0,00	0,00	974,45	0,00	974,45 D
63821	Escritorio	0,00	0,00	0,00	32,20	0,00	32,20 D
638213	Isentos de Iva	0,00	0,00	0,00	32,20	0,00	32,20 D
63821302	Form.Technica IsentosRE-E	0,00	0,00	0,00	32,20	0,00	32,20 D
63822	Producao	0,00	0,00	0,00	942,25	0,00	942,25 D
638221	Com Iva Dedutivel	0,00	0,00	0,00	942,25	0,00	942,25 D
63822102	Formacao Technica-Produc	0,00	0,00	0,00	942,25	0,00	942,25 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>32.299,68</b>	<b>17.799,50</b>	<b>14.500,18 D</b>	<b>174.483,32</b>	<b>17.799,50</b>	<b>156.683,82 D</b>
64	GASTOS DE DEPREC E DE AMO	71,75	0,00	71,75 D	574,00	0,00	574,00 D
642	Activos Fixos Tangiveis	71,75	0,00	71,75 D	574,00	0,00	574,00 D
6427	Outros Activos Fixos Tang	71,75	0,00	71,75 D	574,00	0,00	574,00 D
64271	Equipamentos Diversos	71,75	0,00	71,75 D	574,00	0,00	574,00 D
642711	Equipamentos Diversos n/R	71,75	0,00	71,75 D	574,00	0,00	574,00 D
6427111	Equipamentos Diversos-n/R	71,75	0,00	71,75 D	574,00	0,00	574,00 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>71,75</b>	<b>0,00</b>	<b>71,75 D</b>	<b>574,00</b>	<b>0,00</b>	<b>574,00 D</b>
68	OUTROS GASTOS	184,50	0,00	184,50 D	2.431,71	0,00	2.431,71 D
681	Impostos	0,00	0,00	0,00	147,21	0,00	147,21 D
6812	Impostos Indirectos	0,00	0,00	0,00	147,21	0,00	147,21 D

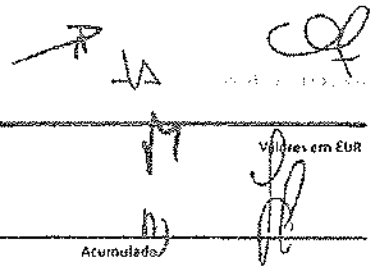
## Balancete Geral ( Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2021

Data Contab. 31-12-2021

Lançamento. &lt;TOOOS&gt;

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
68124	Imposto Unico Circulacao	0,00	0,00	0,00	147,21	0,00	147,21 D
681242	IUC-Outros Veiculos	0,00	0,00	0,00	147,21	0,00	147,21 D
688	Outros Gastos e Perdas Ou	184,50	0,00	184,50 D	2.284,50	0,00	2.284,50 D
6881	Correcoes Relat Exercic	184,50	0,00	184,50 D	184,50	0,00	184,50 D
6881623	Fornecimentos e Serv Exte	184,50	0,00	184,50 D	184,50	0,00	184,50 D
6883	Quotizacoes	0,00	0,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00 D
68831	Quotizacoes Patronais	0,00	0,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>184,50</b>	<b>0,00</b>	<b>184,50 D</b>	<b>2.431,71</b>	<b>0,00</b>	<b>2.431,71 D</b>
69	<b>GASTOS DE FINANCIAMENTO</b>	0,00	0,00	0,00	656,08	0,00	656,08 D
698	Outros Gastos de Financia	0,00	0,00	0,00	656,08	0,00	656,08 D
6988	Outros	0,00	0,00	0,00	656,08	0,00	656,08 D
69881	Servicos Bancarios	0,00	0,00	0,00	196,52	0,00	196,52 D
698811	Servicos Bancarios com Fa	0,00	0,00	0,00	196,52	0,00	196,52 D
69882	Garantias Bancarias	0,00	0,00	0,00	459,56	0,00	459,56 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>656,08</b>	<b>0,00</b>	<b>656,08 D</b>
72	<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00 C
722	Comissoes	0,00	0,00	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00 C
7221	Comissoes Mercad.Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00 C
722115	QUOTAS -MN-Arto 9o	0,00	0,00	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.200,00</b>	<b>10.200,00 C</b>
75	<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGAO</b>	0,00	43.631,89	43.631,89 C	0,00	169.883,57	169.883,57 C
751	Subs.,Doacoes e Legados à	0,00	43.631,89	43.631,89 C	0,00	169.883,57	169.883,57 C
7511	Subsidios de entidades pu	0,00	43.631,89	43.631,89 C	0,00	169.883,57	169.883,57 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>43.631,89</b>	<b>43.631,89 C</b>	<b>0,00</b>	<b>169.883,57</b>	<b>169.883,57 C</b>
78	<b>OUTROS RENDIMENTOS</b>	0,00	0,03	0,03 C	0,00	0,03	0,03 C
788	Outros Rendim. E Ganhos-O	0,00	0,03	0,03 C	0,00	0,03	0,03 C
7888	Outros não Especificados	0,00	0,03	0,03 C	0,00	0,03	0,03 C
78888	Outros n/Especificados Di	0,00	0,03	0,03 C	0,00	0,03	0,03 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,03</b>	<b>0,03 C</b>	<b>0,00</b>	<b>0,03</b>	<b>0,03 C</b>
79	<b>JUROS, DIVIDENDOS, OUT. REND</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	2,50	2,50 C
791	Juras Obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	2,50	2,50 C
7911	De Depositos	0,00	0,00	0,00	0,00	2,50	2,50 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2,50</b>	<b>2,50 C</b>
81	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERI</b>	0,00	0,00	0,00	1.616,53	1.616,53	0,00
818	Resultado Líquido	0,00	0,00	0,00	1.616,53	1.616,53	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.616,53</b>	<b>1.616,53</b>	<b>0,00</b>
	<b>Soma Líquida</b>	<b>116.028,87</b>	<b>116.028,87</b>	<b>0,00</b>	<b>697.271,42</b>	<b>697.271,42</b>	<b>0,00</b>




  
 V. 1. 1. 2021

**Balancete Geral ( Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2021**

Data Contab: 31/12/2021

Lançamentos <TODOS>

Valores em EUR

Conta	Descrição	Fim - Fim			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
12	DEPOSITOS A ORDEM	0,00	0,00	0,00	201.500,79	177.114,58	24.386,21 D
1252	Cr.Cred Agricola de Malva	0,00	0,00	0,00	201.500,79	177.114,58	24.386,21 D
12521	CCAM - 13218.001	0,00	0,00	0,00	201.500,79	177.114,58	24.386,21 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>201.500,79</b>	<b>177.114,58</b>	<b>24.386,21 D</b>
21	CLIENTES E UTEENTES	0,00	0,00	0,00	18.550,00	17.950,00	600,00 D
211	Clientes e utentes C/C	0,00	0,00	0,00	18.550,00	9.600,00	8.950,00 D
2111	Clientes Gerais	0,00	0,00	0,00	18.550,00	9.600,00	8.950,00 D
21111	Clientes C/C-Movimto Geral	0,00	0,00	0,00	10.200,00	9.600,00	600,00 D
211111	Clientes C/C-Oficinas	0,00	0,00	0,00	10.200,00	9.600,00	600,00 D
211111500003280	ADEGA COOP. AZUERA, CAL	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	600,00 D
211111500051062	MUNICIPIO SINTRA	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
211111500900329	AECSCLO ASSOC EMP COM SER	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
211111500901000	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
211111500968110	ADEGA REGIONAL de COLARES	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
211111500968357	RESINTRA ASSOCIAÇÃO EMPRE	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
211111501081526	ASSOC DE BENEFIC DE LOURE	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
211111501204956	MUNICIPIO DE LOURES	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
211111502177080	MUNICIPIO DE MAFRA	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
211111503157562	MARL MERC ABAST R LISBOA	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
211111504231410	COMISSÃO VIVIFICOLA DA	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
211111507261682	CEMTEL CENTRO DE INTELI	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00
21111150821509	ENTIDADE REG TUR REG LI	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
21112	Clientes C/C-Cobr Duvidos	0,00	0,00	0,00	8.350,00	0,00	8.350,00 D
211121	Clientes C/C-Cobr Duvidos	0,00	0,00	0,00	8.350,00	0,00	8.350,00 D
211121500069533	ASSOC DO COM IND E SERV D	0,00	0,00	0,00	2.400,00	0,00	2.400,00 D
211121501632484	AGROBIO ASSOC PORTUGUESA	0,00	0,00	0,00	2.400,00	0,00	2.400,00 D
211121501683755	CENTRO S P SAO PEDRO DE L	0,00	0,00	0,00	550,00	0,00	550,00 D
211121503035386	ASSOC AGRICULTORES DO COM	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	1.800,00 D
211121504276719	AGROECOL ASSOC PROD DE PREI	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00 D
219	Perdas por Imparidade Atsu	0,00	0,00	0,00	0,00	8.350,00	8.350,00 C
21901	Duvidas de Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	8.350,00	8.350,00 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.550,00</b>	<b>17.950,00</b>	<b>600,00 D</b>
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	0,00	21.338,11	21.811,91	526,20 D
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	21.338,11	21.811,91	473,80 C
2211	Fornecedores Gerais	0,00	0,00	0,00	21.338,11	21.811,91	473,80 C
22111	Fornecedores C/C Nacionais	0,00	0,00	0,00	21.338,11	21.811,91	473,80 C
221111500077568	CTI CORREIOS DE PORTUGAL	0,00	0,00	0,00	13,00	13,00	0,00
22111500297177	VIAGENS ABREU SA	0,00	0,00	0,00	142,00	142,00	0,00
22111500357358	GESTECLA-GAR TEC.FISC COH	0,00	0,00	0,00	2.601,45	2.604,40	202,95 C
22111500818080	FIDELIDADE - COMPANHIA DE	0,00	0,00	0,00	549,93	549,93	0,00
22111501087036	Tipografia Medina SA	0,00	0,00	0,00	184,50	184,50	0,00
22111501192966	AUTOMAFRA PNEUS ACESSORIO	0,00	0,00	0,00	130,43	130,43	0,00
22111501268766	MANAUTO COMERCIO VEICULOS	0,00	0,00	0,00	228,94	228,94	0,00
22111501356239	O CARRILHAO	0,00	0,00	0,00	55,35	55,35	0,00
22111501591109	Continente Hipermercados	0,00	0,00	0,00	9,79	9,79	0,00
22111502177080	MUNICIPIO DE MAFRA	0,00	0,00	0,00	2.400,00	2.400,00	200,00 C
22111502569514	QUATEME ACESSORIOS PARA C	0,00	0,00	0,00	731,80	731,80	0,00
22111502607920	AUCHAN PORTUGAL SA	0,00	0,00	0,00	9,99	9,99	0,00
22111503181710	AND SISTEMAS INFORMATICA	0,00	0,00	0,00	707,25	707,25	0,00
22111503681024	ESTRELA DA IGARHA HOTELAR	0,00	0,00	0,00	55,00	55,00	0,00
22111503692330	ORDEN DOS CONTABILISTAS C	0,00	0,00	0,00	0,00	36,90	36,90 C
22111503769959	GESPOST - GESTÃO E ADMINH	0,00	0,00	0,00	561,97	561,97	0,00
22111504395319	ATA - ASSOCIAÇÃO DO TURIS	0,00	0,00	0,00	2.700,00	2.700,00	0,00
22111504547445	DISTRIDANHA SUPERMERCAD	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00
22111504656767	VIA VERDE PORTUGAL - GESI	0,00	0,00	0,00	530,15	530,15	0,00
22111504774271	MINHA TERRA	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
22111505129271	RECÓDES MEDIA.COM CONTEU	0,00	0,00	0,00	92,25	92,25	0,00
22111506066600	RUI MEGA AUTO COMERCIO DE	0,00	0,00	0,00	12,00	12,00	0,00
22111507119940	FREGUESIA DE PERNES	0,00	0,00	0,00	67,30	67,30	0,00
22111507360923	TECRADES, NOVAS TECNOLOGI	0,00	0,00	0,00	4.483,35	4.483,35	0,00
22111507603257	PMPA UNIPESSOAL LDA	0,00	0,00	0,00	145,54	145,54	0,00

**Balancete Geral ( Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2021**

Validade: EUR

Data Contab: 31-12-2021

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Fim - Fim			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
22111507872525	PRIO ENERGY SA	0,00	0,00	0,00	58,02	58,02	0,00
22111508174953	SPIRA - REVITALIZAÇÃO PAT	0,00	0,00	0,00	114,00	114,00	0,00
22111508780349	POSIÇÃO & VELOCIDADE - LD	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00
22111508799589	SEQUEIRA PUNTO - COMÉRCIO	0,00	0,00	0,00	206,01	206,01	0,00
22111508912032	NATURAL GIS, LDA	0,00	0,00	0,00	235,00	235,00	0,00
22111509444433	OMEGACS SOCIEDADE UNIPESS	0,00	0,00	0,00	110,70	110,70	0,00
22111509980422	Binary Subject SA	0,00	0,00	0,00	207,13	207,13	0,00
22111510359612	BRICO DEPOT PORTUGAL, S.A	0,00	0,00	0,00	0,00	33,95	33,95 C
22111510391346	PETROFAST II LDA	0,00	0,00	0,00	57,81	57,81	0,00
22111513637729	HOTEL IMPERIO DO NORTE, U	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00
22111514098970	SEQUENCIA DINAMICA LDA	0,00	0,00	0,00	2,50	2,50	0,00
22111514326891	Patricia Santos Borges So	0,00	0,00	0,00	565,00	565,00	0,00
22111514391200	TRAVELSQUARE - AGÊNCIA DE	0,00	0,00	0,00	1.150,00	1.150,00	0,00
228	Adiantamentos a Fornecedo	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00 D
2281	Adiant a Fornecedores For	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00 D
22811	Adiant a Fornecedores-Nac	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00 D
228113	Adiant a Fornec.-Nacional	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00 D
2281130001	Ana Cristina Cruz Lucio	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.338,11</b>	<b>21.811,91</b>	<b>526,20 D</b>
23	PESSOAL	0,00	0,00	0,00	86.157,61	86.157,61	0,00
231	Remuneracoes a Pagar	0,00	0,00	0,00	86.157,61	86.157,61	0,00
2312	Remun. A Pagar-Ao Pessoal	0,00	0,00	0,00	86.157,61	86.157,61	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>86.157,61</b>	<b>86.157,61</b>	<b>0,00</b>
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUB	0,00	0,00	0,00	67.508,87	72.323,95	4.815,08 C
242	Retencao Impostos Sobre R	0,00	0,00	0,00	26.798,00	28.693,00	1.895,00 C
2421	Trabalho Dependente	0,00	0,00	0,00	26.569,00	28.464,00	1.895,00 C
2421101	Trabalho Dependente	0,00	0,00	0,00	26.569,00	28.464,00	1.895,00 C
2422	Trabalho Independente	0,00	0,00	0,00	229,00	229,00	0,00
2422102	Empresariais e Profissao	0,00	0,00	0,00	229,00	229,00	0,00
245	Contribuicoes p/ a Segura	0,00	0,00	0,00	39.689,31	42.524,26	2.834,95 C
247	Fundos Compens Garantia T	0,00	0,00	0,00	1.021,56	1.106,69	85,13 C
2471	Fundo Compensacao do Trab	0,00	0,00	0,00	945,00	1.023,75	78,75 C
2472	Fundo Garantia e Compens.	0,00	0,00	0,00	76,56	82,94	6,38 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>67.508,87</b>	<b>72.323,95</b>	<b>4.815,08 C</b>
27	OUTR. CONTAS A RECEBER E A	0,00	0,00	0,00	61.631,39	38.870,04	22.761,35 D
272	Deved/Credor.p/Acrescimos	0,00	0,00	0,00	61.631,39	38.870,04	22.761,35 D
2721	Devedores p/Acrescimos Re	0,00	0,00	0,00	43.631,89	0,00	43.631,89 D
27211	Reditos Antecipados	0,00	0,00	0,00	43.631,89	0,00	43.631,89 D
2721109	Outros Reditos Antecipado	0,00	0,00	0,00	43.631,89	0,00	43.631,89 D
272110999	IFAP - 10 24	0,00	0,00	0,00	43.631,89	0,00	43.631,89 D
2722	Credores por Acrescimos d	0,00	0,00	0,00	17.799,50	38.870,04	21.070,54 C
272202	Remuneracoes a Liquidar	0,00	0,00	0,00	17.799,50	38.870,04	21.070,54 C
2722023	Fer S.Ferias-Producao/N-1	0,00	0,00	0,00	11.740,18	23.480,36	11.740,18 C
2722024	Enc.C/Ferias-Producao/N-1	0,00	0,00	0,00	2.788,29	5.576,58	2.788,29 C
2722025	Fer S Ferias-Out.Sect /N-	0,00	0,00	0,00	2.643,26	7.929,78	5.286,52 C
2722026	Enc C/Ferias-Out.Sect /N-	0,00	0,00	0,00	627,77	1.883,32	1.255,55 C
278	Outros Devedores e Credor	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00 D
2781	Devedores Diversos	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00 D
27811	Deved.P/Valores em Caucao	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00 D
278110001	Municipio Mafra Caucao	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00 D
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>61.631,39</b>	<b>38.870,04</b>	<b>22.761,35 D</b>
28	DIFERIMENTOS	0,00	0,00	0,00	1.301,01	812,60	488,41 D
281	Gastos a Reconhecer	0,00	0,00	0,00	1.301,01	812,60	488,41 D
2814	Gastos a Reconhecer-F/iva	0,00	0,00	0,00	1.301,01	812,60	488,41 D
28146131	Rendas Terrenos e Edifici	0,00	0,00	0,00	400,00	200,00	200,00 D
281463013	Seguros-Automovel-Outros	0,00	0,00	0,00	580,25	291,84	288,41 D
28146305	Seguros-Multirrisco	0,00	0,00	0,00	24,75	24,75	0,00
2814636	Seguros Ac.Trabalho e Doe	0,00	0,00	0,00	296,01	296,01	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.301,01</b>	<b>812,60</b>	<b>488,41 D</b>
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	5.288,62	0,00	5.288,62 D

## Balancete Geral ( Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2021

Data Contab.: 31-12-2021

Lançamento: TODOS

Conta	Descrição	Fim - fim			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
415	Outros Investimentos Fina	0,00	0,00	0,00	5 288,62	0,00	5 288,62 D
4158	Outros	0,00	0,00	0,00	5 288,62	0,00	5 288,62 D
41584	Fundos	0,00	0,00	0,00	5 288,62	0,00	5 288,62 D
415841	Fundo Compensacao do Trab	0,00	0,00	0,00	5 288,62	0,00	5 288,62 D
	Soma Líquida	0,00	0,00	0,00	5 288,62	0,00	5 288,62 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	0,00	0,00	0,00	33 617,91	17 968,19	15 649,72 D
434	Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00	23 837,44	0,00	23 837,44 D
4341	Equip Transporte Ligeros	0,00	0,00	0,00	23 837,44	0,00	23 837,44 D
43411	Equip Transp Lig-N/Reaval.	0,00	0,00	0,00	23 837,44	0,00	23 837,44 D
434111	Eq Transporte-Ligeiros-M	0,00	0,00	0,00	23 837,44	0,00	23 837,44 D
4341119	Eq Transp Lig MN-F/iva	0,00	0,00	0,00	23 837,44	0,00	23 837,44 D
43411191	Eq Transp Lig MN-F/iva-No	0,00	0,00	0,00	23 837,44	0,00	23 837,44 D
435	Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	5 475,47	0,00	5 475,47 D
4353	Maquinas Escritorio	0,00	0,00	0,00	5 475,47	0,00	5 475,47 D
43531	Maq Escritorio-N/Reavalia	0,00	0,00	0,00	5 475,47	0,00	5 475,47 D
435311	Maquinas Escritorio-M Nec	0,00	0,00	0,00	5 475,47	0,00	5 475,47 D
4353119	Mq Escritorio MN-F/iva	0,00	0,00	0,00	5 475,47	0,00	5 475,47 D
437	Outros Activos Fixos Tang	0,00	0,00	0,00	4 305,00	0,00	4 305,00 D
4371	Equipamentos Diversos	0,00	0,00	0,00	4 305,00	0,00	4 305,00 D
43711	Equipamentos Diversos-N/R	0,00	0,00	0,00	4 305,00	0,00	4 305,00 D
437111	Eq Diversos-M Nacional	0,00	0,00	0,00	4 305,00	0,00	4 305,00 D
4371111	Eq Diversos-MN-C/iva	0,00	0,00	0,00	4 305,00	0,00	4 305,00 D
438	Depreciaco es Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	17 968,19	17 968,19 C
4384	Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	11 918,72	11 918,72 C
43841	Equipam Transp-Ligeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	11 918,72	11 918,72 C
438411	Equipam Transp-Ligeiro-n	0,00	0,00	0,00	0,00	11 918,72	11 918,72 C
4384111	Equip Transp Lig n/Reav	0,00	0,00	0,00	0,00	11 918,72	11 918,72 C
4385	Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	5 475,47	5 475,47 C
43853	Maquinas de Escritorio	0,00	0,00	0,00	0,00	5 475,47	5 475,47 C
438531	Maquinas de Escritorio-n/	0,00	0,00	0,00	0,00	5 475,47	5 475,47 C
4387	Outros Activos Fixos Tang	0,00	0,00	0,00	0,00	574,00	574,00 C
43871	Equipamentos Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	574,00	574,00 C
438711	Equipamentos Diversos n/R	0,00	0,00	0,00	0,00	574,00	574,00 C
4387111	Equipamentos Div-n/Reavali	0,00	0,00	0,00	0,00	574,00	574,00 C
	Soma Líquida	0,00	0,00	0,00	33 617,91	17 968,19	15 649,72 D
44	ACTIVOS INTANGIVEIS	0,00	0,00	0,00	2 294,32	2 294,32	0,00
443	Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	2 294,32	0,00	2 294,32 D
4431	Progr Computador N/Reavali	0,00	0,00	0,00	2 294,32	0,00	2 294,32 D
44311	Progr Computador M Nacional	0,00	0,00	0,00	2 294,32	0,00	2 294,32 D
443119	Progr Computador MN-F/iva	0,00	0,00	0,00	2 294,32	0,00	2 294,32 D
448	Amortizacoes Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	2 294,32	2 294,32 C
4483	Amortiz Acumi-Progr Compu	0,00	0,00	0,00	0,00	2 294,32	2 294,32 C
	Soma Líquida	0,00	0,00	0,00	2 294,32	2 294,32	0,00
51	FUNDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	14 400,00	14 400,00 C
511	FUNDOS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	14 400,00	14 400,00 C
5111	ENTIDADES PUBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	3 600,00	3 600,00 C
5111018	MUNICIPIO DE LOURES	0,00	0,00	0,00	0,00	1 200,00	1 200,00 C
5111019	MUNICIPIO DE MAFRA	0,00	0,00	0,00	0,00	1 200,00	1 200,00 C
5111021	MUNICIPIO DE SINTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	1 200,00	1 200,00 C
5112	ENTIDADES OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	10 800,00	10 800,00 C
511201	ADEGA COOP AZUEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511202	ADEGA REG DE COLARES	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511203	ASS AGRICULT CONE MAFRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511204	ASS BENEF DE LOURES	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511205	ACISM ASS COM IND CONE MA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511206	AGROCOL	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511207	AECSCLO	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511208	ASINTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511209	CCAM LOURES SINTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511210	CCAM MAFRA CRL	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511211	CEMTEL	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C

## Balancete Geral ( Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2021

Valores em EUR

Data Contab 31-12-2021

Lançamento: &lt;TODOS&gt;

Conta	Descrição	Fim - Fim			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
511212	CENTRO S.P.S JOAO LAMPAS	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511213	CENTRO S.P.SAO PEDRO LOUS	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511214	COMISSAO VITIVI REG LISBO	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511215	COOP AGRIC DE LOURES CAL	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511216	FRUTOESTE COOP AGRIC	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511217	MARL	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
511221	SANTA C. M. MAFRA	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.400,00</b>	<b>14.400,00 C</b>
55	RESERVAS	0,00	0,00	0,00	1.616,53	1.616,53	0,00
551	Reservas Legais	0,00	0,00	0,00	1.616,53	1.616,53	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.616,53</b>	<b>1.616,53</b>	<b>0,00</b>
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	46.417,56	46.417,56 C
561	Resultados Transitados	0,00	0,00	0,00	0,00	46.417,56	46.417,56 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46.417,56</b>	<b>46.417,56 C</b>
62	FORNECIMENTOS E SERV COS	0,00	0,00	0,00	15.704,62	15.704,62	0,00
622	Servicos Especializados	0,00	0,00	0,00	3.178,54	3.178,54	0,00
6221	Trabalhos Especializados	0,00	0,00	0,00	2.546,10	2.546,10	0,00
62211	Trabalhos Especializados	0,00	0,00	0,00	110,70	110,70	0,00
622119	Trab Especializ -A Reclas	0,00	0,00	0,00	110,70	110,70	0,00
62212	Trab Especializ -GESTECLA	0,00	0,00	0,00	2.435,40	2.435,40	0,00
622121	Serv GESTECLA C/iva	0,00	0,00	0,00	2.435,40	2.435,40	0,00
6222	Publicidade e Propaganda	0,00	0,00	0,00	332,10	332,10	0,00
62229	Publicid Propag s/Ded	0,00	0,00	0,00	332,10	332,10	0,00
6226	Conservacao e Reparacao	0,00	0,00	0,00	300,34	300,34	0,00
62261	Conservacao e Reparacao	0,00	0,00	0,00	300,34	300,34	0,00
622617	Conserv Reparac s/Ded	0,00	0,00	0,00	300,34	300,34	0,00
623	Materiais	0,00	0,00	0,00	1.164,11	1.164,11	0,00
6231	Ferramentas/Utensilios De	0,00	0,00	0,00	262,30	262,30	0,00
62311	Ferram Utensilios C/ va	0,00	0,00	0,00	178,35	178,35	0,00
62319	Ferram Utensilios s/Ded	0,00	0,00	0,00	83,95	83,95	0,00
6233	Material de Escritorio	0,00	0,00	0,00	895,81	895,81	0,00
62339	Mat Escritorio s/Ded	0,00	0,00	0,00	895,81	895,81	0,00
6234	Artigos para Oferta	0,00	0,00	0,00	6,00	6,00	0,00
62349	Artigos p/Oferta s/Ded	0,00	0,00	0,00	6,00	6,00	0,00
624	Energia e Fluidos	0,00	0,00	0,00	1.347,03	1.347,03	0,00
6242	Combustiveis	0,00	0,00	0,00	1.347,03	1.347,03	0,00
62421	Combustiveis Transportes	0,00	0,00	0,00	1.347,03	1.347,03	0,00
624219	Combustiv Transp s/Ded	0,00	0,00	0,00	1.347,03	1.347,03	0,00
625	Deslocacoes Estadas e Tr	0,00	0,00	0,00	3.070,08	3.070,08	0,00
6251	Deslocaoes e Estadas	0,00	0,00	0,00	3.070,08	3.070,08	0,00
62512	Deslocaoes Estadas Art21	0,00	0,00	0,00	2.770,08	2.770,08	0,00
625121	Desloc Estadas-Art21-Norm	0,00	0,00	0,00	1.347,00	1.347,00	0,00
625122	Dist.Viat Pr Art21-Base Tr	0,00	0,00	0,00	1.423,08	1.423,08	0,00
62514	Deslocaoes e Estadas UE	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00
625142	Desloc Estadas UE Total	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00
626	Servicos Diversos	0,00	0,00	0,00	6.944,86	6.944,86	0,00
6261	Rendas e Alugueres	0,00	0,00	0,00	2.930,15	2.930,15	0,00
62613	Outras Rendas	0,00	0,00	0,00	2.930,15	2.930,15	0,00
626131	Rendas Terrenos e Edific	0,00	0,00	0,00	2.400,00	2.400,00	0,00
6261316	Rendas Terr Ed. I. Ise. Arto	0,00	0,00	0,00	2.400,00	2.400,00	0,00
626132	Portagens e Parquesamentos	0,00	0,00	0,00	530,15	530,15	0,00
6261328	Portag Parquem s/Deducac	0,00	0,00	0,00	530,15	530,15	0,00
6262	Comunicacao	0,00	0,00	0,00	15,60	15,60	0,00
62621	Correio	0,00	0,00	0,00	15,60	15,60	0,00
626216	Correio Isenio Arto Ba	0,00	0,00	0,00	15,60	15,60	0,00
6263	Seguros	0,00	0,00	0,00	578,11	578,11	0,00
626301	Seguros Automovel	0,00	0,00	0,00	553,36	553,36	0,00
6263013	Seguros-Automovel-Outros	0,00	0,00	0,00	553,36	553,36	0,00
626305	Seguros Multirrisicos	0,00	0,00	0,00	24,75	24,75	0,00
6268	Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	3.421,00	3.421,00	0,00
62683	Faixas e Exposicoes	0,00	0,00	0,00	721,00	721,00	0,00

## Balancete Geral ( Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2021

Data Contab. : 31-12-2021

Lançamento : TODOS

Valores em EUR

Conta	Descrição	Fim		Saldo	Acumulado		Saldo
		Mov. Débito	Mov. Crédito		Mov. Débito	Mov. Crédito	
626839	Festas e Exposições s/Ded	0,00	0,00	0,00	721,00	721,00	0,00
62686	Desp Promocao Comerc	0,00	0,00	0,00	2.700,00	2.700,00	0,00
626869	Desp Feira Comerc s/Ded	0,00	0,00	0,00	2.700,00	2.700,00	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.704,62</b>	<b>15.704,62</b>	<b>0,00</b>
63	<b>GASTOS COM O PESSOAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>174.483,32</b>	<b>174.483,32</b>	<b>0,00</b>
631	Remunerações dos Orgaos	0,00	0,00	0,00	62,75	62,75	0,00
6311	Remunerações Gerencia	0,00	0,00	0,00	62,75	62,75	0,00
631104	Ajudas de Custo	0,00	0,00	0,00	62,75	62,75	0,00
6311041	Ajudas Custo TribAutonome	0,00	0,00	0,00	62,75	62,75	0,00
632	Remunerações do Pessoal	0,00	0,00	0,00	141.401,81	141.401,81	0,00
6321	Escritorio	0,00	0,00	0,00	44.008,60	44.008,60	0,00
632103	Remunerações Normais E...	0,00	0,00	0,00	31.719,12	31.719,12	0,00
632107	Subsidios Ferias-Escrit	0,00	0,00	0,00	2.643,26	2.643,26	0,00
632103	Subsidios Natal-Escrit	0,00	0,00	0,00	2.643,26	2.643,26	0,00
632104	Ajudas de Custo-Escrit	0,00	0,00	0,00	690,89	690,89	0,00
6321041	Ajudas Custo-Escrit-TribA	0,00	0,00	0,00	690,89	690,89	0,00
632106	Subsid A Imenucao-Escrit	0,00	0,00	0,00	1.025,55	1.025,55	0,00
632120	Per Sub Fer -Reg Alum Cust	0,00	0,00	0,00	5.286,52	5.286,52	0,00
6322	Producao	0,00	0,00	0,00	97.393,21	97.393,21	0,00
632201	Remunerações Normais Produ	0,00	0,00	0,00	70.441,08	70.441,08	0,00
632201	Subsidios Ferias-Produc	0,00	0,00	0,00	5.870,09	5.870,09	0,00
632203	Subsidios Natal-Produc	0,00	0,00	0,00	5.870,09	5.870,09	0,00
632204	Ajudas de Custo-Produc	0,00	0,00	0,00	175,70	175,70	0,00
6322041	Ajudas Custo-Produc-TribA	0,00	0,00	0,00	175,70	175,70	0,00
632206	Subsid Alimentacao-Produc	0,00	0,00	0,00	3.296,07	3.296,07	0,00
632220	Per Sub Fer -Reg Alum Cust	0,00	0,00	0,00	11.740,18	11.740,18	0,00
635	Encargos s/Remunerações	0,00	0,00	0,00	30.699,12	30.699,12	0,00
6352	Pessoal	0,00	0,00	0,00	10.699,12	10.699,12	0,00
63521	Escritorio	0,00	0,00	0,00	10.474,91	10.474,91	0,00
635211	Taxa Social Unica -Escrit	0,00	0,00	0,00	9.201,54	9.201,54	0,00
635217	Fundos Compens Garantia T	0,00	0,00	0,00	17,82	17,82	0,00
6352173	Fundo Garantia Compens Tr	0,00	0,00	0,00	17,82	17,82	0,00
635219	Enc C/Fer-Reg Alum Custo E	0,00	0,00	0,00	1.255,55	1.255,55	0,00
63522	Producao	0,00	0,00	0,00	20.224,21	20.224,21	0,00
635221	Taxa Social Unica -Produc	0,00	0,00	0,00	17.377,68	17.377,68	0,00
635227	Fundos Compens Garantia T	0,00	0,00	0,00	58,74	58,74	0,00
6352272	Fundo Garantia Compens Tr	0,00	0,00	0,00	58,74	58,74	0,00
635229	Enc C/Fer-Reg Alum Custo-P	0,00	0,00	0,00	2.788,29	2.788,29	0,00
636	Seguros Ac Trabalho Doenc	0,00	0,00	0,00	1.345,19	1.345,19	0,00
6362	Pessoal	0,00	0,00	0,00	1.345,19	1.345,19	0,00
63622	Producao	0,00	0,00	0,00	1.345,19	1.345,19	0,00
636221	Seguro Ac Trabalho Produc	0,00	0,00	0,00	1.345,19	1.345,19	0,00
638	Outros Gastos com o Pesso	0,00	0,00	0,00	974,45	974,45	0,00
6382	Pessoal	0,00	0,00	0,00	974,45	974,45	0,00
63821	Escritorio	0,00	0,00	0,00	32,20	32,20	0,00
638213	Isentos de Iva	0,00	0,00	0,00	32,20	32,20	0,00
63821302	Form Tecnica Isentos IREE	0,00	0,00	0,00	32,20	32,20	0,00
63822	Producao	0,00	0,00	0,00	942,25	942,25	0,00
638221	Com Iva Dedutivel	0,00	0,00	0,00	942,25	942,25	0,00
63822102	Formacao Tecnica -Produc	0,00	0,00	0,00	942,25	942,25	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>174.483,32</b>	<b>174.483,32</b>	<b>0,00</b>
64	<b>GASTOS DE DEPNEC E DE AMO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>574,00</b>	<b>574,00</b>	<b>0,00</b>
642	Activos Fixos Tangveis	0,00	0,00	0,00	574,00	574,00	0,00
6422	Outros Activos Fixos Tang	0,00	0,00	0,00	574,00	574,00	0,00
64221	Equipamentos Diversos	0,00	0,00	0,00	574,00	574,00	0,00
642211	Equipamentos Diversos -/R	0,00	0,00	0,00	574,00	574,00	0,00
6422111	Equipamentos Diversos -/R	0,00	0,00	0,00	574,00	574,00	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>574,00</b>	<b>574,00</b>	<b>0,00</b>
68	<b>OUTROS GASTOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.431,71</b>	<b>2.431,71</b>	<b>0,00</b>
681	Impostos	0,00	0,00	0,00	147,21	147,21	0,00
6812	Impostos Indirectos	0,00	0,00	0,00	147,21	147,21	0,00

## Balancete Geral ( Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2021

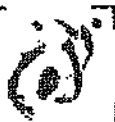
Data Contab : 31-12-2021

Lançamento &lt;TODOS&gt;

B

Valores em EUR

Conta	Descrição	Fim - Fim			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
68124	Imposto Unico Circulacao	0,00	0,00	0,00	147,21	147,21	0,00
681242	IUC-Outros Veiculos	0,00	0,00	0,00	147,21	147,21	0,00
688	Outros Gastos e Perdas-De	0,00	0,00	0,00	2.284,50	2.284,50	0,00
6881	Correccoes Relat.Exercic.	0,00	0,00	0,00	184,50	184,50	0,00
6881623	Fornecimentos e Serv Exte	0,00	0,00	0,00	184,50	184,50	0,00
6883	Quotizacoes	0,00	0,00	0,00	2.100,00	2.100,00	0,00
68831	Quotizacoes-Patronais	0,00	0,00	0,00	2.100,00	2.100,00	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.431,71</b>	<b>2.431,71</b>	<b>0,00</b>
69	<b>GASTOS DE FINANCIAMENTO</b>	0,00	0,00	0,00	656,08	656,08	0,00
698	Outros Gastos de Financia	0,00	0,00	0,00	656,08	656,08	0,00
6988	Outros	0,00	0,00	0,00	656,08	656,08	0,00
69881	Servicos Bancarios	0,00	0,00	0,00	196,52	196,52	0,00
698811	Servicos Bancarios com fa	0,00	0,00	0,00	196,52	196,52	0,00
69882	Garantias Bancarias	0,00	0,00	0,00	459,56	459,56	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>656,08</b>	<b>656,08</b>	<b>0,00</b>
72	<b>PRESTACOES DE SERVICOS</b>	0,00	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00	0,00
722	Comissoes	0,00	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00	0,00
7221	Comissoes-Mercad.Nacional	0,00	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00	0,00
722115	QUOTAS -MN-Arto 9o.	0,00	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.200,00</b>	<b>10.200,00</b>	<b>0,00</b>
75	<b>SUBSIDIOS,DOACOES E LEGADO</b>	0,00	0,00	0,00	169.883,57	169.883,57	0,00
751	Subs.,Doacoes e Legados	0,00	0,00	0,00	169.883,57	169.883,57	0,00
7511	Subsidios de entidades pu	0,00	0,00	0,00	169.883,57	169.883,57	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>169.883,57</b>	<b>169.883,57</b>	<b>0,00</b>
78	<b>OUTROS RENDIMENTOS</b>	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00
788	Outros Rendim. E Ganhos-O	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00
7888	Outros nao Especificados	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00
78888	Outros n/Especificados Di	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,03</b>	<b>0,03</b>	<b>0,00</b>
79	<b>JUROS, DIVIDENDOS, OUT REND</b>	0,00	0,00	0,00	2,50	2,50	0,00
791	Juros Obtidos	0,00	0,00	0,00	2,50	2,50	0,00
7911	De Depositos	0,00	0,00	0,00	2,50	2,50	0,00
	<b>Soma Líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2,50</b>	<b>2,50</b>	<b>0,00</b>
81	<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERI</b>	4.067,87	4.067,87	0,00	181.702,63	185.770,50	4.067,87 C
811	Resultado Antes de Impost	4.067,87	0,00	4.067,87 D	180.086,10	180.086,10	0,00
818	Resultado Liquido	0,00	4.067,87	4.067,87 C	1.616,53	5.684,40	4.067,87 C
	<b>Soma Líquida</b>	<b>4.067,87</b>	<b>4.067,87</b>	<b>0,00</b>	<b>181.702,63</b>	<b>185.770,50</b>	<b>4.067,87 C</b>
	<b>Soma Líquida</b>	<b>4.067,87</b>	<b>4.067,87</b>	<b>0,00</b>	<b>1.057.443,62</b>	<b>1.057.443,62</b>	<b>0,00</b>



**AMIUC**

*Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas*

## **Contas de Gerência 2021**



# AMIUC

Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

## 1 - INTRODUÇÃO

As contas de gerência e respetiva execução orçamental, permitem conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por classificação orgânica, ou sector de atividade.

O orçamento é constituído por receitas e despesas correntes, ou de funcionamento e gestão, e por receitas e despesas de capital, ou investimentos.

## 2 - MOVIMENTOS VERIFICADOS EM 2021

Para uma análise dos movimentos efetuados ao longo do ano 2021, atente-se nos valores apresentados nos seguintes quadros, anexados ao presente Relatório:

### Quadro 7.1 - (Despesas)

Corresponde ao registo e identificação de todos os movimentos e correspondentes valores, referentes a pagamentos efetuados neste ano;

### Quadro 7.1 - (Receita)

Corresponde ao registo de todos os movimentos referentes a valores recebidos em 2021, dos Municípios Associados;

### Quadro - (Reconciliação Bancária)

Concilia os movimentos registados contabilisticamente com os extratos bancários dos meses de janeiro a dezembro de 2021 (Millennium BCP).

## 3 - MAPAS FINAIS

Os Mapas Finais (em anexo), foram estruturados para permitir uma análise das despesas e receitas e respetiva percentagem de realização e correspondem a suportes documentais registados e arquivados, inerentes à Prestação de Contas de 2021, designadamente:

- I - Controlo Orçamental da Receita e % de realização;
- II - Controlo Orçamental da Despesa e % de realização;
- III - Reconciliação Bancária;
- IV - Balancete
- V - Revisão orçamental da Receita

*Handwritten notes:*  
m  
1.4  
b  
h  
f  
Z  
F  
P





# AMIUC

Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

## 4 - RESUMO DA ACTIVIDADE QUANTIFICADA EM 2021

Merece destaque sumário os seguintes aspetos respeitantes à atividade desenvolvida pela AMIUC no ano em apreciação:

- No exercício de 2021 foram cobradas as contribuições previstas e orçamentadas, referentes aos Municípios Associados que constituem atualmente a AMIUC.

Total de receitas 47.202.40 € (quarenta e sete mil, duzentos e dois euros e quarenta cêntimos), correspondendo a uma percentagem de realização de 101,53%.

(a diferença positiva deve-se ao pagamento de mais 711,90 do município do Cadaval, referente a 2020)

- As despesas realizadas em 2021, totalizaram 49.341.79 € (quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e um euros e setenta e nove cêntimos) e correspondem a uma percentagem de realização de 106,13%.
- A diferença negativa registada entre as receitas e despesas no ano em apreço, foi de (2.139,39€) (dois mil cento e trinta e nove euros e trinta e nove cêntimos).  
Esta diferença deve-se ao facto de terem registado despesas não previstas, nomeadamente, despesas jurídicas e bens duradouros.  
Este valor foi suportado pela conta positiva de depósitos à ordem.
- O saldo de gerência, no final de 2021, foi de 19.972,43 € (dezanove mil, novecentos e setenta e dois euros e quarenta e três cêntimos).
- De salientar que a AMIUC, a exemplo dos anos anteriores não apresenta endividamento líquido ou bancário.
- Os movimentos bancários estão devidamente reconciliados, com os extratos bancários.
- Têm sido apresentadas contas regularmente no Tribunal de Contas e no portal do SIAL.

X  
A  
6  
L  
K  
P  
P



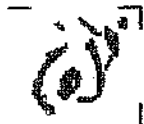
**AMIUC**

Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

X  
H  
1.6  
WZ  
h  
F  
Fazelo  
Proto

## ANEXOS

---



**AMIUC**

Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

X  
A  
C. G  
M  
h  
d  
Paulo  
Reto

**Quadro I –  
Controlo Orçamental da Receita e % de  
realização**

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Instituição: AMIUC - Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

C. Orgânica	Sec. Cap. Div. Svd. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Classificação Económica			Previsões Corrigidas (5)	Rec. por Cob. início do ano (6)	Receitas Liquidadas (7)	Liquidações Anuladas (8)	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e Restituições		Rec. por Cobrar no final do ano (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Grau % (16)
				Código	Sub. Rub.	Designação (5)					do Ano (9)	de Anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Emitidos (12)	Pagos (13)		
		012 036	540	06 05 01 01 78	Administração Local - Continente	46 490,50		47 202,40		47 202,40		47 202,40			47 202,40		102
				Total do Subagrupamento 05:			46 490,50		47 202,40		47 202,40				47 202,40		102
				Total Agrupamento 06:			46 490,50		47 202,40		47 202,40				47 202,40		102
				Total da Fonte de Financiamento 540:			46 490,50		47 202,40		47 202,40				47 202,40		102
		012 036		16 01 01	Saldo da Gerência Anterior - Na posse do Serviço	22 111,82											
				Total do Subagrupamento 01:			22 111,82										
				Total Agrupamento 16:			22 111,82										
				Total da Fonte de Financiamento 540:			22 111,82										
Total Geral:						68 602,32		47 202,40		47 202,40		47 202,40			47 202,40		69

*Handwritten signatures and initials:*  
 - "Zezinho" (with a checkmark)  
 - "Munyer"  
 - "A.C.C."  
 - "P" (with a checkmark)  
 - "A" (with a checkmark)  
 - "P" (with a checkmark)

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Receita

Anexo à Contas  
Série A Nº 1309

Instituição: AMUC - Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concedidas

O Responsável,

Em \_\_\_\_ de Março de 2022

---

O Conselho de Administração,

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

---

*Handwritten signatures and initials:*  
- A large signature on the left, possibly "Ferreira".  
- A signature in the middle, possibly "C. G.". *Handwritten text: "C. G. 2022"*  
- A signature on the right, possibly "Muniz".  
- Initials "AK" on the far right.



**AMIUC**

Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

A  
Un. 104  
6  
R  
h  
2  
P  
P

**Quadro II –  
Controlo Orçamental da Despesa e % de  
realização**

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Anexo à Circular  
Béns A Nº 1300

Instituição: AMIUC - Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

Ano: 2021

C. Orgânica	Sec. Cap. Div. Súd. (1)	Prog. Med. (2)	Font. Fin. (3)	Class. Func. (4)	Classificação Económica		Act. (6)	Projecto-Região	Dotações corrigidas (7)	Cativos ou congelamentos (8)	Compromissos Assumidos (9)	Despesas pagas			Diferenças		Grau % (16)	
					Código AL Sub.	Designação (5)						do Ano (10)	de Anos Ant. (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldos (14)=(7)-(8)-(12)		Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)
		018 068	540		01 01 03	Pessoal dos Quadros - Regime Função Publica			23 876,76		23 876,76	23 509,41		23 509,41		367,35	367,35	98
					01 01 07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença			2 880,00		2 880,00	2 880,00		2 880,00				100
					Total do Subagrupamento 01:				26 756,76		26 756,76	26 389,41		26 389,41		367,35	367,35	99
					Total Agrupamento 01:				26 756,76		26 756,76	26 389,41		26 389,41		367,35	367,35	99
					Total da Fonte de Financiamento 540:				26 756,76		26 756,76	26 389,41		26 389,41		367,35	367,35	99
		018 068			01 03 05	A0 B0 Segurança Social			6 136,16		6 136,16	5 751,82		5 751,82		384,34	384,34	94
					Total do Subagrupamento 03:				6 136,16		6 136,16	5 751,82		5 751,82		384,34	384,34	94
					Total Agrupamento 01:				6 136,16		6 136,16	5 751,82		5 751,82		384,34	384,34	94
					Total da Fonte de Financiamento 540:				6 136,16		6 136,16	5 751,82		5 751,82		384,34	384,34	94
		018 068			02 01 08	C0 Outros - Material de Escritório			1 521,94		1 521,94	1 521,94		1 521,94				100
					Total do Subagrupamento 01:				1 521,94		1 521,94	1 521,94		1 521,94				100
					Total Agrupamento 02:				1 521,94		1 521,94	1 521,94		1 521,94				100
					Total da Fonte de Financiamento 540:				1 521,94		1 521,94	1 521,94		1 521,94				100
		018 068			02 02 01	Encargos das Instalações			6 477,08		6 477,08	6 477,08		6 477,08				100
					02 02 09	F0 Outros Serviços de Comunicações			4 137,44		4 137,44	4 137,44		4 137,44				100
					02 02 14	D0 Outros - Estudos, Pareceres, Projectos e Consultoria			4 394,54		4 394,54	4 394,54		4 394,54				100
					02 02 25	Outros Serviços			586,42		586,42	586,42		586,42				100
					Total do Subagrupamento 02:				15 595,48		15 595,48	15 595,48		15 595,48				100
					Total Agrupamento 02:				15 595,48		15 595,48	15 595,48		15 595,48				100
					Total da Fonte de Financiamento 540:				15 595,48		15 595,48	15 595,48		15 595,48				100
		018 068			03 06 01	Outros Encargos Financeiros			83,14		83,14	83,14		83,14				100
					Total do Subagrupamento 06:				83,14		83,14	83,14		83,14				100
					Total Agrupamento 03:				83,14		83,14	83,14		83,14				100
					Total da Fonte de Financiamento 540:				83,14		83,14	83,14		83,14				100
Total Geral									50 093,48		50 093,48	49 341,79		49 341,79		751,69	751,69	98

*Handwritten signatures and initials:*  
 Rui Pedro  
 A. M.  
 A.  
 A.

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - Despesa

Instituição: AMIUC - Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

O Responsável,

Em \_\_\_\_ de Março de 2022

---

O Conselho de Administração,

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

---

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Rafael', 'Mário', and 'Luis'.*





**AMIUC**

Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

X  
A  
c. 6

**Quadro III – Reconciliação Bancária 2021**

Luiz

Banco		Contabilidade	
SALDO A 31 de DEZEMBRO 2020 (1)	22.111,82	Saldo da Conta de Gerência (1)	19.972,43
Movimentos a Abater (2)	2.139,39	Movimentos a regularizar em 2020	0,00
Sub-Total	2.139,39	Sub-Total	0,00
Movimentos a Somar (3)	2.139,39	Movimentos e Somar (3)	0,00
Saldo Final(4) = (1)-(2)+(3)	19.972,43	Saldo Final(4) = (1)-(2)+(3)	19.972,43

h  
4  
Revisão  
Prato



**AMIUC**

Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

X  
A  
C. E  
h  
h  
P  
P  
P

**Quadro IV –  
Balancete**

Período: 2021010

Até: 2021121

Conta: 112

Até: 899999

Conta	Designação	Movimento do Mês		Movimento Acumulado		Saldo
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
12	Depósitos à ordem	5,638.25	4,024.79	69,314.22	49,341.79	19,972.43
122	Depósitos bancários à Ordem	5,638.25	4,024.79	69,314.22	49,341.79	19,972.43
12201	MILLENIUM BCP	5,638.25	4,024.79	69,314.22	49,341.79	19,972.43
2	Contas a receber e a pagar	9,663.04	8,911.36	97,062.39	97,814.08	-751.69
21	Clientes contribuintes e utentes	5,638.25	5,638.25	47,202.40	47,202.40	
211	Clientes cc	5,638.25	5,638.25	47,202.40	47,202.40	
2111	Clientes cc	5,638.25	5,638.25	47,202.40	47,202.40	
21111	Clientes Nacionais	5,638.25	5,638.25	47,202.40	47,202.40	
211110001	MUNICIPIO DO CADAVAL	711.90	711.90	1,423.80	1,423.80	
211110002	MUNICIPIO DE ODIVELAS			7,187.75	7,187.75	
211110003	MUNICIPIO DE ARRUDA DOS VINHOS			670.40	670.40	
211110004	MUNICIPIO DE LOURES			9,974.70	9,974.70	
211110005	MUNICIPIO DE VILA FRANCA DE XIRA			6,825.50	6,825.50	
211110006	MUNICIPIO DE ALENQUER			2,163.35	2,163.35	
211110007	MUNICIPIO DE CASCAIS			10,255.85	10,255.85	
211110008	MUNICIPIO DE AZAMBUJA	1,088.90	1,088.90	1,088.90	1,088.90	
211110009	MUNICIPIO DE MAFRA	3,837.45	3,837.45	3,837.45	3,837.45	
211110010	MUNICIPIO DE TORRES VEDRAS			3,774.70	3,774.70	
22	Fornecedores	913.66	913.66	16,498.61	16,498.61	
221	Fornecedores cc	913.66	913.66	16,498.61	16,498.61	
2211	Fornecedores CC	913.66	913.66	16,498.61	16,498.61	
22111	Fornecedores CC Nacionais	913.66	913.66	16,498.61	16,498.61	
221110000	Fornecedores Gerais	104.39	104.39	2,279.33	2,279.33	
221110001	Banco Comercial Portugues S A	83.14	83.14	182.24	182.24	
221110002	Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia S.A.	91.13	91.13	1,042.81	1,042.81	
221110003	Ilda Maria Fernandes Pires	240.00	240.00	2,880.00	2,880.00	
221110004	Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa			2,549.54	2,549.54	
221110005	Clara Maria Pereira dos Santos Rodrigues			498.53	498.53	
221110006	Imprensa Nacional - Casa da Moeda S A			150.00	150.00	
221110009	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.			288.62	288.62	
221110013	Fnac Portugal - Lda			798.99	798.99	
221110014	Centralgest - Produção de Software Sa			1,088.55	1,088.55	
221110016	Condomínio Administração Lt 48	395.00	395.00	4,740.00	4,740.00	
23	Pessoal	1,294.44	1,294.44	18,147.13	18,147.13	
232	Adiantamentos	1,294.44	1,294.44	18,147.13	18,147.13	
2322	Pessoal	1,294.44	1,294.44	18,147.13	18,147.13	
24	Estado e outros entes públicos	1,560.01	808.33	11,632.30	12,383.99	751.69
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	378.68	189.34	3,039.74	3,229.08	-189.34
2421	IRS - Dependentes	378.68	189.34	2,521.54	2,710.88	-189.34
2422	IRS - Independentes			518.20	518.20	
245	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	1,181.33	618.99	8,592.56	9,154.91	562.35

Período: 2021010

Até: 2021121

Conta: 112

Até: 899999

Conta	Designação	Movimento do Mês		Movimento Acumulado		Saldo
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
2451	Sistemas de proteção social			489.09	489.09	
24511	Sistemas de proteção social - Parte Trabalhador	356.02	178.01	2,314.13	2,492.14	-178.01
24512	Sistemas de proteção social - Parte Patronal	768.67	384.34	4,996.39	5,380.73	-384.34
2452	Subsistemas de Saúde	56.64	56.64	792.95	792.95	
24521	ADSF	56.64	56.64	792.95	792.95	
27	Outras contas a receber e a pagar	256.68	256.68	3,581.95	3,581.95	
278	Outros devedores e credores	256.68	256.68	3,581.95	3,581.95	
2789	Outros	256.68	256.68	3,581.95	3,581.95	
27892	Outros credores	256.68	256.68	3,581.95	3,581.95	
278929	Outros credores-Outros	256.68	256.68	3,581.95	3,581.95	
278929001	DUARTE NUNO ALVES CLIMACO PINTO	256.68	256.68	2,925.00	2,925.00	
278929002	GRACINDA MARIA VELOSO DA SILVA			656.95	656.95	
6	Gastos	3,273.11		50,093.48		50,093.48
62	Fornecimentos e serviços externos	1,170.34		20,080.56		20,080.56
622	Serviços especializados			2,085.00		2,085.00
6221	Trabalhos especializados			2,085.00		2,085.00
62211	Estudos pareceres e consultoria jurídica			1,845.00		1,845.00
622111	Estudos pareceres e consultoria jurídica - MN			1,845.00		1,845.00
62211119	Estudos pareceres e consultoria jurídica - MN - Especialização			1,845.00		1,845.00
62219	Outros trabalhos especializados			240.00		240.00
622191	Outros trabalhos especializados - MN			240.00		240.00
62219113	Outros trabalhos especializados - MN - Tx Normal			240.00		240.00
623	Materiais de consumo	104.39		1,233.32		1,233.32
6233	Material de escritório	104.39		1,233.32		1,233.32
62331	Material de escritório - MN	104.39		1,233.32		1,233.32
6233110	Material de escritório - MN - Isentos	104.39		1,233.32		1,233.32
626	Serviços diversos	1,065.95		16,762.24		16,762.24
6261	Rendas e alugueres	395.00		4,345.00		4,345.00
62611	Rendas e alugueres - MN	395.00		4,345.00		4,345.00
6261110	Rendas e alugueres - MN - Isento	395.00		4,345.00		4,345.00
6262	Comunicação	91.13		185.57		185.57
62621	Comunicação - MN	91.13		185.57		185.57
6262110	Comunicação - MN - Isento	91.13		185.57		185.57
6269	Outros serviços	579.82		12,231.67		12,231.67
62691	Outros serviços - MN	579.82		12,231.67		12,231.67
6269110	Outros serviços - MN - Isento	256.68		3,976.95		3,976.95
6269113	Outros serviços - MN - Tx Normal			2,549.54		2,549.54
6269115	Outros serviços - MN - Não Ded	323.14		5,705.18		5,705.18
63	Gastos com o pessoal	2,102.77		29,523.83		29,523.83
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos			266.34		266.34

## 002 - AMIUC - Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas

Contribuinte: 503322148

## Balancete de Contabilidade de 2021 Dezembro - Normal

Moeda EURO

Período: 2021010

Até: 2021121

Conta: 112

Até: 899999

Conta	Designação	Movimento do Mês		Movimento Acumulado		Saldo
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
6301	Remunerações certas e permanentes			266.34		266.34
63019	Outras			266.34		266.34
632	Remunerações do pessoal	1,718.43		23,876.76		23,876.76
6321	Remunerações certas e permanentes	1,718.43		23,876.76		23,876.76
63211	Remuneração base	1,618.26		19,419.12		19,419.12
632111	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato	1,618.26		19,419.12		19,419.12
63212	Subsídio de férias			1,618.26		1,618.26
6321201	Subsídio de férias			1,618.26		1,618.26
63213	Subsídio de Natal			1,618.26		1,618.26
63215	Subsídio de refeição	100.17		1,221.12		1,221.12
635	Encargos sobre remunerações	384.34		5,380.73		5,380.73
6351	Sistemas de proteção social	384.34		5,380.73		5,380.73
635121	Sistemas de proteção social - Pessoal em qualquer outra situação	384.34		5,380.73		5,380.73
6351211	Sistemas de proteção social - Pessoal em qualquer outra situação	384.34		5,380.73		5,380.73
68	Outros gastos e perdas			489.09		489.09
688	Outros			489.09		489.09
6881	Correções relativas a períodos anteriores			489.09		489.09
68819	Outras			489.09		489.09
688191	Outras - MN			489.09		489.09
68819110	Outras - MN - Isento			489.09		489.09
7	Rendimentos		5,638.25		47,202.40	-47,202.40
75	Transferências e subsídios correntes obtidos		5,638.25		47,202.40	-47,202.40
753	Subsídios de Outras Entidades		5,638.25		47,202.40	-47,202.40
7531	Subsídios de Outras Entidades - Mercado Nacional		5,638.25		47,202.40	-47,202.40
75310	Subsídios de Outras Entidades - MN - Isento		5,638.25		47,202.40	-47,202.40
	<b>Totais:</b>	<b>18,574.40</b>	<b>18,574.40</b>	<b>216,470.09</b>	<b>194,358.27</b>	<b>22,111.82</b>



**AMIUC**

Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

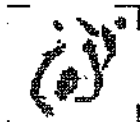
**Quadro V –  
Revisão Orçamental**

Tendo sido aprovada a Proposta de Orçamento da AMIUC, em 18/11/2021 para o ano de 2022, não foram considerados os valores corretos dos Censos de 2021, pois a sua publicitação foi posterior a esta aprovação.

Sendo os Censos uma base importante para o cálculo da Contribuição Estatutária a pagar pelos municípios a esta associação, procede-se a esta revisão orçamental.

Assim as receitas cobradas em 2022, têm um valor de 48.223,10, mais 1.732,60 que no ano de 2021.

X  
H  
c. 9  
luh  
h  
P  
R  
K



**AMIUC**

Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas

A.  
X  
P  
P  
P

Março de 2022



Paulo  
Ferreira  
Luis  
C. G.  
AA  
h  
f

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

O Relatório de Atividades e Contas do Conselho Diretivo, destaca no ano 2021, como habitualmente, os factos mais relevantes da sua atividade, nomeadamente as questões em torno da uniformização dos procedimentos municipais, em relação às concessionárias das redes de Gás, da cobrança de **Taxas Municipais** aos operadores de infraestruturas urbanas, o projeto económico e ambiental do uso de **Viaturas a Gás Natural**, e o conjunto de projetos constante no Plano de Atividades e Orçamento, aprovado para o ano de 2022, que enumeramos:

1. Grande parte da atividade da AMIUC, no ano de 2021, decorreu em torno da aplicação da TOS sobre as condutas de Gás Natural e da clarificação do que, por condutas, se entende como redes e ramais no Subsolo Urbano do Domínio Público Municipal, nomeadamente de Gás Natural ou Propano, Comunicações, Eletricidade, Água Potável, Esgotos Domésticos e Pluviais;
2. A Publicação da **Lei n.º 75-B/2020 (OE para 2021)** levou o **Ministério das Finanças** a emitir o **Despacho n.º 315/2021**, referente à TOS, que determina no art.º 133.º, a **“A proibição de repercutir a TOS e a TMDP nas faturas dos consumidores finais”**, como há muito a AMIUC e a ANMP veem defendendo, o que constitui um facto de grande relevância para salvaguardar os direitos e objetivos dos Municípios.

Em anteriores deliberações nos OE não constavam as duas normas imperativas (n.ºs 2 e 3), do artigo 133.º, o que permitiu que a Administração Central, sistematicamente, tenha incumprido o deliberado pela AR, sobre esta matéria.

Estas duas disposições, deixam claro que o disposto no n.º 2 *“tem carácter imperativo, e de efeito imediato, sobrepondo-se a qualquer legislação, resolução ou regulamento em vigor que o contrarie”*.

Mas o mais significativo está no Ponto 3, quando determina que: **“No primeiro trimestre de 2021, o Governo procede às alterações à legislação necessária à concretização do disposto no n.º 1”**.

O referido Despacho n.º 315/2021, referente à TOS, pretende dar cumprimento ao deliberado pela AR, contemplado no OE de 2017, o que corresponde à primeira vez que, a Assembleia da República legislou sobre esta matéria. Pelos gabinetes dos Ministro de Estado e das Finanças, da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática foi emitido o **Despacho** para alterar o quadro legal da taxa municipal de ocupação do subsolo (**TOS**), atualmente em vigor, constituindo para o efeito um **Grupo de Trabalho (GT)**.





Paulo  
Pinto X  
Luis  
C. G.  
A h  
f

O referido GT é constituído por representantes de 7 Entidades e 15 elementos, sendo 2 em representação da ANMP. Não obstante ter sido constituído para dar resposta ao que consta no OE de 2017, terá de contemplar o deliberado no OE para 2021, documento este mais imperativo e clarificador do assunto em causa.

Posteriormente, pelo Despacho Conjunto n.º 5983/2021, de 01.06.2021, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 117, de 18.06.2021 foi prorrogado o mandato daquele GT por mais 3 meses, com efeitos desde o dia 12 de maio de 2021.

Uma vez que, o objetivo do GT continua a manter-se atual e não se encontrando concluído, em novembro de 2021 a AMIUC enviou ofícios à ANMP e aos Ministérios que constituíram o GT (de Estado e das Finanças, da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Ambiente e da Ação Climática) solicitando a prorrogação do mandato do GT e que o objetivo do mesmo fosse alargado, nomeadamente no sentido de uniformizar o regime das taxas devidas pelas ocupações dos domínios público e privado municipais por parte dos diversos operadores de redes de infraestruturas urbanas, de modo a alcançar-se uma desejável coerência legal e regulamentar para simplificação e transparência da matéria.

3. A aprovação do texto do art.º 85.º, que estava contemplado no OE para 2017, reconhecendo o direito dos municípios de cobrar uma Taxa Municipal pelos cabos de Comunicações alojados nas condutas implantadas no subsolo urbano do domínio público municipal.

Destacamos ainda que, na abordagem desta questão com a Administração Central, tem-se vindo a defender que a metodologia na aplicação da TOS, nas comunicações, seja igual à aplicada nas Redes de Gás Natural, sem fazer distinção se a rede é de propriedade do operador da mesma ou do município. O Estudo Comparativo da aplicação da TOS sobre as Infraestruturas de Gás Natural, Comunicações e Eletricidade, em França e Espanha, elaborado sob coordenação do Dr. Gonçalo Ribeiro da Costa, corrobora o que a AMIUC tem vindo a defender, junto da DGEG, ERSE e ANACOM, assim como na Assembleia da República com os Grupos Parlamentares.

Na sequência da reunião com os técnicos da Secretaria de Estado das Autarquias Locais sobre o artigo 246.º do OE para 2019 foi proposto que a AMIUC apresentasse uma proposta de Lei, sobre o Quadro Legal enquadrador das Taxas de Ocupação do subsolo.

A AMIUC aceitou o proposto e, através do consultor dr. Gonçalo Ribeiro da Costa foi elaborada uma proposta de legislação, sinteticamente nos seguintes termos: "É nossa convicção que a estratégia a desenvolver pela AMIUC deve ir no sentido de propor uma simplificação legislativa que ponha termo à atual teia de legislação, geradora de equívocos e de dificuldades práticas sobre o regime a adoptar pelos municípios", estratégia esta descrita na nossa informação 17/2018.



AMIUC

Facilo  
Prelis  
Am 12  
CG  
H  
K  
F

No Congresso da ANMP de 11 e 12 de dezembro de 2021 foi apresentada pela AMIUC uma Moção (aprovada com 1 abstenção e sem votos contra), com o objetivo do próximo Governo da República incluir na Proposta de Orçamento do Estado para 2022 uma norma que, no imediato e sem necessidade de regulamentação, proíba que a taxa municipal de ocupação de subsolo seja contemplada na fatura dos consumidores.

4. Com o objetivo de implantar e consolidar a cobrança TOS a outras infraestruturas, foi proposto aos Municípios associados que incluíssem nos Regulamentos Municipais de Urbanização e Edificação, para posterior inclusão nos Alvarás de Loteamento, as "Condições Particulares relativas à execução de obras de urbanização".

A cobrança desta Taxa prende-se com a importância de assegurar os direitos dos municípios pelo uso de infraestruturas de sua propriedade, impedindo a duplicação das mesmas, em prejuízo do uso excessivo do espaço canal do subsolo urbano e das necessidades de outros operadores, gestão esta que é da responsabilidade dos Municípios.

A AMIUC disponibilizou-se para reunir com os técnicos municipais, responsáveis pela elaboração dos regulamentos dos municípios, para garantir que a medida fosse concretizada, ou clarificar eventuais dúvidas. Até ao momento não houve resposta para esta questão que se considera estratégica.

5. Manteve-se o objetivo de associar mais municípios à AMIUC, nomeadamente todos os municípios das Área Metropolitana de Lisboa, Médio Tejo e Península de Setúbal, tendo alguns considerado importante a atividade da AMIUC mas, até à data, não formalizaram a sua adesão, nomeadamente Peniche que solicitou a adesão com pedido de documentação para deliberação, mas ainda sem concretização.

Tendo sido em tempos tomada a decisão, de facultar documentação da atividade da AMIUC somente aos municípios associados, verifica-se que não conduziu a novas filiações pelo que, se recomendaria voltar a facultar aos municípios não associados da área Metropolitana de Lisboa, Médio Tejo e Península de Setúbal, a documentação regularmente publicada pela AMIUC, como incentivo à sua associação.

A filiação de novos associados permitiria baixar o valor atual de 5 cêntimos por habitante, para 4 ou 3 cêntimos.

6. O confinamento resultante do Estado de Emergência, vivido parcialmente este ano, condicionou reuniões e ações em curso. Ainda durante o ano de 2021 foi produzida diversa documentação nomeadamente, informações solicitadas pelos Municípios Associados com destaque para a TOS assim como, para verificação e aferição da correta aplicação das Taxas.
7. Alteração dos Estatutos da Associação de **AMAGÁS** para **AMIUC – Associação de Municípios de Infraestruturas Urbanas Concessionadas**. A Escritura foi realizada em 15 de abril, visando disciplinar o uso do subsolo do Domínio Público,



Paulo  
Ferreira  
X  
Amg

H. k  
+

de modo a que cada uma das Infraestruturas, de Gás, Eletricidade e Comunicações Eletrónicas sejam geridas por um único operador, a quem as mesmas tenham sido concessionadas, e a quem unicamente competirá manter e conservar, facultando a utilização das mesmas aos diferentes comercializadores de Gás, Eletricidade e Comunicações Eletrónicas.

8. Em termos administrativos e técnicos foram produzidos 32 ofícios, 12 Informações técnicas, assim como o Relatório de Atividades e Contas de 2021 e o Plano de Atividades e Orçamento para 2022. Efetuaram-se ainda diversas deslocações a municípios associados para recolha de dados ou assinaturas e, regularmente, com a Presidente do Conselho Diretivo.
9. Quanto à execução Orçamental, remete-se os seguintes documentos em anexo com discriminação exaustiva referente à conta de Gerência de 2021:

#### Receitas

Foram cobrados € 47.202,40 aos Municípios Associados, que correspondente à percentagem de realização de 101,53%. Este valor e percentagem inclui a receita do município do Cadaval de 711,90 referente a 2020.

#### Despesas

Quanto às despesas totais foram de € 49.341,79.

O ligeiro acréscimo das Despesas em relação ao orçamentado, resultou da necessidade, imprevista, de recorrer a apoio jurídico no exterior e compra de bens duradouros (Solução Integrada ERP/Contabilidade, por imposição do Tribunal de Contas).

Neste ano, a diferença positiva entre os valores recebidos e o valor das despesas efetuadas foi de € 2.139,39.

O saldo de Gerência foi de € 19.972,43.

Paço D'Arcos, 8 de março de 2022

A Presidente do Conselho Diretivo

**Dora Patrícia da  
Silva Ferreira Pereira**

Assinado de forma digital por  
Dora Patrícia da Silva Ferreira  
Pereira  
Dados: 2022.03.09 11:52:28 Z

<b>GUIA DE REMESSA</b>
------------------------

<b>DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE</b>	<b>AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS</b>
-------------------------------	--

<b>GERÊNCIA</b>	<b>2021</b>
-----------------	-------------

<b>DOCUMENTOS ENVIADOS</b>
----------------------------

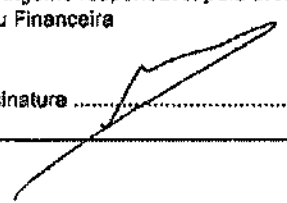
Montante anual de receita igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública	Montante anual de receita inferior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública	Montante anual de receita igual ou inferior ao limite definido pelo Tribunal de Contas para efeitos de dispensa da remessa de contas
--	---	--




Balanço Demonstração de Resultados Controlo Orçamental da despesa Controlo Orçamental da Receita Fluxos de Caixa Contas de Ordem Operações de Tesouraria Caracterização da Empresa Empréstimos Relatório de Gestão Acta de reunião em que foi aprovada a Conta Norma de controlo interno e suas alterações Síntese das reconciliações bancárias Relação nominal de responsáveis Certificação Legal de Contas	Controlo Orçamental da despesa Controlo Orçamental da Receita Fluxos de Caixa Contas de Ordem Caracterização da Empresa Empréstimos Relatório de Gestão Acta de reunião em que foi aprovada a Conta Norma de controlo interno e suas alterações Síntese das reconciliações bancárias Relação nominal de responsáveis	Fluxos de Caixa Acta de reunião em que foi aprovada a Conta Relação nominal de responsáveis
--	--	---

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura .....



**AMTRES**

**Balço em 31 de Dezembro de 2021**

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4,5	132 486 420,55	140 583 127,87
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras	22	6 364 545,37	6 341 040,58
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		<b>138 850 965,92</b>	<b>146 924 168,45</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	20	437,24	437,24
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	23 782,86	22 839,53
		24 220,10	23 276,77
<b>Total do Ativo</b>		<b>138 875 186,02</b>	<b>146 947 445,22</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital		37 453 221,21	37 453 221,21
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		-53 193 594,97	-50 422 682,96
Ajustamentos em ativos financeiros		58 739,00	
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido			
Resultado líquido do período		1 386 738,00	1 653 188,89
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>-14 294 896,76</b>	<b>-11 316 272,86</b>

M

**AMTRES**

Balanço em 31 de Dezembro de 2021

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	4	152 981 193,50	158 074 863,85
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
		152 981 193,50	158 074 863,85
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		2 967,89	2 502,10
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	28	185 921,39	186 352,13
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		188 889,28	188 854,23
<b>Total do Passivo</b>		<b>153 170 082,78</b>	<b>158 263 718,08</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>138 875 186,02</b>	<b>146 947 445,22</b>

## AMTRES

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2021

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões	4,13	6 960 543,57	7 173 151,70
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre	22	23 504,79	58 739,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	143 920,64	134 498,21
Variações nos Inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-26 758,03	-24 010,65
Gastos com pessoal	19	-111 150,99	-112 022,28
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos			
Outros gastos		-29 042,91	-18 138,68
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>6 961 017,07</b>	<b>7 212 217,30</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-5 573 972,71	-5 558 754,91
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>1 387 044,36</b>	<b>1 653 462,39</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-306,36	-273,50
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 386 738,00</b>	<b>1 653 188,89</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 386 738,00</b>	<b>1 653 188,89</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		1 386 738,00	1 653 188,89

# Execução Anual das Grandes Opções do Plano

**AMTRES**

Ano: 2021

(unidade: €)

(designação de autarquia local)

Obj	Prog	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)			
		Ano / Nº	Ação				RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total					
01				INSTALAÇÕES																			
01	01			Renovação de Instalações							01/2015	12/2020	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	01	2013/1		Arruamentos	01	07010401	E																
01	01	2013/2		Equipamento Informático	01	070107	A				01/2015	12/2020	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00	4 796,98	4 796,98	96,94	96,94	96,94	96,94	
01	01	2013/3		Equipamento Administrativo	01	070109	A				01/2015	12/2020	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Totais do Programa 01:										5 002,00	0,00	5 002,00	0,00	4 796,98	4 796,98	95,90	95,90	95,90	95,90
				Totais do Objetivo 01:										5 002,00	0,00	5 002,00	0,00	4 796,98	4 796,98	95,90	95,90	95,90	95,90



## Execução Anual das Grandes Opções do Plano

**AMTRES**

Ano: 2021

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Obj	Prog	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Desas (M€)/Ano		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)
		Ano / Nº	Ação				RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
06 SANEAMENTO E SALUBRIDADE																				
06 02 RESÍDUOS SÓLIDOS																				
06	02	2004/1		01 05010101	0					01/2005	12/2025	0,00	0,00	0,00	63 709 201,35	0,00	63 709 201,35	0,00	100,00	
Total do Programa 02:												0,00	0,00	0,00	63 709 201,35	0,00	63 709 201,35	0,00	100,00	
Total do Objetivo 06:												0,00	0,00	0,00	63 709 201,35	0,00	63 709 201,35	0,00	100,00	
Total Geral:												5 002,00	0,00	5 002,00	63 709 201,35	4 796,96	63 713 998,33	95,90	100,00	

**ORGÃO EXECUTIVO**

Em 7 de Maio de 2022

**ORGÃO DELIBERATIVO**

Em ... de ... de ...

# Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2021

**AMTRES**

(designação da autarquia local)

Euro

Rúbrica	Descrição	Provisões conferidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emiidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
<b>Receita corrente</b>														
08	Transferências correntes	191 005,20	0,00	143 920,64	0,00	143 920,64	0,00	0,00	0,00	143 920,64	143 920,64	0,00	0,000	75,349
0902	Sociedades financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
090201	Bancos e outras instituições financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0905	Administração local	191 004,20	0,00	143 920,64	0,00	143 920,64	0,00	0,00	0,00	143 920,64	143 920,64	0,00	0,000	75,349
090501	Contínente	191 004,20	0,00	143 920,64	0,00	143 920,64	0,00	0,00	0,00	143 920,64	143 920,64	0,00	0,000	75,349
09050101	Câmara Municipal Cascais	55 733,80	0,00	48 557,54	0,00	48 557,54	0,00	0,00	0,00	48 557,54	48 557,54	0,00	0,000	37,124
09050102	Câmara Municipal Oeiras	33 043,00	0,00	18 333,98	0,00	18 333,98	0,00	0,00	0,00	18 333,98	18 333,98	0,00	0,000	55,485
09050103	Câmara Municipal Sintra	62 302,10	0,00	62 018,82	0,00	62 018,82	0,00	0,00	0,00	62 018,82	62 018,82	0,00	0,000	75,355
09050104	Câmara Municipal Mafra	19 821,30	0,00	15 010,30	0,00	15 010,30	0,00	0,00	0,00	15 010,30	15 010,30	0,00	0,000	75,348
09050105	Recolhas - Câmara Municipal Cascais	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
09050106	Recolhas - Câmara Municipal Oeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
09050107	Recolhas - Câmara Municipal Sintra	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
09050108	Recolhas - Câmara Municipal Mafra	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
<b>Receita de capital</b>														
10	Transferências de capital	4 985,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1005	Administração local	4 985,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100501	Contínente	4 985,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10050101	Câmara Municipal Cascais	1 723,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10050102	Câmara Municipal Oeiras	851,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10050103	Câmara Municipal Sintra	1 870,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10050104	Câmara Municipal Mafra	470,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
<b>Outras receitas</b>														
16	Saldo da garantia anterior	21 661,12	0,00	21 661,12	0,00	21 661,12	0,00	0,00	0,00	21 661,12	21 661,12	0,00	0,000	100,000
1601	Saldo orçamental	21 661,12	0,00	21 661,12	0,00	21 661,12	0,00	0,00	0,00	21 661,12	21 661,12	0,00	0,000	100,000
160101	Na posse do serviço	21 661,12	0,00	21 661,12	0,00	21 661,12	0,00	0,00	0,00	21 661,12	21 661,12	0,00	0,000	100,000
<b>Total Receitas Correntes</b>		<b>191 005,20</b>	<b>0,00</b>	<b>143 920,64</b>	<b>0,00</b>	<b>143 920,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>143 920,64</b>	<b>143 920,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,000</b>	<b>75,349</b>
<b>Total Receitas de Capital</b>		<b>4 985,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>
<b>Total Outras Receitas</b>		<b>21 661,12</b>	<b>0,00</b>	<b>21 661,12</b>	<b>0,00</b>	<b>21 661,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21 661,12</b>	<b>21 661,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,000</b>	<b>100,000</b>
<b>Total</b>		<b>217 651,32</b>	<b>0,00</b>	<b>165 581,76</b>	<b>0,00</b>	<b>165 581,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>165 581,76</b>	<b>165 581,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,000</b>	<b>76,084</b>

**ORGÃO EXECUTIVO**

Em 2 de Março de 2022

**ORGÃO DELIBERATIVO**

Em ... de ..... de .....

# Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2021

## AMTRES

(designação de autarquia local)

Euros													
Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descaivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
<b>Despesa corrente</b>													
01	Despesas com o pessoal	2 352,10	129 604,60	0,00	913 503,33	113 803,09	2 352,10	108 833,10	111 185,20	0,24	2 317,89	1,825	64,495
0101	Remunerações certas e permanentes	2 352,10	106 501,00	0,00	93 976,72	93 976,72	2 352,10	89 306,73	91 658,83	0,00	2 317,89	2,208	63,656
010102	Órgãos sociais	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010103	Fiscal dos quadros-Regime de função pública	2 352,10	92 000,00	0,00	83 246,88	83 246,88	2 352,10	78 979,89	80 921,78	0,00	2 317,89	2,587	65,413
010114	Subsídio de férias e de natal	0,00	14 500,00	0,00	10 727,04	10 727,04	0,00	10 727,04	10 727,04	0,00	0,00	0,000	73,980
01011401	Pessoal dos quadros	0,00	14 500,00	0,00	10 727,04	10 727,04	0,00	10 727,04	10 727,04	0,00	0,00	0,000	73,980
0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	2 301,60	0,00	1 508,20	1 508,20	0,00	1 508,20	1 508,20	0,00	0,00	0,000	65,545
010202	Horas extraordinárias	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010203	Alimentação e alojamento	0,00	1 800,00	0,00	905,80	905,80	0,00	905,80	905,80	0,00	0,00	0,000	60,387
010204	Ajuda de custo	0,00	800,00	0,00	602,40	602,40	0,00	602,40	602,40	0,00	0,00	0,000	75,300
0103	Segurança social	0,00	20 002,00	0,00	18 018,41	18 018,17	0,22	18 018,17	18 018,17	0,24	0,00	0,000	80,082
010301	Encargos com a saúde	0,00	1 800,00	0,00	182,65	182,65	0,00	182,65	182,65	0,00	0,00	0,000	12,177
010305	Contribuições para a segurança social	0,00	18 500,00	0,00	17 835,76	17 835,52	0,00	17 835,52	17 835,52	0,24	0,00	0,000	68,468
01030902	Segurança social dos funcionários públicos	0,00	18 500,00	0,00	17 835,76	17 835,52	0,00	17 835,52	17 835,52	0,24	0,00	0,000	89,408
0103090201	Caixa Geral de Aposentações	0,00	18 500,00	0,00	17 835,76	17 835,52	0,00	17 835,52	17 835,52	0,24	0,00	0,000	96,498
010309	Seguros	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01030902	Seguros de saúde	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010310	Outras despesas de segurança social	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
02	Aquisição de bens e serviços	1 831,86	54 720,12	0,00	28 436,57	28 389,86	566,74	28 108,03	28 888,77	45,88	1 701,12	1,061	47,712
0201	Aquisição de bens	0,00	3 805,00	0,00	2 936,07	2 936,07	0,00	2 936,07	2 936,07	0,00	0,00	0,000	81,444
020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	3 000,00	0,00	2 720,08	2 720,08	0,00	2 720,08	2 720,08	0,00	0,00	0,000	90,669
02010201	Gasolina	0,00	3 000,00	0,00	2 720,08	2 720,08	0,00	2 720,08	2 720,08	0,00	0,00	0,000	90,669
020108	Alimentação-Géneros para confeccionar	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020109	Vestuário e artigos pessoais	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020108	Material de escritório	0,00	500,00	0,00	215,99	215,99	0,00	215,99	215,99	0,00	0,00	0,000	43,198
020117	Ferramentas e utensílios	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020119	Artigos honoríficos e de decoração	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020120	Material de educação, cultura e recreio	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020121	Outros bens	0,00	103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0202	Aquisição de serviços	1 831,86	51 115,12	0,00	25 499,50	25 453,82	580,74	23 171,98	23 752,79	45,88	1 701,12	1,136	45,333
020201	Encargos das instituições	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020203	Conservação de bens	0,00	800,00	0,00	225,95	225,95	0,00	225,95	225,95	0,46	0,00	0,000	37,859
020206	Locação de material de transporte	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020209	Comunicações	430,74	4 600,00	0,00	3 563,92	3 560,92	430,74	3 163,18	3 563,92	0,00	0,00	0,384	68,765
020211	Representação dos serviços	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020212	Seguros	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000

# Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2021

AMTRES

(designação de autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações comigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
<b>Despesa corrente</b>													
020213	Deslocações e estâncias	0,00	350,00	0,00	155,20	126,87	0,00	126,87	126,87	0,00	0,00	0,000	22,697
020214	Educação, parcerias, projetos e consultoria	150,00	15 150,00	0,00	14 895,50	14 895,50	150,00	14 895,50	14 245,50	0,00	650,00	4,968	93,048
020216	Seminários, exposições e simulações	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020217	Publicidade	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020222	Serviços de saúde	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020225	Outros serviços	1 051,12	26 411,12	0,00	6 648,58	6 641,58	0,00	5 560,48	3 569,48	36,82	1 051,12	0,000	18,571
03	Jornal e outros encargos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0301	Jornal de dívida pública	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
030103	Sociedades, financ. Bancos e outros inst. financeiros	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
03010302	Emprestimos de médio e longo prazos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
05	Subsídios	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0501	Sociedades e outras entidades não financeiras	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
050101	Públicas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06	Outras despesas correntes	27 790,45	29 100,00	0,00	28 008,81	28 008,81	0,00	308,38	308,38	0,00	27 790,45	0,000	1,653
0602	Diversas	27 790,45	29 100,00	0,00	28 008,81	28 008,81	0,00	308,38	308,38	0,00	27 790,45	0,000	1,653
060203	Impostos e taxas	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
060203	Outras	27 790,45	28 800,00	0,00	28 008,81	28 008,81	0,00	308,38	308,38	0,00	27 790,45	0,000	1,654
06020304	Serviços bancários	0,00	800,00	0,00	308,38	308,38	0,00	308,38	308,38	0,00	0,00	0,000	28,295
06020305	Outras	27 790,45	28 000,00	0,00	27 700,45	27 700,45	0,00	0,00	0,00	0,00	27 790,45	0,000	0,000
<b>Despesa de capital</b>													
07	Aquisição de bens de capital	0,00	5 002,00	0,00	4 798,98	4 798,98	0,00	4 798,98	4 798,98	0,00	0,00	0,000	95,901
0701	Investimentos	0,00	5 002,00	0,00	4 798,98	4 798,98	0,00	4 798,98	4 798,98	0,00	0,00	0,000	95,901
070104	Construções diversas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010401	Veículos, arrendamentos e outras complementares	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070107	Equipamento de informática	0,00	5 000,00	0,00	4 798,98	4 798,98	0,00	4 798,98	4 798,98	0,00	0,00	0,000	95,900
070109	Equipamento administrativo	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
09	Ativos financeiros	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0906	Unidades de participação	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
090601	Sociedades e outras sociedades não financeiras-Privadas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10	Passivos financeiros	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1006	Emprestimos a médio e longo prazos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100603	Sociedades, financ. Bancos e outras inst. financeiras	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
11	Outras despesas de capital	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1102	Diversas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000

# Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2021

**AMTRES**

(designação de autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
<b>Despesa de capital</b>													
110209	Outras	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
<b>Total Despesas Correntes</b>		31 774,41	212 629,12	0,00	170 036,71	169 989,75	2 832,94	135 247,89	138 184,33	44,92	31 669,46	1,379	43,808
<b>Total Despesas de Capital</b>		0,00	3 805,09	0,00	4 736,06	4 736,06	0,00	4 736,06	4 736,06	0,00	0,00	0,000	35,844
<b>Total Geral</b>		31 774,41	217 434,21	0,00	174 772,77	174 725,81	2 832,94	140 044,47	142 920,39	44,92	31 669,46	1,348	44,348

**ORGÃO EXECUTIVO**  
Em ... de ... de 2022.

**ORGÃO DELIBERATIVO**  
Em ... de ... de ...

**AMTRES**

**Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2021**

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes			
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		143 920,64	134 498,21
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores			
Pagamentos ao pessoal		-91 658,83	-89 241,36
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>52 261,81</b>	<b>45 256,85</b>
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos			
Outros pagamentos		-51 012,12	-44 262,91
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>1 249,69</b>	<b>993,94</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			-239,81
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>0,00</b>	<b>-239,81</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-306,36	-273,50
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>-306,36</b>	<b>-273,50</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>943,33</b>	<b>480,63</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>22 839,53</b>	<b>22 342,74</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>23 782,86</b>	<b>22 839,53</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>22 839,53</b>	<b>22 342,74</b>
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		<b>22 839,53</b>	<b>22 342,74</b>
<b>De execução orçamental</b>		<b>21 661,12</b>	<b>18 671,67</b>

**AMTRES****Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2021**

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
De operações de tesouraria		1 178,41	3 687,23
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>23 782,86</b>	<b>22 839,53</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		23 782,86	22 839,53
De execução orçamental		22 604,45	21 661,12
De operações de tesouraria		1 178,41	1 178,41

**AMTRES**

**Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros**

Ano: 2021

Até à data: 31/12/2021

Caracterização da dívida		Dívida em 1 de janeiro	Dívida em 31/12/2021	Observações
24211	IRS - Trabalho Dependente - Credora de Retenções	1 762,11	1 727,90	
24221	IRS - Trabalho independente - Credora de Retenções	150,00	650,00	
2451111	Caixa Geral de Aposentações - Credora Retenções	589,99	589,99	
2789291999000002	Tratolixo	27 877,25	27 877,25	
2789291999000014	Vodafone	430,74	0,00	
2789291999000015	AIRC	964,32	964,32	
		31 774,41	31 809,46	



<b>CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE</b>	<b>8.1</b>
-----------------------------------	------------

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE</b>	<b>8.1.1</b>
--------------------------------------	--------------

1.1	ENDEREÇO POSTAL AV. 5 de Junho - Dia Mundial do Ambiente - Trajouce - 2785-155 S.Domingos Rana		
TELEFONE -	214441642	Email	geral.amtres@net.vodafone.pt
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	502 026 391		

1.2	<b>NÚMERO DE ELEITORES</b>
-----	----------------------------

MUNICÍPIO	Até 10 000 .....	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000 .....	
	igual ou superior a 40 000 .....	

FONTE:

<b>2   LEGISLAÇÃO</b>	<b>8.1.2</b>
-----------------------	--------------

Data de constituição 19 / 05 / 1988      Publicada no DR de 13 / 08 / 1988

<b>3   ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	<b>8.1.3</b>
-------------------------------------	--------------

3.1	<b>SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS</b>
-----	---------------------------------

A Câmara Municipal tem serviços Municipalizados ?  S  N  
Se sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:

3.2	<b>EMPRESAS MUNICIPAIS</b>
-----	----------------------------

A Câmara Municipal tem Empresas Municipais ?  S  N  
Se sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:

3.3	<b>ÓRGÃOS</b>
-----	---------------

Tem órgãos de natureza consultiva  S  X  
Tem órgãos de fiscalização  S  X

3.4	<b>ORGANOGRAMA</b>
-----	--------------------

Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou

<b>4   DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES</b>	<b>8.1.4</b>
--	--------------

A AMTRES tem como objecto a gestão integrada dos R.S.U. produzidos na área dos municípios associados, nas vertentes de recolha, tratamento, deposição final e comercialização dos produtos resultantes daquele tratamento, podendo estas serem realizadas pela AMTRES ou através de empresas concessionárias especializadas.

<b>5   RECURSOS HUMANOS</b>	<b>8.1.5</b>
-----------------------------	--------------

5.1	<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO</b>
-----	---

Presidente Lúcia Maria Quintério da Silva Bonifácio de Carvalho      Petuuro \_\_\_\_\_  
Vogais: Joana Presas Pinto de Balsemão  
Joana Micaela Salvador Baptista  
Maria da Piedade de Matos Pato Mendes

5.2	<b>NÚMERO DE VEREADORES</b>
-----	-----------------------------

Em regime de permanência .....   
A meio tempo .....   
Restantes vereadores .....

FONTE:

M

<b>6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA</b>		<b>8.1.6</b>
1 - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMATIVO		SNC-AP
2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES		
DOCUMENTADAS	<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X	
PERIODICIDADE	<input type="checkbox"/> TRIMESTRAL <input type="checkbox"/> SEMESTRAL	
3 - DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X
EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA		
OUTRAS INFORMAÇÕES		Programa AIRC

<b>7 OUTRA INFORMAÇÃO</b>		<b>8.1.7</b>
<b>7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS</b>		

	DATA APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	Ó. EXECUTIVO	Ó. DELIBERATIVO	Ó. EXECUTIVO	Ó. DELIBERATIVO
INVENTÁRIO	8.11.2001	8.11.2001		
NORMAS CONTROLO INTERNO	11.12.2001	11.12.2001		
BALANÇO INICIAL	1.01.2002	1.01.2002		
NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				
OUTRAS				

<b>7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS</b>				
ENTIDADE	ACÇÃO DE INCIDÊNCIA			
	ANO N	ANO N-1	ANO N-2	ANO N-3
Inspeção geral Finanças				
Inspeção geral da Administração do Território				

<b>7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO</b>			
	APROVAÇÃO EXECUTIVO	PUBLICAÇÃO DELIBERATIVO	OBS.
GRANDES OPÇÕES DO PLANO			
ORÇAMENTO			
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
OUTROS			

<b>8 OUTRA INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES</b>	

SITUAÇÃO DE CONTRATOS

(Unidade: 10<sup>3</sup> Euro)

Entidade (1)	Concurso				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (8)	Pagamentos na Gerência			Pagamentos acumulados			Observações (17)	
	Objecto (2)	Data (3)	Valor (4)	Modalidade de Adjudicação (5)	Número do registo (6)	Data (7)		Trabalhos Normais (9)	Revisão de Preços (10)	Trabalhos a mais (11)	Total (12)= (9)+(10)+(11)	Trabalhos Normais (13)	Revisão de Preços (14)		Trabalhos a mais (15)
TOTAL															

- 5) Célula a preencher de acordo com as seguintes modalidades:
- a) Concurso Público
  - b) Concurso limitado com prévia qualificação
  - c) Concurso limitado com apresentação de candidaturas
  - d) Concurso limitado sem apresentação de candidaturas
  - e) Por negociação com publicação prévia de anúncio
  - f) Por negociação sem publicação prévia de anúncio
  - g) Ajuste directo

Empréstimos (a)

(Unidade: 10<sup>7</sup> Euro)

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data da contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Tx. Juro		Encargos/ano			Encargos do ano vencidos não pagos	Divida em 1 de janeiro	Divida em 31 de Dez	Observações
					Nº de Registo	Data		Conservado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortiz.	Juros	Total				
Curto Prazo (b) .....																		
Total Médio e Longo Prazos (b) ..																		
Total																		
Limite de endividamento .....																		

- a) As colunas serão preenchidas quando se justifique
- b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por Entidade
- c) Utilizar (I), se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N) no caso contrário.

Órgão Executivo  
Em \_\_\_ de \_\_\_ de 20\_\_

Órgão Deliberativo  
Em \_\_\_ de \_\_\_ de 20\_\_



ASSOCIAÇÃO DE BIODIVERSIDADE DE CASCAIS, RAMA, BERTAL E SERRA PARA O FORTALECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

# **RELATÓRIO DE CONTAS**

## **Exercício de 2021**

## Índice

1.1.	Enquadramento da actividade.....	3
1.2.	Acontecimentos Subsequentes .....	3
1.2.1.	Continuidade.....	3
1.2.2.	Estrutura do Governo Societário .....	4
1.3.	Contas dos Exercício de 2021 .....	4
1.3.1.	Activos Fixos Tangíveis.....	4
1.3.1.1.	Método de depreciação usado.....	4
1.3.1.2.	Vidas úteis ou taxas de depreciação.....	5
1.3.1.3.	Vidas úteis ou taxas de depreciação.....	6
1.3.1.4.	Reconhecimento do contrato de concessão .....	6
1.3.2.	Investimentos Financeiros .....	7
1.3.3.	Estado e outros Entes públicos.....	8
1.3.4.	Outros devedores .....	8
1.3.5.	Património .....	8
1.3.6.	Outros Credores.....	8
1.3.7.	Acréscimos e Diferimentos (Passivo e Passivos contingentes).....	8
1.3.8.	Rendimentos.....	9
1.3.9.	Gastos .....	9
1.4.	Situação económica-financelra e orçamental .....	11
1.5.	Demonstrações Financeiras de 2021.....	11
1.6.	Considerações Finais.....	15

## 1.1. Enquadramento da actividade

A principal fonte de financiamento da actividade da AMTRES é representada por transferências correntes e de capital proveniente das Câmaras Municipais que integram a Associação.

O valor dos rendimentos ascende a 7.127.969,00 €, enquanto os gastos totalizaram 5.741.231,00 €, reflectindo-se os mesmos no resultado positivo do ano que ascende a 1.386.738,00 €.

O Exercício foi ainda pautado pelas transferências das Autarquias para a AMTRES orientadas às despesas de funcionamento da Associação.

Durante o exercício de 2020 foi efectuada a transição para o SNC-AP pelo que reforça-se a importância dos anexos às demonstrações financeiras presente neste documento com a informação de apoio referente às transformações realizadas quanto ao Balanço Inicial com efeitos nas contas do exercício corrente bem como à comparabilidade com as contas de gerência anteriores.

O Resultado do exercício e as Demonstrações Financeiras da AMTRES são assim influenciadas pelas transformações que resultaram aquando da transição para o SNC-AP com especial relevância nas alterações dos Activos da Associação (com a integração do activos concessionados e reconhecimentos dos proveitos do contrato de concessão relativamente a esses activos e a mensuração da participação da Traloxo pelo método da Equivalencia Patrimonial).

Adicionalmente, também as demonstrações orçamentais foram sujeitas as alterações necessárias face às alterações sujeitas pela implementação do SNC-AP.

## 1.2. Acontecimentos Subsequentes

Sendo do conhecimento a situação decorrente da pandemia COVID-19, importa referir que a mesma teve impactos na actividade da AMTRES pela alteração da forma de trabalho na Organização.

Devido à pandemia foi adoptado o regime de actividade por teletrabalho com utilização de ligação remota aos computadores da AMTRES (permindo da continuidade dos serviços). No seguimento de anos anteriores, a digitalização de documentação permitiu o acesso à informação essencial para a actividade da AMTRES.

De igual forma, os acontecimentos recentes do conflito da Ucrânia não reflectiram qualquer impacto da actividade da AMTRES.

A alteração do referencial contabilístico da AMTRES para o SNC-AP originou a alteração do sistema informático (continuando a ser assegurado pela software house AIRC).

### 1.2.1. Continuidade

Como referido no ponto anterior e de acordo com as medidas asseguradas, não existiu impacto na continuidade da AMTRES face à pandemia COVID-19 ou os acontecimentos mais recentes na Ucrânia.

## 1.2.2. Estrutura do Governo Societário

Em 2021 a AMTRES apresentou alterações na estrutura do Governo societário através de eleição em Assembleia Intermunicipal que tomará efeitos com a primeira reunião do Conselho a realizar em 2022.

## 1.3. Contas dos Exercício de 2021

### 1.3.1. Activos Fixos Tangíveis

O valor dos Activos Fixos Tangíveis (AFT) da AMTRES em 2021 evidencia alterações resultantes dos movimentos realizados resultantes da análise realizada aos Activos avaliados pela AMTRES cuja reapreciação foi necessária considerando a integração dos activos concessionados à Tratolixo após a alteração da contabilidade da AMTRES para SNC-AP.

Das alterações realizadas destacam-se:

- Anulação de activos avaliados pela AMTRES suportados por uma avaliação realizada por um técnico especializado e isento determinando os valores a serem excluídos para evitar duplicação no registo dos activos da AMTRES face à integração dos activos concessionados da Tratolixo;
- Regularização/correção de valores relativos aos activos concessionados da Tratolixo.

A totalidade das alterações evidenciadas nos Activos da AMTRES remete para a integração dos Activos concessionados à Tratolixo. Cumulativamente, o valor líquido dos Activos foi ajustado considerando a alteração das vidas úteis propostas pelo CC2.

Face ao balanço inicial, as alterações representam aquisições e abates de bens pela empresa Tratolixo dos Activos concessionados.

#### 1.3.1.1. Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis até 2019 são calculadas em conformidade com o CIBE.

As depreciações dos activos tangíveis após 2020 e de todos os Edifícios e Outras Construções (como excepção ao apresentado anteriormente e independentemente do ano de aquisição por de acordo com a FAQ44 da CNC) são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 — cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

As despesas de conservação reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.



A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta para a generalidade dos ativos, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas com a distinção da seguinte ordenação:

- Activos adquiridos até 2019 : Aplicação do CIBE;
- Activos adquiridos após 2020 : Classificador complementar 2 Cadastro (CC2);
- Edifícios e outras construções (independentemente do ano de aquisição) : Classificador complementar 2 Cadastro.

### 1.3.1.2. Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Relativamente aos edifícios, com a adoção do SNC-AP e utilizando a opção prevista nas regras de transição, os edifícios foram revalorizados segundo o Valor Patrimonial Tributário (VPT), tendo-lhes sido atribuída, de uma forma geral, uma vida útil remanescente de 50 anos. À falta de outra informação, a AMTRES entendeu como razoável seguir a indicação prevista no Classificador Complementar 2 (CC2), anexo ao Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro. As outras construções obedeceram ao mesmo critério, tendo-lhes sido atribuída uma nova vida útil de 20 anos, conforme indicação do CC2.

Classe de Bens	Anos
Alvenaria de pedra	100
Alvenaria pré-pombalina ou pombalina e similares	100
Betão armado com percentagem de alvenaria de tipo tijolo	50
Alvenaria de tipo galoleiro	20
Construções ligeiras	10
Materiais betuminosos para pavimentos, asfaltos e outros	20

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. É utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

### 1.3.1.3. Vidas úteis ou taxas de depreciação

Durante os exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

- Reconhecimento de aquisições e abates de activos concessionados pela Participada Tratolixo;
- Anulação do valor referente a activos da AMTRES passando a considerar o valor actualizados reportado pela Tratolixo (impacto em Edifícios e outras construções as quais foram sujeitas a obras pela participada estando o valor actualizado pelo valor das obras).

Para o efeito foi definido o critério de acordo com as seguintes conclusões:

DESIGNAÇÃO	DENOMINAÇÃO	Hipótese A	Hipótese B
EDIFÍCIO A	Edifício Administrativo, Áreas de Estacionamento e Esplanada	Valor registado AMTRES + Pórculo B.	Valor registado Tratolixo
EDIFÍCIO B	Portaria	Valor registado AMTRES	Valor registado Tratolixo
EDIFÍCIO C	Recepção RSU	Valor registado AMTRES	-
EDIFÍCIO D	Tratamento Mecânico I	Valor registado AMTRES + Aut. LT.	Valor registado Tratolixo
EDIFÍCIO E, F e G	Triagem Manual, Novas Pressas e Tratamento Biológico - Parques	Valor registado AMTRES	Valor registado Tratolixo
EDIFÍCIO H	Tratamento Mecânico II - Afinação	Valor registado AMTRES	-
EDIFÍCIO I E J	Oficinas de Manutenção e Tratospital	Valor registado Tratolixo	-
EDIFÍCIO L, M, N e P	Centro de Triagem Multimateriais, Frensagem	Valor registado Tratolixo	-
TELHEIRO	Teiheiro de apoio ao centro de Triagem	Valor registado AMTRES	-

Sempre que existe valor registado pela participada (suportada por documentos de obra), o valor avaliado inicialmente pela AMTRES foi anulado (Edifícios A, B, D, E, F, G, I, J, L, M, N e P).

- Ajustamentos pela implementação do SNC-AP com o rectificação do reconhecimento de de activos concessionados á participada Tratolixo, bem como ajustamentos pela implementação do SNC-AP com o Outras regularizações representando os reconhecimentos e desreconhecimentos das depreciações acumuladas (o tratamento enquanto outros resulta de limitação informáticas do sistema);

### 1.3.1.4. Reconhecimento do contrato de concessão

Aquando do balanço Inicial foram reconhecidos os bens concessionados á participada Tratolixo).

Para garantir maior controlo dos activos concessionados, todos estão categorizados pela localização geral (sem detalhe), permitindo controlar futuras acções no decorrer da actividade da Tratolixo (aquisições, abates, alienações).

O reconhecimento dos Activos concessionados foi realizado considerando que todas as obras realizadas em construções na posse da AMTRES e registado na contabilidade da Associação, representam benfeitorias ao valor avaliado na AMTRES. Neste sentido e de acordo com este pressuposto, não foi anulada a avaliação realizada anteriormente pela AMTRES reconhecendo os valores das obras realizadas pela participada como benfeitorias. O reconhecimento dos Activos concessionados foi realizado considerando que todas as obras realizadas em construções na posse da AMTRES e registado na contabilidade da Associação, representam benfeitorias ao valor avaliado na AMTRES. Neste sentido



e de acordo com este pressuposto, não foi anulada a avaliação realizada anteriormente pela AMTRES reconhecendo os valores das obras realizadas pela participada como benfeitorias.

Row Labels	Sum of Val. Compra Act. (MB)
Abrunheira	99,753.99
Abrunheira Ecoparque	90,497,702.32
Abrunheira Oficinas	154,915.30
Centro Triagem Multimateriais	11,840,842.57
Edifício administrativo, estacionamento e esplanada	3,973,372.15
Equipamento Básico	88,955,028.73
Equipamentos Sintra	9,098.80
Ericeira Ecoparque	792,108.88
Estações Transferencia	10,500.00
Infraestruturas, Arruamentos	3,961,824.48
novas prensas	1,878,444.13
Oficinas de manutenção e tratohospital	525,663.33
Outros Tratolixo	402,891.32
portaria	30,804.87
recepção rsu	307,062.28
Trajouce Ecoparque	4,437,611.44
tratamento biologico - parques	3,177,262.09
Tratamento mecanico 1	6,846,516.79
Tratamento mecanico 2 - afinação	75,732.63
triagem manual	19,595.10
<b>Grand Total</b>	<b>216,796,731.20</b>

O valor de Compra actualizado foi utilizado para registo dos activos concessionados bem como as amortizações acumuladas maioritariamente utilizando o CIBE (os edificios encontram-se registados considerando o CC2 quanto às depreciações).

Na contabilidade da AMTRES foram registados:

- Edifícios : os valores do Edifício administrativo, estacionamento e esplanada;
- Equipamento Básico : o equipamento básico registado pela participada;
- Os restantes ativos encontram-se em Outras Construções.

### 1.3.2. Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2021 os movimentos existentes quanto aos investimentos financeiros representam ao acerto à participação financeira na Tratolixo (detida a 100%) no âmbito dos movimentos necessários quanto ao método da equivalencia patrimonial.

A rubrica de investimentos financeiros é representada pelo valor da participação no capital da Tratolixo EIM, tendo sido sujeita aos ajustamentos da mesma resultante do fecho das contas da Participada.

### 1.3.3. Estado e outros Entes públicos

O valor reflectido no exercício de 2021 é representado pela retenção de impostos realizada em Dezembro a qual será entregue em Janeiro de 2022.

### 1.3.4. Outros devedores

Os devedores da AMTRES, como reflexo da sua actividade são representados pelas Autarquias face ao compromisso de realização de transferências para a Associação de acordo com as necessidades de tesouraria previstas durante o exercício de 2021 (despesas de funcionamento).

### 1.3.5. Património

A rubrica de Património da AMTRES sofreu alterações durante o exercício de 2021 resultantes.

Foram realizados ajustamentos ao Património por conta de correcções aos resultados de 2020 resultantes da anulação dos valores registados por activos em posse na AMTRES (ver ponto 1.3.1.3 com conclusões e acções resultantes da avaliação dos activos realizada em 2021).

Adicionalmente, a aplicação do método de equivalência patrimonial resultante da actividade do ano de 2021 da participada foi igualmente registada alterando o valor do património.

### 1.3.6. Outros Credores

A quase totalidade dos valores reflectidos na contabilidade da AMTRES em 2021 representa o valor em dívida por conta de facturas à empresa TratoLixo EIM.

*Como expostos no Relatório de Contas de 2019, a AMTRES apresenta um valor acrescido nas rubricas de Outros Credores referente às verbas adiantadas pela TratoLixo devido à penhora que foi realizada no início do 2º Semestre de 2018 possibilitando o pagamento das obrigações fiscais e despesas administrativas/operacionais da Associação.*

*O valor em dívida ascende a 27877.25€ (esta verba não foi regularizada no exercício de 2021, devendo ser entregue à TratoLixo durante o exercício de 2022).*

### 1.3.7. Acréscimos e Diferimentos (Passivo e Passivos contingentes)

A contabilidade da AMTRES apresenta como acréscimos e diferimentos (Passivo) os seguintes valores como reflexo de:

- Reflexo de especialização de Férias e subsídio de férias para 2022;
- Custo estimado da certificação de contas do exercício de 2021 a pagar em 2022;

- Reconhecimento dos rendimentos resultantes do contrato de concessão e o tratamento dos Activos concessionados integrados na contabilidade da AMTRES. Esta verba será reconhecida anualmente nos exercícios da AMTRES aquando do reconhecimento da depreciações anual dos mesmos.
- Reflexo dos valores referentes às Notas de Crédito emitidas pela TratoLixo referente a valores entregues pelos desvios tarifários em 2014 (facturas anuladas no final de 2015).

### 1.3.8. Rendimentos

A principal componente dos Rendimentos deve-se na sua quase totalidade a transferências correntes e de capital das Câmaras Municipais, representado a quase totalidade do total dos proveitos.

Devido ao acordo com o acordo firmado entre a TratoLixo e os Municípios, a AMTRES apenas apresenta receitas de solicitação de verbas às Autarquias por conta de despesas de funcionamento.

Durante o exercício de 2021 a AMTRES apresenta como Rendimentos adicionais o reconhecimento dos proveitos resultante do contrato de concessão relativamente aos Activos integrados na contabilidade da Associação, bem como o reconhecimentos face aos ajustamentos da sua participação face à aplicação do método de equivalencia patrimonial.

### 1.3.9. Gastos

O valor global dos resultados operacionais foi de positivo em 1.387.044,36 €. Dos gastos operacionais incluem-se 5.573.972,71 € de depreciações.

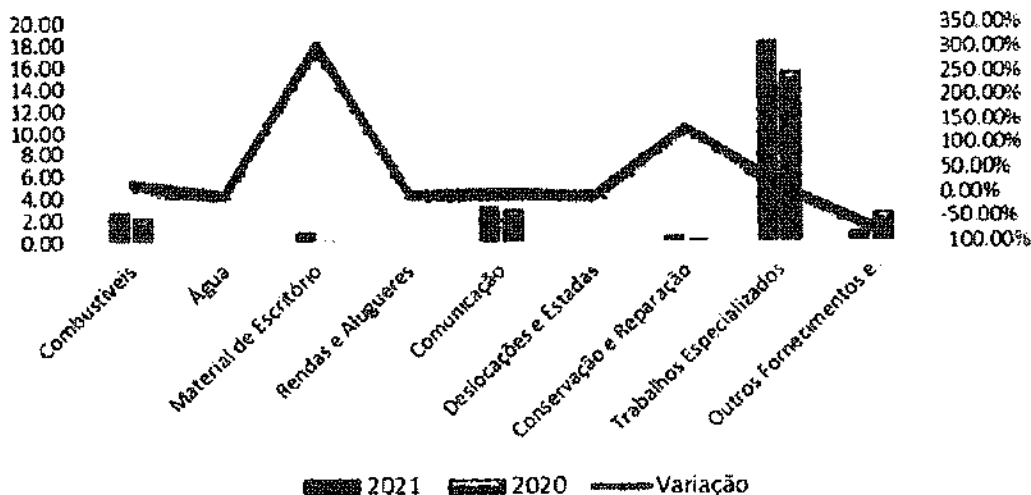
A análise dos gastos com Fornecimentos e serviços externos apresenta a seguinte composição:

Rubrica	2021	2020	Varição
Combustíveis	2,720.08 €	2,245.02 €	21.16%
Água	0.00 €	0.00 €	0.00%
Material de Escritório	867.89 €	212.30 €	308.80%
Rendas e Alugueres	0.00 €	0.00 €	0.00%
Comunicação	3,163.18 €	3,009.68 €	5.10%
Conservação e Reparação	607.61 €	256.13 €	137.23%
Trabalhos Especializados	18,393.42 €	15,549.66 €	18.29%
Outros Fornecimentos e Serviços	920.43 €	2,737.86 €	-66.38%



M

### Análise de custos e variação percentual



Os Gastos com o Pessoal reflectem em 2021 de vencimentos pagos aos funcionários da Associação.

O valor global de custos de pessoal inclui a especialização de gastos relativos a férias a subsídio de férias a pagar em 2022 aos funcionários da Associação (o valor da especialização foi reforçado por insuficiência justificando o aumento percentual face ao ano anterior).

As Depreciações do exercício reflectem os gastos com o imobilizado da AMTRES de acordo com a aplicação directa do CIBE e as taxas de depreciação nele imposto para todos os activos adquiridos até 2019.

Os bens concessionados adquiridos em 2020 aplicam o regularmentado pelo CC2. No entanto, todos os edificios e outras construções da AMTRES (activos fixos concessionados e não concessionados) foram reclassificadas para apresentarem as suas depreciações de acordo com o CC2 constituindo uma excepção ao exposto anteriormente relativamente ao CIBE.

A AMTRES reconhece nas suas contas os activos concessionados à Tralixio.

Neste contexto, as depreciações da AMTRES foram aumentadas pelo impacto desta integração.

A quase totalidade da rubrica Outros Gastos da AMTRES referem-se à menos valida pelo abate de activos concessionados.



#### 1.4. Situação económica-financeira e orçamental

Analisando a execução orçamental do ano 2021 podemos constatar que o grau de execução orçamental da receita foi de aproximadamente 76,08 % e o grau de execução orçamental da despesa foi de aproximadamente 64,35 %.

As Grandes Opções do Plano apresentam um grau de execução nulo devido à ausência de execução das rubricas previstas no documento.

#### 1.5. Demonstrações Financeiras de 2021

Para efeitos de análise de Balanço e ponderação dos valores nele indicados, apresenta-se o mesmo:



RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4,5	132 486 420,55	140 583 127,67
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras	22	6 364 545,37	6 341 040,58
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		138 850 965,92	146 924 168,45
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	20	437,24	437,24
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	23 782,86	22 839,53
		24 220,10	23 276,77
<b>Total do Ativo</b>		<b>138 875 186,02</b>	<b>146 947 445,22</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital		37 453 221,21	37 453 221,21
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transferidos		-53 193 594,97	-50 422 682,96
Ajustamentos em ativos financeiros		58 739,00	
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido			
Resultado líquido do período		1 386 738,00	1 653 188,89
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>-14 294 896,76</b>	<b>-11 316 272,86</b>





M

AMTRES			
Balança em 31 de Dezembro de 2021		Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	4	152 981 193,50	158 074 863,85
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
		152 981 193,50	158 074 863,85
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		2 967,89	2 502,10
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	28	185 921,39	186 352,13
Diferimentos			
Passivos financeiros devidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		188 889,28	188 854,23
<b>Total do Passivo</b>		<b>153 170 082,78</b>	<b>158 263 718,08</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>138 675 186,02</b>	<b>146 947 445,22</b>



AMTRES			
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2021			Valores em €
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões	4,13	6 960 543,57	7 173 151,70
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre	22	23 504,79	58 739,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	143 920,64	134 496,21
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-26 758,03	-24 010,65
Gastos com pessoal	19	-111 150,99	-112 022,28
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos			
Outros gastos		-29 042,91	-18 138,68
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		6 961 017,07	7 212 217,30
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-5 573 972,71	-5 558 754,91
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 387 044,36	1 653 462,39
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-306,36	-273,50
Resultado antes de impostos		1 386 738,00	1 653 188,89
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		1 386 738,00	1 653 188,89
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		1 386 738,00	1 653 188,89

### 1.6. Considerações Finais

Continua-se a verificar o esforço por parte dos Municípios quanto ao cumprimento do pagamento das despesas de funcionamento da AMTRES.

O resultado positivo de 1.386.738,00 € resulta de em termos operacionais, da evidência dos movimentos associados com a depreciação dos activos da AMTRES (desde 2020 já com a inclusão das depreciações dos activos concessionados - custos de estrutura -) e os ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial relativamente à participação da empresa Tratolixo:

	2021
<b>Resultado Líquido de 2021 (+)</b>	<b>1.386.738,00 €</b>
Depreciações do Exercício (incluindo activos concessionados) (+)	5.573.972,71 €
Reconhecimento de proveitos resultante da depreciação de activos concessionados (-)	6.960.543,57 €
Menos valla pelo abate de activos concessionados e outros ajustamentos/correções em activos (+)	29.042,91 €
Ajustamento por Equivalência Patrimonial com a Participada (-)	23.504,79 €
<b>Resultado Líquido de 2020 (sem depreciações de activos, menos vallas e ajustamentos relativamente a Activos)</b>	<b>5.705,26 €</b>

O saldo da Gerência do Exercício de 2021 reflecte-se em **23.782,86 €**.

No seguimento dos anos anteriores propõe-se a aplicação dos resultados para resultados transitados.

O Secretário-geral,



(Abílio Espadinha)





ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DE AEROS, AERONÁUTICA, COSMOS E ESPAZO PARA O FORTALECIMENTO DE NOSSOS PAÍSES

# ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Exercício de 2021



Índice

0.	Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitória .....	4
1.	Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico .....	10
1.1.	Identificação da Entidade e Período de Relato .....	11
1.2.	Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras .....	11
1.2.1.	Referencial Contabilístico.....	11
1.2.2.	Comparabilidade.....	11
1.2.3.	Valores de caixa e depósitos bancários.....	11
2.1.	Bases de Mensuração .....	12
2.2.	Outras Políticas Contabilísticas Relevantes .....	13
2.2.1.	Activos de Concessão.....	13
2.2.2.	Activos Fixos Tangíveis.....	14
2.2.3.	Investimentos Financeiros.....	16
2.2.4.	Imparidade de ativos .....	16
2.2.5.	Inventários .....	16
2.2.6.	Instrumentos financeiros.....	16
2.2.7.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	16
2.2.8.	Benefícios dos empregados .....	16
2.2.9.	Regime do acréscimo.....	16
2.2.10.	Rendimentos.....	17
2.2.11.	Partes relacionadas.....	17
2.2.12.	Enquadramento fiscal.....	18
2.3.	Julgamentos com impactos nas quantias reconhecidas.....	18
2.4.	Principais pressupostos relativos ao futuro.....	18
3.	Ativos Intangíveis.....	19
4.	Acordos de Concessão de Serviços : Concedente .....	19
5.	Ativos Tangíveis .....	20
5.1.	Ativos Fixos Tangíveis reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.....	20
5.1.1.	Bases de mensuração .....	20
5.1.2.	Método de depreciação usado .....	20
5.1.3.	Vidas úteis ou taxas de depreciação.....	21
5.1.4.	Ativos fixos tangíveis — variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	21



5.1.5.	Ativos fixos tangíveis — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período	23
5.1.5.1.	Reconhecimento do contrato de concessão .....	24
5.1.5.3.	Ativos fixos tangíveis — diminuições.....	24
5.2.	Outras divulgações .....	25
6.	Locações.....	25
7.	Custos de empréstimos obtidos .....	25
8.	Propriedades de Investimento .....	25
9.	Imparidade de Ativos.....	25
10.	Inventários .....	25
13.	Rendimentos de Transacções com contraprestação .....	25
14.	Rendimentos de Transacções sem contraprestação .....	25
15.	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	26
16.	Efeitos de alterações de taxas de cambio .....	26
17.	Acontecimentos após Data de Relato .....	26
18.	Instrumentos Financeiros .....	26
19.	Benefícios dos empregados.....	26
20.	Divulgações das partes relacionadas.....	27
20.1.	Divulgação de Controlo Transacções entre as partes relacionadas .....	27
20.2.	Transacções entre as partes relacionadas .....	27
20.6.	Pessoas chave da Gestão .....	28
22.	Interesses em outras Entidades.....	28
22.6.	Outras situações .....	28
28.	Outras Notas.....	28
28.1.	Acréscimos e Diferimentos.....	28



## 0. Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitória

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto — Lei 192/2015, de 11 de setembro.

A adoção deste novo referencial implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o anterior normativo (POCAL).

Assim, na adoção do novo referencial contabilístico foi necessário:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria;
- Aplicar as normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos que forem aplicáveis, resultantes da mudança das políticas contabilísticas do POCAL para o SNC-AP, devem ser reconhecidos numa conta especificamente criada para o efeito, a conta "554-Ajustamentos de transição para o SNC-AP".

Nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, não é necessário efetuar a reexpressão da informação relativa ao ano anterior (comparativos). Esta informação é apresentada através da mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, da seguinte forma:

Rubricas do Balanço	Valor contábil FISCAL 2021/2021	Reclassifi- camento	Demone- stração	Crédito de reclassificação	Imparidade / reversões	Outros	Valor	Reclassi- ficações	ENC-AP 01/01/2020 (10) = (2) + ... + (9)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(2) + ... + (9)
<b>ATIVO</b>									
<b>Ativo não corrente</b>									
Ativos não tangíveis	21.221.572,73	287.826,19	-1.853.826,00	0,00	0,00	-90.285.802,22	0,00	0,00	136.877.570,51
Propriedade de investimento	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras	7.878.126,00	0,00	0,00	-777.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.299.326,00
Devedores por empresas controladas e sociedades relacionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acumulado em associações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos duráveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativo corrente</b>									
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por empresas controladas e sociedades relacionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por empresas controladas e sociedades relacionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, fornecedores e similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estoques e outros ativos parciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acumulado em associações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros créditos a receber	437,34	0,00	3,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437,34
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros devido para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não corrente devido para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e equivalentes	22.342,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.342,74
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>									
Patrimônio Capital	37.483.221,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.483.221,21
Ativos (passivos) próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízo de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





Rubricas de Balanço (1)	Valor contábil POCAL 31/12/2020 (2)	Reconhe- cimento (3)	Desreco- nhecimento (4)	Crédito de contabilização (5)	Imparidades / provisões (6)	Outras (7)	Erros (8)	Reclassi- ficações (9)	SNC-AP 01/01/2020 (10) = (2) + ... + (9)
<b>Ativos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Resultados transferidos	-4.304.884,72	20.828.438,10	-1.613.800,20	-77.816,43	0,00	-246.251.574,32	0,00	0,00	-494.322.063,57
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercícios de contabilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras rubricas do Patrimônio Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	2,00	0,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos que não controlam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FEVEREIRO</b>									
<b>Passivo não corrente</b>									
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Respostas de imputações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.988.573,90	0,00	0,00	104.988.573,90
Pagáveis por impostos e tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>									
Créditos por transações e operações não contabilizadas conciliadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	2.508,82	0,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	2.508,82
Adiantamentos recebidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	104.988,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.988,40
Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Respostas financeiras de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras passivas frequentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ATIVO</b>									
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



7

7

Referência do Balanço (1)	Valor em contas POCAL 21/12/2021 (2)	Reverto- rédito (3)	Despesa- excessiva (4)	Crédito em contabilidade (5)	Depreciação / reversões (6)	Outros (7)	Erros (8)	Reserva/ Escalões (9)	Saldo-Líq 21/12/2021 (10) = (2) + ... + (9)
<b>PAISSIVO</b>									
Respostas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ATIVO</b>									
Outros créditos a receber	0,20	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20



No processo de transição para o SNC-AP, as maiores variações ocorreram nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e de Património Líquido (Ajustamentos de transição).

Tais variações deveram-se do reconhecimento e reclassificação dos Activos Fixos Concessionados da AMTRES à sua participada Tratolixo, utilizando uma prerrogativa prevista no manual de Implementação do SNC-AP.

Para a grande generalidade dos activos fixos tangíveis imóveis (edifícios e outras construções, a AMTRES entendeu ser razoável atribuir uma vida útil estimada de 50 anos. Na determinação da vida útil a AMTRES atendeu à natureza dos materiais e tecnologias utilizadas na construção dos imóveis. Para tal, teve em conta as orientações constantes no Classificador Complementar 2, o qual sugere 50 anos para construções de "betão armado com percentagem de alvenaria de tipo tijolo".

No quadro acima, os ajustamentos dos valores dos imóveis ao VPT estão apresentados na coluna "Reconhecimento" dos "Ativos Fixos Tangíveis" que, de uma forma genérica, tiveram por contrapartida os "Ajustamentos de Transição".

Adicionalmente, na coluna de critérios de mensuração foi registado o ajustamento pela aplicação do método da Equivalencia patrimonial relativamente à participada Tratolixo.

Em 2021, as Demonstrações Financeiras da AMTRES foram sujeitas a ajustamentos no seguimento do trabalho especializado realizado por um especialista independente com o objectivo de garantir a inexistencia de duplicação da valorização dos Activos da Associação entre o reconhecimento dos activos concessionados da AMTRES e os valores de activos realizados relativamente a edificios e outras construções.

No seguimento do trabalho realizado, foi efectuada a anulação do valor referente a activos da AMTRES passando a considerar o valor actualizados reportado pela Tratolixo (impacto em Edifícios e outras construções as quais foram sujeitas a obras pela participada estando o valor actualizado pelo valor das obras).

Para o efeito foi definido o critério de acordo com as seguintes conclusões:

DESIGNAÇÃO	DENOMINAÇÃO	Hipótese A	Hipótese B
EDIFÍCIO A	Edifício Administrativo, Áreas de Estacionamento e Esplanada	Valor registado AMTRES + Pérgola B.	Valor registado Tratolixo
EDIFÍCIO B	Portaria	Valor registado AMTRES	Valor registado Tratolixo
EDIFÍCIO C	Recepção RSU	Valor registado AMTRES	-
EDIFÍCIO D	Tratamento Mecânico 1	Valor registado AMTRES + Aut. L.T.	Valor registado Tratolixo
EDIFÍCIO E, F e G	Triagem Manual, Novas Prensas e Tratamento Biológico - Parque	Valor registado AMTRES	Valor registado Tratolixo
EDIFÍCIO H	Tratamento Mecânico II - Afinação	Valor registado AMTRES	-
EDIFÍCIO I e J	Oficinas de Manutenção e Tratospital	Valor registado Tratolixo	-
EDIFÍCIO L, M, N e P	Centro de Triagem Multimateriais, Prensagem	Valor registado Tratolixo	-
TELHEIRO	Telheiro de apoio ao centro de Triagem	Valor registado AMTRES	-

Sempre que existe valor registado pela participada (suportada por documentos de obra), o valor avaliado inicialmente pela AMTRES foi anulado (Edifícios A, B, D, E, F, G, I, J, L, M, N e P).

Estes ajustamentos foram realizados em contrapartida da conta de Resultados transitados 2020.

Descrição	Moeda	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Reservas de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transacionados	Ajustamentos aos Ativos Financeiros	Excedentes de Reavaliação	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Intervenções que não controlam	Total do Patrimônio Líquido	
Posição no início do período	(0)	37 453 221,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 422 682,96	0,00	0,00	0,00	1 653 188,89	-11 318 272,88	0,00	-11 318 272,88	
<b>Atribuições no período</b>															
Primeira atribuição ao novo referencial contábil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atribuições de políticas contábeis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Realização do excedente de reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Excedentes de reavaliação e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências e mudanças de contas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conversão de estoques parciais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 424 100,90	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 424 100,90	0,00	-4 424 100,90	
Outras atribuições reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 653 188,89	0,00	0,00	0,00	-1 653 188,89	0,00	0,00	0,00	
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 770 912,01	0,00	0,00	0,00	-1 653 188,89	-4 424 100,90	0,00	-4 424 100,90	
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 413 527,61	1 413 527,61	0,00	1 413 527,61	
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-289 661,28	-3 010 573,29	0,00	-3 010 573,29	
<b>Operações com detentores de capital no período</b>															
Rescrições de capitalização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Erretos para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 738,00	0,00	0,00	0,00	58 738,00	0,00	58 738,00	
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 738,00	0,00	0,00	0,00	58 738,00	0,00	58 738,00	
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	37 453 221,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 183 384,97	58 738,00	0,00	0,00	1 413 527,61	-14 268 167,13	0,00	-14 268 167,13	

7



As alterações realizadas no património da AMTRES foram realizadas enquanto correcções a erros materiais devido à configuração existente na aplicação informática da AIRC (SNC). Estas correcções devem ser consideradas ajustamentos pela aplicação do novo referencial contabilístico dando continuidade ao trabalho de ajustamento realizado em 2020 (com impacto nos seu resultado transitados.

Em suma, os ajustamentos realizados identificam-se por movimentos resultantes da anulação dos activos fruto do trabalho de reavaliação realizado em 2021, nomeadamente:

- Anulação dos valores avaliados de activos em posse da AMTRES;
- Anulação das respectivas amortizações acumuladas dos referidos activos;
- Correcção/ajustamento do valor de amortização acumuladas incorrectamente realizado em 2021.

## **1. Identificação da Entidade, periodo de relato e referencial contabilístico**

### **Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitória**

As demonstrações financeiras de 2021 foram realizadas de acordo com o SNC-AP.

No caso da AMTRES, os ajustamentos realizados referem-se a:

- Inclusão dos Activos Concessionados à participada Tratolixo na contabilidade da AMTRES;
- Reconhecimento do proveito proveniente do contrato de concessão (resultante da inclusão dos activos);
- Reconhecimento de abates realizados pela participada com consequencias para as avaliações realizadas e contabilizadas na AMTRES;
- Ajustamento pela aplicação da equivalencia patrimonial à participação na empresa Tratolixo.

Os movimentos de ajustamento encontram-se detalhados nas notas referentes aos activos tangíveis e investimentos financeiros.

Os movimentos de ajustamento realizados foram registados em contrapartida do resultado transitado de 2020 tratando as mesmas como correcções aos ajustamento realizados pro conta da aplicação do novo referencial contabilístico.

Os movimentos de ajustamento encontram-se detalhados nas notas referentes aos activos tangíveis e investimentos financeiros.



## 1.1. Identificação da Entidade e Período de Relato

**Designação da entidade:** AMTRES – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos

**Endereço :** Estrada 5 de Junho, nº1, Trajouce (sede)

**NIF:** 502 026 391

**Código da classificação orgânica:** 94110 - Atividades de organizações económicas e patronais.

**Contabilidade:** Módulo de Contabilidade Pública e Gestão de Tesouraria da AIRC.

## 1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

### 1.2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

#### **Derrogações de disposições do SNC-AP**

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

### 1.2.2. Comparabilidade

Não existem questões de comparabilidade das demonstrações financeiras.

### 1.2.3. Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2010 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:



Conta	31/12/2021	31/12/2020
<b>Caixa</b>		
<b>Depósitos à Ordem</b>	23 782,86 €	22 839,53 €
<b>BCP 468519805</b>		

## 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 2.1. Bases de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1— estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

#### Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceitual e nas NCP.

#### Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.



M

**Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

**Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

**Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

**Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a AMTRES continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

**2.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes**

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

**2.2.1. Activos de Concessão**

Os activos de concessão são contabilizados de acordo com a NCP 4. Estes ativos são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades reconhecidas de acordo com o CIBE para compras até 2019 e o CC2 para 2020 e períodos posteriores (este tratamento encontra excepção no caso de Edifícios e outras construções sendo o cálculo das depreciações destes registadas de acordo com o CC2 e a FAQ 44 da CNC).

O reconhecimento do rendimento do contrato de concessão é igualmente realizado considerando o exposto pelo NCP 4 encontrando-se o rendimento registado na rubrica 28 e reconhecido anualmente como são reconhecidas as depreciações dos mesmos activos.





## 2.2.2. Activos Fixos Tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são contabilizados de acordo com a NCP 5 — Ativos Fixos Tangíveis. Estes ativos são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades. O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- for provável que fluirão para a AMTRES benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem;
- o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta para a generalidade dos ativos, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas com a distinção da seguinte ordenação:

- Activos adquiridos até 2019 : Aplicação do CIBE;
- Activos adquiridos após 2020 : Classificador complementar 2 Cadastro (CC2);
- Edifícios e outras construções (independentemente do ano de aquisição) : Classificador complementar 2 Cadastro.

A aplicação dos classificadores e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento são consideradas, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.

Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

Quanto à excepção para os edifícios e outras construções (e a respectiva aplicação do CC2), as taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Alvenaria de pedra	100
Alvenaria pré-pombalina ou pombalina e similares	100
Betão armado com percentagem de alvenaria de tipo tijolo	50





Alvenaria de tipo galeiro	20
Construções ligeiras	10
Materiais betuminosos para pavimentos, asfaltos e outros	20

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. É utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Em 2021, as Demonstrações Financeiras da AMTRES foram sujeitas a ajustamentos no seguimento do trabalho especializado realizado por um especialista independente com o objectivo de garantir a inexistência de duplicação da valorização dos Activos da Associação entre o reconhecimento dos activos concessionados da AMTRES e os valores de activos realizados relativamente a edifícios e outras construções.

No seguimento do trabalho realizado, foi efectuada a anulação do valor referente a activos da AMTRES passando a considerar o valor actualizados reportado pela TratoLixo (impacto em Edifícios e outras construções as quais foram sujeitas a obras pela participada estando o valor actualizado pelo valor das obras).

Para o efeito foi definido o critério de acordo com as seguintes conclusões:

DESIGNAÇÃO	DENOMINAÇÃO	Hipótese A	Hipótese B
EDIFÍCIO A	Edifício Administrativo, Áreas de Estacionamento e Esplanada	Valor registado AMTRES + Párgola B.	Valor registado TratoLixo
EDIFÍCIO B	Portaria	Valor registado AMTRES	Valor registado TratoLixo
EDIFÍCIO C	Recepção RSU	Valor registado AMTRES	-
EDIFÍCIO D	Tratamento Mecânico I	Valor registado AMTRES + Aut. L.T.	Valor registado TratoLixo
EDIFÍCIO E, F e G	Triagem Manual, Novas Prensas e Tratamento Biológico - Parques	Valor registado AMTRES	Valor registado TratoLixo
EDIFÍCIO H	Tratamento Mecânico II - Afinação	Valor registado AMTRES	-
EDIFÍCIO I e J	Oficinas de Manutenção e Tratospital	Valor registado TratoLixo	-
EDIFÍCIO L, M, N e P	Centro de Triagem Multimaterials, Prensagem	Valor registado TratoLixo	-
TELHEIRO	Telheiro de apoio ao centro de Triagem	Valor registado AMTRES	-

Sempre que existe valor registado pela participada (suportada por documentos de obra), o valor avaliado inicialmente pela AMTRES foi anulado (Edifícios A, B, D, E, F, G, I, J, L, M, N e P).

Estes ajustamentos foram realizados em contrapartida da conta de Resultados transitados 2020.

Neste contexto, o ajustamento realizado apresentou um impacto líquido negativo de 4.365.361,90 € nos resultados transitados resultantes de:

- Anulação de Activos (rubrica 432) : 8.152.330,00 €
- Anulação de Amortizações Acumuladas (rubricas 4382) : 3.786.968,10 €



Adicionalmente o valor de amortização acumuladas foi corrigido num valor aproximado de 26.000,00 € devido a um ajustamento incorrecto realizado em 2020 aquando dos ajustamentos pela aplicação do novo referencial contabilístico.

### **2.2.3. Investimentos Financeiros**

Ao abrigo da NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, a AMTRES aplica o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros porque exerce influência significativa ou controlo sobre a sua participada.

No seguimento do realizado em 2020, os investimentos financeiros foram ajustados na sua valorização pelo método de equivalência patrimonial (de acordo com os resultados da sua participada Tratolixo no valor de 23.504,79 €).

### **2.2.4. Imparidade de ativos**

Não aplicável.

### **2.2.5. Inventários**

Não aplicável.

### **2.2.6. Instrumentos financeiros**

Não aplicável.

### **2.2.7. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Não aplicável.

### **2.2.8. Benefícios dos empregados**

Não aplicável.

### **2.2.9. Regime do acréscimo**

A AMTRES regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.



As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

### 2.2.10. Rendimentos

A AMTRES aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 - Rendimentos de Transações Com Contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de Transações Sem Contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando flui para a AMTRES benefícios económicos e que estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

As transferências obtidas são reconhecidas quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidas.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos"), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica "Imputação de subsídios e transferências para investimentos") numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Adicionalmente, são ainda reconhecidos proveitos na AMTRES pelos ajustamentos na aplicação do método de equivalência patrimonial face aos resultados da participada TratoLixo.

### 2.2.11. Partes relacionadas

A AMTRES identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 — Divulgações de Partes Relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- O Conselho Directivo;
- Secretário Geral
- Auditor Externo.



### **2.2.12. Enquadramento fiscal**

De acordo com o disposto no Rendimento das Pessoas Coletivas, a AMTRES goza de isenção de IRC.

### **2.3. Julgamentos com impactos nas quantias reconhecidas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Órgão de Gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 incluem:

- Especialização dos gastos;
- Reconhecimento de activos concessionados à Participada;
- Ajustamentos pela aplicação do método de equivalência Patrimonial.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2 — Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

### **2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da AMTRES, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Porém, a continuação da situação decorrente da pandemia COVID-19, perspetiva uma crise com impactos significativos na economia global.

Em 2021, apesar da situação actual de guerra na Ucrânia, veio a agravar a possibilidade de crise como identificado com a pandemia.

À data deste relatório, não temos conhecimento de qualquer situação que pudesse originar ajustamentos nas demonstrações financeiras em análise. No entanto, o Órgão de Gestão irá criar condições para aferir os potenciais impactos desta situação na sua atividade e em demonstrações financeiras futuras.

No entanto, no decorrer dos ajustamentos aplicados fruto da transição para SNC-AP, são previsíveis ajustamentos resultantes de:

- Alteração de vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis;
- Aplicação da equivalência Patrimonial;
- Aplicação e/ou alterações dos períodos de concessão com impacto nas depreciações e impacto da especialização dos rendimentos.

### 3. Ativos Intangíveis

Não aplicável.

### 4. Acordos de Concessão de Serviços : Concedente

Encontra-se vigente o acordo de concessão de serviços com a participada Tratolixo (acordo de concessão que foi elaborado a 47 anos relativamente aos equipamentos para o tratamento de resíduos dos Municípios que integram a AMTRES).

Resultante do mesmo acordo, a Tratolixo tem para sua utilização equipamentos e instalações que lhe estão concessionadas. Durante os exercícios, a empresa Tratolixo efectua a gestão dos mesmos activos reportando à AMTRES as acções realizadas (aquisições, realização de benfeitorias, abates, entre outros), sendo estas registadas na contabilidade da AMTRES (ver nota 5.1.5.1).

Em 2021, os activos concessionados encontram-se valorizados em:

Row Labels	Sum of Val. Compra Act. (MB)	Sum of Amortizações Anuais CIBE	Sum of Amortizações Acumuladas CIBE	Sum of Imobilizado Líquido CIBE
Abrunheira	99,753.99	5,633.74	42,461.48	57,262.51
Abrunheira Eco-parque	80,497,702.32	698,094.83	58,372,764.08	34,124,918.24
Abrunheira Oficinas	154,915.30	12,510.11	151,419.13	3,496.17
Centro Triagem Multimateriais	11,640,842.57	244,971.70	2,829,149.05	9,011,693.52
Edifício administrativo, estacionamento e esplanada	3,973,372.15	79,262.25	2,122,951.60	1,850,420.66
Equipamento Básico	98,955,026.73	4,178,419.80	26,440,240.27	63,514,786.46
Equipamentos Síntra	9,098.80	0.00	9,098.80	0.00
Ercóia Eco-parque	792,108.98	16,848.30	404,979.10	387,130.78
Estações Transferencia	10,500.00	749.70	9,248.70	2,253.30
Infraestruturas, Arruamentos	3,981,824.48	76,314.61	3,543,159.19	418,665.29
novas prensa	1,878,444.13	6,279.32	1,849,908.44	28,537.69



Obras de manutenção e talho-hospital	525,663.33	12,538.94	351,038.03	174,825.30
Outros Trabalhos	402,691.32	23,955.07	362,431.06	40,480.27
ponderia	30,804.87	1,878.55	23,321.53	7,483.34
recepção nu	307,082.28	3,183.43	172,004.28	135,058.02
Trajeouca Ecoparque	4,437,611.44	31,311.11	778,192.88	3,658,418.58
tratamento biológico - parques	3,177,282.09	32,950.94	2,116,193.79	1,067,088.30
Tratamento mecânico 1	8,848,516.79	76,829.28	3,586,190.15	2,280,326.64
Tratamento mecânico 2 - afinação	75,732.63	0.00	75,732.63	0.00
tragem manual	19,595.10	483.50	18,131.60	483.50
<b>Grand Total</b>	<b>218,796,731.20</b>	<b>6,601,986.98</b>	<b>100,063,660.73</b>	<b>116,743,070.47</b>

## 5. Ativos Tangíveis

### 5.1. Ativos Fixos Tangíveis reconhecidos nas Demonstrações Financeiras

#### 5.1.1. Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos são registrados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

A informação referente aos Ativos de concessão remetem para a nota 4 deste documento.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

#### 5.1.2. Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis até 2021 são calculadas em conformidade com o CIBE.

As depreciações dos ativos tangíveis após 2020 e de todos os Edifícios e Outras Construções (como exceção ao apresentado anteriormente e independentemente do ano de aquisição por de acordo com a FAQ44 da CNC) são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 — cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

As despesas de conservação/reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registradas como gastos do período.



### 5.1.3. Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Relativamente aos edifícios, com a adoção do SNC-AP e utilizando a opção prevista nas regras de transição, os edifícios e outras construções foram alterados quanto ao seu valor líquido, tendo-lhes sido atribuída, de uma forma geral, uma vida útil remanescente de 50 anos. À falta de outra informação, a AMTRES entendeu como razoável seguir a indicação prevista no Classificador Complementar 2 (CC2), anexo ao Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro. As outras construções obedeceram ao mesmo critério, tendo-lhes sido atribuída uma nova vida útil de 20 anos, conforme indicação do CC2.

### 5.1.4. Ativos fixos tangíveis — variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:





AMTRES - Anexos às Demonstrações Financeiras | 2021

	Descrição	Valor Bruto Inicial	Depreciação acumulada	Valor Bruto Final	Correções/Diminuições	Quantidade Final	Ativos/Passivos	Depreciação acumulada	Valor Bruto Final
431	Terras e recursos naturais	14.838.525,00	-	14.838.525,00	-	14.838.525,00	-	-	14.838.525,00
4319	Outros terrenos e outros recursos naturais	14.838.525,00	-	14.838.525,00	-	14.838.525,00	-	-	14.838.525,00
432	Edifícios e outras construções	137.964.800,64	79.234.899,71	58.739.900,93	7.174.398,17	130.790.402,47	2.558.987,59	76.685.912,12	54.124.490,35
4321	Habitacões e edificações para serviços	5.488.840,04	2.462.269,10	3.026.570,94	1.488.467,89	4.000.372,15	319.726,20	2.142.542,90	1.857.829,25
43212	Ativos Concessionados	5.488.840,04	2.462.269,10	3.026.570,94	1.488.467,89	4.000.372,15	319.726,20	2.142.542,90	1.857.829,25
432121	Valor Avaliado	1.583.400,00	490.734,00	1.092.666,00	1.556.400,00	27.000,00	471.159,00	19.575,00	7.425,00
432122	Beneficiárias	3.905.440,04	1.971.535,10	1.933.904,94	67.932,11	3.973.372,15	151.432,80	2.122.967,90	1.850.404,25
4329	Outros	132.475.960,60	76.762.630,61	55.713.329,99	5.685.930,28	126.790.030,32	2.239.261,39	74.523.369,22	52.266.661,10
43292	Ativos Concessionados	132.475.960,60	76.762.630,61	55.713.329,99	5.685.930,28	126.790.030,32	2.239.261,39	74.523.369,22	52.266.661,10
432921	Valor Avaliado	9.517.630,00	5.278.284,23	4.239.345,77	6.595.930,00	2.921.700,00	3.245.021,60	2.033.262,63	888.437,37
432922	Beneficiárias	122.958.330,60	71.484.346,38	51.473.984,22	909.999,72	123.868.330,32	1.005.760,21	72.490.106,59	51.378.223,73
433	Equipamento básico	88.261.512,40	21.261.810,46	66.999.701,94	693.516,33	88.955.028,73	4.178.410,80	25.440.221,26	63.514.807,47
4339	Outro equipamento básico	88.261.512,40	21.261.810,46	66.999.701,94	693.516,33	88.955.028,73	4.178.410,80	25.440.221,26	63.514.807,47
43392	Ativos Concessionados	88.261.512,40	21.261.810,46	66.999.701,94	693.516,33	88.955.028,73	4.178.410,80	25.440.221,26	63.514.807,47
433922	Beneficiárias	88.261.512,40	21.261.810,46	66.999.701,94	693.516,33	88.955.028,73	4.178.410,80	25.440.221,26	63.514.807,47
4359	Outros	56.335,36	56.335,36	-	4.796,96	61.132,34	1.199,25	57.334,61	3.697,79
4379	Outros	324,22	324,22	-	-	324,22	-	324,22	-
45	Investimentos em curso	5.000,00	-	5,000,00	-	5,000,00	-	-	5,000,00
453	Ativos fixos tangíveis em curso	5,000,00	-	5,000,00	-	5,000,00	-	-	5,000,00
						234.650.412,76		102.163.992,21	132.486.420,55

### 5.1.5. Ativos fixos tangíveis — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante os exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

- Ajustamentos com o reconhecimento de de activos concessionados á participada Tratolixo;
- Ajustamentos pela pela aquisição de activos pela AMTRES;
- Ajustamento resultante do enquadramento das depreciações dos edifícios que no seguimento da FAQ 44 na CNC são agora calculadas pelo CC2;
- Reconhecimento de aquisições de activos concessionados pela Participada Tratolixo.

Tendo a AMTRES na sua contabilidade a avaliação de edifícios e Outras construções, não existindo informação com maior detalhe sobre as construções realizadas, foi considerado que todas as obras e construções da Tratolixo constituem benfeitorias aos activos já existentes ou novas construções.

Neste contexto, face ao trabalho realizado em 2021 para apreciar a possibilidade de duplicação de valorização de activos, os activos em posse da AMTRES foram ajustados pela anulação dos valores avaliados passando estes activos a ser unicamente valorizados pelos valores reportados pela participada Tratolixo nos seus activos de concessão. O quadro abaixo apresentado reflecte os ajustamentos realizados nos activos da AMTRES:

		Quantia escriturada no início do período	Quantia escriturada no fim do período	Ajustamentos em milhões de €	Quantia escriturada no início do período	Quantia escriturada no fim do período
431	Terras e recursos naturais	14,838,525.00	14,838,525.00	-	14,838,525.00	14,838,525.00
4319	Outros terrenos e outros recursos naturais	14,838,525.00	14,838,525.00	-	14,838,525.00	14,838,525.00
432	Edifícios e outras construções	137,964,900.64	58,739,800.93	8,279,806.56	129,684,994.08	53,045,871.57
4321	Habitções e edificações para serviços	5,488,840.04	3,026,570.94	1,488,467.89	4,000,372.15	2,009,262.05
43212	Activos Concessionados	5,488,840.04	3,026,570.94	1,488,467.89	4,000,372.15	2,009,262.05
432121	Valor Avaliado	1,583,400.00	1,092,666.00	490,734.00	27,000.00	7,425.00
432122	Benfeitorias	3,905,440.04	1,933,904.94	67,932.21	3,973,372.15	2,001,837.05
4329	Outros	132,475,960.60	55,713,229.99	6,791,338.67	125,684,621.93	51,036,609.52
43292	Activos Concessionados	132,475,960.60	55,713,229.99	6,791,338.67	125,684,621.93	51,036,609.52
432921	Valor Avaliado	9,517,630.00	4,239,345.77	3,291,840.00	2,924,700.00	888,437.37
432922	Benfeitorias	122,958,330.60	51,473,884.22	195,408.67	122,762,921.93	50,148,172.15
433	Equipamento básico	88,261,512.40	66,999,701.94	693,516.33	88,955,028.73	63,514,807.47
4339	Outro equipamento básico	88,261,512.40	66,999,701.94	693,516.33	88,955,028.73	63,514,807.47
43392	Activos Concessionados	88,261,512.40	66,999,701.94	693,516.33	88,955,028.73	63,514,807.47
433922	Benfeitorias	88,261,512.40	66,999,701.94	693,516.33	88,955,028.73	63,514,807.47
43399	Outros	56,335.36	-	4,796.98	61,132.34	3,597.73
4379	Outros	324.22	-	-	324.22	-
45	Investimentos em curso	5,000.00	5,000.00	-	5,000.00	5,000.00
453	Ativos fixos tangíveis em curso	5,000.00	5,000.00	-	5,000.00	5,000.00

### 5.1.5.1. Reconhecimento do contrato de concessão

De acordo com os activos reportados pela participada Tratolixo, foram reconhecidos os bens concessionados.

Para garantir maior controlo dos activos concessionados, todos estão categorizados pela localização geral (sem detalhe), permitindo controlar futuras acções no decorrer da actividade da Tratolixo (aquisições, abates, alienações).

O valor de Compra actualizado foi utilizado para registo dos activos concessionados bem como as amortizações acumuladas maioritariamente utilizando o CIBE (os edificios encontram-se registados considerando o CC2 quanto às depreciações).

Na contabilidade da AMTRES foram registados:

- Edifícios : os valores do Edifício administrativo, estacionamento e esplanada;
- Equipamento Básico : o equipamento básico registado pela participada;
- Os restantes ativos encontram-se em Outras Construções.

### 5.1.5.2. Ativos fixos tangíveis — adições

Em 2021 foram reconhecidas as seguintes aquisições de ativos:

	Sum of Val. Compra Act. (MB)	Sum of Depr. Exerc. (MB)	Sum of Depr. Acum. (MB)	Sum of Val. Líquido (MB)	Sum of Amortizações Acumuladas CIBE	Sum of Amortizações Acumuladas CC2	Sum of Inesbitizado Líquido CIBE
Rear Labelle							
Abrunheir	4,128.00	174.49	179.53	3,948.54	504.80	504.80	3,543.70
Abrunheir Escopique	448,705.87	18,422.01	19,422.00	429,283.81	44,020.87	44,020.87	405,262.94
Centro Triagem Multimedial	478,823.00	20,718.39	20,718.39	458,104.61	50,505.36	50,505.36	407,599.25
Edifício administrativo, estacionamento e esplanada	47,941.50	2,914.27	2,914.10	45,027.40	7,091.70	7,091.70	37,935.70
Equipamento Básico	832,514.33	28,948.83	28,948.73	803,565.60	88,689.30	88,689.30	714,876.30
Escalm Escopique	83,940.00	3,949.54	3,949.54	80,000.46	5,993.32	5,993.32	74,007.14
Indestrutur, Armazéns	38,033.15	1,506.84	1,506.84	36,526.31	3,149.77	3,149.77	33,376.54
Oficinas de manutenção e trabalho split	17,485.49	780.24	780.10	16,705.39	2,438.88	2,438.88	14,266.51
portaria	3,729.17	182.14	182.10	3,547.07	508.71	508.71	3,038.36
Trejoque Escopique	20,206.00	898.88	898.88	19,307.12	2,047.00	2,047.00	17,260.12
Tratamento mecânico 1	18,485.82	715.91	715.93	17,769.89	2,006.23	2,006.23	15,763.66
Grand Total	1,848,873.22	81,841.38	81,841.87	1,767,031.35	216,183.85	216,183.85	1,550,847.50

As aquisições de ativos afectam as rubricas de Edifícios, Equipamento básico e outras construções.

Em 2021, foi ainda adquirido equipamento informático pela AMTRES para renovação do parque informático.

### 5.1.5.3. Ativos fixos tangíveis — diminuições

Em 2021 foram reconhecidos os seguintes abates de ativos:

	Sum of Val. Compra Act. (MB)	Sum of Depr. Exerc. (MB)	Sum of Depr. Acum. (MB)	Sum of Val. Líquido (MB)	Sum of Amortizações Acumuladas CIBE	Sum of Amortizações Acumuladas CC2	Sum of Inesbitizado Líquido CIBE
Rear Labelle							
Edifício administrativo, estacionamento e esplanada	14.78	0.98	1.01	13.79	18.78	18.78	0.00
Estação Transferecia	90,500.00	270.87	4,274.89	85,955.11	748.70	6,298.70	2,246.40
novas pteinas	79,308.87	0.00	79,308.87	0.00	0.00	79,308.87	0.00
Oficinas de manutenção e trabalho split	349.80	0.00	349.80	0.00	0.00	349.80	0.00
Trejoque Escopique	105,250.00	0.00	105,250.00	0.00	0.00	105,250.00	0.00
Grand Total	185,422.45	271.85	185,194.57	0.227.81	748.70	185,171.78	2,246.40

Os abates de ativos afectam as rubricas de Outras construções.



## **5.2. Outras divulgações**

Não aplicável.

## **6. Locações**

Não existem contratos de locação.

## **7. Custos de empréstimos obtidos**

Não aplicável.

## **8. Propriedades de Investimento**

Não aplicável.

## **9. Imparidade de Ativos**

Não foram identificadas situações que carecem de reconhecimento de imparidades de activos.

## **10. Inventários**

Não aplicável.

## **13. Rendimentos de Transacções com contraprestação**

Os rendimentos dos activos de concessão correspondem à especialização do período do contrato e da integração dos activos fixos tangíveis na AMTRES.

Não existem valores outras contrapartidas pela concessão.

## **14. Rendimentos de Transacções sem contraprestação**

A AMTRES apresenta como rendimentos sem contraprestação as transferências dos Municípios que a constituem para efeitos de contribuição para o funcionamento da mesma.



Conta	31/12/2021	31/12/2020
Transferências	143 920,64 €	134 498,21 €

### 15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Não existem à data deste relatório.

### 16. Efeitos de alterações de taxas de cambio

Não aplicável.

### 17. Acontecimentos após Data de Relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 07 de Abril de 2022 pelo Executivo da AMTRES.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Neste contexto, importa referir que à data do relato, ocorre uma situação de guerra na Ucrânia embora não seja reconhecido à data impacto na actividade da AMTRES.

### 18. Instrumentos Financeiros

Não aplicável.

### 19. Benefícios dos empregados

Os valores de gastos com o pessoal correspondem à remuneração dos colaboradores da AMTRES resultado da actividade realizada. Não existem benefícios adicionais quanto ao pessoal.

A Contabilidade da AMTRES prevê a especialização de férias e subsídio de férias.

Conta	31/12/2021	31/12/2020
632 - Remunerações do pessoal	80 897,58 €	81 265,80 €
632202 - Alimentação e alojamento	905,80 €	726,10 €
632203 - Ajudas de custo	602,40 €	401,60 €



M

Conta	31/12/2021	31/12/2020
632203 - Ajudas de custo	602,40 €	401,60 €
632204 - Trabalho extraordinário	- €	4 936,14 €
63511 - Caixa Geral de Aposentações	17 835,52 €	17 829,95 €
6352 - Subistemas de saúde	11,52 €	312,19€
638911 - Reembolsos ADSE	149,96 €	0 €
6395 - Encargos com a saúde	21,17 €	2,50 €

## 20. Divulgações das partes relacionadas

### 20.1. Divulgação de Controlo Transações entre as partes relacionadas

Nome da empresa-mãe controladora final: AMTRES.

A AMTRES em 31 de dezembro de 2020 tinha controlo sobre as seguintes entidades:

[Redacted]	
Tratolixo	100%

A AMTRES apresenta como associados os seguintes Municípios:

[Redacted]	
Câmara Municipal de Sintra	
Câmara Municipal de Cascais	
Câmara Municipal de Oeiras	
Câmara Municipal de Mafra	

### 20.2. Transações entre as partes relacionadas

Actualmente não existe relação transaccional entre a AMTRES e a Tratolixo.

No entanto, fruto de acontecimentos em 2019, a Tratolixo adiantou verbas para fazer face às despesas de funcionamento da AMTRES (fruto de uma penhora realizada na AMTRES).

Neste contexto, a AMTRES tem na sua contabilidade uma conta corrente refletindo o valor em dívida à Tratolixo no valor de 27.877,25 €



## 20.6. Pessoas chave da Gestão

A AMTRES tem na sua organica um Secretário Geral remunerado através de Vencimento mensal. Adicionalmente a AMTRES assegura os custos de manutenção da viatura do Secretário Geral (viatura própria utilizada para deslocação a serviço).

A AMTRES assegura ainda os serviços do seu Revisor Oficial de Contas através do registo de um custo apurado anualmente.

Secretário Geral	4.512,19 €
Revisor Oficial de Contas	1.545,00 €

## 22. Interesses em outras Entidades

### 22.6. Outras situações

Com a aplicação do SNC-AP, a AMTRES regista o impacto da actividade da participada com a aplicação de ajustamentos pelo método da equivalencia patrimonial. Este ajustamento foi realizado nos ajustamentos do balancete inicial bem como com no final de 2021 com o ajustamento resultante da actividade do ano.

Adicionalmente, as rubricas de capital também se encontram mensuradas com a contrapartida dos ajustamentos pela implementação do SNC-AP (maioritariamente devido aos ajustamentos realizados quanto à integração dos activos concessionados na contabilidade da AMTRES).

O Grupo Autarquico AMTRES é constituído pela AMTRES e pela sua participada TratoLixo.

## 28. Outras Notas

### 28.1. Acréscimos e Diferimentos

A contabilidade da AMTRES apresenta como acréscimos e diferimentos (Passivo) os seguintes valores como reflexo de:

- Reflexo de especialização de Férias e subsídio de férias para 2022 (no valor de 14 391,49 €);
- Custo estimado da certificação de contas do exercício de 2021 a pagar em 2022 (no valor de 1 845,00 €);
- Reconhecimento dos rendimentos resultantes do contrato de concessão e o tratamento dos Activos concessionados integrados na contabilidade da AMTRES. Esta verba será reconhecida anualmente nos exercicios

da AMTRES aquando do reconhecimento da depreciações anual dos mesmos. (aquando do fecho do exercício de 2021 o valor é de 152 981 193,50 €).

- Reflexo dos valores referentes às Notas de Crédito emitidas pela Tratolixo referente a valores entregues pelos desvios tarifários em 2014 (facturas anuladas no final de 2015).

O Secretário-geral,



(Abílio Espadinha)





## AMTRES

Mês de Dezembro

Ano: 2021

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
118	Fundo fixo	500,00	500,00	0,00	0,00
118000005	Abílio Antonio Nicolau Espadinha	500,00	500,00	0,00	0,00
12	Depósitos à ordem	167 260,17	143 477,31	23 782,86	0,00
122	Depósitos bancários à Ordem	167 260,17	143 477,31	23 782,86	0,00
12201	TagusPark	167 260,17	143 477,31	23 782,86	0,00
1220101	Conta nº 003300000000468519805	167 260,17	143 477,31	23 782,86	0,00
	<b>Totals :</b>	<b>167 760,17</b>	<b>143 977,31</b>	<b>23 782,86</b>	<b>0,00</b>
23	Pessoal	91 824,62	91 624,62	0,00	0,00
231	Remunerações a pagar	91 624,62	91 624,62	0,00	0,00
2312	Ao pessoal	91 624,62	91 624,62	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	36 578,89	39 548,78	0,00	2 967,89
242	Retenção de Impostos sobre rendimentos	25 690,95	28 088,85	0,00	2 377,90
2421	De trabalho dependente	23 540,95	25 268,85	0,00	1 727,90
24211	IRS - Trabalho Dependente - Credora de Retenções	23 540,95	25 268,85	0,00	1 727,90
2422	De trabalho independente	2 150,00	2 800,00	0,00	650,00
24221	IRS - Trabalho independente - Credora de Retenções	2 150,00	2 800,00	0,00	650,00
245	Contribuições para sistemas de proteção social e subsis	10 887,94	11 477,93	0,00	589,99
2451	Sistemas de proteção social	8 259,86	8 849,85	0,00	589,99
24511	Parte do trabalhador	8 259,86	8 849,85	0,00	589,99
245111	Caixa Geral de Aposentações	8 259,86	8 849,85	0,00	589,99
2451111	Caixa Geral de Aposentações - Credora Retenções	8 259,86	8 849,85	0,00	589,99
2452	Subsistemas de saúde	2 628,08	2 628,08	0,00	0,00
24521	Parte do trabalhador	2 628,08	2 628,08	0,00	0,00
245211	Subsistemas de saúde - Parte Trabalhador - Credora Re	2 628,08	2 628,08	0,00	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	203 384,88	388 869,03	0,00	185 484,15
272	Devedores e credores por acréscimos (periodização ecc	7 529,16	164 288,34	0,00	156 759,18
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	320,64	0,00	320,64	0,00
27219	Outros acréscimos de rendimentos	320,64	0,00	320,64	0,00
2722	Credores por acréscimos de gastos	7 208,52	164 288,34	0,00	157 079,82
27221	Remunerações a Liquidar	5 363,52	19 755,01	0,00	14 391,49
27229	Outros acréscimos de gastos	1 845,00	144 533,33	0,00	142 688,33
272299	Outros	1 845,00	144 533,33	0,00	142 688,33
276	Outros devedores e credores	195 855,72	224 580,69	0,00	28 724,97
2769	Outros	195 855,72	224 580,69	0,00	28 724,97
27681	Outros devedores	144 037,24	143 920,64	116,60	0,00
276919	Outros devedores-Outros	144 037,24	143 920,64	116,60	0,00
2769191	Realizável até 12 meses	144 037,24	143 920,64	116,60	0,00
27691913	Administração Local	144 037,24	143 920,64	116,60	0,00
276919132	Municípios	144 037,24	143 920,64	116,60	0,00
276919132000039	Câmara Municipal de Cascais	48 557,54	48 557,54	0,00	0,00
276919132000040	Câmara Municipal de Oeiras	18 450,58	18 333,98	116,60	0,00
276919132000041	Câmara Municipal de Sintra	62 018,82	62 018,82	0,00	0,00
276919132000042	Câmara Municipal de Mafra	15 010,30	15 010,30	0,00	0,00
27692	Outros credores	51 818,48	80 660,05	0,00	28 841,57
276929	Outros credores-Outros	51 818,48	80 660,05	0,00	28 841,57
2769291	Exigível até 12 meses	51 818,48	80 660,05	0,00	28 841,57
27692919	Outras entidades	51 818,48	80 660,05	0,00	28 841,57
2769291999	Outras Entidades	51 818,48	80 660,05	0,00	28 841,57
2769291999000001	Banco Comercial Português, Sa	306,36	306,36	0,00	0,00
2769291999000002	Tratolixa	0,00	27 877,25	0,00	27 877,25
2769291999000005	Abílio Antonio Nicolau Espadinha	401,60	401,60	0,00	0,00

## AMTRES

Mês de Dezembro

Ano: 2021

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2789291999000006	Carlos Manuel de Jesus Fernandes	1 722,00	1 722,00	0,00	0,00
2789291999000010	Afonso José Manuel Alves Crespo	200,80	200,80	0,00	0,00
2789291999000014	Vodafone	3 593,92	3 593,92	0,00	0,00
2789291999000015	AIRC	2 212,77	3 177,09	0,00	964,32
2789291999000024	Restaurantes Diversos	905,80	905,80	0,00	0,00
2789291999000025	Bombas de Gasolina Diversas	2 720,08	2 720,08	0,00	0,00
2789291999000028	ADSE	185,15	185,15	0,00	0,00
2789291999000030	CGA	17 835,52	17 835,52	0,00	0,00
2789291999000056	Deslocações Diversas	1 003,35	1 003,35	0,00	0,00
2789291999000105	Jorge Miguel Paulino Viegas	8 856,00	8 856,00	0,00	0,00
2789291999000113	Soluçãocar	607,61	607,61	0,00	0,00
2789291999000161	Liomatic	215,99	215,99	0,00	0,00
2789291999000179	APPM SROC	1 845,00	1 845,00	0,00	0,00
2789291999000180	Brandsmartinho	651,90	651,90	0,00	0,00
2789291999000181	Chip 7	4 796,98	4 796,98	0,00	0,00
2789291999000182	Nuno Ferreira	2 460,00	2 460,00	0,00	0,00
2789291999000183	Datarecovery	1 287,65	1 297,65	0,00	0,00
28	Diferimentos	6 960 543,57	159 941 737,07	0,00	152 981 193,50
282	Rendimentos a reconhecer	6 960 543,57	159 941 737,07	0,00	152 981 193,50
2824	Acordos de concessão de serviços	6 960 543,57	159 941 737,07	0,00	152 981 193,50
282407	Serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos e ui	6 960 543,57	159 941 737,07	0,00	152 981 193,50
2824072	A reconhecer a mais de 12 meses	6 960 543,57	159 941 737,07	0,00	152 981 193,50
	<b>Totals :</b>	<b>7 292 131,96</b>	<b>160 461 777,50</b>	<b>437,24</b>	<b>153 170 082,78</b>
41	Investimentos financeiros	7 033 624,79	669 079,42	6 364 545,37	0,00
411	Investimentos em entidades controladas	7 033 624,79	669 079,42	6 364 545,37	0,00
4111	Participações de capital - método da equivalência patrir	7 033 624,79	669 079,42	6 364 545,37	0,00
41111	Justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis	7 010 120,00	0,00	7 010 120,00	0,00
411119	Outros	7 010 120,00	0,00	7 010 120,00	0,00
41112	Goodwill	23 504,79	669 079,42	0,00	645 574,63
411129	Equivalência Patrimonial	23 504,79	669 079,42	0,00	645 574,63
43	Ativos fixos tangíveis	247 237 656,00	114 758 235,45	132 481 420,55	0,00
431	Terrenos e recursos naturais	14 838 525,00	0,00	14 838 525,00	0,00
4319	Outros terrenos e outros recursos naturais	14 838 525,00	0,00	14 838 525,00	0,00
432	Edifícios e outras construções	139 138 157,53	8 347 755,06	130 790 402,47	0,00
4321	Habitacões e edificações para serviços	5 556 788,54	1 556 416,39	4 000 372,15	0,00
43212	Activos Concessionados	5 556 788,54	1 556 416,39	4 000 372,15	0,00
432121	Valor Avaliado	1 583 400,00	1 556 400,00	27 000,00	0,00
432122	Benefitorias	3 973 388,54	16,39	3 973 372,15	0,00
4329	Outros	133 581 368,99	6 791 338,67	126 790 030,32	0,00
43292	Activos Concessionados	133 581 368,99	6 791 338,67	126 790 030,32	0,00
432921	Valor Avaliado	8 517 630,00	6 585 930,00	2 921 700,00	0,00
432922	Benefitorias	124 063 738,99	195 408,67	123 868 330,32	0,00
433	Equipamento básico	88 955 028,73	0,00	88 955 028,73	0,00
4339	Outro equipamento básico	88 955 028,73	0,00	88 955 028,73	0,00
43392	Activos Concessionados	88 955 028,73	0,00	88 955 028,73	0,00
433922	Benefitorias	88 955 028,73	0,00	88 955 028,73	0,00
435	Equipamento administrativo	61 132,34	0,00	61 132,34	0,00
4359	Outros	61 132,34	0,00	61 132,34	0,00
437	Outros ativos fixos tangíveis	324,22	0,00	324,22	0,00
4379	Outros	324,22	0,00	324,22	0,00
438	Depreciações acumuladas	4 244 488,18	106 408 480,39	0,00	102 163 992,21

## AMTRES

Mês de Dezembro

Ano: 2021

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
4382	Edifícios e outras construções	4 244 488,18	80 810 400,30	0,00	76 565 912,12
43821	Habitções e edificações para serviços	664 761,47	2 807 304,37	0,00	2 142 542,90
438212	Activos Concessionados	664 761,47	2 807 304,37	0,00	2 142 542,90
4382121	Valor Avaliado	664 761,47	684 336,47	0,00	19 575,00
4382122	Benefitorias	0,00	2 122 967,90	0,00	2 122 967,90
43829	Outros	3 579 726,71	78 103 095,93	0,00	74 523 369,22
438292	Activos Concessionados	3 579 726,71	78 103 095,93	0,00	74 523 369,22
4382921	Valor Avaliado	3 315 134,10	5 348 396,73	0,00	2 033 262,63
4382922	Benefitorias	264 592,61	72 754 699,20	0,00	72 490 106,59
4383	Equipamento básico	0,00	25 440 221,26	0,00	25 440 221,26
43839	Outro equipamento básico	0,00	25 440 221,26	0,00	25 440 221,26
438392	Activos Concessionados	0,00	25 440 221,26	0,00	25 440 221,26
4383922	Benefitorias	0,00	25 440 221,26	0,00	25 440 221,26
4385	Equipamento administrativo	0,00	57 534,61	0,00	57 534,61
43859	Outros	0,00	57 534,61	0,00	57 534,61
4387	Outros ativos fixos tangíveis	0,00	324,22	0,00	324,22
43879	Outros	0,00	324,22	0,00	324,22
45	Investimentos em curso	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00
453	Ativos fixos tangíveis em curso	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>254 276 280,79</b>	<b>115 425 314,87</b>	<b>241 660 532,76</b>	<b>102 809 566,84</b>
51	Património/capital	0,00	37 453 221,21	0,00	37 453 221,21
511	Balanco inicial	0,00	37 453 221,21	0,00	37 453 221,21
56	Resultados transferidos	58 633 751,96	5 440 156,99	53 193 594,97	0,00
561	De períodos anteriores	17 172 719,24	5 440 156,99	11 732 562,25	0,00
56101	Resultados Períodos anteriores	8 961 650,24	0,00	8 961 650,24	0,00
56102	Resultados 2020	8 211 069,00	5 440 156,99	2 770 912,01	0,00
563	Resultados atribuídos	423 246,48	0,00	423 246,48	0,00
56301	Resultados 2019	423 246,48	0,00	423 246,48	0,00
564	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	41 037 786,24	0,00	41 037 786,24	0,00
57	Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	58 739,00	0,00	58 739,00
571	Relacionados com o método de equivalência patrimonial	0,00	58 739,00	0,00	58 739,00
5712	Lucros não atribuídos	0,00	58 739,00	0,00	58 739,00
	<b>Totais :</b>	<b>58 633 751,96</b>	<b>42 952 117,20</b>	<b>53 193 594,97</b>	<b>37 511 960,21</b>
62	Fornecimentos e serviços externos	26 603,03	1 845,00	26 758,03	0,00
622	Serviços especializados	20 846,03	1 845,00	19 001,03	0,00
6221	Trabalhos especializados	20 238,42	1 845,00	18 393,42	0,00
62211	Estudos, pareceres e consultoria jurídica	1 722,00	0,00	1 722,00	0,00
62212	Projetos e serviços de informática	3 510,42	0,00	3 510,42	0,00
62214	Estudos de organização, económico-financeiros e de au	15 006,00	1 845,00	13 161,00	0,00
6226	Conservação e reparação	607,61	0,00	607,61	0,00
62261	Conservação e reparação de ativos fixos	607,61	0,00	607,61	0,00
622613	Viaturas	607,61	0,00	607,61	0,00
62261302	Conservação e reparação Viaturas- Outras	607,61	0,00	607,61	0,00
623	Materiais de consumo	867,89	0,00	867,89	0,00
6233	Materiais de escritório	867,89	0,00	867,89	0,00
624	Energia e fluidos	2 720,08	0,00	2 720,08	0,00
6242	Combustíveis e lubrificantes	2 720,08	0,00	2 720,08	0,00
62422	Gasolina	2 720,08	0,00	2 720,08	0,00
624222	Gasolina - Outros	2 720,08	0,00	2 720,08	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	85,42	0,00	85,42	0,00
6251	Deslocações e estadas	85,42	0,00	85,42	0,00

## AMTRES

Mês de Dezembro

Ano: 2021

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
626	Serviços diversos	4 083,61	0,00	4 083,61	0,00
6262	Comunicação	3 163,18	0,00	3 163,18	0,00
62622	Comunicações Móveis	3 163,18	0,00	3 163,18	0,00
6269	Doutros serviços	920,43	0,00	920,43	0,00
62699	Outros	920,43	0,00	920,43	0,00
63	Gastos com o pessoal	169 356,56	78 207,57	111 150,99	0,00
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e n	72 844,05	72 844,05	0,00	0,00
6301	Remunerações certas e permanentes	71 413,35	71 413,35	0,00	0,00
63011	Remuneração base	60 686,31	60 686,31	0,00	0,00
63012	Subsídio de férias	5 363,52	5 363,52	0,00	0,00
63013	Subsídio de Natal	5 363,52	5 363,52	0,00	0,00
6302	Abonos variáveis ou eventuais	1 430,70	1 430,70	0,00	0,00
63022	Alimentação e alojamento	828,30	828,30	0,00	0,00
63023	Ajudas de custo	602,40	602,40	0,00	0,00
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	16 090,56	5 363,52	10 727,04	0,00
6311	Remunerações certas e permanentes	16 090,56	5 363,52	10 727,04	0,00
63112	Subsídio de férias	10 727,04	5 363,52	5 363,52	0,00
63113	Subsídio de Natal	5 363,52	0,00	5 363,52	0,00
632	Remunerações do pessoal	82 405,78	0,00	82 405,78	0,00
6321	Remunerações certas e permanentes	80 897,58	0,00	80 897,58	0,00
63211	Remuneração base	80 897,58	0,00	80 897,58	0,00
632111	Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato d	80 897,58	0,00	80 897,58	0,00
6322	Abonos variáveis ou eventuais	1 508,20	0,00	1 508,20	0,00
632202	Alimentação e alojamento	905,80	0,00	905,80	0,00
632203	Ajudas de custo	602,40	0,00	602,40	0,00
635	Encargos sobre remunerações	17 847,04	0,00	17 847,04	0,00
6351	Sistemas de protecção social	17 835,52	0,00	17 835,52	0,00
63511	Caixa Geral de Aposentações	17 835,52	0,00	17 835,52	0,00
6352	Subsistemas de saúde	11,52	0,00	11,52	0,00
638	Outros gastos com o pessoal	149,96	0,00	149,96	0,00
6389	Outros	149,96	0,00	149,96	0,00
63891	Despesas de Saúde	149,96	0,00	149,96	0,00
638911	Reembolsos ADSE	149,96	0,00	149,96	0,00
639	Outros encargos sociais	21,17	0,00	21,17	0,00
6395	Encargos com a saúde	21,17	0,00	21,17	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	5 766 900,18	192 927,47	5 573 972,71	0,00
642	Ativos fixos tangíveis	5 766 900,18	192 927,47	5 573 972,71	0,00
6422	Edifícios e outras construções	1 587 290,13	192 927,47	1 394 362,66	0,00
64221	Habitacões e edificações para serviços	103 789,50	23 852,25	79 937,25	0,00
642211	Na Posse da Associação	24 527,25	23 852,25	675,00	0,00
642212	Activos Consignados	79 262,25	0,00	79 262,25	0,00
64229	Outros	1 483 500,63	169 075,22	1 314 425,41	0,00
642291	Na Posse da Associação	239 187,72	169 075,22	70 112,50	0,00
642292	Activos Consignados	1 244 312,91	0,00	1 244 312,91	0,00
6423	Equipamento básico	4 178 410,80	0,00	4 178 410,80	0,00
64239	Outros	4 178 410,80	0,00	4 178 410,80	0,00
642392	Activos Consignados	4 178 410,80	0,00	4 178 410,80	0,00
6425	Equipamento administrativo	1 199,25	0,00	1 199,25	0,00
64251	Equipamento Informático e de telecomunicações	1 199,25	0,00	1 199,25	0,00
68	Outros gastos	221 464,97	192 422,06	29 042,91	0,00
687	Gastos em investimentos não financeiros	195 425,06	192 422,06	3 003,00	0,00

## AMTRES

Ano: 2021

Mês de Dezembro

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
6871	Alienações	195 425,06	192 422,08	3 003,00	0,00
68712	Ativos fixos tangíveis	195 425,06	192 422,08	3 003,00	0,00
688	Outros	26 039,91	0,00	26 039,91	0,00
6881	Correções relativas a períodos anteriores	26 039,91	0,00	26 039,91	0,00
68811	Correções de impostos diretos	26 039,91	0,00	26 039,91	0,00
688119	Outros	26 039,91	0,00	26 039,91	0,00
69	Gastos por juros e outros encargos	306,36	0,00	306,36	0,00
698	Outros gastos de financiamento	306,36	0,00	306,36	0,00
6989	Outros	306,36	0,00	306,36	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>6 208 633,10</b>	<b>485 402,10</b>	<b>5 741 231,00</b>	<b>0,00</b>
72	Prestações de serviços e concessões	0,00	6 960 543,57	0,00	6 960 543,57
7206	Concessões	0,00	6 960 543,57	0,00	6 960 543,57
720507	Serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos urb:	0,00	6 960 543,57	0,00	6 960 543,57
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	0,00	143 920,64	0,00	143 920,64
751	Transferências correntes	0,00	143 920,64	0,00	143 920,64
7511	Administrações Públicas	0,00	143 920,64	0,00	143 920,64
75113	Administração Local	0,00	143 920,64	0,00	143 920,64
751132	Municípios	0,00	143 920,64	0,00	143 920,64
78	Outros rendimentos	0,00	23 504,79	0,00	23 504,79
785	Rendimentos em entidades controladas, associadas e e	0,00	23 504,79	0,00	23 504,79
7851	Aplicação do método da equivalência patrimonial	0,00	23 504,79	0,00	23 504,79
	<b>Totais :</b>	<b>0,00</b>	<b>7 127 969,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 127 969,00</b>
81	Resultado Líquido do Período	1 653 188,89	1 653 188,89	0,00	0,00
818	Resultado líquido	1 653 188,89	1 653 188,89	0,00	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>1 653 188,89</b>	<b>1 653 188,89</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Totais Gerais:</b>	<b>328 229 746,87</b>	<b>328 229 746,87</b>	<b>300 619 578,83</b>	<b>300 619 578,83</b>

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE

AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRAMENTO DE RESÍDUOS

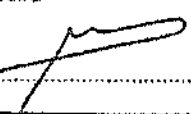
GERÊNCIA

2021

Nome	Situação na Entidade	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Lúcia Maria Quintério da Silva Bonifácio de Carvalho	Presidente	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Praça do Município 2644-001 Mafra
Joana Presas Pinto da Balsemão	Vogal	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Praça 5 de Outubro 2754-501 Cascais
Joana Micaela Salvador Baptista	Vogal	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Largo Marquês de Pombal 2784-501 Oeiras
Maria da Piedade de Matos Pato Mendes	Vogal	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Largo Dr. Vergílio Horta 2714-501 Sintra

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

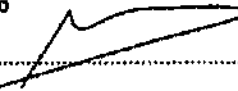
Assinatura



<b>SINTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS</b>
---

<b>DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE</b>	<b>AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS</b>
-------------------------------	--

Instituição bancária	Saldo em 31/12/2021 a)	Saldo Contabilístico b)	OBSERVAÇÕES c)
BCP - 4685198	23782.86	23945.07	(1)
<b>total</b>			

<p>O Dirigente pela área Administrativa e/ou Financeiro</p> <p>Assinatura ..... </p> <p>O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro</p> <p>Assinatura.....</p>
--

Na coluna a) indicar o valor do saldo contabilístico do extracto bancário à data de 31/12/n

Na coluna b) a importância contida no resumo diário de tesouraria

Na coluna c) indicar para cada conta consoante a situação um dos seguintes códigos:

- (1) Reconciliação efectuada e justificadas as divergências
- (2) Reconciliação efectuada mas não justificada a divergência de saldos
- (3) Reconciliação não efectuada.

DEZEMBRO

2021 Dezembro

Saldo da Contabilidade

23,782.86

*Movimentos lançados na contabilidade em falta no banco*

Movimentos a débito

-

Movimentos a crédito

Diferenças nos pag. à Tratoxio e Notas de Crédito

162.21

162.21

*Movimentos lançados no Banco em falta no Contabilidade*

Movimentos a débito

-

Movimentos a crédito

-

Saldo do Banco

23,945.07

Saldo do Extrato Bancário  
Diferença

23,945.07

-



## AMTRES

Ano: 2021

## Mês de Saldos Iniciais

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
12	Depósitos à ordem	22 839,53	0,00	22 839,53	0,00
122	Depósitos bancários à Ordem	22 839,53	0,00	22 839,53	0,00
12201	TagusPark	22 839,53	0,00	22 839,53	0,00
1220101	Conta nº 00330000000468519805	22 839,53	0,00	22 839,53	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>22 839,53</b>	<b>0,00</b>	<b>22 839,53</b>	<b>0,00</b>
24	Estado e outros entes públicos	0,00	2 502,10	0,00	2 502,10
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	1 912,11	0,00	1 912,11
2421	De trabalho dependente	0,00	1 762,11	0,00	1 762,11
24211	IRS - Trabalho Dependente - Credora de Retenções	0,00	1 762,11	0,00	1 762,11
2422	De trabalho independente	0,00	150,00	0,00	150,00
24221	IRS - Trabalho independente - Credora de Retenções	0,00	150,00	0,00	150,00
245	Contribuições para sistemas de proteção social e subsídios	0,00	589,99	0,00	589,99
2451	Sistemas de proteção social	0,00	589,99	0,00	589,99
24511	Parte do trabalhador	0,00	589,99	0,00	589,99
245111	Caixa Geral de Aposentações	0,00	589,99	0,00	589,99
2451111	Caixa Geral de Aposentações - Credora Retenções	0,00	589,99	0,00	589,99
27	Outras contas a receber e a pagar	437,24	186 352,13	0,00	185 914,89
272	Devedores e credores por acréscimos (periodização ecc)	320,64	157 079,82	0,00	156 759,18
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	320,64	0,00	320,64	0,00
27219	Outros acréscimos de rendimentos	320,64	0,00	320,64	0,00
2722	Credores por acréscimos de gastos	0,00	157 079,82	0,00	157 079,82
27221	Remunerações a Liquidar	0,00	14 391,49	0,00	14 391,49
27229	Outros acréscimos de gastos	0,00	142 688,33	0,00	142 688,33
272299	Outros	0,00	142 688,33	0,00	142 688,33
278	Outros devedores e credores	116,60	29 272,31	0,00	29 155,71
2789	Outros	116,60	29 272,31	0,00	29 155,71
27891	Outros devedores	116,60	0,00	116,60	0,00
278919	Outros devedores-Outros	116,60	0,00	116,60	0,00
2789191	Realizável até 12 meses	116,60	0,00	116,60	0,00
27891913	Administração Local	116,60	0,00	116,60	0,00
278919132	Municípios	116,60	0,00	116,60	0,00
278919132000040	Câmara Municipal de Oeiras	116,60	0,00	116,60	0,00
27892	Outros credores	0,00	29 272,31	0,00	29 272,31
278929	Outros credores-Outros	0,00	29 272,31	0,00	29 272,31
2789291	Exigível até 12 meses	0,00	29 272,31	0,00	29 272,31
27892919	Outras entidades	0,00	29 272,31	0,00	29 272,31
2789291999	Outras Entidades	0,00	29 272,31	0,00	29 272,31
2789291999000002	Tratolixo	0,00	27 877,25	0,00	27 877,25
2789291999000014	Vodafone	0,00	430,74	0,00	430,74
2789291999000015	AIRC	0,00	964,32	0,00	964,32
28	Diferimentos	0,00	158 074 863,85	0,00	158 074 863,85
282	Rendimentos a reconhecer	0,00	158 074 863,85	0,00	158 074 863,85
2824	Acordos de concessão de serviços	0,00	158 074 863,85	0,00	158 074 863,85
282407	Serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos e lixiviados	0,00	158 074 863,85	0,00	158 074 863,85
2824072	A reconhecer a mais de 12 meses	0,00	158 074 863,85	0,00	158 074 863,85
	<b>Totais :</b>	<b>437,24</b>	<b>158 263 718,08</b>	<b>437,24</b>	<b>158 263 718,08</b>
41	Investimentos financeiros	7 010 120,00	669 079,42	6 341 040,58	0,00
411	Investimentos em entidades controladas	7 010 120,00	669 079,42	6 341 040,58	0,00
4111	Participações de capital - método da equivalência patrimonial	7 010 120,00	669 079,42	6 341 040,58	0,00
41111	Justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis	7 010 120,00	0,00	7 010 120,00	0,00
411119	Outros	7 010 120,00	0,00	7 010 120,00	0,00

## AMTRES

Mês de Saldos Iniciais

Ano: 2021

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
41112	Goodwill	0,00	689 079,42	0,00	689 079,42
411129	Equivalencia Patrimonial	0,00	689 079,42	0,00	689 079,42
43	Ativos fixos tangíveis	241 121 497,62	100 543 369,75	140 578 127,87	0,00
431	Terrenos e recursos naturais	14 838 525,00	0,00	14 838 525,00	0,00
4319	Outros terrenos e outros recursos naturais	14 838 525,00	0,00	14 838 525,00	0,00
432	Edifícios e outras construções	137 964 800,64	0,00	137 964 800,64	0,00
4321	Habitações e edificações para serviços	5 488 840,04	0,00	5 488 840,04	0,00
43212	Ativos Concessionados	5 488 840,04	0,00	5 488 840,04	0,00
432121	Valor Avaliado	1 583 400,00	0,00	1 583 400,00	0,00
432122	Benefitorias	3 905 440,04	0,00	3 905 440,04	0,00
4329	Outros	132 475 960,60	0,00	132 475 960,60	0,00
43292	Ativos Concessionados	132 475 960,60	0,00	132 475 960,60	0,00
432921	Valor Avaliado	9 517 630,00	0,00	9 517 630,00	0,00
432922	Benefitorias	122 958 330,60	0,00	122 958 330,60	0,00
433	Equipamento básico	88 261 512,40	0,00	88 261 512,40	0,00
4339	Outro equipamento básico	88 261 512,40	0,00	88 261 512,40	0,00
43392	Ativos Concessionados	88 261 512,40	0,00	88 261 512,40	0,00
433922	Benefitorias	88 261 512,40	0,00	88 261 512,40	0,00
435	Equipamento administrativo	56 335,36	0,00	56 335,36	0,00
4359	Outros	56 335,36	0,00	56 335,36	0,00
437	Outros ativos fixos tangíveis	324,22	0,00	324,22	0,00
4379	Outros	324,22	0,00	324,22	0,00
438	Depreciações acumuladas	0,00	100 543 369,75	0,00	100 543 369,75
4382	Edifícios e outras construções	0,00	79 224 899,71	0,00	79 224 899,71
43821	Habitações e edificações para serviços	0,00	2 462 269,10	0,00	2 462 269,10
438212	Ativos Concessionados	0,00	2 462 269,10	0,00	2 462 269,10
4382121	Valor Avaliado	0,00	490 734,00	0,00	490 734,00
4382122	Benefitorias	0,00	1 971 535,10	0,00	1 971 535,10
43829	Outros	0,00	76 762 630,61	0,00	76 762 630,61
438292	Ativos Concessionados	0,00	76 762 630,61	0,00	76 762 630,61
4382921	Valor Avaliado	0,00	5 278 264,23	0,00	5 278 264,23
4382922	Benefitorias	0,00	71 484 346,38	0,00	71 484 346,38
4383	Equipamento básico	0,00	21 261 810,46	0,00	21 261 810,46
43839	Outro equipamento básico	0,00	21 261 810,46	0,00	21 261 810,46
438392	Ativos Concessionados	0,00	21 261 810,46	0,00	21 261 810,46
4383922	Benefitorias	0,00	21 261 810,46	0,00	21 261 810,46
4385	Equipamento administrativo	0,00	56 335,36	0,00	56 335,36
43859	Outros	0,00	56 335,36	0,00	56 335,36
4387	Outros ativos fixos tangíveis	0,00	324,22	0,00	324,22
43879	Outros	0,00	324,22	0,00	324,22
45	Investimentos em curso	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00
453	Ativos fixos tangíveis em curso	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>248 136 817,62</b>	<b>101 212 449,17</b>	<b>248 136 817,62</b>	<b>101 212 449,17</b>
51	Patrimônio/capital	0,00	37 453 221,21	0,00	37 453 221,21
511	Balanco inicial	0,00	37 453 221,21	0,00	37 453 221,21
56	Resultados transitados	50 422 682,86	1 653 188,89	48 769 494,07	0,00
561	De períodos anteriores	8 961 650,24	1 653 188,89	7 308 461,35	0,00
56101	Resultados Períodos anteriores	8 961 650,24	0,00	8 961 650,24	0,00
56102	Resultados 2020	0,00	1 653 188,89	0,00	1 653 188,89
563	Resultados atribuídos	423 246,48	0,00	423 246,48	0,00
56301	Resultados 2019	423 246,48	0,00	423 246,48	0,00

## AMTRES

## Mês de Saldos Iniciais

Ano: 2021

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
584	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	41 037 788,24	0,00	41 037 788,24	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>50 422 682,86</b>	<b>39 106 410,10</b>	<b>50 422 682,86</b>	<b>39 106 410,10</b>
61	Resultado Líquido do Período	1 653 188,89	1 653 188,89	0,00	0,00
818	Resultado Líquido	1 653 188,89	1 653 188,89	0,00	0,00
	<b>Totais :</b>	<b>1 653 188,89</b>	<b>1 653 188,89</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Totais Gerais:</b>		<b>300 235 766,24</b>	<b>300 235 766,24</b>	<b>298 582 577,35</b>	<b>298 582 577,35</b>

## Demonstração das Alterações no Patrimônio Líquido

## AMTRES

Ano: 2021

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	37 453 221,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-50 422 682,90	0,00	0,00	0,00	1 853 188,89	-11 316 272,86	0,00	-11 316 272,86
<b>Alterações no período</b>														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e substituições de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 424 100,90	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 424 100,90	0,00	-4 424 100,90
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 653 188,89	0,00	0,00	0,00	-1 653 188,89	0,00	0,00	0,00
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 770 912,01	0,00	0,00	0,00	-1 653 188,89	-4 424 100,90	0,00	-4 424 100,90
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 413 527,61	1 413 527,61	0,00	1 413 527,61
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-238 661,28	-3 010 573,29	0,00	-3 010 573,29
<b>Operações com detentores de capital no período</b>														
Rescrições de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 739,00	0,00	0,00	0,00	58 739,00	0,00	58 739,00
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 739,00	0,00	0,00	0,00	58 739,00	0,00	58 739,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	37 453 221,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-53 183 594,87	58 739,00	0,00	0,00	1 413 527,61	-14 268 107,15	0,00	-14 268 107,15

## AMTRES

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2021

Valores em €

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldos da gerência anterior	21 661,12	0,00	0,00	0,00	1 178,41	22 839,53	22 358,90
Operações Orçamentais [1]	21 661,12	0,00	0,00	0,00	0,00	21 661,12	18 671,67
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	1 178,41	1 178,41	3 687,23
Recabimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta corrente	143 920,64	0,00	0,00	0,00	0,00	143 920,64	134 498,21
R1 Recelta Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes	143 920,64	0,00	0,00	0,00	0,00	143 920,64	134 498,21
R5.1 Transferências correntes	143 920,64	0,00	0,00	0,00	0,00	143 920,64	134 498,21
R5.1.1 Administrações Públicas	143 920,64	0,00	0,00	0,00	0,00	143 920,64	134 498,21
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	143 920,64	0,00	0,00	0,00	0,00	143 920,64	134 498,21
R5.1.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7 Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abertas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Recelta efetiva [2]</b>	<b>143 920,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>143 920,64</b>	<b>134 498,21</b>
<b>Recelta não efetiva [3]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R12 Recelta com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Recelta com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma [4] = [1] + [2] + [3]</b>	<b>165 581,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>165 581,76</b>	<b>153 168,88</b>
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

# AMTRES

**Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2021**

Valores em €

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
<b>Despesa corrente</b>	<b>136 160,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>136 160,33</b>	<b>131 508,76</b>
D1 Despesas com o pessoal	111 185,20	0,00	0,00	0,00	0,00	111 185,20	108 511,20
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	81 658,83	0,00	0,00	0,00	0,00	81 658,83	89 241,36
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	1 508,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1 508,20	1 127,70
D1.3 Segurança Social	18 018,17	0,00	0,00	0,00	0,00	18 018,17	16 142,14
D2 Aquisição de bens e serviços	26 688,77	0,00	0,00	0,00	0,00	26 688,77	22 724,06
D3 Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4 Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1 Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 Outras despesas correntes	306,36	0,00	0,00	0,00	0,00	306,36	273,50
<b>Despesa de capital</b>	<b>4 796,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 796,98</b>	<b>0,00</b>
D6 Aquisição de bens de capital	4 796,98	0,00	0,00	0,00	0,00	4 796,98	0,00
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>142 977,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142 977,31</b>	<b>131 508,76</b>
<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Boma [7]=[5]+[6]</b>	<b>142 977,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142 977,31</b>	<b>131 508,76</b>
<b>Operações de tesouraria [C]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 508,82</b>
<b>Saldo para a garantia seguinte</b>	<b>22 604,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 178,41</b>	<b>23 782,86</b>	<b>22 639,53</b>
Operações orçamentais (B) = [4]-[7]	22 604,45	0,00	0,00	0,00	0,00	22 604,45	21 661,12
Operações de tesouraria (D)=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	1 178,41	1 178,41	1 178,41
<b>Saldo global [2] - [5]</b>	<b>943,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>943,33</b>	<b>2 989,45</b>
Despesa primária	142 977,31	0,00	0,00	0,00	0,00	142 977,31	131 508,76
Saldo corrente	5 740,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5 740,31	2 989,45
Saldo de capital	-4 796,98	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 796,98	0,00
Saldo primário	943,33	0,00	0,00	0,00	0,00	943,33	2 989,45
<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>	<b>165 581,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>165 581,76</b>	<b>163 169,88</b>
<b>Despesa total [5] + [6]</b>	<b>142 977,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142 977,31</b>	<b>131 508,76</b>

## Anexo às demonstrações orçamentais 1 - Alterações Orçamentais da Receita

Ano: 2021

**AMTRES**

(designação da autarquia local)

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Receita				Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]·[5]+[6]	Observações [8]
		Previsões iniciais [3]	Alterações orçamentais		Créd. Especiais [6]		
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]			
R1 - Receita Fiscal	P/M	0,00				0,00	
R1.1 - Impostos diretos	P/M	0,00				0,00	
R1.2 - Impostos indiretos	P/M	0,00				0,00	
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistem.	P/M	0,00				0,00	
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	P/M	0,00				0,00	
R4 - Rendimentos de propriedade	P/M	0,00				0,00	
R5 - Transferências e subsídios correntes	P/M	191 005,00	5 921,20	5 921,00		191 005,20	
R5.1 - Transferências correntes	P/M	191 005,00	5 921,20	5 921,00		191 005,20	
R5.1.1 - Administrações Públicas	P/M	191 004,00	5 921,20	5 921,00		191 004,20	
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00				0,00	
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00				0,00	
R5.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
R5.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
R5.1.1.5 - Administração Local	P/M	191 004,00	5 921,20	5 921,00		191 004,20	
R5.1.2 - Exterior - U E	P/M	0,00				0,00	
R5.1.3 - Outras	P/M	1,00				1,00	
R5.2 - Subsídios correntes	P/M	0,00				0,00	
R6 - Venda de bens e serviços	P/M	0,00				0,00	
R7 - Outras receitas correntes	P/M	0,00				0,00	
R8 - Venda de bens de investimento	P/M	0,00				0,00	
R9 - Transferências e subsídios de capital	P/M	4 965,00	153,91	153,91		4 965,00	
R9.1 - Transferências de capital	P/M	4 965,00	153,91	153,91		4 965,00	
R9.1.1 - Administrações Públicas	P/M	4 965,00	153,91	153,91		4 965,00	
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00				0,00	
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00				0,00	
R9.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
R9.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
R9.1.1.5 - Administração Local	P/M	4 965,00	153,91	153,91		4 965,00	
R9.1.2 - Exterior - U E	P/M	0,00				0,00	
R9.1.3 - Outras	P/M	0,00				0,00	
R9.2 - Subsídios de capital	P/M	0,00				0,00	
R10 - Outras receitas de capital	P/M	0,00				0,00	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	P/M	0,00				0,00	

## Anexo às demonstrações orçamentais 1 - Alterações Orçamentais da Receita

Ano: 2021

**AMTRES**

(designação da autarquia local)

Euro

Rubricas [1]	Tipo [2]	Receita				Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Previsões iniciais [3]	Alterações orçamentais				
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créd. Especiais [6]		
R12 - Receita com ativos financeiros	P/M	0,00				0,00	
R13 - Receita com passivos financeiros	P/M	0,00				0,00	
R14 - Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	P/M	0,00	21 661,12			21 661,12	
<b>Total:</b>		<b>195 970,00</b>	<b>27 736,23</b>	<b>6 074,91</b>		<b>217 631,32</b>	



## Anexo às demonstrações orçamentais 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

Ano: 2021

### AMTRES

(designação de autarquia local)

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa				Observações [8]	
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais				Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]		
D1 - Despesas com o pessoal	P/M	126 304,00	2 500,00			128 804,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P/M	104 001,00	2 500,00			106 501,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	2 301,00				2 301,00	
D1.3 - Segurança Social	P/M	20 002,00				20 002,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	35 559,00	19 161,12			54 720,12	
D3 - Juros e outros encargos	P/M	1,00				1,00	
D4 - Transferências e subsídios correntes	P/M	1,00				1,00	
D4.1 - Transferências correntes	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1 - Administrações Públicas	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.5 - Administração Local	P/M	0,00				0,00	
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	0,00				0,00	
D4.1.3 - Famílias	P/M	0,00				0,00	
D4.1.4 - Outras	P/M	0,00				0,00	
D4.2 - Subsídios correntes	P/M	1,00				1,00	
D5 - Outras despesas correntes	P/M	29 100,00				29 100,00	
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	5 002,00				5 002,00	
D7 - Transferência e subsídios de capital	P/M	0,00				0,00	
D7.1 - Transferências de capital	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1 - Administrações Públicas	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.5 - Administração Local	P/M	0,00				0,00	
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	0,00				0,00	
D7.1.3 - Famílias	P/M	0,00				0,00	
D7.1.4 - Outras	P/M	0,00				0,00	

## Anexo às demonstrações orçamentais 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

Ano: 2021

### AMTRES

(designação da autarquia local)

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa				Observações [8]	
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais				Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]+[5]+[6]
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]		
D7.2 - Subsídios de capital	P/M	0,00				0,00	
D8 - Outras despesas de capital	P/M	1,00				1,00	
D9 - Despesa com ativos financeiros	P/M	1,00				1,00	
D10 - Despesa com passivos financeiros	P/M	1,00				1,00	
DOT.1 - Operações de tesouraria (C)	P/M	0,00				0,00	
<b>Total:</b>		<b>195 970,00</b>	<b>21 661,12</b>			<b>217 631,12</b>	

7

## Operações de Tesouraria

**AMTRES**

Ano: 2021

(unidade: EUR)

CONTAS		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
24219	IRS - Trabalho Dependente - OT						
24229	IRS - Trabalho independente - OT						
2451119	Caixa Geral de Aposentações - OT						
245219	Subsistemas de saúde - Parte Trabalhador - OT						
<b>TOTAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

# Transferências e Subsídios concedidos

**AMTRES**

Ano: 2021

do período findo em 31 de Dezembro de 2021

Em

Tipo de Despesa	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiária	Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução ocorrida no exercício	Observações
-----------------	--------------------	------------	-----------------------	-----------------------	----------------------	----------------	----------------------------------	---------------------------------	-------------

## Transferências e subsídios recebidos

Ano: 2021

**AMTRES**

Euros

Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
-----------------	---------------------------	-------------------	------------------------------	----------------------------	----------------------------	---	---	--------------------



## **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do Relatório de Contas, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza

material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Contas com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da AMTRES que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 165.582 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 142.977 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos (designado "Opções do Plano") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: o saldo de operações de tesouraria da Demonstração de Desempenho Orçamental inclui um valor de 1.178 euros que transita de anos anteriores, que não está refletido nem no anexo às demonstrações orçamentais nº 4 - Mapa de Operações de Tesouraria nem em qualquer saldo credor correspondente nas demonstrações financeiras.

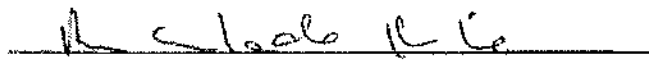


**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o Relatório de Contas foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 08 de abril de 2022

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,  
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
representada por:**

  
\_\_\_\_\_  
Ana Calado Pinto  
(ROC nº 1103 e CMVM N°20160715)

## RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

### Relatório

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Auditor Externo elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021. A AMTRES apresentou em 07.04.2022 o Relatório de Contas e respetivas Demonstrações Financeiras e Orçamentais em SNC-AP aprovadas pelo Conselho Diretivo em 07.04.2022.
2. Ao longo do exercício, o Auditor Externo desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa. O Auditor Externo recebeu dos Serviços da AMTRES todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Auditor Externo apresentou recomendações de regularizações ao fecho provisório das demonstrações financeiras apresentado pelos Serviços prontamente aceites pelos mesmos.
4. O Auditor Externo acompanhou as regularizações das demonstrações orçamentais e apresentou propostas de divulgação adicionais, aceites pelos Serviços.
5. Os trabalhos dos Serviços decorreram debaixo dos constrangimentos decorrentes da pandemia COVID 19, facilitados pela desmaterialização dos processos, implementada em anos anteriores, o que permitiu que o recurso ao teletrabalho decorresse sem obstáculos de monta. No final de 2021, decorrente da disrupção do servidor houve lugar a uma recuperação dos registos passados tendo sido possível repor os dados.
6. Em 2020, com a implementação do SNC-AP e conseqüente adoção de processos informáticos novos proporcionadas pela aplicação AIRC, procedeu-se ao acompanhamento da inclusão dos Ativos Concessionados concluídos e em funcionamento da participada TRATOLIXO, EIM, na contabilidade da AMTRES, no âmbito do contrato de gestão delegada. Recomendou-se e foi seguido pela AMTRES que durante o ano de 2021, a AMTRES, junto da sua participada TRATOLIXO, EIM, procedesse ao levantamento do ativo fixo tangível da AMTRES, respetivamente Ativo Intangível da TRATOLIXO, EIM e, deste modo, salvaguardar possíveis registos em duplicado na AMTRES, sanando a reserva por limitação de âmbito patente na Certificação Legal de Contas. Deste trabalho decorreu uma correção com a redução de cerca de 4 milhões de euros de correção de ativos fixos.
7. Nos anos transatos recomendou-se a análise ao ativo em curso no valor de 5.000

euros, que transita de períodos anteriores, o que poderia constituir uma possível imparidade. Da análise efetuada pela AMTRES constata-se que se trata efetivamente de situação que será levada a gastos em 2022.

8. Nos anos transatos recomendou-se que fosse revisto o valor de 1.178 euros do saldo de operações de tesouraria integrado no saldo de gerência da Demonstração de Desempenho Orçamental, mas ausente da Demonstração de operações de tesouraria e ausente de qualquer saldo credor da contabilidade financeira (o saldo em questão transita de anos anteriores). Decorrente da análise da AMTRES o mesmo será regularizado em 2022
9. Mantém-se a recomendação que transita de 2019 de averiguação das assinaturas dos responsáveis junto do balcão do BCP Millenium cuja resposta de circularização não corresponde ao leque de responsáveis em 2021. A AMTRES confirmou estar a regularizar a situação no presente ano.
10. Nos anos transatos recomendou-se a contabilização da conta corrente do BPI, na contabilidade, que a 31-12-2020, apresenta um saldo de 0 euros. Esclareceu a AMTRES que se trata de uma conta aberta pela TratoLixo, para exclusiva guarda das ações da empresa e que o banco cobra periodicamente valores pela função, estando negociações a decorrer com a TratoLixo, no sentido dos custos e movimentos lhe serem imputados.
11. Nos anos transatos recomendou-se o registo das contribuições da entidade à CGA, referentes aos vencimentos de dezembro, no período respetivo. A 31.12.2021, o saldo da CGA incluía somente as quotas de subscritores. A AMTRES comprometeu-se em 2022 a considerar o pagamento do encargo patronal relativo a dezembro de 2021 em janeiro de 2022 em correções de exercícios anteriores e passar a reconhecer no fecho do exercício o encargo de dezembro de 2022 nas contas a 31.12.2022.
12. Recomenda-se com as devidas adaptações que se tenha em consideração o Decreto-lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro que prevê, entre outros, a criação de um canal de denúncia, um Plano de Prevenção e um Código de conduta.
13. No encerramento do exercício foram apreciados o relatório de contas e os restantes documentos de prestação de contas autorizados pelo Conselho Diretivo a serem aprovados em sede de reunião de Assembleia Intermunicipal, com vista à sua certificação legal
14. Concordamos com o conteúdo da Certificação Legal das Contas que apresenta uma opinião não modificada.

## Parecer

15. Face ao que antecede, e apreciado o Relatório de Contas apresentado pela AMTRES, tendo presente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Auditor Externo é de parecer que a Assembleia Intermunicipal:

Aprecie, discuta e aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, tal como foram apresentados pela AMTRES tal como decorre da al. e) do art.º 21º dos Estatutos;

Lisboa, 08 de abril de 2022

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,  
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
representada por:**



Ana Calado Pinto  
(ROC nº 1103 e CMVM N°20160715)

Exmo. Senhor Presidente  
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município  
2644-001 Mafra

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

DATA

37/2022

31-03-2021

Assunto: **Relatório e Contas 2021**

Exmo. Sr.,

Informo V. Ex.<sup>a</sup> que, junto enviamos, para conhecimento, o Relatório e Contas referentes ao ano de 2021, aprovado na Assembleia Geral do dia 30 de março de 2022.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Geral,



(Manuel Luís Castelo)



# RELATÓRIO E CONTAS

# 2021

Matr. 16 de dezembro de 2022

*Handwritten signature*

GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro 2640-486 Mafra

Capital Social 900.000 euros

Contribuinte 506 874 915

## ORGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE – Pedro António do Carmo Silva

SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Hélder António Guerra de Sousa Silva

VOGAL – Hugo Manuel Moreira Luís

VOGAL – Aldevina Maria Machado Rodrigues

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC

SUPLENTE – Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

## ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO .....	5
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	21
III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA .....	26
IV. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS .....	53
IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO .....	55





# RELATÓRIO DE GESTÃO



2000  
L  
X

## **Senhores Acionistas,**

Vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2021.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

### **1. INTRODUÇÃO**

O surto do COVID-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País, onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Este surto, em 2021, continuou a ter um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades.

A GIATUL, em 2021, verificou um aumento significativo no volume de negócio. Na área do turismo e lazer, viu a sua atividade retomar a sua performance antes pandemia, e na área das infraestruturas e rodovias, o desempenho também evoluiu positivamente, face ao ano anterior. Assim, o resultado alcançado no ano de 2021 foi positivo.

Mantendo uma estratégia que procura garantir uma maior sustentabilidade da empresa, bem como uma melhor agilidade operacional, é com prudência que este Conselho de Administração tem optado por medidas que pretendem minimizar o impacto da pandemia, tendo sempre em consideração o exigente contexto económico e financeiro nacional.

#### Historial

A GIATUL é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída, nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o capital social de 500.000€, pelos acionistas Município de Mafra, com 80%, e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A., com 20% do referido capital.

Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Atividades Turísticas, Lda.

Em março de 2008, a Bluematrix, Lda., cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A." e o capital social da empresa passou a ser de 900.000€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.

Em 2019, verificou-se ainda a entrada em vigor do Contrato Programa com o único Acionista, a Câmara Municipal de Mafra, que veio estabelecer a missão e os objetivos a prosseguir pela GIATUL, para os anos de 2018 a 2021, de acordo com as orientações estratégicas estabelecidas pelo Município.

O fundamento de necessidade do estabelecimento do mencionado contrato alicerça-se:

- i) Na correta avaliação da situação das atividades pela GIATUL, com o adequado levantamento das necessidades de intervenção, assim como da sua quantificação;
- ii) No conhecimento e experiência adquiridos pela GIATUL no exercício das suas funções conforme objeto social, que permite realizar as atividades com prontidão e qualidade de serviço dentro do quadro de urgência e imprevisibilidade que as solicitações do Município exigem, conjugando essa operacionalidade com uma preocupação de racionalização de custos e de rentabilização das potencialidades dos recursos humanos e materiais existentes.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "hi" or similar, located in the bottom right corner of the page.

## 2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade da GIATUL é desenvolvida em duas áreas:

- Turismo e lazer (Ericeira Camping);
- Infraestruturas e rodovias.



O volume de negócios da GIATUL em 2021 apresenta um aumento significativo face ao ano anterior. O maior aumento, em valor, verifica-se na área das infraestruturas e rodovias. Contudo, a área do turismo e lazer, em 2021, retomou valores de atividade antes pandemia, apresentando assim um crescimento também acentuado.

No turismo e lazer registou-se um aumento dos rendimentos na ordem dos 348.816€, que corresponde a um acréscimo de 40%, face ao ano anterior. Este acréscimo está diretamente relacionado com o facto de o Ericeira Camping ter encerrado a sua atividade entre meados de março e meados de maio, e com a diminuição do turismo, que se verificou ao longo de todo o ano de 2020. Já em 2021 o ano decorreu com atividade ao nível dos anos anteriores à pandemia.

Nas infraestruturas e rodovias, verificou-se um aumento nos rendimentos de 1.426.962€, que de acordo com a estratégia municipal de dotar o Município de melhores infraestruturas rodoviárias, levou a um maior investimento nesta área, originando assim o aumento da atividade da GIATUL.

No que se refere ao trabalho administrativo, o exercício de 2021 caracterizou-se por um ano de elevada exigência para dar cumprimento ao Código dos Contratos Públicos, tendo sido desenvolvidos 1.276 procedimentos de contratação pública.

## Atividade de Turismo e Lazer

Para o Município, o sector do turismo é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o Ericeira Camping como um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do Ericeira Camping visa promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.

Neste sentido e procurando responder às necessidades do mercado, o Ericeira Camping oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infraestruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para campismo – 1.600 unidades
- Mobile homes – 79 unidades
- Espaços para autocaravanas e caravanas – 120 unidades
- Bungalows – 18 unidades – 98 camas
- Teepees – 20 unidades – 40 camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

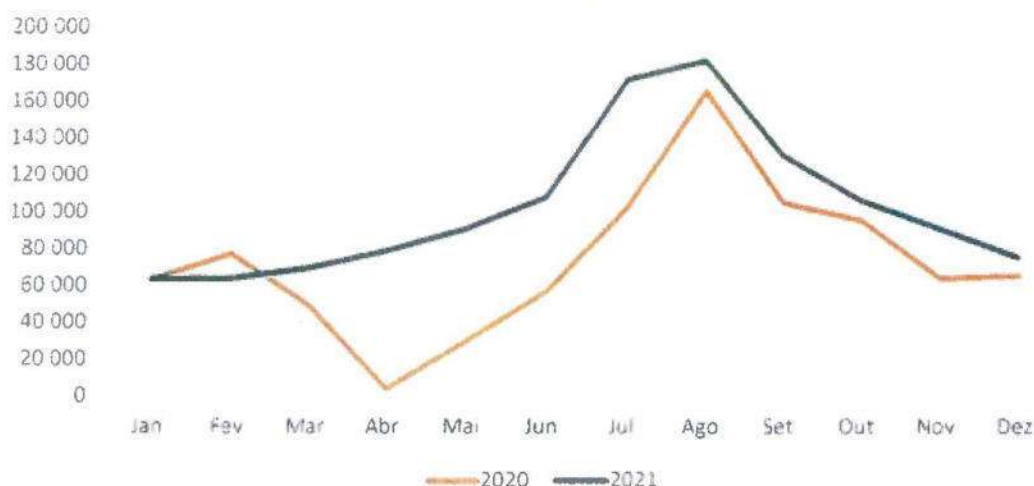
No mercado nacional, o Ericeira Camping ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas. A área reservada ao estacionamento de autocaravanas tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para campismo é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Ericeira Camping uma capacidade para 1.600 campistas, representando cerca de 4% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m<sup>2</sup>, apresentando o Ericeira Camping uma área de 10,55 m<sup>2</sup>, facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m<sup>2</sup>, por campista.

Como já foi referido, os últimos anos têm sido anos muito exigentes para a área do turismo e lazer, uma vez que foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia. Verificou-se o cancelamento de diversos eventos, como é exemplo o Sumol Summer Fest, entre outros, contudo, a atividade do Ericeira Camping apresentou um crescimento face a 2020.

### EVOLUÇÃO MENSAL DAS VENDAS



As vendas e serviços prestados desta atividade verificaram um aumento significativo em 2021, contudo esta variação deve-se à quebra das vendas verificada em 2020. Os meses onde se destaca o maior acréscimo de atividade é nos meses de abril e maio, que coincidem com os meses em que o Ericeira Camping teve de encerrar as suas atividades em 2020.

Nacionalidade	2020		2021		%Var.	
	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites
<b>PORTUGUESA</b>	10 766	32 127	14 600	44 418	36%	38%
ALEMÃ	1 820	6 406	3 472	12 618	91%	97%
FRANCESA	611	2 070	1 176	3 506	92%	69%
ESPAÑHOLA	1 534	4 789	2 430	7 837	58%	64%
PAISES BAIXOS	369	1 309	950	3 538	157%	170%
REINO UNIDO	138	913	402	1 578	191%	73%
ITALIANA	233	856	505	2 258	117%	164%
BELGA	202	707	532	1 889	163%	167%
SUIÇA	391	1 512	814	2 588	108%	71%
AUSTRALIANA	30	146	94	386	213%	164%
OUTROS	1 889	5 415	2 577	8 998	36%	66%
<b>UTENTES ESTRANGEIROS</b>	<b>7 217</b>	<b>24 123</b>	<b>12 952</b>	<b>45 196</b>	<b>79%</b>	<b>87%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>17 983</b>	<b>56 250</b>	<b>27 552</b>	<b>89 614</b>	<b>53%</b>	<b>59%</b>

A evolução dos utilizadores por nacionalidades (utentes e noites) demonstra a retoma existente no sector do turismo, sendo o aumento dos utentes estrangeiros mais significativo que o aumento dos utentes nacionais.

Em termos de repartição por mercados, em 2021 assistiu-se a uma maior procura do mercado externo face ao interno. O mercado externo representa 50,43% das dormidas. Este resultado em 2021, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais seletivo e exigente.



Como já foi referido, em 2021 registou-se um aumento dos rendimentos na ordem dos 348.816€, sendo um crescimento de 39,56%. Os tipos de receitas com maior crescimento em 2021 foram o campismo eventual (52%), as mobile homes (44%) e as teepees (34%).

## Atividade de Infraestruturas e Rodovias

Em 2021, a atividade de infraestruturas e rodovias verificou um acréscimo significativo, como resultado da estratégia municipal, que visa dotar o Município com melhores redes viárias.

Em 2020 foram, pelo primeiro ano, assinados os contratos com a Câmara Municipal de Mafra, que estipulam os trabalhos a desenvolver pela GIATUL em 5 áreas. Os contratos assinados foram os seguintes:

- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e expansão da rede viária Municipal;
- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação de edifícios públicos;
- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços exteriores públicos e de prédios rústicos e urbanos não edificados, propriedade do Município;
- Contrato de aquisição de serviços de fornecimento, de manutenção e de conservação da sinalética e dos equipamentos de apoio ao transporte público coletivo rodoviário de passageiros; e

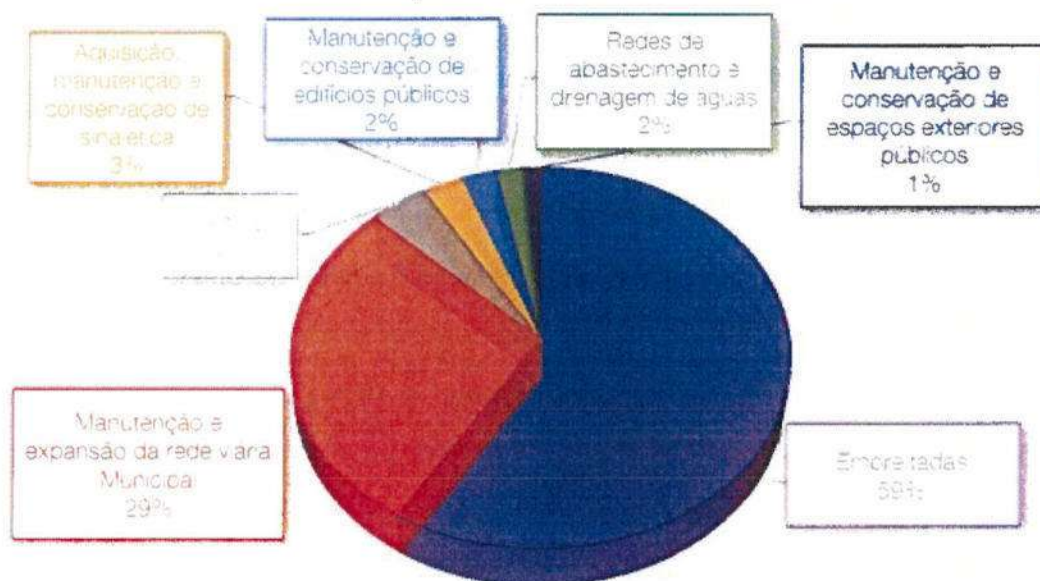
- Contrato de aquisição de serviços vários a executar nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais do Município de Mafra.

Em seguida apresenta-se o valor dos rendimentos por tipo de trabalho, bem como a sua execução face ao orçamento de 2021.

Em euros

Tipo de trabalho	2020	2021
Empreitadas	3 785 155	4 712 745
Manutenção e expansão da rede viária Municipal (administ. direta)	2 051 954	2 290 274
Manutenção e conservação de edifícios públicos (administ. direta)	193 796	201 540
Aquisição, manutenção e conservação de sinalética (administ. direta)	124 442	225 031
Manutenção e conservação de espaços exteriores públicos (administ. direta)	104 944	106 464
Redes de abastecimento e drenagem de águas (administ. direta)	71 498	149 368
Outros (administ. direta)	198 963	338 652
<b>TOTAL DE RENDIMENTOS</b>	<b>6 530 753</b>	<b>8 024 075</b>
<b>RENDIMENTOS ORÇAMENTADOS</b>	<b>4 761 808</b>	<b>6 996 086</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	<b>137%</b>	<b>115%</b>

#### DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE TRABALHO



*Handwritten signature and initials*



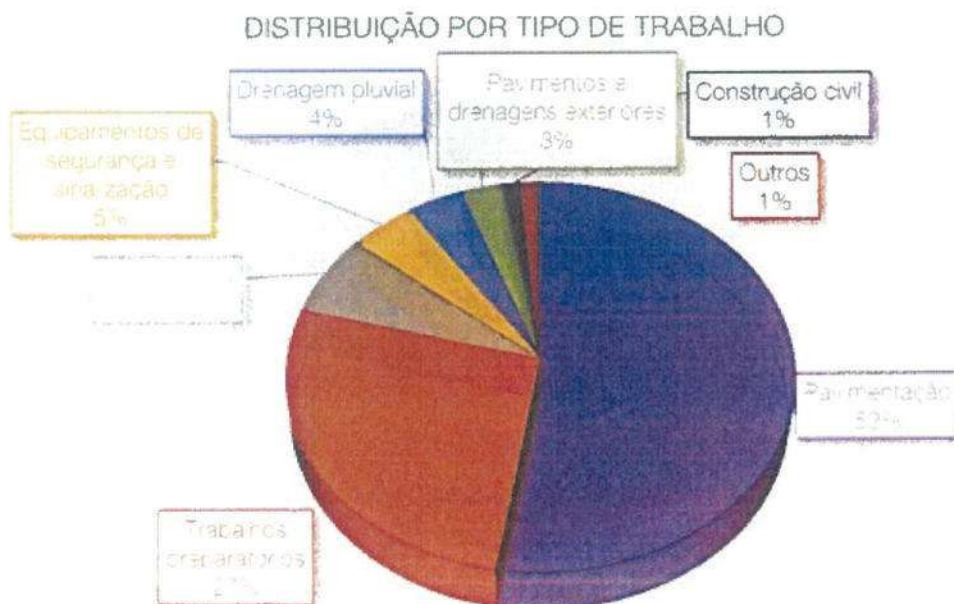
Obras adjudicadas a terceiros

Em 2021 foram adjudicadas mais de 40 empreitadas, tendo sido pavimentados cerca de 48,405 km e executados cerca de 9.828 m<sup>2</sup> de via de circulação pedonal.

As principais obras desenvolvidas foram:

- Pavimentação de diversos arruamentos em São Lourenço e Casais de São Lourenço
- Pavimentação da Rua das Tecedeiras, Rua da Bela Vista e Rua Principal - Freguesia de Mafra
- Pavimentação da Rua António Fernandes Cura e da Rua do Pinhal - Mafra
- Execução da via de circulação pedonal em Póvoa de Cima
- Pav. de um troço da EM 616 entre a Cabeça Alta e o cruz. com a EM 620-1
- Execução de via de circulação pedonal entre Campos e os Casais de Monte Bom - Santo Isidoro
- Pavimentação da Rua do Emigrante e arruamentos adjacentes - Ericeira
- Pavimentação de diversos arruamentos em Montesouros
- Pavimentação da Rua do Casalinho e arruamentos adjacentes - Encarnação
- Pavimentação de um troço da Rua da Várzea até à ligação da N. Senhora da Cadeira
- Pavimentação do Caminho Municipal 1187-2
- Requalificação, beneficiação e pavimentação da Rua do Vale Dágua, Rua do Belo Horizonte, Rua da Bela Vista e Caminho do Valdono - Encarnação
- Requalificação da estrada entre a Malveira e o Jerumelo

Manutenção e expansão da rede viária Municipal




Na área da manutenção e expansão da rede viária Municipal, o tipo de intervenção com maior peso são as relacionadas com a pavimentação, que representa 52% do trabalho desenvolvido. Em seguida, apresentam-se os trabalhos preparatórios, com 27%. Neste último estão incluídos trabalhos, como por exemplo, ceifas, varredura mecânica, varredura manual, limpeza de bermas, valetas e sumidouros, entre outros.

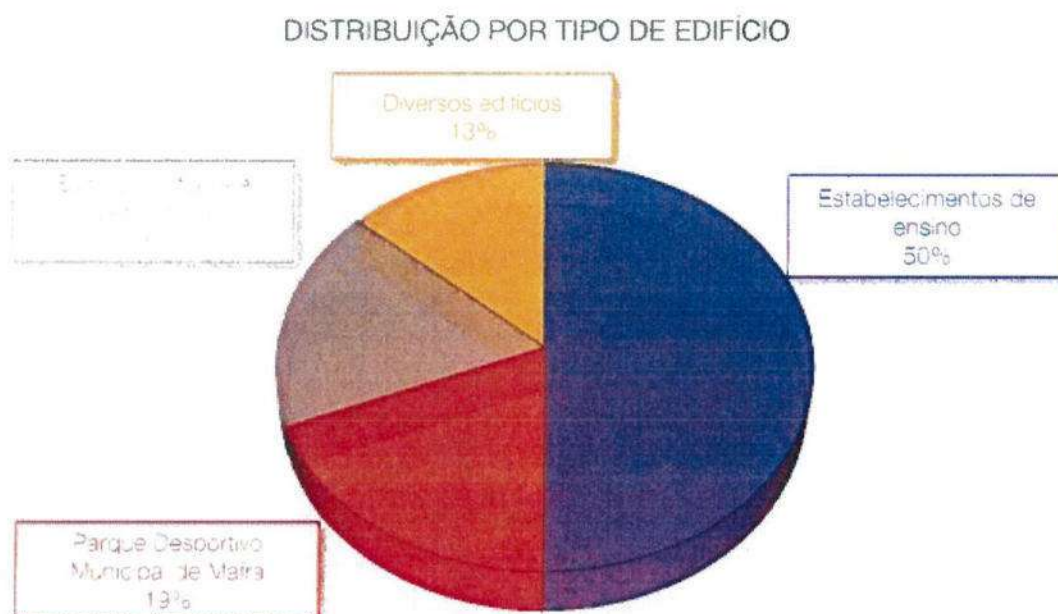
É de salientar a colaboração com a proteção civil, no que respeita à ceifa mecânica.

De referir que durante o exercício de 2021 foram pavimentados 16,27 km, foram conservados 2.699 m<sup>2</sup> de passeio e foram executadas ceifas, conservação de valetas, aquedutos e sumidouros em 262,92 km.

Os principais trabalhos desenvolvidos em 2021 foram:

- Pavimentação de arruamentos em Lexim, Ramilo e Casal Marreiros (4,2 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Cheleiros (2,4 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Enxara dos Cavaleiros (2,1 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Vila de Canas (1,35 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Milharado (1,2 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Póvoa da Galega (0,9 km de extensão)

### Manutenção e conservação de edifícios públicos



Os estabelecimentos de ensino são aqueles onde ocorreram o maior número de intervenções, perfazendo cerca de 50%, seguido do Parque Desportivo Municipal, com cerca de 19% e dos edifícios culturais e desportivos, cerca de 18%.

Nos estabelecimentos de ensino, foram efetuadas intervenções em 33 estabelecimentos, sendo a EB1 do Milharado, EB da Venda do Pinheiro, a EB1 Hélia Correia, a EB1 da Póvoa da Galega, a EB1 da malveira e a EB da Azueira, as que apresentaram intervenções com custos mais elevados.

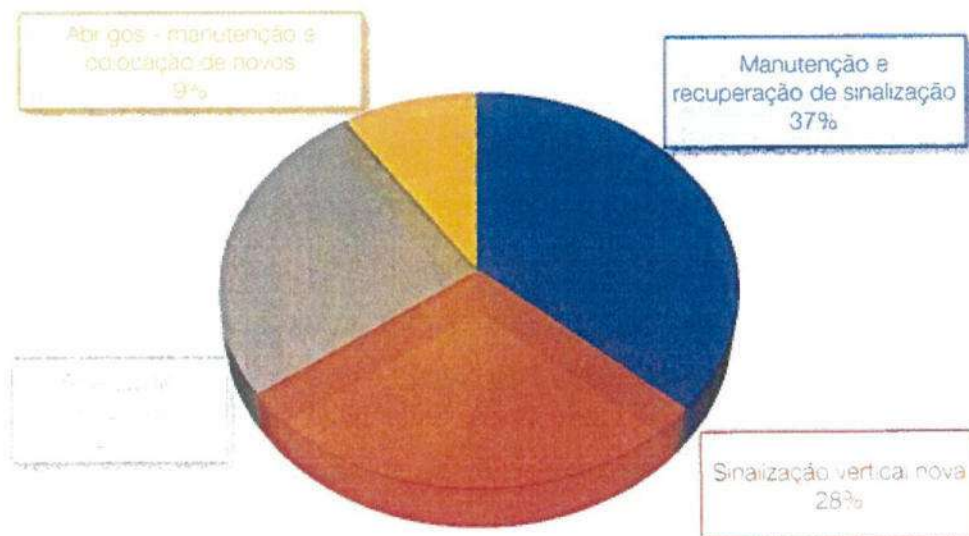
No que respeita aos edifícios culturais e desportivos, cerca de 86% dos trabalhos, foram desenvolvidos nas piscinas do Concelho, destacando-se as intervenções na piscina da Ericeira, da Encarnação e da Venda do Pinheiro.

Já no Parque Desportivo Municipal, foram desenvolvidos trabalhos em diversos espaços, nomeadamente nos espaços exteriores, piscinas, pavilhão, estádio, ginásio, entre outros.

É de realçar que se tem vindo a executar trabalhos de maior dimensão, nestas instalações, dadas as competências das equipas BIR (brigadas de intervenção rápida) e com isso tem sido dada preferência aos trabalhos por administração direta em detrimento da contratação externa.

#### Aquisição, manutenção e conservação de sinalética

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE TRABALHO



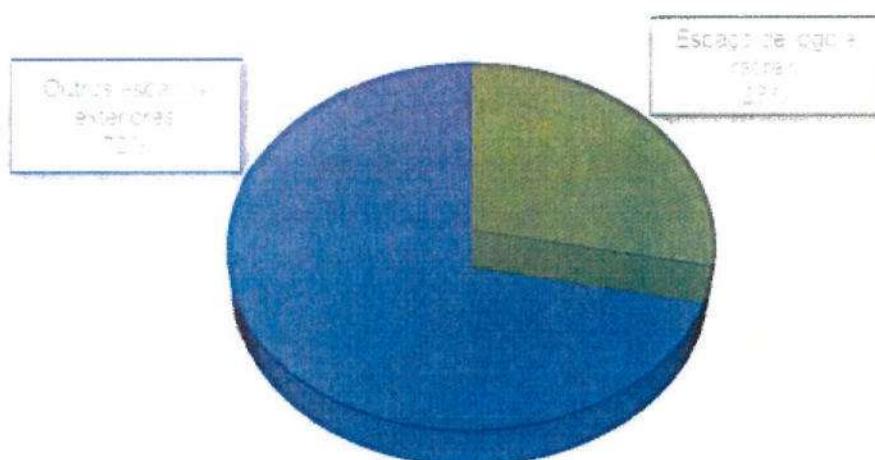
Os trabalhos relacionados com aquisição de serviços de fornecimento, de manutenção e de conservação da sinalética e dos equipamentos de apoio ao transporte público coletivo rodoviários de passageiros foram desenvolvidos nas 11 freguesias do Concelho. Nas freguesias de Mafra, Encarnação, Santo Isidoro, Carvoeira e União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, foi onde se desenvolveu o maior número de trabalhos.

De referir que durante o ano de 2021 foram colocados/substituídos mais de 800 sinais verticais.

Neste âmbito, tem-se vindo a realizar a recuperação de diversos abrigos de passageiros, dispostos por todo o Concelho, tendo sido efetuadas mais de 20 intervenções durante o ano de 2021.

Manutenção e conservação de espaços exteriores públicos

DISTRIBUIÇÃO POR ESPAÇO EXTERIOR



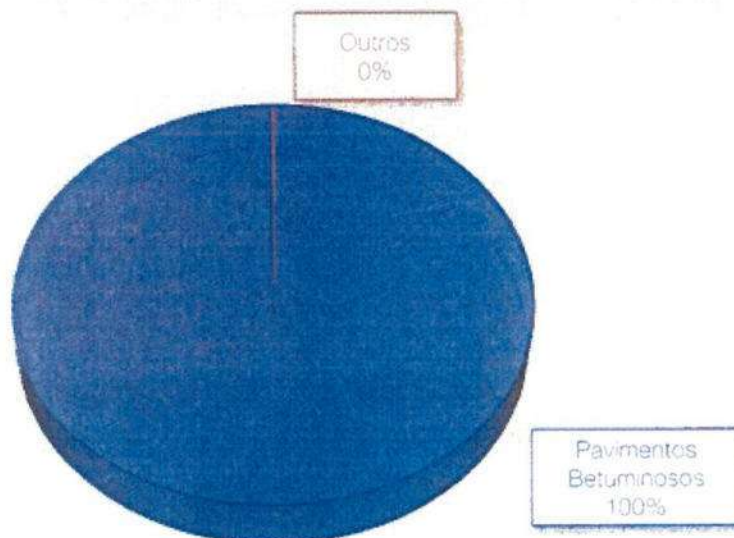
Dos trabalhos desenvolvidos nos espaços exteriores públicos, 28% foram realizados em espaços de jogo e recreio. Estes trabalhos foram efetuados nas 11 freguesias do Concelho, sendo que 59% dos trabalhos foram realizados em parques infantis. Nesta rubrica, destaca-se ainda a intervenção no Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro e no Jardim do Cerco.

Os restantes trabalhos nos espaços exteriores foram desenvolvidos também nas 11 freguesias do Conselho, apresentado algum destaque a freguesia de Santo Isidoro, Ericeira, Igreja Nova e Cheleiros.

*[Handwritten signature]*

Redes de abastecimento e drenagem de águas

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE TRABALHO



No que diz respeito aos serviços executados nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais do Município de Mafra, pode-se verificar que os trabalhos desenvolvidos, são quase na totalidade, na área de reposição de pavimento betuminoso. Em 2021 foram repostos cerca de 4.760 m<sup>2</sup> de pavimento betuminoso.

Outros

Na rubrica de outros, encontram-se contemplados proveitos relacionados com:

- Venda de massas asfálticas;
- Reposição de pavimento betuminoso a particulares; e
- Apoios em festivais e eventos.

### 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA – FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

Indicadores	Rácio	2020	2021
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	34,36%	79,58%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios+Div a Terc. M/L Prazo / Imobilizado	68,30%	95,69%
Solvabilidade	Ativo Líquido / Passivo	226,72%	241,74%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Ativo Líquido Total	55,89%	58,63%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	6,94%	10,98%
<b>Volume de Negócios</b>		<b>7 412 451</b>	<b>9 254 588</b>
<b>Resultado Líquido</b>		<b>-89 931</b>	<b>96 387</b>

Dada a retoma de atividade verificada durante o exercício de 2021, a GIATUL apresenta uma melhoria em todos os seus indicadores, tendo conseguido alcançar um resultado positivo de 96.387€.

### 4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos realizados no exercício de 2021, foram os seguintes:

*Em euros*

	Investimento	Desinvestimento
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Equipamento básico	94 670	
Equipamento de transporte	71 729	
<b>Ativos intangíveis</b>		
Programas de computador	2 400	
<b>TOTAL</b>	<b>168 799</b>	<b>0</b>

### 5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Com o atual panorama verificado em Portugal, que apresenta um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades, e que apontam para um ano de 2022 ainda com mais incerteza, torna-se difícil prever a evolução da atividade da empresa.

Os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2021, foram estimados numa perspetiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira atual.

Na expectativa de que o parque de campismo continue a recuperar a sua atividade, bem como a atividade de infraestruturas e rodovias se mantenha em pleno, espera-se que os resultados da GIATUL possam continuar positivos em 2022.

*Handwritten signature and initials*

Apesar da atual instabilidade económica e social, perspectiva-se que a situação financeira da empresa possa continuar equilibrada no futuro. O atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia é um acontecimento relevante a nível global, mas o Conselho de Administração não prevê que possa influenciar materialmente a situação financeira futura.

## 6. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem dívidas em mora à Autoridade Tributária, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentação e ADSE.

Não ocorreram negócios entre a sociedade e qualquer um dos seus administradores. A sociedade não possui sucursais e não existem ações próprias.

Não há instrumentos financeiros complexos, nem existem riscos relevantes relacionados com financiamentos, dado que a sociedade tem uma estrutura financeira equilibrada e tem sempre cumprido com as suas obrigações. O valor de 1.069.324€ que se encontra na rubrica de caixa e depósitos à ordem a 31/12/2021 é quase na sua totalidade depósitos à ordem. Em caixa apenas existem 2.697€.

Por prudência contabilística, em 2021 foram reconhecidas perdas no valor de 33.115€ por imparidades referentes a receitas arrecadadas, cuja responsabilidade se encontra em processo de análise. O valor encontra-se reconhecido na rubrica de outros créditos a receber, mas por valor nulo.

## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., apresenta no exercício de 2021 resultados positivos de 96.386,52€ (noventa e seis mil trezentos e oitenta e seis euros e cinquenta e dois cêntimos). Neste sentido, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados .....	69.764,13€
- Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestido.....	26.622,39€



## 8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da atividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Acionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 18 de março de 2022


O Presidente do Conselho de Administração



---

Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vogal do Conselho de Administração



---

Hugo Manuel Moreira Luís

Vogal do Conselho de Administração



---

Aldevina Maria Machado Rodrigues





# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

h  
2008

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETARIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	1 491 313	1 573 373
Ativos intangíveis	8	7 420 308	7 621 908
Ativos por impostos diferidos	27	0	22 874
		8 911 621	9 218 155
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	84 975	67 788
Clientes	10	168 346	836 117
Estado e outros entes públicos	11	0	9 483
Outros créditos a receber	12	158 883	446 873
Diferimentos	13	16 466	19 871
Caixa e depósitos bancários	4	1 069 324	149 387
		1 497 995	1 529 519
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>10 409 616</b>	<b>10 747 674</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	14	900 000	900 000
Reservas legais	14	356 800	356 800
Outras reservas	14	794 882	844 910
Resultados transitados	14	3 955 413	4 002 241
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	14	0	-6 925
		6 007 096	6 097 026
Resultado líquido do período	14	96 387	-89 931
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>6 103 482</b>	<b>6 007 096</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	15	1 854 084	102 402
Outras dívidas a pagar	17	569 683	186 536
		2 423 767	288 937
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	780 158	626 909
Estado e outros entes públicos	11	164 463	94 562
Financiamentos obtidos	15	390 328	1 794 354
Outras dívidas a pagar	17	516 784	1 199 923
Diferimentos	13	30 633	735 893
		1 882 366	4 451 641
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4 306 134</b>	<b>4 740 578</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>10 409 616</b>	<b>10 747 674</b>

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 85017

Dr. Sator Almeida Fogaça

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	18	9 254 588	7 412 451
Subsídios à exploração	19	412 858	300 000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-768 040	-547 295
Fornecimentos e serviços externos	21	-6 545 308	-5 272 726
Gastos com o pessoal	22	-1 782 728	-1 668 721
Impandade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	-33 115	0
Outros rendimentos	24	138 817	141 713
Outros gastos	25	-57 201	-37 410
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>619 871</b>	<b>328 011</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-452 459	-412 428
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>167 412</b>	<b>-84 417</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0	5
Juros e gastos similares suportados	27	-37 138	-26 624
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>130 274,20</b>	<b>-111 036</b>
Imposto sobre o rendimento do período	28	-33 888	21 106
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>96 387</b>	<b>-89 931</b>

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 85017

Ana Carolina Almeida Pires

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DESCRIÇÃO	Capital Próprio					Capital Próprio		Capital Próprio		Total do Capital Próprio
	Capital Próprio	Reservas	Reserva de Capital Próprio	Reserva de Capital Próprio	Reserva de Capital Próprio	Reserva de Capital Próprio	Reserva de Capital Próprio	Reserva de Capital Próprio		
1	900.000	358.800	821.534	3.982.554	-6.925	33.063	6.097.026	0	6.097.026	
14			23.376	9.687		-33.063	0	0	0	
2	0	0	23.376	9.687	0	-33.063	0	0	0	
3						-89.931	-89.931	0	-89.931	
4=2+3						-122.994	-89.931	0	-89.931	
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9=1+2+3+5	900.000	358.800	844.910	4.002.241	-6.925	-89.931	6.007.096	0	6.007.096	

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DESCRIÇÃO	Capital Próprio					Capital Próprio		Capital Próprio		Total do Capital Próprio
	Capital Próprio	Reservas	Reserva de Capital Próprio	Reserva de Capital Próprio	Reserva de Capital Próprio	Reserva de Capital Próprio	Reserva de Capital Próprio	Reserva de Capital Próprio		
6	900.000	358.800	844.910	4.002.241	-6.925	-89.931	6.007.096	0	6.007.096	
14			-50.028	-46.827	6.925	89.931	0	0	0	
7	0	0	-50.028	-46.827	6.925	89.931	0	0	0	
8						96.387	96.387	0	96.387	
9=7+8						186.317	96.387	0	96.387	
10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11=6+7+8+10	900.000	358.800	794.882	3.955.413	0	96.387	6.103.482	0	6.103.482	

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 85017

Ad. Carlos Almeida Pereira



ANEXO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

*f*  
—  
—

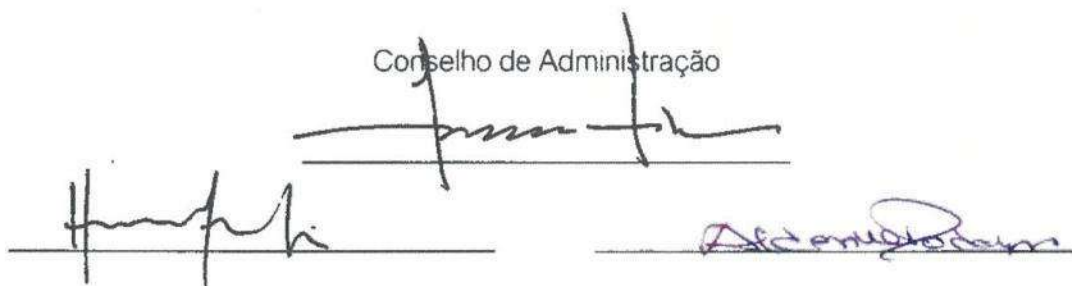
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICA	2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimento de clientes	10 196 567	6 754 955
Pagamentos a fornecedores	-8 235 252	-5 033 870
Pagamentos ao pessoal	-1 782 728	-1 668 721
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<b>178 586</b>	<b>52 364</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-24 405	44 054
Outros recebimentos/pagamentos	461 117	371 187
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>	<b>615 298</b>	<b>467 604</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-6 770	-90 902
Ativos intangíveis	-2 400	-9 600
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>	<b>-9 170</b>	<b>-100 502</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	2 159 629	350 005
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-1 808 682	-724 354
Juros e gastos similares	-37 138	-26 624
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>	<b>313 809</b>	<b>-400 973</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<b>919 937</b>	<b>-33 871</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<b>149 387</b>	<b>183 258</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>1 069 324</b>	<b>149 387</b>

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 85017

*Alta Cristina Almeida Paiva*

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

### 1.1. Designação da entidade

GIATUL - ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.

É uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000€, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital. Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda. Em março de 2008, a Bluematrix, Lda. cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

### 1.2. Sede

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 2640-486 Mafra

### 1.3. Natureza da atividade

A empresa tem por objetivo a prestação de serviços de interesse geral, bem como de promoção do desenvolvimento local e regional na área do concelho de Mafra:

- a) Promoção, gestão, exploração e rentabilização do parque de campismo de Mil Regos, bem como de parques de autocaravanismo da titularidade do Município de Mafra;
- b) Conservação, renovação, beneficiação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos afetos ou relevantes para o parque de campismo de Mil Regos bem como para os parques de autocaravanismo;

- c) Realização de investimentos para a expansão da atividade do parque de campismo ou parques de autocaravanismo, de acordo com vocação;
- d) O exercício da atividade de gestão de obras públicas para o Município de Mafra e para outras entidades detidas por aquela autarquia, consistente na prática de todos os atos materiais e jurídicos necessários à perfeição das obras cuja gestão lhe seja solicitada pelo Câmara Municipal de Mafra, compreendendo qualquer atividade, desde a sua conceção, financiamento, concretização e até à receção das respetivas obras;
- e) Realização de atividades de conceção e execução de obras públicas, bem como de implementação de planos, projetos e demais empreendimentos, nomeadamente de equipamentos, edifícios, rodovias e infraestruturas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal, urbana ou rural, que lhe sejam confiadas pelo Município ou de acordo com a programação aprovada pelo mesmo, com recurso a meios próprios ou meios contratados a terceiros em regime de empreitada ou de concessão de obra pública;
- f) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva que sejam propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano e sinalização;
- g) Conservação, restauração, reparação beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- h) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- i) Apoio nas atividades de fiscalização técnica de infraestruturas municipais;
- j) Produção e comercialização de massas betuminosas, asfálticas e outros materiais de construção.

A título acessório, a empresa pode exercer outras atividades nas áreas da cultura, do desporto, da educação e do turismo, designadamente a prestação de serviços, bem como a promoção e exploração de outras atividades de cultura, turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

#### 1.4. Designação e sede da empresa-mãe

O capital social de 900.000€, representado por 180.000 ações nominativas de 5€ cada, detidas a 100% pela Câmara Município de Mafra, com sede na Praça do Município, 2640-516 Mafra.



## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da GIATUL foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

### Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

**Continuidade** - No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

**Regime do acréscimo** - Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

**Consistência de apresentação** - A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

**Materialidade e agregação** - A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar

as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

Compensação - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Informação comparativa - O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior. Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2020, consiste, na informação da sociedade "GIATUL, S.A.".

### Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Quando a proporção nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada

relatar lucros, retoma-se o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

### Ativos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o ativo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método de linha reta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos ativos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objeto de estimativa atualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Para a generalidade dos ativos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

### Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os ativos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores atualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo para o locatário. As restantes

locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de ativos.

### Ativos intangíveis

Aos ativos intangíveis são reconhecidos sempre que os mesmos são identificáveis, exerce-se controlo sobre os mesmos, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

### Participações Financeiras

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respetivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

### Ativos não correntes detidas para venda

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

### Inventário

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

### Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrábilidade.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo, sendo a taxa de juro efetiva a taxa que desconta

exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### Clientes e outras dívidas de terceiros

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

#### Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas.

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor atual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afetar o valor do respetivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

### Imparidade de ativos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos acionistas.

### Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão

reconhecidos pelo método do juro efetivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos

### Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.



## Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados

## Rédito

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

## Benefício dos empregados

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

## Subsídios e apoios do Governo

Encontra-se reconhecidos rendimentos de subsídios recebidos ao abrigo do Contrato Programa com a Câmara Municipal de Mafra, que entrou em vigor durante o exercício de 2019.

## Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

## Imposto sobre o rendimento

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

Quando aplicável adotou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

## Transações e saldos em moeda estrangeira

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

## Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

A data de autorização para emissão das demonstrações financeiras é de 18 de março de 2022.

## Juízo de valor, estimativa e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que

envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: as propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objeto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização direta; e (iv) fluxos de caixa descontados.

b) As Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um benchmark diferente.

#### Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão, situações que coloquem em causa a continuidade da GIATUL, S.A.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, líquidos de descobertos bancários.

A caixa e seus equivalentes em 31/12/2021 e em 31/12/2020, tem a seguinte composição:

	2021	2020
Caixa	2 697	2 539
Depósitos à ordem	1 064 128	144 348
Outros depósitos	2 500	2 500
<b>TOTAL</b>	<b>1 069 324</b>	<b>149 387</b>

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31/12/2021, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

## 6. PARTES RELACIONADAS

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

Participada	Participação	Valor Mensurado	Ano aquisição	Total do capital social	Resultado 2020
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100 000€	(579.693€)

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, S.A., conforme deliberação inscrita na ata da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, não chegou a ficar concluído. A empresa continua a desenvolver esforços para encontrar uma alternativa legalmente viável.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo. Acresce que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais.

A 31/12/2020 apresentava Capitais Próprios negativos em 22.336.644€.

Até à presente data, ainda não foram disponibilizadas as demonstrações financeiras do exercício findo a 31/12/2021.

## 7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

2021							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	Total
<b>Ativo</b>							
Saldo inicial	420 691	707 641	6 176 309	248 482	114 599	72 404	7 740 127
Aumentos			94 670	71 729			166 399
Alien. e abates							0
<b>Saldo final</b>	<b>420 691</b>	<b>707 641</b>	<b>6 270 979</b>	<b>320 211</b>	<b>114 599</b>	<b>72 404</b>	<b>7 906 526</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Saldo inicial		410 350	5 342 401	237 932	106 061	70 009	6 166 754
Dep. exercício		43 331	171 508	28 482	2 743	2 395	248 460
Alien. e abates							0
<b>Saldo final</b>	<b>0</b>	<b>453 681</b>	<b>5 513 910</b>	<b>266 415</b>	<b>108 804</b>	<b>72 404</b>	<b>6 415 214</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>420 691</b>	<b>253 960</b>	<b>757 070</b>	<b>53 797</b>	<b>5 795</b>	<b>0</b>	<b>1 491 313</b>

2020							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	Total
<b>Ativo</b>							
Saldo inicial	420 691	647 982	6 145 066	248 482	114 599	72 404	7 649 225
Aumentos		59 659	31 243				90 902
Alien. e abates							0
<b>Saldo final</b>	<b>420 691</b>	<b>707 641</b>	<b>6 176 309</b>	<b>248 482</b>	<b>114 599</b>	<b>72 404</b>	<b>7 740 127</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Saldo inicial		367 019	5 188 992	227 382	103 318	67 615	5 954 326
Dep. exercício		43 331	153 409	10 550	2 743	2 394	212 428
Alien. e abates							0
<b>Saldo final</b>	<b>0</b>	<b>410 350</b>	<b>5 342 401</b>	<b>237 932</b>	<b>106 061</b>	<b>70 009</b>	<b>6 166 754</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>420 691</b>	<b>297 291</b>	<b>833 908</b>	<b>10 550</b>	<b>8 538</b>	<b>2 395</b>	<b>1 573 373</b>

No que respeita ao valor reconhecido em "Terrenos e recursos naturais" corresponde ao terreno denominado "Vale da Bica", localizado no Concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

Os restantes ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com as vidas úteis especificadas na nota 2.

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos períodos findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020:

Descrição	2021				Total
	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	
<b>Ativo</b>					
Saldo inicial	423	10 912 308	106 193	9 600	11 028 523
Aquisições				2 400	2 400
Transferências	12 000			-12 000	0
Alien. e abates					0
<b>Saldo final</b>	<b>12 423</b>	<b>10 912 308</b>	<b>106 193</b>	<b>0</b>	<b>11 030 923</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo inicial	423	3 300 000	106 193		3 406 616
Dep. exercício	4 000	200 000			204 000
Alien. e abates					0
<b>Saldo final</b>	<b>4 423</b>	<b>3 500 000</b>	<b>106 193</b>	<b>0</b>	<b>3 610 615</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>8 000</b>	<b>7 412 308</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7 420 308</b>

Descrição	2020				Total
	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	
<b>Ativo</b>					
Saldo inicial	423	10 912 308	106 193		11 018 924
Aquisições				9 600	9 600
Alien. e abates					0
<b>Saldo final</b>	<b>423</b>	<b>10 912 308</b>	<b>106 193</b>	<b>9 600</b>	<b>11 028 524</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo inicial	423	3 100 000	106 193		3 206 616
Dep. exercício		200 000			200 000
Alien. e abates					0
<b>Saldo final</b>	<b>423</b>	<b>3 300 000</b>	<b>106 193</b>	<b>0</b>	<b>3 406 616</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>0</b>	<b>7 612 308</b>	<b>0</b>	<b>9 600</b>	<b>7 621 908</b>

Discrimina-se em seguida o valor da rubrica de propriedade industrial, por item:

Descrição	Ano aquisição	Valor reconhecido	Tipo de direito
Avenida - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2 422 373	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421 956	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565 619	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320 462	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288 732	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212 801	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272 283	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305 109	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313 317	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651 381	50 anos Direitos Superf
Dir. Superfície terreno Abrunheira	31/12/2008	138 274	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	1 700 000	Cessão Exploração
<b>TOTAL</b>		<b>7 612 308</b>	

O parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em março 2021.

## 9. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2021	2020
Matérias-primas	6 230	10 348
Materiais diversos	78 745	57 440
<b>TOTAL</b>	<b>84 975</b>	<b>67 788</b>

## 10. CLIENTES

Saldos da conta de clientes nos períodos findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020:

	2021	2020
Clientes c/c	168 346	836 117
Clientes cobrança duvidosa	304 528	304 528
Perdas por imparidade acumuladas	-304 528	-304 528
<b>TOTAL</b>	<b>168 346</b>	<b>836 117</b>

Neste período houve alteração nos ajustamentos para clientes tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

## 11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Detalhe dos saldos da conta do estado e outros entes públicos:

	2021	2020
<b>Ativo corrente</b>		
Imposto sobre o rendimento	0	9 483
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>9 483</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	388	0
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	9 671	9 608
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	123 014	51 019
Segurança social	26 152	29 768
Caixa geral de aposentações e ADS	3 463	4 167
Tributos das autarquias locais	1 776	0
<b>TOTAL</b>	<b>164 463</b>	<b>94 562</b>

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

## 12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Detalhe dos outros créditos a receber:

	2021	2020
Devedores por acréscimo de rendimentos	157 073	446 393
Pessoal	1 527	0
Outros Devedores	33 115	0
Perdas por imparidade acumuladas	-33 115	0
Adiantamento a fornecedores	284	480
<b>TOTAL</b>	<b>158 883</b>	<b>446 873</b>

Encontra-se registado em outros devedores a quantia de 33.115€, referente a receitas arrecadadas, cuja responsabilidade se encontra em processo de análise. Por uma questão de prudência, foi constituída uma imparidade no mesmo valor.





### 13. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no ativo e passivo corrente é o seguinte:

	2021	2020
<b>Ativo corrente</b>		
Juros a reconhecer	0	4 603
Seguros a reconhecer	16 466	15 268
<b>TOTAL</b>	<b>16 466</b>	<b>19 871</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Rendimentos a reconhecer	30 633	735 893
<b>TOTAL</b>	<b>30 633</b>	<b>735 893</b>

Para melhor evidenciar as responsabilidades da empresa, os rendimentos a reconhecer foram registados com base na data de reconhecimento, passando a estar repartidos em rendimentos de curto prazo e rendimentos de médio/longo prazo.

### 14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Composição do capital:

	2021	2020
Capital subscrito	900 000	900 000
Reservas legais	356 800	356 800
Outras reservas		
Reservas livres	425 027	425 027
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2014	0	50 028
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2015	129 677	129 677
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2017	97 427	97 427
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2018	119 375	119 375
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2019	23 376	23 376
Resultados transitados	3 955 413	4 002 241
Ajustamentos em ativos financeiros	0	- 6 925
Resultado Líquido do exercício	96 387	- 89 931
<b>TOTAL</b>	<b>6 103 482</b>	<b>6 007 096</b>

A Câmara Municipal de Mafra detém 100% do capital social da GIATUL.

Os valores registados em dedução de lucros retidos e reinvestidos já se encontram totalmente executados com investimentos elegíveis. Por imposição legal, esta mantém-se em reserva nos capitais próprios por 5 anos. O valor referente a 2014 foi transferido para resultados transitados em 2021, por ter passado o prazo. O valor referente a 2015 será transferido para resultados transitados em 2022.

Em 2021, o movimento em resultados transitados corresponde apenas à aplicação do resultado de 2020.

## 15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos financiamentos obtidos nos exercícios:

	2021	2020
<b>Passivo não corrente</b>		
Empréstimos Bancários	1 751 005	102 402
Leasing	103 079	0
	1 854 084	102 402
<b>Passivo corrente</b>		
Empréstimos Bancários	351 321	1 691 116
Conta caucionada	0	100 000
Leasing	39 007	3 238
	390 328	1 794 354
<b>TOTAL</b>	<b>2 244 412</b>	<b>1 896 756</b>

## 16. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de fornecedores:

	2021	2020
Fornecedores C/C	614 513	510 488
Fornecedores - garantias	165 646	116 420
<b>TOTAL</b>	<b>780 158</b>	<b>626 909</b>



## 17. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As outras dívidas a pagar apresentam o seguinte detalhe em 2021 e 2020:

	2021	2020
<b>Passivo não corrente</b>		
Fornecedores - garantias	188 783	186 536
Rendimentos a reconhecer	380 901	0
	569 683	186 536
<b>Passivo corrente</b>		
Pessoal	0	1 849
Remunerações a liquidar	179 083	203 274
Credores diversos	337 701	994 800
	516 784	1 199 923
<b>TOTAL</b>	<b>1 086 468</b>	<b>1 386 459</b>

Tal como referido na nota 13, para melhor evidenciar as responsabilidades da empresa, os rendimentos a reconhecer foram registados com base na data de reconhecimento, passando a estar repartidos em rendimentos de curto prazo e rendimentos de médio/longo prazo.

## 18. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 apresentam o seguinte detalhe:

	2021	2020
Vendas de produtos acabados	68 589	2 228
Serviços prestados		
Infraestruturas	7 955 486	6 528 524
Parque de Campismo	1 230 514	881 698
<b>TOTAL</b>	<b>9 254 588</b>	<b>7 412 451</b>

As Prestações de Serviços ocorreram apenas no mercado interno.

## 19. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração apresentam o seguinte detalhe em 2021 e 2020:

	2021	2020
Subsídio Contrato Programa	300 000	300 000
Apoio Familiar-Covid 19	1 822	0
Transferência de equilíbrio	111 036	0
<b>TOTAL</b>	<b>412 858</b>	<b>300 000</b>

Em 2019, entrou em vigor o Contrato Programa celebrado com o acionista único, a Câmara Municipal de Mafra, que prevê o subsídio à exploração a ser entregue em parcelas até ao ano de 2021.

Em 2021 verificou-se uma transferência de acordo com o n.º5 do Artigo 40.º, da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, onde refere que no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos acionistas, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

## 20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2021	2020
Existências iniciais	67 788	57 974
Compras de matéria, subsidiária e de consumo	785 228	557 110
Existências finais	84 975	67 788
<b>TOTAL</b>	<b>768 040</b>	<b>547 295</b>

*h. p.*

## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios de 2021 e 2020 apresentam o seguinte detalha:

	2021	2020
Subcontratos	5 073 883	4 090 946
Trabalhos especializados	634 276	395 311
Publicidade e propaganda	7 334	14 969
Vigilância e segurança	144 677	136 294
Comissões	7 725	7 652
Conservação e reparação	71 316	84 880
Serviços Bancários	31 230	22 227
Ferramentas e Utensílios	22 888	21 035
Livros e documentação técnica		20
Material de escritório	17 598	15 484
Eletricidade	91 899	84 604
Combustíveis	172 021	129 203
Água	112 967	99 056
Lubrificantes	2 514	1 985
Deslocações e estadas	1 142	768
Rendas a alugueres	50 150	75 448
Comunicação	14 218	13 503
Seguros	33 509	27 262
Contencioso e notariado	190	429
Despesas de representação	40	4 886
Limpeza, higiene e conforto	55 285	46 752
Outros Serviços	446	11
<b>TOTAL</b>	<b>6 545 308</b>	<b>5 272 726</b>

## 22. GASTOS COM O PESSOAL

Detalhe dos gastos com o pessoal nos exercícios:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	0	0
Remunerações do pessoal	1 406 340	1 333 204
Encargos sobre remunerações	273 439	250 440
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	40 727	33 840
Outros gastos com o pessoal	62 222	51 237
<b>TOTAL</b>	<b>1 782 728</b>	<b>1 668 721</b>

A 31/12/2021 o número de trabalhadores era de 86, sendo 23 do Parque de Campismo.

## 23. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Detalhe da imparidade de dívidas a receber dos exercícios:

	2021	2020
Perdas por imparidade – Outros devedores	33 115	0
<b>TOTAL</b>	<b>33 115</b>	<b>0</b>

Por prudência contabilística, em 2021 foram reconhecidas perdas no valor de 33.115€ por imparidades referentes a receitas arrecadadas, cuja responsabilidade se encontra em processo de análise. O valor encontra-se reconhecido na rubrica de outros créditos a receber, mas por valor nulo.

## 24. OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos outros rendimentos dos exercícios:

	2021	2020
Correções imputáveis a períodos anteriores	0	662
Outros rendimentos e ganhos	138 817	141 051
<b>TOTAL</b>	<b>138 817</b>	<b>141 713</b>

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a "Tarawa-kiribati", que gerou um rendimento no montante de 47.500€, no exercício de 2021. Acresce o rendimento de 60.000€, que advém do acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Mafra e a GIATUL referente à cessão de uma parcela de terreno.

## 25. OUTROS GASTOS

Detalhe de outros gastos dos exercícios:

	2021	2020
Impostos diretos	980	980
Impostos indiretos	19 830	7 662
Taxas	35 387	26 702
Correções de exercicios anteriores	886	2 033
Multas e penalidades	60	0
Outros gastos e perdas	57	34
<b>TOTAL</b>	<b>57 201</b>	<b>37 410</b>

h. A  
A. R.

## 26. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das amortizações dos ativos tangíveis e intangíveis, dos exercícios:

	2021	2020
<b>Ativos fixos tangíveis:</b>		
Edifícios e outras construções	43 331	43 331
Equipamento básico	171 508	153 409
Equipamento de transporte	28 482	10 550
Equipamento administrativo	2 743	2 743
Outros ativos fixos tangíveis	2 395	2 394
<b>Ativo intangíveis:</b>		
Propriedade Industrial	200 000	200 000
Programas de computadores	4 000	0
<b>TOTAL</b>	<b>452 459</b>	<b>412 428</b>

## 27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2021	2020
Juros contraídos com empréstimos bancários	36 939	26 487
Juros contraídos em locações financeiras	179	92
Juros de mora e compensatórios	20	45
<b>TOTAL</b>	<b>37 138</b>	<b>26 624</b>

## 28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Detalhe do imposto sobre o rendimento:

	2021	2020
Imposto estimado para o período	11 014	1 769
Imposto diferido	22 874	- 22 874
<b>TOTAL</b>	<b>33 888</b>	<b>-21 106</b>

## 29. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADE PRESTADAS

O empréstimo de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos está sujeito a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às comparticipações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os art.º 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

*Handwritten initials and signature:*  
k  
f  
de

### 30. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	2021	2020
<b>Valores a receber</b>		
Câmara Municipal de Mafra	263	710 627
SMAS	0	20 130
<b>Valores a pagar</b>		
Câmara Municipal de Mafra	8 418	36 141
SMAS	5 773	5 089

Detalhe das transações ocorridas com associadas:

	2021	2020
<b>Faturas emitidas</b>		
Câmara Municipal de Mafra	8 795 845	7 107 102
SMAS	149 368	149 813
<b>Faturas recebidas</b>		
Câmara Municipal de Mafra	156 013	171 033
SMAS	171 736	65 646

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 85017

Ana Cristina Almeida Pereira





# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

1  
h  
2022



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.** (a entidade) que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2021**, que evidencia um total de 10.409.616 euros e um total de capital próprio de 6.103.482 euros, incluindo um resultado líquido de 96.387 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Conforme divulgado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existe uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2020 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 22.336.644 Euros. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.



*[Handwritten mark]*

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 18 de março de 2022

**MACEDO, CALDAS & BENTO**  
**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190**  
**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490**

Representada por

**Dr. Hernâni João Dias Bento,**  
**Revisor Oficial de Contas n.º 1167**  
**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779**



RELATÓRIO  
E PARECER DO  
FISCAL ÚNICO

*[Handwritten signature]*





## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmo. Acionista, da **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.**,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida durante o ano de 2021 e dar o nosso Parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação das contas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em **31 de dezembro de 2021**, apresentados pelo Conselho de Administração.

1. No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a atividade da entidade, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com o órgão de gestão e os seus diretores. Efetuámos uma verificação por amostragem dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão e de riscos e de controlo interno. Vigiámos pela observação da lei e dos estatutos. No exercício da nossa atividade não deparamos com quaisquer constrangimentos.
2. No exercício das nossas funções verificámos que:
  - a) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade e dos seus resultados, assim como das suas alterações do capital próprio e dos seus fluxos de caixa;
  - b) o relatório apresentado pelo Conselho de Administração. exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação das contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da Entidade; e
  - c) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conforme as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e são adequadas por forma a assegurar que as mesmas conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.
3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emitimos uma certificação legal das contas não qualificada, com uma ênfase,, referente ao exercício de 2021, datada de 18 de março de 2022, que a seguir se transcreve:

### *Ênfase*

Conforme divulgado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existe uma participação financeira na empresa "Mafreduca, SA", em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2020 a "Mafreduca, SA" apresentou Capitais Próprios negativos em 22.336.644 Euros. A "Giatul, EM" tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na "Mafreduca, SA", chamamos a atenção para o facto de que



segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

4. Somos do parecer que a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Entidade, bem como as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do Parecer que:
  - a) Sejam aprovados o relatório de gestão assim os documentos de prestação das contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
  - b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 18 de março de 2022

**O Fiscal Único**

**MACEDO, CALDAS & BENTO**  
**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190**  
**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490**

Representada por

**Dr. Hernâni João Dias Bento,**  
**Revisor Oficial de Contas n.º 1167**  
**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779**





**MATADOURO  
REGIONAL  
MAFRA**

**Relatório de Gestão  
2021**

*Mafra, 11 de Fevereiro de 2022*

*h. x*



**MATADOURO  
REGIONAL  
MAFRA**

## **Relatório de Gestão 2021**

### Objeto

- Comércio e indústria transformadora de gado, carnes verdes e produtos provenientes do abate.

### Órgão de Administração

<b>Presidente</b>	Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
<b>Vogal</b>	Dr. Hugo Manuel Moreira Luis
<b>Vogal</b>	Dr. Pedro António do Carmo Silva

Sociedade Anónima matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mafra, sob o nº 02684  
Capital Social 750 000 00 Euros – Contribuinte PT – 505004232 – CAE Principal: 10110

*Handwritten signature*

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com o que determina a lei e o disposto no contrato social da Sociedade, submete-se à apreciação de V. Exas. o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações de Capitais Próprios e Anexos referentes ao Exercício de 2021.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

*I – INTRODUÇÃO*

O **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, prestes a atingir os dezoito anos de atividade, alcançou um nível de resultados positivo superando de novo os objetivos financeiros delineados para este exercício. Este resultado, permite consolidar e melhorar os indicadores económicos e financeiros da empresa, contrariando um pouco, a tendência a que vamos assistindo no sector.

É de salientar, que estes resultados foram obtidos num ambiente adverso, onde se destacam nos últimos dois exercícios os impactos criados pela pandemia do coronavírus (COVID-19), somado a uma constante instabilidade na gestão das equipas do Corpo de Inspeção Sanitária afetos á DGAV e à continuação da tendência de cotações baixas dos Couros e Peles nos mercados internacionais, prejudicando a capacidade de criar valor e diminuindo a capacidade financeira para o sector.

A crise pandémica que se iniciou no primeiro trimestre de 2020, continua a condicionar e colocar em causa as práticas habituais de mercado, para além de nos obrigar a realizar várias ações/medidas, no âmbito do Plano de Contingência ao COVID-19 definido para a unidade, e que procurou, desde sempre, tomar uma série de iniciativas, por forma a minimizar possíveis impactos na sociedade, nomeadamente, reduzir a probabilidade de eventuais surtos na equipa de colaboradores.

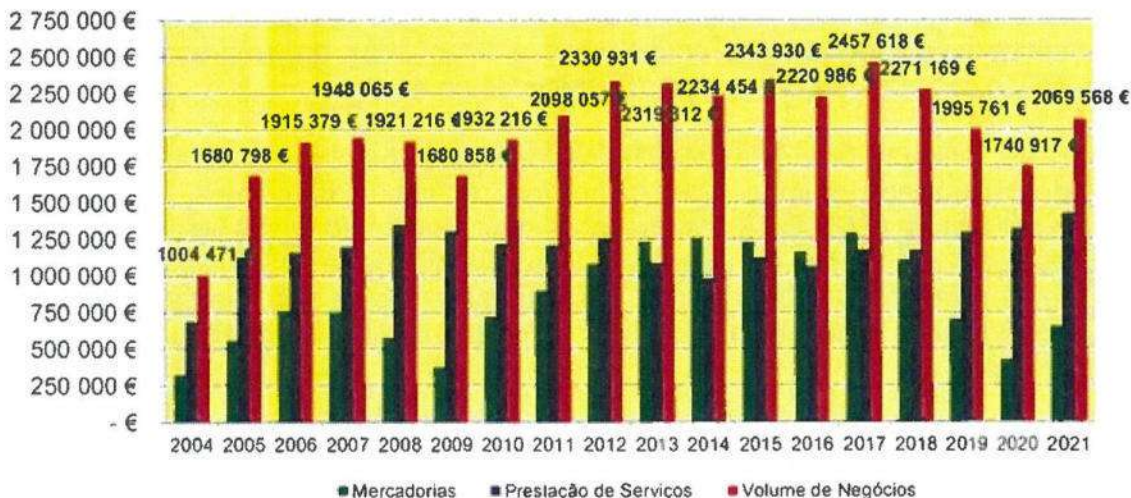
Neste sentido, mantem-se a tomada de medidas de forma prudente e cautelosa para evitar danos relacionados com a COVID-19 e mantivemos o nosso foco nos fatores que continuamos a destacar desde a abertura da unidade, que passam nomeadamente, por um esforço constante na captação e fidelização dos clientes e na adaptação de horários e de dias de abate às preferências do mercado. Temos procurado sempre nos diferenciar pelos pontos fortes que nos são reconhecidos pelo mercado, nomeadamente, a qualidade do serviço, a disponibilidade, o posicionamento geográfico, a qualidade dos seus recursos, a capacidade de inovação e a relação isenta e séria constantemente assumida com todos os clientes, fornecedores e colaboradores.

Conscientes da manutenção de um contexto económico-financeiro nacional muito complexo e de grande volatilidade, que nos acrescentou ainda mais desafios, foi possível chegar ao final do exercício, com um aumento no volume da quantidade abatida de 3,5%.

Foi nesta conjuntura, que o *Matadouro Regional de Mafra, S.A.*, continua a consolidar a sua posição no mercado da prestação de serviços de abate, destacando-se como uma unidade de referência para o sector, tendo alcançado um acréscimo do valor de vendas das Mercadorias em 53,9% e do volume de Prestação de Serviços de 7,6%.

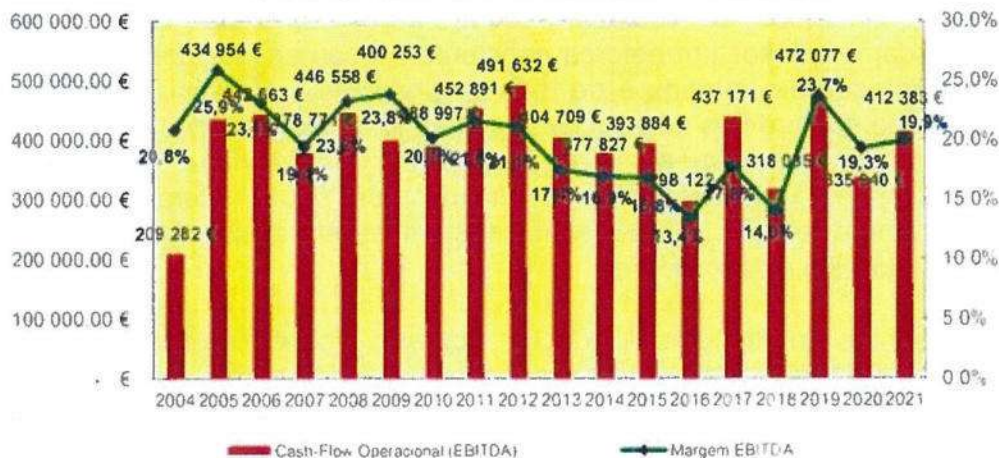
Durante 2021, verificou-se uma retoma no número de abates da espécie Bovino em 5,9%, levando automaticamente a uma subida no valor global das Vendas de Mercadorias e Prestação de Serviços de Abate de 18,9% e permitindo um Volume de Negócios de 2.069.568,34€ (Dois milhões, sessenta e nove mil, quinhentos e sessenta e oito euros e trinta e quatro cêntimos), conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

**VOLUME DE NEGÓCIOS**



Mais detalhadamente, com o aumento no valor na Prestação de Serviços em 7,6%, e o aumento no valor da Venda das Mercadorias e Produtos em 53,9%, verificou-se uma valorização de 22,7% no *EBITDA*, permitindo alcançar um valor de 412.383,03€ (Quatrocentos e doze mil, trezentos e oitenta e três euros e três cêntimos) e proporcionando uma margem de *EBITDA* de 19,9%.

**CASH-FLOW OPERACIONAL - EBITDA**



*Handwritten signature*

*II - ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO*

A economia mundial, de acordo com o FMI, recuperou 5,9% em 2021, após a quebra abrupta provocada pela Pandemia Covid19, que teve início no primeiro trimestre de 2020.

Após um 2020 complexo, que registou fortes prejuízos na economia mundial e sobretudo ao nível social, o ano de 2021, iniciou-se com um sinal de esperança. A perspetiva da vacinação em grande escala, iria permitir à população mundial adquirir imunidade e regressar à atividade normal. É certo, e apesar de grande contestação mediática, foram sendo adotadas medidas de força, de uma forma lenta e heterogénia, mas que possibilitaram inverter os números de casos positivos, de internados e de mortos, permitindo perspetivar uma retoma económica a partir do segundo semestre. Infelizmente, no último trimestre do ano, surgiu uma nova variante, a Ómicron, que se veio a demonstrar ainda mais contagiante, conforme demonstraram o número galopante de casos positivos e que obrigaram a uma nova vaga de condicionamentos, colocando em causa, de novo, a recuperação da economia mundial.

É neste contexto sanitário grave, que durante o ano de 2021, assistimos a vários fenómenos ao nível global, que vieram demonstrar a fragilidade e simultaneamente, a capacidade de recursos que a humanidade tem hoje ao seu dispor, para fazer frente a um mundo cada vez mais dominado pela imprevisibilidade e pelo mediatismo.

De realçar, as tensões que as paragens bruscas (resultantes dos surtos, isolamentos e confinamentos) provocaram nas cadeias de abastecimento globais, provocando verdadeiras disrupções. O desequilíbrio comercial global, veio desordenar os canais de transporte tradicionais e culminou, num brutal aumento do custo do transporte marítimo (denominada por, Crise dos Contentores). A agravar e a ilustrar a fragilidade desta logística e do modelo vigente do potencial industrial localizado nos países asiáticos, nomeadamente da China, foi o navio cargueiro Ever Given que em Março, encalhou no Canal Suez e durante 10 dias bloqueou, cerca de 10% do comércio mundial.

Outro fator a destacar, foi o forte aumento dos preços da energia, que baseada numa menor capacidade de oferta, na alteração do paradigma para uma maior eletrificação e numa escalada contínua das obrigações ambientais, voltou a acentuar o desequilíbrio existente na economia mundial, repercutindo-se naturalmente de forma mais severa, nas economias mais frágeis.

A conjugação destes fatores resultou numa subida generalizada dos preços das matérias primas, originando pressões inflacionistas, às quais as maiores economias mundiais, têm procurado responder através da implementação de medidas de controlo, nomeadamente, a subida das taxas de juro de referência.

É neste ambiente complexo, que se demonstra a importância da capacidade de resposta dos líderes das economias mundiais, que apesar de em alguns casos terem estado ocupados em discussões eleitorais internas, mesmo assim, procuraram definir estratégias de resposta, às grandes alterações ao nível social e económico, por forma, a criar as bases para rapidamente se ultrapassar este momento de grandes transformações e de grande exigência.

Em Portugal, infelizmente o cenário não foi muito diferente, pois a crise de saúde pública, veio condicionar a atividade económica, sendo projetada uma recuperação do PIB em 2021 de 4,9%, valor insuficiente para ultrapassar os 8,4% registados no ano anterior. Apesar da recuperação da atividade económica, onde se destacou o setor imobiliário, verificou-se de novo a aceleração do endividamento, nomeadamente do Estado, das empresas e das famílias.

Em resumo, é neste ambiente de grande complexidade e de imprevisibilidade que a sociedade portuguesa tem procurado garantir estratégias, em que o objetivo principal passa pela manutenção dos empregos e pela rápida recuperação da economia. Para alavancar esta recuperação, deverá promover políticas que incentivem um maior equilíbrio entre os sectores primário, secundário e terciário, alavancado na iniciativa privada, nas exportações, no investimento estrangeiro e nas sinergias com a comunidade portuguesa espalhada pelo mundo, procurando sempre garantir um melhor país para todos.

x h x

III – ENQUADRAMENTO SECTORIAL

De seguida, pretende-se realizar uma breve análise dos principais fatores que poderão ter influência no sector, sendo sempre necessário realçar a prudência que se deve utilizar na sua interpretação.

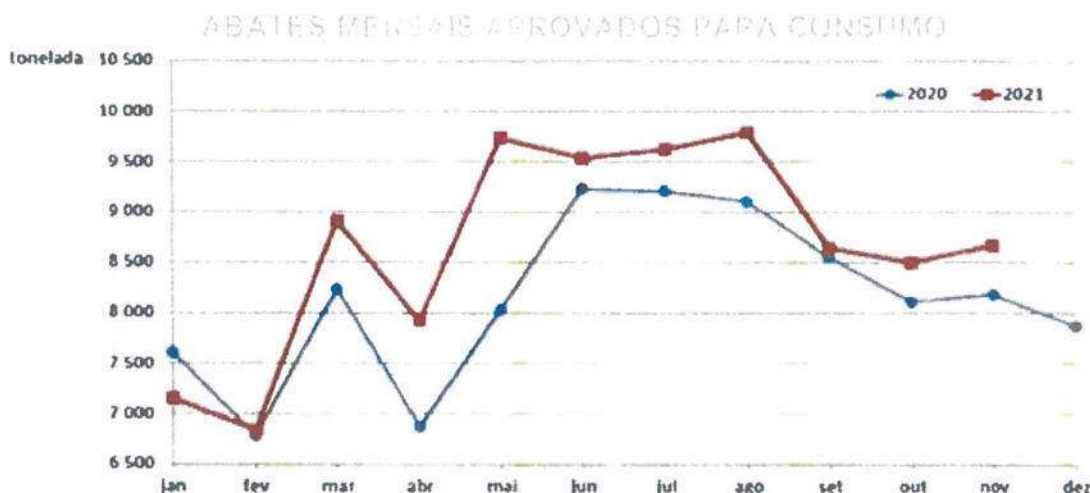
Relativamente aos abates aprovados para consumo em termos nacionais, verificou-se durante o ano de 2021, em termos nacionais, a um aumento de 6,3% das quantidades em número de cabeças e a uma subida de 6% dos valores em termos ponderais, ou seja, de toneladas de carne de bovino.

**ABATES APROVADOS PARA CONSUMO - Janeiro a Dezembro**

	CABEÇAS		TONELADA		Var. Cabeças (%) Acum. ano anterior	Var. Toneladas (%) Acum. ano anterior
	2021	2020	2021	2020		
Vitela - V	52238	47177	7803	6888	10,7%	13,3%
Vitelão - Z	94905	95130	17654	17331	-0,2%	1,9%
Novilhos	120412	118060	39159	38632	2,0%	1,4%
Bois	1378	1530	484	503	-9,9%	-3,8%
Vacas	90613	76168	24858	21361	19,0%	16,4%
Novilhas	58349	55240	14038	13366	5,6%	5,0%
<b>TOTAL</b>	<b>417896</b>	<b>393305</b>	<b>103996</b>	<b>98081</b>	<b>6,3%</b>	<b>6,0%</b>

FONTE: I N E (2021 - dados provisórios, 2020 - dados definitivos)

A distribuição de abates ao longo do ano, tal como no anterior, demonstram uma redução nas quantidades abatidas nos momentos em que se voltaram a verificar picos pandémicos, seguidos por fortes subidas nos abates, nos momentos em que aparentemente o surto pandémico esteve menos ativo. Apesar desta correlação e de se ter verificado no mês de Dezembro nova quebra nos abates, em termos médios, foi possível, chegar ao final do exercício com valores superiores ao do ano anterior. Continuamos a assistir a uma tendência de maior procura na carne de bovino de origem nacional, principalmente pelas grandes insígnias de distribuição alimentar, que tem preferido, face aos elevados preços alcançados na carne importada.



Fonte: I N E (2021 - Valores mensais atualizados em 17 de janeiro de 2022)

*h x*

No comércio internacional, mais concretamente nas importações, assistiu-se a uma redução das quantidades transacionadas, tendo mais significância o segmento dos Bovinos Vivos, onde se registou um quebra superior a 70%. Relativamente ao segmento de carne refrigerada, verificou-se um aumento de apenas 2% e na carne congelada de 20%. Do lado das exportações, verificou-se igualmente uma subida no segmento da Carne Refrigerada com um valor próximo dos 43%, da carne refrigerada com 38%, miudezas com 86% e dos Bovinos Vivos com um acréscimo de 15%. Em sentido contrário, apenas se destaca o segmento dos Outros Bovinos Vivos com uma redução de 39%, conforme se poderá verificar na tabela seguinte:

## COMÉRCIO INTERNACIONAL - Janeiro a Dezembro

Unidade: Tonelada

	ENTRADAS		SAIDAS		Var. %	Var. %
	2021	2020	2021	2020	ENTRADAS 21/20	SAIDAS 21/20
Carne congelada	16783	13940	2190	1582	20%	38%
Carne Refrigerada	95538	93447	14448	12504	2%	16%
Miudezas	2294	2431	979	527	-6%	86%
Bov. Rep. Raça Pura	399	1659	48045	41725	-76%	15%
Outros Bovinos vivos	1933	7373	822	1343	-74%	-39%
<b>TOTAL</b>	<b>116947</b>	<b>118850</b>	<b>66485</b>	<b>57682</b>	<b>-2%</b>	<b>15%</b>

FONTE: I.N.E. (2021 - dados provisórios; 2020 - dados definitivos)

Em termos de valor, o Comércio Internacional, obteve os seguintes dados:

## COMÉRCIO INTERNACIONAL - Janeiro a Dezembro

Unidade: 1000€

	ENTRADAS		SAIDAS		Var. %	Var. %
	2021	2020	2021	2020	ENTRADAS 21/20	SAIDAS 21/20
Carne congelada	80661	60653	8296	5803	33%	43%
Carne Refrigerada	471930	426204	52651	38286	11%	38%
Miudezas	6303	5748	2658	1728	10%	54%
Bov. Rep. Raça Pura	1251	4476	130324	108856	-72%	20%
Outros Bovinos vivos	2545	2890	1853	3088	-12%	-40%
<b>TOTAL</b>	<b>562690</b>	<b>499971</b>	<b>195782</b>	<b>157762</b>	<b>13%</b>	<b>24%</b>

FONTE: I.N.E. (2021 - dados provisórios; 2020 - dados definitivos)

Numa análise em termos financeiros, as importações tiveram de uma forma global um aumento nos preços, tendo sido um pouco mais acentuado, na Carne Refrigerada e na Carne Congelada. O mesmo comportamento, mas mais evidente, tiveram as Exportações, pois á exceção da categoria Outros Bovinos Vivos, todos os segmentos obtiveram fortes valorizações nos preços médios de venda.



Da informação contida nas tabelas anteriores, é possível retirar algumas ilações, tais como:

	2021	2020
Consumo Interno Anual (Ton)	199678	190252
Consumo Per Capita Anual (KG)	19,39	18,47
Produção Interna	52%	51%
Dependência do Exterior	48%	49%
Valor Total das Importações	562 690 440 €	496 454 640 €
Valor Total das Exportações	195 782 180 €	158 547 000 €
Resultado na Balança Comercial	- 366 908 260 €	- 337 907 640 €
Preço Global por KG/Importado	4,81 €	4,21 €
Preço Global por KG/Exportado	2,94 €	2,74 €
Preço Carne Refrig. por KG/Importado	4,94 €	4,56 €
Preço Bovinos Vivos por KG/Exportado	2,70 €	2,60 €

FONTE: I.N.E. (2021 - dados provisórios; 2020 - dados definitivos)

Nos últimos anos, temos vindo a verificar a uma ligeira recuperação do Consumo Per Capita Anual (Kg), explicado em grande parte, por dois fatores: antes da Pandemia por via, do forte aumento da população não residente (crescimento expressivo no sector do Turismo) e nos últimos dois anos, período Covid19, por uma substituição da carne importada pela carne de origem nacional, alavancada na proximidade e mais recentemente, na subida dos preços da carne, em termos internacionais.

É de salientar, que no exercício de 2021, a Balança Comercial da Carne de Bovino deteriorou-se em mais 8% (um valor superior a 29 milhões de euros) e que a capacidade de Produção Interna aumentou para um valor de 52%. Estes números traduzem uma capacidade instalada em Portugal que não está a ser aproveitada e que se poderiam traduzir em importantes ganhos para a economia nacional. Mesmo assim, foi necessário neste período, realizar um volume de importações superior a 496 milhões de euros de carne de bovino para poder suprimir as necessidades do mercado nacional.

A exportação de Bovinos Vivos, registou uma subida de 20%, traduzido no aumento da procura da exportação de bovinos para os países a leste da bacia do Mar Mediterrâneo (Israel, Líbano, entre outros) e para o norte de África.

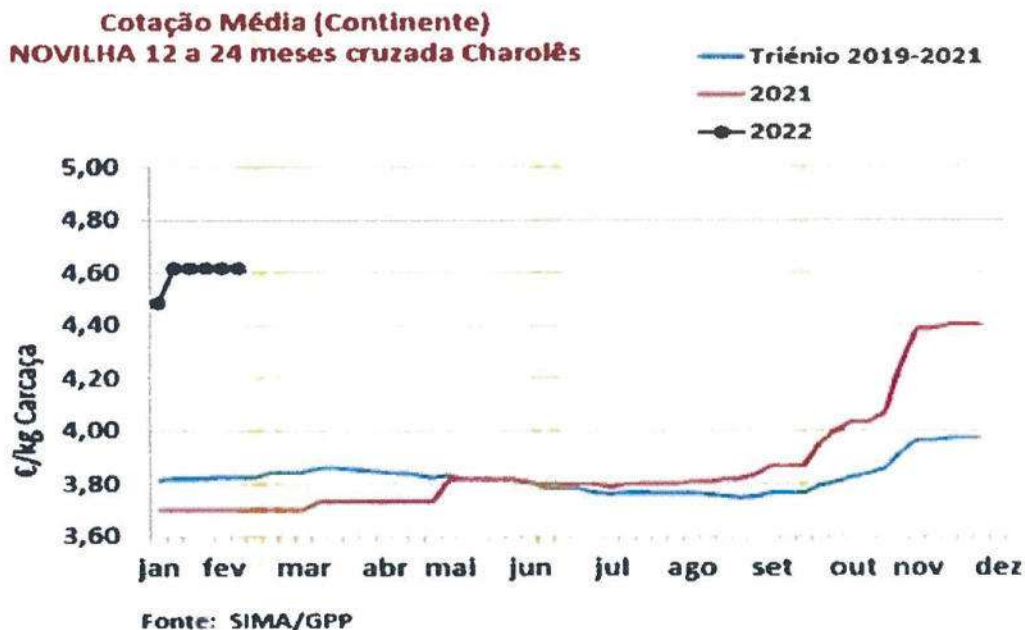
Mais uma vez salientamos, esta saída discutível, que tem sido promovida como uma vitória para a produção nacional, a qual carece de uma análise mais profunda e detalhada no âmbito da fileira da carne de bovino nacional! Mais concretamente, esta estratégia, possivelmente mais focada no curto prazo, ou seja, a vender vitelos ao exterior (que em 2021, ultrapassou os 130 milhões de euros/ano) prescindido e esquecendo a restante parte da cadeia de valor da fileira de carne de bovino.

Certamente que se estrategicamente não promovermos a recria/acabamento de bovinos em território nacional, não conseguiremos a melhoria da capacidade de produção interna (apenas 52%), obrigando-nos a ter que recorrer com regularidade aos mercados externos e provocando uma elevada fuga de divisas (num valor superior a 1,5 milhões de euros por dia).

Esta é uma estratégia que tem sido incentivada pelas entidades governativas e que claramente prejudica o sector, pois sempre que é exportado um vitelo, a fileira da recria/acabamento fica mais fragilizada e são muitos os postos de trabalho colocados em causa.

Em 2021, e com os impactos que a pandemia COVID-19 veio produzir, demonstrou-se a importância de termos um sector pecuário robusto, por forma, em situação de crise, ser possível continuar a garantir à população portuguesa produtos alimentares de exceção. Verificou-se que estando condicionadas as importações, os grandes operadores de distribuição, têm estado a optar pela produção nacional. Felizmente, os produtores nacionais de bovinos, têm conseguido responder e sabido ultrapassar este desafio!

Esta tendência e conforme é possível constatar no gráfico seguinte, provocou a partir do segundo semestre de 2021 uma melhoria nas cotações dos Bovinos, tendo-se destacado um maior ritmo na subida, no último trimestre do ano.



De acordo com o mercado, estas cotações, mesmo assim não são suficientes para compensar os preços dos vitelos aptos a entrar nas recrias, que continuam bastante altos. Acrescem ainda, os fatores de produção na pecuária, pois continua a verificar-se uma escalada de preços da alimentação animal, da energia, dos combustíveis, da água, mão-de-obra, impostos, o que obrigatoriamente compromete de forma severa a rentabilidade nas engordas.

A agravar, continua o elevado nível de exigências normativas às explorações, nomeadamente ao nível do seu licenciamento (denominado REAP – Regime de Exercício da Atividade Pecuária), aliado às constantes alterações orgânicas na estrutura do Ministério da Agricultura, Florestas, e Desenvolvimento Rural e da DGAV (Direcção Geral de Alimentação e Veterinária), que provocam imprevisibilidade no dia-a-dia dos operadores do sector.

É visível ainda, que toda a política da PAC – Política Agrícola Comum, está a ser desenvolvida numa perspectiva denominada de "Greening", ou seja, pela promoção de práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente, promovendo uma maior sustentabilidade ambiental. Apesar da importância, por vezes dá origem a mediatismos, que em muito influenciam a escolha dos consumidores, dificultando ainda mais a atividade diária dos operadores.

Relativamente ao *Matadouro Regional de Mafra, S.A.*, há que salientar, a complexidade que mantemos ao nível de preços da prestação de serviços de abate, resultante em grande parte, dos valores praticados pelas unidades mais próximas. Na tentativa, de aumentar os seus volumes de atividade, estão constantemente a proporcionar descidas, gerando uma maior pressão e dificultando a fidelização de clientes.

Continua a verificar-se, que apesar de algumas unidades procurarem crescer por preço, não têm conseguido capitalizar em volumes de abate, pois analisando as respetivas quotas, verifica-se uma grande variação da atividade, consoante pratiquem preços mais baixos ou não. Assim, se continua a comprovar, que a melhor forma de fidelização dos clientes não pode ser assente exclusivamente no preço, mas em outros fatores de diferenciação mais intangíveis, nomeadamente na prestação de um serviço de qualidade e personalizado, apenas possível com uma equipa de trabalho versátil, estável e muito motivada.

Com a alteração da plataforma do SNIRA (Sistema Nacional de Identificação de Registo Animal), foi bloqueado o acesso às quantidades abatidas por unidade, pelo que continuamos a ter alguma dificuldade em apurar de forma fidedigna as quotas de mercado nacional dos outros operadores.

No entanto, considerando as quantidades abatidas na unidade face aos valores estimados pelo I.N.E. dos abates aprovados para consumo em termos nacionais. é possível verificar que o *Matadouro Regional de Mafra, S.A.* manteve a quota de mercado nacional em 2021 num valor próximo dos 6%.

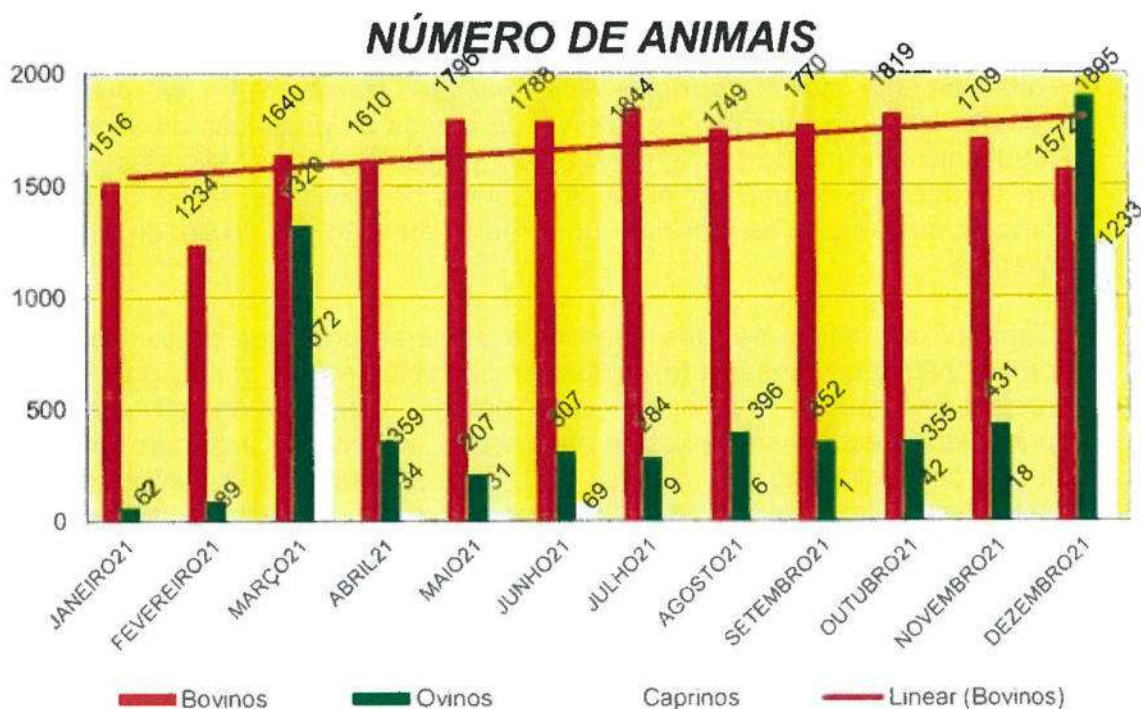
*IV - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE*

O número de animais abatidos no **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** da espécie Bovino, quando comparado com o exercício anterior, registou um aumento de 5,4%.

Este resultado, e apesar da procura por carne de novilho estar condicionada por via do impacto da pandemia COVID-19, apenas foi possível por em alguns períodos do ano terem-se registado bons ritmos de abate, contribuindo para se finalizar com um acréscimo de quantidades abatidas face ao exercício anterior.

Nos Ovídeos, como habitual, apuramos uma grande concentração dos abates nas épocas da Páscoa e do Natal, mas na tendência do ano anterior, verificou-se um aumento nas quantidades abatidas, ou seja, mais 13,8%.

A tendência de abates ao longo do ano, distribuída pelas várias espécies, encontra-se descrita no gráfico seguinte:



*h. x*

Em termos quantitativos, o ano de 2021 teve um acréscimo de 5,4% em número de bovinos abatidos e em termos ponderais uma subida de apenas 3,4%, por via de uma, mas não menos importante, descida dos pesos médios de abate.

		2020	2021	Variação
Vitelos	N.º Animais	87	74	-17,6%
De 0 a 08M	Peso (Kg)	17 441	13 140	-32,7%
Vitelões	N.º Animais	2 030	1 769	-14,8%
De 08 a 12M	Peso (Kg)	494 521	424 235	-16,6%
Bovinos	N.º Animais	14 181	14 109	-0,5%
De 12 a 24M	Peso (Kg)	4 630 641	4 488 922	-3,2%
Bovinos	N.º Animais	729	929	21,5%
De 24 a 30M	Peso (Kg)	211 303	262 764	19,6%
Bovinos	N.º Animais	1 304	1 548	15,8%
De 30M a 48M	Peso (Kg)	354 661	441 261	19,6%
Bovinos	N.º Animais	178	482	63,1%
De 48M a 72M	Peso (Kg)	53 949	141 776	61,9%
Bovinos	N.º Animais	439	1 115	60,6%
+ 72M	Peso (Kg)	143 067	341 836	58,1%
TOTAL	N.º Animais	18 948	20 026	5,38%
	Peso (Kg)	5 905 583	6 113 934	3,41%

Relativamente aos Ovídeos, embora continuemos a assistir a uma redução de clientes neste segmento de mercado, verificou-se um incremento das quantidades, traduzidas principalmente, nas campanhas da Páscoa e do Natal.

		2020	2021	Variação
Cordeiros	N.º Animais	878	989	11,2%
	Peso (Kg)	5 754	7 228	20,4%
Borregos	N.º Animais	4 118	4 760	13,5%
	Peso (Kg)	53 690	61 746	13,0%
Ovínos Adultos	N.º Animais	272	322	15,5%
	Peso (Kg)	6 648	7 432	10,5%
Cabritos de Leite	N.º Animais	1 420	1 992	28,7%
	Peso (Kg)	8 847	11 385	22,3%
Cabritos	N.º Animais	44	40	-10,0%
	Peso (Kg)	432	369	-17,1%
Caprinos Adultos	N.º Animais	142	93	-52,7%
	Peso (Kg)	2 328	1 997	-16,6%
TOTAL	N.º Animais	6 874	8 196	16,1%
	Peso (Kg)	77 699	90 157	13,8%

h. 4

Resumidamente e conforme já referido, o ano de 2021 caracterizou-se por uma subida no número de animais abatidos e nas quantidades processadas nos bovinos e igualmente por um incremento nos ovídeos, conforme se poderá analisar na tabela seguinte:

N.º ANIMAIS												
	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Bovinos	183	288	328	324	350	285	314	351	357	371	364	385
Δ	N/A	12,4%	12,8%	-2,5%	12,5%	-18,6%	3,3%	11,9%	1,6%	3,9%	-1,7%	5,7%
Ovinos	111	140	125	183	191	191	322	289	133	75	101	117
Δ	N/A	-12,0%	-36,8%	60,3%	32,9%	0,0%	18,6%	-10,1%	-86,4%	-43,5%	34,6%	15,2%
Caprinos	28	31	27	39	72	50	70	63	45	38	31	41
Δ	N/A	-0,3%	3,7%	38,5%	54,9%	0,0%	9,7%	-10,4%	-54,0%	-16,5%	-18,4%	32,3%

N.º KGS												
	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Bovinos	53850	82068	97524	89792	94490	80315	92191	106473	110226	118611	113569	117576
Δ	N/A	10,4%	16,9%	-4,2%	7,3%	0,0%	2,5%	15,5%	3,5%	7,6%	-4,3%	3,5%
Ovinos	1005	1712	1413	1876	2020	2049	3913	3360	1453	884	1271	1469
Δ	N/A	0,9%	-37,2%	59,2%	37,8%	0,0%	30,8%	-14,1%	-77,2%	-39,2%	43,8%	15,6%
Caprinos	95	183	148	223	417	307	559	537	378	304	223	264
Δ	N/A	30,9%	-43,8%	36,0%	60,7%	0,0%	21,4%	-3,9%	-56,8%	-19,7%	-26,5%	18,5%

Durante o ano de 2021, verificou-se um aumento da procura pela prestação de serviços de abate nos equídeos e da caça maior. Conforme se poderá verificar na tabela abaixo, apesar de representarem nichos de mercado, procuramos manter a oferta destes serviços, pois para além de diferenciadora, também demonstra a preocupação do Matadouro Regional de Mafra, S.A. em criar condições para poder aproveitar e valorizar outros produtos.

		2020	2021	Varição
Equídeos	N.º Animais	72	197	63,5%
	Peso (Kg)	14 919	36 214	58,8%
Cervídeos	N.º Animais	0	17	100,0%
	Peso (Kg)	0	401	100,0%
Suídeos	N.º Animais	23	16	-43,8%
	Peso (Kg)	657	540	-21,7%
TOTAL	N.º Animais	95	230	58,7%
	Peso (Kg)	15 576	37 155	138,5%

h h h

Em termos de distribuição geográfica dos clientes, mantêm-se praticamente o registo dos anos anteriores, ou seja, que a grande maioria está sediada no Distrito de Lisboa, destacando-se o Concelho de Mafra na primeira posição. De seguida, e conforme se pode verificar na tabela dos clientes, seguem os concelhos de Sintra, Loures e Torres Vedras. Do lado dos fornecedores de gado, a situação é ligeiramente diferente, encontrando-se o concelho de Torres Vedras em vantagem face ao concelho de Mafra, seguido pelo Sobral de Monte Agraço Alenquer e pela Alenquer. De salientar, que o Distrito de Lisboa foi responsável pelo fornecimento de 65% do gado bovino e que logo a seguir, destacaram-se os Distritos de Santarém (12%), Évora (10%), Setúbal (6%) e Beja (3%).



## Clientes

Concelhos	%
Mafra	41%
Sintra	20%
Loures	20%
Torres Vedras	9%
Lisboa	4%
Odivelas	3%

## Fornecedores de Gado

Concelhos	%
Torres Vedras	24%
Mafra	23%
Sobral Monte Agraço	8%
Alenquer	4%
Lourinhã	2%
Loures	1%

## V - INVESTIMENTO

Neste exercício, realizamos investimentos num valor de 42.241,57€ (Quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e um euros e cinquenta e sete cêntimos), mantendo uma perspetiva seletiva, traduzindo-se na aquisição de equipamentos de processo e na realização de melhorias na nave de abate, na abegoaria e na ETARI.

Na nave de abate, substituíram-se alguns equipamentos para melhorar a operacionalidade, nomeadamente o equipamento de atordoamento elétrico de ovídeos, uma pistola de abate, dois equilibradores, uma bancada de trabalho, entre outros. Realizou-se uma grande intervenção no carrocel das miudezas vermelhas da linha de Bovinos e na de ovídeos, procedeu-se a uma beneficiação da linha do retorno dos carros birrail, bem como, á substituição das correntes dos carros de sangria, para Inox. Por fim e para melhorar a operacionalidade da expedição, foi instalada mais uma balança de via aérea e realizado um reforço estrutural na via, por forma, a garantir uma maior agilidade e flexibilidade dos vários caís de carga.

No sector do frio, foi melhorada a rede elétrica para possibilitar a alimentação do contentor frigorífico de congelação, adquirido no ano anterior e que permitiu garantir uma maior capacidade de congelação e de aproveitamento de alguns subprodutos.

Na ETARI, verificou-se a necessidade de substituição de um agitador para colocação no tanque de regularização.

Todos estes investimentos foram realizados ao abrigo da Reserva de Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR) constituída em 2019 e 2020, conforme a seguir, se discrimina:

RESERVA DLRR - Distribuição de Lucros Retidos e Reinvestidos			
ANO (N)	Valor Constituição (N)	Investimento Realizado (N-1)	Valor disponível para o exercício seguinte (N-2)
2016	70 000,00 €	78 865,88 €	69 641,26 €
2016	70 000,00 €	81 421,22 €	58 220,04 €
2017	122 500,00 €	477 218,69 €	0,00 €
2018	50 000,00 €	184 020,47 €	0,00 €
2019	125 000,00 €	51 746,63 €	73 253,37 €
2020	50 000,00 €	42 241,57 €	81 011,80 €
	487 500,00 €	915 514,46 €	

*h. d.*



## VI - RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Neste exercício, por via do aumento no volume das quantidades processadas, assistiu-se a uma subida nos Rendimentos Operacionais em 18,28%, justificados pela importante valorização das Vendas (+53,98%) e do aumento em 7,60% no valor da Prestação de Serviços de Abate.

- Valores em Euros -			
Análise dos Rendimentos	2021	2020	Δ
Rendimentos Operacionais	2 082 355,11 €	1 760 565,64 €	18,28%
Rendimentos Financeiros	308,30 €	255,34 €	20,74%

- Valores em Euros -			
Análise dos Rendimentos	2021	2020	Δ
71 - Vendas	651 734,97 €	423 272,50 €	53,98%
72 - Prestação de Serviços	1 417 833,37 €	1 317 644,16 €	7,60%
76 - Reversões de Perdas por Imparidade	2 461,42 €	31 485,23 €	-92,18%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	12 786,77 €	19 648,98 €	-34,92%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos	308,30 €	255,34 €	20,74%

Os valores da Prestação de Serviços tiveram uma melhoria, por via, do acréscimo de abates verificado ao longo do ano (apesar da instabilidade ainda existente derivada do contexto pandémico), destacando-se em alguns momentos, as elevadas quantidades abatidas semanalmente e o regresso entusiástico das corridas de toiros, que culminaram num interessante número de toiros de lide abatidos na unidade.

Da análise das Vendas, assistimos a uma subida de 78,3%, justificada por fortes oscilações nas cotações dos Couros e Peles, apesar de se manterem em valores baixos, mas que em termos comparativos com o ano anterior, permitiu um incremento neste segmento de vendas. Este comportamento das cotações, gera desafios à operação, pois como já tem sido explicado, este indicador sempre teve uma contribuição forte para a rentabilidade da unidade e principalmente para a diminuição dos riscos de cobrança. Quanto aos restantes subprodutos (Gordura, Ossos, Masséteres e Vergas), com o ligeiro aumento das quantidades processadas, verificou-se uma subida das vendas em alguns itens, principalmente por uma ligeira melhoria nas cotações e também por uma maior procura para a indústria de transformação de carnes, que tem estado muito condicionada pelos impactos da pandemia COVID19, nomeadamente no que diz respeito, ao fornecimento do canal HORECA (Hotéis, Restaurantes e Cafés).

Apesar de já ter sido referido em capítulo anterior, nunca é demais realçar, a manutenção da concentração dos abates nos grandes clientes, embora ao longo do exercício, se tenha verificado a entradas de novos clientes.

Durante 2021, apesar das condicionantes existentes com a realização de espetáculos tauromáquicos, verificou-se um aumento nos Touros Corridos, que chegaram ao final da época com 552 animais abatidos (mais 351 do que em 2020), onde vem demonstrar a importância que sempre foi dada a este segmento de mercado, pois para além de se alavancar o número de abates permite também ampliar a venda cruzada de outros serviços.

Destaque para a redução em 92,2% da rubrica de Reversões de Perdas por Imparidade, pois a procura esforçada por garantir o recebimento de alguns valores que já tinham sido constituídos como Perdas por Imparidade, garantiu o recebimento de 2.461,42€ (Dois mil, quatrocentos e sessenta e um euros e quarenta e dois cêntimos), no entanto, um valor bastante mais baixo que no ano anterior.

A descida de 34,9% da rúbrica de Outros Rendimentos e Ganhos é explicada por terem sido contabilizados nesta rúbrica apenas os valores decorrentes da contabilização dos rendimentos habituais do subsídio não reembolsável da candidatura do IFADAP proporcionais à depreciação das instalações e dos equipamentos.

Na análise dos Gastos, verificou-se uma subida de 14,7% em termos Operacionais e em Gastos Financeiros, não se registaram quaisquer valores.

- Valores em Euros -			
Análise dos Gastos	2021	2020	Δ
Gastos Operacionais	1 861 205,17 €	1 621 931,41 €	14,75%
Gastos Financeiros	- €	- €	N/A

- Valores em Euros -			
Análise dos Gastos	2021	2020	Δ
61 - CMVMC	223 974,88 €	93 927,55 €	138,45%
62 - FSE's	620 387,47 €	543 376,20 €	14,17%
63 - Gastos com Pessoal	815 776,39 €	776 166,72 €	5,10%
64 - Gastos de Dep. e Amortizações	191 233,09 €	197 305,42 €	-3,08%
65 - Perdas por Imparidade	17 157,61 €	21 716,69 €	-20,99%
68 - Outros Gastos e Perdas	9 833,34 €	11 155,52 €	-11,85%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	- €	- €	N/A

Destaca-se em termos de valores, o aumento em 138,4% da rubrica de CMVMC (Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas), por via da já referida, valorização das cotações dos Couros e Peles. Este mercado, nos últimos anos, tem demonstrado uma forte volatilidade nas cotações mundiais, derivada da grande alteração nos padrões de consumo, explicada principalmente por o consumidor preferir a utilização de peles sintéticas em detrimento das de origem animal.

Relativamente à rubrica de FSE's verificou-se uma subida de 14,2%, com uma tendência de subida em todas as rúbricas, onde se destacaram a forte subida da eletricidade (+88,9%), dos combustíveis (+27,7%), dos valores associados aos subcontratos de subprodutos (+17,7%) e por fim, da rubrica de Conservação e Reparação (+48,41%) pela realização de importantes manutenções programadas em equipamentos da nave de abate e da ETARI.

Na rubrica de Gastos com Pessoal existiu um acréscimo dos valores face ao exercício anterior, traduzindo-se num aumento de 5,1%, que se explica pelas seguintes razões: atualização de vencimentos, o regresso de colaboradores que se encontravam em situações de baixas prolongadas e principalmente, por via das medidas tomadas no âmbito de contingência da COVID 19, que obrigaram nomeadamente, nas deslocações casa/trabalho, a se realizarem nas viaturas particulares, em vez das carrinhas de transporte de pessoal. Esta medida que continua a ter custos elevados, forçou a separação do pessoal, o que julgamos continuar a ser da maior importância para a defesa e proteção de toda a equipa de trabalho. Naturalmente, acresce também o valor relacionado com o Prémio de Produtividade, pois conforme se encontra acordado, este prémio depende do valor do EBITDA gerado pela sociedade e no presente exercício este teve um acréscimo (+22,7%). Obviamente, que este aumento substancial foi apoiado na grande disponibilidade, flexibilidade e capacidade de resiliência que a equipa de pessoal soube demonstrar, pelo que continuamos a destacar esta ótima medida de remuneração com componente variável, que permite mobilizar e focar toda a equipa de trabalho para atingir excelentes níveis de desempenho. De destacar, a procura constante, em tentar rejuvenescer e melhorar as características da equipa, por forma a conseguirmos atingir ainda melhores níveis de eficiência e de qualidade de serviço para com os nossos clientes.

Na rubrica dos Gastos de Depreciação e de Amortização existiu uma descida de 3,1%, pois os bens que finalizaram o seu período de vida útil contabilístico foram superiores aos que derivaram dos investimentos realizados durante o exercício de 2021.

Neste exercício, continuamos a garantir o reforço dos valores referentes à rubrica de Perdas por Imparidade, pois por uma questão de prudência e influência da cotação dos Couros e Peles, realizou-se uma atualização dos valores registados.

- Valores em Euros -

Indicadores Económicos	2021	2020	Δ
Volume de Negócios	2 069 568,34 €	1 740 916 66 €	18,88%
Mercadorias	651 734,97 €	423 272 50 €	53,98%
Prestação de Serviços	1 417 833 37 €	1 317 644 16 €	7,60%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	412 383,03 €	335 939 65 €	22 76%
Margem EBITDA	19,93%	19,30%	3,26%
Resultados Operacionais	206 453,75 €	148 402,77 €	39 12%
Resultados Líquidos	171 555,78 €	118 467,64 €	44 81%

Em termos económicos, atingiu-se uma Autonomia Financeira de 77,5% e a uma melhoria da Margem do EBITDA para 19,9%, resultando num Cash-Flow Operacional (EBITDA) de 412.383,03€ (Quatrocentos e doze mil, trezentos e oitenta e três euros e três cêntimos).

Indicadores Financeiros	2021	2020	Δ
Prazo Médio de Recebimentos (Dias)	76	119	-36,22%
Prazo Médio de Pagamentos (Dias)	70	83	-16,48%

Em termos financeiros, existiu uma acentuada descida do Prazo Médio de Recebimentos em 43 dias, sinal notório de um constante esforço nas cobranças, apesar de mantermos alguns clientes com saldos mais elevados, nomeadamente do segmento de mercado dos ovídeos. Tal como nos exercícios anteriores, este risco tem vindo a ser acompanhado e devidamente provisionado.

Relativamente ao Prazo Médio de Pagamentos, verificou-se uma redução de 13 dias, derivando principalmente dos valores associados aos Couros e Peles, que apesar de não serem significativos apenas poderão ser liquidados, após a boa cobrança das faturas de prestação de serviços do MRM.

A sociedade como sempre foi hábito, mantém uma grande vontade de liquidar no mais curto espaço de tempo possível, as responsabilidades para com os seus fornecedores.

Em conclusão, deve-se destacar, o empenho que se incute na execução das obrigações assumidas, tal como no constante acompanhamento da carteira de clientes, por forma a mantermos, tanto quanto possível um elevado nível de cumprimento, mesmo tendo em consideração, as dificuldades financeiras com que o mercado se vai deparando.

## VII - RECURSOS HUMANOS

O **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, desde o seu arranque procurou sempre ter uma equipa de colaboradores com níveis técnicos de referência do sector, tendo feito uma seleção cuidada e investido constantemente em formação, tanto ao nível do posto de trabalho, como ao nível colectivo.

Acresce, que para a especificidade da nossa atividade, foi considerado estratégico garantir estabilidade na equipa de trabalho, pois seria um garante de uma prestação de serviços diferenciadora, tal como o mercado tem sabido reconhecer, pelo que as entradas e saídas de pessoal, tem assumido apenas um carácter pontual.

Como se poderá verificar pela leitura do quadro seguinte, destacam-se a idade média dos trabalhadores.

Recursos Humanos	2021	2020	2019	2018
Número de trabalhadores no final do período	38	39	39	36
Idade média dos trabalhadores	50	49	49	49
Antiguidade média dos trabalhadores	9,9	8,37	8,58	8,37
Horas de formação totais	a)	266	77	99
Média de horas de formação por trabalhador	a)	6,8	2,0	2,8
Gastos com o pessoal	815 776,39 €	776 166,72 €	776 166,72 €	671 162,38 €
Total de acidentes de trabalho	12	5	6	3
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	0,32	0,13	0,15	0,08

Nota: a) A activação do Plano de Contingência ao COVID19 prevê a suspensão de sessões de formação

Tendo em conta, a importância dos recursos humanos no desempenho operacional da unidade, é com bastante regularidade que se realizam reuniões com todo o pessoal, onde são analisadas em pormenor, todas as questões relacionadas com a atividade, clientes e meio envolvente.

Em 2021, mantivemos as diretivas decorrentes do Plano de Contingência aprovado no dia 5 de Março de 2020, para garantir uma resposta eficaz na prevenção dos danos resultantes da situação pandémica, derivada da doença COVID-19, onde se procurou garantir a implementação de uma série de medidas e procedimentos para defender e minimizar possíveis impactos na equipa de pessoal.

Entre várias medidas, deverão ser destacadas:

- A utilização de máscaras faciais;
- A realização de testes para despistagem do vírus;
- Deslocações em viatura própria, para evitar a proximidade entre colaboradores;
- Limitação do número de colaboradores em alguns espaços comuns (refeitório, balneários, etc.).

Ao longo do ano de 2021, para conseguir dar resposta aos dilemas impostos por esta pandemia, tivemos novamente e por várias vezes que alterar as equipas, alterar horários, entre outros, procurando sempre garantir que a equipa de colaboradores se conseguiria defender e evitar o aparecimento de surtos dentro da unidade, por forma, a garantir igualmente a segurança de clientes e fornecedores.

Todas as condicionantes que foram implementadas, derivadas do Plano de Contingência do COVID-19, tiveram um gasto de carácter não recorrente superior a 38.000,00€ (trinta e oito mil euros), mas que permitiram mitigar os riscos e proporcionaram, com todo o esforço que foi exigido, o funcionamento da unidade em condições normais e sem qualquer interrupção até á data.

## VIII – INVESTIGAÇÃO &amp; DESENVOLVIMENTO

Promovendo a aproximação a entidades de ensino e científico, tal como em anos anteriores, em 2021, foram realizadas colaborações com as seguintes instituições:

- Janeiro de 2021 - Cedência de subprodutos de bovinos para fins pedagógicos no Externato Marista de Lisboa:
  - 3 sistemas reprodutores;
- Fevereiro de 2021 - Cedência de suprodutos de equinos para fins pedagógicos na Universidade de Évora:
  - 2 cabeças de equino;
- Setembro de 2021 - Cedência de subprodutos de equinos para fins pedagógicos na Universidade de Évora:
  - 8 patas de equino;
- Setembro e Outubro de 2021 - Três visitas de estudo de alunos da disciplina de Inspeção Sanitária da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;
- Setembro e Outubro de 2021 - Cedência de subprodutos de bovinos e ovídeos para fins pedagógicos na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

De salientar que durante o exercício de 2021, foram realizadas no nosso laboratório 71 pesquisas de *Triquinella Spiralis*, demonstrando a importância deste equipamento que nos permite aumentar a capacidade de resposta, obrigatória para a realização do abate de algumas espécies animais, nomeadamente dos equídeos e suídeos.

*IX. MATÉRIAS AMBIENTAIS*

A preocupação com a área ambiental, sempre assumiu grande importância, traduzindo-se numa constante prevenção em minimizar os impactos da nossa atividade.

Passando pela recolha diária de subprodutos, pela aquisição de equipamentos que cumpram os normativos ambientais, pelo correto armazenamento das matérias subsidiárias (combustíveis, detergentes, etc.) e ainda, pela monitorização analítica da água (à entrada e à saída), das emissões gasosas e das descargas da ETARI.

Em simultâneo, procuramos a melhoria na eficiência energética e na otimização dos consumos de matérias subsidiárias, que para além de contribuírem para uma maior sustentabilidade ambiental, traduzem-se diretamente em ganhos económicos para a sociedade.

Como exemplo, mantemos o reaproveitamento da água tratada da ETARI, nas pré-lavagens da abegoaria, que nos permite obter uma poupança mensal de aproximadamente 120 metros cúbicos.

Apesar de todas estas preocupações, deve-se destacar a dificuldade em conseguir responder a todas as exigências legais. No entanto, é de realçar os valores analíticos obtidos na ETARI, que em 2021, voltaram a atingir uma boa média de registos, face aos valores limites de emissão exigidos para este sector.



## X - DIVIDAS A SEGURANÇA SOCIAL

Declara-se, para os devidos efeitos, que a sociedade não possui quaisquer dívidas à Segurança Social.



## DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte MATADOURO REGIONAL, MAFRA S A

Firma/Denominação MATADOURO REGIONAL MAFRA S A

N.º de Identificação de Segurança Social 20003500405

N.º de Identificação Fiscal 505004232

N.º da Declaração 026467078ASCD21

Data de emissão 2021-11-23

MATADOURO REGIONAL MAFRA S A  
R. DO MATADOURO N.º 1 FONTANHAS  
SÃO MIGUEL DE ALCANÇA  
2640-744 SÃO MIGUEL DE ALCANÇA

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 206.º do Código dos Registos Contribuintes, aprovado pelo Lei n.º 110/2018, de 18 de setembro, na sua versão atualizada

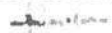
Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições nem de outros valores e de respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011 de 3 de Janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de 6 meses, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011 de 3 de Janeiro, na sua versão atualizada

A Diretora da Unidade de Contribuintes Estratégicos

  
Cláudia Martins

Elementos para verificação da autenticidade da declaração

Número de Identificação - 20003500405

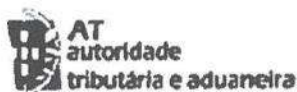
Código de Verificação - M2AYQJEZZFHFQ2Q

Para verificar a autenticidade desta declaração acesse a Segurança Social Direta no menu "CONTA CORRENTE SITUACÃO CONTRIBUÍTA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

## XI - DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO

Declara-se, para os devidos efeitos, que a sociedade não possui quaisquer dívidas às Finanças.



Serviço de Finanças de MAFRA - (1546)

## CERTIDÃO

Humberto Pereira Martins, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de MAFRA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(s) contribuinte abaixo indicado(s) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 18 de Novembro de 2021.

## IDENTIFICAÇÃO

NOME MATADOURO REGIONAL DE MAFRA S.A.

NIF 505004232

Elementos para validação  
Nº Contribuinte: 505004232  
Cód. Validação: HLFH2030441P

O Chefe de Finanças

(Humberto Pereira Martins)

## XII – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Em consequência, da análise ao sector e á sociedade, já referidos em ponto anterior, é sempre com dificuldade na sua previsibilidade que encaramos o ano de 2022.

O impacto criado pela pandemia COVID-19 até ao momento, tem gerado bastantes condicionantes em termos de saúde pública, em termos sociais e inevitavelmente em termos económicos.

Estas condicionantes acrescem a uma economia com fundamentos frágeis, em que apenas ao momento, se conseguem vislumbrar algumas perspetivas de crescimento da economia mundial, mas também com alguns perigos em perspetiva e que a qualquer momento, poderão surgir e colocar em causa esta evolução.

Todo este ambiente, leva-nos a acreditar que nos próximos anos, certamente iremos assistir a uma tendência de perda de rendimento que naturalmente se irá refletir numa diminuição da capacidade de consumo dos portugueses, levando a acreditar a novas quebras, relativamente ao consumo per capita de carne.

No sector, continua-se a verificar as empresas concorrentes a aumentar a dependência das grandes superfícies e a trabalhar com grandes oscilações de produção, repercutindo-se directamente na rentabilidade do sector.

Continuamos diariamente com a preocupação em manter a fidelização dos clientes e a manter um esforço em melhorar a distribuição de abates ao longo da semana, contrariando a tendência do mercado, que prefere os primeiros dias da semana.

É neste ambiente, de incerteza, que apenas poderemos contrapor com a melhoria da prestação de serviços e cimentando o reconhecimento da qualidade do **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**

## XIII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a Sociedade Anónima **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** apresenta no exercício de 2021 resultados positivos no valor de 171.555,78€ (Cento e setenta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos).

Nesta sequência, propomos realizar a seguinte aplicação:

- Reservas Livres.....	71.555,78€
- Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos.....	100.000,00€

Em simultâneo, por forma a garantir adequada remuneração aos accionistas da sociedade e tendo em consideração:

1. Que o valor a distribuir não irá condicionar a normal atividade da sociedade;
2. Que se manterá intacta a capacidade financeira para execução dos investimentos previstos;
3. Que os Capitais Próprios somado com os Resultados do Exercício de 2021 da sociedade, apresentam reservas livres de 369.370,48€, reservas legais de 150.000,00€ e Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos de 417.500,00€;
4. Que o valor das reservas é muito superior ao mínimo legal e estatutariamente exigível;
5. Que é admissível a distribuição dessas reservas livres sem que o capital próprio da sociedade, tal como resulta das contas apresentadas, fique inferior à soma do capital social e das reservas cuja distribuição aos accionistas não é permitida por lei e pelos estatutos.

O Conselho de Administração da Sociedade Anónima Matadouro Regional de Mafra, S.A. propõem que os Accionistas deliberem proceder à distribuição de reservas livres no montante de 150.000,00€ (Cento e cinquenta mil euros), equivalente ao valor bruto por ação de 1€, a distribuir pelos Accionistas, na proporção das suas participações, excluindo-se ações próprias em carteira, ao dia 31 de Dezembro de 2021.

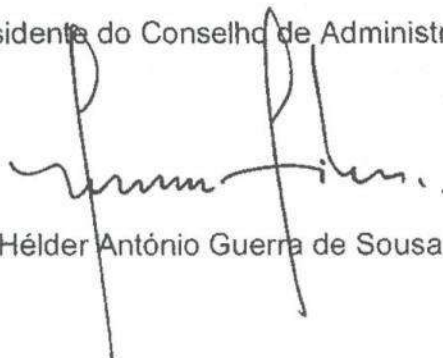
## XIV - AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração reitera os seus agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência pela empresa, em particular aos clientes, fornecedores e credores, porque a eles se deve muito do nosso crescimento, desenvolvimento e a imagem que alcançamos no nosso mercado.

Aos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental no bom funcionamento da empresa.

Mafra, 11 de Fevereiro de 2022

O Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vogal do Conselho de Administração



Dr. Hugo Manuel Moreira Luis

Vogal do Conselho de Administração



Dr. Pedro António Carmo Silva

# **Demonstrações Financeiras**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETARIA EUROS

PERÍODO	2021	PERÍODO	
		2020	2019
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	(5)	1 079 809,70 €	1 228 723,98 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - outros métodos	(6)	1 000,00 €	1 000,00 €
Créditos a receber		5 732,20 €	4 277,18 €
Activos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
		<b>1 086 541,90 €</b>	<b>1 234 001,16 €</b>
Activo corrente			
Inventários		0,00 €	0,00 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €
Clientes	(7)	436 411,19 €	575 626,05 €
Estado e outros entes públicos		28 755,68 €	20 241,61 €
Outros créditos a receber		8 099,10 €	4 782,80 €
Diferimentos	(8)	7 969,23 €	7 933,74 €
Activos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros activos financeiros		0,00 €	0,00 €
Activos correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	(9)	634 020,84 €	250 197,00 €
		<b>1 115 256,04 €</b>	<b>858 781,20 €</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>2 201 797,94 €</b>	<b>2 092 782,36 €</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	(10)	750 000,00 €	750 000,00 €
Acções (quotas) próprias	(10)	-10 000,00 €	-10 000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €	0,00 €
Reservas legais		150 000,00 €	150 000,00 €
Reservas livres	(11)	197 814,70 €	207 347,06 €
Reservas para dedução de lucros retidos e reinvestidos (D.L.R.R)	(11)	417 500,00 €	437 500,00 €
Resultados transitados		0,00 €	0,00 €
Ajustamento em activos financeiros		0,00 €	0,00 €
Excedentes de reavaliação		0,00 €	0,00 €
Outras variações no capital próprio		30 205,57 €	42 516,01 €
Resultado líquido do período		171 555,78 €	118 467,64 €
Interesses minoritários		0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1 707 076,05 €</b>	<b>1 695 830,71 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Passivos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar		0,00 €	0,00 €
		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	(12)	176 166,38 €	148 643,53 €
Adiantamentos de clientes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos		109 568,30 €	75 289,52 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar	(13)	208 987,21 €	173 018,60 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
Passivos correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
		<b>494 721,89 €</b>	<b>396 951,65 €</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>494 721,89 €</b>	<b>396 951,65 €</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>2 201 797,94 €</b>	<b>2 092 782,36 €</b>

Conselho de Administração

Cortabista Certificado nº 40261

168814099

40261

PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2021	2020
Vendas e Serviços Prestados			
Mercadorias	(14)	458 305,39 €	257 019,70 €
Produtos	(14)	193 429,58 €	166 252,80 €
Prestação de Serviços	(14)	1 417 833,37 €	1 317 644,16 €
Subsídios à exploração		0,00 €	0,00 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias	(15)	-206 832,29 €	-78 547,33 €
Materias	(15)	-17 142,59 €	-15 380,22 €
Fornecimento e serviços externos	(16)	-620 387,47 €	-543 376,20 €
Gastos com o pessoal	(17)	-815 776,39 €	-776 166,72 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(18)	-14 696,19 €	9 768,54 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		12 786,77 €	19 648,98 €
Outros gastos		-9 833,34 €	-11 155,52 €
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>397 686,84 €</b>	<b>345 708,19 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(5)	-191 233,09 €	-197 305,42 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>206 453,75 €</b>	<b>148 402,77 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		308,30 €	255,34 €
Juros e gastos similares suportados		0,00 €	0,00 €
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>206 762,05 €</b>	<b>148 658,11 €</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-35 206,27 €	-30 190,47 €
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>171 555,78 €</b>	<b>118 467,64 €</b>

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 40261

168814099

J. 40261



PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas		2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:</b>			
Recebimento de clientes	+	2 194 087,01 €	1 677 824,71 €
Pagamentos a fornecedores	-	-875 130,42 €	-696 364,39 €
Pagamentos ao pessoal	-	-817 678,43 €	-779 461,30 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	501 278,16 €	201 999,02 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	34 278,78 €	-51 531,53 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	39 284,91 €	-48 493,93 €
<b>Fluxos das actividades operacionais</b>	<b>[1]</b>	<b>574 841,85 €</b>	<b>101 973,46 €</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	-	-41 871,29 €	-59 500,11 €
Activos intangíveis	-	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	-	-1 455,02 €	-763,74 €
Outros activos	-	0,00 €	0,00 €
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis	+	0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis Investimentos financeiros	+	0,00 €	0,00 €
Outros activos	+	0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	+	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares	+	308,30 €	255,34 €
Dividendos	+	0,00 €	0,00 €
<b>Fluxos das actividades de investimento</b>	<b>[2]</b>	<b>-42 017,01 €</b>	<b>-60 008,51 €</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos Obtidos	+	0,00 €	0,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos	+	0,00 €	0,00 €
Doações	+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	+	0,00 €	0,00 €
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos Obtidos	-	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares	-	0,00 €	0,00 €
Dividendos	-	-148 000,00 €	-111 000,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	-	0,00 €	0,00 €
<b>Fluxos das actividades de financiamento</b>	<b>[3]</b>	<b>-148 000,00 €</b>	<b>-111 000,00 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>[1] + [2] + [3]</b>	<b>385 823,84 €</b>	<b>-69 034,95 €</b>
Efeitos das diferenças de câmbio	+/-	0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	250 197,00 €	319 231,95 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	636 020,84 €	250 197,00 €

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 40261

168814099

40261 MEY

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

Descrição	Capital Próprio												
	Saldo Inicial	Reserva de Avaliação	Reserva de Reversão	Reserva de Impairment	Reserva de Transição	Reserva de Avaliação de Ações	Reserva de Avaliação de Dívidas	Reserva de Avaliação de Outros Instrumentos Financeiros	Reserva de Avaliação de Outros Instrumentos Financeiros	Reserva de Avaliação de Outros Instrumentos Financeiros			
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>	750.000,00 €	-10.000,00 €	0,00 €	0,00 €	644.847,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	48.548,91 €	118.407,04 €	1.095.830,71 €	0,00 €	1.095.830,71 €
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>													
1) Aumento de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	170.467,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12.310,44 €	-118.407,04 €	-12.310,44 €	0,00 €	0,00 €
2) Retorno de Ações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	170.467,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12.310,44 €	-118.407,04 €	-12.310,44 €	0,00 €	0,00 €
3) Resultado Integral	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4) Outras Alterações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021</b>	750.000,00 €	-10.000,00 €	0,00 €	0,00 €	815.314,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	36.238,47 €	171.555,78 €	1.707.078,05 €	0,00 €	1.707.078,05 €
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</b>													
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>													
1) Resultado Integral	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2) Outras Alterações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021</b>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Conselho de Administração

*[Handwritten Signature]*

Contabilista Certificado nº 40261

*[Handwritten Signature]*

168814099

40261

**NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

- 1.1. Denominação Social:** MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, E.M., S.A.  
**1.2. Sede:** RUA DO MATADOURO, Nº1, FONTAINHAS, 2644 – 002 SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA  
**1.3. Natureza da atividade:** COMÉRCIO E INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE GADO, CARNES VERDES E PRODUTOS PROVENIENTES DO ABATE  
**1.4. N.º de Identificação Colectiva:** 505 004 232  
**1.5. Capital Social:** 750.000,00€ (Setecentos e cinquenta mil euros)  
**1.6. Matriculada em:** Conservatória do Registo Comercial de MAFRA, sob o número 02684

Indicações gerais:

- Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.
- As notas que não constam do presente anexo não são aplicáveis à empresa no presente exercício.

**Nota 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1.** - As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual).
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código das Contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas).
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras).

**Nota 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS****Activos Fixos Tangíveis**

- Modelo do custo: custo, menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

**Participações Financeiras**

- Modelo do custo.

**Inventários**

- As existências estão valorizadas ao preço de custo.

**Imposto sobre o rendimento**

- Quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço (método dos impostos diferidos).

**Custo dos empréstimos obtidos**

- Deverão ser considerados como gastos do período.

**Nota 4 – PARTES RELACIONADAS****Relacionamento com a Empresa-Mãe:**

- a) **Nome:** Câmara Municipal de Mafra (CMM)
- b) **Transações Comerciais:** Não existem
- c) **Transações Financeiras:** Referente ao exercício de 2020 existiu uma distribuição de dividendos no valor de 109.900,00€ (Cento e nove mil e novecentos euros).



## 5.2. – Depreciação acumulada no final do período.

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

Brigadas de ativos (IAS 16/IAS 38)	Edifícios e outros construções	Equipamento Móvel	Equipamento Imóvel	Equipamento electrónico	Equipamento Diferido	Outros ativos imobilizados	TOTAL
Acumuladas em 31.12.2019	1 366 078,37 €	1 547 127,84 €	57 807,47 €	72 763,34 €	0,00 €	106 802,37 €	3 150 579,39 €
Reforços	108 297,55 €	81 169,83 €	5 271,81 €	2 402,61 €	0,00 €	163,62 €	197 305,42 €
Reversões							0,00 €
Revalorizações							0,00 €
Transferências							0,00 €
Reclassificações para activos não correntes deidos para venda							0,00 €
Alienações							0,00 €
Sinistros							0,00 €
Abates							0,00 €
Outras alterações							0,00 €
Acumuladas em 31.12.2020	1 474 375,92 €	1 628 297,67 €	63 079,28 €	75 165,95 €	0,00 €	106 965,99 €	3 347 884,81 €
Reforços	108 836,64 €	75 923,05 €	1 189,44 €	1 418,25 €	0,00 €	4 065,71 €	191 233,09 €
Reversões							0,00 €
Revalorizações							0,00 €
Transferências							0,00 €
Reclassificações para activos não correntes deidos para venda							0,00 €
Alienações							0,00 €
Sinistros							0,00 €
Abates							0,00 €
Outras alterações							0,00 €
Acumuladas em 31.12.2021	1 583 012,56 €	1 704 220,72 €	64 268,72 €	76 584,20 €	0,00 €	111 031,70 €	3 539 117,90 €

## Nota 6 – PARTICIPAÇÕES NÃO RELEVANTES NOUTRAS EMPRESAS

- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra – 1.000,00€ (Mil euros)

Sede: Terreiro D. João V – 2640 Mafra

## Nota 7 – CLIENTES

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Diminuição	Saldo Final
21 - Clientes				
211 - Clientes conta corrente	444 757,73 €	-121 393,14 €	0,00 €	323 364,59 €
216 - Clientes - cheques em trânsito	6 241,67 €	0,00 €	-1 831,52 €	4 410,15 €
218 - Clientes cobrança duvidosa	309 301,32 €	0,00 €	-12 551,68 €	296 749,64 €
219 - Perdas por imparidade acumuladas	-184 674,31 €	0,00 €	-3 438,88 €	-188 113,19 €
	575 626,41 €	-121 393,14 €	-17 822,08 €	436 411,19 €

Do valor registado na 218 – Clientes cobrança duvidosa é nossa convicção e com base no histórico de cobrança existente, que será possível, recuperar parte dos valores registados. Por uma questão de prudência e de modo a cumprir os critérios fiscais, o valor na conta 219 – Perdas por imparidades acumuladas regista 188.113,19€ (Cento e oitenta e oito mil, cento e treze euros e dezanove cêntimos).

## Nota 8 – COMPOSIÇÃO DOS DIFERIMENTOS

Diferimentos	
Gastos a Reconhecer - Seguros	7 969,23 €
	7 969,23 €

## Nota 9 – FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	2021	2020
<b>Numerário</b>		
Caixa	599,72 €	931,18 €
<b>Depósitos bancários mobilizáveis</b>		
Depósitos à ordem	483 421,12 €	99 265,82 €
Depósitos a prazo	150 000,00 €	150 000,00 €
Outros depósitos	- €	- €
<b>Equivalentes a caixa</b>	- €	- €
Descobertos Bancários	- €	- €
Titulos Negociáveis	- €	- €
<i>Caixa e seus equivalentes</i>	<b>634 020,84 €</b>	<b>250 197,00 €</b>
<b>Outras disponibilidades</b>	- €	- €
<i>Disponibilidades do Balanço</i>	<b>634 020,84 €</b>	<b>250 197,00 €</b>

## Nota 10 – CAPITAL SOCIAL

Totalmente realizado no valor de 750.000,00 Euros (Setecentos e cinquenta mil euros), dividido em 150 000 ações nominativas no valor de 5€ (Cinco euros) ao portador, distribuído da seguinte forma:

- Câmara Municipal de Mafra (CMM)	700 000,00€ (93,32%)
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra	30 000,00€ (4,00%)
- Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	5.000,00€ (0,67%)
- Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Mafra	5.000,00€ (0,67%)
- Matadouro Regional de Mafra, S.A – Ações Próprias	10 000,00€ (1,34%)

*h. k.*

## Nota 11 – RESERVAS LIVRES /RESERVAS DLRR

Conforme deliberado na Assembleia Geral de Acionistas realizada no dia 25 de Março de 2021 e após as devidas confirmações, verificou-se a distribuição de reservas livres no montante de 148.000,00€ (Cento e quarenta e oito mil euros), perfazendo um valor nesta rubrica de 147.814,70€ (Cento e quarenta e sete mil, oitocentos e catorze euros e setenta cêntimos), bem como, o acréscimo de valor das reservas para dedução dos lucros retidos e reinvestidos (DLRR) em 50.000,00€ (Cinquenta mil euros), totalizando um valor de 487.500,00€ (Quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos euros). Em virtude da reserva de dedução de lucros retidos e reinvestidos referente ao exercício de 2015, ter atingido o prazo legal de 5 anos após a sua constituição, já pode ser desmobilizado, pelo que se realizou a transferência de 70.000,00€ (Setenta mil euros) para a conta de reservas livres. Desta forma, no final do exercício de 2021, as reservas livres registam 197.814,70€ (Cento e noventa e sete mil, oitocentos e catorze euros e setenta cêntimos) e a reserva especial por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) assinala 417.500,00€ (Quatrocentos e dezassete mil e quinhentos euros).

RESERVA DLRR - Distribuição de Lucros Retidos e Reinvestidos			
ANO (N)	Valor Constituído (N)	Investimento Realizado (N-1)	Valor disponível para o exercício seguinte (N+2)
2015	70 000,00 €	78 865,88 €	69 641,26 €
2016	70 000,00 €	81 421,22 €	58 220,04 €
2017	122 500,00 €	477 218,69 €	0,00 €
2018	50 000,00 €	184 020,47 €	0,00 €
2019	125 000,00 €	51 746,63 €	73 253,37 €
2020	50 000,00 €	42 241,57 €	81 011,80 €
	<b>487 500,00 €</b>	<b>915 514,46 €</b>	

## Nota 12 – FORNECEDORES

Contas	Saldo Inicial	Rebuzos	Omnuição	Saldo Final
2211 - Fornecedores - Conta Corrente	145 884,87 €	30 183,11 €	0,00 €	176 067,98 €
2711 - Fornecedores de Investimento - Conta Corrente	2 758,66 €	0,00 €	-2 660,26 €	98,40 €
	<b>148 643,53 €</b>	<b>30 183,11 €</b>	<b>-2 660,26 €</b>	<b>176 166,38 €</b>

*h i r*



## Nota 13 – OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Acréscimo de Gastos	
Impostos a liquidar - IMI	3 683,43 €
Água a liquidar	1 454,48 €
Electricidade a liquidar	7 664,79 €
Remunerações a liquidar	93 991,59 €
Prémio Produtividade não regular	70 006,33 €
Outros acréscimos	31 337,86 €
	208 138,48 €

Existe um valor a liquidar ao pessoal de 93.991,59 € (Noventa e três mil, novecentos e noventa e um euros e cinquenta e nove cêntimos), respeitantes a encargos com férias e subsidio de férias e um outro respeitante ao prémio de produtividade de 70 006,33 € (Setenta mil, seis euros e trinta e três cêntimos).

## Nota 14 – REPARTIÇÃO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Mercado	Valor
Mercado Interno	2 047 058,84 €
Mercado Externo	
CE	22 509,50 €
Fora da CE	0,00 €
	2 069 568,34 €

## Nota 15 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00 €	0,00 €
Compras	- 206 832,29 €	- 17 142,59 €
Regularização de Existências	0,00 €	0,00 €
Existências Finais	0,00 €	0,00 €
	- 206 832,29 €	- 17 142,59 €

*X h r*

## Nota 16 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Contas	2021	2020	%
621 - Subcontratos	123 086,72 €	104 542,75 €	17,74%
622 - Serviços Especializados	174 521,81 €	190 672,86 €	-8,47%
623 - Materiais	45 992,02 €	45 586,39 €	0,89%
624 - Energia e Fluidos	240 289,12 €	164 963,11 €	45,66%
6241 - Eletricidade	116 847,54 €	61 840,74 €	88,95%
6242 - Combustíveis	81 779,07 €	64 049,71 €	27,68%
624211 - Gasóleo Rodoviário	5 773,00 €	3 703,14 €	55,89%
624213110 - Gasóleo de Aquecimento	77 689,56 €	59 882,75 €	29,74%
624214 - Gás	0,00 €	463,82 €	-100,00%
6243 - Água	0,00 €	39 072,66 €	-100,00%
625 - Deslocações, Estadas e Transportes	1 157,33 €	1 357,56 €	-14,75%
626 - Serviços Diversos	35 340,47 €	36 253,53 €	-2,52%
<b>Total</b>	<b>620 387,47 €</b>	<b>807 080,35 €</b>	<b>-23,13%</b>

## Nota 17 – GASTOS COM PESSOAL

Contas	2021	2020	%
632 - Remunerações com Pessoal	643 349,23 €	623 857,84 €	3,12%
635 - Encargos sobre Remunerações	138 138,37 €	129 105,65 €	7,00%
638 - Outros Gastos com o Pessoal	34 288,79 €	23 203,23 €	47,78%
<b>Total</b>	<b>815 776,39 €</b>	<b>776 166,72 €</b>	<b>5,10%</b>

## Nota 18 – IMPARIDADES DE DIVIDAS A RECEBER E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
21 - Clientes				
219 - Perdas por imparidades acumuladas	184 674,31 €	10 913,80 €	-7 474,92 €	188 113,19 €


O saldo final da rubrica de Imparidades dividas a receber, demonstra um aumento do saldo que se deve à simultaneidade de dois fatores: 1) Por uma questão de prudência, realizou-se um reforço de 10.913,80€, 2) Foi possível, a regularização de 7.474,92€, por via da cobrança de valores que já se encontravam constituídos nesta rubrica

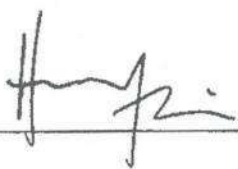
**Nota 19 – OUTRAS INFORMAÇÕES**


- À data da realização do presente documento não existe conhecimento de outras responsabilidades que não estejam transcritas nos mapas financeiros em anexo;
- A proposta de aplicação de resultados é:
  - Reservas Livres – 71.555,78€;
  - Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 100.000,00€;
- As Demonstrações Financeiras constantes neste relatório referente ao exercício de 2021 foram elaboradas e deliberadas em reunião do Conselho de Administração para serem apresentadas e sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.
- No decorrer do exercício de 2021 a Organização Mundial de Saúde manteve a declaração de pandemia global denominada por COVID-19. Esta pandemia continua a ter um impacto social e económico significativo que não é quantificável nesta data. É, no entanto, esperado, que não coloque em causa a continuidade das operações da sociedade.

Mafra, 11 de Fevereiro de 2022

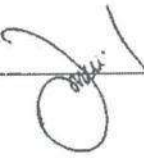
Conselho de Administração

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

Contabilista Certificado nº 40261

  
\_\_\_\_\_

168814099  
40261 MAFRA

# Certificação Legal de Contas

↓ 1. x



RSM & Associados - Sioc, Lda

Av. do Brasil, 15-1 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsimpt.pt

Rua da Saudade, 132-3 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsimpt.pt

www.rsimpt.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.201.798 euros e um total de capital próprio de 1.707.076 euros, incluindo um resultado líquido de 171.556 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD  
AUDIT TAX CONSULTING

h ✓

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

*h h o*

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de fevereiro de 2022

**RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA**

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)

A handwritten signature in black ink, appearing to be "J. P. da Silva", written in a cursive style.

## Matadouro Regional de Mafra, S. A.

---

### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

#### Exercício de 2021

Senhores Accionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato da Sociedade, o Fiscal Único do Matadouro Regional de Mafra, S.A., no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2021, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Com a periodicidade que julgou conveniente, o Fiscal Único manteve o acompanhamento da actividade do Matadouro Regional de Mafra, S.A., através dos contactos que estabeleceu com a Administração e com os Serviços. Procedeu às verificações e análises da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.
3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo às Demonstrações Financeiras, complementadas com o exposto no Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados.
4. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
5. No seu relatório de gestão o Conselho de Administração dá conta da forma como se processou a actividade do Matadouro Regional de Mafra, S.A., no decorrer do exercício, e dos factos que contribuíram para os resultados obtidos. Para o Fiscal Único deve ser destacado:
  - a obtenção de um volume de negócios de 2.069.568 euros, registando um acréscimo de 19% (328.652 euros) relativamente ao exercício anterior;
  - o grau de autonomia financeira em cerca de 78%, traduzindo uma estrutura de capitais estável;
  - a obtenção de um resultado líquido positivo de 171.556 euros, superior em cerca de 53.088 euros (45%), ao registado em 2020 de 118.568 euros;
  - o aumento dos rendimentos operacionais em 18% (321.789 euros), e dos gastos operacionais em 15% (239.274 euros), quando comparados com o exercício de 2020;
  - o "cash flow operacional" (EBITDA) gerado de 412.383 euros, que se traduziu no aumento da margem do EBITDA de 20% em 2021;
  - os resultados operacionais de 2021 (206.752 euros) registaram um aumento de 58.104 euros (39%), que se traduziu num aumento do resultado líquido em 53.008 euros (45%), face a igual período de 2020;



## Matadouro Regional de Mafra, S. A.

---

6. O Município de Mafra, como Acionista maioritário com 93,3% do capital social do Matadouro Regional de Mafra, deveria ter procedido á alienação da respetiva participação financeira, para cumprimento das disposições previstas na Lei N.º 50/2012, de 31 de agosto.

Após várias tentativas, que passaram inclusivamente pela hipótese de venda da sua participação, o Município apresentou em Assembleia Geral de 27 de fevereiro de 2020, uma proposta de adequação dos estatutos, por forma a permitir o cumprimento da legislação vigente, os quais se encontram a aguardar pelos registos definitivos na Conservatória do Registo Comercial. Em 4 de maio de 2021 foi efetuada uma assembleia geral para a conclusão do processo de alteração de estatutos da sociedade Matadouro Regional de Mafra, tendo sido aceite e registada no dia 19 de janeiro de 2022.

Com a entrada em vigor da Lei 50/2012, tendo em conta as incertezas de integração da Entidade no Sector Empresarial Local, pôs-se em prática a alteração estatutária prevista, continuando, no entanto, a atividade do Matadouro Regional de Mafra a ser maioritariamente de natureza comercial.

7. O Fiscal Único, face ao exposto, e tendo presente a evolução da actividade prevista para o exercício de 2022, é de

### PARECER

- a) que sejam aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2021, apresentadas pelo Conselho de Administração;
- b) que se delibere sobre a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração;
- c) que se proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais;

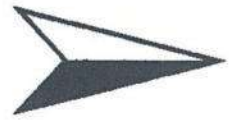
Lisboa, 11 de fevereiro de 2022

O FISCAL ÚNICO



---

Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)  
Em representação de  
RSM & Associados - SROC, Lda.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21



R  
B  
A

Município

20 ANOS  
A GERAR  
VALOR

# Relatório e Contas 2021



l  
23  
A

## ÍNDICE

1	Órgãos Sociais .....	4
2	Relatório de Gestão.....	6
2.1.	Mensagem do Diretor Geral.....	7
2.2.	Atividade Desenvolvida.....	9
2.3.	Certificações Técnicas e marcas registadas .....	23
2.4.	Recursos Humanos .....	25
2.5.	Evolução Económico-Financeira.....	28
2.6.	Proposta de aplicação de resultados.....	39
3	Contas do exercício.....	42
4	Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2020....	51

---

R  
S  
1  
R

## 1 | Órgãos Sociais

### ASSEMBLEIA GERAL

Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando do Nascimento Trigo Rep. CM Oeiras

Presidente

Rui Manoel da Graça Coias Rep. CM Oeiras

Administrador

João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gaia

Administrador

### FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva Rep. Diz & Associados, SROC, Lda

Membro Efetivo

SROC nº 118



2  
72  
108

Municipia

# Relatório de Gestão 2021

## 2 | Relatório de Gestão

No cumprimento de disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2021.

Handwritten notes in blue ink, possibly initials or a signature, located in the top right corner of the page.

R  
38  
A

## 2.1. Mensagem do Diretor Geral

O exercício económico de 2021 revelou-se bastante positivo, voltando a Município a obter resultados líquidos positivos, mesmo num ano em que a pandemia ainda esteve presente.

Foi um ano em que as adjudicações a nível nacional subiram, materializando-se em projetos interessantes, quer a nível técnico, quer financeiro.

O principal destaque vai para o projeto de cadastro simplificado, com origem em concurso público internacional, a realizar para o Município de Coimbra, que se iniciou no final de 2021, já vai a bom ritmo e encontra-se em primeiro lugar a nível nacional, com o maior número de processos de Representação Gráfica Georeferenciada (RGG) na plataforma BUPi - Balcão Único do Prédio.

A este, juntaram-se outras adjudicações de projetos a nível nacional, na área da Proteção Civil, Lidar, Publicação de Atlas, Harmonização de Bases de Dados, entre outras adjudicações nas áreas mais tradicionais da empresa, como a cartografia, a gestão de frotas e os sistemas de informação geográfica.

Foi também o ano em que lançámos produtos diferenciadores no mercado como o uniquePATHS, que como referido no ano transato foi alvo de uma candidatura de financiamento ao Turismo de Portugal.

Este projeto tem um carácter nacional, com particular relevância para as zonas do interior, capaz mesmo de minimizar as assimetrias do território, contribuindo para:

- Sustentabilidade Ambiental
- Sustentabilidade do Território
- Inclusão social "de Todos" e "para Todos".

Por fim, também os projetos mais recentes começam a libertar resultados, como é o exemplo da CONNECT®, que ao fim de 4 anos de existência, já é reconhecida como a maior Central de Compras dos municípios e onde estes podem adquirir de forma mais célere, mais económica e mais simples serviços e produtos, para o seu dia a dia, ao abrigo de Acordos Quadro.

A diversificação de serviços e/ou valências da empresa, atestam não só a capacidade da Município, como a diferença dos seus concorrentes.

---

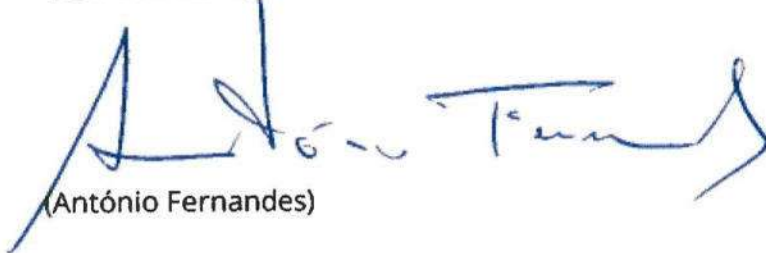


No presente exercício, foi possível alcançar um Resultado Antes de Imposto positivo de 58.328,28 euros.

Estamos certos, que o período pós-pandemia, permitirá à Município continuar a crescer, mantendo-se como uma referência nacional e internacional.

Oeiras, 23 de fevereiro de 2022

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

## 2.2. Atividade Desenvolvida

### Direção de Cartografia e Cadastro

O ano de 2021 pautou-se por projetos interessantes e diferentes que permitiram um envolvimento dos técnicos da Direção noutras áreas de atividade. Nomeadamente, projetos Lidar com objetivos concretos para a elaboração de estudos através de modelos digitais de terreno e de superfície.



Estes trabalhos, com finalidades distintas, possibilitaram uma estreita e gratificante colaboração com as entidades envolvidas que enriqueceu as nossas capacidades bem como a dos nossos clientes.

Além destes projectos continuámos a nossa produção cartográfica em Base de Dados, encontrando-nos neste momento estabilizados e com os workflows atualizados dando continuidade a todos os projetos incluindo o acompanhamento da homologação dos projetos pela Direção Geral do Território.

Inovamos sempre com base em problemas concretos e encontrando soluções reais para o desenvolvimento de novas funcionalidades e rotinas que impactam a eficácia e eficiência na produção.

Desenvolveram-se projetos de cadastro disponibilizando os nossos serviços a diversos Municípios, oferecendo uma qualidade e eficiência ímpar nesta área de atividade. O projeto de Cadastro Simplificado do concelho de Coimbra está a ser apoiado por técnicos da Direção de Cartografia e Cadastro, encontrando-se em primeiro lugar a nível nacional com

R  
B  
A

o maior número de processos de Representação Gráfica Georeferenciada (RGG) na plataforma BUPi – Balcão Único do Prédio.

O contacto com os Palop's manteve-se, como tem sido apanágio dos últimos anos, com reuniões promissoras e resposta a concursos que ainda se encontram em análise.

Para 2022, pretende-se a continuidade de todos os projetos e serviços e continuar a dar uma resposta de qualidade, baseada em serviços adequados, às necessidades dos nossos clientes superando as suas expectativas e fornecendo o melhor produto/serviço.

---

## Direção de Engenharia e Infraestruturas

Em 2021 a área de negócio da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI), focou-se não só na continuidade do desenvolvimento dos projetos em curso relativos a contratos transitados de 2019/2020, mas também de novos contratos que surgiram durante 2021. O grande foco da direção esteve centrado na consolidação da organização e dimensionamento em termos de equipas técnicas e no investimento na formação dessas mesmas equipas, mantendo a sua força de trabalho, apesar das interrupções consecutivas motivadas pelos constantes restrições de circulação e confinamento que impediram um normal desenvolvimento dos projetos.

O volume de faturação foi de 207.619 euros, ficando aquém do previsto no Plano de Atividades para 2021 onde se previa uma faturação de 401.752 euros.



*Ilustração 1 - A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas, nomeadamente, água, saneamento, eletricidade e telecomunicações com destaque nos projetos desenvolvidos para as Câmaras de Leiria e Loulé e a Administração do Porto de Leixões*

Esta diferença deve-se sobretudo à situação de pandemia de COVID-19 que perturbou fortemente as atividades da direção, nomeadamente com a suspensão de trabalhos em contratos de expropriações, mais propriamente nos trabalhos de cadastro, muito motivado pelo facto de que as medidas restritivas de confinamento tiveram forte impacto nos contactos com proprietários, plenários de sensibilização e todas as tarefas de identificação de proprietários. Este cenário não só provocou um aumento de custos, como a diminuição de produtividade, tendo os projetos sido prolongados para 2022.

Também nos projetos de cadastro de infraestruturas, houve forte impacto no desenvolvimento dos mesmos face à falta de disponibilidade das entidades gestoras de infraestruturas, bem como dos clientes ou de terceiros por estes indicados, motivada pelo confinamento. Não obstante estas dificuldades, a Município manteve as equipas no terreno para que, na medida do possível, fosse desenvolvendo algumas tarefas, nomeadamente no acompanhamento de obras.

Por via destas circunstâncias, foram remetidos para o ano de 2022 o fecho de projetos com um valor de faturação de 167.138 euros.

Das atividades desenvolvidas pela DEI, em 2021, destacam-se os projetos de cadastro de infraestruturas para os Municípios de Leiria e Loulé e para a APDL. Tratam-se de projetos bastante complexos cujo âmbito abrange não só as áreas mais tradicionais das atividades da Município, como o cadastro de água, saneamento e pluvial, mas também o cadastro de redes elétricas, telecomunicações, gás e combustíveis incluindo sondagens e deteções no subsolo e produção de esquemas de redes. Estes projetos permitiram posicionar a Município como uma das empresas de referência no mercado para este tipo de trabalhos, criando uma mais-valia de diferenciação de serviços e possibilitando entrar noutra perfil de clientes mais diversificados.

Este é o resultado da aposta na formação e em tecnologia que a Município desenvolveu nos últimos anos que deu frutos de confiança e posicionamento no mercado, não só em termos específicos nas matérias de conhecimento do modo de operação e instalação dos diferentes tipo de infraestruturas, como na operação de equipamentos de sondagem e deteção que permitiram com este segmento de negócio que a Município não ficasse refém dos tradicionais cadastros de redes de água e saneamento/pluvial, onde a concorrência é muito mais vasta, com prática de margens muito baixas.

Atualmente, a Município está capacitada para dar uma resposta abrangente em termos de rigor, precisão e diversidade, não só para projetos de larga escala em termos de abrangência territorial, como de maior escala de detalhe e multidisciplinaridade. As atividades desenvolvidas nos projetos estão focados na precisão de sondagens de subsolo com técnicas intrusivas e não intrusivas, rigor topográfico e um maior detalhe de caracterização técnico das infraestruturas. Mantemos o foco num cadastro multifuncional centrado no âmbito do planeamento/projeto, gestão e diagnóstico das infraestruturas intervencionadas permitindo que a informação disponibilizada aos nossos clientes seja rigorosa e dê as respostas no âmbito da sustentabilidade e eficiência dos seus recursos e ativos.



identificação e etiquetagem de cabos elétricos e telecomunicações

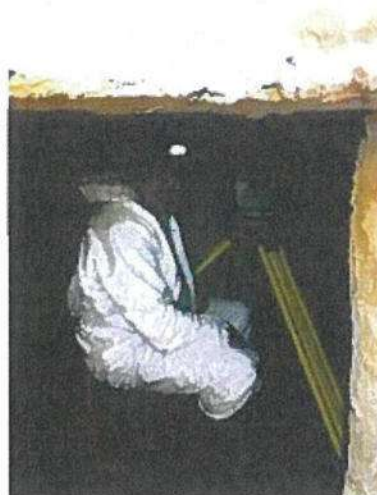


Figura 1 -

Figura 2

- levantamento de precisão no interior de infraestruturas de drenagem



Figura 3 - equipamento de sondagem com CCTV incorporado para inspeção e deteção de infraestruturas

A abordagem técnica e metodológica da Município tem sido elogiada pelos resultados que vai produzindo, não só no final de cada etapa, mas também pelo constante fornecimento de informação acerca de problemas e patologias que vai detetando ao longo dos seus trabalhos. Esta forma de abordagem ao problema, com a procura/adaptação das soluções técnicas que melhor se adequam aos cenários reais do terreno, permite que os nossos clientes tenham a melhor informação possível, estruturada e de rápido acesso. Pois estamos focados em atingir o objetivo de base dos nossos clientes que se centra na minimização de custo a jusante da nossa ação, quer em ambiente de obra com trabalhos a mais, quer também nas intervenções de planeamento de manutenção e reconversão de infraestruturas sensíveis cujo impacto de um incidente pode provocar avultados danos.

Em 2022 a Municípa irá continuar a crescer e a otimizar a sua metodologia e abordagem aos problemas dos seus clientes colocando o seu know-how nas áreas de engenharia e no estudo de diagnóstico procurando sempre propor as melhores soluções para uma gestão eficiente e sustentável dos recursos, contribuindo para que os seus clientes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram no âmbito do Portugal 20/30.

RM  
12/12

R  
E  
M  
A

## Direção de Inteligência Espacial

As atividades do ano de 2021 ficaram marcadas, à semelhança do ano anterior, pela pandemia de COVID-19. Esta situação, sendo a Direção de Inteligência Espacial (DIE) responsável pela manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa, obrigou a um esforço de adaptação no sentido de, mesmo remotamente e com o mínimo de deslocamentos à sede da empresa, garantir todo o normal apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

Estas atividades (projetos internos) que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Manutenção do Site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade; em *Help Desk* às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infra-estrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções.

Quanto ao sistema SAP, destaca-se também a participação da DIE, em conjunto com a DAF, no upgrade a todo o sistema ERP.

Continuamos a prestar apoio técnico aos projetos da DEI e da DCC, nomeadamente apoiando no processo de conversão das metodologias de trabalho tendo em conta o recente Modelo de Dados de cartografia da DGT.

Relativamente aos projetos vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspectiva de rentabilização futura, destacamos a conclusão da implementação da Plataforma CityHub em mais de uma dezena de clientes, a conclusão dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a implementação de serviços Open Gis Consortium.

Quanto aos projetos já adjudicados e que se prolongam para o ano de 2022, destacamos Atlas Municipal, Harmonização de Bases de Dados e um projeto de implementação da Plataforma de Proteção Civil.

Para o ano de 2022, perspectiva-se a implementação da plataforma CityHub através da migração nos municípios que têm a antiga plataforma munWebGIS e na angariação de novos clientes. Este novo conceito pretende ser um acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios e que durante este ano continuou a ser desenvolvido e melhorado, desde a fase de UX/UI e design, até ao momento em que nos encontramos (Figura 1 e Figura 2).

---



AA  
NOR



Figura 1 - CityHub.pt - Portal de Divulgação



Figura 2 - CityHub.pt - GeoPortal

## **Direção de Novos Negócios**

A Direção de Novos Negócios (DNN) assumiu em 2021 uma posição de foco e estabilidade ao nível das iniciativas que vinha a desenvolver nos anos anteriores, concretizando as ações de inovação iniciadas em 2020, consolidando a equipa na distribuição de produtos e serviços, e reforçando o envolvimento com as restantes unidades orgânicas da empresa em matéria de novas oportunidades de negócio.

Relativamente a inovação, a equipa focou-se no cumprimento escrupuloso dos tempos e requisitos do projeto uniquePATHS, um projeto ambicioso, num novo segmento, para um público alvo inteiramente novo, com um modelo de negócio disruptivo e com lançamento obrigatório no último trimestre do ano.

Mais do que uma plataforma, a uniquePATHS resultou num novo modelo de prática e de dinamização do turismo territorial. Suportado por uma APP, desenvolvida em exclusivo para o projeto, foi criado um marketplace onde se encontram residentes, população local, profundos conhecedores do território, com visitantes que procuram experiências únicas.

A uniquePATHS funciona hoje com uma ferramenta de geração de emprego no segmento do turismo que leva remuneração extra a pessoas com motivação para receber. Equipada com mecanismos de agendamento, pagamento e faturação, residentes que outrora viam o turismo como uma ameaça têm agora à sua disposição a possibilidade de partilhar o seu conhecimento, com visitantes interessados em unicidade, e auferir por isso.

A par da plataforma, foram criados frameworks de formação que permitem a municípios protocolados capacitar os seus munícipes e habilitá-los, para que se tornem pediguias ou utilizem o conhecimento lecionado em práticas de turismo acessível.

E para que a uniquePATHS se expanda e evolua em todo o território, foram criados modelos nacionais e locais de comunicação, que se direcionam à seleção de pediguias, à captação de visitantes e ao envolvimento das entidades locais.

Relativamente a distribuição de serviços e produtos, a equipa DNN consolidou a sua presença e voltou a crescer em matéria de colocação de serviços exclusivos de geolocalização de frotas nos seus clientes públicos. Câmaras Municipais, Bombeiros, Santas Casas de Misericórdia, ou Serviços Municipalizados, fizeram parte do leque de entidades que usufruíram em 2021, e vão continuar a usufruir, de um serviço que permite reduzir os custos com combustível e manutenções, aumentar a eficácia dos serviços e reduzir a pegada ecológica.

---

A sustentabilidade ambiental e financeira dos clientes Município é um dos pilares da sua atuação, e o crescimento, tanto em número de sistemas como em dispositivos de localização instalados, é um indicador que contribuiu para a concretização das responsabilidades assumidas para 2021.

A Central Nacional de Compras Municipais CONNECT® é o exemplo cabal deste posicionamento em matéria de sustentabilidade. Em 2021 a CONNECT® cresceu em Acordos Quadro, em bens e em serviços colocados à disposição. Mais veículos movidos a energias limpas, mais equipamentos com elevadas performances energéticas, mais equipamentos conducentes à transição digital, mais serviços adaptados aos orçamentos disponíveis, foram colocados à disposição dos seus aderentes.

E as Entidades aderentes responderam positivamente, aumentando em número e em tipo, adquirindo mais via central, beneficiando de melhores preços, economias de escala, transparência e desburocratização.

A DNN focou-se na formação e colocação de uma equipa de distribuição junto dos clientes, permitindo esclarecer o serviço público prestado pela CONNECT®, suportar a aquisição de bens advindos de candidaturas a financiamentos e acertar a oferta disponível, numa ótica de ciclo construtivo de sustentabilidade financeira dos seus aderentes.

Relativamente ao envolvimento da DNN na criação de oportunidades de negócio conjuntamente com as restantes unidades orgânicas da empresa, o foco em 2021 residiu na entrega de soluções que permitissem aos clientes aumentar eficácia e eficiência nos serviços. E o cityhub.pt fez parte integrante dessa participação.

O cityhub.pt permite entregar o melhor serviço público aos municípios, resolver os problemas reportados, dar acesso a mapas e informações para os empreendedores, gerir a execução dos Planos de Ordenamento do Território, agilizar a forma como os municípios reportam ocorrências, usufruir de ferramentas mais ágeis para gestão de equipas e tirar partido da transformação digital para incrementar a qualidade do serviço público.

O cityhub.pt foi em 2021 uma das plataformas mais solicitadas e a DNN envolveu-se, para que, ao lado das equipas responsáveis pela implementação, fossem endereçadas da melhor forma as necessidades dos municípios e, fundamentalmente, dos municípios.

Para 2022 o ênfase será dado no futuro e na responsabilidade da Município enquanto agente fundamental para que esse futuro exista. A sustentabilidade e a transição digital

---

serão os pilares da nossa atuação. E a Direção de Novos Negócios estará na linha da frente para adequar as competências e a oferta Municipal ao que no território deve ser implementado, facilitando a missão das entidades públicas no seu desígnio de garantir que existem gerações futuras.

AA

## Atividade Comercial

### Concursos

O quadro seguinte espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Municípa, ao longo do ano de 2021:

PROPOSTAS	Nº			Em Valor		Δ% Valor 20-21
	Propostas 2020	Propostas 2021	Δ% Nº Propostas 20-21	2020	2021	
<b>Propostas adjudicadas</b>	83	153	<b>84,3%</b>	1.119.816	1.710.719	<b>52,8%</b>
<b>Propostas em aberto</b>	292	261	<b>-10,6%</b>	20.367.990	19.935.372	<b>-2,1%</b>
<b>Propostas recusadas</b>	42	18	<b>-57,1%</b>	371.650	264.729	<b>-28,8%</b>
<b>Total de Propostas Apresentadas</b>	<b>417</b>	<b>432</b>	<b>3,6%</b>	<b>21.859.456</b>	<b>21.910.819</b>	<b>0,2%</b>

Unidade: euros

Constata-se, através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 432 propostas ao longo do ano de 2021, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 84,3%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 52,8% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2021 e que se elencam, seguidamente, por ordem decrescente:

<b>TOP 10 CLIENTES</b>	<b>Valor</b>	<b>Peso Relativo no Total da Faturação</b>
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (MOÇAMBIQUE)	795.594	32,80%
MUNICÍPIO DE OEIRAS	156.830	6,50%
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	75.035	3,10%
MUNICÍPIO DE COIMBRA	65.072	2,70%
MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR	56.434	2,30%
LUBRIFUEL	55.130	2,30%
GEOIDE	43.407	1,80%
Município de Portimão	43.219	1,80%
GEO DOURO	36.687	1,50%
MUNICÍPIO DE LOULÉ	33.807	1,40%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

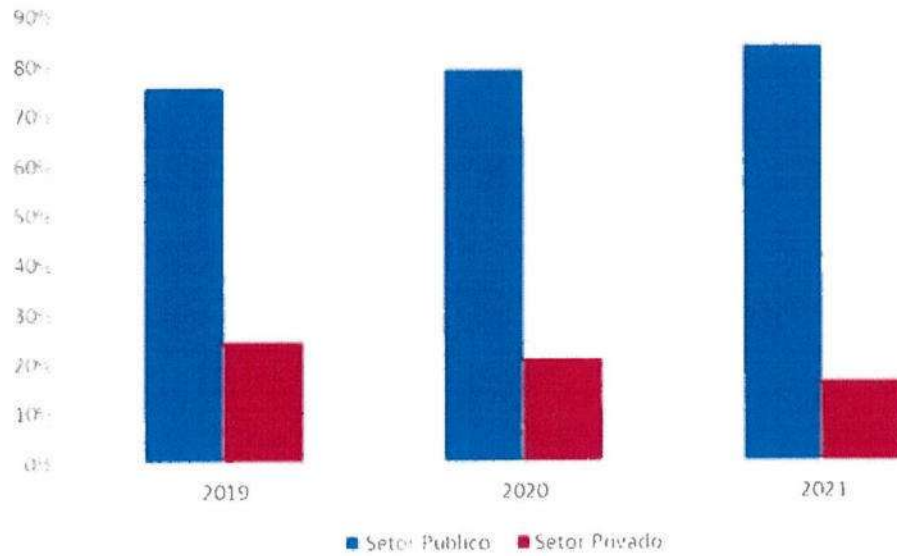
### **Tipologia de Clientes**

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 84% da faturação, registando um aumento de 6% face ao ano anterior.

O setor privado regista 16% da faturação, ou seja, menos 22% que no exercício anterior, conforme se constata no quadro seguinte:

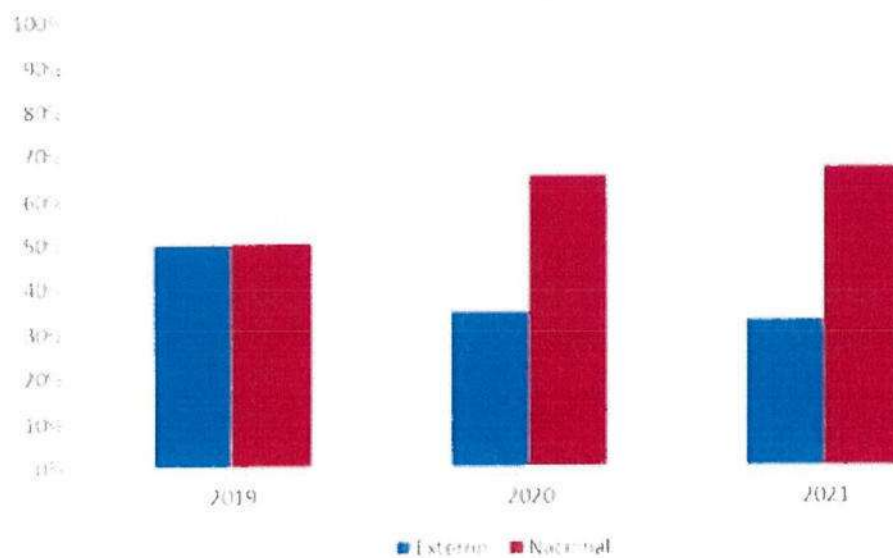
<b>FATURAÇÃO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Setor Público</b>	75,71%	79,02%	83,79%
<b>Setor Privado</b>	24,29%	20,98%	16,21%

### % do Volume de Faturação por Tipo de Setor



FATURAÇÃO MERCADO	2019	2020	2021
<b>Externo</b>	49,92%	34,77%	32,76%
<b>Nacional</b>	50,08%	65,23%	67,24%

### % do Volume de Faturação por Tipo de Mercado



com  
A

## 2.3. Certificações Técnicas e Marcas Registradas

### Certificações Técnicas

A Direcção Geral do Território certifica que a empresa Municípia - Empresa de Cartografia e sistemas de informação, SA., autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:



- . Alvará N°1/2000 CT: Imagem Aérea e outras formas de detecção Remota, Topografia e Nivelamento, Triangulação Aérea, Restituição Fotogramétrica, Numerização de Informação Cartográfica, Edição de Dados Cartográficos e Ortorrectificação;
- . Alvará N°1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.



## Marcas Registadas



Município ®  
Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.



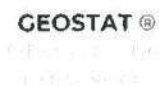
Central Nacional de Compras Municipais CONNECT ®  
Criada ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro, suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.



Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.

**UNIQUEPATHS**

UNIQUEPATHS ®



Observatório Estatístico.



Empresa de Serviços Energéticos.

## 2.4. Recursos Humanos

No final de 2021 (31 de dezembro), a Município contava com 46 colaboradores ao serviço, o que representou um aumento de 35% face ao final do ano anterior (34). Este aumento justifica-se pelo número de adjudicações de projetos o que obrigou ao reforço substancial da equipa.

O absentismo situou-se nos 17%, ligeiramente superior ao verificado em 2020 (3%), derivado de um regresso parcial à normalidade. A principal causa de absentismo continuou a ser a "doença".

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a Município continuou a apostar na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores (as) das várias Direções da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa e interna online.

→  
B  
A

## Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2019 e 2021, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2019	2020	2021	Peso % no total	Var. 19-20	Var. 20-21
<b>Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação</b>	907.948,85	885.857,65	<b>950.450,87</b>	<b>77,63%</b>	-2%	7%
<b>Horas extra</b>	1.527,96	85,68	<b>171,36</b>	<b>0,01%</b>	-94%	100%
<b>Senhas de Presença</b>	14.674,92	10.846,68	<b>10.846,68</b>	<b>0,89%</b>	-26%	0%
<b>Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho</b>	241.288,87	236.509,87	<b>244.240,55</b>	<b>19,95%</b>	-2%	3%
<b>Ajudas Custo</b>	155.185,64	24.694,44	<b>12.410,42</b>	<b>1,01%</b>	-84%	-50%
<b>Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras</b>	15.230,65	12.721,14	<b>6.172,66</b>	<b>0,50%</b>	-16%	-51%
<b>TOTAL</b>	<b>1.335.856,89</b>	<b>1.170.715,46</b>	<b>1.224.292,54</b>	<b>100,00%</b>	-12%	5%

Os gastos com remunerações sofreram um acréscimo de 7%, face à necessidade de reforçar a equipa para os projetos de cadastro.

A rubrica de horas extra representa apenas 0,01% do peso das remunerações e fica-se exclusivamente a dever à necessidade de realizar coberturas aéreas ao fim de semana.

As senhas de presença não sofreram alteração, igualando o valor do ano transato.

Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho subiram 3%, tendo em conta a contratação de pessoal já referida.

Assinala-se o decréscimo acentuado do valor suportado de ajudas de custo, tendo em consideração o fim dos projetos fora de Portugal.

Também na rubrica de formação, assistiu-se a um decréscimo do investimento nesta área, já que muitas das formações passaram a ser on-line, o que originou um decréscimo nesta rubrica de custos.

Em termos globais, registámos um acréscimo de 5% em linha com a necessidade de reforçar a equipa para os novos projetos em curso.

Man  
R

C  
B  
H

## 2.5. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados, Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2019	2020	Var.% (19-20)	2021	Var.% (20-21)
<b>Ganhos Operacionais</b>					
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	4.339.529	1.702.183	-61%	2.577.874	51%
Subsídios à Exploração /Trabalhos para própria entidade	88.423	151.774	72%	179.847	18%
Reversões de Imparidades	0	0	0%	24.126	100%
Outros Rendimentos ou Ganhos	152.744	158.650	4%	444.165	180%
<b>Total dos Ganhos Operacionais</b>	<b>4.580.696</b>	<b>2.012.607</b>	<b>-56%</b>	<b>3.226.011</b>	<b>60%</b>
<b>Gastos Operacionais</b>					
Fornec. e Serviços Externos	2.452.621	1.255.506	-49%	1.569.732	25%
Gastos com Pessoal	1.335.857	1.170.715	-12%	1.224.293	5%
Imparidade de dívidas a receber	11.250	14.864	32%	0	-100%
Outros gastos e perdas	111.580	57.253	-49%	82.298	44%
Gastos/reversões de depreciações / Provisões	438.523	354.757	-19%	180.744	-49%
<b>Total dos Gastos Operacionais</b>	<b>4.349.830</b>	<b>2.853.096</b>	<b>-34%</b>	<b>3.057.066</b>	<b>7%</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>230.867</b>	<b>-840.489</b>	<b>-464%</b>	<b>168.945</b>	<b>120%</b>
<b>Ganhos Financeiros</b>					
Juros e rendimentos similares obtidos	704	264	-62%	6.736	2.449%
<b>Gastos Financeiros</b>					
Juros e gastos similares suportados	136.419	624.996	358%	117.353	-81%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-135.715</b>	<b>-624.732</b>	<b>-360%</b>	<b>-110.617</b>	<b>82%</b>
<b>Resultados Antes de Imposto</b>	<b>95.152</b>	<b>-1.465.221</b>	<b>-1.640%</b>	<b>58.328</b>	<b>104%</b>
<b>Impostos</b>	<b>198.799</b>	<b>130.897</b>	<b>-34%</b>	<b>22.446</b>	<b>-83%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-103.647</b>	<b>-1.596.118</b>	<b>-1.440%</b>	<b>35.882</b>	<b>102%</b>

Unidade: Euros

R/31

A Município, registou um incremento de 51%, do seu volume de negócios, face ao ano transato, o que é revelador da recuperação verificada nas vendas e na execução de serviços, que no ano anterior foi fortemente condicionada pela pandemia.

Assistimos ao longo do ano a um incremento do número de adjudicações, que resultaram em projetos muito diversificados, o que só foi possível face ao know-how acumulado de mais de duas décadas.

Contudo, mantêm-se o problema estrutural das entidades públicas, em que optam invariavelmente, pela definição do critério de adjudicação de monofator, com a utilização do mais baixo preço, quando deveriam na defesa dos seus interesses, nas suas compras de cariz técnico, privilegiar a classificação das propostas por critérios técnicos e de capacidade. Não o fazendo, estão a abrir portas às prestadoras de serviços, que não vão entregar os trabalhos completos ou que não vão cumprir os requisitos do caderno de encargos, acabando esses contratos em contencioso. Há empresas, neste setor, que não conseguindo por incapacidade cumprir os contratos, já investem mais em escritórios de advogados, do que no "core" da sua atividade.

Nos **subsídios à exploração/trabalhos para a própria empresa**, os valores registados tiveram origem num projeto que foi alvo de candidatura e apreciado favoravelmente pelo Instituto Português do Turismo, em período pré-covid e que do valor global de 376.800 euros já conseguimos concretizar 179.847 euros.

A rubrica de **outros rendimentos e ganhos** são essencialmente provenientes de arrendamento residual de uma área do escritório na sede e de diferenças de câmbio favoráveis.

A rubrica de **ganhos operacionais** alcançou os **3.226.011 euros**, o que representa um incremento de 60% face ao ano de 2020. Esta melhoria, deve-se essencialmente, à variação positiva de 51% no volume de negócios e às diferenças de câmbio positivas, registadas em 2021.

Os gastos com a rubrica de **fornecimentos e serviços externos** registaram um incremento de 25% face ao ano transato. Contudo, atendendo a que a prestação de serviços aumentou 51% face ao ano anterior, verifica-se que o aumento do volume dos serviços prestados, não se ficou a dever à subcontratação, mas sim a uma maior eficácia dos recursos internos.

---

13/14

Se analisarmos os **gastos operacionais**, começando pela rubrica de fornecimentos e serviços externos, verifica-se que subiu 26% fruto do incremento da atividade da sociedade, face ao ano anterior.

Os **gastos com o pessoal**, subiram 5%, ficando esta variação a dever-se à contratação de 12 funcionários para permitir a execução atempada de projetos ganhos no final do ano de 2021.

No presente exercício, não se registaram **imparidades**, o mesmo quer dizer que o risco de incobrabilidade de serviços a clientes, não existiu.

Quanto à rubrica de **outros gastos e perdas**, apresentou um valor em linha com a média dos últimos 3 anos, valor que em termos absolutos representa 82.298 euros e que, no essencial, se fica a dever a correções de exercícios anteriores e a impostos indiretos.

As **amortizações e provisões**, registaram uma diminuição de 49%, tendo em consideração a normal descida na rubrica de amortizações de investimentos realizados em anos transatos, mas sobretudo justificado pelo não registo de provisões.

Os **Resultados Operacionais** registaram um incremento substancial, atingindo 168.945 euros, tendo contribuído para este desempenho, o incremento dos proveitos operacionais em 60%, enquanto os gastos operacionais subiram apenas 7%.

Os **Resultados Financeiros** foram melhores do que nos anos transatos, registando um valor negativo de 110.617 euros, ou seja, 6 vezes menos do que no ano anterior, tendo em conta que não se registaram diferenças cambiais desfavoráveis significativas.

Os **Resultados Antes de Impostos** foram positivos, contribuindo para que os acionistas não tenham obrigações de reequilibrar os resultados. Refira-se que o ano passado foi atípico, como comprova os registos do RAI, desde 2014.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>RAI*</b>	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221	58.328

\* Lei 50/2012

Unidade: Euro

Quanto ao **Resultado Líquido**, que é apurado sobre o Resultado Antes de Impostos, aplicando-se os impostos previstos na lei, verifica-se que em 2021 foi de 35.882 euros positivos.



**INDICADORES DE ATIVIDADE**

ATIVIDADE	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
<b>Volume de Negócios</b>	4.339.529	1.702.183	2.577.874	-61%	51%
<b>Rentabilidade das Vendas</b>	-2,39%	-93,77%	1,39%	-3.826%	101%
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	230.867	-840.489	168.945	-464%	120%
<b>Resultado Líquido</b>	-103.647	-1.596.118	35.882	-1.440%	102%
<b>Cash Flow Líquido</b>	334.876	-1.241.361	216.626	-471%	117%

Unidade: Euro

**INDICADORES DE GESTÃO**

GESTÃO	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
<b>Volume de Negócios por Trabalhador - euros</b>	114.198	48.634	56.041	-57%	15%
<b>Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias</b>	183	352	152	-92%	57%
<b>Prazo Médio de Recebimentos (PMP) - dias</b>	162	461	389	-185%	16%

Unidade: Euro

**Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas)** - sofreu um acréscimo de 15%. O número de funcionários a 31 de dezembro era de 46 (crescimento de 35% face ao ano transacto) e o volume de negócios cresceu 51%. Cada funcionário gerou teoricamente 56.041 euros de volume de negócios.

**Prazo Médio de Pagamento (PMP)** – o número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 152 dias, tendo melhorado consideravelmente face ao ano anterior.

**Prazo Médio de Recebimento (PMR)** – Houve uma melhoria do número de dias médio de recebimento, o que originou que a Município receba em média a 389 dias, mesmo apesar do atraso do recebimento do cliente em Moçambique, o que leva a um desequilíbrio constante de tesouraria ao longo de todo o ano.

### **INDICADORES DE TESOURARIA**

**Liquidez Geral (AC/PC)** – Verificou-se uma estabilização deste rácio, face ao ano anterior, tendo em conta que no ano transato foi registado no ativo de curto prazo os créditos sobre os acionistas, que não se verificaram em 2021, contudo registou-se um aumento dos créditos sobre os clientes, que compensaram parcialmente esse fluxo. No lado do passivo de curto prazo, verificou-se igualmente uma diminuição, derivado essencialmente da diminuição de financiamento na banca e de fornecedores, o que permitiu alcançar o rácio de liquidez geral no valor de 1,18.

Tesouraria	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
<b>Liquidez Geral</b>	0,96	1,24	<b>1,18</b>	29%	-5%

## INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Equilíbrio Financeiro	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
<b>Autonomia Financeira</b>	51,60%	44,40%	<b>46,20%</b>	-14,0%	4,1%
<b>Solvabilidade</b>	1,20	0,87	<b>0,89</b>	-27,5%	2,3%
<b>Rentabilidade dos Capitais Próprios</b>	-3,23%	-50,45%	<b>1,10%</b>	-1.461,3%	102,2%

**Autonomia Financeira (CP/AT)** – Há sinais de recuperação face ao ano anterior, assistindo-se a uma recuperação de 4%, face ao registado no ano transato. Esta recuperação, assenta essencialmente na correlação entre um incremento do Capital Próprio de 3%, enquanto o Total do Ativo diminuiu, face a 2020, cerca de 1%. A manter-se esta evolução, em anos futuros, a sociedade irá recuperando o seu grau de independência perante os financiadores.

**Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos))** – Também no indicador da Solvabilidade se registou uma ligeira recuperação, face ao ano anterior, verificando-se um incremento da capacidade da sociedade em solver os seus compromissos em 2%. Para esta melhoria, contribuiu a manutenção do valor do passivo total, enquanto o capital próprio subiu 3%, como vimos no indicador anterior.

**Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP)** – A rentabilidade dos capitais próprios, passou a ser positiva em 2021, tendo em conta os resultados positivos alcançados pela sociedade. Apesar do valor modesto de 1%, revela uma recuperação substancial ao exercício anterior, que foi manifestamente atípico.

## INDICADORES LEGAIS

A Sociedade apresenta Resultados Antes de Impostos positivos, aliás verifica-se uma cronologia muito positiva, se analisarmos os últimos 8 anos, em que somente em 2020, em plena época de pandemia, a sociedade não conseguiu gerar Resultados Antes de Impostos positivos.

Com efeito, este desempenho à luz da Lei 50/2012, permitiu que a sociedade apenas num dos 8 anos penalizasse os seus acionistas, ao mesmo tempo que foi possível manter os postos de trabalho, procurar novos projetos capazes de manter os investimentos tecnológicos de que esta sociedade depende para se manter líder neste mercado. O nosso mercado de atuação é bastante vasto e flexível, atuando desde a fotografia aérea, desenvolvimento aplicacional, estudos, consultadoria, serviços de geolocalização e georreferenciação, cadastro predial, cadastro de infraestruturas e o desenvolvimento de serviços de interesse público.

LEGAIS	Lei 50/2012							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221	58.328

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2021, **não resultará qualquer necessidade de reequilíbrio financeiro** já que a sociedade, mais uma vez, cumpriu o nº 1 do artigo 40º da Lei 50/2012, tendo por base os **Resultados Antes de Impostos no valor de 58.328 euros**.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2021, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e com a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma, nos anos transatos:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017).

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,22%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	4,99%	0,00	2.199,04	0,00	0,00
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,85%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	33.315,76	28.602,22	-595,76	35.384,01
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	33.025,08
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	9.613,97	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Sertã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00

12/13  
 13/14  
 14/15

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	4.713,15
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	2.669,70	2.291,99	-47,74	2.835,44
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.368,37
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	2.229,94	1.914,44	-39,88	2.368,37
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	1.000,40	0,00	-39,80	2.363,65
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	1.910,63	-39,80	2.363,65
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,57
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00

7  
3  
AA

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. Inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,57
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,57
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	27.496	137.205,04	4,22%	N/A	0,00	1.904,91	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>648.633</b>	<b>3.236.678,67</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>126.555,47</b>	<b>116.991,18</b>	<b>-2391,19</b>	<b>229.290,77</b>

Síntese	2008 a 2010	2013	2015	2020	Total
Valores Liquidados	1.314.091	1.119.832	-22.795	1.235.930	<b>3.647.058</b>
Valores em Dívida	<b>126.555</b>	<b>116.991</b>	<b>-2.391</b>	<b>229.291</b>	<b>470.446</b>
<b>Total</b>	<b>1.440.646</b>	<b>1.236.823</b>	<b>-25.186</b>	<b>1.465.221</b>	<b>4.117.504</b>


## NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva, como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

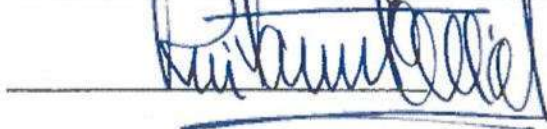
Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 23 de fevereiro de 2022

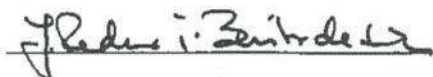
O Conselho de Administração,



Fernando do Nascimento Trigo - *Presidente*



Rui Manoel da Graça Coias - *Administrador*



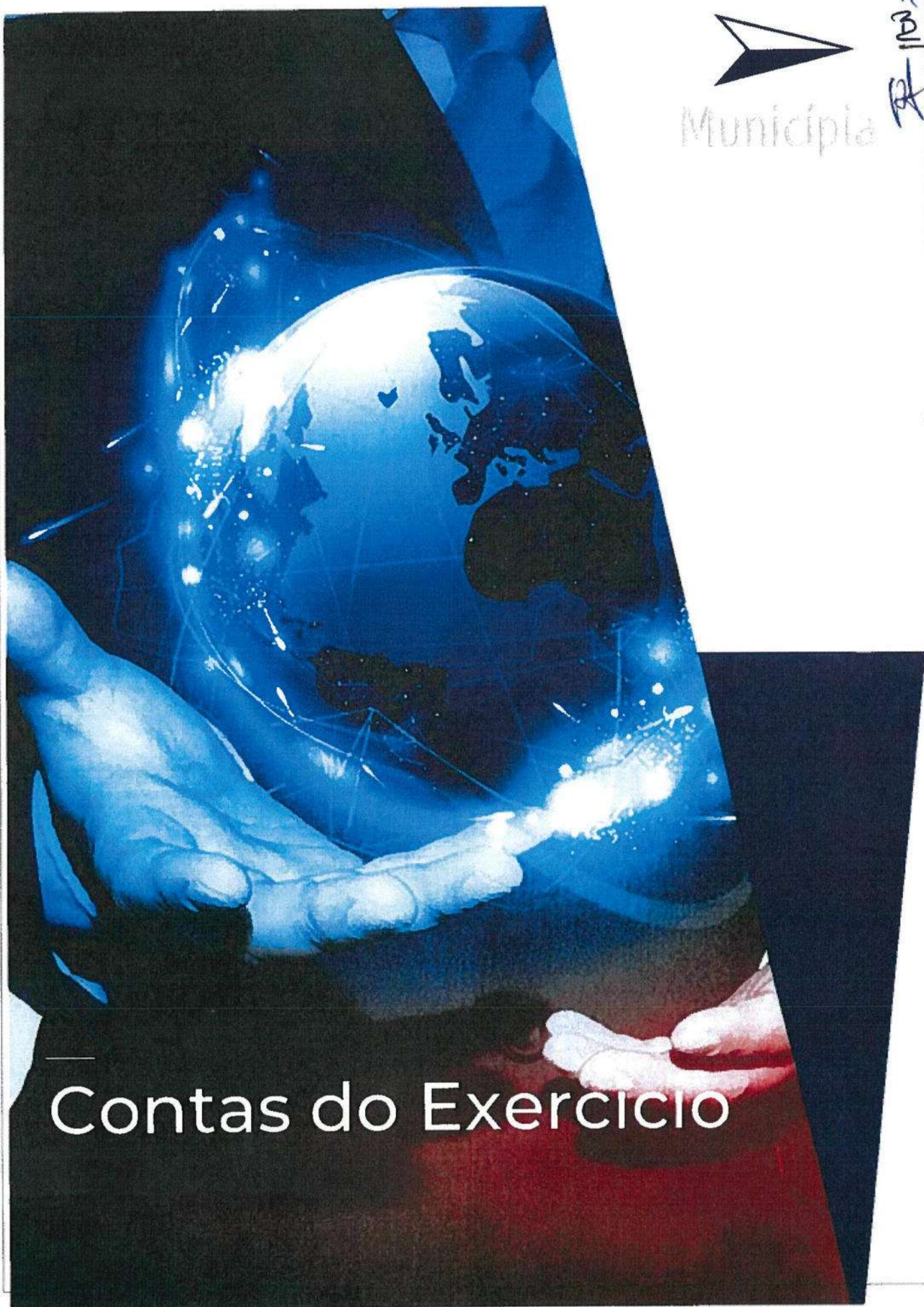
João Pedro Brito da Silva - *Administrador*





Município

São Paulo



# Contas do Exercício

Handwritten notes in blue ink, possibly a signature or initials, located in the top right corner of the page.

### 3 | Contas do exercício

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade:  
MUNICÍPIA, S.A.  
BALANÇO

Período findo em 31/12/2021

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7/10	1.528.089,78	1.701.344,38
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6/10	631.792,80	154.295,08
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		10.167,94	8.540,89
Ativos por impostos diferidos		0,00	4.266,43
		<b>2.170.050,52</b>	<b>1.868.446,78</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		2.750.217,93	2.147.643,53
Estado e outros entes públicos		4.395,72	9.843,38
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		60,00	100.517,51
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	16	1.947.245,65	2.943.444,90
Diferimentos		80.661,13	55.732,18
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	122.257,60	4.871,35
		<b>4.904.838,03</b>	<b>5.262.052,85</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.074.888,55</b>	<b>7.130.499,63</b>

2021/12/31

*Frederico Z...*

*António...*

Entidade:  
MUNICÍPIA, S.A.  
BALANÇO

Período findo em 31/12/2021

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-264,98	-264,98
Outros instrumentos de capital próprio		1.465.221,29	1.465.221,29
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		52.440,60	52.440,60
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-1.677.671,68	-81.553,33
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		156.205,12	87.090,00
Resultado líquido do período		<b>35.881,94</b>	<b>-1.596.118,35</b>
		0,00	0,00
<b>Total do capital próprio</b>		<b>3.268.490,96</b>	<b>3.163.493,90</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões	14	154.287,26	154.287,26
Financiamentos obtidos	9	453.050,99	90.660,94
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	15	137.805,10	137.805,10
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		<b>745.143,35</b>	<b>382.753,30</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores		653.694,34	1.209.186,04
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		109.548,52	206.104,73
Financiamentos obtidos	8/9	717.306,89	1.036.006,16
Outras dívidas a pagar (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)	16	1.441.586,35	809.391,49
Diferimentos		139.118,14	323.564,01
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		<b>3.061.254,24</b>	<b>3.584.252,43</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3.806.397,59</b>	<b>3.967.005,73</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>7.074.888,55</b>	<b>7.130.499,63</b>

*[Handwritten signature]*  
F. Pedro J. Silva de A.

*[Handwritten signature]*  
Pedro Silva

Entidade:  
MUNICÍPIA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31/12/2021

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	12	2.577.873,59	1.702.183,12
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		179.846,74	151.773,67
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-1.569.731,96	-1.255.505,79
Gastos com o pessoal	5 2	-1.224.292,54	-1.170.715,46
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	24.125,79	-14.864,17
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	-147.397,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		444.164,76	158.650,00
Outros gastos e perdas		-82.297,76	-57.253,32
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>349.688,62</b>	<b>-633.128,95</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7/10	-180.743,77	-207.360,44
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>168.944,85</b>	<b>-840.489,39</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		6.736,22	264,31
Juros e gastos similares suportados	9	-117.352,79	-624.996,21
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>58.328,28</b>	<b>-1.465.221,29</b>
Imposto sobre o rendimento do período	15	-22.446,34	-130.897,06
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>35.881,94</b>	<b>-1.596.118,35</b>
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
<b>Resultado por ação básico</b>		<b>0,06</b>	<b>-2,46</b>

Pedro Vm

*[Handwritten signature]*

J. Pedro i. Zebra de L

*[Handwritten signature]*

Entidade:  
MUNICÍPIA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31/12/2021

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	12	2.577.873,59	1.702.183,12
Custo das vendas e dos serviços prestados		-2.681.141,58	-2.329.405,75
<b>Resultado bruto</b>		<b>-103.267,99</b>	<b>-627.222,63</b>
Outros rendimentos		648.137,29	310.423,67
Gastos de distribuição		-16.915,16	-30.989,29
Gastos administrativos		-276.711,53	-273.186,65
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-82.297,76	-219.514,49
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>168.944,85</b>	<b>-840.489,39</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	9	-110.616,57	-624.731,90
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>58.328,28</b>	<b>-1.465.221,29</b>
Imposto sobre o rendimento do período	15	-22.446,34	-130.897,06
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>35.881,94</b>	<b>-1.596.118,35</b>
<b>Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00

*Bocha Nam*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*







Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.



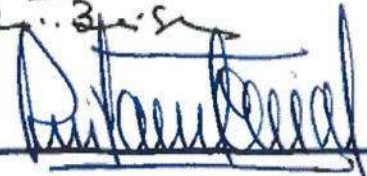
## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31/12/2021

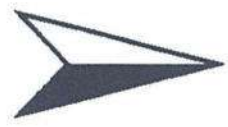
Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

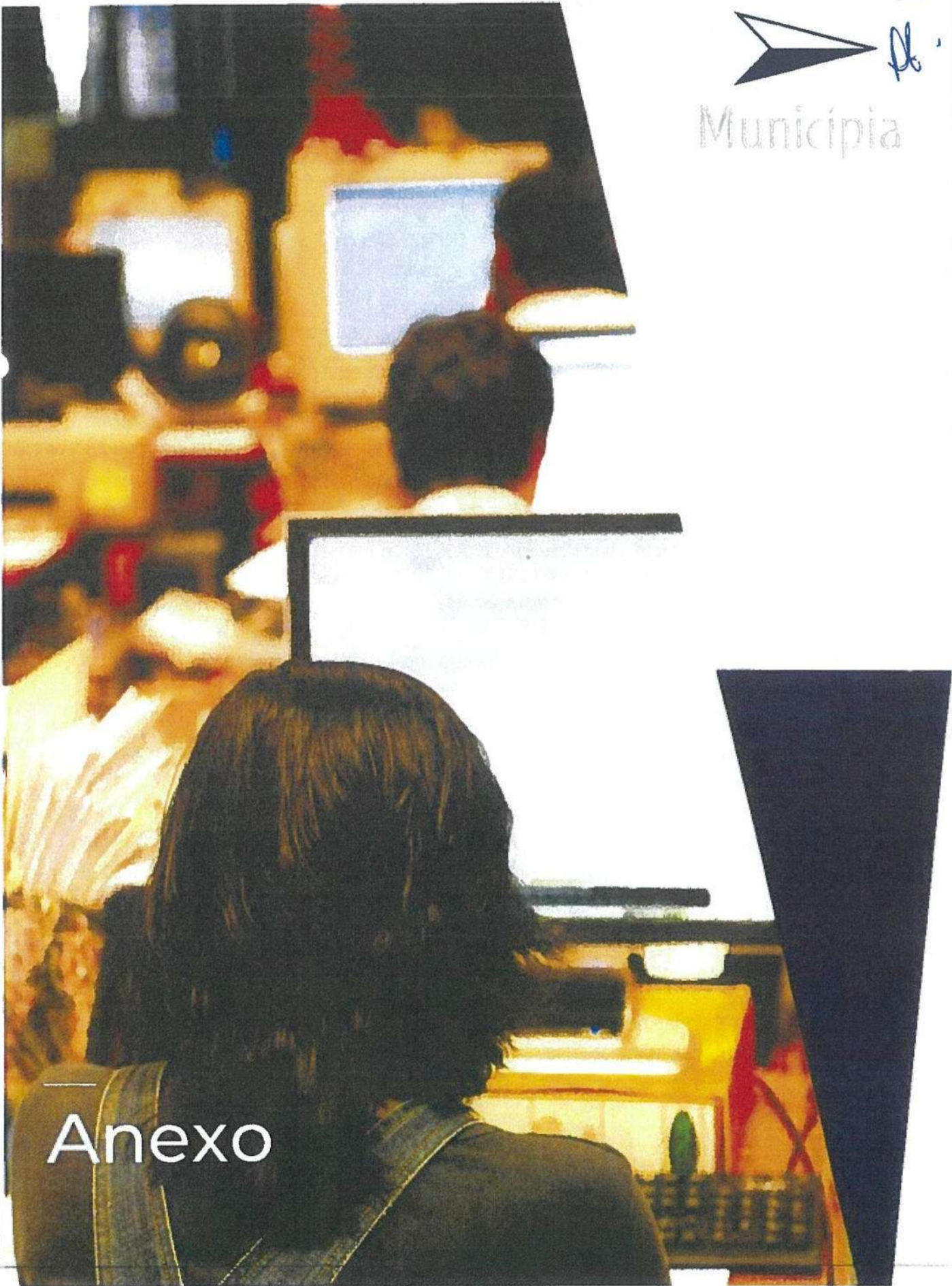
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes	+	2.688.571,21	2.767.443,11
Pagamentos a fornecedores	-	-2.273.883,21	-1.551.299,08
Pagamentos ao pessoal	-	-833.829,84	-777.722,11
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	+	<b>-419.141,84</b>	<b>438.421,92</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+/-	-18.955,21	-31.351,02
Outros recebimentos/pagamentos	+	-374.420,64	-541.374,75
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	+	<b>-812.517,69</b>	<b>-134.303,85</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	-	-1.174,50	-43.546,32
Ativos intangíveis	-	-304.876,56	0,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis	+	4.879,37	5.210,00
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	6.736,22	264,31
Dividendos	+	0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	+	<b>-294.435,47</b>	<b>-38.072,01</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos	+	1.024.734,59	317.097,66
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	1.239.660,98	0,00
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	-	-981.043,81	-151.880,98
Juros e gastos similares	-	-59.012,35	-16.505,40
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	+	<b>1.224.339,41</b>	<b>148.711,28</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	+	<b>117.386,25</b>	<b>-23.664,58</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4.871,35	28.535,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	122.257,60	4.871,35

23 a  
De



Municipia



Anexo

## 4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2021

### 1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 - 3º B - 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

### 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissas. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

### 3 – Principais políticas contabilísticas

**3.1.** -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações);
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

**3.2.** - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes;
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis;
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens;
- d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos;
- e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, tendo resultado da sua aplicação o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 80.661,13 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 139.118,14 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 374.368,13 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 1.389.159,82 euros, essencialmente relativos a projetos provenientes de Moçambique, a remunerações e taxas de saneamento a liquidar;

- f) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço;

- g) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013 e 2020, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 1 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo;
- h) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos;
- i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

#### **4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

<b>Rubrica</b>	<b>Montante em euros</b>
Caixa	567,43
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	121.690,17
Aplicações de Tesouraria	0,00
<b>Total</b>	<b>122.257,60</b>

Unidade: Euros

#### **5 – Partes relacionadas:**

##### **5.1 – Relacionamento com empresas-mãe**

A Município é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

##### **5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão**

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 119.371,24 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

### 5.3. - Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2021	Nota
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	156.830,00	18.425,40	-
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	867.710,34	0,00	Nº 2 do artigo 40 da Lei 50/2012

Unidade: Euros

O valor mencionado refere-se a serviços prestados à Câmara Municipal de Oeiras.

## 6 - Ativos Intangíveis

Nos **Ativos Intangíveis** registaram-se, no ano de 2021, dois investimentos, um na conversão do sistema de faturação em faturação eletrónica a clientes, no valor de 16.800 euros e outro no upgrade do sistema SAP para EHP8, no valor de 6.050 euros.

Registou-se o montante de 461.873,30 euros em ativos intangíveis em curso referentes ao projeto Uniquepaths, apoiado pelo Turismo de Portugal.

O projeto uniquePATHS foi submetido ao Turismo de Portugal em 2020, onde nessa altura se estimavam custos relacionados com a implementação do projeto apenas com recurso à subcontratação. Contudo, estes projetos para serem bem sucedidos têm de incorporar recursos internos que permitam desenvolver procedimentos que garantam futuramente o bom funcionamento 24h/24h, todos os dias do ano, já que se trata na sua essência de um projeto on-line onde foi necessário reforçar competências que não estavam previstas no projeto inicial candidatado ao Turismo de Portugal, nomeadamente:

- Instalação do ambiente de testes;
- Instalação do ambiente de produção;
- Implementação dos certificados de segurança;
- Gestão de DNS;
- Criação de subdomínios para clientes específicos;
- Integração de pagamentos automáticos;
- Integração do sistema de faturação;
- Criação de URLs amigáveis para rotas específicas;
- Otimização de motores de busca;

- Testes funcionais;
- Testes de usabilidade;
- Testes de performance;
- Testes de aceitação.

Ativos intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	722.151,53	22.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.001,53
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos intangíveis</b>	<b>722.151,53</b>	<b>22.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>745.001,53</b>
Ativos intang. Curso	151.773,67	461.873,30	0,00	0,00	0,00	0,00	613.646,97
Adiant.p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	719.630,12	7.225,58	0,00	0,00	726.855,70
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos intangíveis</b>	<b>719.630,12</b>	<b>7.225,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>726.855,70</b>
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos Intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.145,83
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos Intangíveis</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.145,83</b>
Ativos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	613.646,97
Adiant. p/conta Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						<b>631.792,80</b>

Unidade: euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

## 7 – Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 1.175 euros, no ano de 2021, referente a equipamento básico.

Em termos de abates, foram vendidos do imobilizado, um GPS e uma viatura.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.281.466,22	1.174,50	-5.621,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.277.019,72
Equipamento de transporte	288.358,72	0,00	-2.845,52	0,00	0,00	0,00	0,00	285.513,20
Equipamento administrativo	116.584,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.584,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>4.276.885,04</b>	<b>1.174,50</b>	<b>-8.466,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.269.593,02</b>
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros



Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	497.250,74	23.368,04	0,00	0,00	0,00	0,00	520.618,78
Equipamento básico	1.743.571,25	109.701,82	-4.710,09	0,00	0,00	0,00	1.848.562,98
Equipamento de transporte	217.243,20	39.516,54	-2.845,52	0,00	0,00	0,00	253.914,22
Equipamento administrativo	114.759,74	931,79	0,00	0,00	0,00	0,00	115.691,53
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>2.575.540,66</b>	<b>173.518,19</b>	<b>-7.555,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.741.503,24</b>
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p/ venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	677.673,31
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428.456,74
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.589,98
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	893,36
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.528.089,78</b>
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							<b>1.528.089,78</b>

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

## 8 – Locações Financeiras

### Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÉVIDA
Viatura	Novo Banco	2020	2024	25.850,66	10.775,23	15.075,43

Unidade: euros

### Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Viatura	25.850,66	11.309,66	14.541,00

Unidade: euros

## 9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2021, utilizaram-se 603.000 euros em contas correntes caucionadas e 552.282,45 euros em empréstimos bancários. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da viatura	138,05
Juros de outros financiamentos	58.874,30

Unidade: Euros

## 10 – Custos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 180.743,77 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

## 11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Cientes
<b>Saldo inicial a 01-01-2021</b>	<b>356.064,29</b>
Reversão	-24.125,79
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	0,00
<b>Saldo final a 31-12-2021</b>	<b>331.938,50</b>

Unidade: euros

As perdas por imparidade em clientes foram de 0 euros e reversões foram de 24.125,79 em clientes. Em termos líquidos resultou num valor de 24.125,79 euros devidamente registadas na Demonstração de Resultados, ou seja, recuperou-se 24.125,79 euros.

## 12 – Rédito

No ano de 2021, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.577.874 euros.

Neste valor estão incluídos 278.617 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 137.608 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2021, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

## 13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2021, não beneficiou da transferência de quaisquer subsídios.

No entanto, existe um acordo de colaboração celebrado entre a Município e o Turismo de Portugal para a execução do projeto UniquePATHS – PediGuias e PediRotas numa plataforma única, que visa promover a contínua qualificação dos destinos através da

regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e para a valorização do património cultural e natural do país. O valor do investimento global a efetuar é de 376.800 euros, sendo que o incentivo será não reembolsável até ao montante de 300.000 euros. A Município efetuou já um investimento de 613.647 euros e já foi reembolsada em 156.205 euros.

#### 14 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi registada uma provisão para riscos cambiais referente ao saldo em dívida, relacionado com o projeto de Moçambique, no montante de 154.287,26 euros, em exercícios anteriores e no exercício corrente 0 euros, em virtude dos problemas cambiais, económicos e de outras naturezas (ciclones, desaceleração da economia e COVID-19), que existiram em anos anteriores e que não se prevê que possa vir a existir. Neste sentido e dada a volatilidade passada, a administração não vê necessidade de reforço, mas também por prudência, entende ser razoável neste momento manter as provisões anteriormente efetuadas.

Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
Provisões	154.287,26	0,00	0,00	154.287,26
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profis.	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	154.287,26	0,00	0,00	154.287,26

Unidade: euros

## 15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

Anos	Montante	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida	Saldo por utilizar	Perde-se em: Ano
		2019	2020	2021	2021		
2014	44.355,02	44.355,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2028
2015	97.982,50	77.666,18	20.316,32	0,00	0,00	0,00	2029
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2020	1.287.515,36	0,00	40.213,28	0,00	0,00	1.247.302,08	2032
<b>TOTAL</b>	<b>1.429.852,88</b>	<b>122.021,19</b>	<b>60.529,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.247.302,08</b>	-

Unidade: euros

### Prejuízos fiscais dedutíveis nos próximos exercícios

Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2015	20.316,32
2021	-20.316,32
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

Unidade: Euros

(Taxa de IRC 21%): 0 euros

Subtotal do imposto diferido: 0 euros

### Impostos diferidos passivos

Estimativa de retenções de impostos futuros que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta:

ANOS	MONTANTE
2018	0,00
2019	137.805,10
<b>Subtotal do imposto diferido</b>	<b>137.805,10</b>

Subtotal do imposto diferido passivo:137.805,10 euros.

Foi estimado, em exercícios anteriores, o valor do imposto referente à retenção/comissão a efetuar pela Município MZ no montante de 137.805,10 euros, relativo ao valor em aberto após compensação estimada, retenção esta sobre uma base calculada em 2019, em virtude de ter sido fiavelmente mensurável à data de encerramento das contas de exercícios anteriores, e não existindo variação materialmente relevante de que o valor venha a ser diferente. Todavia, é de ressaltar que existe algum grau de incerteza, que a empresa considera baixo na presente data.

O valor do imposto diferido passivo, que corresponde à retenção/comissão estimada futura, pode potencialmente vir a ser dedutível à coleta, reduzindo assim impostos futuros a pagar e como tal melhorando resultados líquidos futuros e/ou capitais próprios. No entanto, devido a graus de incerteza, a pagamentos especiais por conta dedutíveis nos próximos exercícios e aos prejuízos fiscais acumulados de exercícios anteriores, bem como o prejuízo fiscal de 2020, e impostos diferidos dedutíveis também em impostos futuros, a sociedade por prudência e precaução, entendeu não reconhecer tal ativo, seguindo as normas e tendo em conta o elevado risco e baixa fiabilidade de mensuração. Em suma, os cálculos e registos da estimativa de impostos seguiram uma estratégia conservadora.

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros:

ANOS	MONTANTE
2018	4.395,72
2017	0,00
2016	0,00
2015	0,00
2014	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.395,72</b>

Unidade:euros

A Administração espera vir a ter resultados fiscais que utilizem os pagamentos (especiais) por conta atualmente pagos e ainda não utilizados.

**PEC perdidos no final de 2021:** 0 euros

**Prejuízos fiscais perdidos no final de 2021:** 0 euros

**Prejuízos fiscais utilizados em 2021:** 60.529,60 euros

Existiam 20.316,32 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis, sendo que estavam considerados para base de cálculo de impostos diferidos ativos 20.316,32 euros, a que correspondia Impostos diferidos acumulados relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 4.266,43 euros, e que foram utilizados neste exercício, não transitando saldo de impostos diferidos.

Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 4.395,72 euros, não se tendo perdido nenhum valor neste exercício.

Neste exercício não foram utilizados os prejuízos fiscais todos, ou seja, foram utilizados no montante de 60.529,60 euros, não se tendo perdido o remanescente, no montante de 1.247.302,08 euros, de exercícios anteriores, podendo ser utilizado até 2032.

**O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:**

<b>IR Estimado</b>	<b>MONTANTE</b>
Coleta	5.447,66
Tributações Autónomas	11.435,19
Derrama	1.297,06
Outros	0,00
Impostos Diferidos	4.266,43
<b>TOTAL</b>	<b>22.446,34</b>

Unidade: euros

Impostos diferidos do exercício: 4.266,43 euros

Impostos diferidos de exercícios anteriores:

137.805,10 euros a)

0 euros b)

a) Impostos diferidos Passivos: Estimativa de Retenções/Comissões de impostos futuras que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta. Retenção/Comissão estimada referente a valores faturados e ainda não pagos, retenção por fazer no projeto de Moçambique, ou seja, o valor referente a estimativa de retenções/comissões que irá ser feita aquando do recebimento de valores oriundos de Moçambique. Em virtude da incerteza sobre a dedutibilidade dos mesmos e sendo essa retenção/comissão relacionada com rendimentos do exercício, e por precaução, optou-se por considerar imposto do exercício através do lançamento de impostos diferidos passivos. Dada a incerteza, a administração não crê que deva ser anulada, mas também não vê necessidade de reforço.

b) Valores da estimativa de Impostos Diferidos Ativos referente a Prejuízos Fiscais de anos anteriores dedutíveis no exercício. Ou seja, em exercícios anteriores existiram prejuízos fiscais, os quais deram origem a uma estimativa de impostos diferidos ativos. No início do exercício, estavam por deduzir 4.266,43 euros da estimativa, que foram utilizados na íntegra, não deixando saldo a transitar.

## 16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2021:

Um dólar americano (USD) = 0,88292 euros;

Um metical (MZN) = 0,01397 euros.

O número de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2021, foi de 46 pessoas.

Em 31.12.2021, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.510 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2021 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lei 53-f/2006 2008	Lei 53-f/2006 2009	Lei 53-f/2006 2010	Lei 53-f/2006 2011/12	Lei 50/2012 2013	Lei 50/2012 2014	Lei 50/2012 2015	Lei 50/2012 2016	Lei 50/2012 2017	Lei 50/2012 2018	Lei 50/2012 2019	Lei 50/2012 2020
Regra do Equilíbrio de Contas	15.569	52.876	58.110	0	116.991	0	-2.391	0	0	0	0	729.291
Total	470.446											

Unidade: Euros



Nas páginas 36, 37 e 38 deste relatório encontram-se discriminadas as dívidas referentes à regra do equilíbrio financeiro dos acionistas.

Do valor faturado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), já se encontra regularizado cerca de 52%, sendo que existe um valor em dívida no montante de 1.946.970 euros. Os valores pagos foram liquidados em tranches e em periodicidades irregulares, mas onde se denota empenho e vontade por parte do cliente na liquidação dos valores em aberto, estando em contacto permanente com o consórcio, pelo que não se perspectiva qualquer incumprimento por parte da entidade do estado FNDS.

Contudo, face à materialidade do saldo, entende a administração realizar um acompanhamento constante de monitorização e de reuniões presenciais, de modo a acautelar que os pagamentos se mantêm pelo menos na mesma cadência que se registaram até à presente data. A administração mantém ainda a expectativa de projetos futuros naquele território, nas áreas de atuação da Município, atendendo às necessidades locais e à capacidade técnica que a sociedade pode levar para aquele território. Apesar disso, será sempre um território que requiere uma abordagem cuidadosa, face aos riscos presentes nestes territórios ao nível económico, de segurança, alterações políticas, entre outros.

De seguida detalham-se as r bricas Outros Cr ditos a receber (Outras contas a receber) do Balan o, nos anos de 2020 e 2021:

Descri�o	2020	2021
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	0,00	0,00
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	1.710.107,21	470.446,23
Projetos Realizados a Faturar	314.121,70	278.617,26
Devedores acr�sc. Rendimentos - outros	134.240,61	95.750,87
Club M	28,00	12,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
N�vel	32.000,00	32.000,00
FGCT	0,74	0,00
MZ outros devedores e credores	781.880,05	1.098.592,30
Outros devedores e credores	1.050,00	1.810,40
Tarefeiros	546,74	546,74
Perdas Imparidades acumuladas	-32.000,00	-32.000,00
<b>Total</b>	<b>2.943.444,90</b>	<b>1.947.245,65</b>

Unidade: euros

Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and some illegible scribbles.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a pagar (Outras contas a pagar) do Balanço, nos anos de 2020 e 2021:

Descrição	2020	2021
Pessoal-Remunerações a Pagar	1.283,26	1.283,26
Pessoal-Adiantamento Pagamento	55.045,36	50.987,59
Remunerações a Liquidar	141.657,29	173.151,67
Taxa Saneamento IMI	1.780,00	1.668,76
Cartrack	49.120,85	105.459,47
Outros Acréscimos de Gastos	545.289,24	1.108.879,92
Sindicato	153,89	151,22
FGCT	0,00	4,46
O.Dev.Cred.Diver.-FI	15.061,60	0,00
<b>Total</b>	<b>809.391,49</b>	<b>1.441.586,35</b>

Unidade: euros

### 17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas, nem que exista Imparidade de ativos para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

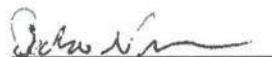
Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiquem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da empresa.

Oeiras, 23 de fevereiro de 2021

O Contabilista Certificado (Nº 61.236)

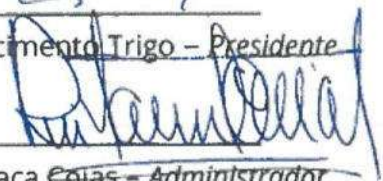


Pedro Nunes

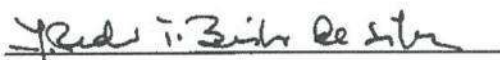
O Conselho de Administração,



Fernando do Nascimento Trigo - *Presidente*



Rui Manoel da Graça Eóias - *Administrador*



João Pedro Brito da Silva - *Administrador*

## **Relatório e parecer do fiscal único**

Senhores Accionistas,

**1-** Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

**2 -** Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

**3-** O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2021 e as perspectivas que se colocam no futuro.

**4 -** Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.
- consideramos que a ênfase apresentada na certificação legal de contas é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

**5 -** Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2021 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM, SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

- O relatório de gestão e contas de 2021.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 04 de Março de 2022

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por

  
Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)



**diz**

& associados-SROC, Lda



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021 que evidencia um total de 7 074 889 euros e um total de capital próprio de 3 268 491 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 35 882 euros, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



**diz**

& associados-SROC, Lda



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também.

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar

continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

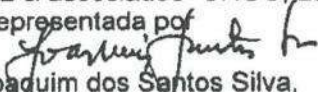
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeira

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

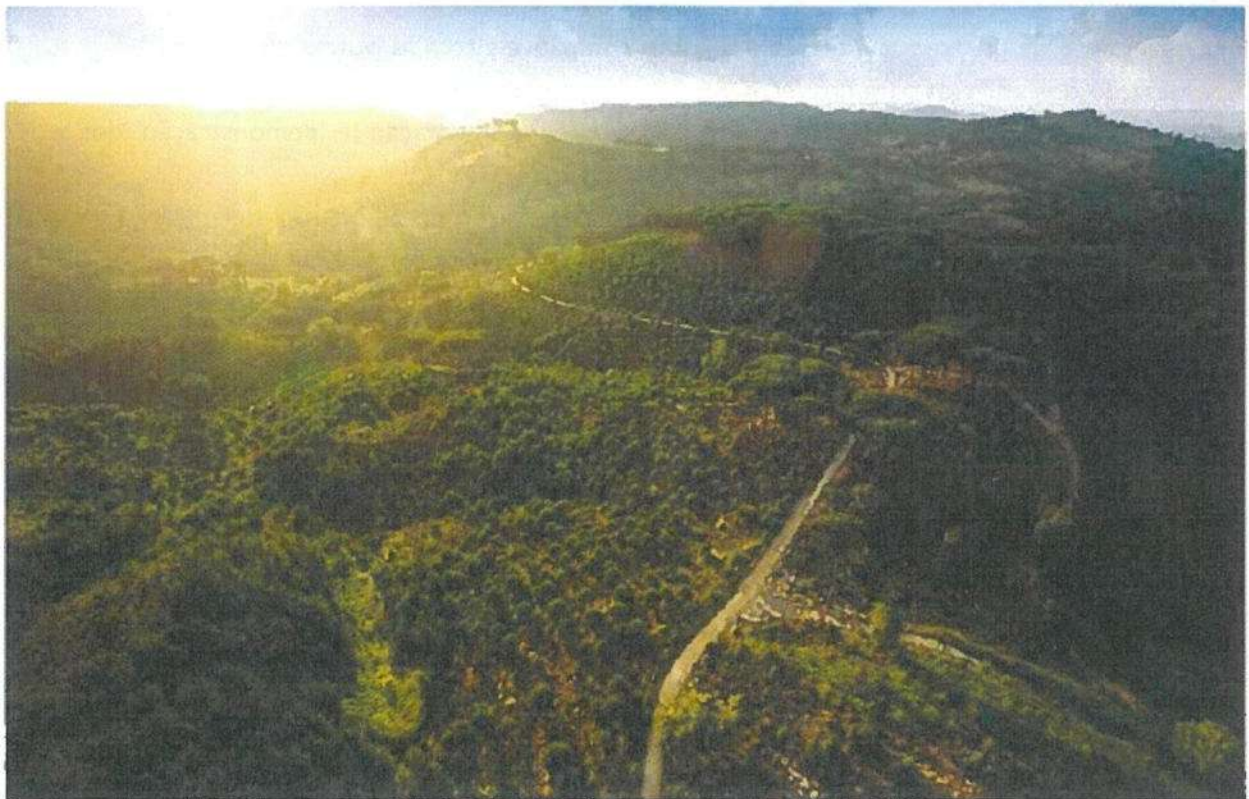
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 04 de Março de 2022

Diz & associados- SROC, Lda  
Representada por  
  
Joaquim dos Santos Silva,  
ROC n.º 383



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2021





## Gestão

A gestão da Tapada Nacional de Mafra é assegurada por uma Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, criada em Setembro de 1998, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 7/98, tendo como Cooperantes o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Câmara Municipal de Mafra, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, a Direção Regional de Agricultura Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a Direção Geral do Tesouro e Finanças, o Clube Português de Monteiros, a Liga dos Amigos de Mafra, a Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal e a Associação dos Agricultores do Concelho de Mafra

2

## Missão

A cooperativa tem por missão principal a gestão global de todo o espaço da Tapada Nacional de Mafra, nomeadamente a preservação e manutenção da fauna, da flora, das infraestruturas e bens culturais, a educação ambiental, a atividade cinegética no âmbito da Zona de Caça Nacional da Tapada de Mafra e a prestação de serviços de turismo, nas suas múltiplas vertentes.

Adicionalmente, a Tapada Nacional de Mafra deve apoiar a investigação, através de ligações estreitas e permanentes às instituições com aquela atribuição e ao mundo Académico.

## Principais Serviços Prestados

- Organização de programas de lazer e turismo compatíveis com as outras atividades;
- Utilização dos edifícios para fins múltiplos que se integrem no objeto da cooperativa;
- Funcionamento de um centro de investigação, experimentação e demonstração dos recursos faunísticos e da flora;
- Divulgação das regras cívicas básicas relativas à preservação do ambiente, e divulgação da atividade cinegética enquanto atividade sinérgica com a conservação da natureza;
- Exploração ordenada dos recursos naturais, tendo em conta os condicionalismos impostos por outras atividades a desenvolver;
- Realização de conferências, congressos e outras iniciativas relacionadas com o objeto da Cooperativa.

## Principais Indicadores

	2021	2020
Rendimentos	647.020 €	404.225 €
EBITDA	118.423 €	-157.296 €
Resultado Líquido do Exercício	-4.596 €	-232.358 €
Autonomia Financeira	0,66 %	0,88 %
Solvabilidade	1,97	1,46
Total do Ativo	1.866.650 €	1.190.805 €
Capital Próprio	1.237.755 €	706.294 €

## Órgãos Sociais

A Direção, cujo mandato se iniciou a 1 de janeiro de 2020, apresenta o presente “Relatório de Atividades e Contas 2021”.

Os Órgãos Sociais da Tapada Nacional de Mafra - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, em funções durante o exercício de 2021, foram os seguidamente indicados.

3

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente –	Nuno Figueira Boaventura Canada
Vice-Presidente –	Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho (até 29/12/2021) Pedro António do Carmo Silva (após 29/12/2021)
Vogal –	Francisco Manuel Pereira Fialho Camacho

### Direção

Presidente –	Carlos Manuel Martins Pais
Vice-Presidente –	Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (até 29/12/2021) Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol (após 29/12/2021)
Tesoureiro –	Paulo Jorge de Melo Chaves e Mendes Salsa
Secretário –	Nelson Filipe dos Santos Neves
Vogal –	Rui Manuel Felizardo Pombo

### Conselho Fiscal

Presidente –	Dália da Conceição Gralha Ribeiro
Vogal –	Georgete Marques Félix
Vogal –	Pedro Nuno Chico Mendes

## 01. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES



## Conceito da Tapada Nacional de Mafra

Criar condições e soluções na Tapada Nacional de Mafra (TNM) que permitam alcançar, de forma eficiente e sustentável, a gestão e conservação do seu rico património Florestal e Biodiverso, bem como saber comunicar melhor os valores do seu capital natural e patrimonial, no intuito de alcançar a sustentabilidade e promover a proximidade e abertura com os visitantes e fruidores.

Em concreto, este conceito enquadra-se numa estratégia mais abrangente delineada pela TNM no sentido de melhor gerir, recuperar e dignificar o espaço - requalificar para melhor acolher - diversificar a oferta e elevar a sua qualidade, primando pela educação ambiental e relevância histórico-cultural do espaço, incidindo em particular nos seguintes domínios e consequentes ações:

### **Floresta e Biodiversidade**

- ↳ Capacitação da TNM com equipamentos para operações de gestão de espaços naturais, florestais e de infraestruturas de apoio;
- ↳ Investimento em novas florestações resilientes e ambientalmente favoráveis, e gestão ativa dos espaços florestais existentes.

### **Património e edificado**

- ↳ Recuperação de infraestruturas históricas e funcionais;
- ↳ Infraestruturação de condições para visitaç o (percursos, saneamento b sico, espa o para exposi o de atividades) e recupera o de espa os e conte dos patrimoniais de relev ncia.

### **Sustentabilidade e mobilidade ambiental**

- ↳ Altera o do paradigma de mobilidade interna de visita o, apostando na mobilidade el trica.

### **Imagem e comunica o**

- ↳ Atualiza o de imagem e meios de comunica o com o exterior, bem como de conte dos de visita o, de sensibiliza o, de educa o ambiental e de sinal tica interna, adequando os aos novos paradigmas de comunica o atrav s das redes sociais e em ambientes tecnologicamente atuais.

### **Recursos Humanos**

- ↳ Capacita o da TNM com RH que permitam dar resposta aos desafios colocados pela complexidade da sua atividade, assegurando as compet ncias e forma o que permitam um seguimento mais eficaz dos seus temas "core".

## O ano de 2021 - Enquadramento

O ano de 2021 continuou a ser indelévelmente marcado pelos efeitos causados direta e indiretamente pela situação pandémica do Covid-19 na actividade da Tapada Nacional de Mafra. Por um lado, obrigando ao encerramento das suas portas durante um período do 1.º trimestre, correspondente ao período de confinamento nacional, desde 15 de janeiro a 5 de abril, com um reflexo direto nos ingressos de passantes e actividades pedagógicas que historicamente tinham lugar no período correspondente.

Por outro lado, pelo condicionamento que acabou por concretizar sobre o período restante de 2021, de sobremaneira patente na fortíssima contenção de procura para o aluguer de espaços para eventos. Finalmente, e em consequência de a Tapada ter mantido substantivamente a sua estrutura de custos necessários para o cumprimento da sua missão e objectivos, pelo forte impacto que acarretou para os seus resultados económicos.

6

## Atividade e Operação

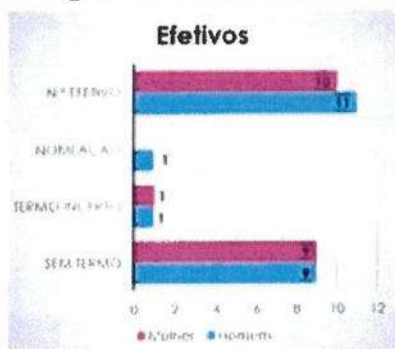
Realça-se, sob o ponto de vista dos principais temas institucionais e operacionais que influíram na vida e operação da TNM durante 2021, o seguinte:

### Gestão operacional

Foi dada continuidade a trabalhos de reestruturação interna e de ajustamentos ao modelo de gestão, nomeadamente em termos de uniformização de procedimentos de gestão de recursos humanos e de compras.

#### Recursos humanos

A 31 de Dezembro de 2021, a estrutura de recursos humanos da TNM era constituída por 21 colaboradores, sendo: 1 de nomeação, 18 com vínculo permanente e 2 com vínculo a termo incerto (1 receção e 1 sapador) por substituição de colaboradores de baixa prolongada. Em termos de género, verifica-se uma situação de paridade, sendo a sua distribuição em termos funcionais a seguidamente evidenciada, ainda que na prática a equipe de RH da TNM assegure um elevado grau de multifuncionalidade face aos requisitos quotidianos.



### Comparativo da Estrutura de recursos humanos

Nº de Trabalhadores	2021		2020	
	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção
Técnicos	3	1	3	1
Administrativos	6		6	
Limpeza	1		1	
Sapadores	7		5	
Motoristas	2		2	
Cinegética	1		-	
<b>Total</b>	<b>21</b>		<b>18</b>	

7

Ocorreram as seguintes movimentações no quadro de pessoal da TNM:

#### Admissão/cessação 2021

##### Admissões:

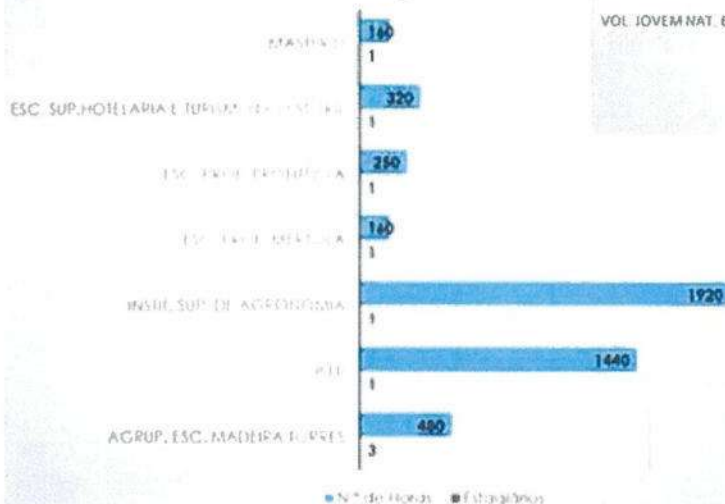
- Visitação 1 - CT termo certo
- Receção 2 - CT Termo certo
- Gestão Florestal 1 - CT termo incerto (substituição de baixa)
- 2 - CT termo incerto (substituição de baixa)
- 1 - CT sem termo
- Cinegética 1 - CT sem termo

##### Cessações:

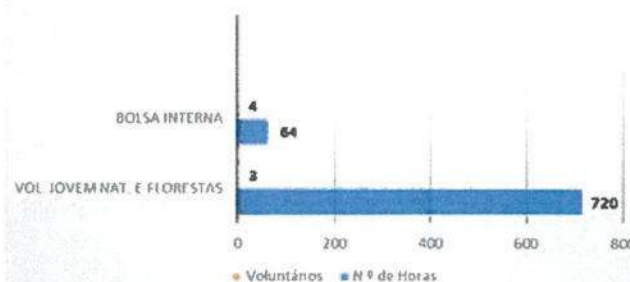
- ✓ Visitação 2 - CT termo certo
- ✓ Receção 2 - CT Termo certo
- ✓ Gestão Florestal 1 - CT termo incerto

Em parceria com diversas entidades educativas a Tapada de Mafra proporcionou vários estágios profissionais a jovens. De realçar também a colaboração de voluntários que prestaram o seu auxílio na área da visitaçã, com especial enfoque no programa "Voluntariado Jovem Natureza e Florestas promovido pela C.M. de Mafra.

#### Estágios 2021



#### Voluntários 2021



#### ↳ Contabilidade

Foi continuada a consolidação da utilização do módulo de Gestão Comercial da ferramenta Artsoft, nomeadamente a nível da parametrização dos registos e controle de compras e vendas (fornecedores e clientes) e banco (fluxos financeiros/caixa), o que permitiu um maior detalhe na informação no sistema, e consequentemente um maior controlo transversal a toda a operação a nível das contas correntes de clientes e fornecedores, custos e proveitos, facilitando claramente a obtenção de informação de controlo de gestão. No decorrer de 2021 procedeu-se ainda à parametrização, no sistema Artsoft, dos Centros de Custo, com o objetivo claro de dotar a TNM de uma melhor ferramenta de controlo de gestão.

#### ↳ Tecnologias de informação e comunicações

A aquisição de um servidor, associado ao equipamento de controle de acessos (torniquetes), permitirá adicionalmente definir e melhorar a gestão documental e de informação na TNM. Ao abrigo de um protocolo firmado com a Microsoft foram adquiridas licenças do Package Office, sem custo para a TNM, no âmbito do programa de colaboração daquela empresa para organizações com fins não lucrativos.

## **Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação**

Em 2021 concretizou-se um novo protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental, a Tapada Nacional de Mafra (TNM) e o ICNF, I. P. para a execução das “Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação” na TNM, o qual vigorou até 31 de dezembro de 2021, com um montante de investimento concretizado de 400.000,00 €.

O mesmo teve como objetivo a criação de condições que permitam melhorar, de forma eficiente e sustentável, a gestão e conservação do rico património Florestal e Biodiverso da TNM, bem como saber comunicar melhor os valores do seu capital natural e patrimonial, no intuito de alcançar a sustentabilidade e promover a proximidade e abertura para com os visitantes e fruidores.

Os objetivos específicos deste protocolo focaram-se em 4 ações distintas e respetivas intervenções:

- ↳ Ação I – Preservação e melhoria dos espaços naturais e patrimoniais, bem como da biodiversidade da TNM:
  - Capacitação da TNM para melhoria das condições de fruição de acervo histórico;
    - Meio de sinalização museológica
    - Meios de publicitação
    - Design e imagem de comunicação
  - Disponibilização de conteúdos para a educação ambiental;



- Serviços de demonstrações na área da apicultura para atividades de educação ambiental
- Serviços de demonstrações na área das aves de rapina para atividades de educação ambiental
- Visitação sustentável;
  - Disponibilização de bicicletas para visitaç o
- Gest o, conserva o e recupera o de espa os florestais e naturais;
  - A o de gest o de combust veis florestais numa  rea de 25 hectares
  - Equipamentos
    - Ro adoras moto-manuais
    - Equipamentos para moderniza o de trator
    - Porta Paletes
    - Recupera o de potencial de opera o de limpa-bermas florestal
  - Apoio do  mbito da reconvers o de eucaliptais em pinhal manso e medronheiro (34,44 ha) e beneficia o de pinhal manso (15 ha)
  - Apoio na arboriza o com pinheiro-manso e medronheiro (18,64 ha)
- ✦ A o 2 - Patrim nio e edificado
  - Reabilita o de espa os e infraestruturas funcionais;
    - Requalifica o de vias de acesso internas da Tapada Nacional de Mafra - Anel Norte
  - Infraestrutura o de condi o es para visita o.
    - Remodela o de interiores da Loja/Bilheteira
    - Infraestrutura o de condi o es para visita o – Sistema de Controlo de Acessos de Visitantes
- ✦ A o 3 - Mobilidade sustent vel
  - Mobilidade operacional.
    - Viatura el trica ligeira de passageiros
    - Viatura el trica ligeira de carga
  - Mobilidade de visita o.
    - 3 Viaturas el tricas passageiros (visita o)
- ✦ A o 4 – Imagem e comunica o
  - Reputa o, atratividade e front-office da marca;
    - Novo design gr fico e normas gr ficas da TNM
    - Novo site da TNM
  - Presen a e comunica o nas redes sociais e a o es de marketing, comunica o estrat gica e sensibiliza o pedag gica e ambiental.
    - Comunica o ambiental, pedag gica de conserva o da natureza e patrim nio hist rico e museol gico
    - Conce o e Execu o de Meios Audiovisuais Promocionais

- **Conceção e Execução de Ações de Comunicação**

O protocolo teve uma taxa de realização física e financeira de 100%, com a concretização de todas as ações propostas, consubstanciando o primeiro grande esforço de investimento estruturante realizado da TNM nos últimos anos, tanto sob o ponto de vista da gestão florestal e da biodiversidade, como do incremento das condições qualitativas de visita, mais consentâneas com o seu espaço e ambiente, possibilitando a capilarização dos visitantes para diversos espaços, percursos e experiências, modernizando a tipologia de oferta de fruição da TNM num contexto de sustentabilidade alinhada com as melhores práticas.

10

## **Requalificação do património edificado e infraestruturas**

No decorrer de 2021 foram realizadas intervenções sumárias na Casa de Campo, não sendo ainda possível conseguir os meios que permitissem obviar a patologias já existentes e dotá-la de cómodos de maior estadia de conforto. Somente com uma intervenção desta tipologia será possível colocar esta estrutura, de forma idónea, no mercado do alojamento local, permitindo iniciar um percurso de diversificação de atividade e receitas para a Tapada.

No âmbito dos trabalhos de requalificação e manutenção de construções e infraestruturas, dando resposta às necessidades mais prementes identificadas, mostram-se algumas das ações concretizadas:



Requalificação de vias de acesso interno (Anel Norte)



Controlo de Acessos de Visitantes



Reabilitação do espaço loja/bilheteira - o interior foi renovado com uma imagem apelativa e maior funcionalidade, tornando o uso do espaço mais eficiente e potenciando o aumento das vendas e consequentemente as receitas da TNM.

O montante total investido nas requalificações elencadas foi de 222.468,16€.

## Gestão e requalificação da floresta e sua resiliência face a fogos florestais

### ↳ Plano de Gestão Florestal (PGF) e candidaturas PDR2020

O PGF submetido em 2019, foi alvo de pedido de alteração consubstanciado nas intervenções efetuadas pelas candidaturas PDR2020, que resultam numa alteração da ocupação do solo da TNM.

Durante o ano de 2021 executaram-se 2 candidaturas que obtiveram aprovação e financiamento do PDR2020, no âmbito das seguintes medidas:

#### ➤ Medida 8.1.5 – Proteção e reabilitação de Povoamentos Florestais

Montante de investimento - 68.549,58 €

Povoamento Florestal	Rúbrica	Quantidade	Unidades
Eucalipto	Preparação de Terreno	31,84	ha
	Plantação de Pinheiro Manso	28,4	ha
	Plantação de Medronheiro	3,44	ha
	Instalação de Vedação	4,5	Km
	Manutenção da Rede Viária Florestal	2,65	ha
Pinheiro Manso	Limpeza da Vegetação Espontânea	7,52	ha
	Correção de Densidade	15	ha
	Desramação	15	ha
	Eliminação de Sobrantes	15	ha
	Manutenção da Rede Viária Florestal	0,9	Km

- Reconversão de 34 ha de manchas de eucalipto em pinheiro manso e medronheiro nas linhas de água.
- Beneficiação de um povoamento de pinheiro manso com 15 ha (Chanquinha).
- Beneficiação de 3,55 Km de rede viária.

➤ Medida 8.1.1 – Florestação de terras agrícolas e não agrícolas

Montante de investimento - 37.152,57 €

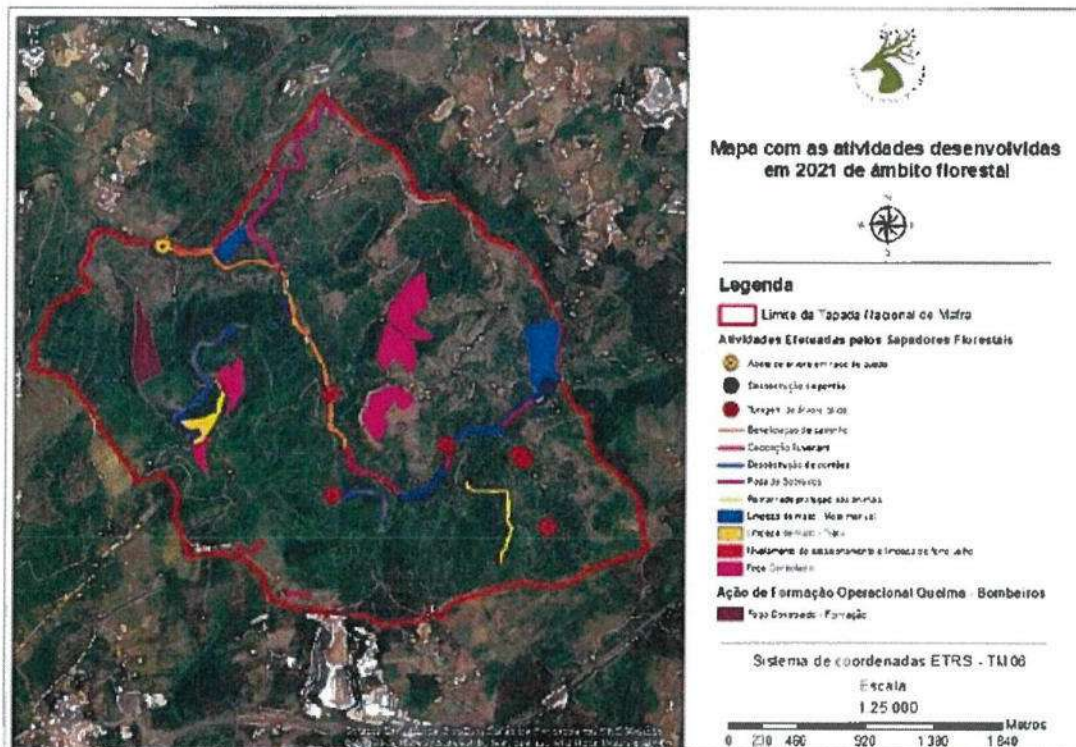
- Arborização de 12,59 ha com pinheiro manso
- Implantação de 6,05 ha de medronheiro

Povoamento Florestal	Rúbrica	Quantidade	Unidade
Pinheiro Manso	Preparação de terreno	12,59	ha
	Plantação de P.manso		
	Instalação de vedação	1,9	Km
Medronheiro	Preparação de terreno	5,59	ha
	Plantação de Medronheiro		
	Instalação de vedação	0,89	Km
Medronheiro (manual)	Preparação de terreno	0,46	ha
	Plantação de Medronheiro		
	Instalação de vedação	0,03	Km

✦ Gestão DFCI

A gestão DFCI da TNM, corresponde ao conjunto de ações de prevenção e vigilância para defesa do seu património florestal. A sua execução foi garantida pela ação direta da equipa de Sapadores Florestais da TNM (eSF) de forma moto manual, com o auxílio dos meios mecânicos próprios (trator com corta matos), no controlo da densidade de povoamentos e da vegetação espontânea, e pela utilização da técnica de fogo controlado, em concordância com o Plano de Fogo Controlado em vigor para o efeito, cuja operacionalização foi concretizada pela Área de Responsabilidade de Gestão da TNM (com os elementos da eSF) e com o apoio técnico de várias entidades externas.

Localização das áreas intervencionadas e respetivas ações em 2021



Elencam-se seguidamente a ações de gestão DFCI materializadas ao longo de 2021:

- **18 ha** de controlo da vegetação espontânea com meios moto-manuais e mecânicos executados pela eSF da TNM;
- **21,48 ha** de fogo controlado em áreas de matos altos, sendo que a preparação das parcelas foi efetuada pela eSF da TNM (abertura de faixa de forma moto manual) e na execução participaram a eSF da TNM, o Técnico florestal da TNM e assim como outras entidades nomeadamente, do ICNF os seus Técnicos florestais e as Equipas do Corpo Nacional Agentes Florestais (CNAF) de Arrábida e da Caparica, da C.M. de Mafra com o Técnico Florestal e a equipa de eSF, da C.M. de Loures com o Técnico Florestal e a equipa de eSF e os Bombeiros da C.M. de Mafra;
- **3,41 Km** de beneficiação da rede viária florestal. Esta ação foi desenvolvida pela eSF da TNM através de meios moto-manuais e mecânicos, englobando a limpeza e redefinição de valetas, desobstrução de pontões e colocação de pavimento em tout venant;
- **44 dias** de intervenção em vários pontos, incluindo processamento e abate e transporte de árvores em risco de queda, preparação de lenha para venda ao publico, poda de sobreiros (autorizado pelo ICNF), retirada de cercados vetustos e inoperacionais, abertura de protetores individuais e monda junto das árvores plantadas);
- **81 dias** de vigilância e primeira intervenção;
- No âmbito da formação para operacionais de queima de algumas corporações de Bombeiros (Ajuda, Alenquer, Algueirão Mem Martins, Merceana, Sobral de Monte Agraço, Sul e Sueste Barreiro e Torres Vedras), foram efetuadas uma área de **6 ha** de fogo controlado. As ações foram realizadas ao fim de semana tendo participado o Técnico florestal da TNM no apoio formativo de cerca de **35 Bombeiros**.

Tal como já referido, foi possível, em 2021, através de investimento alavancado pelo Fundo Ambiental, efetuar intervenções estruturais florestais e capacitar a TNM com novos meios mecânicos de intervenção florestal, os quais permitem alavancar o potencial de intervenção na gestão florestal da TNM com meios próprios e otimizar a ação da sua eSF.

Ações	Tarefas	Quantidade
Ação 1 – Preservação e melhoria dos espaços naturais e patrimoniais, bem como da biodiversidade da TNM	Gestão, conservação e recuperação de espaços florestais e naturais	Gestão de combustível em 25 ha
		Equipamentos – 3 Moto - roçadoras
		Equipamentos – Cabine para trator
		Equipamentos – Porta Paletes
		Equipamentos – Intervenção para recuperação de potencial de operação de limpa – bermas florestal
		Projeto PDR2020 – 815 – 054349 – Reconversão de eucaliptais em Pinhal manso e medronheiro (34,44 ha) e beneficiação de 15 ha de Pinhal manso
		Projeto PDR2020 – 811 – 065055 – Arborização de Pinhal manso e medronheiro (18,64 ha)

O montante total mobilizado para estas operações foi de 71.969,42 €.

Em 2021, a TNM foi ainda beneficiária de apoios no âmbito Fundo Florestal Permanente, nomeadamente do “Apoio ao Funcionamento das eSF” e “Apoio ao Equipamento das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais – 2021”

#### ✦ Abate/Processamento/Desbaste de árvores

A ocorrência de alguns fenómenos meteorológicos mais extremos, nomeadamente vento intenso, promoveram a queda de algumas árvores de grande porte, cujo processamento ficou ao cargo da eSF da TNM através do uso de meios moto manuais e mecânicos próprios.

Foi também efetuado o desbaste de nascedio em pinhal bravo em várias zonas da TNM, nomeadamente na “Toca da Raposa”, “Vale d’Uje” e “Barrela”, tendo o material resultante desta operação sido comercializado como lenha e “Pinheiros de Natal”.

#### ✦ Colheita de Pinha de Pinheiro Manso

A TNM tem na sua ocupação florestal um povoamento puro de pinhal manso situado na zona da “Chanquinha”, com uma área aproximada de 30 ha e várias manchas deste tipo de povoamento disperso pela sua área. Foi assim promovida, em 2021, a alienação de pinhas (de produção de pinhão) provenientes dos mesmos, na árvore, incluindo a colheita e transporte para o exterior, num quantitativo de cerca de 10 toneladas.

## Biodiversidade

#### ✦ Monitorização de fauna e flora

É anualmente realizado trabalho de campo pelos técnicos internos, bem como com a ajuda de investigadores provenientes de várias instituições de ensino superior, que visam monitorizar o património faunístico e florístico da TNM.



Número atual de espécies identificadas na TNM.

património natural - inventários	nº de espécies identificadas
avifauna	88
briófitas	12
flora	144
herpetofauna	27
invertebrados	37
líquenes	10
macrofungos	17
mamíferos	35



Em 2021 foram identificadas novas várias espécies na TNM, destacando-se o esquilo-vermelho (*Sciurus vulgaris*), o morcego-negro (*Barbastella barbastellus*), o escaravelho vacaruiva (*Lucanus barbarossa*) e várias espécies de plantas herbáceas.

#### Projeto LX Aquila

A TNM é parceira no Projeto LIFE LxAquila – Rede de custódia pela conservação da população periurbana de águia-de-Bonelli em Portugal, apoiado no âmbito do Programa Life.

Este projeto tem como objetivo constituir uma rede de custódia pela conservação da população periurbana de águia-de-Bonelli (*Aquila fasciata*) em Portugal, que é a única na Europa que sobrevive em áreas humanizadas e nidifica próximo de habitações, pelo que este património genético tem uma importância crucial na adaptação à crescente humanização dos habitats naturais e semi-naturais europeus.

Esta rede, dirigida a uma espécie ameaçada de conservação prioritária na Europa, visa criar soluções cooperativas e duradouras que conciliam a conservação deste valor natural com o desenvolvimento rural, numa paisagem agroflorestal maioritariamente fora de áreas protegidas e dominada pelo minifúndio numa das regiões mais populosas de Portugal (Área Metropolitana de Lisboa).

Trata-se de um projeto piloto no país, que pretende implementar os princípios da European Land Conservation Network em Portugal e demonstrar como uma estratégia de conservação – criada e desenvolvida de forma estruturada com o apoio de entidades espanholas com reconhecida experiência na promoção institucional, social, legal e técnica do conceito de custódia do território – pode ser uma alternativa viável e eficaz na conservação de valores naturais em áreas sem estatuto de proteção legal e em terrenos privados, que pode ser replicada e adaptada a outros contextos e valores, nomeadamente a populações de espécies ameaçadas fora da Rede Natura 2000.

O Projeto teve o seu início em 2021, tendo-se conseguido acompanhar da época de reprodução do casal de águias de Bonelli residentes na Tapada. Em 2021 o casal obteve novamente sucesso reprodutor, tendo criado até à independência, um juvenil saudável.



Em setembro de 2021 foi instalada uma nestcam num dos ninhos habitualmente ocupados, o que irá permitir uma melhor monitorização da época de reprodução. Com esta ferramenta obter-se-á certamente, dados adicionais sobre o comportamento e biologia desta espécie.

No âmbito deste projeto a TNM participou em ações pedagógicas em sala de aula com turmas do 2ºano, 5ºano, 8ºano e 10ºano, de dois agrupamentos de escolas de Mafra (Ericeira e Malveira)



#### Alimentação de animais

No âmbito de um apoio promovido pela Frutoeste - empresa distribuidora de fruta da região, foi disponibilizado um quantitativo de cerca de 19 toneladas de fruta (pera e maçã), já imprópria para o consumo humano, usado para a alimentação da população de ungulados existentes na TNM.

Foram ainda adquiridos e fornecidos, como suplemento alimentar, 105 fardos de azevém e 28 fardos de aveia, bem como 11 toneladas de ração (mistura de milho e granulado).

suplementos alimentares	quantidade
fruta (pera rocha e maçã)	19 toneladas
ração (granulado + cereais)	11 toneladas
pedras de sal	30 unidades
fardos de feno	133 unidades



No âmbito das medidas de apoio sanitário e nutricional às populações de ungulados da TNM, foi levada a cabo uma operação de desparasitação, no outono, usando para tal 1200 kg de ração, e disponibilizadas cerca de 30 pedras de sal. É a partir do verão e até meados do inverno que os cervídeos intensificam a ingestão de sais minerais, acautelando a formação das novas hastes que ocorrerá na primavera.

#### Investigação e procedimentos veterinários

- Foi apoiada a realização de um curso de captura de cervídeos, realizado pela empresa Bewild Conservation Medicine, em dezembro de 2021, onde se procedeu a recolhas de amostras para despiste de doenças, vacinação e desparasitação de vários exemplares;
- Foi proporcionada a amostragem de carraças por parte do Instituto de Higiene e Medicina Tropical;
- No âmbito de Projeto WilGumII (Escola Superior Agrária de Coimbra), foi apoiada a recolha de ADN de um povoamento de eucaliptos;
- Foi realizada a captura de uma cerva e de um gamo macho, com anestésicos, para tratamento de feridas abertas na cerva e libertação de plásticos que estavam a colocar em perigo o gamo macho.

## Atividade cinegética

A atividade cinegética contribui e cumpre um objetivo vertebral na Tapada de Mafra, pois permite de seja consubstanciada a gestão do equilíbrio dos efetivos de cada espécie, nomeadamente os rácios entre machos e fêmeas e entre juvenis e adultos. Contribui ainda para a salvaguarda do equilíbrio entre a disponibilidade alimentar da TNM e o número máximo de animais que esta pode albergar.



No Edital relativo às disposições especiais de exploração da Zona de Caça Nacional da TNM, para a época venatória de 2021/2022, encontravam-se disponíveis 73 exemplares para abate, distribuídos de acordo com o quadro abaixo, para os quais foram recebidas 72 inscrições, de que resultaram 37 jornadas.

Especie	Nº Exempl. Disponíveis	Nº Inscrições	Nº Jornadas
Gamo/seletivo	15	13	13
Gamo/troféu	2	11	2
Javali/seletivo	50	16	16
Javali/troféu	3	23	3
Veado/seletivo	3	9	3
<b>Total Geral</b>	<b>73</b>	<b>72</b>	<b>37</b>

Refira-se ainda que a Zona de Caça Nacional da Tapada de Mafra está incluída nas 12 Zonas de Caça que estão contempladas na ação COMP.I – Implementação de Planos piloto de Monitorização de Populações de Caça Maior, do projeto C3C (Caça – Capacitação, Competitividade e Comunicação), apoiado pelo Fundo Florestal Permanente, o qual é de responsabilidade conjunta de um Consórcio integrado pelo Clube Português de Monteiros (CPM) – entidade coordenadora, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), pela Universidade de Aveiro (UA) e pela Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa (FMVUL), que decorre entre 2020 e 2022.

## Visitação, fruição e educação ambiental

A atividade da Tapada de Mafra está normalmente sujeita à sazonalidade por via das condições climáticas da região, bem com dos ciclos letivos das escolas e agrupamentos no âmbito das visitas pedagógicas.

Face à situação pandémica (COVID-19) os últimos dois anos foram particularmente atípicos. Os decretos emitidos levaram ao encerramento da Tapada de Mafra ao público entre 15/1/2021 e 15/4/2021, reabrindo no entanto com restrições de abertura aos fins-de-semana (obrigatoriedade de encerramento a partir das 13 horas), situação que durou até 30/4.

As principais novidades de visitação recaíram sobre a fruição de passeio na Tapada em mobilidade elétrica:

- **“Ecopasseio”** -> Carro Elétrico c/ áudio-guia
- **Pack “Ecopasseio”** -> Carro Elétrico c/ áudio-guia + demonstração de voo livre + atelier de apicultura
- **“Conhecer a Tapada”** -> visita de carro elétrico com guia



O reforço de mobilidade elétrica trouxe à Tapada a oportunidade disponibilizar ao visitante o usufruto do espaço com elevada comodidade e conforto

Parcerias em vários Programas Pedagógico - recebemos cerca de 5.000 crianças (escolas só retomaram as visitas a partir de maio), ATL de férias de verão dinamizado pela C.M. de Mafra, em que participaram 1.224 crianças de jardim de infância e de 1º ciclo, grupos de escuteiros

do concelho (vouchers para percursos pedestres adquiridos pela C.M. de Mafra, Running Challenge, e 12 comitativas do Ericeira WSR (provenientes de 10 países europeus).

#### ✦ Visitação TNM - Mapas Comparativos

A visitação individual reflete um aumento de 3% no total de utentes face a 2020, verificando-se, no entanto, uma redução acentuada nos “percursos pedestres”, compensada pela visitação em mobilidade elétrica – “Conhecer a Tapada” e “Ecopasseio”. Já a visitação de escolas/grupos reflete uma recuperação subjacente à retoma da das visitas de estudo das escolas.

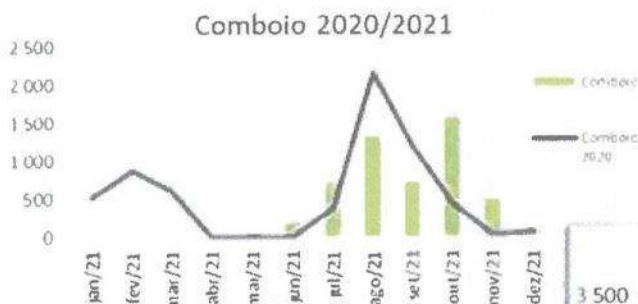
Comparativo das Atividades na Tapada de Mafra em 2020/2021

	Atividade (pedestre)	Abelhas e Vitis	Mulher Apicultura	Avulso	Concep Município Família	Arqueologia	CHARRIETE	A NOITE NA TAPADA A SWANNA	PACK 180	CORRIDÃO VA FLORESTA	PACK 360	Percursos	MT CARIL - GUIA	PARQUEOS DE BTT	PERCORSO BICICLETA	Comboio - Apicultura - Ruzinas	PASSEIO DE COMBOIO	PACK CIRCUITO	MOS TRILHOS DO REI D. CARLOS	ECO PASSAIO	PACK CONHECER A TAPADA	PACK ECO PASSEIO	Conhecer a Tapada
Total Ind 2020	0	0	408	84	97	1.914	34	332	494	1.694	16.674	0	29	124	48	101	3.623	1.121	0	0	0	258	27.928
Total Ind 2021	25	90	518	4	51	1.712	54	68	81	5.187	10.858	11	512	120	8	304	1.560	324	510	544	2.213	3.636	28.751
%	n/a	n/a	27%	-94%	-47%	-11%	59%	60%	64%	206%	35%	11%	17%	9%	83%	192%	-57%	62%	n/a	n/a	n/a	1300%	3%

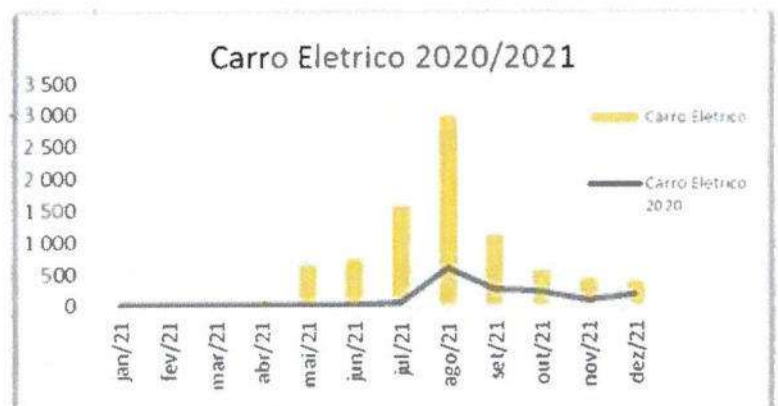
	Atividade (grupo)	Escolas/Grp - Divos de Biológico	Escolas/Grp - Pedestres	Escolas/Grp - Comboio	Escolas/Grp - Comboio - Apicultura - Parquia	Escolas/Grp - Comboio - Apicultura	Escolas/Grp - Pack Desobrir a Floresta	Escolas/Grp - MOS TRILHOS DO REI D. CARLOS	Escolas/Grp - PACK CONHECER A TAPADA	Escolas/Grp - Carro Elétrico - Apicultura	Total
Total Grp 2020	0	18	1	1.070	1.459	0	0	0	0	2.548	
Total Grp 2021	9	1.104	50	313	2.075	25	26	27	1.126	9.655	
%	n/a	6033%	4900%	-71%	104%	n/a	n/a	n/a	n/a	1220%	

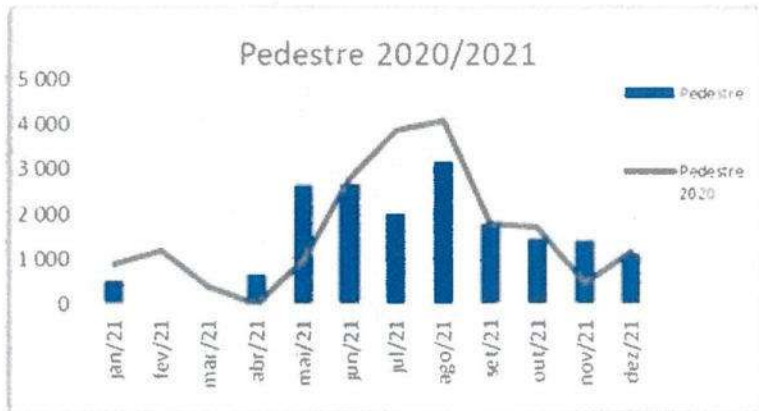
#### ✦ Visitação TNM – por atividade

A visitação em mobilidade elétrica, veio substituir definitivamente a visitação de comboio.

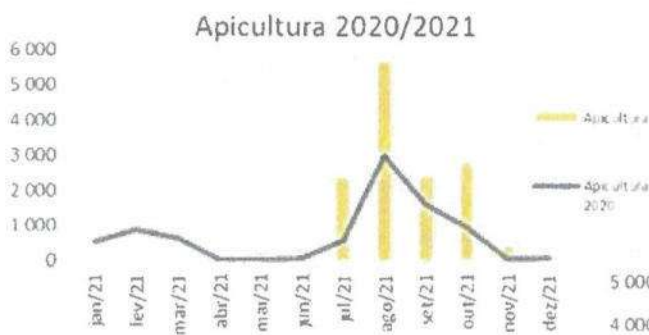
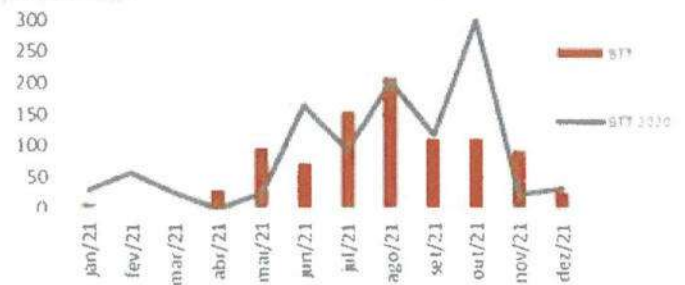


Encerramento da Tapada de Mafra ao público:  
 - de 15/3/2020 a 17/5/2020 - reabrindo ainda com restrições quanto ao nº de visitantes em simultâneo na TNM  
 - de 15/1/2021 a 15/4/2021 - reabrindo no entanto com restrições de abertura aos fins-de-semana (obrigatoriedade de encerramento a partir das 13 horas), situação que durou até 30/4.

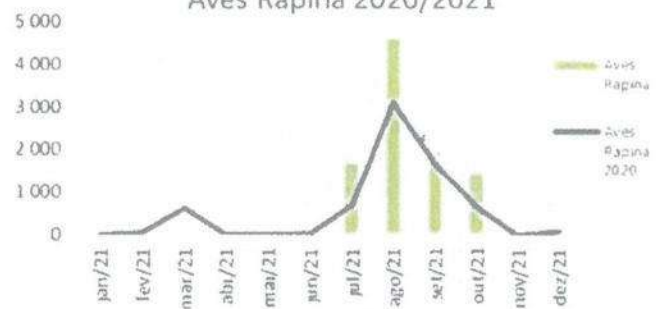




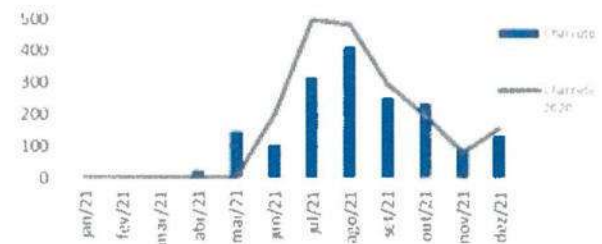
BTT 2020/2021

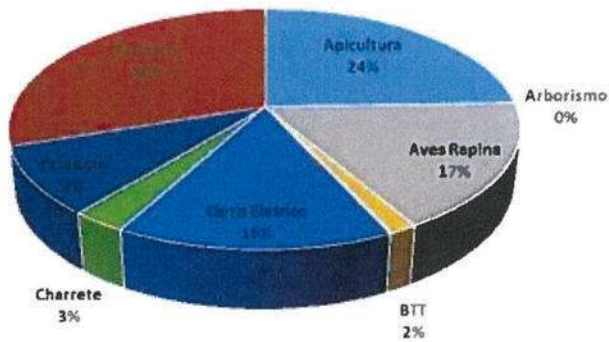


Aves Rapina 2020/2021

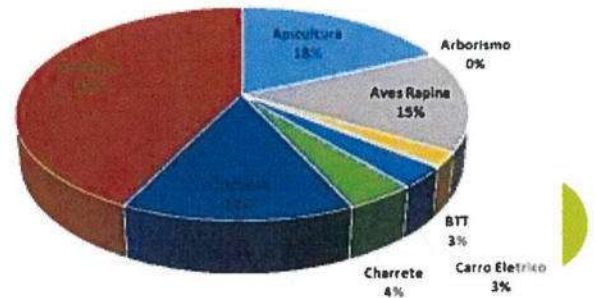


Charrete 2020/2021





Distribuição por Atividade - 2021



Distribuição por Atividade - 2020

O comboio deu lugar à visitação sustentável em carro elétrico

#### ↳ Visitação TNM – Outros Conteúdos

Com o objetivo de dotar a visitação à Tapada de Mafra de conteúdo histórico, preparou-se um espaço único.

Nova exposição **“Um Património Natural com História – A atrelagem”** onde se apresenta parte do acervo de atrelagem aqui existente.



Constituído por viaturas emblemáticas, arreios e objetos de trabalho, dá-se um especial enfoque a alguns pormenores de grande beleza, bem como a algumas estórias que se desvelam por detrás da história da Tapada e de cada um dos objetos expostos.

O conjunto das viaturas e alguns acessórios são espólio da coleção do antigo administrador da Tapada, Segismundo Saldanha.

A exposição pretende ainda apresentar o Real Edifício de Mafra, um monumento “Uno, único e excecional” inscrito como Património Mundial da UNESCO a 07 de Julho de 2019.

Mantendo os nossos princípios na mitigação dos impactes da nossa atividade no Meio, a exposição foi concebida com materiais que defendem os princípios da sustentabilidade.

## Sustentabilidade e mobilidade ambiental

No âmbito dos apoios proporcionados pelo Turismo de Portugal – Projeto “Tapada Acessível” e pelo Protocolo “Fundo Ambiental 2021”, foi efetuada a aquisição de 3 novas viaturas elétricas, que consubstancia o novo paradigma de mobilidade interna



possibilitado pela mobilidade elétrica, e reforçando-se assim a aposta em novos percursos temáticos de visitaç o, mais sustent veis e de maior qualidade.

## Imagem e comunica o

Durante o ano de 2021 foi levada a cabo a concretiza o do plano de marketing e comunica o elaborado internamente, a qual recorreu essencialmente aos canais de comunica o digital. Tendo em conta a instabilidade vivenciada durante grande parte do ano, este planeamento foi sendo adaptado, focando-se muito na comunica o dos produtos e experi ncias poss veis de serem usufru das na TNM, e nos programas de visita o disponibilizados.

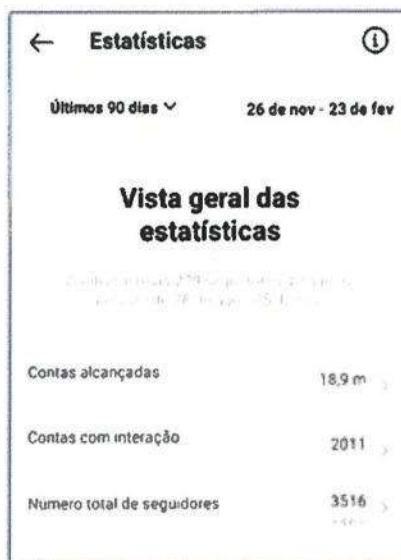
### Redes Sociais

A comunica o nas redes sociais foi realizada, junto do nosso p blico, atrav s do Facebook e do Instagram. O Facebook da TNM tem mais express o, com cerca de 35.900 seguidores, sendo que este valor, no Instagram, se aproxima dos 4.000 seguidores.

Neste âmbito, a estratégia passou muito por operações de “Marketing de Conteúdos” onde se deu sobretudo a conhecer o próprio espaço da TNM e as espécies aqui encontradas, procurando-se também criar laços relacionais com os seguidores. Comunicar os produtos e formas de usufruir do espaço, foram também outras formas de concretizar a estratégia gizada.

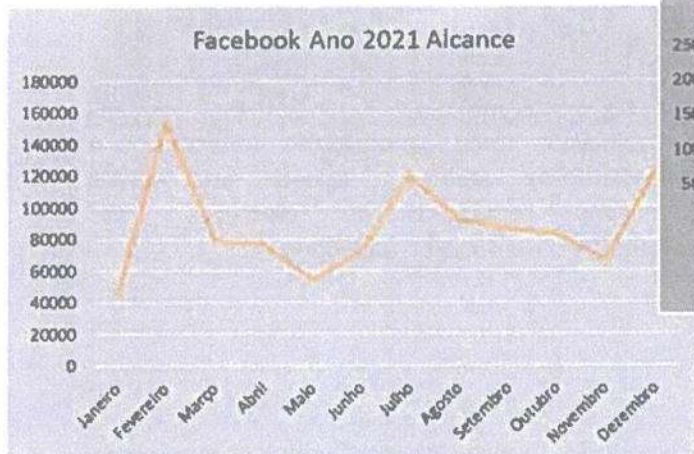
### Instagram

Além da gestão corrente efetuada nesta rede, foi concretizada, em 2021, a colocação de um anúncio pago, o qual alcançou 12.419 contas, sendo que 90% das mesmas não eram de seguidores habituais da conta da TNM. Esta iniciativa permitiu apreciar a capilaridade e alcance deste tipo de ações, a prosseguirem no futuro, como meio de alavancagem da notoriedade pública da TNM e atração de visitantes e usufruidores.



22

As análises consecutivas efetuadas têm demonstrado que esta é uma rede em crescimento.



### Facebook

A página do Facebook da TNM teve um aumento de 46.7% de alcance face ao ano transato, com o total de 627.895 contas, assim como um aumento de 25% do número de vezes em que foi visitada, num total de 15.139.

Quanto a novos seguidores, em 2021 foram obtidas 2079 novas contas, ou seja, mais 9% face ao ano anterior.

Os gráficos demonstram que durante o ano de 2021 houve um aumento percentual significativo de seguidores e de contas alcançadas, que se traduzem em pessoas “contactadas”, possíveis leads (visitantes com potencial de compra) e eventuais compradores. De bens e serviços proporcionados.

#### ✦ E-mail marketing

Durante o ano de 2021 foram desenvolvidas 6 campanhas através do e-mail marketing, usando uma plataforma gratuita para o efeito, e recorrendo-se a listas de endereços constantes na base de dados interna de clientes, de escolas, e endereços retirados dos sites de empresas do concelho de Mafra, num total de 462 contactos.

#### ✦ Comunicação Social - Escrita e TV

Durante 2021 a TNM recebeu vários equipas de reportagem dos órgãos de comunicação social, para a realização de peças emitidas em canais de televisão, ou inserções nos órgãos de comunicação escrita.



Maio - Programa Motorcycle sport com presença de Renato Godinho



Anuncio - Revista Tudo sobre Jardins- com apoio da CMM

Programa escolas Edital das Estrelas e Ouriços



Revista Caras com Fernanda Serrano



Agencia Lusa, vários outros meios e canais tv – Reportagem sobre viaturas sustentáveis em prejuízo dos comboios- Programa de Verão



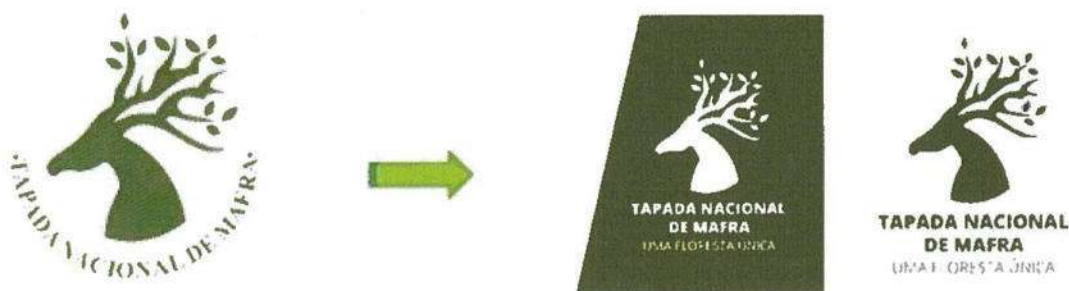
#### Outras notícias:

- Julho - Somos Portugal TVI
- Julho - Hoje na TVI e jornal das 13h
- Agosto - CMTV- vários horários
- Agosto - Portugal Directo – RTP
- Outubro - Jornal da noite da SIC - Boa Cama boa mesa

#### ↳ Rebranding da imagem e do logotipo da TNM

Mudança no sentido de facilitar a leitura do logotipo em diferentes suportes e tamanhos, informar quem não conhece a marca “o que ela é” o que representamos, e por ultimo a melhoria da leitura localiza a marca.

24



#### ↳ Novo site

Foi operacionalizada a conceptualização, criação e desenvolvimento de um novo site, com o qual se pretende projetar uma imagem nova, mais dinâmica e credível da TNM.

A sua criação foi baseada na plataforma “Wordpress”, que permite um maior dinamismo no site e o torna mais intuitivo, especialmente no que concerne à leitura dos produtos e serviços proporcionados, bem como à forma de aquisição dos mesmos.

O site tem por base o processo de SEO (Search Engine Optimization) de forma a melhorar a classificação da marca junto dos motores de busca da internet, promovendo autoridade à marca.

Este processo de SEO, ferramenta essencial no desenvolvimento de ações de marketing digital, vai ainda permitir-nos analisar os dados de tráfego nas redes sociais da TNM e estudar os leads (visitantes com potencial de compra), de forma a desenvolver conteúdos e estratégias conducentes ao aumento da atratividade para a visitação e compra de produtos e serviços proporcionados pela TNM.







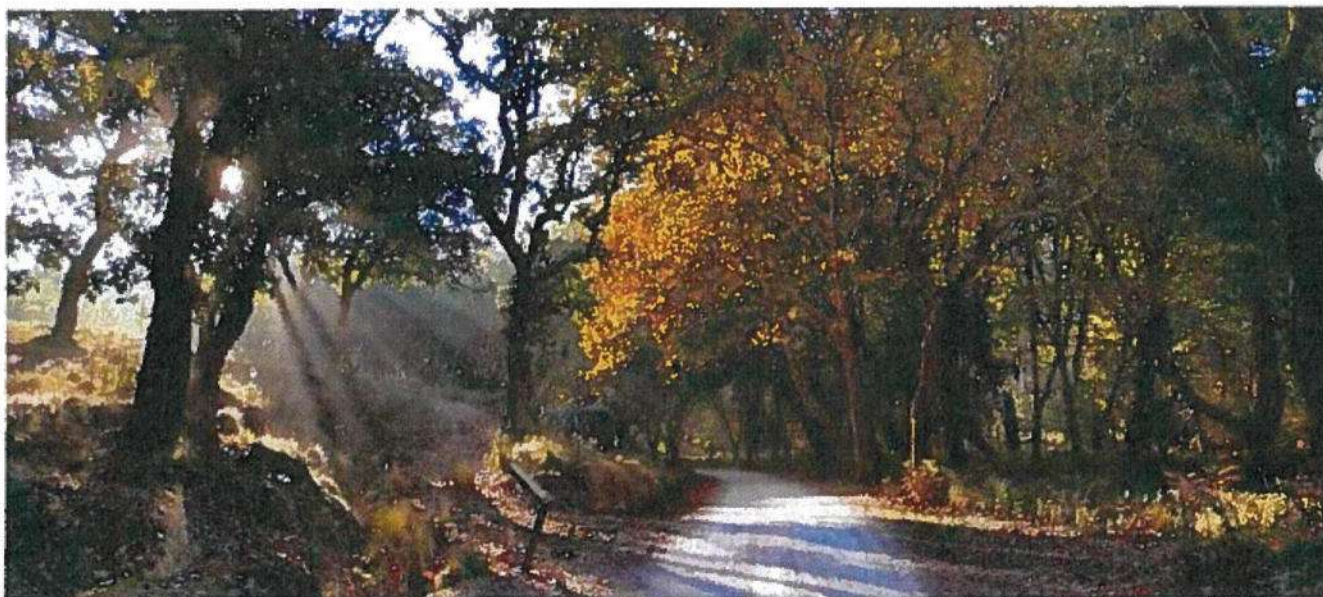
## Filmagens

A TNM foi novamente escolhida como local cénico na realização de filmagens, nomeadamente para:

- Canal Panda – SP Entertainment - TVI
- Gravação de novela "Para Sempre" - Plural Entertainment – TVI
- Filmagens do Filme "Flores" – Krypton Films
- Gravação de novela "Como Um Rio" – SP Televisão

## **02. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO**

### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**



## 1 - Sumário Financeiro

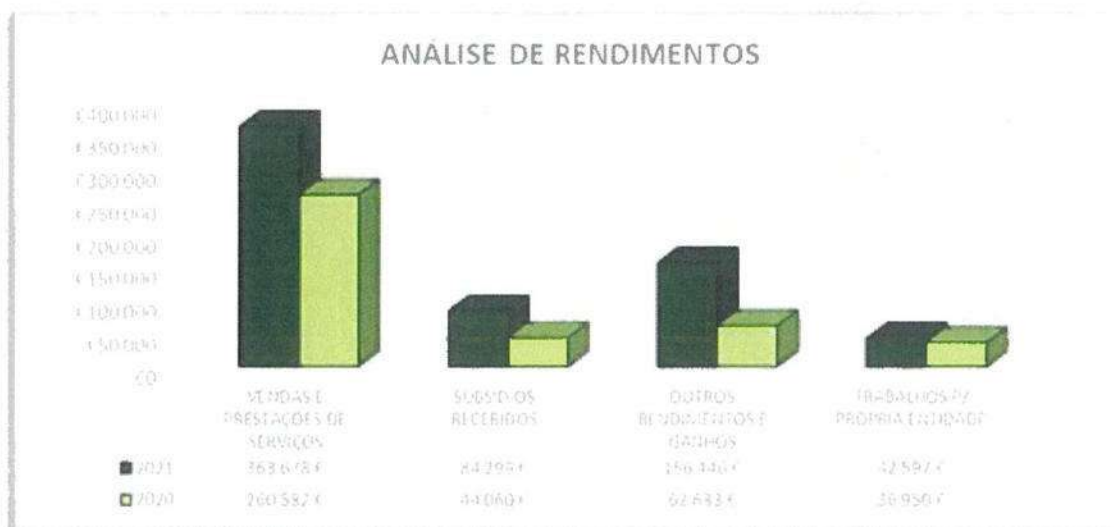
A Tapada Nacional de Mafra CIPRL apresenta um resultado líquido do período de 2021 negativo de 4.596,24 €, e uma situação líquida positiva de 1.237.754,78 €.

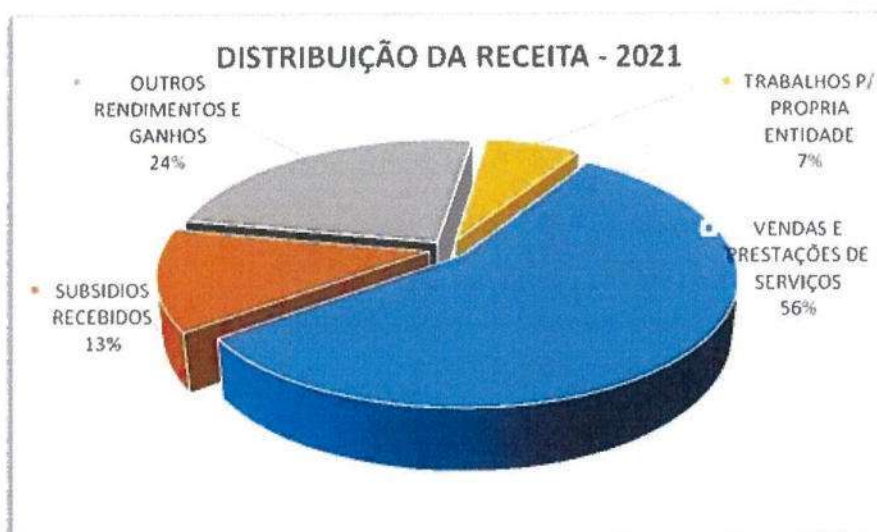
Sumário Financeiro	2021	vs. 2020
<b>Negócio</b>		
Vendas e Prestações de Serviços	363 678,42 €	39,6%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	118 423,48 €	175,3%
Resultados Líquidos	-4 596,24 €	98,0%
<b>Situação Financeira</b>		
Ativo Total	1 866 650,67 €	56,8%
Passivo	628 895,89 €	29,8%
Capital Próprio	1 237 754,78 €	75,2%
Autonomia Financeira	66,31%	11,8%
Solvabilidade	196,81%	35,0%

### 1.1 – Análise de Rendimentos

No período de 2021, os rendimentos foram de 647.020,33 €, mais 60,06 % do que no período de 2020, onde os rendimentos foram no valor de 404.224,58 €, aumento maioritariamente explicado pelo aumento de receitas provenientes da visitação e dos serviços prestados no âmbito de atividades pedagógicas, bem como pelo aumento da imputação dos subsídios para investimento (associado ao apoio recebido do Fundo Ambiental no âmbito do novo protocolo assinado, cujo proveito é registado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos).

#### Comparativo de Receita





## 1.2 – Análise de Gastos

Por sua vez, os gastos foram de 639.331,33 €, em 2021, mais 2,7 % do que no período de 2020, onde os gastos foram de 622.449,23 €. Este aumento dos gastos é justificado pelo reforço de contratação em RH especializados, bem como o aumento da Remuneração Mínima Mensal (RMM), e as depreciações provenientes sobretudo dos bens e serviços adquiridos com o apoio do protocolo celebrado com o Fundo Ambiental.

### Comparativo de Gastos



No final de 2021 encontravam-se ao serviço na Tapada Nacional de Mafra 21 pessoas, mais 3 que em 2020.

A TNM teve ainda necessidade de contratar um conjunto de 15 prestadores de serviços, correspondendo 12 à área da visitação, 1 a técnico florestal, 1 à contabilidade e 1 a serviços jurídicos (advogado).

### 1.3 – Análise comparativa detalhada das Vendas e Prestações de Serviços

Em 2021, as Visitas, o Núcleo de Apoio/Bar e a venda de material lenhoso representaram o maior peso do total das vendas e prestações de serviços, correspondendo a cerca 94% do total das mesmas.

MAPA COMPARATIVO DE VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
	Euros	Euros	%
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:	31/12/2021	31/12/2020	
Visitas	259 409,67 €	216 785,51 €	19,7%
Caça	8 034,96 €	9 166,61 €	100,0%
Aluguer de salão/ Espaços	5 319,29 €	7 570,45 €	-29,7%
Casa de Campo	3 094,85 €	1 726,38 €	79,3%
Núcleo de apoio/bar	36 880,24 €	24 833,79 €	48,5%
Venda de material lenhoso	44 921,70 €	0,00 €	100,0%
Outras Vendas e Serviços	6 017,71 €	499,09 €	100,0%
<b>Total</b>	<b>363 678,42 €</b>	<b>260 581,83 €</b>	<b>39,6%</b>

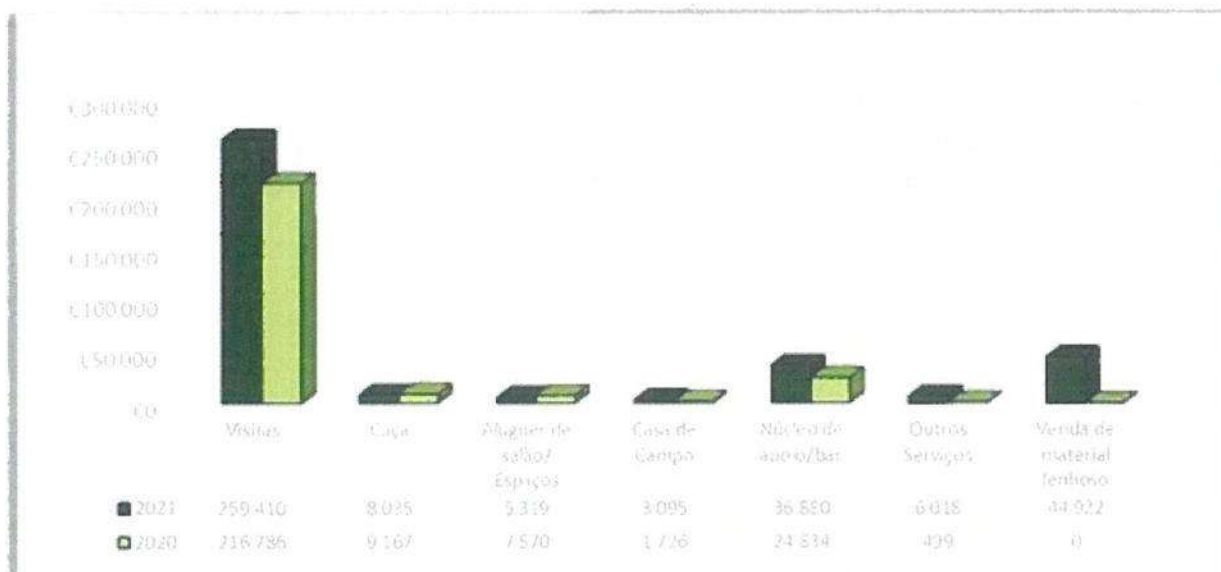
O total de prestações de serviços em 2021 aumentou em 39,6 % relativamente a 2020.

Distribuição da rubrica – Vendas e Prestações de Serviços



Não obstante os aumentos da receita com origem na visitação e na loja, em 20 % e 49 % respetivamente, a venda de material lenhoso resultou num importante contributo para a composição final da receita da TNM em 2021.

Comparativo - Vendas e Prestações de Serviços



## 1.4 – Análise comparativa detalhada dos Subsídios à Exploração e Outros Rendimentos

Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que a rubrica de “Outros Rendimentos” de 2021, no valor de 156.445,85 €, aumentou 149,8 % face a 2020.

De salientar a ausência, em 2021, de indemnizações de sinistros, a redução da rubrica de donativos, compensados pelo aumento das rubricas de Imputação de Subsídios para Investimento (associado ao apoio recebido do Fundo Ambiental no âmbito do protocolo assinado, cujo proveito é registado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos), das receitas provenientes da realização de filmagens e dos Outros Rendimentos e Ganhos.

30

MAPA COMPARATIVO DE OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS			
	Euros	Euros	%
	31/12/2021	31/12/2020	
<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS:</b>			
Rendas (Vodafone)	3 360,00 €	3 360,00 €	0,0%
Recup. Enc. Casas Florestais	742,42 €	485,71 €	52,9%
Protocolo de Cooperação (IPMA)	602,88 €	603,06 €	0,0%
Filmagens	20 937,50 €	1 000,00 €	1993,8%
Imputação Subsídios para Investimento	86 771,01 €	40 656,40 €	113,4%
Outros Rend. e Ganhos	36 330,87 €	0,31 €	11719535,5%
Comissões	2 682,17 €	1 830,54 €	46,5%
Donativos	5 019,00 €	5 500,00 €	-8,7%
Indemnizações de Sinistros	0,00 €	9 196,55 €	-100,0%
<b>Total</b>	<b>156 445,85 €</b>	<b>62 632,57 €</b>	<b>149,8%</b>

A rubrica Imputação de Subsídios para o Investimento, no valor de 86.771,01 €, corresponde ao reconhecimento da repartição dos proveitos dos seguintes projetos:

- FSUE – Subvenção concedida pelo Fundo de Solidariedade da União Europeia;
- FUNDO AMBIENTAL - Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação (protocolos de 2020 e 2021).

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” no valor de 36.330,87€ considera, entre outros, a devolução/restituição da coima do ACT (decisão administrativa proferida pelo Tribunal de Sintra) no valor de 29.800,00€ e correções relativas a períodos anteriores, no valor de 5.639,20 €.

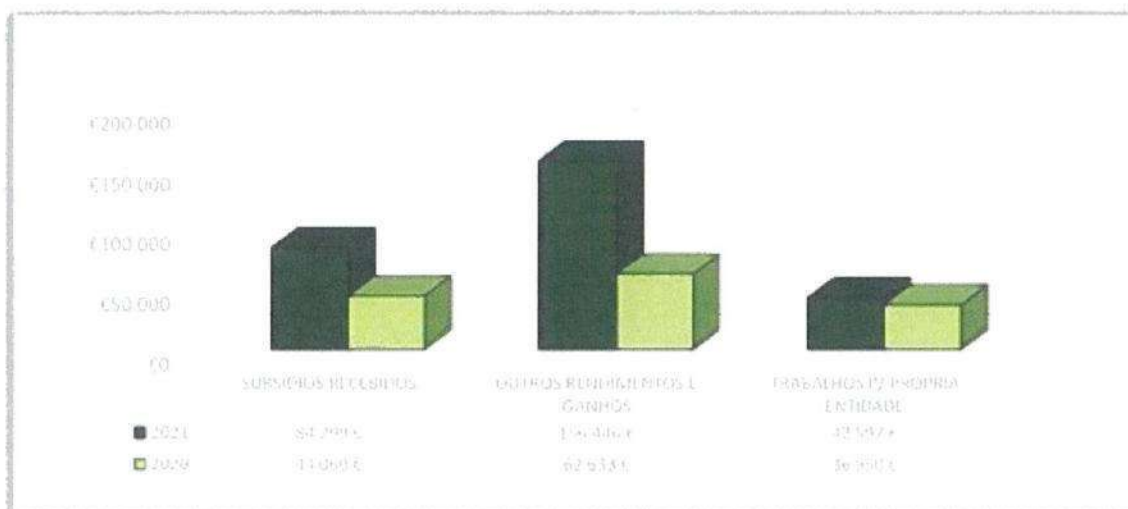
Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que o montante de Subsídios à Exploração de 2021, no valor de 84.299,32€, aumentaram 91,3%, face a 2020, sendo que o incremento resulta dos apoios do IEFP (Estágio ATIVAR e Incentivo ATIVAR), do protocolo de parceria para o Projeto LX Aquila, do Fundo Florestal Permanente (FFP) e do Fundo Ambiental.

MAPA COMPARATIVO DE SUBSÍDIOS RECEBIDOS			
	Euros	Euros	%
SUBSÍDIOS:	31/12/2021	31/12/2020	
IEFP	8 942,87 €	0,00 €	100,0%
FFP – Serviço Publico SAPADORES	45 000,00 €	40 000,00 €	12,5%
FFP – Apoio Func. Equipas Sapadores Florestais	0,00 €	4 000,00 €	100,0%
Compensação RMMG	380,25 €	0,00 €	100,0%
IFAP	86,94 €	59,94	100,0%
Protocolo Parceria Projeto Life Lx Aquila	10 603,20 €	0	100,0%
ICNF FUNDO AMBIENTAL	19 286,06 €	0	100,0%
<b>Total</b>	<b>84 299,32 €</b>	<b>44 059,94 €</b>	<b>91,3%</b>

31

Em 2021, refletiram-se nas contas os trabalhos para própria entidade no valor de 42.596,74 €, resultante do apuramento dos trabalhos de manutenção de longo prazo desenvolvidos pela eSF da TNM.

#### Comparativo de Subsídios e Outros Rendimentos

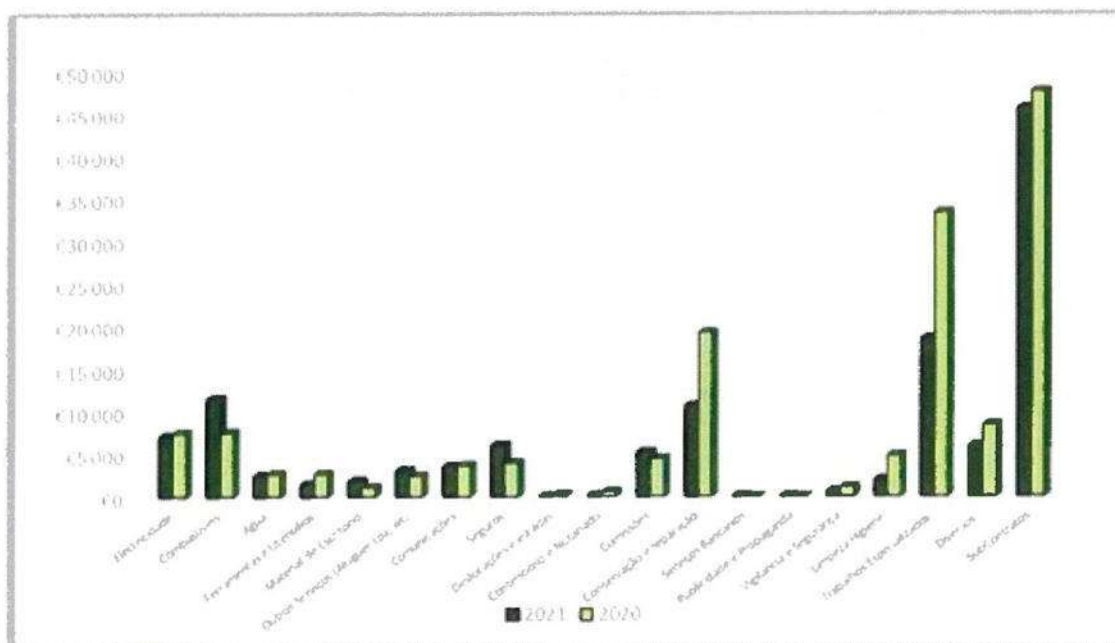


## 1.5 – Análise detalhada da Rubrica Fornecimentos e Serviços Externos

Em relação ao ano anterior, em 2021 destaca-se a ocorrência de uma diminuição dos gastos, num decréscimo de 17,3% face a 2020, com especial enfoque nas rubricas de Conservação e Reparação e nos Trabalhos Especializados.

COMPARAÇÃO FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			
Descrição			Euros
	31/12/2021	31/12/2020	Variação%
Electricidade	7 035,20 €	7 447,57 €	-5,5%
Combustíveis	11 430,53 €	7 528,62 €	51,8%
Água	2 381,48 €	2 630,56 €	-9,5%
Ferramentas e Utensílios	1 397,42 €	2 641,31 €	-47,1%
Material de Escritório	1 776,74 €	1 077,58 €	64,9%
Outros Serviços (Aluguer tpa, wc, alimento para animais)	3 001,73 €	2 430,22 €	23,5%
Comunicações	3 484,76 €	3 637,13 €	-4,2%
Seguros	5 960,87 €	3 935,94 €	51,4%
Deslocações e estadas	37,48 €	253,89 €	-85,2%
Contencioso e Notariado	155,00 €	535,52 €	-71,1%
Comissões	5 101,58 €	4 413,10 €	15,6%
Conservação e reparação	10 568,41 €	19 200,44 €	-45,0%
Serviços Bancários	19,21 €	0,00 €	100,0%
Vigilância e Segurança	621,22 €	1 109,93 €	-44,0%
Limpeza Higiene	1 868,64 €	4 745,63 €	-60,6%
<u>Trabalhos Especializados:</u>	18 431,48 €	33 285,70 €	-44,6%
<u>Diversos:</u>	5 830,29 €	8 318,41 €	-29,9%
SubContratos	45 483,12 €	47 494,66 €	-4,2%
<b>Total</b>	<b>124 585,16 €</b>	<b>150 686,21 €</b>	<b>-17,3%</b>

Comparativo de Fornecimentos e Serviços Externos





Os valores de Trabalhos Especializados e Subcontratos são os seguidamente elencados:

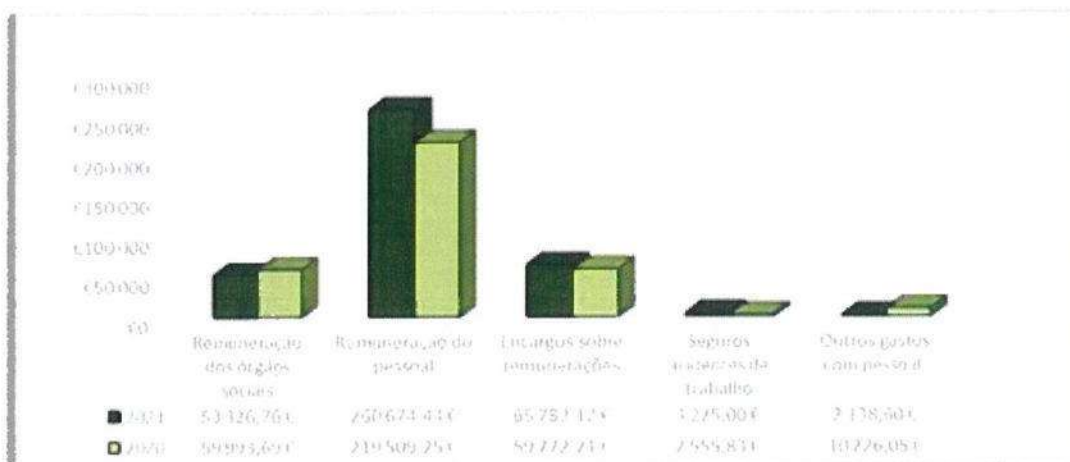
Quadro Demonstrativo (FSE - Trabalhos Especializados)			
<i>Trabalhos Especializados:</i>	31/12/2021	31/12/2020	Variação%
Assistencia tecnica	556,75 €	948,44 €	-41,3%
Serviços de Design/Marketing/Publicidade	525,83 €	2 568,48 €	-79,5%
Renovação de Contrato	1 411,56 €	776,70 €	81,7%
Avença contabilidade	10 738,80 €	12 845,54 €	-16,4%
Serviços Jurídicos - Advogado	3 625,60 €	11 844,69 €	-69,4%
Renovação da Licença Artsoft	0,00 €	2 544,36 €	-100,0%
Renovação da Licença Plataforma Contrat. Publica	417,62 €	420,84 €	-0,8%
Diversos	678,04 €	1 336,65 €	-49,3%
Serviços Captação Imagens Animais	477,28 €	0,00 €	100,0%
<b>Total</b>	<b>18 431,48 €</b>	<b>33 285,70 €</b>	<b>-44,6%</b>

SUBCONTRATOS	
André Damião Mendes Nunes - Eng Florestal	1 800,00 €
Cosmos Lda - Serviços Segurança	183,75 €
Carla Susana Gomes Rodrigues - Cestas Piquenique	3 417,48 €
Apistrela Lda - Atividades com Abelhas	13 238,87 €
QTOUR Lda - Passeios de Charrete	13 964,82 €
Bruno Filipe Martins Esteves - Apoio Recepção	535,75 €
Desire Engel Soares - Apoio Recepção	1 040,18 €
Embrace Blue Lda - Aluguer Bicicletas	2 240,00 €
Maria Helena Matos Lda - Atividades Aves Rapina	7 388,27 €
Maria da Conceição Batista Pires	310,00 €
André Ramos Silva	286,00 €
Cátia Cristina Abel Traça	924,00 €
Valentina Bosqueir Martin	154,00 €
<b>Total</b>	<b>45 483,12 €</b>

## 1.6 – Análise detalhada da rubrica “Gastos com o Pessoal”

Em 2021, os gastos com pessoal aumentaram, relativamente ao ano anterior, em 9,7%.

Comparativo de Gastos com o Pessoal



34

Conforme anteriormente referido, ocorreram em 2021 oito contratações, das quais 3 sapadores (2 contratos de trabalho a termo incerto e 1 contrato de trabalho sem termo), 3 rececionistas (2 contratos trabalho com termo certo e 1 contrato de trabalho a termo incerto), 1 guia (contrato trabalho com termo certo) e 1 técnico de cinegética com contrato de trabalho sem termo, e cinco saídas, a saber, 1 sapador por rescisão do mesmo e os citados rececionistas e guia por termo do contrato.

De salientar que relativamente a 2020, o acréscimo da rubrica de Remuneração do Pessoal é justificado pelo aumento da RMM, bem como pelo acréscimo do nº de colaboradores que passou de 18 no final de 2020 para 21 no final de 2021.

COMPARAÇÃO GASTOS COM PESSOAL			
	31/12/2021	31/12/2020	Variação%
Remuneração dos órgãos sociais	53 326,76 €	59 993,69 €	-11,1%
Remuneração do pessoal	260 674,44 €	219 509,25 €	18,8%
Encargos sobre remunerações	65 782,12 €	59 772,21 €	10,1%
Seguros acidentes de trabalho	4 225,00 €	2 555,83 €	65,3%
Outros gastos com pessoal:	2 138,60 €	10 226,05 €	-79,1%
- Assistência Médica	604,52 €	1 609,33 €	-62,4%
- Fardamentos	988,73 €	7 152,41 €	-86,2%
- Outros gastos com o pessoal	235,12 €	1 026,51 €	-77,1%
- Formação Profissional	310,23 €	437,80 €	-29,1%
<b>Total</b>	<b>386 146,92 €</b>	<b>352 057,03 €</b>	<b>9,7%</b>

## 1.7 – Análise detalhada da Rubrica Gastos de Depreciação e de Amortização

Em 2021, os gastos em depreciações e amortizações sofreram um aumento de 63,2% face a 2020, consubstanciados num montante de mais 47.227,01 €.

Comparativo de Gastos de Depreciação e Amortização



Para o aumento verificado, contribuiu a incorporação, no ativo imobilizado, de vários equipamentos e serviços adquiridos em 2021, ao abrigo do protocolo celebrado com o Fundo Ambiental no âmbito das “Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação”, com o Turismo de Portugal ao abrigo do Programa Valorizar – Linha de Apoio ao Turismo Acessível com o projeto “Tapada Acessível”, e os projetos apoiados pelo PDR 2020 para “Reconversão de eucaliptais em pinhal manso (34,44 ha) e beneficiação de pinhal manso (15 ha)” e “Arborização com pinheiro-manso e medronheiro (18,64 ha)”.

São ainda consideradas em ativos intangíveis as depreciações referentes ao projeto QREN (De Sintra a Mafra: A natureza em parques e na Grande Tapada).

Os principais investimentos em ativos incidiram na área da mobilidade sustentável, com a aquisição de um veículo elétrico ligeiro de passageiros e um veículo elétrico ligeiro de carga, na área da recuperação e requalificação de rede de acesso interna (Anel Norte), e, na área da visitação, a aquisição de 3 veículos elétricos, a aquisição de um sistema de controlo de acessos de visitantes, a remodelação da receção/loja, bem como a renovação do site da TNM.

## 1.8 – Balanço

As contas do “caixa” agregam as caixas da loja, o fundo de maneo e a caixa sede, sendo que a loja (total) e o fundo de maneo têm um fundo de caixa permanente de 100€ e 1.500€, respetivamente. O caixa registava a 31/12 um saldo global de 396,32 €.

O inventário de mercadorias tem um saldo de 38.523,37 €, do qual fazem parte os serviços Vista Alegre no montante total de 16.784,36 €, e 21.739,01 € de material do Núcleo de Apoio/Bar.

## 1.9 – Capitais Próprios

Em 2021 os capitais próprios aumentaram 531.461,14 €, justificando-se este montante pelo aumento da rubrica de outras variações de capital num total de 536.057,38 € (reconhecimento dos subsídios ao investimento, cujo proveito é contabilizado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos), e a redução por via do resultado negativo do exercício em 4.596,24 €.

Demonstração de Variação ao Capital Próprio	
Redução por Incorporação em Depreciações	-106 057,07
Aumento por Incorporação de Novos Ativos	642 114,45
Resultado Outras Variações ao Capital	536 057,38
Resultado Líquido do Período	-4 596,24
<b>Total</b>	<b>531 461,14</b>

A conta de capital Social, a 31 de dezembro de 2021, tem a seguinte composição:

Entidade	Número	%	Valor
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária	8.160	51	40.800,00 €
Camara Municipal de Mafra	3.520	22	17.600,00 €
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	960	6	4.800,00 €
Direcção Reg. da Agric. E Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	480	3	2.400,00 €
D.G.T.F.- Direcção Geral do Tesouro e Finanças	480	3	2.400,00 €
Clube Português de Monteiros	480	3	2.400,00 €
Liga dos Amigos de Mafra	480	3	2.400,00 €
Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal	480	3	2.400,00 €
Evasão Sem Limites - Aventura e Lazer, Lda. (I)	480	3	2.400,00 €
Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	480	3	2.400,00 €
<b>Total</b>	<b>16.000</b>	<b>100</b>	<b>80.000,00 €</b>

(I) Quota penhorada pelas finanças na Conservatória do Registo Comercial em 02/11/2005, de acordo com a Certidão Permanente da Tapada Nacional de Mafra.

### 1.10 – Outras variações no capital próprio

A conta de subsídios regista um saldo de 925.773,73 €, que resulta do reconhecimento dos subsídios ao investimento, onde se incluem os valores recebidos do Fundo Ambiental para as “Ações de Conservação da Natureza, Educação Ambiental, Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação”, do Turismo de Portugal no âmbito do projeto “Tapada Acessível” e os projetos apoiados pelo PDR 2020 para “Reconversão de eucaliptais em pinhal manso (34,44 ha) e beneficiação de pinhal manso (15 ha)” e “Arborização com pinheiro-manso e medronheiro (18,64 ha)”, cujo proveito será contabilizado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos.

37

### 1.11 – Passivo

No Passivo, os montantes relativos às contas de fornecedores e a outros passivos correntes aumentaram comparativamente a 2020, motivado basicamente pela receção de bens e serviços ocorridos em dezembro (conforme referido em 1.7) e pagos em 2021.

### 1.12 – Rácios Económicos e Financeiros

Do cálculo dos Rácios Económicos e Financeiros, resulta, em termos percentuais:

Rácios Económicos e Financeiros	2021	2020
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	197%	146%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	66%	59%

### 1.13 – Resultados do Exercício

A Demonstração de Resultados, do exercício de 2021, evidencia um resultado líquido do período, negativo, de 4.596,24 €, sendo que em igual período do ano de 2020, o resultado alcançado foi também negativo, no valor de 232.358,30 €.

Os Ganhos Operacionais atingiram o montante de 447.977,74 €, e representam um acréscimo de 47,0 % face ao ano transato, resultado do aumento de Vendas e Serviços em 39,6%, bem como de Subsídios à Exploração em 91,3%, no exercício de 2021.

O Cash-Flow Operacional reflete a diferença entre os proveitos e os gastos operacionais, consubstanciando o seu valor 118.423,48 € pelo aumento do volume das receitas.

Indicadores Económicos	2021	2020	%
Ganhos Operacionais	447 977,74 €	304 641,77 €	47,05%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	118 423,48 €	-157 296,13 €	175,29%
Margem EBITDA	26,44%	-51,63%	151,20%

A Margem EBITDA positiva indica uma clara recuperação dos recursos da empresa no decorrer das atividades operacionais em 2021, já que os gastos operacionais foram inferiores à receita.

#### **1.14 – Proposta de aplicação de resultados**

Face aos resultados negativos do exercício, no montante de 4.596,24 €, a Direção propõe:

- Transferir o valor de 4.596,24 € para a conta de resultados transitados.

Mais se declara para os devidos efeitos que a Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada – não possui qualquer pagamento em mora ao Estado e a outras entidades públicas (Autoridade Tributária e Segurança Social).

A Direção da Tapada Nacional de Mafra – C.I.P.R.L

### 03. Demonstrações Financeiras e Anexos às Demonstrações Financeiras





## Execução Orçamental

A TNM como Entidade Pública Reclassificada, consequentemente equiparada, para efeitos de contas nacionais, a um serviço com Autonomia Administrativa e Financeira da Administração Central do Estado, pugna por cumprir um conjunto de disposições legais, associados à gestão administrativa e financeira/ orçamental, designadamente e entre outras, com as necessárias adaptações:

Regime da Administração Financeira do Estado – Decreto-lei n.º 155/92, de 28 de julho;

Circulares da DGO relativas à elaboração e execução anual do orçamento;

Prestação de informação nos termos da Lei do Orçamento de Estado e Normas de Execução Orçamental.



## TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL

Balanço individual em 31 de dezembro de 2021

Moeda: EUR

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31.12.2021	31.12.2020
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis	4	1 138 225,44	650 962,77
Activos intangíveis	5	16 636,63	7 389,29
Investimentos financeiros	9.1	3 245,98	2 321,80
		1 158 108,05	660 673,86
<b>Activo corrente:</b>			
Inventários	6	38 523,37	23 299,69
Clientes	9.2	19 699,74	25 505,30
Estado e outros entes públicos	9.3	11 377,18	22 901,04
Outros créditos a receber	9.4	223 197,79	11 690,91
Diferimentos	9.5	1 926,88	1 433,18
Caixa e depósitos bancários	9.6	413 817,66	445 300,99
		708 542,62	530 131,11
<b>Total do activo</b>		<b>1 866 650,67</b>	<b>1 190 804,97</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital subscrito	9.7	80 000,00	80 000,00
Reservas legais	9.7	196 281,12	196 281,12
Outras reservas	9.7	483 304,60	483 304,60
Resultados transitados	9.7	-443 008,43	-210 650,13
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	8 / 9.7	925 773,73	389 716,35
Resultado líquido do período	9.7	-4 596,24	-232 358,30
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1 237 754,78</b>	<b>706 293,64</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	9.8	28 740,75	20 945,73
Estado e outros entes públicos	9.3	9 994,62	16 070,29
Financiamentos obtidos	9.9	1 931,83	1 247,01
Outros passivos correntes	9.10	556 752,97	446 248,30
Diferimentos	9.5	31 475,72	
		628 895,89	484 511,33
<b>Total do passivo</b>		<b>628 895,89</b>	<b>484 511,33</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1 866 650,67</b>	<b>1 190 804,97</b>

41

O Contabilista Certificado

A Direcção



## TAPADA NACIONAL DE MAFRA – CIPRL

### Demonstração individual dos resultados por naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2021

Moeda: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2021	31.12.2020
Vendas e serviços prestados	7.1	363 678,42	260 581,83
Subsídios a exploração	7.2	84 299,32	44 059,94
Trabalhos para a própria entidade	7.3	42 596,74	36 950,24
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7.4	-12 330,09	-14 133,65
Fornecimentos e serviços externos	7.5	-124 585,16	-150 686,21
Gastos com pessoal	7.6	-386 146,92	-352 057,03
Outros rendimentos	7.7	156 445,85	62 632,57
Outros gastos	7.8	-5 534,68	-44 643,82
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>118 423,48</b>	<b>-157 296,13</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	7.9	-122 000,01	-74 772,79
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-3 576,53</b>	<b>-232 068,92</b>
Juros e gastos similares suportados	7.10	-44,85	-49,97
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-3 621,38</b>	<b>-232 118,89</b>
Imposto sobre o rendimento do período	7.11	-974,86	-239,41
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4 596,24</b>	<b>-232 358,30</b>

O Contabilista Certificado

A Direção

**Demonstração individual de fluxos de caixa**  
Período findo em 31 de dezembro de 2021

Moeda: EUR

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método directo</b>			
Recebimentos de clientes		416 412,25	285 587,62
Pagamentos a fornecedores		-157 396,25	-173 224,84
Pagamentos ao pessoal		-373 978,69	-324 355,68
Caixa gerada pelas operações		<b>-114.962,69</b>	<b>-211.992,90</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		602,50	2 455,87
Outros recebimentos/pagamentos		566 601,68	436 569,23
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>452.241,49</b>	<b>227.032,20</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<i>Pagamentos respeitantes a</i>			
Activos fixos tangíveis		-479 518,22	-73 799,69
Activos intangíveis		-4 206,60	
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-483.724,82</b>	<b>-73.799,69</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>			
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes ( 1 + 2 + 3 )</b>		<b>-31 483,33</b>	<b>153 232,51</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.6	445 300,99	292 068,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.6	413 817,66	445 300,99

O Contabilista Certificado

A Direção



# TAPADA NACIONAL DE MAFRA – CIPRL

## TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO Período findo em 31 de Dezembro 2021

MONETARIEDADE	MOEDA	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA DE RESERVA EM CANCELAMENTO DE CAPITAL PRÓPRIO	RESERVA DE RESERVA	RESERVA DE RESERVA	RESERVA DE RESERVA	RESERVA DE RESERVA	RESERVA DE RESERVA	RESERVA DE RESERVA
<b>Balção em 01.01.2020</b>		<b>80.000,00</b>		<b>196.281,12</b>	<b>483.304,80</b>	<b>-200.000,00</b>	<b>30.372,75</b>	<b>-18.650,13</b>	<b>579.308,34</b>
Aumento de reservas por aplicação de resultados									
Correções relativas a períodos anteriores									
Outros ganhos/Perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	€ 178						350.343,60		
Transferências						10.650,13			
<b>Resultado Líquido do Período</b>	€ 178								<b>232.358,30</b>
<b>Resultado Integral</b>									
Outras alterações reconhecidas no CP									
Operações e movimentos de capital próprio									
Divulgações	€ 178								10.650,13
<b>Balção em 31.12.2020</b>		<b>80.000,00</b>		<b>196.281,12</b>	<b>483.304,80</b>	<b>-210.650,13</b>	<b>380.718,35</b>	<b>-232.358,30</b>	<b>706.293,64</b>
Aumento de reservas por aplicação de resultados									
Correções relativas a períodos anteriores									
Outros ganhos/Perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	€ 178						536.057,35		
Transferências						-232.378,30			
<b>Resultado Líquido do Período</b>	€ 178								<b>-4.596,24</b>
<b>Resultado Integral</b>									
Outras alterações reconhecidas no CP									
Operações e movimentos de capital próprio									
Divulgações	€ 178								232.378,30
<b>Balção em 31.12.2021</b>		<b>80.000,00</b>		<b>196.281,12</b>	<b>483.304,80</b>	<b>-443.008,43</b>	<b>925.773,73</b>	<b>-4.596,24</b>	<b>1.237.754,78</b>

O Contabilista Certificado

A Direcção

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

### 1 Nota introdutória

A TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL, foi constituída em 2 de Setembro de 1998, tem a sua sede em Portão do Codeçal, 2640-602 Mafra, Concelho de Mafra e tem como atividade principal a prestação de serviços diversos ligados a atividades associativas, bem como a atividades relacionadas com a caça, parques de diversão e temáticas, com o número único de pessoa coletiva 504 295 071.

45

### 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### a) *Referencial contabilístico*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho, que veio substituir o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades ("NCRF-PE") e normas interpretativas ("NI") aplicáveis ao período findo em 31 de Dezembro de 2021.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada. As demonstrações financeiras de 2021 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem impactos quer seja no balanço e na demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

#### b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### c) *Regime do acréscimo*

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos".

#### d) *Classificação dos activos e passivos não correntes*

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

**e) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

**f) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

**g) Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

**h) Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### **3 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transacções

**b) Imposto sobre o rendimento**

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria colectável até 25.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

47

**c) Clientes e outros créditos a receber**

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidades de dívidas a receber", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

**d) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa**

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

**e) Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

**f) Financiamentos bancários**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

**g) Locações**

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas do ponto 4 abaixo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### 4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 5 a 20 anos
- Equipamento básico	- 4 a 8 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento de transporte	- 8 anos
- Equipamento administrativo	- 3 a 10 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2021 e de 2020 foi o seguinte:



	31 de Dezembro de 2021					Saldo em 31-Dez-21
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferenc.	Revaloriz.	
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	87.033	148.783	-	-	-	235.816
Edifícios e outras construções	1.697.819	169.971	-	-	-	1.867.790
Equipamento básico	301.141	42.958	-	-	-	344.099
Equipamento de transporte	488.577	218.909	-	-	-	707.486
Equipamento administrativo	74.318	2.294	-	-	-	76.612
Outros activos fixos tangíveis	32.554	22.729	-	-	-	55.283
Investimentos em curso em Ativos	3.552	-	-	-3.552	-	-
	<b>2.684.994</b>	<b>605.644</b>	-	<b>-3.552</b>	-	<b>3.287.086</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	7.721	8.934	-	-	-	16.655
Edifícios e outras construções	1.466.773	38.476	-	-	-	1.505.250
Equipamento básico	126.705	26.565	-	-	-	153.270
Equipamento de transporte	341.853	32.243	-	-	-	374.096
Equipamento administrativo	63.430	2.448	-	-	-	65.877
Outros activos fixos tangíveis	27.549	6.163	-	-	-	33.713
	<b>2.034.032</b>	<b>114.829</b>	-	-	-	<b>2.148.861</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>650.962</b>					<b>1.138.225</b>

	31 de Dezembro de 2020					Saldo em 31-Dez-20
	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferenc.	Revaloriz.	
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	50.083	36.950	-	-	-	87.033
Edifícios e outras construções	1.494.972	139.748	-	63.099	-	1.697.819
Equipamento básico	136.652	164.489	-	-	-	301.141
Equipamento de transporte	364.844	131.733	8.000	-	-	488.577
Equipamento administrativo	73.944	374	-	-	-	74.318
Outros activos fixos tangíveis	31.583	972	-	-	-	32.554
Investimentos em curso em Ativos	63.099	3.552	-	-63.099	-	3.552
	<b>2.215.176</b>	<b>477.818</b>	<b>-8.000</b>	-	-	<b>2.684.994</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	4.737	2.984	-	-	-	7.721
Edifícios e outras construções	1.445.010	21.764	-	-	-	1.466.773
Equipamento básico	104.834	21.871	-	-	-	126.705
Equipamento de transporte	328.117	21.736	8.000	-	-	341.853
Equipamento administrativo	61.747	1.683	-	-	-	63.430
Outros activos fixos tangíveis	24.863	2.687	-	-	-	27.549
	<b>1.969.307</b>	<b>72.725</b>	<b>-8.000</b>	-	-	<b>2.034.032</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>245.869</b>					<b>650.963</b>

## 5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2021					Saldo em 31-Dez-210
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferenc	Perdas por imparidade	
<b>Custo:</b>						
Programas de computador	3.474	955	-	-	-	4.428
Outras activos intangíveis	63.005	15.465	-	-	-	78.470
	<b>66.479</b>	<b>16.419</b>	-	-	-	<b>82.898</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Programas de computador	2.316	1.476	-	-	-	3.792
Outras activos intangíveis	56.774	5.696	-	-	-	62.470
	<b>59.090</b>	<b>7.172</b>	-	-	-	<b>66.262</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>7.389</b>					<b>16.637</b>

	31 de Dezembro de 2020					Saldo em 31-Dez-20
	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferenc.	Perdas por imparidade	
<b>Custo:</b>						
Programas de computador	3.474	-	-	-	-	3.474
Outras activos intangíveis	55.884	7.121	-	-	-	63.005
	<b>59.358</b>	<b>7.121</b>	-	-	-	<b>66.479</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Programas de computador	1.158	1.158	-	-	-	2.316
Outras activos intangíveis	55.884	890	-	-	-	56.774
	<b>57.042</b>	<b>2.048</b>	-	-	-	<b>59.090</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>2.316</b>					<b>7.389</b>

## 6 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-21	31-dez-20
Mercadorias	38.523	23.300

## 7 Rendimentos e gastos

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

## 7.1 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-dez-21			31-dez-20		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de produtos acabados	81.802	-	81.802	24.834	-	24.834
Prestações de serviços	281.876	-	281.876	235.748	-	235.748
	<b>363.678</b>	<b>-</b>	<b>363.678</b>	<b>260.582</b>	<b>-</b>	<b>260.582</b>

51

## 7.2 Subsídios à exploração

Os subsídios relacionados com rendimentos à exploração, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração		
FFP – Serviço Público SAPADORES	45.000	40.000
IFAP - Subsd. Gasóleo Agrícola	87	60
FFP – Apoio Func. Equipas de Sapadores Florestais	-	4.000
IEFP	8.943	-
Compensação RMMG	380	-
Protocolo Parceria projeto Life LX Aquila	10.603	-
CNF - Fundo Ambiental 2021	19.286	-
	<b>84.299</b>	<b>44.060</b>

## 7.3 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos realizados para a própria entidade, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Trabalhos para a própria entidade		
Em ativos		
Conservação Florestal	42.597	36.950
	<b>42.597</b>	<b>36.950</b>

## 7.4 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 é detalhado como segue:

	31-dez-21			31-dez-20		
	Mercadorias	Mat. primas, Subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Mat. primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Saldo em 1 de Janeiro	23.300	-	23.300	21.731	-	21.731
Compras	25.962	1.592	27.554	15.018	684	15.702
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Custo do exercício	12.330	-	12.330	13.450	684	14.134
Saldo em 31 de Dezembro	<b>36.932</b>	<b>1.592</b>	<b>38.524</b>	<b>23.300</b>	<b>0</b>	<b>23.300</b>

### 7.5 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	31-dez-21	31-dez-20
Subcontratos	45.483	47.495
Serviços especializados	34.742	58.009
Materiais	3.174	3.719
Energia e fluidos	20.847	17.607
Deslocações, estadas e transportes	37	254
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	3.002	2.430
Comunicação	3.485	3.637
Seguros	5.961	3.936
Contencioso e notariado	155	536
Limpeza, higiene e conforto	1.869	4.746
Outros serviços	5.830	8.318
	<b>124.585</b>	<b>150.686</b>

### 7.6 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

	31-dez-21	31-dez-20
Remunerações dos órgãos sociais	53.327	59.994
Remunerações do pessoal	260.674	219.509
Encargos sobre remunerações	65.782	59.772
Seguros	4.225	2.556
Outros gastos com o pessoal	2.139	10.226
	<b>386.147</b>	<b>352.057</b>

O número médio de empregados da Entidade no período de 2021 foi de 21 e em 2020 foi de 18.

Nº de Trabalhadores	2021		2020	
	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direcção	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direcção
Técnico	3	1	2	1
Administrativos	3	-	4	-
Guarda	-	-	-	-
Operadores recepção	3	-	2	-
Eventos/Alojamento	1	-	1	-
Limpeza	1	-	1	-
Sapadores	7	-	5	-
Motoristas	2	-	2	-
	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>1</b>

### 7.7 Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Rendimentos suplementares	28.331	3.919
Correcções relativas a períodos anteriores	5.639	-
Rendimentos em investimentos não financeiros	-	12.557
Imputação de Subsídios ao Investimento	86.771	40.656
Donativos	5.019	5.500
Outros rendimentos	30.685	-
	<b>156.446</b>	<b>62.633</b>

## 7.8 Outros gastos

Os outros gastos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Impostos	247	545
Gastos em investimentos não financeiros	-	-
Outros gastos	5.288	44.099
	<u>5.535</u>	<u>44.644</u>

## 7.9 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-dez-21			31-dez-20		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis	114.828	-	114.828	72.725	-	72.725
Activos intangíveis	7.172	-	7.172	2.048	-	2.048
	<u>122.000</u>	<u>-</u>	<u>122.000</u>	<u>74.773</u>	<u>-</u>	<u>74.773</u>

## 7.10 Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020:

	31-dez-21	31-dez-20
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Outros juros	45	50
	<u>45</u>	<u>50</u>

## 7.11 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, decompõe-se do seguinte modo:

	2021	2020
<b>Imposto sobre o rendimento</b>		
Imposto corrente	975	239
Imposto diferido	-	-
	<u>975</u>	<u>239</u>

	2021		2020	
	Imp. Corrente	Imp. Diferido	Imp. Corrente	Imp. Diferido
<b>Demonstração da taxa efectiva de imposto</b>				
Resultados antes de impostos	-3.621	-	-232.119	-
Diferenças fiscais definitivas	4.864	-	42.709	-
<b>Lucro tributável</b>	<b>1.242</b>	<b>-</b>	<b>-189.410</b>	<b>-</b>
Colecta	14	-	-	-
Benefícios fiscais	-	-	-	-
Derrama	4	-	-	-
Tributações autónomas	957	-	239	-
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>975</b>	<b>-</b>	<b>239</b>	<b>-</b>
<b>Taxa média efectiva de imposto</b>	<b>78,5%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 8 Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidade públicas, no período findo em 31 de Dezembro de 2021, reconhecidos no capital próprio foram como segue:

	31 de Dezembro de 2021			Saldo em 31-Dez-21
	Saldo em 01-Jan-21	Aumentos	Reduções	
<b>Subsídios:</b>				
FSUE	22.779	-	-7.593	15.186
Fundo Ambiental - Protocolo Coop. 2020	366.937	-	-33.063	333.875
Fundo Ambiental - Protocolo Coop. 2021	-	400.000	-62.347	337.653
Turismo de Portugal	-	165.755	-	165.755
PDR 2020-815-054349	-	53.369	-2.135	51.234
PDR 2020-811-065055	-	22.990	-920	22.071
	<b>389.716</b>	<b>642.114</b>	<b>-106.057</b>	<b>925.774</b>

54

## 9 Instrumentos financeiros

### 9.1 Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-dez-21		31-dez-20	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	2.747	-	1.823	-
CCAM	499	-	499	-
	<b>3.246</b>	<b>-</b>	<b>2.322</b>	<b>-</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<b>3.246</b>	<b>-</b>	<b>2.322</b>	<b>-</b>

### 9.2 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-21		31-12-2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes conta corrente	-	19.700	-	25.505
	-	<b>19.700</b>	-	<b>25.505</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<b>19.700</b>	-	<b>25.505</b>

### 9.3 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-12-201	31-dez-20
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	2.744	2.744
Imposto sobre o valor acrescentado	8.633	20.157
	<b>11.377</b>	<b>22.901</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	975	239
Retenção de impostos sobre rendimentos	2.737	3.307
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Contribuições para a Segurança Social	6.283	12.524
	<b>9.995</b>	<b>16.070</b>

55

### 9.4 Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-21		31-dez-20	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Devedores Por Acréscimo de Rendimentos	-	9.000	-	4.160
Fornecedores	-	96	-	67
Adiantamentos ao pessoal	-	-	-	245
Outros créditos a receber	-	214.102	-	7.218
	-	<b>223.198</b>	-	<b>11.691</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<b>223.198</b>	-	<b>11.691</b>

### 9.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
<b>Activo</b>		
Seguros pagos antecipadamente	1.908	1.204
Outros pagos antecipadamente	18	229
	<b>1.927</b>	<b>1.433</b>
<b>Passivo</b>		
Subsídios à Exploração	31.476	-
	<b>31.476</b>	<b>-</b>

### 9.6 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Caixa	396	1.888
Outros Depósitos	413.421	443.413
	<b>413.818</b>	<b>445.301</b>

## 9.7 Capital Próprio

Reconciliação da quantia escriturada no capital próprio no início e no fim do período:

	31 de Dezembro de 2021			Saldo em 31-Dez-21
	Saldo em 01-Jan-21	Aumentos	Reduções	
<b>Capital próprio:</b>				
Capital subscrito	80.000	-	-	80.000
Outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-
Reservas legais	196.281	-	-	196.281
Outras reservas	483.305	-	-	483.305
Resultados transitados	-210.650	-232.358	-	-443.008
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações no capital próprio	389.716	536.057	-	925.774
Resultado líquido do período	-232.358	-4.596	232.358	-4.596
	<b>706.294</b>	<b>299.103</b>	<b>232.358</b>	<b>1.237.755</b>

56

## 9.8 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-21	31-dez-20
Fornecedores conta corrente	28.741	20.946
	<b>28.741</b>	<b>20.946</b>

## 9.9 Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-21		31-dez-20	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cartão de Crédito Unicre	-	1.932	-	1.247
	-	<b>1.932</b>	-	<b>1.247</b>

## 9.10 Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Outros passivos correntes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-21		31-dez-20	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos	-	497.923	-	396.085
Credores por Acréscimos de Gastos	-	53.930	-	42.514
Pessoal	-	-	-	3.030
Outras contas a pagar	-	4.900	-	4.619
	-	<b>556.753</b>	-	<b>446.248</b>



### **Acontecimentos após a data do balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

### **10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Direção informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

### **11 Eventos subsequentes**

Mencionamos aquilo que entendemos poderá ainda condicionar os objetivos futuros da TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL, referimo-nos à Pandemia Covid-19, embora com menos impacto que nos anos de 2020 e 2021.

Em conformidade com as instruções da DGS e do Governo, tomamos as necessárias medidas de proteção na empresa, em defesa da sua continuidade de daqueles que dela dependem.

A TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL tem vindo a construir uma base sólida, para que consiga responder às necessidades que irão surgir, assim, iremos implementar todo o nosso esforço no sentido de garantir todas as nossas obrigações assim como, alcançar os nossos objetivos futuros.

O Contabilista Certificado:

A Direção:

## 04. Certificação de Saldos de Disponibilidades – Conta IGCP





CERTIDÃO EMITIDA PELO  
INTERNET BANKING

### CERTIDÃO DE SALDO CONTABILÍSTICO

59

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. pessoa coletiva nº 503 756 237, certifica que o saldo contabilístico da conta bancária com o IBAN PT50 0781 0112 0112 0014 7095 4 e designação de "Tapada Nacional de Mafra", domiciliada na tesouraria do Estado e titulada por TAPADA NACIONAL DE MAFRA, pessoa coletiva nº 504 295 071, em 31 de dezembro de 2021, é de 413.421,34 EUR (quatrocentos e treze mil, quatrocentos e vinte e um euros e trinta e quatro cêntimos).

Serviço de Gestão de Contas de Clientes, em 13 de janeiro de 2022 às 15:31



## MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA

Empresa 21000636-TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL  
Data Dezembro/2021  
Banco IGCP  
Conta Cont 13201

Saldo Contabilidade	413 421,34
Saldo Banco	413 421,34

Pag 1/1

60

### 1. Lançamentos na contabilidade ainda não movimentados no banco:

Data	Numero	Descrição	Débito	Crédito	Lançam.
------	--------	-----------	--------	---------	---------

### 2. Lançamentos no banco ainda não registados na contabilidade:

Data	Descrição	Débito	Crédito
------	-----------	--------	---------

### Reconciliação Bancária:

Saldo da Contabilidade	413 421,34
Débitos na contabilidade ainda não movimentados	0,00
Créditos na contabilidade ainda não movimentados	0,00
Débitos no banco ainda não registados	0,00
Créditos no banco ainda não registados	0,00
Saldo do Banco	-413 421,34
<b>Diferença:</b>	<b>0,00</b>

## 05. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



## Parecer do Conselho Fiscal Contas do Exercício de 2021

Aos membros da Tapada Nacional de Mafra, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada:

1. A Tapada Nacional de Mafra, CIPRL, deve, nos termos da alínea c) do artigo 29º dos Estatutos aprovados e em vigor, apreciar e votar, até 31 de março de cada ano, o balanço e o relatório e as contas da direção relativos ao exercício do ano anterior.
2. Nesse contexto, o Conselho Fiscal vem apresentar a V. Exas. o seu parecer sobre os documentos referentes ao Relatório de Contas e Demonstrações Financeiras de 2021.
3. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Atividades e Contas de 2021, tendo sido efetuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas, tendo-se recebido, da parte da Direção, a colaboração, elementos adicionais e esclarecimentos solicitados.
4. Considerando todos os dados que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos do parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Contas e respetivas Demonstrações Financeiras, propostos pela Direção, relativos ao exercício de 2021.
5. O Conselho Fiscal acompanha a preocupação registada na Nota 12 do Anexo às Demonstrações Financeiras, relativamente aos impactos que a pandemia provocada pela COVID-19 poderá ainda implicar no desempenho da atividade futura da TNM, mantendo-se a imprevisibilidade quanto à sua duração e efeitos.

A acrescentar, de salientar e agradecer a colaboração recebida da Direção e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de trabalhar neste contexto.

Em 23 de março de 2022.

O Conselho Fiscal,



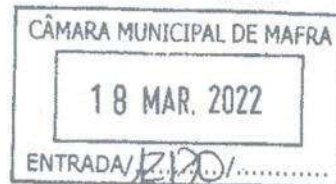
Assinado de forma  
digital por DÁLIA  
RIBEIRO  
Data: 2022.03.23  
11:21:50.8

Dália Ribeiro

Assinado de forma  
digital por Georgete  
Marques Félix  
Data: 2022.03.23  
18:42:23.1

Georgete Félix

Pedro Mendes  
Assinado por PEDRO NUNO PEREIRA  
CHICO MENDES  
Num. de Identificação: 07805518  
Data: 2022.03.23 18:37:42+00:00



Exmo. Senhor  
**Presidente da Câmara Municipal de Mafra**  
**Engº Hélder Sousa Silva**  
Praça do Município  
2640-403 Mafra

N/ Ref.: 44/CA/2022

Trajouce, 16 de Março de 2022

Assunto: Envio de Relatório e Contas 2021.

Exmo. Senhor Presidente,

Serve a presente para enviar a V. Exa. o Relatório e Contas da Tratolixo que reflecte o exercício desenvolvido ao longo do ano de 2021, aprovado em sede de Conselho de Administração em 11 de Fevereiro do corrente e contendo a Certificação Legal de Contas dos Revisores Oficiais de Contas, Parecer e Relatório do Fiscal Único. Manifestamos a nossa disponibilidade para qualquer esclarecimento.

Com os melhores cumprimentos, *personais,*

João Pereira Teixeira

Presidente do Conselho de Administração

Zalinda Campilho Coelho

Administradora Executiva



# tratolixo

gestão de resíduos urbanos

RELATÓRIO E CONTAS 2021

Fevereiro de 2022





## Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
1. QUEM SOMOS.....	14
1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA .....	14
1.2. Perfil TRATOLIXO .....	18
1.3. <i>Curriculum vitae</i> dos Administradores.....	19
1.4. Composição dos Órgãos Sociais .....	24
1.5. Organização da Empresa .....	26
1.6. Missão, Visão e Política Integrada .....	27
2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2020 .....	29
2.1. Resíduos Recebidos.....	29
2.2. Tratamento e Valorização de Resíduos .....	35
2.3. Novas Infra-Estruturas .....	42
2.4. Planeamento, Estratégia e Inovação.....	44
2.5. Sistema Integrado de Gestão.....	57
2.6. Licenciamento e Requisitos Legais.....	58
2.7. Monitorização de Processo e Produto.....	59
2.8. Contratação Pública.....	60
2.9. Sistemas de Informação.....	53
2.10. Comunicação e Imagem .....	63
2.11. Gestão de recursos humanos .....	68
3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	73
4. PERSPECTIVAS FUTURAS.....	80
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	84
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	85
7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	139
8. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	140

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Vivemos em 2021, mais um ano devastador, à escala mundial e à escala nacional, com a presença da calamidade causada pela pandemia COVID 19. Esta pandemia alterou a estratégia definida no início do presente mandato, adicionando-se um sétimo pilar aos anteriormente traçados. Correspondendo o ano de 2021, ao final deste nosso mandato, passamos em revista a estratégia realizada.

A estratégia definida, nos primeiros meses da actual presidência, compreende seis pilares:

**PILAR 1** - Uma gestão global que permita aos accionistas terem a certeza que o dever público é, e será assegurado, por uma administração coerente e eficaz nas tomadas de decisão, no cumprimento da legislação em vigor e da operacionalidade tecnológica, tendo presente os objectivos da circularidade e da descarbonização, com uma correcta gestão dos recursos humanos, apresentando resultados financeiros positivos, no âmbito de uma visão e uma estratégia assumida;

**PILAR 2** - Uma gestão financeira equilibrada e transparente que permita à banca e aos accionistas a segurança de resultados positivos;

**PILAR 3** – Uma gestão coordenada, participada e eficaz entre a “alta”, da responsabilidade da TRATOLIXO, e a “baixa” da responsabilidade das Câmaras Municipais, tendo como sede a CAPER, Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos, tendo como objectivos: o cumprimento da legislação, a circularidade, a descarbonização e a minimização de depósitos em aterro.

**PILAR 4** - Uma gestão de recursos humanos na qual os colaboradores sintam que fazem parte de uma empresa que se preocupa com a sua segurança, saúde e condições de trabalho;

**PILAR 5** - Uma gestão tecnológica que permita o cumprimento da legislação em vigor e respectivas metas, com eficácia e eficiência, e que caminhe no sentido do cumprimento de nova legislação, em preparação, do aumento da circularidade dos resíduos urbanos, reduzindo as emissões de gases de efeito de estufa, maximizando a eficiência energética, com condições de segurança e de saúde;

**PILAR 6** – Uma gestão das relações com instituições oficiais, outras empresas gestoras de resíduos, associações, clientes e fornecedores, que promovem e dignificam a TRATOLIXO.

Estes são os seis pilares que definimos no início do mandato, em Junho de 2019. Em Fevereiro de 2020 acrescentámos um sétimo pilar.

**PILAR 7** – Uma gestão que minimize os efeitos e as consequências da Pandemia COVID-19, numa preocupação permanente de salvaguardar a saúde dos colaboradores e visitantes, e de manter a TRATOLIXO em funcionamento, prestando os serviços públicos a que está obrigada.

#### **NO ÂMBITO DO PILAR 1**

Após quase dois anos da pandemia do COVID-19 nenhum dos colaboradores da TRATOLIXO teve problemas sérios de saúde, a prestação dos serviços nunca foi afectada, apesar de se terem alterado algumas práticas, para o cumprimento da legislação entretanto publicada, continuamos a apresentar resultados positivos, a pagar à banca os compromissos assumidos e a garantir o cumprimento da toda a legislação ambiental, o que pode ser comprovado designadamente pela inspecção surpresa do IGAMAOT ao Ecoparque da Abrunheira sem qualquer registo de infracção ou inconformidade.

A programação das actividades dos próximos cinco anos consta do Plano de Actividades e Orçamento 2021-2025, elaborado em 2020, que obteve parecer favorável da ERSAR e foi aprovado pelas quatro Câmaras Municipais e Assembleias Municipais.

## NO ÂMBITO DO PILAR 2

Apesar destes dois anos de actividade, muito dificilmente condicionada pela pandemia, foi possível:

- Apresentar sempre resultados positivos;
- Diminuir a dívida financeira à banca de 148 586 136€, em Maio de 2019, para 134 446 815€, em Dezembro de 2021;
- Reduzir o valor da tarifa efectivamente paga pelas Câmaras Municipais de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, como se verificou na redução da tarifa aprovada de 47,32€ para a tarifa real de 45,58€, em 2019, e de 46,77€ para 44,71€, em 2020, de 46,13€ para 43,96€, em 2021;
- Reduzir as despesas mantendo a eficácia, como se verificou nomeadamente na energia eléctrica, no gasóleo e na fiscalização das obras, no montante aproximado de 1,5M€;
- Obter o melhor rendimento possível na Central de Triagem, com a infra-estrutura existente, que em Novembro de 2021 deu origem a 548 382,09€ de vendas;

Acrescendo as condições de segurança e saúde dos colaboradores da TRATOLIXO, minimizando os impactos ambientais da actividade e cumprindo a legislação vigente e aplicável.

## NO ÂMBITO DO PILAR 3

Reforçou-se a coordenação das actividades interconexas desenvolvidas pelas Câmaras Municipais no domínio dos resíduos urbanos “em baixa” e as actividades desenvolvidas “em alta” pela TRATOLIXO, principalmente em sede da CAPER, Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos, aumentando: a periodicidade das reuniões; a confiança entre as entidades; a integração das actividades; a eficiência das decisões tomadas; as actividades conjuntas; e o apoio da TRATOLIXO às Câmaras Municipais em vários projectos, nomeadamente:

- Estabelecimento de uma fórmula de compensação pela maximização da recolha de resíduos verdes;

- Candidatura de apoio à elaboração de estudos de sistemas de recolha de biorresíduos, ao Fundo Ambiental;
- Definição da campanha de marketing relativa os sacos verdes;
- Elaboração do estudo de avaliação técnica, económica e ambiental do sistema de recolha selectiva de biorresíduos baseado em co-colecção;
- Criação de um sistema de depósito e retorno das garrafas de plástico - candidatura ao fundo EEA Grants 2014-2021;
- Avaliação da pegada ecológica dos sacos verdes em alternativa a outras soluções de recolha selectiva;
- Estudo de soluções de conteúdo e regulamentares a consignar em planos director municipais, planos de urbanização, planos de pormenor e projectos de loteamento, no tocante a resíduos urbanos.

#### NO ÂMBITO DO PILAR 4

Em Junho de 2019, na celebração dos 30 anos da TRATOLIXO, foram tomadas cinco decisões mais imediatas de aumento de regalias dos colaboradores, designadamente:

- Uma ceia grátis para todos que trabalham à noite (sopa, fruta e pão);
- A possibilidade de adquirirem o jantar, em *take away*, ao preço do almoço;
- Um dia de dispensa no dia de aniversário;
- O pagamento do curso do Certificado de Aptidão (CAM) aos motoristas e a dispensa durante o horário do curso;
- Toalhas personalizadas lavadas diariamente.

O projecto do Edifício Social e Armazém do Ecoparque da Abrunheira encontra-se concluído. Foi realizado com a participação dos trabalhadores. O concurso relativo à construção terá lugar em Fevereiro de 2022.

Aumento dos equipamentos, infra-estruras e formação, destinados a segurança e saúde, e reforço das equipas e normas de actuação, designadamente:

- Implementação do programa DAE, com aquisição de equipamentos de desfibrilhação automática externa e realização das respectivas acções de formação;
- Criação da Equipa Bravo para respostas à emergência, realização das acções de formação necessárias e revisão dos salários;

- Realização de acções de formação;
- Realização de simulacros;
- Aquisição de um veículo de combate a incêndios;
- Aquisição de um reservatório de água para acoplação a camião;
- Aquisição do veículo operacional táctico;
- Informação e consulta aos colaboradores para a segurança e saúde no trabalho.

Em 2022 os salários foram actualizados em valores superiores aos recomendados pelo governo:

### **Tabela salarial 2022**

Em Dezembro de 2021 o Conselho de Administração aprovou a nova tabela salarial para vigorar em 2022. Embora o decreto governamental previsse uma actualização salarial de 0,9%, o Conselho de Administração entendeu poder ir mais além.

Assim, a nova tabela salarial foi actualizada considerando os seguintes patamares:

- 5% de aumento para os ordenados até 1.500€;
- 2% de aumento para os ordenados que situam no intervalo 1.500€ - 2.000€; e
- 0,9% de aumento para os ordenados acima de 2.000€.

O salário mínimo foi actualizado de 665€ para 705€ a que corresponde um aumento de 6,02%.

### **Tabela salarial 2021**

Em 2021 a remuneração base mensal dos trabalhadores que se situava nos escalões entre 673,00€ e 771,12€ foi actualizada em 10€, tendo o salario minino sido actualizado e em 19,93€, o que representou um acréscimo de 3,09%.

Para além dos aumentos salariais, foram concedidos outros benefícios aos colaboradores, nomeadamente:

- Em 2019, 2020 e 2021, no Natal, foi atribuído um cartão de vale de compras a todos os colaboradores e, um cartão de vale de compras adicional, a quem completou nesses anos, 10; 15; 20; 25 e 30 anos de trabalho na TRATOLIXO;

- Para além dos cartões vale de compras, em 2020 e 2021 foi atribuído um cabaz a todos os colaboradores;
- No Natal de 2020, todos os trabalhadores e colaboradores, foram presenteados com uma verba extraordinária calculada em função do seu enquadramento salarial. Àqueles que estiveram na linha da frente, “vestindo a camisola” com empenho e disponibilidade ajudando a que a empresa conseguisse manter todos os seus serviços com a mínima perturbação possível para a sociedade, foi-lhes atribuído um prémio adicional.

## **NO ÂMBITO DO PILAR 5**

O desenvolvimento tecnológico compreende a realização de estudos que abrangem o médio prazo, a realização de projectos e obras a realizar a curto prazo, e acções no domínio da informática.

No âmbito dos estudos, estão em curso:

- Estudo de Avaliação da Implementação de Soluções de Gasificação e Pirólise para a Valorização de Resíduos Urbanos;
- Estudo sobre Biomassa;
- A Candidatura Lavoisier, ao PRR, Aviso 01/C05-I01/2021;
- O projecto CIRCULAR SIMTECH – TRATOLIXO, apoiado pela Sociedade Ponto Verde;
- O Plano Estratégico da TRATOLIXO, cuja 1ª fase está concluída.

O Desenvolvimento tecnológico tem como objectivo o cumprimento das metas estabelecidas na legislação em vigor, a maximização da circularidade e da descarbonização, envolvendo dezasseis concursos e um investimento total de mais de 11,5M€, nomeadamente através de um conjunto de novos projectos:

- Construção de adaptação do tratamento mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos;
- Requalificação e adaptação da central de compostagem para resíduos verdes;
- Aumento da capacidade da linha de afinação de composto da central de digestão anaeróbica;
- Ampliação da capacidade de processamento de RUB da central de digestão anaeróbia;

- Instalação do quarto moto-gerador da Abrunheira;
- E uma nova portaria operacional, em Trajouce.

O ponto de situação dos principais projectos em curso é o seguinte:

- Empreitada da Nova Portaria de Controlo Operacional do Ecoparque de Trajouce - 17/01/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada da Nova Portaria de Controlo Operacional do Ecoparque de Trajouce - 21/01/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Empreitada Novo Edifício Social e Armazém do Ecoparque da Abrunheira - 08/02/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada Novo Edifício Social e Armazém do Ecoparque da Abrunheira - 18/02/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Empreitada de Ampliação da Capacidade da CDA - 18/02/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de Ampliação da Capacidade da CDA - 25/02/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Empreitada de Instalação de 4º Motogerador - 18/03/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de Instalação de 4º Motogerador - 21/03/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público.

Foram concretizados vários melhoramentos operacionais, designadamente:

- Internalização da ETAL da Abrunheira e integração dos nove colaboradores;
- Substituição da unidade de tratamento de ar respirável;
- Substituição do material filtrante dos 2 biofiltros da CDA;
- Criação do centro de diagnóstico de avarias eléctricas e electrónicas; programa de monitorização de odores;
- Redução do consumo de água em 10000 m<sup>3</sup> por ano;
- Prensagem e expedição do papel cartão na Abrunheira;



- Construção de uma plataforma de acesso aos equipamentos da linha de desidratação;
- Requalificação dos transportadores de massa da CDA;
- Requalificação do cais do vidro e do *hall* de recepção de resíduos;
- Protecção contra quedas de altura;
- Monitorização de odores.

Foram adquiridos vários equipamentos operacionais, para substituição de outros em fim de vida ou para novas funções (6 semi-reboques, 1 destroçador primário, 1 destroçador secundário de biomassa, 4 tractores, 3 pás carregadoras, carregadora hidráulica, etc) e de segurança (veículo de combate a incêndio, reservatório de água para acoplação a camião e veículo operacional).

Foram realizados vários relatórios ambientais e auditorias, designadamente:

- Relatório ambiental anual;
- Reporte mensal de registo de resíduos urbanos;
- Reporte PRTR;
- Acompanhamento trimestral das metas da TRATOLIXO – PERSU 2020;
- Acompanhamento dos circuitos piloto de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico;
- Auditorias energéticas de 2019 e 2020;

No domínio dos sistemas de informação, salienta-se que estão em curso:

- A implementação do Programa de Gestão Documental;
- A aplicação do Regulamento de Protecção de Dados;
- A aplicação Mobile de Cargas Contaminadas;
- O concurso para visualização integrada dos indicadores de gestão.

## **NO ÂMBITO DO PILAR 6**

Foi dinamizado um conjunto de iniciativas públicas de imagem externa da TRATOLIXO, designadamente:

- Realização de reuniões com entidades oficiais, autarcas, professores universitários, jornalistas e especialistas, apresentando o trabalho realizado e previsto no âmbito da Visão e da Estratégia da TRATOLIXO, destacando-se a presença do presidente e vogal da APA, da presidente e vice-presidentes da CCDRLVT, da presidente, vice-presidente e do gestor da ERSAR, da vice-presidente e gestor do POSEUR e bastonário da Ordem dos Engenheiros;
- Conceção e promoção da Receita Culinária Sustentável;
- Conceção e promoção de um *webinar* com o apoio da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Ordem dos Engenheiros;
- Conceção e promoção de um ciclo de conferências na Ordem dos Engenheiros;
- Participação no 14º e no 15º Fórum de Resíduos, como orador convidado;
- Participação no XI Encontro Nacional de Gestão de Resíduos, como orador convidado;
- Participação no III Encontro de Higiene e Limpeza, como orador convidado;
- Conceção e vinilização das 10 galeras com a nova imagem de marketing (financiada pela Sociedade Ponto Verde);
- Promoção do “Minuto TRATOLIXO”, na radio;
- Conceção e promoção das “Entrevista Verde” e publicação nas redes sociais;
- Apoio a corporações de bombeiros próximas;
- Sensibilização aos alunos das escolas dos quatro municípios;
- Celebração do protocolo Querqus, TRATOLIXO e Cascais Ambiente;
- Participação na Bauhaus *Initiative*, NEB *Co-Design Event*, no âmbito da Economia circular, apresentando a circularidade existente e prevista na TRATOLIXO;
- Participação no programa de economia circular *Circulytics*, promovido pela CIP e realizado pela EY, com o apoio da Fundação Ellen MacArthur;
- Participação no programa internacional ECTP *Restart Manifesto*, promovido pelo *European Council of Spatial Planners* e pelo *Lincoln Institute of Land Policy*;
- Disponibilização de instalações para a realização da 10ª Reunião do Comité de Acompanhamento do POSEUR:
- Apoio de cinco campanhas solidárias;
- Acolhimento a candidatos a autarcas e a visitantes;
- Publicação de artigos em várias revistas da especialidade.

## NO ÂMBITO DO PILAR 7

Para fazer face à pandemia COVID-19, com início em Março de 2019, foram tomadas decisões para proteger os colaboradores da possibilidade de contágio, num total de investimentos de 350.118,92€ designadamente:

- Construção de uma sala nova no refeitório para cumprimento do distanciamento obrigatório;
- Construção de 12 portas automáticas para minimização de contágios;
- Aquisição de mais frigoríficos e micro-ondas para minimizar as esperas e a concentração de colaboradores;
- Realização de mais 2500 testes COVID-19;
- Aquisição de mascarar, viseiras e kits de desinfeção;
- Desinfeção periódica de instalações e equipamentos;
- Realização e revisão do Plano de Contingência e sua aplicação;
- Realização de acções de formação e de esclarecimento;
- Aplicação de medidas de quarentena a todos os colaboradores com perigo de contágio e obrigatoriedade de realização de testes CPR antes do reinício laboral, pagos pela TRATOLIXO;
- Estabelecimento de teletrabalho e de funcionamento de equipas “em espelho”;
- Cumprimento de toda a legislação publicada assim como a normativa difundida pela Direcção Geral de Saúde, Agência Portuguesa do Ambiente e Entidade Reguladora dos Serviços de Aguas e Resíduos.

No sentido de atenuar os efeitos da crise criada pela pandemia COVID-19, foram tomadas outras decisões, das quais destacamos:

- No Natal de 2020, todos os colaboradores foram beneficiados com uma verba extraordinária calculada na razão inversa do respectivo ordenado;
- Aos colaboradores que não podiam estar em teletrabalho, e que trabalharam diariamente na TRATOLIXO, foi-lhes atribuído um prémio adicional;
- Tem sido assegurado o salario, o subsídio de refeição e de transporte a todos os colaboradores em teletrabalho ou em isolamento profilático decidido pela TRATOLIXO;
- A TRATOLIXO tem suportado todos os encargos não comparticipados pela Segurança Social, aos colaboradores com filhos menores a cargo, bem como os subsídios de refeição e de transporte;

- Tem sido assegurado a todos os trabalhadores de risco (decorrente de avaliação do medico de trabalho) o salario, o subsídio de refeição e de transporte, desde o início da pandemia ate ao final de Maio de 2020;
- Foram adquiridos computadores novos e arranjos outros, no sentido de disponibilizar aos filhos dos colaboradores a possibilidade de usufruírem do ensino à distância.

Felizmente não se assinalou qualquer caso de gravidade de COVID-19 entre os colaboradores da TRATOLIXO.

Apesar da pandemia, que nos afecta há mais de dois anos, a TRATOLIXO tem cumprido a sua missão, tem protegido os seus trabalhadores, tem procedido a aumentos de salários acima dos definidos oficialmente, tem apresentado resultados positivos e tem continuado a investir em projectos que garantem uma maior circularidade e mais sustentabilidade.

E necessário prosseguir estas tarefas, algumas das quais em construção, assim como tomar novas decisões em matérias de desenvolvimento tecnológico no sentido de: cumprir as novas metas para 2030, decorrentes de legislação em estudo; minimizar a incidência da TGR; encontrar destino para os resíduos não recicláveis; reduzir o valor da tarifa; e aumentar as regalias dos trabalhadores. É uma equação difícil, mas não é impossível, como ficou demonstrado nestes dois últimos anos e meio.

Quero agradecer a todos os administradores e administradoras, colaboradores e colaboradoras da TRATOLIXO, que ajudaram na concretização das actividades realizadas neste mandato, ao accionista AMTRES, às Câmaras Municipais de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, nas pessoas dos seus Presidentes e Vereadoras, que tem confiado no nosso trabalho e aprovado as nossas propostas, aos membros da CAPER cuja cooperação e entusiasmo tem dinamizado muitas das realizações, às entidades oficiais, a fornecedores e adjudicatários, o apoio prestado, para que tenha sido possível este conjunto de realizações.

Trajouce, 11 de Fevereiro de 2022

João Pereira Teixeira

## 1. QUEM SOMOS

### 1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA

A TRATOLIXO apresenta mais de 30 anos de constituição, sendo uma empresa que representa um dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) mais importantes de Portugal, em termos de população servida, resíduos geridos, capacidade infra-estrutural, desempenho ambiental e experiência no sector.

Refere-se que a TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

Historicamente, a origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%).

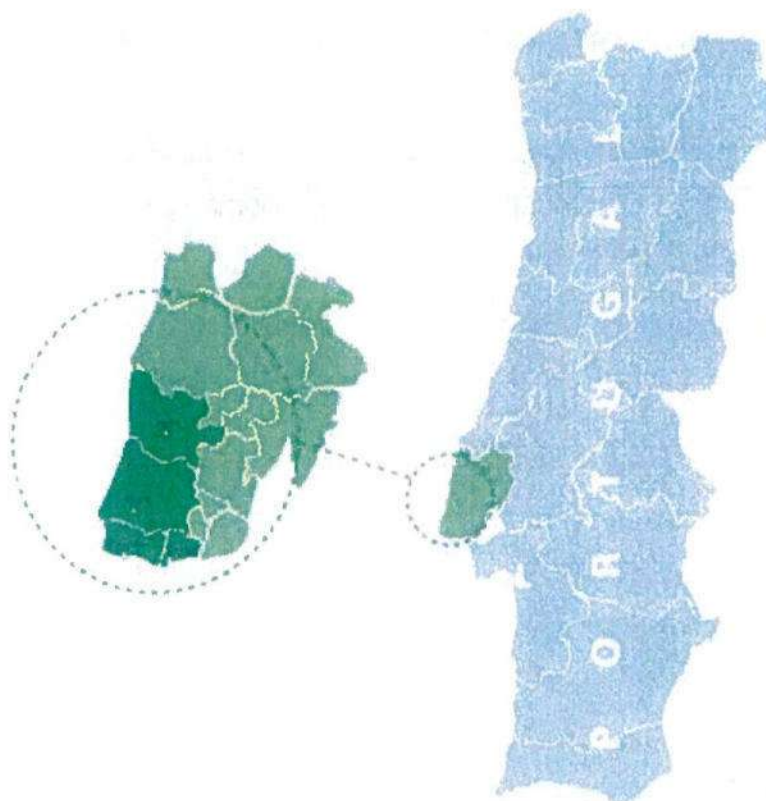
A TRATOLIXO, que foi entretanto constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992.

No ano de 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o SGRU alcançado a configuração que mantém até hoje.

Em 2003, a AMTRES adquiriu a totalidade do capital social da TRATOLIXO, passando a ser a sua única accionista.

De seguida, em 2004 é assinado o Contrato-Programa entre a AMTRES e a TRATOLIXO relativo à gestão e exploração integrada do Sistema de Resíduos Sólidos dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

A TRATOLIXO, à data, não tem quaisquer sucursais.



Área geográfica abrangida pela TRATOLIXO

Assim sendo, a TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km<sup>2</sup>, presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de cerca de 860.000 habitantes, o que constitui cerca de 8% do total de Portugal.

	<b>População*</b> <b>(2021)</b>	<b>Capitação</b> <b>(kg/hab.dia)**</b>	<b>Produção RU ***</b> <b>(2021)</b>
Cascais	214 158	1,792	140 098
Mafra	86 521	1,630	51 470
Oeiras	171 767	1,257	78 785
Sintra	385 654	1,354	190 549
<b>Sistema AMTRES</b>	<b>858 100</b>	<b>1,472</b>	<b>460 902</b>

\*Dados provisórios do INE referentes ao Censos de 2021 (n.º de habitantes)

\*\*Dados de produção relativos a 2021 (toneladas)

\*\*\*Toneladas correspondentes à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos

resíduos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

Com mais de três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.

Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), pelo Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).



Localização das infra-estruturas da TRATOLIXO

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos e unidades da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU.

A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – pela NP EN ISO 45001 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e no caso específico da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira e Ecocentro da Ericeira, pela norma NP EN ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental.

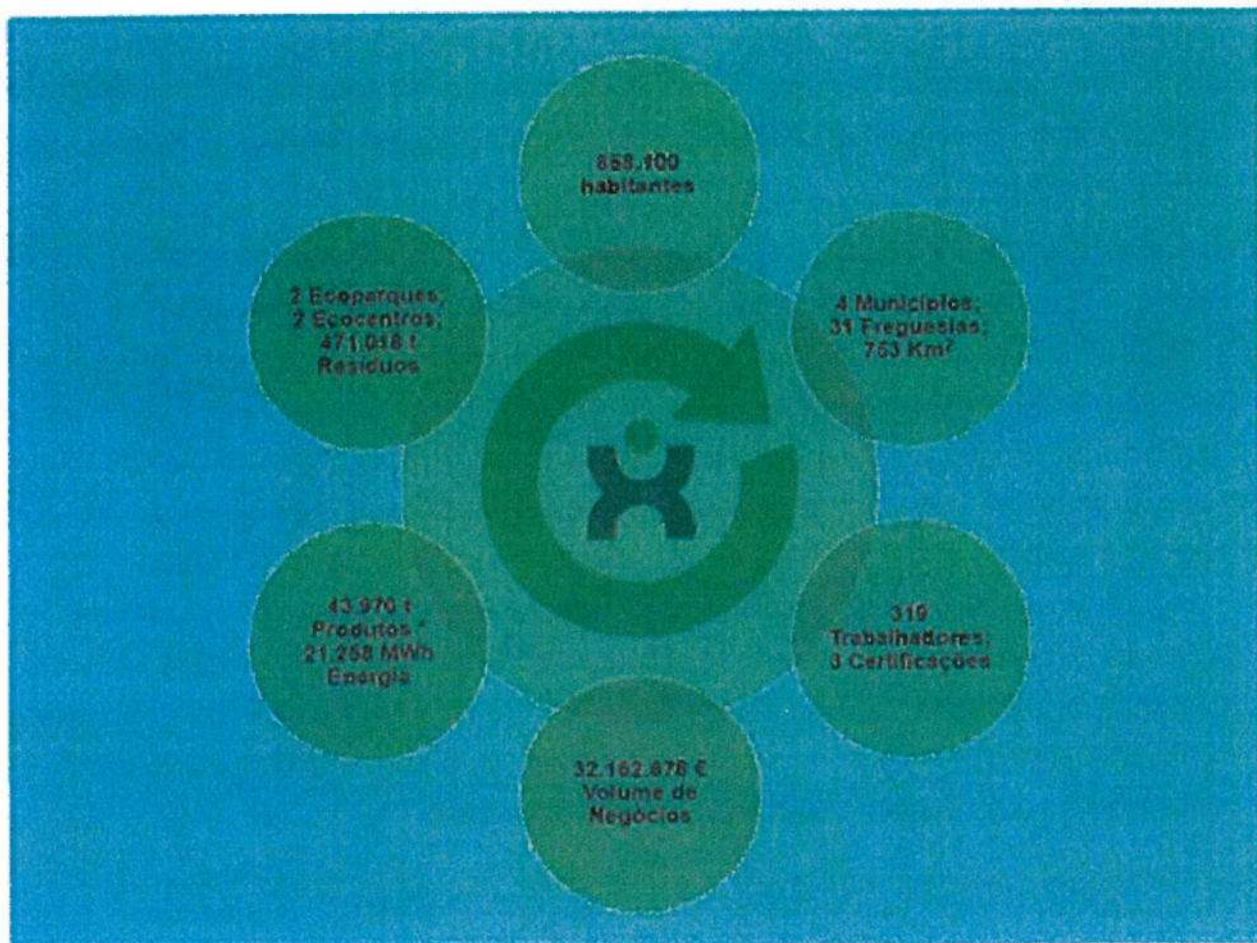
A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto *know how* no domínio do tratamento de resíduos, a empresa faz questão de colaborar e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento a nível nacional e internacional, por intermédio das associações sectoriais das quais é associada.

Por essa razão, a TRATOLIXO é Silver Member da International Solid Waste Association (ISWA), é associada da Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA) de modo a estar a par dos principais desenvolvimentos no sector dos resíduos, associada da Smart Waste Portugal (SWP) – para efeitos de participação em projectos e discussão pública de temas estratégicos para a empresa – associada da World Biogas Association (WBA) – associação comercial global dos sectores de biogás, gás de aterro e digestão anaeróbica (DA) – é associada da Associação para a Gestão de Resíduos ESGRA – associação que tem como missão a promoção dos interesses dos seus associados no âmbito da gestão e tratamento de resíduos e o seu desenvolvimento estratégico a nível nacional – e associada da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) – entidade nacional vocacionada para o estudo, desenvolvimento e divulgação de conhecimentos nos sectores ambientais de águas e resíduos.



## 1.2. Perfil TRATOLIXO



\*Apenas produtos recicláveis. Não considera composto, estilha e RE valorizados organicamente.

### 1.3. Curriculum vitae dos Administradores



**João Teixeira**  
Presidente

Nasceu em 1953. Licenciado em Engenheiro Civil pelo IIST e Urbanista. Trabalhou em instituições públicas durante 25 anos, 18 dos quais em cargos de liderança. Director em empresas privadas internacionais durante 13 anos. Autor de livros, relatórios e planos. Orador principal e participante, convidado em diversos congressos e seminários em Portugal, Espanha, França, Holanda, México, Brasil e Angola. Desde Maio de 2019 Presidente da TRATOLIXO EIM.

#### Cargos anteriores de Liderança

2014 / Maio 2019 - Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT).  
2014 / Maio 2019 - Presidente do FORLisboa 2020, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional Lisboa 2020.  
2009 / 2013 Presidente e Vice-Presidente do ECTP-CEU, Conselho Europeu dos Urbanistas.  
2006 / 2009 - Presidente da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa.  
2007 / 2009 - Presidente da GF, Gestão de Projectos, S.A.  
2006 / 2009 - Presidente da IMOHIFEN - Mediação Imobiliária, S.A.  
2004 / 2005 - Coordenador Nacional do Programa POLIS.  
1991 / 2003 - Director do Projecto de Desenvolvimento do Caesar Park: hotel Portugal, na "Quinta da Penha Longa".  
1988 / 1991 - Director Regional do Ordenamento do Território, CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo).

#### Ensino:

De 1982 a 2011 foi professor convidado em diversas faculdades: Instituto Superior Técnico, Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

#### Principais Publicações:

- Editor do livro «A Centenary of Spatial Planning In Europe», European Council of Spatial Planners, Osman Publishing, 2013. ISBN: 978-99949-31-48-4.
- Autor do capítulo «Celebrating the Past and Facing the Future» no livro «A Centenary of Spatial Planning in Europe», European Council of Spatial Planners, Osman Publishing, 2013. ISBN: 978-99949-31-48-4.
- Autor do suplemento do livro «Celebration of the Centenary of Spatial Planning», no livro «A Century of International Federation of Housing and Planning, 1913-2013», Narayana Press, 2013. ISBN: 978-87-92700-07-0.
- Autor do capítulo «Smart Cities: Tackling Cities Turning Point – More of the Same Is not Enough» no livro «Quality of Space – Quality of Life» Planning for Urban Needs of Diverse Timeframes» AESOP, European Urban Summer School, Lucifona University, October 2011. ISBN: 978-1530155207.
- Autor da introdução da publicação: The Sign: European Urban and Regional Planning Awards. European Council of Spatial Planners, 2010.

- Autor do artigo «Urban Renaissance: The Role of Urban Regeneration in Europe's Urban Development Future», na revista Serbian Architectural Journal, volume 2, 2010
  - Coordenador e autor (conjuntamente com Ana Ramos e Nuno Ventura Bento) da publicação: «Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo - Competitividade Internacional e Coesão Territorial e Social na RLVT 2030» CCDR-LVT, Maio 2018. ISBN: 978-972-8872-40-3
  - Autor do documento «Contributos para o Trabalho da Comissão Independente para a Descentralização» Maio 2019.
  - Autor (conjuntamente com Maria João Martins) do Atlas da Habitação de Lisboa. EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, 2007
  - Autor (conjuntamente com Maria João Martins) do Atlas da Habitação de Portugal. Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Dezembro 2007.
  - Autor da tradução para português da Carta Europeia de Democracia Participativa nos Processos de Ordenamento do Território e do Urbanismo. «The European Charter on Participatory Democracy in Spatial Planning Process». European Council of Spatial Planners. Agosto 2017
  - Autor da nota do Presidente do Conselho Europeu de Urbanistas, ECTP-CEU, ao «Glossário do Desenvolvimento Territorial», tradução do Spatial Development Glossary, European Conference of Ministers responsible for Regional/Spatial Planning (CEMAT). DGOTDU. Setembro de 2011. ISBN: 978-972-8569-51-8.
  - Autor da introdução da publicação em cirílico da nova Carta de Atenas, de Novembro de 2003, do Conselho Europeu de Urbanistas. Associação de Urbanistas da Sérvia. Outubro 2010. ISBN: 978-86-84275-24-2
  - Autor do artigo «Urban Renaissance: The Role of Urban Regeneration in Europe's Urban Development Future», na revista Serbian Architectural Journal, volume 2, 2010
  - Economia Circular no Ordenamento do Território. Análise Matricial para a Região de Lisboa e Vale do Tejo. CCDR-LVT, Fevereiro 2019. ISBN: 978-972-8872-44-1
  - Economia Circular no Ordenamento do Território. Análise Matricial para a Região de Lisboa e Vale do Tejo. CCDR-LVT, Fevereiro 2019. ISBN: 978-972-8872-45-8
  - O Ordenamento do Território na Resposta às Alterações Climáticas - Contributo para os PDM. CCDR-LVT, Maio 2019. ISBN: 978-972-8872-35-0.
  - Economia Circular no Sector da Construção Civil I - Ciclo dos Materiais. CCDR-LVT, Fevereiro 2019. ISBN: 978-972-8872-42-7
  - Economia Circular no Sector da Construção Civil II - Sistemas Construtivos mais Circulares. CCDR-LVT, Fevereiro 2019. ISBN: 978-972-8872-43-4
  - Economia Circular na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Fluxos do Metabolismo Regional. CCDR-LVT, Fevereiro 2019. ISBN: 978-972-8872-46-5
  - Economia Circular como Factor de Resiliência e Competitividade na Região de Lisboa e Vale do Tejo. CCDR-LVT, Janeiro 2018. ISBN: 978-972-8872-33-5
  - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território - Região de Lisboa e Vale do Tejo - 2017. CCDR-LVT, Dezembro 2017. ISBN: 978-972-8872-35-9
  - Guia Metodológico para a Delimitação da Reserva Ecológica Nacional - Região de Lisboa e Vale do Tejo - CCDR-LVT, Julho 2018
  - Estrutura Ecológica Regional - Percursos Pedestres como Fator de Valorização. CCDR-LVT, Novembro 2018
  - Atlas da Região de Lisboa e Vale do Tejo. CCDR-LVT, Fevereiro de 2017. ISBN: 978-972-8872-27-4
  - Uros do Solo nas Cidades Europeias. Urban Atlas 2006-2012. CCDR-LVT, Maio 2017
  - Conceção e direcção do Atlas de Cascais, População (conjuntamente com Carlos Moreira). C.M.C. 2014
- Coordenação das seguintes publicações:**
- Economia Circular na Região de Lisboa e Vale



**Zalinda Campinho**  
Vogal

Nasceu em 1961. Licenciada em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA)

Funcionária da Câmara Municipal de Oeiras, há cerca de 40 anos, mais de metade dos quais como Dirigente na área do Ambiente.

Desde Fevereiro de 2022, Vogal do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.L.M., S.A.

#### Outras Actividades:

- Fevereiro de 2027 - Vogal do Conselho de Administração na Empresa Municipal Oeiras Viva, E.M.
- 2018 até a data - Vogal do Conselho de Administração na Empresa Municipal Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, E.M., S.A.;
- 2018 a Fevereiro de 2022 - Empresa Municipal Oeiras Viva, E.M. - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos - Adjunta do Conselho de Administração;
- 2018 a Fevereiro de 2022 - TRATOLIXO Tratamento de Resíduos Sólidos, E.L.M., S.A. - Administradora Não Executiva em representação do Município de Oeiras e em substituição da Sra. Vereadora Joana Baptista;
- 2016 a Fevereiro de 2022 - Câmara Municipal de Oeiras - Assessora Técnica da Vereação do Pedido do Ambiente;
- 2003 a 2018 - Directora do Departamento de Ambiente e Equipamento, na Câmara Municipal de Oeiras, cargo que manteve até Junho de 2018, após 3 renovações;
- 2000 a 2003 - Coordenadora da Divisão de Serviços Urbanos e da Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária;
- 1996 a 2000 - Câmara Municipal de Oeiras - Coordenadora da Divisão de Higiene Pública e Chefe de Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização

- Sanitária, em regime de acumulação;
- 1991 a 1996 - Técnica Superior de Estudos da Câmara Municipal de Oeiras;
- 1987 a 1991 - Câmara Municipal de Oeiras - Técnica de Contabilidade e Administração de 2ª Classe;
- 1983 a 1986 - Câmara Municipal de Oeiras - Secretariado de apoio à Vereação;
- 1982 - Câmara Municipal de Oeiras - Auxiliar Técnico de Contabilidade de 2ª Classe

#### Desempenho de funções de representação de organismos públicos

- Representação da Câmara Municipal de Oeiras na Assembleia Geral da Associação Energy Cities;
- Representação da Câmara Municipal de Oeiras na Comissão de acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos (CAPEP) na TRATOLIXO desde 2003;
- Representação da Câmara Municipal de Oeiras em Assembleias Gerais da Rede Nacional de Agências de Energia (RNAE);
- Participação em grupos de trabalho / estudos / projecções de nomeação oficial com coordenação;
- Administradora-Delegada da Agência Municipal de Energia - OEENERGE;
- Consideração do Grupo de Trabalho - Plano Estratégico de restauro e requalificação das principais linhas de água do Concelho (PELAECA);
- Coordenação da Comissão Paritária no âmbito do SIADAP referente aos bñnios 2013/2014 e 2015/2016;
- Contraria dos Unótilos do Vinho de Carcavelos;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do CCI-177 - Centro de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Oeiras e dos Serviços Inter-municipalizados de Água e Saneamento (SIMAS)



**Fernando Sousa Ferreira**  
Vogal

Nasceu em 1963. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa – Faculdade de Direito, Advogado e Gestor de Empresas, pós-graduado em Direito das Autarquias Locais, formado com o Curso Avançado de Gestão Pública, 58 anos, casado, dois filhos, foi até 10 de Março de 2020, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo com a responsabilidade das áreas do Licenciamento e Gestão Ambiental.

Desde Abril de 2020 Membro do CA da Tratolixo E.I.M., S.A

**Outras Actividades:**

2019 - Presidente em exercício da CCDRLVT e do Plano Operacional Regional de Lisboa

2014-2015 - Administrador da SANEST – Saneamento da Costa do Estoril

2012-2015 - Vogal da Comissão Directiva do Plano Operacional Regional de Lisboa PORLVT (QREN e Portugal 2020).

2010 – 2014 - Secretário-geral e Consultor Sénior da EGSRA – Associação das Empresas Gestoras de Sistemas de Resíduos.

2010 - 2013 - Representante executivo na Comissão Directiva da MWE – Municipal Waste Europe.

2001 – 2004 / 2005 -2009 – Vereador da Câmara Municipal de Odivelas.

2004 – 2005 – Vice-Presidente da CCDR-LVT

2002- 2004 – Presidente do Conselho de Administração da Odivelkultur, E.J.M.

1999 – 2001 – Vogal da Comissão Instaladora do Município de Odivelas

1996 – 1999 – Vereador da Câmara Municipal de Loures

1998 – Presidente do Conselho de Administração do CAELO – Centro de Actividades Económicas de Loures

1996-1997 – Membro do Conselho de Administração da Trigrama, S.A.

1995 -1996 – Membro do Conselho de Administração do Forpescas – Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas.

Nos últimos anos teve responsabilidades directas em diversas áreas das políticas públicas da área do ambiente, nomeadamente enquanto membro do Observatório Nacional dos CIRVER, do conselho consultivo da CAGER, da Comissão de Acompanhamento do PERSU, do Plano Especial para os Aterros e do Grupo de Estratégia sobre a implementação da recolha selectiva em Portugal em especial dos bio-resíduos

Foi ainda responsável dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar da RLVT, pela implementação dos programas de recuperação das pedreiras e dos trabalhos iniciais do mapa ambiental da RLVT

Teve intervenção activa na elaboração do Guia Prático das Licenças Especiais do Ruído, na execução do Protocolo de Gestão de Resíduos Construção e Demolição e no início da intervenção pública e controlo ambiental dos processos de descontaminação dos solos

Participou também no desenvolvimento da Plataforma LUA - Título Único Ambiental e nos trabalhos de evolução do SIGRE

Participou ainda nos Planos de Acção Nacional e Regional para a Economia Circular que culminou na concretização da Agenda Regional e também na discussão sobre a transposição do *European Green Deal*

Coordenou os trabalhos sobre avaliações de impacto ambiental e, no plano de fiscalização ambiental, para além da participação activa na definição do IFAMA e do PNFA foi relevante a intervenção na acção integrada na Bacia do Tejo que deu origem ao Relatório da Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição no Rio Tejo

## 1.4. Composição dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos (um dos quais era o Presidente do Conselho de Administração) e 1 Membro Não Executivo.

Em 2021, os órgãos sociais da TRATOLIXO apresentaram a seguinte composição.

### **Assembleia Geral**

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Afonso Morais

Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

### **Conselho de Administração:**

Novembro de 2020 – a 31 de Janeiro de 2022

Eng.º João Manuel Pereira Teixeira – Presidente

Dr.ª Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho (Câmara Municipal de Mafra)

Dr. Fernando Sousa Ferreira (Câmara Municipal de Cascais)

Dr.ª Joana Micaela Salvador Baptista representada por Dr.ª Zalinda Maria Campilho Coelho (Câmara Municipal de Oeiras, Observador)

### **Fiscal Único**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.º SROC 223, representada por Ana Isabel Calado da Silva Pinto, ROC nº 1103.

**Fiscal Suplente**

Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.

A 24 de Janeiro de 2022 foram nomeados os novos órgãos sociais da TRATOLIXO apresentando actualmente a seguinte composição.

**Assembleia Geral**

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras

Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

**Conselho de Administração:**

Eng.º João Manuel Pereira Teixeira – Presidente

Dr.ª Zalinda Maria Campilho Coelho - Vogal

Dr. Fernando Sousa Ferreira – Vogal

Dra. Piedade Mendes - Observadora

**Fiscal Único**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.º SROC 223, representada por Ana Isabel Calado da Silva Pinto, ROC n.º 1103.

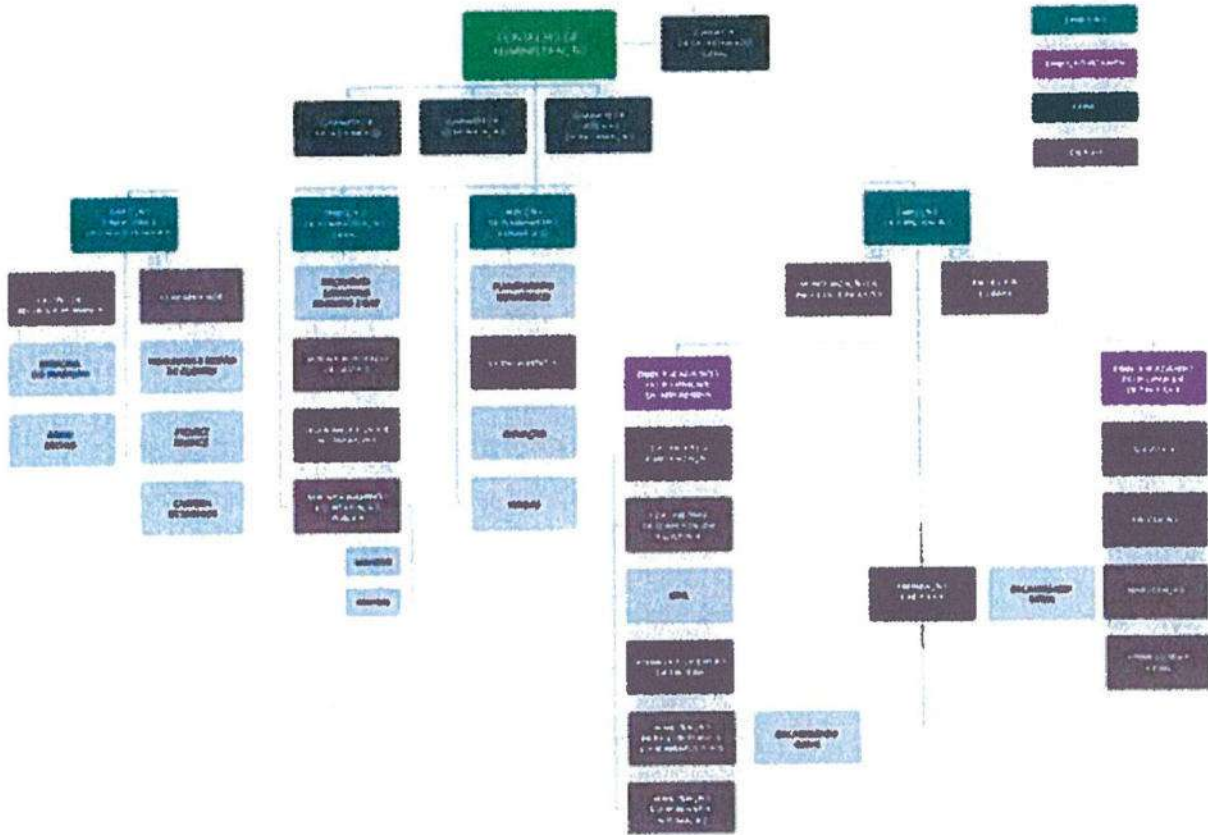
**Fiscal Suplente**

Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.



### 1.5. Organização da Empresa

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organograma seguinte.



Atualizado em Dezembro de 2016

## 1.6. Missão, Visão e Política Integrada

A TRATOLIXO tem como missão assegurar o tratamento e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos quatro Municípios integrantes da AMTRES (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade.

Tem como visão utilizar as técnicas mais avançadas, seguras e ambientalmente adequadas, no tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, dando especial ênfase à valorização e considerando-os como fonte de potencial matéria-prima.

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

1. Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos.
2. Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.
3. Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.
4. Proteger o ambiente, prevenindo a poluição e assegurando a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.
5. Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.
6. Proporcionar aos trabalhadores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.

7. Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratados para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.
8. Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.
9. Proporcionar mecanismos, tempo e recursos necessários à consulta e à participação dos trabalhadores.
10. Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.
11. Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho da Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la. Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO.

Revisão 6, aprovada a 29 de setembro de 2020

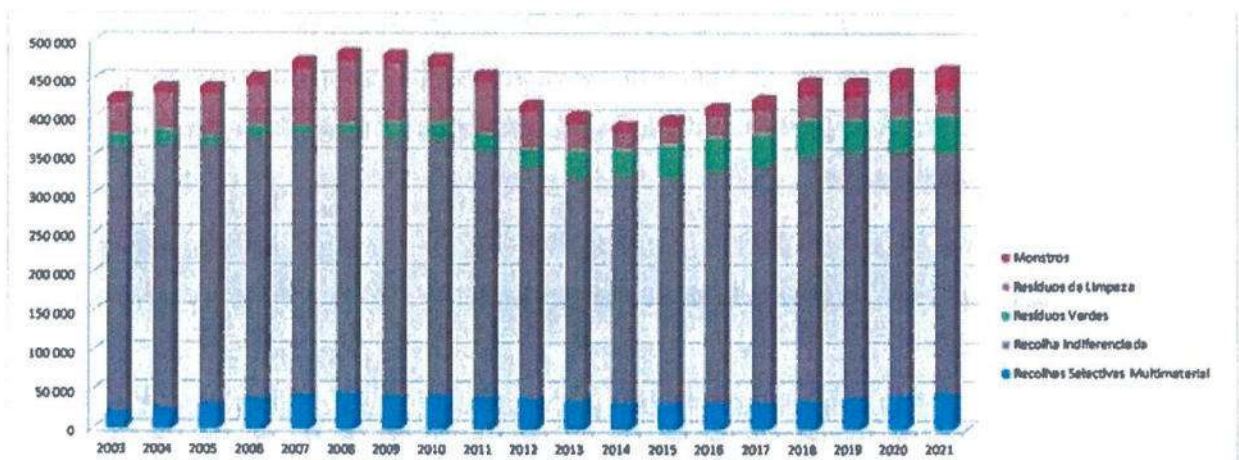
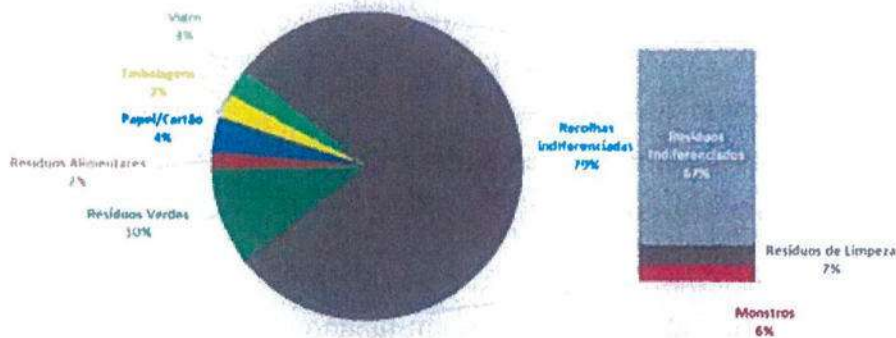
## 2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2021

### 2.1. Resíduos Recebidos

A actividade principal da empresa – gestão de resíduos urbanos – é executada atendendo aos inputs desta matéria-prima potencialmente valorizável nas diversas instalações de tratamento da TRATOLIXO.

Os resíduos produzidos pelos municípios que integram o Sistema AMTRES são divididos quanto à sua natureza em Resíduos Urbanos provenientes de recolha selectiva – que engloba os resíduos oriundos de recolha selectiva multimaterial (RSMM) de vidro, papel/cartão e embalagens e também os resíduos oriundos de recolha selectiva de biorresíduos (resíduos verdes e resíduos orgânicos (RO)) – e em resíduos provenientes de recolha indiferenciada – categoria na qual se incluem os resíduos indiferenciados, monstros e resíduos de limpeza.

A proporção de cada tipo de resíduo e a sua evolução quantitativa encontra-se representada nos gráficos seguintes.



O ano de 2021 começou – nos primeiros dois meses – com uma produção de resíduos ao nível do Sistema AMTRES inferior ao período homólogo de 2020 em cerca de -6%, resultado que se deveu às alterações dos padrões de consumo e encerramento de actividades na sequência da pandemia de COVID19.

À medida que as medidas de combate a esta pandemia iam sendo aligeiradas, nomeadamente com períodos de desconfinamento das populações e abertura das diversas actividades económicas e sociais, o País e igualmente o Sistema AMTRES regressaram a uma certa normalidade adaptada, que se reflectiu na produção global de resíduos.

Resultou, assim, do balanço de 2021, um acréscimo na quantidade total de resíduos recebidos dos municípios do Sistema AMTRES bem como de entidades particulares, desvio positivo que pode ser observado no quadro seguinte.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ 2020-2021
Cascais (t)	133 676	134 883	141 201	141 096	138 709	140 098	1,0%
Mafra (t)	39 955	42 374	46 158	47 310	48 263	51 470	6,6%
Oeiras (t)	75 870	74 452	79 689	79 437	79 596	78 785	-1,0%
Sintra (t)	162 197	170 497	177 924	178 332	191 358	190 549	-0,4%
Particulares (t)	4 218	7 880	10 556	9 029	8 443	10 116	19,8%
<b>TOTAL DE RESÍDUOS (t)</b>	<b>415 916</b>	<b>430 086</b>	<b>455 528</b>	<b>455 203</b>	<b>466 368</b>	<b>471 018</b>	<b>1,0%</b>

Atendendo às respectivas características populacionais, económicas e de actividade, o crescimento acima reportado não foi semelhante em todos os Municípios da área de intervenção da TRATOLIXO, uma vez que nos municípios de Oeiras e Sintra ocorreram ligeiras diminuições na produção de resíduos – variação de -812 t e -809 t face ao ano anterior, respectivamente.

Isto deve-se ao facto destes Municípios terem um número elevado de empresas do sector terciário (comércio e serviços) e pela redução do turismo, que segundo projecções do Banco de Portugal, apesar da aceleração verificada em 2021, o indicador preliminar das viagens e turismo da balança de pagamentos revelou que os valores continuaram abaixo dos registados no período pré-pandemia, variação motivada pelas restrições à movimentação de pessoas implementadas em todo o globo.

O total de resíduos recebidos em 2021 – cerca de 471.018 t – deveu-se, principalmente, aos incrementos registados nas recolhas de resíduos verdes (+ 4.071 t e + 9,2%) e de monstros (+ 2.825 t e +12,1%).

Esse facto pode ser observado na análise individual de cada origem de resíduos por município que se demonstra de seguida, primeiramente nos dados referentes às recolhas indiferenciadas apresentadas abaixo.

	RECOLHAS INDIFERENCIADAS						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ 2020-2021
<b>RESÍDUOS INDIFERENCIADOS (t)</b>	<b>300 162</b>	<b>305 835</b>	<b>315 838</b>	<b>317 832</b>	<b>316 824</b>	<b>313 569</b>	<b>-1,0%</b>
Cascals (t)	87 704	89 563	90 321	89 891	87 811	86 366	-1,6%
Mafra (t)	30 691	31 956	33 414	33 476	35 285	36 341	3,0%
Oeiras (t)	57 359	58 017	59 639	59 790	57 127	56 025	-1,9%
Sintra (t)	124 051	126 030	132 204	134 456	136 419	134 084	-1,7%
Particulares (t)	357	269	260	219	182	754	313,2%
<b>RESÍDUOS DE LIMPEZA (t)</b>	<b>26 744</b>	<b>30 409</b>	<b>30 378</b>	<b>28 231</b>	<b>34 460</b>	<b>32 099</b>	<b>-6,9%</b>
Cascals (t)	8 778	7 602	8 022	8 156	6 607	6 030	-8,7%
Mafra (t)	1 816	1 852	2 256	3 134	3 835	3 152	-17,8%
Oeiras (t)	4 772	2 639	4 697	2 947	4 703	4 208	-10,5%
Sintra (t)	11 332	18 306	15 356	13 950	19 256	18 606	-3,4%
Particulares (t)	46	10	46	44	58	102	75,3%
<b>MONSTROS (t)</b>	<b>10 651</b>	<b>13 260</b>	<b>17 380</b>	<b>19 999</b>	<b>23 271</b>	<b>26 096</b>	<b>12,1%</b>
Cascals (t)	3 284	3 778	4 908	4 974	4 896	5 012	2,4%
Mafra (t)	1 731	2 388	2 759	3 569	3 164	3 815	20,6%
Oeiras (t)	1 768	2 029	2 284	3 042	4 348	4 944	13,7%
Sintra (t)	2 006	2 674	4 050	5 543	7 813	8 830	13,0%
Particulares (t)	1 863	2 392	3 379	2 872	3 050	3 495	14,6%
<b>TOTAL RECOLHAS INDIFERENCIADAS (t)</b>	<b>337 557</b>	<b>349 504</b>	<b>363 595</b>	<b>366 062</b>	<b>374 556</b>	<b>371 764</b>	<b>-0,7%</b>

Verifica-se do quadro anterior uma nítida redução no conjunto das recolhas de origem indiferenciada (-2.792 t e -0,7%), justificada com as diminuições dos quantitativos de resíduos indiferenciados (-3.256 t e -1,0%) – comportamento que apenas não se observou no município de Mafra, a registar um aumento de +1.056 t (+3,0%) no ano de 2021 – e dos quantitativos de resíduos de limpeza – diminuição patente em todos os municípios do Sistema AMTRES.

Por outro lado, no que às recolhas de origem selectiva diz respeito e, em concreto, na recolha selectiva multimaterial, registou-se um crescimento de 6,6% (+2.663 t) em 2021, como se pode verificar no quadro seguinte.

	RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ 2010-2021
<b>PAPEL/CARTÃO (t)</b>	12 614	12 185	14 379	15 449	16 757	17 326	3,4%
Cascais	4 167	3 797	4 601	4 861	5 006	5 267	5,2%
Mafra	1 200	1 230	1 359	1 585	1 779	1 816	2,1%
Oeiras	3 299	3 442	3 786	3 996	4 168	4 341	4,2%
Sintra	3 946	3 712	4 613	4 999	5 768	5 841	1,3%
Particulares	2	5	20	9	37	61	66,4%
<b>EMBALAGENS DE PLÁSTICO, METAL E ECAL (t)</b>	7 965	8 238	8 966	10 330	11 007	12 283	11,6%
Cascais	2 281	2 476	2 750	3 102	3 226	3 506	8,7%
Mafra	682	735	792	939	1 113	1 723	54,8%
Oeiras	1 894	2 003	2 301	2 518	2 631	2 817	7,0%
Sintra	3 086	2 990	3 075	3 743	4 007	4 230	5,6%
Particulares	22	34	49	26	29	8	-74,3%
<b>VÍDRIO (t)</b>	10 356	10 449	10 885	11 894	12 542	13 360	6,5%
Cascais	3 180	3 309	3 488	3 785	3 756	4 106	9,3%
Mafra	1 096	1 160	1 211	1 319	1 422	1 539	8,2%
Oeiras	2 255	2 274	2 379	2 616	2 902	2 918	0,5%
Sintra	3 826	3 700	3 808	4 161	4 462	4 798	7,5%
Particulares	0	6	0	13	1	0	-100,0%
<b>TOTAL RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)</b>	36 934	36 872	34 231	37 575	40 305	42 958	8,8%

Para esta realidade contribuíram os aumentos na recepção de todos os materiais provenientes do ecoponto, embora com maior destaque para as embalagens de plástico, metal e ECAL (+1.277 t e +11,6%) e vidro (+818 t e + 6,5%), verificável pelo crescimento destas recolhas em todos os municípios.

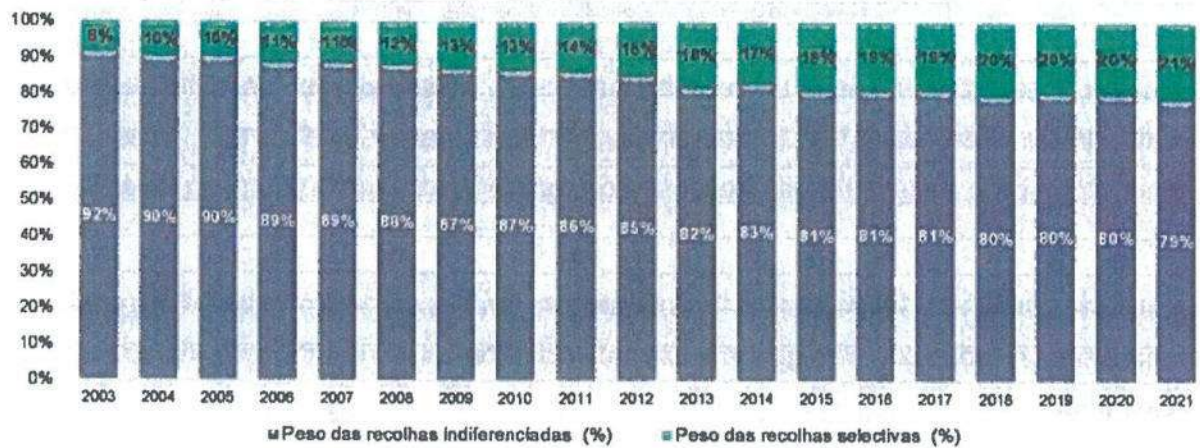
Já no respeitante à recolha selectiva de biorresíduos, esta também apresentou um resultado muito optimista, com crescimento de +9,3% e +4.778 t, como atestado no quadro seguinte.

	RECOLHA SELECTIVA BIORRESÍDUOS						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ 2020-2021
<b>RESÍDUOS ORGÂNICOS (t)</b>	9 034	6 429	8 588	8 784	7 387	8 083	9,6%
Cascais (t)	29	0	626	1 446	1 031	1 208	17,1%
Mafra (t)	493	622	577	634	671	563	-16,1%
Oeiras (t)	765	754	775	907	635	642	1,1%
Sintra (t)	0	0	0	0	0	0	0,0%
Particulares (t)	1 746	5 053	6 610	5 797	5 050	5 680	12,5%
<b>RESÍDUOS VERDES (t)</b>	44 391	43 281	49 115	42 683	44 121	48 192	9,2%
Cascais (t)	24 254	24 359	26 487	24 881	26 375	28 603	8,5%
Mafra (t)	2 245	2 431	3 790	2 653	994	2 520	153,5%
Oeiras (t)	3 758	3 294	3 828	3 620	3 083	2 892	-6,2%
Sintra (t)	13 951	13 085	14 817	11 479	13 634	14 161	3,9%
Particulares (t)	183	111	192	50	35	16	-54,9%
<b>TOTAL BIORRESÍDUOS (t)</b>	47 425	49 710	57 793	51 467	51 508	56 286	9,8%

O esforço dos municípios em incentivar as recolhas selectivas é, aliás, compatível com as principais metas de gestão de resíduos que se preconizam para o período pós 2020,

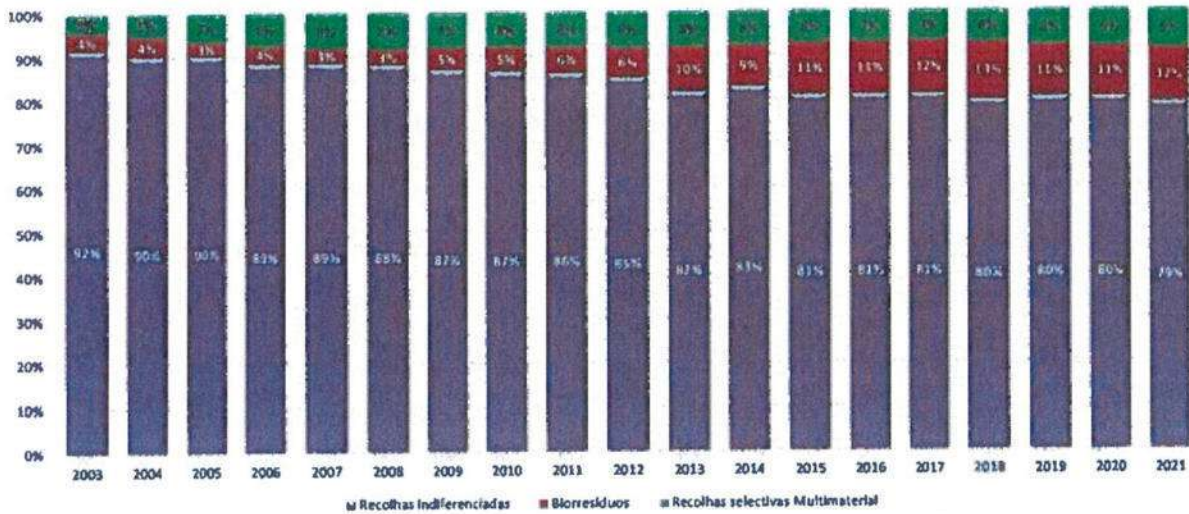
nomeadamente a prevenção da produção de resíduos, a obrigatoriedade de recolha selectiva de resíduos perigosos de origem doméstica, a diminuição da deposição em aterro, as retomas de recolha selectiva e, de forma indirecta, também a preparação para reutilização e reciclagem.

Com base no trabalho que os municípios do Sistema AMTRES têm vindo a desenvolver, em 2021 foi finalmente possível assistir ao decréscimo da representatividade das recolhas indiferenciadas face à representatividade das recolhas selectivas – 79% vs 21%, respectivamente – fruto das alterações comportamentais nos cidadãos, decréscimo esse que não acontecia desde 2018, como é comprovado pelo gráfico abaixo.



Concentrando a análise nas recolhas selectivas, em 2021 verificou-se um crescimento no respeitante à recolha selectiva de biorresíduos – que atingiu 12% do total de recolhas, dos quais apenas 2% correspondem à recolha selectiva de resíduos orgânicos – e, por outro lado, a representatividade da recolha selectiva multimaterial manteve-se nos 9%, conforme consta do gráfico seguinte.

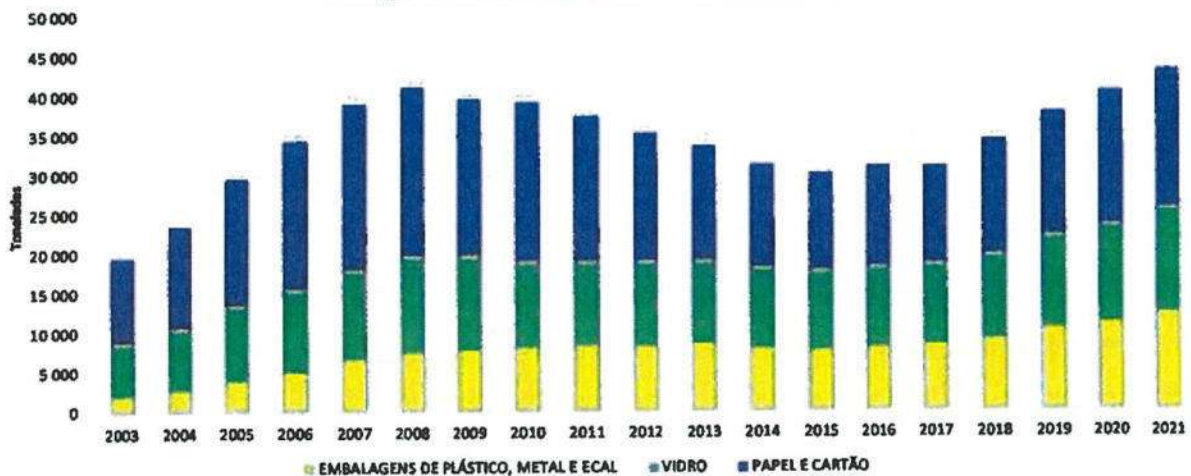




Analisando mais detalhadamente o comportamento evolutivo das recolhas selectivas multimaterial no Sistema AMTRES, denota-se uma quebra entre 2019 e 2015 na sequência da crise económica seguida de um crescimento gradual que só em 2020 atingiu valores pré-crise.

O resultado obtido em 2021 que se apresenta no gráfico seguinte é bastante positivo e igualmente promissor para o atingimento da meta de retomas de recolha selectiva prevista no PERSU 2030.

Evolução das recolhas selectivas Multimaterial



Para esta evolução contribuíram certamente os vários investimentos que os municípios desenvolveram nas suas áreas de intervenção, em termos de sensibilização ambiental mas também de novos projectos de recolha selectiva, nomeadamente no domínio do Sistema de Depósito e Reembolso de embalagens de bebidas.

## 2.2. Tratamento e Valorização de Resíduos

Apesar da situação pandémica ter dominado o modo de funcionamento da empresa em 2021, a prioridade da TRATOLIXO foi realizar a sua actividade de gestão de resíduos – como serviço público essencial – de forma ininterrupta, em moldes seguros e ambientalmente adequados, obedecendo às orientações proporcionadas pelas diversas autoridades.

Ainda que com constrangimentos e adaptações necessárias para lidar com esta realidade de crise epidemiológica, a visão de estratégia da TRATOLIXO sempre se baseou no pressuposto de garantir um funcionamento operacional otimizado e suportado em metodologias certificadas, promovendo anualmente a melhoria contínua da actividade desenvolvida nas suas infra-estruturas, de modo a maximizar a produção de produtos valorizáveis e minimizar os refugos operacionais.

Este trabalho é, por um lado, fundamental para a redução de custos, mas é sobretudo de primordial importância para o cumprimento das metas de gestão de resíduos do PERSU 2030.

Como é sabido, os processos operacionais da empresa estão suportados na triagem dos vários materiais e resíduos valorizáveis recebidos, potenciando, assim, o seu encaminhamento para reciclagem ou outras formas de valorização.

O recente investimento na construção da nova Central de Triagem (CT) de Resíduos de Embalagem de Trajouce constitui o exemplo mais relevante de medidas implementadas nos últimos anos para fazer face a estas preocupações, sendo que à data a empresa encontra-se a apostar na requalificação e construção de outras infra-estruturas – unidades de TMB e nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes – que potenciem uma gestão tecnológica mais eficiente e conducente ao aumento da circularidade dos resíduos urbanos.

Após triagem nos respectivos processos operacionais, os materiais recicláveis obtidos nas várias infra-estruturas da empresa – CITRS, CDA, CT e Ecocentros – são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos.

Atendendo apenas aos resíduos que constituem produtos comercializáveis para a TRATOLIXO – via entidades gestoras ou não – em 2021 foram encaminhados para reciclagem um total de 71.107,83 t de resíduos – um desvio de +15,27% face ao ano anterior – distribuídos pelas categorias de produto que se apresentam no quadro abaixo.

Produto	Quantidade (t)
Papel/Cartão *	15 693,75
Plásticos/Metals **	9 213,24
Vidro	13 841,07
Outros ***	32 359,77
<b>TOTAL</b>	<b>71 107,83</b>

\* Inclui fracção embalagem e não embalagem proveniente das recolhas selectiva e indiferenciada;

\*\* Inclui materiais das recolha selectiva, indiferenciada e ecocentros;

\*\*\* Inclui REEE's, pilhas e acumuladores, pneus usados e estilha.

Os resultados obtidos tiveram como contributo o crescimento das vendas do papel/cartão embalagem e não embalagem, dos plásticos mistos e da estilha.

Para além dos materiais e/ou resíduos recicláveis obtidos no processo de triagem, destaque também para a produção de composto na CDA da Abrunheira, efectuada a partir da etapa de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos desta instalação.

Durante o ano de 2021, foram produzidas cerca de 5.000 t de composto na CDA, um valor que representa um decréscimo de cerca de -50% que se justifica com a paragem prolongada associada à empreitada para aumento da capacidade da linha de afinação de composto.

Por outro lado, resultante do processo de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos nesta instalação, obteve-se a produção e venda de mais de 21.000 MWh de energia eléctrica, valor que representa um acréscimo de cerca de +11% face ao ano de 2020, sendo este desvio justificado pela retoma do normal funcionamento da unidade após os condicionamentos implementados no ano anterior no decurso do combate à pandemia.

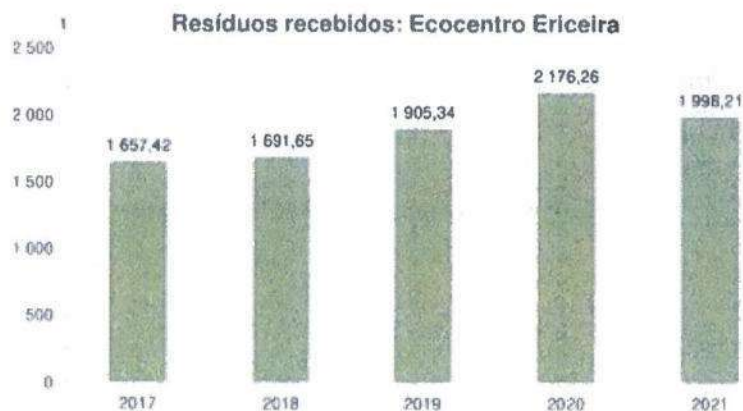


No respeitante à actividade desenvolvida nos Ecocentros da TRATOLIXO, há que salientar a importância dos mesmos para a entrega dedicada, por parte dos cidadãos e outros produtores, de vários fluxos de resíduos especiais – ex.: óleos minerais, REEE, etc – entre outras tipologias de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.

Atendendo à variedade de resíduos com possibilidade de serem recepcionados nestas infra-estruturas, considera-se ser uma excelente oportunidade para promover a recolha selectiva de têxteis e pequenas fracções de resíduos perigosos domésticos, cuja meta estabelecida no PERSU 2020+ impõe a obrigatoriedade de recolha a partir de 2025, ao abrigo da aprovação do Pacote da Economia Circular e revisão da Directiva-Quadro de Resíduos.

Dedica-se, por isso, uma análise específica aos movimentos ocorridos nos Ecocentros da Ericeira e Abrunheira durante o ano de 2021, que no Sistema AMTRES têm vindo a registar resultados muito positivos em termos de utilização e deposição de resíduos.

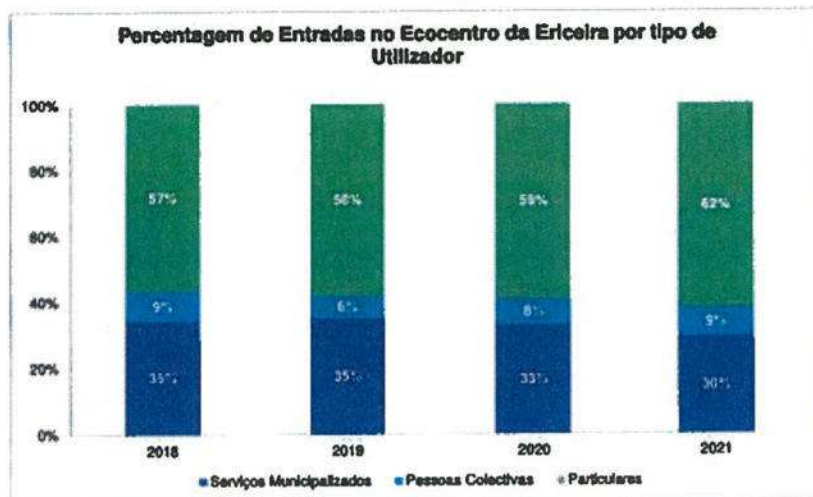
No Ecocentro da Ericeira foram entregues 1.998,21 t de resíduos durante o ano a que reporta este relatório, representando um decréscimo de -8,18% (-178,05 t) face ao ano de 2020.



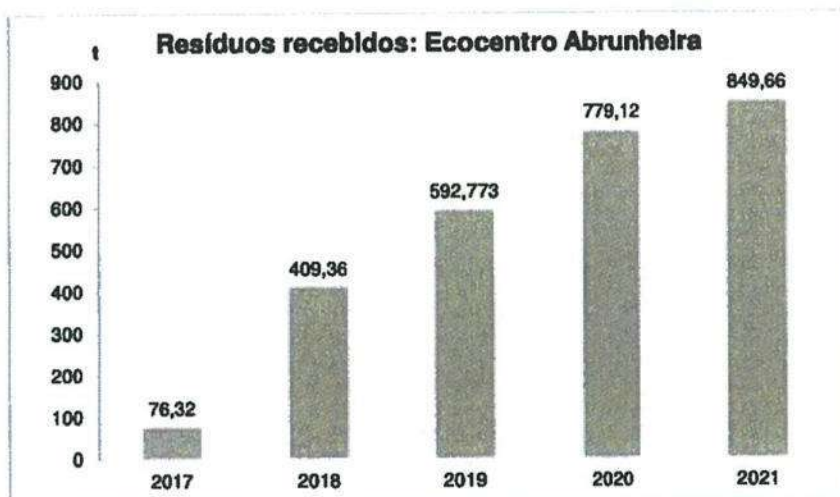
Em termos de número de utilizadores, registaram-se em 2021 um total de 12.436 utilizadores entrados nesta instalação, o que constitui um acréscimo de +2,46% (+298 utilizadores) face ao verificado no ano anterior, sinal evidente de uma crescente importância e procura deste tipo de infra-estruturas como soluções de proximidade para a correcta gestão de resíduos dos cidadãos.

Esta afirmação é suportada pela análise da evolução do número e tipo de utilizadores deste ecocentro, o qual denota serem os utilizadores particulares a representar 62% das entidades a frequentar o Ecocentro da Ericeira num crescimento assinalável ao longo dos anos, seguido

dos serviços municipalizados com 30% - a perder gradualmente representação – e das pessoas colectivas, cujo resultado de 9% em termos de representatividade constituiu igualmente um ligeiro crescimento, conforme observado no gráfico seguinte.

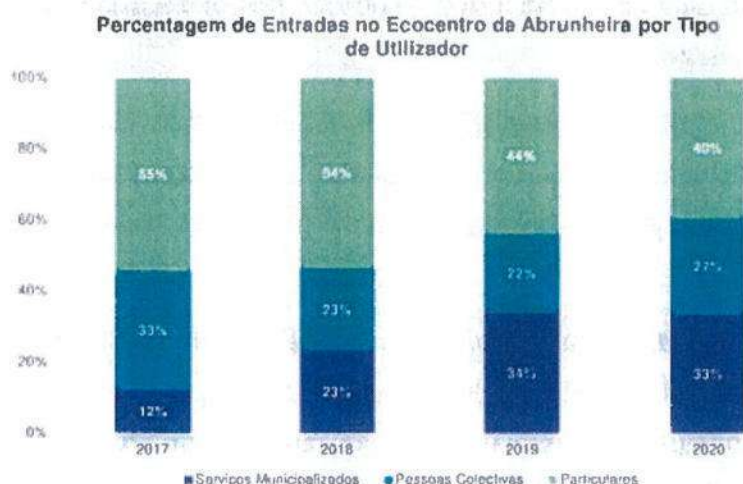


Sobre a recepção de resíduos no Ecocentro da Abrunheira em 2021 verifica-se a entrada de 849,66 t de resíduos, o que representou um aumento de cerca de +9% (+70,54 t) face ao ano anterior, o que tendo em consideração que em 2020 esta infra-estrutura esteve encerrada temporariamente devido à pandemia de COVID19 e a evolução anual patente no gráfico seguinte, pode-se afirmar que resultado obtido revela um funcionamento promissor do Ecocentro da Abrunheira.



Neste ecocentro deram entrada um total de 3.107 utilizadores, uma variação de 14% face ao ano de 2020 pelo motivo já assinalado acima.

A maioria desses utilizadores (40%) correspondeu a utilizadores particulares, embora se tenha vindo a assistir a um aumento da representatividade da utilização do EcoCentro da Abrunheira por parte dos utilizadores colectivos e dos serviços municipalizados, conforme consta da evolução gráfica apresentada de seguida.



Os resultados acima descritos reforçam a importância dos ecocentros no circuito de gestão de resíduos do Sistema AMTRES, enquanto instalações de proximidade dos cidadãos para deposição e armazenagem de resíduos urbanos e equiparados com vista ao posterior encaminhamento para destino adequado, contribuindo para a sua valorização e sustentabilidade dos recursos naturais.

Com base em todo este trabalho desenvolvido e atendendo às metas estabelecidas no PERSU 2020 para o Sistema AMTRES, a TRATOLIXO efectuou os cálculos necessários para poder verificar o seu nível de cumprimento das mesmas, que se apresenta no quadro abaixo para o ano de 2021.

Metas	Posicionamento actual	Metas Intercalares (Despacho n.º 3350/2015, de 1 de Abril)			
		2017	2018	2019	2020
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro (% de RUB produzidos)	100%	16%	16%	16%	16%
Preparação para reutilização e reciclagem (% de RU recicláveis)	100%	29%	42%	52%	53%
Retomas de recolha selectiva (kg per capita por ano)	100%	39	42	46	59*

\*Meta corrigida no âmbito do RARU 2020 para a capitação actual

Nota: Resultados provisórios sujeitos a validação pela APA

Para estes cálculos foi considerada a metodologia de cálculo prevista na Decisão 2011/753/UE de 18 de Novembro de 2011.

À semelhança do que sucedeu em 2020, a TRATOLIXO não cumpre qualquer uma das metas para 2020 relativas à percentagem máxima de deposição de RUB em aterro, taxa mínima de preparação para reutilização e reciclagem e no que diz respeito à quantidade de resíduos de recolha selectiva retomados.

O incumprimento da meta de deposição de RUB em aterro ficou comprometida pela incapacidade de recepção de resíduos na Valorsul, que embora tenha assumido valores semelhantes ao histórico pré-pandemia, é ainda insuficiente para as necessidades da TRATOLIXO.

Atendendo à definição dada pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro (novo Regime Geral de Gestão de Resíduos) para o conceito de “preparação para reutilização e reciclagem”, entende-se que esta meta é conseguida com o aumento e eficácia da separação dos materiais e fracções de resíduos – quer recolhidos selectivamente quer recolhidos indiferenciadamente – pelo que a mesma é dependente da própria TRATOLIXO.

Sobre o incumprimento da meta de preparação para reutilização e reciclagem no ano de 2021, para além dos condicionalismos associados à pandemia de COVID-19 que ainda se sentiram, este deve-se maioritariamente ao facto da progressão anual não ter sido suficiente para um resultado a alcançar que já se calculava ser bastante ambicioso face ao cenário de atraso da conclusão/construção de novas infra-estruturas da empresa (nova CT e requalificação do TM de Trajouce) por motivos de suspensão dos pagamentos do POSEUR e não abertura de novos avisos durante um longo período de tempo.

Quanto à meta de retomas de recolha selectiva, esta encontra-se relacionada com uma actuação a montante na cadeia de gestão de resíduos, em concreto na operação de recolha selectiva propriamente dita, a qual é da responsabilidade dos municípios.

Salienta-se novamente que estes resultados são provisórios, pois não contabilizaram os quantitativos de materiais recicláveis e escórias resultantes do envio de resíduos da TRATOLIXO para as entidades prestadoras de serviço externas.

Os resultados finais serão posteriormente validados pela APA, o que acontecerá com a publicação, por parte desta autoridade nacional, do Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU 2021).

Apesar do incumprimento dos indicadores de desempenho verificado, é possível verificar a evolução bastante favorável nos indicadores de desempenho do Sistema, conforme consta do quadro abaixo.

Metas	Histórico								Posicionamento actual
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro (% de RUB produzidos)	16%	8%	3%	3%	6%	8%	19%	34%	17%
Preparação para reutilização e reciclagem (% de RU recicláveis)	27%	42%	48%	42%	43%	52%	48%	41%	45%
Retomas de recolha selectiva (kg per capita por ano)	34	34	33	34	34	38	41	44	49

\*Meta corrigida no âmbito do RARU 2020 para a captação actual

Sobre a evolução que se observa no resultado da meta de retomas de recolha selectiva, esta deve-se ao esforço que os municípios têm vindo a desenvolver na adopção de estratégias e implementação de medidas conducentes a uma melhor gestão dos resíduos – tais como a sensibilização dos cidadãos e a concretização de projectos vários, tais como a expansão do número de ecopontos, projectos de recolha dedicada e de sistemas de incentivo – ao longo dos últimos anos, o que está a influenciar positivamente estes resultados.

E porque para esta meta contribui também o papel da sensibilização, tal como já foi referido, salienta-se também o trabalho desenvolvido pela TRATOLIXO neste âmbito – que apesar das contingências e limitações da pandemia, continuou a desenvolver, dentro dos moldes possíveis, acções de sensibilização à escala de todo o Sistema AMTRES para diversos públicos-alvo – sendo já possível, através da evolução dos resultados da meta de retomas de recolha selectiva, começar a observar resultados positivos em termos de alterações comportamentais nos cidadãos.

Por fim, conclui-se que o cumprimento das metas de gestão de resíduos urbanos – já no âmbito do PERSU 2030 – só será possível de atingir com a adaptação e aumento da capacidade de tratamento das actuais infra-estruturas de tratamento da TRATOLIXO e com a construção de novas unidades de valorização, designadamente com a adaptação das unidades de Tratamento Mecânico de Trajouce e aumento da capacidade de Tratamento Biológico da Abrunheira e com a construção de uma Central de Compostagem para Resíduos Verdes oriundos de recolha selectiva em Trajouce, projectos já em curso com o apoio de financiamento do POSEUR.



## 2.3. Novas Infra-Estruturas

### 2.3.1. Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos

A candidatura com a designação POSEUR-03-1911-FC-000225 – Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos, é referente à adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce ao sistema de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico – que decorre da obrigatoriedade legal de recolha selectiva deste fluxo de resíduos a partir de 2023 – e ao aumento da capacidade de Tratamento Biológico (TB) da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira das actuais 80.000 t/ano para 120.000 t/ano.

Com esta operação serão executadas diversas empreitadas de adaptação das unidades de TM e TB da TRATOLIXO, com instalação de novos equipamentos mais eficientes e inovadores conducentes a ganhos ambientais e redução de custos operacionais, que permitirão à TRATOLIXO como resultado último dar cumprimento às metas do PERSU 2020+ de preparação para reutilização e reciclagem e de deposição de RUB em aterro.

Ao abrigo desta candidatura será também construída uma nova portaria operacional em Trajouce.

A operação tem um investimento total elegível de 7.650.337,00 € e, segundo o relatório final enviado pela entidade gestora do POSEUR, ficou classificada em 2ª lugar de mérito, com uma pontuação de 4,73 valores, tendo obtido a aprovação do PO SEUR a 21 de Maio de 2020 e uma taxa de co-financiamento de 85% a fundo perdido.

Actualmente encontram-se em curso vários procedimentos concursais para a execução das empreitadas previstas na operação, que se resumem de seguida.

- Empreitada de Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos e Respectiva Fiscalização;
- Empreitada da Portaria Operacional de Trajouce e Respectiva Fiscalização;
- Adaptação da Afinação e Armazenamento de Composto;
- Empreitada de Ampliação da Capacidade da Central de Digestão Anaeróbia.

### 2.3.2. Central de Compostagem de Resíduos Verdes



A candidatura com a designação POSEUR-03-1911-FC-000226 – Central de Compostagem para Resíduos Verdes (CCVR) oriundos de Recolha Selectiva, consiste na construção de uma Central de Compostagem para Resíduos Verdes provenientes de recolha selectiva, através da requalificação dos antigos parques de compostagem da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce.

A nova CCRV terá uma capacidade anual para tratar 50.000 t de resíduos verdes (RV), permitindo, em primeiro lugar, o tratamento da totalidade dos RV produzidos e recolhidos na área de intervenção da TRATOLIXO.

Serão instalados equipamentos fixos e adquiridos equipamentos móveis para o processamento desta tipologia de resíduos, tecnologicamente inovadores e mais eficientes, atendendo às MTD e em consonância com os BREF.

A implementação da operação resultará na produção de 15.000 t anuais de composto, o que permitirá atingir a meta do PERSU 2020+ relativa à preparação para reutilização e reciclagem e contribuir fortemente para o desvio de RUB de aterro.

Esta operação tem um investimento total de 6.094.000,00 € e, segundo o relatório final enviado pela entidade gestora do PO SEUR, ficou classificada em 3º lugar de mérito, com uma pontuação de 4,50 valores, tendo obtido a aprovação do PO SEUR a 21 de Maio de 2020 e uma taxa de co-financiamento de 85% a fundo perdido.

A Empreitada de Requalificação e Adaptação da Central de Compostagem para Resíduos Verdes do Ecoparque de Trajouce foi adjudicada em Maio e o contrato foi assinado em Junho de 2021, estando a respectiva obra em curso.

Em 2021 foram ainda adquiridos, ao abrigo do co-financiamento do POSEUR, alguns dos equipamentos móveis necessários para a adequada operacionalização desta unidade.



### 2.3.3. Novo Edifício Social e Armazém da Abrunheira

As infra-estruturas de apoio do Ecoparque da Abrunheira, nomeadamente balneários masculinos e femininos, copa, posto médico e armazém, estão instalados em contentores provisórios desde a abertura do Ecoparque, pelo que a TRATOLIXO decidiu contratar a elaboração de um projecto de execução para a construção de um novo edifício social e armazém para o Ecoparque da Abrunheira.

Foram requisitos da TRATOLIXO que o projecto apresentasse um equilíbrio entre as exigências funcionais de um edifício social e a devida inserção no espaço envolvente, tendo em consideração a sua visibilidade da A21, devendo, por isso, constituir um caso exemplar de integração paisagística, durabilidade, sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos. Os edifícios deverão ter um comportamento energético racional, com redução das necessidades energéticas para aquecimento, arrefecimento, ventilação e iluminação, através de sistemas passivos que se adaptem aos vários tipos de ocupação e com actuação sectorizada.

Todos os materiais previstos em projecto deverão ter elevada robustez ao nível do funcionamento, elevada resistência ao uso, ao ambiente e mesmo ao vandalismo, grande facilidade de manutenção e limpeza, aliando soluções de criatividade a soluções de custo controlado.

De modo a promover os princípios da economia circular serão reutilizados materiais de construção, numa proporção não inferior a 10%, concedendo uma segunda oportunidade para estes produtos e desta forma minimizando impactes ambientais com a sua eliminação.

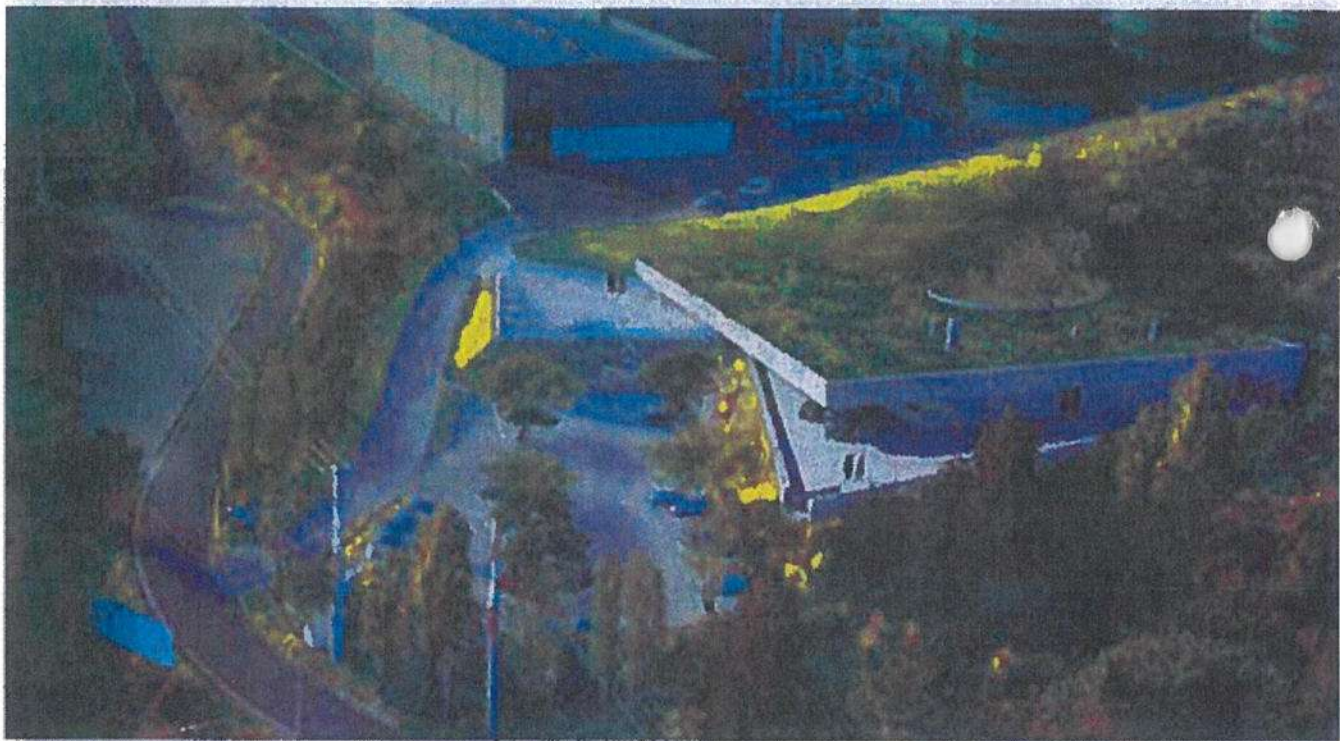
A materialização desta solução consistiu na implementação de uma estrutura em betão armado, sem revestimentos, encaixada no desnível do terreno, e cuja cobertura se prolonga do lado sul, protegendo os espaços da exposição solar excessiva, e criando um enquadramento sobre a vista distante, que alcança o Palácio na Pena, na Serra de Sintra. Este espaço exterior coberto permite organizar as áreas de lazer ao ar livre e o acesso ao estacionamento na plataforma abaixo.

O estacionamento foi reordenado e serão introduzidas árvores de pequeno porte, criando ensombramento sobre as viaturas. Desde a A21, este coberto vegetal, que se prolonga pelas encostas adjacentes, permite ocultar a presença dos automóveis, criando uma espécie de 'chão' arbóreo a partir da esplanada coberta do edifício de apoio.

Parcialmente encaixado no terreno, o edifício dispõe de uma elevada e natural inércia térmica. A ventilação natural é assegurada pela introdução de um pátio central, que deixa visível parte

da encosta rochosa existente, e permite ainda um acesso pedonal dos funcionários a partir da cota superior. Este acesso de serviço permite separar o circuito 'sujo' do circuito 'limpo', este último com entrada pelo lado poente do edifício, junto à via de acesso entre as várias plataformas.

Após a apresentação da solução arquitectónica aos trabalhadores para recolha de contributos o Projecto de execução foi concluído e o Concurso público para a sua execução será lançado ainda no primeiro trimestre de 2022.



## 2.4. Planeamento, Estratégia e Inovação

Tendo em linha de conta o contexto epidemiológico que se vive desde o ano anterior, a linha estratégica da TRATOLIXO em 2021 manteve-se coerente com as principais políticas nacionais do ambiente, atendendo ao desenvolvimento tecnológico e ao cumprimento das novas metas para 2030, tendo presente a circularidade e a descarbonização numa adequada gestão dos resíduos.

Como tal, foram desenvolvidos vários estudos, iniciativas e projectos estratégicos conducentes a estes objectivos e a uma maior aquisição de conhecimento técnico para a empresa.

Destaca-se primeiramente a apresentação pública, em Julho, do Estudo para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos nos Municípios da TRATOLIXO, co-financiado pelo Fundo Ambiental e desenvolvido pela 3Drivers.

Atendendo à relevância que os biorresíduos assumiram nas políticas nacionais em matéria de gestão de resíduos e à consequente obrigatoriedade legal de proceder à sua recolha selectiva a partir do ano de 2023, a TRATOLIXO promoveu a realização deste estudo com o objectivo de traçar as linhas orientadoras de acção e investimento para o próximo decénio, com vista ao desenvolvimento e implementação de sistemas de recolha selectiva e valorização dos biorresíduos produzidos nos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Foram analisadas várias soluções técnicas e diferentes cenários, de modo a atingir maiores taxas de recuperação de biorresíduos – e, consequentemente, num maior contributo para o cumprimento das principais metas de gestão de resíduos – obter redução de custos de operação e resulte em ganhos técnicos e ambientais.

Este estudo revelou que a recolha em co-coleção com sacos ópticos – já em curso nos municípios através da implementação de diversos projectos-piloto – é a solução mais vantajosa, que deverá, no entanto, ser complementada com soluções caso a caso para os diferentes municípios, nomeadamente no que diz respeito a recolhas de proximidade, recolhas dedicadas aos produtores não domésticos e recolhas de resíduos verdes a pedido.



ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE RECOLHA DE BIORRESÍDUOS NOS MUNICÍPIOS DA TRATOLIXO  
Iniciativa Promotor  
Maio de 2021

TRATOLIXO  
FUNDO AMBIENTAL

Assinala-se que o Relatório Preliminar deste estudo esteve em consulta pública e irá constituir a base de desenvolvimento da estratégia de gestão dos biorresíduos produzidos nos Municípios do Sistema AMTRES.

E como referido anteriormente, os municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra estão a implementar projectos-piloto de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico, já em conformidade com a obrigatoriedade definida nos instrumentos de planeamento nacionais e em consonância com a candidatura POSEUR-03-1911-FC-000225 – Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos, empreitada que prevê, entre outras, a adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce ao sistema de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico.

Nestes projectos-piloto, a recolha selectiva de biorresíduos é efectuada através da utilização de sacos plásticos 100% reciclados com uma cor específica para este fluxo, que são depositados e recolhidos pelos municípios juntamente com os resíduos indiferenciados na contentorização já existente na via pública.

Neste sentido, a TRATOLIXO encontra-se a acompanhar a evolução destes circuitos piloto nos quatro municípios, através da realização de campanhas de caracterização do conteúdo dos sacos ópticos recolhidos.



A TRATOLIXO, no decorrer das reuniões da CAPER, Comissão de Acompanhamento formada pelos 4 Municípios da AMTRES e a própria TRATOLIXO, foi abordada no sentido de ser avaliada a possibilidade de valorizar os resíduos de biomassa florestal residual e, eventualmente, de outros concelhos limítrofes cujo potencial e solução não esteja ainda preconizado no âmbito de gestão de combustíveis nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Neste sentido, a TRATOLIXO, como entidade que agrega o interesse dos 4 Municípios, ficou responsável pela contratação da realização de um estudo que permita conhecer e avaliar este potencial na área geográfica da AMTRES, apontando soluções concretas para valorização de biomassa florestal residual.

Desta forma, será elaborado um Estudo de Avaliação do Potencial de Biomassa Existente e soluções para estes resíduos que contemplará quatro etapas:

- Análise do ponto de situação actual – Caracterização, por município, das quantidades recolhidas e potencial por recolher;
- Avaliação de potencial de novas entregas – Caracterização, por município, das quantidades e origens de novos contributos;
- Avaliação de sistemas de valorização destes resíduos – Sistemas de valorização localizada ou centralizada; tipos de valorização;
- Análise técnico-económica das soluções apresentadas.

Também uma preocupação constante da TRATOLIXO é determinar soluções inovadoras, ambientalmente adequadas e economicamente vantajosas para a fracção “resto” dos resíduos.

A nível nacional, esta fracção “resto”, que pode ser encarada como um refugo do processamento de resíduos, atinge mais de 1 milhão de toneladas anuais e necessita de ser valorizada de acordo com as melhores práticas internacionais e ainda com valor acrescentado.

Por este motivo, a TRATOLIXO irá desenvolver um Estudo de Avaliação da Implementação de Soluções de Gaseificação e Pirólise para a Valorização de Resíduos Urbanos.

Este estudo tem como objectivos identificar e caracterizar opções de investimento em tecnologias (unidades industriais) baseadas na pirólise e na gaseificação de resíduos urbanos, bem como analisar o seu contexto em termos dos diferentes instrumentos de política ambiental e da legislação aplicável, para que se possa avaliar o alinhamento destas soluções tecnológicas com as estratégias nacionais em matéria de resíduos, de energia e de recuperação económica.

Nesta análise incluem-se os processos subsequentes de transformação dos líquidos sintetizados e do “gás produto” gerado, em produtos químicos ou combustíveis líquidos, mas também de metano ou de hidrogénio, pela procura que terão a nível internacional num cenário de descarbonização da economia, incluindo a sua potencial utilização na frota de veículos da TRATOLIXO, promovendo assim uma verdadeira estratégia de economia circular.

Dada a falta de precedentes, em Portugal, na instalação de unidades de pirólise ou de gaseificação de resíduos com vista à produção de combustíveis ou outros produtos químicos,

é fundamental enquadrar esta opção estratégica de valorização de resíduos no quadro legal e estratégico actual direccionado para uma economia circular e eficiente no uso de recursos e energia.

Em 2021 a TRATOLIXO também integrou o consórcio "Lavoisier – Tecnologias avançadas de minimização de desperdício e maximização de descarbonização em simbiose com tecnologias de Biorrefinação".

Lavoisier é um Pacto de Inovação que envolve um investimento superior a 116M €, sendo constituído por 44 entidades, com a participação de 29 empresas das quais 7 grandes empresas: Prio, RioPele, Renova, Sonae MC, Sorgal, ITS e SEBOL do Grupo ETSA/SEMAPA.

O Eixo de Inovação nuclear do projecto são as Biorrefinarias que, em simbiose industrial com outros processos e eixos de inovação, irão permitir aumentar a competitividade e assegurar uma descarbonização de produtos e processos, com forte impacto no aumento do tempo de vida e circularidade de fluxos de massa residuais ou não valorização correctamente, por princípios de Cascata de Valor.

O projecto Pacto de Inovação Lavoisier permitirá uma transformação do tecido produtivo português com base em tecnologias de biorrefinarias, que terão como base matérias-primas de três fluxos de massa que irão representar 3 novos processos industriais disruptivos a nível internacional:

- F1. Biomassa lenho-Celulósica de resíduos florestais e matos e incultos;
- F2. Resíduos Têxteis diversos; e
- F3. Resíduos indiferenciados urbanos.

O Pacto de Inovação Lavoisier permitirá que os principais players industriais e do sistema científico e tecnológico nacional desenvolvam competências e conhecimentos para capacitar, especializar e dinamizar a indústria portuguesa pioneira na área da valorização de resíduos por uma visão de princípios de cascata de valor e com interacção a processos de biorrefinarias.

Tal como pretende o Aviso N.º 01/ C05-i01.01/2021 relativo às Agendas Mobilizadoras para a Reindustrialização da Componente 5 – Capitalização e Inovação Empresarial do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), foi construída uma proposta de agenda sob a forma de um Pacto de Inovação.

Este pacto de inovação contribuirá para o desenvolvimento das cadeias de valor da bioeconomia circular impulsionando sinergias e tem como objectivo impulsionar o



desenvolvimento de tecnologias avançadas de minimização de desperdício e maximização de descarbonização em simbiose com tecnologias de biorrefinação.

As cadeias de valor reflectidas nos projectos deste pacto para a bioeconomia e economia circular por sua vez vão desenvolver a economia associada à sustentabilidade ambiental, pela minimização de desperdício e a maximização de descarbonização em simbiose com tecnologias de biorrefinação com forte impacto em regiões interiores, quer pela vertente dos recursos como no desenvolvimento industrial, criação de emprego e posicionamento para a exportação.

Vão também incrementar a criação de conhecimento “de elevado teor científico” e de pedidos de protecção de propriedade industrial, bem como a criação de postos de trabalho altamente qualificados.

No âmbito deste consórcio, a TRATOLIXO pretende desenvolver um saco “BioCircular” para a recolha selectiva de biorresíduos que permita a:

- Produção de PLA ou PHA por novas fontes de matérias-primas biológicas, não concorrentes com o sector alimentar (o que acontece actualmente) e de fonte residual, através de um mix de matriz residual de biomassa lenho-celulósica + orgânica das actividades da TRATOLIXO;
- Integração de pigmentos naturais e monómeros de origem biológica na produção dos pellets;
- Desenvolvimento de um novo modelo de saco plástico, que não precisa de ser separado manualmente do seu conteúdo orgânico, porque é biodegradável (onde a empresa também irá fazer ensaios de biocompatibilidade, biodegradabilidade e garantir a não toxicidade do mesmo para contexto de contacto com solo).

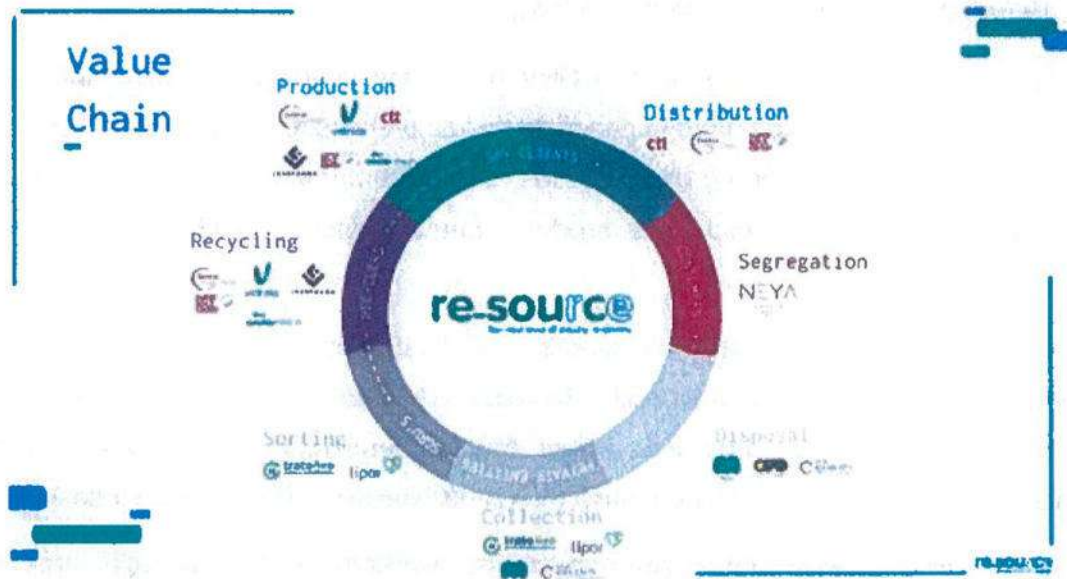
Em 2021 destaca-se também a participação da TRATOLIXO no Programa Re-Source.

O Re-Source é uma iniciativa de inovação aberta promovida pela Sociedade Ponto Verde (SPV) e gerido pela consultora de inovação colaborativa Beta-i, orientada para o desenvolvimento de soluções e parcerias entre empresas, startups e demais parceiros de inovação, relacionadas com a recolha e triagem dos diversos tipos de embalagens de uso doméstico, bem como com o complexo processo de tratamento desta heterogeneidade e os seus resíduos.

O programa contou com o envolvimento de 20 empreendedores de 10 países da Europa – incluindo Portugal – Ásia e América e de 13 parceiros, onde se incluiu a TRATOLIXO, Câmara Municipal de Mafra, CascaisAmbiente, Central de Cervejas e Bebidas, CTT, Saica Natur, Lipor, Lusofarma, Nestlé, NEYA Hotels, Ovo Solutions, Super Bock Group e Vidrala, com a

intenção de conectar esta abordagem de inovação com outros parceiros posicionados estrategicamente na cadeia de valor da SPV.

Parceiros e empreendedores dedicaram-se à criação de projectos-piloto para reforçar a confiança e conhecimento dos consumidores, assegurar uma maior taxa de separação de resíduos de embalagens, quer no canal doméstico quer no canal Horeca, e para aumentar a reciclagem e circularidade de embalagens de vidro, alumínio e plástico.



No domínio desta iniciativa, a TRATOLIXO tinha, até ao final do ano de 2021, colaborações em andamento com 3 *startups* internacionais que envolvem variados parceiros da cadeia de valor, projectos esses no domínio do rastreamento de embalagens e processos que permitem potenciar a triagem e reciclagem das mesmas.



Atendendo às diferentes dinâmicas das entidades envolvidas, outros projectos e parcerias poderão ainda vir a ser desenvolvidos no próximo ano para além dos em análise, dado o cariz inovador das startups que concorreram ao Programa Resource.

A expectativa destas parcerias é fortalecer a cadeia de valor das embalagens com soluções conducentes a uma maior eficiência dos processos, que permitam também ajudar ao

cumprimento das metas nacionais e comunitárias em matéria de gestão de resíduos – em conformidade com o futuro PERSU 2030 – bem como os compromissos assumidos pelo País no domínio da economia circular, clima e sustentabilidade.

Ainda na óptica da I&DT, a TRATOLIXO continuou em 2021 a desenvolver as actividades previstas relativamente ao Projecto Simtech.

O projecto SimTech surge do desafio de promover a economia circular, a descarbonização da gestão de resíduos e o uso eficiente dos recursos.

Neste projecto, a TRATOLIXO propôs à SPV o desenvolvimento e a disponibilização de simuladores detalhados para a modelação de todos os processos tecnológicos envolvidos na cadeia de valor e processamento dos resíduos, com vista ao cálculo de custos e das taxas efectivas de reciclagem em função dos produtos que compõem os RU e dos destinos para onde são encaminhados.

A equipa do projecto – que conta com a participação da 3Drivers e o Instituto Superior Técnico – desenvolveu de forma próxima com os Municípios do Sistema AMTRES a caracterização dos processos de recolha nas dimensões técnica, ambiental e económica, tendo a caracterização do processo de triagem na TRATOLIXO terminado em meados de Maio.

Desta forma, foram feitos desenvolvimentos na estrutura e programação dos vários simuladores com base nos contributos das reuniões de trabalho e da informação técnica apurada, prevendo-se a apresentação duma versão de teste dos simuladores para o início de 2022.



No âmbito da temática relativa ao Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro, a TRATOLIXO continuou em 2021 a participar em dois projectos desenvolvidos pelos seus municípios: o Projecto i-Rec da CascaisAmbiente e o Projecto Mafra Reciclar a Valer +.

Ambos os projectos são co-financiados pelos EEAGrants e promovem a devolução de embalagens de bebidas pelos cidadãos com atribuição de incentivos.

Nestes projectos, os cidadãos efectuam a entrega desta tipologia de embalagens em máquinas de venda reversa (Reverse Vending Machines – RVM), equipamentos de retoma com tecnologia integrada que permitem a aceitação de embalagens usadas.



Este sistema pretende incentivar os cidadãos a devolverem as embalagens de uso único, garantindo a maximização da eficiência do encaminhamento para reciclagem, minimizando o desperdício de recursos e prevenindo a eliminação de resíduos após consumo.

O objectivo passa por contribuir para uma mudança efectiva dos comportamentos dos cidadãos/consumidores, estimulando uma maior participação na separação dos resíduos e um aumento na quantidade e na qualidade dos resíduos recicláveis.

A TRATOLIXO participa nestes projectos com a realização de caracterizações das embalagens recepcionadas, a preparação para reciclagem das embalagens PET recolhidas nestas máquinas, bem como de produção de materiais de sensibilização e realização de acções de sensibilização aos alunos do Município de Mafra.



Noutro campo de parcerias estabelecidas durante o ano de 2021, destaque para o Projecto “Economia Mais Circular” desenvolvido pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP) em conjunto com a Ernest & Young – Parthenon, o qual conta com o desenvolvimento de um Guia de modelos e Boas Práticas de economia circular como uma das componentes do referido projecto e onde a TRATOLIXO se encontra envolvida.

Numa das fases do projecto, a TRATOLIXO participou na metodologia “Circulytics” de medição de circularidade empresarial desenvolvida pela Fundação Ellen MacArthur.

A classificação geral que a TRATOLIXO obteve no questionário “Circulytics” foi de “B” – numa escala de “A” (classificação máxima) a “E” (classificação mínima).

Desta forma verifica-se que, no que diz respeito à Economia Circular, a TRATOLIXO efectua um trabalho evidente, positivo e claro, não obstante as melhorias que a empresa poderá ainda desenvolver a diversos níveis internos no domínio da Economia Circular.

Mas foram já dados alguns passos importantes neste domínio, como é possível atestar em 2021 pela participação da empresa no Projecto Greencork.

Atendendo à supra importância das novas iniciativas governamentais relativas ao incentivo de minimização de deposição de resíduos em aterro, os municípios encontram-se a desenvolver várias iniciativas de sensibilização e recolha selectiva de novos fluxos de resíduos e a apostar no reforço das já existentes.

No âmbito do Projecto “Ecocentro Móvel” dinamizado pelo município de Cascais, surgiu a necessidade de encontrar um destino final adequado, sempre que possível destinado a opções de reciclagem e valorização, para alguns fluxos de resíduos que passaram a ser alvo de recolha dedicada, nomeadamente as Rolhas de cortiça.

Desta forma, a TRATOLIXO formalizou um protocolo com a QUERCUS e a Cascais Ambiente para participação no Projecto “Green Cork”.

O Projecto “Green Cork” é um projecto desenvolvido pela QUERCUS em parceria com a Corticeira Amorim para recolha de rolhas de cortiça destinadas a reciclagem, que conta já com diversos parceiros a nível nacional e bastante visibilidade.

Este projecto visa a recolha dos cerca de 300 milhões de rolhas de cortiça que todos os anos entram no mercado português e que, através de uma optimização das actividades de cada um dos parceiros, procura obter um sistema de recolha sem custos adicionais, possibilitando que as verbas sejam destinadas à plantação de árvores através do projecto FLORESTA COMUM.

Estes fins devem ser alcançados com o objectivo de evitar aumentar as emissões de CO<sub>2</sub> já existentes, obter um balanço global positivo de impacte da sua actividade sobre a biodiversidade e estimular a reflorestação e exploração responsável das florestas.

Este projecto representa mais uma oportunidade da TRATOLIXO apostar no domínio da sustentabilidade, permitindo estimular a reflorestação e exploração responsável da floresta nacional, contribuir para a neutralidade carbónica, incentivar a reciclagem, promover a economia circular e desviar resíduos de aterro.

A TRATOLIXO participou igualmente no Projecto OK Compost, um projecto de ID da NOVA.ID.FCT apoiado pela SPV sobre embalagens com a marcação “Ok Compost”.



**GREEN CORK**  
PROJECTO DE RECICLAGEM DE ROLHAS DE CORTIÇA



**AMBIENTE  
CASCAIS**

Atendendo à frequência com que fabricantes de embalagens e embaladores têm optado por embalagens biodegradáveis, nomeadamente compostáveis, a SPV apoiou este projecto no sentido de esclarecer algumas questões sobre as condições de reciclabilidade orgânica deste tipo de embalagens nas instalações de tratamento de resíduos existentes em Portugal e em que contentor as mesmas deveriam ser colocadas (contentor castanho, azul, amarelo ou cinzento isto é, deposição com os biorresíduos, como embalagem ou como resíduo indiferenciado).

Consoante o contentor escolhido, a embalagem é sujeita a linhas de tratamento distintas.

Assim, este projecto tem como objectivo estudar um conjunto de embalagens em ambiente real por forma a avaliar a desintegração de embalagens-alvo em condições de compostagem; avaliar o comportamento das embalagens-alvo no tratamento mecânico; e avaliar o comportamento das embalagens-alvo na triagem automática.

A TRATOLIXO proporcionou apoio a este projecto, disponibilizando a Central de Triagem de Trajouce para testes e análise do comportamento de algumas tipologias de embalagens compostáveis nos ópticos existentes na linha de triagem de embalagens.



A TRATOLIXO tem por hábito ajudar a discussão e implementação de políticas públicas dos mais variados quadrantes temáticos.

No sentido de aumentar a capacidade do esforço individual na concretização das mesmas, fazer parte de compromissos que acelerem o atingimento das metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos e estar integrada em iniciativas transversais a toda a cadeia de valor, a empresa participa activamente, como entidade de relevo no sector, num conjunto de Grupos de Trabalho dinamizados pela Associação SMARTWASTE.

Durante o ano de 2021, os principais envolvimentos da TRATOLIXO neste âmbito foram os decorrentes dos Grupos de Trabalho relativos aos REEE, Vidro (Plataforma Vidro +) e Desperdício Alimentar.

A empresa procedeu igualmente ao acompanhamento dos principais processos legislativos em curso, nomeadamente nas directrizes do PERSU 2030, no desenho do SDR – Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio – e na alteração ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos.

## 2.5. Sistema Integrado de Gestão

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU e todas as unidades da empresa.

Em 2021 o Organismo Certificador, Apcer, considerou estarem reunidas todas as condições para conceder a renovação da certificação ao Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança da TRATOLIXO. Assim, a TRATOLIXO atingiu objectivo ao qual se tinha proposto.

A certificação do Sistema de Gestão Integrado da TRATOLIXO continua a ser um reflexo da aposta constante da empresa em melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e as expectativas das partes interessadas e eliminar, sempre que possível, ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.



## 2.6. Licenciamento e Requisitos Legais

O processo dos licenciamentos e requisitos legais garante que a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade com a devida legitimação por parte das diferentes entidades competentes nas diversas matérias de actuação da empresa, sempre em conformidade com os requisitos legais aplicáveis à sua actividade.

Este é um dos temas mais importantes para a empresa, que consiste na instrução dos pedidos de licenciamento, análise e verificação transversal da aplicabilidade da legislação à TRATOLIXO, bem como à análise dos projectos de lei relacionados com a sua actividade.

Apesar dos constrangimentos da actividade causados pela pandemia do COVID-19, em 2021 há a registar como desenvolvimento mais relevante no âmbito deste processo, a emissão do Título Único Ambiental (TUA) para o Ecocentro da Ericeira.

## 2.7. Monitorização de Processo e Produto

O serviço de Monitorização de Processo e Produto dá resposta a diversas exigências relacionadas com requisitos legais ambientais, caracteriza os resíduos entrados no SGRU e monitoriza a actividade da empresa em termos de desempenho ambiental, desempenho processual e características do produto final, garantindo uma consequente melhoria dos produtos produzidos.

Estas actividades permitem à TRATOLIXO introduzir atempadamente as melhorias necessárias para evitar incumprimentos legais relativos à sua actividade, acautelar impactes e atingir os requisitos estabelecidos pelos clientes de produto.

Para o cumprimento destes objectivos são elaborados e executados anualmente o Plano de Monitorização Ambiental (PMA), Plano de Caracterização e Quantificação de Resíduos (PCQR) e Plano de Controlo de Qualidade de Processo e Produto Final (PCQPPF).

O PMA integra o desenvolvimento dos trabalhos de monitorização ambiental da empresa e define os descritores ambientais a acompanhar, garantido o acompanhamento e cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis à empresa em matéria de ambiente.

No PCQR são planeadas as campanhas de caracterização de RU, que permitem conhecer as características físicas dos resíduos entrados nas instalações da empresa, possibilitando quer o estabelecimento de objectivos quantificados no domínio da gestão dos RU, quer o aferimento da sua compatibilidade com os regulamentos internos de admissibilidade de resíduos.

O PCQPPF tem como propósito monitorizar as várias actividades e processos produtivos da empresa e assim garantir a sua eficiência através do controlo de aspectos ambientais, da qualidade dos produtos finais, através da verificação das Especificações Técnicas (ET) definidas para os diferentes materiais e dos produtos intermédios.